

**Governar o Atlântico: A Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu
(1470-1485)**

Maria Barreto Dávila

**Tese de Doutoramento em História, Especialidade em
História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa**

Outubro, 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em História, realizada sob a orientação científica do

Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

Apoio financeiro da FCT no âmbito das Bolsas à Formação Avançada.

Bolsa Individual de Doutoramento – SFRH/BD/72218/2010

Apoio financeiro do CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH,
Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, através do projecto
estratégico UID/HIS/04666/2013, financiado pela Fundação para a Ciência e a
Tecnologia.

À minha mãe.

*"You may say I'm a dreamer, but I'm not the only one.
I hope someday you'll join us and the world will live as one"*

John Lennon, Imagine, 1971

AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de agradecimento são para o meu orientador, o Professor João Paulo Oliveira e Costa, pela sua orientação cuidada, pelas muitas horas de debate de ideias, pela sua disponibilidade, mas também pelo entusiasmo contagiante com que recebeu este projecto.

Em segundo lugar cumpre-me agradecer o financiamento que este projecto de doutoramento obteve da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sem o qual não me teria sido possível levá-lo a bom porto. Beneficiei, também, de uma bolsa de investigação do CHAM que, numa fase final, me permitiu terminar esta investigação.

Este projecto surgiu na sequência da minha participação enquanto bolseira de investigação científica no projecto “A Pequena Nobreza e a ‘Nobreza da Terra’ na construção do Império – os Arquipélagos Atlânticos”. Foi com os membros deste projecto que primeiro discuti ideias e possíveis caminhos de pesquisa. Agradeço aos Professores Miguel Jasmins Rodrigues (†), Rute Gregório e Arlindo Caldeira e às minhas companheiras de projecto Isabel Almeida e Maria Bastião. À Professora Maria Manuel Torrão agradeço a troca de ideias sobre o arquipélago de Cabo Verde, bem como o seu incentivo ao longo destes anos e o interesse por este projecto.

Tenho a sorte de estar integrada no CHAM, uma unidade de investigação, que me forneceu os meios científicos e materiais necessários à prossecução da minha investigação. Deixo o meu muito obrigada à direcção do CHAM e à sua equipa de gestão científica, pois o seu apoio e diligência foram fundamentais ao longo destes anos.

A presente investigação esteve, ao longo dos últimos anos, integrado no projecto “Na Privança D’El Rei: Relações interpessoais e jogos de facções em torno de D. Manuel I”, coordenado pela Professora Alexandra Pelúcia e com a participação de Hélder Carvalhal, Miguel Metelo de Seixas, Paulo Lopes e Hugo Crespo. A eles agradeço a troca de ideias, de bibliografia e as inúmeras sugestões.

Agradeço aos coordenadores científicos do Grupo de Investigação das Configurações Políticas, onde estou inserida, João de Figueirôa Rego, Edite Alberto e

Paulo Lopes, pelo apoio na realização de diversas actividades científicas, pela disponibilidade e pelo alento dado nos últimos meses de redacção desta tese.

Deixo, ainda, os meus agradecimentos à equipa e à coordenação do sub-grupo de História Militar, de faço parte, nas pessoas do Professor Vítor Rodrigues, coordenador, e de André Murteira, Nuno Vila Santa, Roger Lee de Jesus e Tiago Machado de Castro, meus “companheiros de guerra”.

Esta dissertação beneficiou muito da generosidade e conhecimento dos meus colegas do CHAM. O seu apoio e sugestões foram fundamentais para a conclusão do meu trabalho. Não podendo enumerar todos a quem gostaria de agradecer, fica o meu agradecimento à Carla Alferes Pinto, ao Miguel Metelo de Seixas, à Maria João da Câmara, à Margarita Rodríguez, ao Nuno Senos e ao Pedro Pinto.

Aos Professores Ana Isabel Buescu, Ana Maria S.A. Rodrigues, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Carlos Almeida, Carmen Alveal, Eugénia Rodrigues, João Alves Dias, José Vicente Serrão, Manuela Santos Silva, Maria de Lurdes Rosa, Maria Manuel Torrão, Mariana Candido, Pedro Cardim e Susana Münch Miranda as indicações de leitura, as sugestões de novos percursos de investigação e as diversas conversas.

Nos últimos meses de escrita desta tese trabalhei como bolseira de investigação no projecto do IELT, “Diálogos Portugueses”, coordenado pelas Professoras Irene Freire Nunes, Isabel Barros Dias e Margarida Alpalhão. Para além do apoio, agradeço o tempo que me concederam para terminar a minha redacção.

Aos meus amigos, companheiros de profissão, que me deram ânimo e me fizeram companhia nas muitas horas de pesquisa e de escrita e sem os quais não me teria sido possível levar este projecto a bom porto, Alice Borges Gago, Inês Pinto Coelho, Isabel Almeida, Isabel Araújo Branco, João Ferreira, José Ferreira, Lais Pereira, Maria Bastião, Maria Guedes, Pedro Martins, Rita Carvalho (†) e Teresa Lacerda, muito obrigada. Um agradecimento especial à Maria Coutinho que teve a disponibilidade e a generosidade para me ajudar nas revisões finais desta tese

O meu obrigada aos amigos que compreenderam as ausências mas que estiveram sempre presentes, isto só foi possível *with a little help from my friends!*

À minha mãe, pelo apoio incondicional.

GOVERNAR O ATLÂNTICO: A INFANTA D. BEATRIZ E A CASA DE VISEU

(1470-1485)

MARIA BARRETO DÁVILA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Atlântico, Portugal, Nobreza, História das Mulheres

Quando D. Fernando, duque de Viseu-Beja, morreu em 1470, foi a sua mulher, a D. Beatriz, quem assumiu o governo do vasto património da Casa de Viseu. Impondo-se a um mundo de homens, geriu com mestria os seus domínios, destacando-se a sua acção relativamente aos arquipélagos atlânticos, assim como o papel central que assumiu nas negociações de paz com Castela, que estiveram na origem do Tratado de Alcáçovas, o primeiro a incluir disposições acerca dos espaços extra-europeus.

A premência de analisar detalhadamente a política ultramarina da Casa de Viseu neste período, o modo como decorreu o seu papel crucial na ocupação dos arquipélagos atlânticos e a urgência de estudar o papel das mulheres em posições de poder no dealbar da Modernidade dão o mote a este nosso projecto. É nosso objectivo compreender a actuação governativa de D. Beatriz enquanto chefe da Casa de Viseu tendo como limite espacial o Atlântico.

RULING THE ATLANTIC: THE INFANTA BEATRIZ AND THE HOUSE OF VISEU

(1470-1485)

MARIA BARRETO DÁVILA

ABSTRACT

KEYWORDS: Atlantic History, Women's History, Portugal, Nobility

When the Duke of Viseu and Beja died in 1470, his wife, the infanta Dona Beatriz, took over the administration of the vast heritage of the House of Viseu, in the name of her children. Imposing herself in a man's world, she managed their domain with skill, especially that of the Atlantic archipelagos, which occupied a prominent place in the Iberian politics of the time.

Analysing in detail the overseas policy of the House of Viseu during this period, as well as Beatriz's key role in the occupation and colonisation of the Atlantic islands and the pressing need to study the relation between noble women and power at the dawn of Early Modern period, supports the main topic/subject for this project. Our goal is to understand the ruling of the infant Dona Beatriz whilst head of the House of Viseu, taking into special consideration the spatial boundary of the Atlantic domain.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A INFANTA D. BEATRIZ – APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS ...	19
1. 1. D. Beatriz, uma Infanta de Avis	21
1. 2. Tutora dos Filhos e Governadora do Ducado de Viseu-Beja.....	42
1. 3. A Infanta “Madre d’El Rey”	49
1. 4. A Casa de uma Infanta Septuagenária	51
1.5. O Palácio da Duquesa em Beja.....	57
1.6. A Vida Material da Infanta D. Beatriz.....	59
1.7. Luxo e Exotismo na Corte Senhorial	62
1.8. Uma Livraria Paradigmática	68
1.9. A Construção da Memória	73
PARTE I – GOVERNAR O ATLÂNTICO	77
CAPÍTULO 2: O GOVERNO DOS ARQUIPÉLAGOS ATLÂNTICOS	85
2. 1. D. Beatriz: Governadora dos Arquipélagos.....	89
2. 2. Madeira	91
2. 3. Açores.....	108
2. 4. Cabo Verde.....	116
CAPÍTULO 3: A ORDEM DE CRISTO E O ATLÂNTICO	125
3. 1. D. Beatriz: Uma Mulher como Governadora da Ordem de Cristo	126
3. 2. <i>Nullius Diocesis</i> : A Jurisdição Espiritual.....	137
3. 3. O Temporal: Os Rendimentos da Ordem de Cristo no Atlântico	146
CAPÍTULO 4: À DESCOBERTA DO ATLÂNTICO INTERIOR?	163

PARTE II – DEFENDER O ATLÂNTICO	181
CAPÍTULO 5: A GUERRA NO ATLÂNTICO (1474-1479)	191
5. 1. A Expedição de 1476	202
5. 2. O Caso Da Noli.....	204
5. 3. Ataques aos Territórios da Casa de Viseu.....	209
5. 4. As Armadas de 1477 e 1478.....	218
5. 5. 1479: O Derradeiro Esforço.....	221
5.6. Perdas e Ganhos	223
5. 7. O Pedido Extraordinário aos Arquipélagos.....	225
CAPÍTULO 6: NEGOCIAR O ATLÂNTICO: O TRATADO DE ALCÁÇOVAS.....	233
6. 1. A Paz das Mulheres.....	233
6. 2. A Conferência de Alcântara	241
6. 3. A Divisão do Atlântico.....	253
6. 4. Tentativas de Conquista das Canárias pela Casa de Viseu.....	257
6. 5. Criar uma Fronteira Atlântica?	268
CAPÍTULO 7: ANOS DE TRANSIÇÃO	273
7. 1. Terçarias em Moura e Reféns em Castela	274
7. 2. D. Manuel, o Novo Duque de Beja	298
CONCLUSÃO	309
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	315
Fontes Manuscritas	315
Fontes Impressas	317
Estudos.....	322
LISTA DE FIGURAS	350
APÊNDICE A: Árvore Genealógica	351

ABREVIATURAS

AA – *Arquivo dos Açores*, 15 volumes, 1ª Série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-1984.

ACB – Arquivo da Casa de Bragança

AGS – Archivo General de Simancas

AML – Arquivo Municipal de Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ARM – Arquivo Regional da Madeira

AV – Archivo Segreto Vaticano

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPE – Biblioteca Pública de Évora

Cap./caps. – Capítulo/capítulos

CDAV – PINA, Rui de, “Crónica de D. Afonso V”, em *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977.

CDJII – PINA, Rui de, “Crónica de D. João II”, em *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977.

Cf. – Confrontar

Cit. – Citado

Cód. – Códice

Coord. – Coordenação

Dir. – Direcção

Doc./docs. – Documento/documentos

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes

Católicos – *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, ed. de Antonio de La Torre e Luis Suárez Fernández, 3 vols., Valladolid, CSIC, 1958-1963.

DP – *Descobrimentos portugueses*, Ed. de João Martins da Silva Marques, Lisboa, INIC, 1988.

Ed. – Edição

Espelho Cristalino – CHAGAS, Diogo das (Frei), *Espelho cristalino em jardim de várias flores*, dir. e prefácio de Artur Teodoro de Matos, s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1989.

Fénix Angrense – MALDONADO, Luís Manuel (Pe.), *Fénix Angrense*, transcrição e notas de Hélder Fernando Parreira de Sousa Lima, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1997.

Fl./fls. – Fólio/fólios

HGCRP - SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa real Portuguesa*, 12 tomos, 2.^a ed., Lisboa, 1933.

HGCV-CD – *História Geral de Cabo Verde – O Corpo Documental*, dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, 2 vols., Lisboa – Praia, IICT – Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988-1990 (vol. 1).

Liv. – Livro

Livro de Apontamentos – CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, edição e transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, IC/CM, 1983.

MH – *Monumenta Henricina*, ed. de António Joaquim Dias Dinis, 15 vols., ed. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960/1974.

Mç. – Maço

MMA - *Monumenta Missionária Africana*, coligida e anotada pelo padre António Brásio, Lisboa, Agência Geral do Ultramar e Academia Portuguesa da História, v.a.

Ms. – Manuscrito

Org. – Organização

P./pp. – Página/páginas

PMA – *Portugaliae Monumenta Africana*, dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, 4 vols., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993-2002 (edição digital de Miguel Jasmins Rodrigues, Lisboa, IICT, 2010).

Provas – SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa real Portuguesa*, 12 volumes, Coimbra, Atlântida, 1946-1954.

S.d. – Sem data

S.e. – Sem editor

S.l. – Sem local

Sep. - Separata

Ss. – Seguintes

Tombo Primeiro – “Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara do Funchal”, transcrição e notas de Luís de Sousa Melo, *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, vol. XV, Funchal, 1972.

TPAC – GREGÓRIO, Rute Dias, “Tombo de Pêro Anes do Canto”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*: 60, 2002.

VCMF – *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, transcrição e notas José Pereira da Costa, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

Saudades da Terra – FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, revisão de Jerónimo Cabral, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005.

INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada *Governar o Atlântico: a Infanta D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)*, tem como objectivo estudar detalhadamente a política ultramarina da Casa de Viseu durante o período em que foi governada pela infanta D. Beatriz, analisando a forma crucial como esta actuou relativamente à ocupação dos arquipélagos e à defesa das posições da sua Casa no Atlântico.

A morte do infante D. Fernando, em 1470, catapultou a sua mulher, D. Beatriz, para o primeiro plano político quer do reino, quer das políticas atlânticas. Sendo todos os seus filhos menores de idade na altura, foi à infanta que coube o governo e a administração do património da Casa de Viseu-Beja, a maior Casa senhorial do Portugal quatrocentista. Uma tarefa que a infanta D. Beatriz assumiu com mestria, por vezes em condições políticas muito adversas.

Como a Casa de Viseu tinha uma experiente máquina administrativa implantada no reino, a acção governativa de D. Beatriz fez-se maioritariamente sentir nas ilhas do Atlântico. Adaptando-se às distintas realidades insulares, são inúmeras as evidências da sua actuação nestes espaços, actuação essa que se pautou sobretudo pelo incentivo ao povoamento e por uma maior complexificação da estrutura administrativa e fiscal, permitindo-lhe um maior controlo e uma melhor arrecadação das rendas.

A investigação que aqui se apresenta assentará na interpretação de vectores que se interligam, numa cronologia curta, mas geograficamente dispersa, e visa atentar à actuação governativa de D. Beatriz enquanto chefe da Casa de Viseu entre os anos de 1470 e 1485, tendo como limite espacial o Atlântico.

Os estudos dedicados à nobreza quatrocentista têm proliferado na historiografia portuguesa ao longo dos últimos anos. A Casa de Viseu não é excepção e foi alvo de análise para o período henriquino por parte de João Silva e Sousa¹. Já

¹ Cf. João Silva de SOUSA, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

Sebastiana Lopes² dedicou-se ao período fernandino, embora se tenha focado maioritariamente nas regiões de fronteira de Serpa e Moura. No entanto, continua a faltar um estudo de maior fôlego acerca actuação política do infante D. Fernando e da Casa de Viseu-Beja, num período de mais longa duração e com uma maior incidência territorial, que permita comparar as estratégias senhoriais da Casa ao longo do século XV, até à subida ao trono do duque de Beja, D. Manuel I.

A actuação dos duques enquanto donatários dos arquipélagos atlânticos foi analisada em alguns artigos, sobretudo de Charles Verlinden³, mas também de Joel Serrão⁴, Humberto Baquero Moreno⁵ e João Silva de Sousa⁶. Contudo, e não obstante a existência das obras de Maria Odete Sequeira Martins, que dedicou os seus trabalhos no âmbito do Mestrado e do Doutoramento à figura da infanta D. Beatriz⁷, uma análise da conduta da Casa de Viseu-Beja no Atlântico no período pós-fernandino continuava por fazer⁸.

É, pois, nossa convicção que um estudo sistemático da Casa de Viseu durante o período da regência de D. Beatriz se impõe, onde a acção da duquesa seja analisada

² Cf. Sebastiana Pereira LOPES, *O Infante D. Fernando e a Nobreza Fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 2003.

³ Cf. Charles VERLINDEN, “La position de la Madère dans l’ensemble des possessions portugaises sous l’infant Dom Fernando (1460-1470)”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, 1989, pp. 53-63; “Henri le Navigateur songea-t-il à créer un ‘État’ insulaire?”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XII, Coimbra, 1969, pp. 218-292; “Formes féodales et domaniales de la colonisation Portugaise dans la zone Atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur”, *Revista Portuguesa de História*, vol. IX, Coimbra, 1960, pp. 1-44; “L’Infant Dom Fernando comme administrateur colonial à Madère, aux Açores et au Cap Vert (1460-1470)”, *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 31, 1984, pp. 255-270.

⁴ Cf. Joel SERRÃO, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, CEHA, 1992.

⁵ Cf. Humberto Baquero MORENO, “O infante D. Fernando, donatário da ilha da Madeira”, *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, pp. 239-252.

⁶ Cf. João Silva de SOUSA, “Os herdeiros do Infante e o governo dos Açores (1460-1485)”, *Arquipélago. História*, 2^a série, vol. IV, nº 2, 2000, pp. 13-28.

⁷ Cf. Maria Odete Sequeira MARTINS, *Poder e Sociedade. A Duquesa de Beja*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, e *Dona Brites, Uma Mulher da Casa de Avis*, Lisboa, QuidNovi, 2009.

⁸ Há, contudo, alguns estudos que afluam o período do ducado de D. Manuel como o de Maria José Pimenta Ferro TAVARES, “As doações de D. Manuel, duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo”, em *Do Tempo e da História*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, vol. IV, 1971, pp. 153-172 e o de João dos Santos Ramalho COSME e Maria de Deus Brites MANSO, “D. Manuel, duque de Beja, e a Expansão portuguesa (1484-1495)”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. I, pp. 359-376.

em toda a sua dimensão atlântica. Deste modo, poder-se-á indagar acerca da sua estratégia governativa numa perspectiva económica, administrativa e político-diplomática.

Para levarmos a cabo esta investigação, a primeira questão com que nos deparámos, metodologicamente decisiva e estruturante, foi como estudar uma Casa senhorial medieval. Em Portugal, para os séculos XV e XVI, o estudo da nobreza tem sido alvo de pouca reflexão não só metodológica, mas também teórica (são disso excepção os artigos de Luís Filipe Oliveira e de Miguel Jasmins Rodrigues⁹ e as reflexões de Mafalda Soares da Cunha¹⁰ e de Luís Filipe Oliveira¹¹), apesar de nas últimas duas décadas se terem multiplicado os estudos de caso sobre esta temática¹². De um ponto de vista metodológico, a maioria destes estudos integra-se na proposta apresentada por José Mattoso no seu artigo “Programa. Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa”. Nele, José Mattoso desenvolve um plano completo e sistemático, ainda que utópico, para o estudo da nobreza medieval portuguesa tendo,

⁹ Cf. Miguel Jasmins RODRIGUES e Luís Filipe OLIVEIRA, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação da 2ª dinastia”, em *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril, 1988, pp. 77-114.

¹⁰ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, “A Nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. 2, 1996, pp. 219-252 e sobretudo “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões”, *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nº 29, 2003, pp. 31-46; Mafalda Soares da CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, “Aristocracia, poder e família em Portugal nos séculos XV-XVIII”, em *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma história comparativa/Sociedad, Familia y Poder en ala Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS, 2010, pp. 47-75.

¹¹ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, “Em torno das casas senhoriais nos finais da Idade Média”, em *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, Media Aetas, Ponta Delgada, nº 3/4, 2000/2001, pp. 87-102.

¹² Entre os estudos principais encontram-se Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1433)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990; Luís Filipe OLIVEIRA, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999; Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri, Évora, CIDEHUS, 2005; Rita Costa GOMES, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995; Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e formas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Estampa, 1995; Alexandra PELÚCIA, *Martim Afonso de Sousa. Trajectória de uma elite no império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009. Para uma análise mais detalhada da produção historiográfica respeitante à nobreza medieval portuguesa veja-se José MATTOSO, “The Medieval Portuguese Nobility”, em *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. de José MATTOSO, Lisboa, IEM, 2011, pp. 401-423.

como baliza cronológica a crise de 1383-1385¹³. Contudo, sem uma síntese que permita uma abordagem mais teórica e que estabeleça parâmetros de análise comuns, tornava-se difícil compreender se este programa de estudos se poderia aplicar livremente ao século XV que, em Portugal, tem inúmeras particularidades.

A falta de produção teórica sobre o paradigma de nobreza no período anterior à Restauração levou, por outro lado, a que o modelo apresentado por Nuno Gonçalo Monteiro, na sua obra *O Crepúsculo dos Grandes*¹⁴, tenha sido tomado como válido para uma cronologia anterior, sobretudo para o século XVI, ainda que os estudos de caso tenham revelado alguma ineficácia na sua aplicação no período que vai, *grosso modo*, do século XV a 1640.

Se entendermos nobreza como exercício efectivo de poder deve assumir-se como primeiro passo para o seu estudo a definição das suas fontes de poder¹⁵. A nobreza medieval desempenhava funções que nas sociedades modernas pertencem às autoridades públicas, tais como julgar, cobrar impostos e exigir o serviço militar. Ou seja, na prática, os direitos senhoriais só eram exercidos por quem possuía recursos económicos, força militar e/ou protecção régia¹⁶. Para compreender a estratégia de poder da Casa de Viseu-Beja torna-se fulcral identificar as bases do poder económico, militar e político.

De modo a compreender a base económica da nobreza e o meio como exercia o seu poder económico é essencial distinguir o tipo de exploração que utilizava, que tipo de economia praticava e os dependentes que detinha.

Do ponto de vista político importa averiguar a proximidade e favor régios de que beneficiava. Tendo presente uma clara distinção entre nobreza de corte e nobreza da província é determinante verificar as formas de dependência do poder político e, ainda, “de que maneira é que essa dependência influencia a própria nobreza e como é

¹³ Cf. José MATTOSO, “Programa. Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa”, em *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Círculo de Leitores – Obras Completas de José Mattoso, vol. 7, pp. 9-25.

¹⁴ Cf. Nuno Gonçalo MONTEIRO, *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

¹⁵ José MATTOSO, “Programa. Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa” cit., p. 15.

¹⁶ Idem, *ibidem*, pp. 15-16.

que o rei utiliza os nobres para fins políticos”¹⁷. Não nos esqueçamos, aliás, que o rei é o principal distribuidor de bens, o que leva a que a relação com a Coroa tenha implicações materiais. José Mattoso refere também a importância de perceber, ainda que para um período anterior ao que aqui será abordado, quais são as formas de rivalidade entre a nobreza e o poder régio, “em que medida é que o rei, de *primus inter pares*, passa a adversário, de adversário a árbitro, e de árbitro, porventura, a sustentáculo fundamental”¹⁸. Todavia, este período que estudamos é especialmente profícuo em questões de rivalidade entre a nobreza e o rei, pelo que a análise da sua relação e também da relação com a Coroa, enquanto poder central, será importante.

É interessante também averiguar as questões relativas ao poder militar. De que forma é que a Casa de Viseu-Beja exerceu o seu poder militar num novo território, onde não havia hostes organizadas e com uma mulher como administradora são questões sobre as quais nos debruçaremos. Será interessante também compreender como se comporta a Casa durante um período de guerra naval, saber que tipo de armas ofensivas e defensivas utilizava, que fortificações construía e que dependência tinha do rei e do exército régio¹⁹.

Outra prerrogativa deste grupo social é a participação directa na política através do assento em cortes e nos conselhos régios, por exemplo. A maior ou menor influência política deve-se, também, à hierarquia existente dentro da classe, para a qual contribuem a distribuição regional, as relações de parentesco e os laços artificiais de dependência. Num estudo de uma Casa como a de Viseu-Beja é importante atentar a todas estas questões, compreender as funções de parentesco no estabelecimento de relações de solidariedade ou oposição, determinar a natureza dos laços artificiais de dependência e, dentro do parentesco, averiguar a relação entre os sexos e a posição respectiva que cada um deles ocupa no seio da família e da sociedade²⁰.

É certo que a utilização prática do programa de estudo proposto por José Mattoso para a nobreza medieval até à crise de 1383-1385, quando aplicado a um

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 16.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 21.

período posterior ao proposto, como aqui se pretende implementar, terá de ter em consideração a conjuntura política.

Em Portugal, o século XV constitui um período muito particular, uma vez que não é nem inteiramente medieval, nem inteiramente moderno, algo que deve ser também considerado em qualquer análise sobre a nobreza, sobretudo ao longo da dinastia de Avis. Essa mesma especificidade cronológica revela-se desde logo através das doações joaninas que favoreceram um pequeno grupo de nobres, proporcionando a criação de Casas senhoriais com uma significativa base territorial. Situação que foi fortalecida por uma concertada política matrimonial de cariz endogâmico, que levou a uma maior concentração de bens num cada vez mais reduzido número de Casas nobiliárquicas²¹. Recordemos que no reinado de D. João I “o raio de incidência social da titulação”²² era muito restrito e limitava-se, praticamente, a membros da família real e à Casa Bragança, e que do topo da nobreza constavam ainda alguns alcaides-mores e os senhores da terra, detentores de jurisdição, de cargos de administração central e de ofícios palatinos superiores²³.

Para além da titulação, as Casas senhoriais distinguíam-se também pela dimensão dos recursos de que dispunham. A sua importância é enorme dado que estas Casas, para administrar os seus recursos – que assentavam em privilégios, direitos e patrimónios com importante base territorial –,

“necessitavam de agentes administrativos próprios com um acentuado nível de diferenciação funcional e técnico (judiciais e de fazenda) para ocupar os ofícios das terras e da gestão central dessas estruturas senhoriais e para acompanhar os processos junto dos órgãos decisórios do centro”²⁴.

Os recursos das Casas tinham de ser distribuídos, quer fossem ofícios locais ou administrativos, cargos militares, apresentações eclesiásticas ou ofícios palatinos. É a difusão destes recursos que permitirá que os titulares de certas Casas senhoriais se

²¹ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, “Nobreza, rivalidade e clientelismo...” cit., pp. 31-46, p. 34.

²² Expressão utilizada em Miguel Jasmins RODRIGUES e Luís Filipe OLIVEIRA, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza...” cit., p. 83.

²³ Mafalda Soares da CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, “Aristocracia, poder e família...” cit, p. 48.

²⁴ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, “Nobreza, rivalidade e clientelismo...” cit., p. 36.

tornem distribuidores de benesses, encabeçando uma ampla rede de dependentes e transformando os laços de dependência pessoal num mecanismo que estruturava as relações sociais²⁵.

O vasto património de algumas destas Casas senhoriais tornava-as verdadeiros estados, com órgãos de governo próprios a quem cabia gerir os bens, cobrando os direitos e as rendas e aplicando a justiça senhorial. A sua complexidade organizativa, com servidores diferenciados e uma multiplicidade de funções, assemelhava-se em grande medida à corte régia.

Outro dos factores de distinção entre Casas senhoriais é o nível de êxito que têm quer nas nomeações dos homens da sua Casa para os ofícios régios, quer nos privilégios que conseguem obter para a sua Casa junto da Coroa. É desta forma que, enquanto estruturas do poder senhorial, as Casas senhoriais actuam como intermediárias entre uma periferia social e territorial e o centro político²⁶.

Seguindo estas orientações para o estudo do poder senhorial faremos, nesta investigação, a identificação das fontes estruturais do poder senhorial da Casa, analisando a organização do seu grupo familiar e o modo como este se articulou com o poder político e respectivas redes de parentesco. Também consideraremos os modelos de relacionamento e conflitualidade com o poder régio.

Neste sentido, importa frisar particularidades da abordagem aqui em questão, relativamente ao programa proposto por José Mattoso: por um lado o espaço, já que nos iremos debruçar sobre os novos territórios atlânticos, colonizados ao longo do século XV e, por outro, o facto de estar uma mulher à frente dos negócios da Casa. Quer isto dizer, que pretendemos analisar não apenas o modo como a Casa de Viseu exerceu as suas prerrogativas senhoriais nos arquipélagos do Atlântico, mas também a importância estratégica que as ilhas adquiriram para o posicionamento político da infanta D. Beatriz e da Casa de Viseu no reino.

Será, portanto, que o modelo de estudo das Casas senhoriais medievais portuguesas se pode aplicar aos espaços atlânticos? De que forma é que a Casa de

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 33.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 36.

Viseu exerceu aí o seu poder? Diferia muito do modo como o fazia no reino? Como se processou esta ocupação e de que forma se organizaram os poderes são questões às quais procuraremos responder.

Há diferenças evidentes, que cumpre desde o início explicitar, sobretudo porque o exercício administrativo se fazia à distância. Os duques não se deslocavam às ilhas, enviavam homens seus. Esta estrutura consolidada, em grande medida, a hierarquização interna da nobreza, criando importantes laços de dependência entre a pequena nobreza clientelar da Casa, a nobreza das ilhas e a própria Casa de Viseu. Segundo Miguel Jasmins Rodrigues, “este processo de colocação de cavaleiros sem Casa própria e de filhos segundos, não se esgota na sua transferência directa do continente para as ilhas, mas antes se prolonga no interior destas”²⁷. Os arquipélagos desempenham um importante papel na reafirmação da Casa de Viseu, proporcionando a colocação dos filhos segundos e de pequenos nobres da Casa.

Relativamente às questões atlânticas, deve referir-se que a *Atlantic History* tem proliferado enquanto campo de estudos nas últimas décadas, perpassando a ideia de que existiu uma matriz comum na colonização europeia do Atlântico²⁸ e fomentando o estudo da interacção de pessoas, bens e culturas dos quatro continentes que bordejam o oceano Atlântico.

Não se pretende discutir aqui este conceito de *Atlantic History*, nem as dificuldades, mas também possibilidades da sua aplicação na longa duração e numa área geográfica mais alargada²⁹. Contudo, é inegável que existe uma unidade/continuidade na colonização europeia dos arquipélagos atlânticos, principalmente quando falamos da colonização dos arquipélagos da Macaronésia antes da passagem do Cabo da Boa Esperança e da descoberta do continente americano. O nosso âmbito cronológico é o de um Atlântico ainda encarado como “mar oceano”, uma unidade mais pequena e mais fechada, como o Mediterrâneo, que surge

²⁷ Miguel Jasmins RODRIGUES, “Os descobrimentos portugueses na construção do *Mediterrâneo atlântico* como espaço de interacção”, em *Nobreza e poderes: da Baixa Idade Média ao Império*, Cascais, Patrimonia Historica, 2005, p. 136.

²⁸ Sobre o conceito de *Atlantic History* veja-se a obra clássica de Bernard BAILYN, *Atlantic History. Concept and Contours*, Cambridge-MA, Harvard University Press, 2005.

²⁹ Cf. *Atlantic History: A Critical Appraisal*, ed. de Jack P. Greene e Philip D. Morgan, Oxford, Oxford University Press, 2009.

precisamente como uma continuidade deste mar, mas que se vai abrindo cada vez mais para sul, ainda sem margem ocidental e com várias barreiras que vão sendo transpostas.

Não há muitos estudos recentes acerca dos Descobrimentos Portugueses e da exploração atlântica no século XV. Depois dos artigos de João Paulo Oliveira e Costa³⁰ e de Luís Filipe Thomaz³¹, poucos autores se têm dedicado a esta cronologia tão específica, ainda que, nos últimos anos, tenham sido publicados alguns trabalhos de síntese³².

Já a historiografia acerca da descoberta dos arquipélagos atlânticos e da sua ocupação inicial tem sido bastante desenvolvida. Na Madeira, através do Centro de Estudos de História Atlântica, destacam-se os trabalhos de Alberto Vieira, e os clássicos de Joel Serrão³³ e de Fernando Jasmins Pereira³⁴, a que se juntam as teses de Doutoramento de Miguel Jasmins Rodrigues³⁵ e de José Manuel e Silva³⁶.

No arquipélago dos Açores, a Universidade dos Açores imprimiu um novo fôlego no estudo das ilhas e dos seus arquivos, merecendo especial atenção a tese de Doutoramento de Rute Dias Gregório³⁷, de João Marinho dos Santos³⁸ e, no campo da

³⁰ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, “Um Oceano a Explorar: A Doação de Ilhas desconhecidas pela Coroa portuguesa no século XV”, *Revista Oceanos*, nº 46, Abril/Junho 2001, pp. 44-52 e “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II”, *Mare Liberum*, 17, 1999, pp. 39-71.

³¹ Cf. Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel. 1994.

³² Por exemplo, *História da Expansão e do Império Português*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014; *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*, dir. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Edições 70, 2010; A. R. DISNEY, *História de Portugal e do Império*, Lisboa, Guerra e Paz, 2011, vol. 2, e o ensaio de Giuseppe MARCOCCI, *A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

³³ Cf. Joel SERRÃO, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, CEHA, 1992.

³⁴ Cf. Fernando Jasmins PEREIRA, *Estudos Sobre História da Madeira*, org., estudo introdutório e índices Miguel Jasmins Rodrigues, Região Autónoma da Madeira, SRTCE/CEHA, 1991.

³⁵ Cf. Miguel Jasmins RODRIGUES, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Madeira: 1460-1521*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

³⁶ Cf. José Manuel e SILVA, *A Madeira e a construção do mundo Atlântico (séculos XV-XVIII)*, Funchal, SRTC/CEHA, 1995.

³⁷ Cf. Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada, CHAM, 2007.

³⁸ Cf. João Marinho dos SANTOS, *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, 2 vols., Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Universidade dos Açores, 1989.

história da arquitectura, a de Antonieta Reis Leite³⁹. Destacam-se, também, os inúmeros trabalhos de José Guilherme Reis Leite⁴⁰, de Avelino Freitas de Meneses⁴¹ e José Damião Rodrigues⁴².

A historiografia relativa ao arquipélago cabo-verdiano ganhou novo fôlego com a equipa que desenvolveu o projecto da História Geral de Cabo Verde, sob orientação de Luís de Albuquerque e de Maria Emília Madeira Santos⁴³. O projecto deu origem a inúmeros artigos em revistas especializadas⁴⁴, mas também a importantes teses de Doutoramento, destacando-se a de Maria Manuel Torrão⁴⁵ e, mais recentemente, a de Iva Cabral⁴⁶, a que acrescem algumas dissertações de Mestrado⁴⁷.

³⁹ Cf. Antonieta Reis LEITE, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

⁴⁰ Cf. José Guilherme Reis LEITE, *7 Ensaios sobre o povoamento dos Açores*. Praia da Vitória, Blu, 2012; “Os Flamengos na Colonização dos Açores”, em *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXIX, LXX, pp. 57-74 e “Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira”, em *Os Reinos Ibéricos da Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 671-676.

⁴¹ Avelino Freitas de MENESES, *A ilha de São Jorge. Uma síntese histórica*, Letras Lavadas, 2013.

⁴² Cf. José Damião RODRIGUES, *Histórias Atlânticas. Os Açores na primeira modernidade*, Ponta Delgada, CHAM, 2012.

⁴³ Cf. *História Geral de Cabo Verde*, dir. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, 3 vols., Lisboa – Praia, IICT, 1991 (vol. 1).

⁴⁴ Iva Maria Ataíde V. CABRAL, “A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande”, *Stvdia*, 51, Lisboa, CEHCA, 1992; Iva Maria Ataíde V. CABRAL e Maria Manuel TORRÃO, “Ensaio de uma Feitoria Régia no Espaço Económico-Social da Ilha de Santiago”, *Stvdia*, 54-55, Lisboa, CEHCA, 1994; Maria Emília Madeira SANTOS e Iva CABRAL, “O primeiro centro urbano colonial, séculos XV-XVII”, *Anais de História de Além-Mar*, ed. de João Paulo Oliveira e Costa, vol. 7, Dezembro de 2006, pp. 55-64; Maria Emília Madeira SANTOS, “As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou «a fresca Serra Leoa»: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico”, *Série Separatas Verdes*, Lisboa, IICT, 1988; Maria Manuel TORRÃO, “O algodão na ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana”, *Stvdia*, Lisboa, nº 50, 1991, pp. 157-176 e Zelinda COHEN, “Subsídios para a história geral de Cabo Verde. Os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)”, *Stvdia*, 53, Lisboa, CEHCA, 1994.

⁴⁵ Maria Manuel TORRÃO, *Tráfico de Escravos entre a costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466- 1595)*, Lisboa (no prelo).

⁴⁶ Iva Maria de Ataíde Vilhena CABRAL, *A primeira elite colonial Atlântica. Dos “homens honrados brancos de Santiago” à “Nobreza da terra” (finais do século XV – início do século XVII)*, Praia, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Cabo Verde, 2013, publicada posteriormente sob o mesmo título em Cabo Verde, Livraria Pedro Cardoso, 2015.

⁴⁷ Veja-se, por exemplo, por exemplo as teses de André TEIXEIRA, *A ilha de S. Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, CHAM, 2004 e a de Bertelina Maria do Rosário BRITO, *Comércio de algodões e cavalos em Cabo Verde (1460-1535)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

É ainda de referir o importante esforço empreendido na edição de fontes, que permitiu aos investigadores terem acesso à documentação dos arquivos regionais. Do mesmo modo, a publicação de documentação dispersa sobre os arquipélagos atlânticos, facilitou enormemente o seu estudo⁴⁸. Nos últimos anos, foram também levados à estampa importantes trabalhos de síntese, dos quais destacamos a *História dos Açores*⁴⁹ e os dois volumes da *Nova História da Expansão* dedicados à colonização atlântica⁵⁰.

Deve ainda fazer-se menção a alguns trabalhos que se dedicaram ao estudo das mulheres na Expansão Portuguesa como é o caso da obra precursora de Charles R. Boxer, *As Mulheres na Expansão Ultramarina Ibérica*⁵¹, do livro de actas do congresso *O rosto feminino da Expansão Portuguesa*⁵², e mais recentemente, de *Women of the Iberian Atlantic*⁵³, que aborda o género na criação do Atlântico ibero-americano.

Como já foi referido, pretende-se não só analisar a actuação da Casa de Viseu num novo espaço geográfico, mas fazê-lo também num período muito específico, isto é, aquele em que a Casa foi administrada por uma mulher. A Europa medieval é, contrariamente às ideias enraizadas por uma historiografia de carácter mais misógino,

⁴⁸ *Arquivo dos Açores*, 1ª série, 15 vols., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-1984; Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho cristalino em jardim de várias flores*, dir. e prefácio de Artur Teodoro de Matos, s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1989; Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, revisão de Jerónimo Cabral, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005; *Livro do tombo da câmara da vila da Praia (1450-1666)*, dir. José Guilherme Reis Leite, José Sintra Martinheira e Manuel Augusto de Faria, Praia da Vitória, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2005; Luís Manuel MALDONADO, *Fénix Angrense*, transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1997; *História Geral de Cabo Verde – O Corpo Documental*, dir. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, 2 vols., Lisboa – Praia, IICT – Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988-1990 (vol. 1); “Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara do Funchal”, transcrição e notas de Luís de Sousa Melo, em *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, vol. XV, Funchal, 1972; *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, transcrição e notas José Pereira da Costa, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

⁴⁹ *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, 2 vols.

⁵⁰ *A colonização atlântica*, coord. de Artur Teodoro de Matos, 2 tomos, Lisboa, Editorial Estampa, 2005 (vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão).

⁵¹ Cf. Charles R. BOXER, *As Mulheres na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

⁵² *O rosto feminino da Expansão Portuguesa. Congresso internacional. Actas*, Lisboa, Comissão Nacional para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

⁵³ *Women of the Iberian Atlantic*, ed. de Sarah E. Owens e Jane E. Mangan, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2012.

um período em que as mulheres pertencentes às elites têm um papel político e social estabelecido e possuem, com mais frequência do que a reconhecida, acesso ao poder e a cargos de governação normalmente reservados aos homens. É curioso notar que quando o xadrez foi importando do Oriente para a Europa foi acrescentado ao tabuleiro a figura da rainha, substituindo o anterior ministro ou vizir⁵⁴. As mulheres, sobretudo as rainhas-consorte, ocupavam uma posição política própria, constituindo a outra metade da Coroa. Com efeito, a Península Ibérica é, na Europa ocidental, a área geográfica com maior número de rainhas reinantes ao longo de toda a Idade Média. Foi precisamente em Castela que, no final do século XV, se mudaram novamente as regras do xadrez, atribuindo mais liberdade de acção à peça da rainha. Estas novas regras adaptavam, enfim, o xadrez ao jogo político da época, a do reinado de Isabel a Católica⁵⁵. O jogo espelhava o poder que as mulheres detinham e exerciam, jogo que elas mesmas jogavam; a infanta D. Beatriz, por exemplo, tinha na lista do seu enxoval, de 1447, um tabuleiro de xadrez, que levaria consigo para a sua nova Casa.

Passaram-se alguns anos (e de produção profícua) desde que Theresa Earenfight escreveu o seu ensaio *Highly Visible, Often Obscured*⁵⁶, onde alertava para o facto de as mulheres, no caso, as rainhas e as mulheres da alta nobreza, serem muito mais visíveis do que se supunha ou admitia e quase sempre ignoradas. Os estudos acerca da *queenship* – o poder político exercido especificamente pelas rainhas-consorte que, em português, poderia ser traduzido por *reginalidade*, numa adaptação livre do termo encontrado por Núria Silleras para o castelhano⁵⁷ – têm demonstrado o poder que estas mulheres exerciam e o modo como o faziam⁵⁸. A sua actuação é cada

⁵⁴ Marilyn YALOM, *Birth of the Chess Queen: a History*, Harper Collins, 2004.

⁵⁵ Cf. Barbara F. WEISSBURGER, *Isabel Rules: Constructing Queenship, Wielding Power*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004.

⁵⁶ Cf. Theresa EARENFIGHT, “Highly Visible, Often Obscured: The Difficulty of Seeing Queens and Noble Women”, *MFF*, 44:1, 2008, pp. 86-90.

⁵⁷ Cf. Núria SILLERAS-FERNÁNDEZ, “*Queenship* en la corona de Aragón en la Baja Edad Media: estudio y propuesta terminológica”, em *La Corónica*, 32, 2003, pp. 119-133.

⁵⁸ Destacamos aqui apenas alguns dos estudos mais recentes e que reportam à Península Ibérica: *Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain*, ed. de Theresa Earenfight, London, Ashgate, 2005; Diana PELAZ FLORES, “*Reynante(s) en vno*”. *Poder y Representación de la Reina en la Corona de Castilla durante el siglo XV*”, Valladolid, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidad de Valladolid, 2015; *Queenship in the Mediterranean. Negotiating the Role of Queen in the Medieval and Early Modern Eras*, ed. de Elena Woodacre, Palgrave MacMillan, 2013; Diana PELAZ FLORES e Isabel del VAL VALDIVIESO, “La historia de las mujeres en el siglo XXI a través del estudio de la

vez mais notória na diplomacia, no mecenato, nas práticas da religiosidade, na maternidade e na viuvez⁵⁹, onde muitas vezes adquiriam grande relevância política.

Em Portugal, os últimos anos foram de grande produção científica no que à História das Mulheres diz respeito, sobretudo depois da edição da colecção biográfica dedicada às rainhas-consorte de Portugal, coordenada por Manuela Santos Silva, Isabel dos Guimarães Sá e Ana Maria S.A. Rodrigues⁶⁰. Esta colecção, que veio na senda de uma outra coordenada por João Paulo Oliveira e Costa e Roberto Carneiro votada aos reis de Portugal⁶¹, despertou um campo de estudos dedicado às mulheres e aos estudos de género, que, por cá, estava ainda pouco desenvolvido⁶². Ainda assim, nem todos os trabalhos sobre figuras da realeza atentaram à dimensão política no feminino, e muito poucos investigaram outras mulheres que não tenham sido rainhas. Muitos destes estudos continuam a privilegiar a dimensão doméstica das mulheres, que surgem mais ligadas a um papel familiar do que a uma actuação política efectiva.

reginalidad medieval”, *Revista de Historiografía* 22, 2015, pp. 101-127; Nuria SILLERAS-FERNÁNDEZ, *Power, Piety and Patronage in Late Medieval Queenship*, Maria de Luna, New York, Palgrave MacMillan, 2008; Cristina SEGURA GRAÍÑO, “Participación de las mujeres en el poder político”, *Anuario de Estudios Medievales* 25, nº 2 (1995), pp. 449-462; Ana Maria S.A. RODRIGUES, “The Queen Consort in Late Medieval Portugal”, em *Aspects of Power and Authority in the Middle Ages*, ed. de Brenda Bolton e Christine Meek, Belgica, Turnhout, 2007; César OLIVERA SERRANO, “Beatriz de Portugal; La Pugna Dinastica Avis-Trastámara”, *Cuadernos De Estudios Gallegos*, Santiago de Compostela, 2005; Theresa EARENIGHT, *The King’s Other Body; Maria of Castile and the Crown of Aragon*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2010; Elena WOODACRE, *The Queens Regnant of Navarre. Succession, Politics and Partnership, 1274-1512*, New York, Palgrave MacMillan, 2013; Miriam SHADIS, *Berenguela of Castile (1180-1241) and Political Women in the High Middle Ages*, New York, Palgrave MacMillan, 2009; Bethany ARAM, *Juana the Mad: Sovereignty and Dynasty in Renaissance Europe*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, 2005.

⁵⁹ Cf. Lois L. HONEYCUTT, “Queenship Studies Comes of Age”, *MFF*, vol. 51, nº 2 (2016), disponível em <http://ir.uiowa.edu/mff/vol51/iss2/3/>

⁶⁰ Destacam-se, para a nossa época de estudo, as biografias de Leonor de Aragão, de Isabel de Coimbra, de Leonor de Lencastre e de Isabel e Maria de Castela. Cf. Ana Maria S.A. RODRIGUES, *As Tristes Rainhas. Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra*, Lisboa, Temas & Debates, 2013; Isabel dos Guimarães Sá, *De Princesa a Rainha-velha. Leonor de Lencastre*, Círculo de Leitores, 2011 e Isabel dos Guimarães Sá e Michel COMBET, “*Rainhas-Consortes de D. Manuel I*” *Isabel de Castela. Maria de Castela. Leonor de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

⁶¹ Para o período aqui em análise destacam-se as obras de Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte, Requiem por um Rei Triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Saúl António GOMES, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Luís Adão da FONSECA, *D. João II*, Lisboa, Temas e Debates, 2007, e João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I: 1469-1521, Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

⁶² Cf. Manuela Santos SILVA e Ana Maria S.A. RODRIGUES, “Women’s and Gender History”, em *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. de José MATTOSO, Lisboa, IEM, 2011, pp. 483-495.

No entanto, o desenvolvimento dos estudos sobre a *reginalidade* dos últimos anos tem permitido alargar a investigação ao estudo do exercício do poder por parte das mulheres nobres que tenham tido uma participação política activa⁶³, o que dará origem a um estudo mais compreensivo da política medieval portuguesa⁶⁴.

No seguimento do antes proposto é também objectivo desta tese contribuir para a definição e reflexão do conceito de mulher política e do exercício de poder no feminino. Em nossa opinião, e apesar de as rainhas-consorte terem um papel específico na Coroa, nem todas eram politicamente activas, basta ver-se o exemplo da irmã da infanta D. Beatriz, Isabel de Portugal, rainha de Castela, que referiremos no capítulo 1.

Não pretendemos produzir uma biografia de D. Beatriz, mas sim, através de uma abordagem política, definir os mecanismos de governo por ela usados, as suas redes de parentesco, clientelares, diplomáticas, etc. Desta forma esperamos também responder a questões mais gerais acerca das modalidades do exercício e do acesso ao poder. Seriam as modalidades as mesmas para homens e mulheres, ou as das mulheres eram mais limitadas? A sua liberdade de acção era comprável à dos homens? Tinham uma agenda política própria?

⁶³ Seguindo o rumo da historiografia europeia, vejam-se obras como as de Kimberley A. LoPRETE, *Adela of Blois: Countess and Lord (c. 1067-1137)*, Dublin, Four Courts, 2007; Erin L. JORDAN, *Women, Power and Religious Patronage in the Middle Ages*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2006; Louise J. WILKINSON, *Eleanor of Monfort: A Rebel Countess in Medieval England*, London, Continuum, 2012; *Aristocratic Women in Medieval France*, ed. de Theodore Evergates, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1999; Kimberly Lo PRETE, "The Gender of Lordly Women: The Case of Adela of Blois," em *Studies on Medieval and Early Modern Women: Pawns or Players?*, ed. De C. Lawless e C. Meek, Portland, Four Court Press, 2003, pp. 90–110 e a obra colectiva *Femmes de pouvoir, femmes politiques durant les dernières siècles du Moyen Âge et au cours de la première Renaissance*, Brussels, De Boeck Université, 2012. Para o caso português salientamos as obras de Ana Paula Jerónimo ANTUNES, *De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha. D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012 e Monique SOMME, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au Xve siècle*, Lille, Presses Universitaires du Septentrion, 1998, sobre a infanta D. Isabel, duquesa da Borgonha. Destaca-se ainda a obra de Carla Alferes PINTO, *A infanta D. Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.

⁶⁴ Vejam-se, por exemplo, os artigos de Ivana ELBL, "Status and Agency: Royal Grants to Portuguese Noblewomen, 1438-1481", *Portuguese Studies Review*, vol. 13 (2005), pp. 61-114 e Jutta STERLING, "Women's Property Rights in Portugal Under Dom João I (1385-1433): A Comparison with Renaissance Italy", *Portuguese Studies Review*, vol. 13 (2005), pp. 27-60 e a obra mais recente de Darlene ABREU-FERREIRA, *Women, Crime and Forgiveness in Early Modern Portugal*, Farhan, Ashgate, 2015.

Não basta, por isso, reconstituir o discurso feminino e as suas aptidões políticas. É preciso considerar que estas mulheres em posições de poder estão inseridas num sistema de relações desiguais, conflituosas e contraditórias, e que o lado político desta questão também deverá incluir uma reflexão sobre a dicotomia feminino-masculino e sobre a costumeira divisão entre o poder político e o poder social.

No fundo, interessa-nos compreender como é que a elite feminina exercia o seu poder político em Portugal no século XV e se, quando tinha a possibilidade de actuar politicamente, efectivamente o fazia.

O acesso das mulheres ao poder político depende de inúmeros factores: do contexto político, das suas relações familiares, de uma quebra na sucessão dinástica, entre outros, mas a regência é um dos modos mais comuns e imediatos de o conseguir.

É preciso ter também presente que a concepção de poder não é uma e estabilizada, antes complexa e instável, por isso sujeita às apropriações e usos dos produtores de discurso. Não há uma definição constante e circunscritível, agora como então, devendo olhar-se o modo como o poder é simultaneamente projectado e construído pelos diversos grupos e agentes sociais. Não pode, pois, interpretar-se a ideia de poder apenas como *auctoritas*.

Como se tem vindo a propor, a acção destas figuras é muitas vezes discreta e indirecta, agindo por via do parentesco e das relações. Assim, é determinante atentar à autonomia pessoal destas mulheres, à sua mobilidade de acção, a pressão que exerciam sobre outros e ao modo como usavam as suas relações familiares e clientelares em benefício próprio, quer individual, quer familiar, quer da sua Casa.

A investigação que aqui apresentamos pretende, portanto, compreender o poder exercido pela infanta D. Beatriz e a sua estratégia de actuação governativa durante o período em que se encontrou à frente da Casa de Viseu-Beja, tendo como limite espacial o Atlântico, e tem como principais objectivos:

- Delinear a governação atlântica de seu marido, D. Fernando, 2º duque de Viseu e 1º duque de Beja, e perceber se existiu uma colaboração de D. Beatriz nessa mesma governação.

- Avaliar a actuação da infanta nos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e o modo como se adaptou às diversas realidades existentes, problemática que nunca foi analisada de forma global e comparativa.

- Questionar os contornos da estratégia político-diplomática de D. Beatriz durante a conjuntura decorrente da questão sucessória castelhana e perante a crescente rivalidade no espaço atlântico.

- Gizar o seu papel enquanto detentora do domínio temporal da Ordem de Cristo, a partir de 1475.

- Averiguar a interacção entre a Coroa, os arrendatários do comércio da Guiné e a Casa de Viseu, salientando a posição de D. Beatriz relativamente a estes arrendamentos quer enquanto donatária das ilhas, quer enquanto detentora do poder temporal da Ordem de Cristo.

- Analisar a relação senhorial entre a Coroa e o donatário dos arquipélagos, inquirindo o modo como a Casa de Viseu reage à intervenção régia nos assuntos insulares.

- Definir cronologicamente o governo de D. Beatriz, precisando os contornos que a sua interferência na administração da Casa assumiu durante a maioridade do duque D. Diogo e esclarecer o seu exercício governativo durante a menoridade de D. Manuel.

- Reflectir transversalmente sobre a forma como a sua condição de governante feminina foi encarada pelos seus pares e pelos homens sobre quem recaiu a sua autoridade.

A tese define-se estruturalmente pela existência de duas partes de abordagem distinta, mas complementar. Cada uma é introduzida por uma breve contextualização, a que se seguem três capítulos. A primeira parte, intitulada “Governar o Atlântico”, é dedicada ao estudo da governação e exploração económica de D. Beatriz no Atlântico, numa vertente mais administrativa. A segunda, intitulada “Defender o Atlântico”, aborda a vertente político-diplomática da infanta relativamente ao Atlântico, sobretudo no jogo de equilíbrio ibérico.

A estas duas partes juntou-se um primeiro capítulo, de cariz biográfico. Esta tese não tem a pretensão de apresentar uma biografia de D. Beatriz. No entanto, a compreensão das modalidades do exercício e do acesso ao poder usadas pela infanta não é possível sem uma noção clara do grupo social de que provém, da família em que se insere e do seu percurso de vida.

No Antigo Regime, a divisão entre o público e o privado não existia como a entendemos hoje em dia. As relações familiares tinham uma importância vital na vida política e o poder dos afectos uma preponderância comprovada na organização da sociedade e no estabelecimento de redes de influência⁶⁵. Considerou-se, assim, essencial traçar alguns aspectos da vida da infanta D. Beatriz que se pretendem enriquecidos com o estudo de documentação nunca antes abordada, traçando um perfil mais completo e complexo da sua vivência, que beneficiará o estudo avançado na parte I e na parte II.

Com a abordagem à história da família da infanta D. Beatriz surgem também novas perspectivas de análise. Explorar, por exemplo, a dinâmica destas famílias através de uma perspectiva horizontal pode trazer frutos na compreensão da influência da parentela de D. Beatriz na sua vida, permitindo-nos até estabelecer relações de solidariedade com outras mulheres da elite aristocrática. Mas pode, sobretudo, possibilitar outros caminhos de investigação. A solidariedade existente entre a infanta D. Beatriz e as mulheres da sua família já justificava um estudo

⁶⁵ Veja-se, ainda que referente a um período mais tardio, a Tese de Doutoramento de Pedro CARDIM, *O Poder dos Afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento a apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

prosopográfico colectivo, que permitisse analisar estas redes com sistematicidade e numa duração mais longa.

Finalmente, cumpre fazer duas ressalvas: esta tese foi redigida segundo o acordo ortográfico anterior e, de modo a evitar um excesso de homonímia, optámos por não traduzir os nomes castelhanos.

CAPÍTULO 1

A INFANTA D. BEATRIZ: APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS



Figura 1 - Infanta D. Beatriz

António de Holanda, *Genealogia Portuguesa*, 1530-1534 - British Library, ADD MS 12531

A infanta D. Beatriz foi, seguramente, uma das mulheres politicamente mais activas da Baixa Idade Média portuguesa. Quando, em 2010, começámos a investigação em torno da sua actuação política, esta parecia-nos excepcional. Mas não o é. Quanto mais pesquisa se realiza em torno do tema as mulheres e a sua relação com o poder nos finais da Idade Média⁶⁶, mais se compreende que o caso da infanta D. Beatriz não é único, sobretudo quando comparado com outros exemplos europeus da mesma época. A infanta D. Beatriz é, por exemplo, contemporânea de Lady Margaret Beaufort (1443-1509)⁶⁷ que, em Inglaterra, também conseguiu salvaguardar os interesses do seu filho Henrique, ainda que para isso o tivesse submetido a um período

⁶⁶ Temática que tem proliferado muito nos últimos anos, havendo cada vez mais investigação que se dedica ao estudo das mulheres e o poder, como tivemos ocasião de mencionar na introdução desta tese.

⁶⁷ E sua parente, já que ambas, Beatriz e Margaret, são bisnetas de John of Gaunt, o duque de Lencastre.

no exílio, auxiliando-o, posteriormente, na sua pretensão ao trono inglês⁶⁸. Não é em vão que a historiadora Susannah Humble compara a Casa real de D. Manuel I de Portugal com a de Henrique VII de Inglaterra⁶⁹. Ambos subiram ao trono em circunstâncias muito específicas, isto é, de conflito interno; ambos eram membros da família real mas não os herdeiros mais directos do trono; ambos tiveram necessidade de recompensar a nobreza que os apoiou na sua pretensão ao trono, mas de sarar as feridas dos seus reinos e não ostracizar a elite que estava no poder anteriormente e, mais relevante para o que se procura aqui frisar, ambos tinham mães politicamente muito activas, que os auxiliaram na sua ascensão e que, não sendo rainhas, foram mães de monarcas reinantes nos finais das suas vidas.

Todavia, os exemplos não se esgotam na infanta D. Beatriz e em Lady Margaret Beaufort. Há, nesta cronologia, mais mulheres que não sendo rainhas se destacam pela relevância do seu papel político. É o caso de Anne de Beaujeu ou Ana de França (1461-1522), a irmã de Luís XI, que foi regente não oficial do seu reino⁷⁰; Lucrezia Borgia (1480-1519), a famosa duquesa de Ferrara, filha do papa Alexandre VI⁷¹; de Eleonora de Aragão (1450-1493), também ela duquesa de Ferrara, e da sua filha Isabella d'Este (1474-1530)⁷².

Sendo mãe dos monarcas D. Manuel I e D. Leonor de Lencastre e tendo sobrevivido às mortes dos duques de Bragança e de Viseu, uma ordenada e outra executada pelo próprio D. João II, a infanta D. Beatriz tem despertado algum interesse junto dos historiadores, originando até algumas obras dedicadas a um público menos

⁶⁸ Sobre a vida de Lady Margaret Beaufort veja-se Michael K. JONES e Malcolm G. UNDERWOOD, *The King's Mother: Lady Margaret Beaufort, Countess of Richmond and Derby*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

⁶⁹ Cf. Susannah Charlton HUMBLE, *From Royal Household to Royal Court: A Comparison of the Development of the Courts of Henry VII of England and D. Manuel of Portugal*, Baltimore, Tese de Doutoramento apresentada à John Hopkins University, 2003.

⁷⁰ Cf. Pauline MATARASSO, *Queen's Mate: Three Women of Power in France on the Eve of the Renaissance*, Burlington, Ashgate, 2001.

⁷¹ Cf. Sarah BRADFORD, *Lucrezia Borgia: Life, Love and Death in Renaissance Italy*, New York, Viking Penguin, 2004.

⁷² Isabella d'Este foi uma das grandes figuras do mecenato renascentista. Cf. Rose Marie SAN JUAN, "The Court Lady's Dilemma: Isabelle d'Este and Art Collecting in the Renaissance", *Oxford Art Journal*, nº 1 (1991), pp. 67-78.

especializado⁷³. Na sua maioria, essas publicações tendem a não se debruçar sobre D. Beatriz enquanto agente político do Portugal quatrocentista, preferindo antes salientar as suas vertentes de mãe e de esposa de reis e infantes e deixando de parte a importante actuação da infanta nos primórdios do desenvolvimento da colonização atlântica⁷⁴.

Este primeiro capítulo apresentará uma breve resenha biográfica da duquesa de Beja, que nos permitirá situar melhor a sua actuação política e a importância que teve na política ibérica nos finais da Idade Média. No fundo, interessa-nos perceber a capacidade e/ou possibilidade que a infanta D. Beatriz teve de colocar em prática a sua agenda política. Isto é, compreender que margem de manobra detinha na sua acção política, algo que dependia não só das suas relações familiares e das condições políticas do reino, mas também dos meios materiais que possuía para atuar autonomamente. Com efeito, o Atlântico, em função da sua importância estratégica e do suporte financeiro que dava à Casa de Viseu, surge, defenderemos nós, como um dos principais pilares de apoio da actuação política da infanta D. Beatriz.

1.1. Beatriz – Uma infanta de Avis

Filha do infante D. João⁷⁵ e de D. Isabel⁷⁶, D. Beatriz nasceu em 1429. Os seus pais, eram tio e sobrinha, mas tinham apenas dois anos de diferença: o infante D. João nasceu em 1400 e D. Isabel, a filha mais velha do conde de Barcelos, nasceu, muito

⁷³ Vejam-se, por exemplo, as obras de Fina D'ARMADA, *Heroínas portuguesas. Mulheres que enganaram o poder e a história*, Lisboa, Ésquilo, 2012, e o seu romance histórico intitulado *Beatriz A Mulher que Liderou os Descobrimentos*. Também Maria Odete Sequeira MARTINS se tem dedicado ao estudo da vida da infanta D. Beatriz, primeiro com a sua Dissertação de Mestrado *Dona Brites, Uma Mulher da Casa de Avis*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004 (publicada em 2009 pela QuidNovi), a que se seguiu a Tese de Doutoramento *Poder e Sociedade. A Duquesa de Beja*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011 e também um pequeno livro de divulgação intitulado *D. Brites, Mulher de Ferro*, Lisboa, QuidNovi, 2011, que integra a colecção da Academia Portuguesa da História dedicada às rainhas de Portugal.

⁷⁴ Há raras excepções, como o ensaio de José Guilherme Reis LEITE, na obra *7 Ensaaios sobre o povoamento dos Açores* cit., dedicado à actuação da infanta D. Beatriz nas ilhas açorianas e o capítulo dedicado a D. Beatriz na obra de João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I...* cit.

⁷⁵ Quinto filho varão dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre.

⁷⁶ D. Isabel era filha de D. Beatriz Pereira, cujo pai era D. Nuno Álvares Pereira, e de D. Afonso, conde de Barcelos e 1º duque de Bragança, e filho legitimado de D. João I.

provavelmente, em 1402. Foi um casamento estratégico, que uniu uma noiva com grande património a um noivo de elevado prestígio social⁷⁷, sendo o infante D. João filho de rei, que voltava a unir os descendentes de D. Nuno Álvares Pereira com a família real⁷⁸.

O extenso património de D. Isabel tornava-a uma noiva ambicionada pela mais alta nobreza do reino. Tal só foi possível porque, seguindo o exemplo de D. João I, que criara Casas para os seus filhos às quais atribuíra património para o seu sustento, D. Nuno Álvares Pereira assegurou Casas para os seus netos quando, a 4 de Abril de 1422⁷⁹, se desfez do seu património e títulos a favor dos mesmos, retirando-se depois para o convento do Carmo, em Lisboa. A doação do Condestável tinha como intuito garantir que os seus netos pudessem “*ujuer bem e grandemente como homeens de seu estado E que possam bem serujr a meu senhor el rrey*”⁸⁰. Com esta divisão, apenas possível por ser tão vasto o património de Nuno Álvares Pereira, eram criadas três novas grandes Casas nobres em Portugal, a de Isabel (sem título) e as dos seus irmãos, os condes de Ourém e de Arraiolos, que se juntavam à Casa do pai, D. Afonso, conde de Barcelos, e às dos infantes de Avis⁸¹.

De acordo com o Condestável, a partilha de terras, rendas e direitos tinha sido feita “*segundo o entendi que era Iguualdeza*”. Ainda assim, e apesar desta afirmação, D. Nuno Álvares Pereira tinha doado ao neto primogénito, D. Afonso, o condado de Ourém, ou seja, o núcleo senhorial mais importante quer de um ponto de vista económico, quer de um ponto de vista simbólico. D. Afonso, deveria herdar também, após a morte do pai, todos os bens pertencentes ao condado de Barcelos⁸², o que lhe

⁷⁷ O contrato de casamento encontra-se transcrito em *Provas*, liv. III, pp. 187-188.

⁷⁸ D. Nuno Álvares Pereira tinha casado a sua única filha com o filho natural de D. João I, D. Afonso, conde de Barcelos. Este casamento tinha partido de uma proposta do próprio Condestável, após ter recusado casar a sua filha com o herdeiro do trono. A união com D. Afonso, em detrimento do herdeiro do trono, permitia a Nuno Álvares Pereira ver a perpetuação da sua Casa, assumindo o importante papel de fundador da linhagem, em vez de a ver fundida com a Casa real, mas mantendo, ainda assim, a ligação à família real. Sobre as estratégias matrimoniais dos descendentes de D. Nuno Álvares Pereira veja-se a obra de Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...* cit.

⁷⁹ Carta de doação de 4 de Abril de 1422. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 26v.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ Os primeiros titulares do reinado de D. João, excepção feita a D. Nuno Álvares Pereira, são todos descendentes do próprio rei.

⁸² Cf. Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...* cit., p. 61.

configuraria uma nítida superioridade económica face aos irmãos⁸³. D. Isabel, casada com o infante D. João, receberia as terras de Tendais, Paiva e Lousada, a vila de Almada e as rendas de Loulé e de Silves⁸⁴. Ao seu neto mais novo, D. Fernando, estavam reservadas as suas terras alentejanas, cuja doação mais significativa era a do condado e vila de Arraiolos.

Estas doações foram cuidadosamente regulamentadas por D. Nuno Álvares Pereira, e precaviam a transmissão de bens em situação de morte de algum deles sem descendência legítima, em cujo caso os bens reverteriam primeiro para o irmão sobrevivente e só depois para D. Isabel.

Apesar da Lei Mental – que regulamentava a transmissão de posses segundo os princípios da primogenitura masculina e inalienabilidade dos bens – ainda não estar implementada na altura em que o Condestável fez esta doação⁸⁵, a transmissão integral do património ao primogénito constituía já na altura a prática mais comum entre famílias nobres. Contrariando esta regra⁸⁶, Nuno Álvares Pereira optou por uma repartição típica de uma estrutura familiar de tipo cognático, criando Casas paralelas ao ramo principal da linhagem, assim evitando a extinção da mesma, caso o primogénito não produzisse descendência, o que veio, de facto, a verificar-se. No reinado de D. Duarte, ao conde de Barcelos e seus descendentes foi-lhes concedido o privilégio de não terem de cumprir a Lei Mental na transmissão dos bens⁸⁷. A carta de privilégio dada a D. Isabel datada de 11 de Novembro de 1424 refere

“Querendolhe fazer graça e merçe, havemos por bem, e queremos e outorgamos, que falecendo por morte ella ou seu marido, ou ambos, nom ficando de entreambos filho varão ou neto, ou bisneto, ficando filha, ou neta ou bisneta

⁸³ Na realidade, D. Afonso morreu antes do pai, pelo que todo o seu património passou para as mãos do seu irmão mais novo.

⁸⁴ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...* cit., p. 61.

⁸⁵ A Lei Mental foi promulgada por D. Duarte em 1434, apesar de já ter sido pensada no reinado de D. João I.

⁸⁶ A Lei Mental pretendia que os bens da Coroa doados pelo rei fossem herdados apenas pelos filhos primogénitos, varões e legítimos. No caso desta cláusula sucessória não poder ser cumprida, os bens regressavam à procedência (ANTT, *Ordenações Manuelinas*, liv. 2, título 17). Sobre a Lei Mental veja-se Paulo MERÊA, “Génese da ‘Lei Mental’ (algumas notas)”, em *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937, pp. 61-74.

⁸⁷ Carta de privilégio dada a 10 de Setembro de 1434. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 36v.

possão suceder, e herdar e haver as terras da Coroa do Regno, e também outros bens e terras que lhe direito pertença”⁸⁸.

Esta união trazia benefícios para ambas as partes, pois reforçava a Casa do infante D. João, permitindo-lhe criar uma nova correlação de forças com os irmãos mais velhos. Contudo, colocava também a Casa de Barcelos (futura Casa de Bragança) numa nova posição social, mais cimeira e mais próxima do poder⁸⁹. Esta ligação entre o infante D. João e a Casa de Bragança, de onde era oriunda D. Isabel, estará patente ao longo de toda esta dissertação, pois será um dos pilares fundamentais da actuação política da infanta D. Beatriz.

Após a morte de D. Nuno Álvares Pereira, em 1431, o infante D. João, que já era mestre da Ordem de Santiago desde 1418, receberia também o cargo de condestável, acumulando assim dois dos mais importantes cargos militares do reino⁹⁰.

Fruto do casamento entre D. João e D. Isabel, nasceram D. Diogo, D. Isabel, D. Beatriz e D. Filipa. No entanto, os filhos do infante não são mencionados na documentação ou nas crónicas até à morte do pai, no ano de 1442⁹¹. A morte do infante D. João, em Alcácer do Sal, depois de doença prolongada, acarretaria um desequilíbrio social na mais alta nobreza do reino, já que o infante actuava como um pilar de apoio para o seu irmão mais velho, o infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente do reino durante a menoridade de D. Afonso V, ao mesmo tempo que refreava

⁸⁸ Carta de privilégio dada a D. Isabel de Barcelos, datada de 11 de Novembro de 1424. ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 4, fl. 93v.

⁸⁹ Cf. Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...* cit., p. 35.

⁹⁰ Continua a faltar uma obra que analise toda a dimensão da participação política do infante D. João. Até lá, sobre a vida do infante veja-se Maria Dulcina Vieira Coelho de MEDEIROS, *O Infante D. João (1400-1442) (Subsídios para uma biografia)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

⁹¹ Segundo Rui de Pina, *“Do Yfante Dom Joham fycaram tres Fylhas e hum Fylho. O Fylho ouve nome Dom Dyogo, a que ho Regente logo em nome d’ElRey fez Condestabre, e deu ho Meestrado de Santiago com todallas rendas e cousas, que o Yfante seu Padre tynha, e falleceo logo muyto moço, e a Fylha mayor a que chamavam Dona Ysabel, que de virtudes da alma e perfeições do corpo foy em todo comprida, casou com ElRey Dom Joham de Castella, que sendo elle de ydade de quarenta annos a ouve por segunda sua Molher, de que naceo Real geeraçam e sobre todas muy excellente. E a segunda Fylha do Yfante Dom Joham ouve nome Dona Bryatyz, esta casou o Yfante Dom Pedro, com o Yfante Dom Fernando Irmaão d’ElRey Dom Afonso de que ouveram por Fylhos”*. Cf. Rui de PINA, CDAV, cap. LXXXI, p. 688.

a ambição do seu meio-irmão, e sogro, D. Afonso, duque de Bragança. A este respeito, o cronista Rui de Pina afirma

*“foy sua morte com dor e trysteza de muytos muyto sentyda; porque era Pryncepe de grande casa, e em que avya muytas bondades e virtudes, sem algum vycio que as mynguassem, em especyal era muyto amygo do bem comum destes Reynos”*⁹².

Com a morte do infante D. João, os seus cargos militares, de condestável do reino e de governador da Ordem de Santiago, passaram para o filho primogénito, D. Diogo, que tinha então cerca de dezasseis ou dezassete anos. Sendo este o costume de transmissão de cargos, não houve, na família real, quem se manifestasse contra a decisão do regente D. Pedro. A ideia de independência desta linhagem durou, contudo, pouco tempo, dado que D. Diogo morreu três meses depois do pai, no início do ano de 1443, sem herdeiros⁹³. Ao infante D. João e ao seu herdeiro Diogo sobreviveram D. Isabel, filha do duque de Bragança, e as suas filhas, D. Beatriz, D. Isabel e D. Filipa, que não tinham acesso nem à Ordem de Santiago nem ao cargo de condestável, por serem mulheres. Estes cargos teriam agora de passar para outra Casa, desequilibrando a política interna do reino. Dos filhos de D. João I sobreviviam nesta altura D. Pedro, D. Henrique e D. Afonso, todos elevados à categoria de duque, Coimbra, Viseu e Bragança, respectivamente, e o mais novo, D. Fernando, cativo em Fez, na sequência do desastre de Tânger de 1437. Apesar de D. Pedro ser o regente do reino, com todo o poder que essa posição lhe conferia, o duque de Bragança tinha dois filhos adultos e titulados e era também avô das herdeiras do infante D. João, que estavam em idade núbil.

A Casa de Bragança via o cargo de condestável do reino como pertença da Casa, isto é, dos herdeiros de D. Nuno Álvares Pereira. Tendo-se esgotado a linha varonil do infante D. João, o cargo deveria regressar à Casa e ser entregue ao próprio duque de Bragança ou a um dos seus filhos, os condes de Ourém e de Arraiolos. Porém, logo após a morte de D. João, o regente nomeou como condestável o seu filho de dezasseis anos, D. Pedro, deste modo reforçando consideravelmente o poderio da Casa de

⁹² Idem, *ibidem*, p. 688.

⁹³ Sobre a morte do filho do infante D. João, diz Rui de Pina: *“No começo do ano seguynte de myl e quatrocentos e quarenta e tres, falleceo de febre contynua Dom Diogo, Fylho do Yfante Dom Johan, cuja erança e casa passou logo a dona Ysabel sua Irmã mayor; e despois porque casou com ElRey de Castella, passou per contrato aa Fylha segunda Dona Bryatiz, casada com o Yfante Dom Fernando”*. Rui de PINA, CDAV, cap. LXXXII, p. 689.

Coimbra. Esta nomeação iria acentuar o conflito entre o duque de Coimbra e a Casa de Bragança que culminaria na morte do infante D. Pedro, em finais dos anos de 1440, entretanto acusado de traição ao rei D. Afonso, na batalha de Alfarrobeira.

O cargo de governador da Ordem de Santiago, também ele vago desde a morte de D. Diogo, foi concedido ao infante D. Fernando, de nove anos, que era nesta altura o herdeiro do trono. D. Fernando tinha sido jurado herdeiro nas cortes de Tomar, logo após a subida ao trono do seu irmão D. Afonso V, e adoptado o título de príncipe⁹⁴, ainda que surja poucas vezes assim designado nas fontes. O juramento do infante correu na presença de todos os grandes do reino, excepção feita ao infante D. João que, estando já doente nessa altura, não saíra de Alcácer do Sal⁹⁵.

Filho do rei D. Duarte e de D. Leonor de Aragão, o infante D. Fernando era também o filho adoptivo do infante D. Henrique uma vez que, em 1436, não tendo filhos nem outros legatários, decidira adoptar formalmente o sobrinho, tornando-o seu herdeiro⁹⁶. Aos nove anos D. Fernando era, portanto, governador da Ordem de Santiago, herdeiro do trono, do ducado de Viseu e da Ordem de Cristo. Não se sabe qual foi o envolvimento do infante D. Henrique nesta complexa reorganização política apesar de, no meio da intriga, também se encontrar o seu filho adoptivo⁹⁷. Foi precisamente com este D. Fernando, seu primo coirmão, que a infanta D. Beatriz casou em 1447⁹⁸.

⁹⁴ Rui de PINA, *CDAV*, cap. V, pp. 593-594.

⁹⁵ O cronista Rui de Pina refere que o infante D. João “*per grande resguardo da Yfante sua Molher, a morte d’EIREy, seu Irmaaõ, nam foi descuberta, se nam depois que foi retornado em sua saude, a que nam fossem contrairas, novas pera elle tam tristes*”. Rui de Pina, *CDAV*, cap. V, p. 593.

⁹⁶ A carta de D. Afonso V, de confirmação da perfilhação que o infante D. Henrique fez do infante D. Fernando, data de 23 de Novembro de 1451. ANTT, *Místicos*, liv. 2, fl. 156. Publicada em *Provas*, tomo I, liv. III, pp. 280-281. A carta de D. Afonso V cita a carta original do infante D. Henrique, que diz o seguinte: “*Eu o Infante D. Henrique Governador da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo Duque de Vizeu Senhor da Covilham faço saber a quantos est meu alvara virem q esguardando como o dezejo de todos os homens he de sua vida ser per longos dias e porq a ordenança q Deos deu a geraçm humanal o non consinte ante poucos e breves dias acaba o homem a vida desta mundo e por remediar esto os homens dezeção aver geraçom perq o seu nome fique na terra pois perdida a nõ pode pesuir e pera suprir seus encarregos, quando deste mundo parte asi em gazalhar seus criados como em prouver ao bem de sua alma, e por quanto eu nõ tinha filho nenhu, nem esperava de o aver por resurgir minha geraçom, tomo por meu filho e herdeiro o Infante D. Fernando meu sobrinho e afilhado*”.

⁹⁷ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, *Henrique, o Infante*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 260 e ss.

⁹⁸ O contrato de casamento encontra-se em ANTT, *Místicos*, liv. 1, fls. 47-48v. A sua transcrição pode ser consultada em *Provas*, tomo I, liv. III, pp. 283-286.

Após a morte do marido e do filho D. Diogo, foi D. Isabel de Barcelos quem assumiu o governo da sua Casa. Contudo, não aparenta ter tido nenhum tipo de actividade política nesta altura. Quando o infante D. João morreu, D. Isabel tinha ainda vivos o pai e os seus dois irmãos, todos politicamente muito interventivos. O duque de Bragança e o conde de Ourém, que não tinha filhos legítimos, viam as infantas Isabel, Beatriz e Filipa como recursos importantes no jogo político e diplomático do Portugal quatrocentista. As alianças matrimoniais que formariam poderiam permitir à Casa de Bragança adquirir ainda mais poder, razão pela qual as jovens eram fulcrais nos planos políticos do seu avô. Ainda assim, foi D. Isabel de Barcelos quem ficou com a tutoria das filhas⁹⁹, prática que era comum ao longo da Idade Média. A educação dos filhos, mesmo dos príncipes e infantes, cabia, na maioria das vezes, às mães viúvas. Até em reinos onde não era permitido às mulheres governarem, como em França, por exemplo, as mulheres eram tidas como naturalmente mais capazes de educar os filhos, assim ficando com a sua tutoria e, no caso das rainhas-mães, com a regência do reino¹⁰⁰.

O destino destas jovens aristocratas era casar ou com um rei, ou com um membro da alta nobreza, e a sua educação reflectia-o. As infantas foram, portanto, alvo de uma instrução cuidada, que lhes permitiria cumprir as funções sociais a que estavam votadas. Educadas segundo os preceitos morais impostos pela doutrina cristã, tais como a humildade e a obediência, estas infantas tinham sido preparadas para se tornarem mulheres pias, leais e devotas aos seus maridos¹⁰¹. A corte portuguesa deste

⁹⁹ D. Isabel de Barcelos é mencionada como tutora da infanta D. Beatriz em 1446 quando solicitou confirmação régia do acordo feito para os casamentos das filhas Isabel e Beatriz, ainda que o seu pai, o duque de Bragança, surja sempre como parte interessada – “*E porque nos foy rrequerido, por parte da dicta jffante, em nome da dicta dona Briatiz, ssua filha, como ssua tetor que he, e do dicto duque, sseu avoo, que louvassemos e aprouassemos e confirmassemos a dicta concordança*”. Carta do regente D. Pedro, em nome de D. Afonso V, aprovando o acordo entre os infantes D. Pedro e D. Henrique e o duque de Bragança, com consentimento de D. Isabel de Barcelos, referente aos casamentos das infantas D. Isabel e D. Beatriz, com Juan II de Castela e com o infante D. Fernando, respectivamente. Datada de 28 de Setembro de 1446. ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 5, fl. 80. Publicada em *MH*, vol. IX, doc. 134, pp. 186-188.

¹⁰⁰ Seguimos aqui o estudo de Ana Maria S.A. RODRIGUES, “Las regencias femininas en los reinos ibéricos medievales: ¿Fue el caso portugués una singularidad?”, *Anuario de Estudios Medievales*, 46/1, enero-julio de 2016, pp. 301-328, sobretudo p. 319. DOI: 10.3989/aem.2016.46.1.89

¹⁰¹ Sobre a educação feminina no século XV, consulte-se o artigo de Cristina SEGURA GRAIÑO, “La educación de las mujeres en el tránsito de la Edad Media a la Modernidad”, *Historia de la Educación: Revista Interuniversitária*, 26, 2007, pp. 66-75.

período, era uma corte extremamente instruída, o que muito se devia à educação dada aos infantes pela fundadora da dinastia, a rainha inglesa D. Filipa de Lencastre¹⁰².

Os infantes de Avis, entre os quais se incluía o pai de D. Beatriz, dedicavam-se à escrita de tratados, à poesia e até à tradução, e possuíam um grande interesse por música, ciência, astrologia, entre outros assuntos. Eram príncipes letrados, que sabiam diversos idiomas, como o latim, por exemplo, mas que também se dedicavam à aprendizagem da caça e da montaria. Beatriz, Isabel e Filipa cresceram, justamente, nesta corte. Sendo mulheres, teriam aprendido, para além de ler e escrever em português e talvez nalgum outro idioma como o latim, a coser e a bordar, actividades que desenvolveriam ao longo de toda a vida¹⁰³. No entanto, estas infantas tinham sido sobretudo preparadas para se tornarem rainhas ou grandes damas da nobreza. Nesse sentido, era necessário que estivessem a par dos assuntos políticos mais relevantes e aptas para gerir e administrar grandes Casas senhoriais, de modo a poderem auxiliar os seus futuros maridos no governo das suas Casas e/ou dos seus reinos.

Não obstante desconhecermos o percurso educativo da infanta D. Beatriz, esta e as suas irmãs, tal como a maioria das mulheres nobres que viveram na Baixa Idade Média, deverão ter sido educadas num primeiro momento pela sua progenitora e respectivas damas e, numa segunda fase, por um eventual perceptor¹⁰⁴.

Como já referido, a corte portuguesa deste período era extremamente letrada e os infantes conhecidos pela sua escrita e tradução, nomeadamente de obras relacionadas com modelos preferenciais de comportamento. Não é, portanto, surpreendente que esta tenha sido uma das primeiras cortes europeias a traduzir o

¹⁰² Sobre o papel da rainha Filipa de Lencastre na educação dos príncipes de Avis confira-se Manuela Santos SILVA, “Phillipa of Lancaster, Queen of Portugal (1360-1415): Educator and Reformer”, em *Rituals and Rhetorics of Queenship (Medieval to Early Modern)*, ed. de Louise Oakley-Brown e Louise J. Wilkinson, Dublin, Four Courts Press, 2009.

¹⁰³ Apesar de desconhecermos pormenores acerca da educação da infanta D. Beatriz, sabemos que a infanta bordava, pois quando morreu encontrava-se a lavar de ouro e aljôfar uma camisa mourisca que mandara fazer para o seu filho D. Manuel I. Cf. Inventário *post mortem* da Infanta D. Beatriz, publicado por Anselmo Braancamp FREIRE, “Inventário da infanta D. Beatriz, 1507”, em *Arquivo Historico Portuguez*, vol. IX, 1914, pp. 64-110. O original encontra-se em ANTT, *Núcleo Antigo*, 776.

¹⁰⁴ A infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso V, e prima de D. Isabel e de D. Beatriz, recebeu uma educação esmerada, tendo tido como perceptor D. Jorge da Costa, o Cardeal *Alpedrinha*. Veja-se Isabel BECEIRO PITA, “Poder Regio y Mecenazgo en el Occidente Peninsular”, em *Anuario de Estudios Medievales*, 46/1, enero-junio 2016, pp. 329-360. DOI: 10.3989/aem.2016.46.1.10.

livro de Christine de Pizan: *Livre des Trois Vertus or Trésor de la Cité des Dames*. A tradução para português do *Livro das Tres Vertudes ou a Insinança das Damas* foi encomendada pela rainha Isabel de Lencastre¹⁰⁵, mulher de D. Afonso V, entre os anos de 1447-1455¹⁰⁶. Mas a obra deverá ter chegado à corte portuguesa anos antes, ou enviada por Isabel, duquesa da Borgonha¹⁰⁷, tia destas infantas, ou trazida eventualmente pelo infante D. Pedro da sua viagem pela Europa. É muito provável que as mulheres da corte desta geração estivessem familiarizadas com a obra em questão, uma influência que se infere do seu carácter e acções, próximos daquilo que é descrito pela autora¹⁰⁸. Para Christine de Pizan, as mulheres deviam estar preparadas para governar as suas Casas e as suas terras e deveriam tomar parte no conselho dos seus maridos, pois podiam ter de os substituir a qualquer momento. Trata-se, no entanto, de uma mera hipótese acerca dos modelos educativos femininos adoptados na corte já que, como afirmámos anteriormente, não há qualquer notícia acerca das filhas do infante D. João e de D. Isabel de Barcelos até ao dia da morte do pai, em 1442.

¹⁰⁵ Sobre a rainha D. Isabel de Lencastre, mulher de D. Afonso V e filha do infante D. Pedro, veja-se a recente biografia de Ana Maria S.A. RODRIGUES, *As Tristes Rainhas...* cit.

¹⁰⁶ Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes ou a Insinança das Damas*, ed. de Maria de Lurdes Crispim, Lisboa, Caminho, 2002. A única cópia conhecida desta tradução encontra-se na Biblioteca Nacional de España, Ms. 11515.

¹⁰⁷ D. Isabel, duquesa da Borgonha, é outro exemplo de uma mulher que exerceu efectivamente poder político. A infanta de Portugal casou com Filipe III, duque da Borgonha, em 1430, e teve um importante papel na gestão do ducado, sobretudo durante as ausências do seu marido. Ainda em Portugal, Isabel tinha assumido a administração da Casa da rainha após a morte da mãe, Filipa de Lencastre, em 1415. Mesmo depois da sua ida para a Borgonha, Isabel manteve uma estreita relação com o reino de origem e com os seus familiares. Sobre o seu exercício de poder na Borgonha veja-se a monumental obra de Monique SOMME, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne...* cit. Trata-se de uma obra pioneira em diversos aspectos na interpretação da relação das mulheres do século XV com o poder e que, para o caso português, é fundamental. Sobre o papel da infanta D. Isabel em Portugal consulte-se Ana Paula Jerónimo ANTUNES, *De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha...* cit., e o recente artigo de Manuela Santos SILVA, "Isabel of Portugal: First Lady in a Kingdom without a Queen (1415-1428)", em *Queenship in the Mediterranean. Negotiating the Role of the Queen in the Medieval and Early Modern Eras*, ed. Elena Woodacre, Palgrave Macmillan, 2013, pp. 191-205. Sobre as relações entre Portugal e a Borgonha durante o ducado de Isabel de Portugal veja-se a obra de Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, Lisboa – Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995. A relação forjada entre o ducado da Borgonha e o reino de Portugal, após o casamento de Isabel com Filipe III, será fulcral para a colonização dos arquipélagos atlânticos, sobretudo do arquipélago dos Açores, um tema que abordaremos mais adiante.

¹⁰⁸ Licínia Trindade Correia faz, na sua Dissertação de Mestrado, um interessante exercício de análise da vida da rainha D. Isabel de Lencastre à luz dos ideais reflectidos nas obras de Christine de Pizan. Cf. Licínia Trindade CORREIA, *A Insinança das Damas – Formas de Poder no Feminino no Século XV (o caso de Isabel de Lencastre)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Três anos depois, as infantas voltam a ser mencionadas quando se começam a negociar os seus futuros enlaces. Esta questão iria levantar velhas feridas na corte portuguesa, pois D. Afonso, duque de Bragança, avô das infantas, pretendia casar uma delas, preferencialmente a mais velha, Isabel, com D. Afonso V, o rei de Portugal e que tinha nesta altura treze anos. Casar uma das netas com o rei de Portugal era o culminar das ambições do duque de Bragança, que assim se tornaria numa das pessoas mais influentes do reino. Contudo, esses não eram os planos do infante D. Pedro, regente do reino, que casou a filha, Isabel de Lencastre, com o sobrinho, desta forma cimentando mais ainda a sua posição¹⁰⁹.

Os casamentos de D. Isabel e de D. Beatriz acabaram por ser decididos numa reunião em Coimbra, na qual participaram os infantes D. Pedro, D. Henrique e o duque de Bragança. D. Isabel, mãe das infantas, deu apenas a sua anuência formal¹¹⁰. Como forma de apaziguar o meio-irmão, o infante D. Pedro propôs uma outra aliança: o casamento do infante D. Fernando, irmão do rei, com D. Beatriz. Esta união atenuava de algum modo o fracasso do duque de Bragança. Apesar de ter sido uma opção de recurso, este casamento demonstra bem o interesse dos Bragança nas alianças com a Casa real, como já acontecera com o casamento entre D. Isabel e o infante D. João. A confirmação manuelina deste contrato de casamento, citado na carta de D. Afonso V, refere precisamente o encontro entre o regente D. Pedro e o duque de Bragança, onde se negociou a união de D. Fernando e D. Beatriz:

“a quantos esta carta virem fazemos ssaber que ante nos com autoridade do jffante dom Pedro meu tyo e Padre que ssobre todos amamos e prezamos, nosso curador e rregedor por nos, de nossos rregnos e ssenhorio, e Duque de Bragança nosso prezado, e amado thio, foy feita concordança na çidade de Coimbra, aos vijnte e oyto dias de ssetembro anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil quatrocentos e quarenta e cinco annos, certos capitolloss perteençentes ao cassamento que com a graça de Deos espera de sseer antre o jffante dom Fernando nosso mujto prezado e amado jrmãao, e dona Briatiz filha do jffante dom Joham nosso tyo da gloriosa memoria que Deos aja, e da jfante dona Jssabell nossa muito prezada, e amada

¹⁰⁹ Contrato de casamento entre D. Afonso V e D. Isabel, filha do infante D. Pedro, datado de 6 de Maio de 1447. ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 34, fl. 5v. Publicado em *MH*, vol. IX, doc. 159, pp. 243-247.

¹¹⁰ ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 5, fl. 80. Publicada em *MH*, vol. IX, doc. 134, pp. 186-188.

Thia (...). Foy acordado pelo ssenhor jffante dom Pedro, rregente e etc., com o ssenhor jffante D. Henrique, e com o Duque de Bragança prazendo aa ssenhora jffante dona Jssabell”¹¹¹.

A irmã mais velha de D. Beatriz, Isabel, que fora preterida pelo regente, casou-se no mesmo ano com o rei de Castela Juan II, viúvo desde a morte da rainha D. Maria, em 1445, tia de D. Fernando e D. Afonso V¹¹². O monarca castelhano tinha quarenta e dois anos e Isabel dezanove. Para além da diferença de idades, Juan II já tinha um herdeiro, pelo que, na altura do seu casamento, havia poucas hipóteses de que Isabel de Portugal alguma vez chegasse a ser mãe do monarca reinante. Este casamento tinha sido concertado pelo infante D. Pedro e pelo condestável castelhano Don Alvaro de Luna, que buscava em Portugal o apoio para controlar a complicada situação interna de Castela, numa tentativa de dominar a nobreza castelhana. De certa forma, este casamento concretizava os desejos do duque de Bragança, que queria que uma das suas netas fosse rainha. Salienta-se a sua importância para as relações entre os dois reinos, pois Isabel de Portugal foi a primeira portuguesa a ser rainha de Castela desde o século XIV, quando o seu avô, D. João I de Portugal, conquistara o trono a D. Beatriz de Portugal e ao seu marido, Juan I de Castela. Esperava-se, por isso, que Isabel desempenhasse um importante papel na diplomacia de ambos os reinos. E Isabel, a rainha recém-chegada a Castela, desempenhou nos primeiros anos em Castela um papel político relevante, ainda que, contrariamente ao esperado, nem sempre do lado que mais interessaria ao infante D. Pedro. No início, a rainha esteve bastante envolvida na administração da sua Casa e dos senhorios que lhe pertenciam, caso das vilas de Madrigal de las Altas Torres, Sória, Arévalo e Ciudad Real, mas também no apoio à autonomia política do seu marido, Juan II de Castela, de que resultaria a queda (e morte) do condestável Álvaro de Luna¹¹³. A morte do condestável castelhano contribuiu também para um cada vez maior isolamento do regente D. Pedro, em

¹¹¹ Veja-se nota supra. Carta de confirmação do contrato de casamento entre a infanta D. Beatriz e o infante D. Fernando, dada por D. Manuel I a 13 de Julho de 1496. ANTT, *Místicos*, liv. 1, fl. 47. Publicada em *Provas*, tomo I, liv. III, pp. 283-286.

¹¹² Acta do casamento de Juan II de Castela com D. Isabel de Portugal, celebrado em Madrigal a 22 de Julho de 1447. AGS, *Patronato Real*, leg. 49, nº 29. Publicada em *MH*, vol. IX, doc. 164, pp. 254-258.

¹¹³ Cf. José Manuel CALDERÓN ORTEGA, *Álvaro de Luna: riqueza y poder en la Castilla del siglo XV*, Madrid, Editorial Dykinson, 1998.

Portugal, algo que interessava ao duque de Bragança, avô de Isabel. O infante D. Pedro morreria pouco tempo depois destes acontecimentos, na batalha de Alfarrobeira, lutando contra o rei.

Ainda assim, de acordo com a historiadora espanhola Diana Peláz Flores que, nos últimos anos, se tem dedicado ao estudo das mulheres de Juan II de Castela¹¹⁴, Isabel de Portugal não tinha muitas ligações na corte, ao contrário de Maria de Aragão, a primeira mulher do monarca cuja rede relacional se estendia amplamente. É preciso ter presente que Isabel era estrangeira e viveu menos tempo na corte, o que pode justificar em parte a sua falta de relações interpessoais¹¹⁵. O seu isolamento também pode ser explicado pelo facto de ter tido de criar novas relações quando chegou de Portugal. Por outro lado, Maria de Aragão era oriunda de uma família muito interventiva na política ibérica e uma rainha muito activa politicamente¹¹⁶, já que esteve envolvida nas querelas dos seus irmãos, os *Infantes de Aragão*, que tinham uma agenda política muito própria e que, pese o epíteto eram castelhanos e intervinham constantemente na política de Castela, por vezes até uns contra os outros¹¹⁷. Maria de Aragão crescera, por isso, no meio da intriga cortesã castelhana, sempre entre dois partidos, o dos seus irmãos e o do seu marido, Juan II de Castela.

O casamento de Beatriz seria, pelo contrário, de natureza endogâmica, dado ter casado com o seu primo coirmão, o infante D. Fernando, futuro duque de Beja e de

¹¹⁴ A investigadora defendeu recentemente a sua Tese de Doutoramento acerca desta temática. Cf. Diana PELAZ FLORES, *“Reynante(s) en vno”. Poder y Representación de la Reina...* cit.

¹¹⁵ Diana PELAZ FLORES, “María de Aragón e Isabel de Portugal a través de las Crónicas”, em María Isabel del Val Valdivieso, e Cristina Segura Graíño, em *La participación de las mujeres en lo político. Mediación, representación y toma de decisiones*, Madrid, Al-Mudayna, 2011, pp. 33-48.

¹¹⁶ Sobre a vida de María de Aragão veja-se o artigo de Vicente ALVAREZ PALENZUELA, “María, infanta de Aragón y reina de Castilla”, em *Estudios em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Universidade do Porto, 2006, vol. 4, pp. 349-370.

¹¹⁷ Os *Infantes de Aragão* eram os filhos de Fernando de Antequera, tio e regente de Juan II de Castela e, mais tarde, rei de Aragão, e da sua mulher, Leonor de Albuquerque. Juntos governaram quase toda a Península Ibérica. Maria foi rainha de Castela, Leonor era a mulher de D. Duarte e, portanto, rainha de Portugal, Alfonso foi rei de Aragão, sucedendo ao pai no trono daquele reino. Juan foi rei de Navarra e, após a morte do irmão Alfonso, foi eleito rei de Aragão, a quem sucederia o seu filho, Fernando, o Católico. Pedro de Aragão foi conde de Albuquerque e Enrique foi mestre da Ordem de Santiago e duque de Albuquerque depois da morte de Pedro. Sobre a vida e envolvimento político destes infantes veja-se a obra incontornável de Eloy BENITO RUANO, *Los infantes de Aragón*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2002 e também a de Luís SUAREZ FERNANDEZ, *Nobleza y Monarquía*, s.l., La Esfera de los Libros, 2003.

Viseu e, nesta altura, governador da Ordem de Santiago e herdeiro do trono. D. Filipa, a terceira filha do infante D. João e de D. Isabel, ficou solteira¹¹⁸ e viveria grande parte da sua vida retirada num mosteiro.

D. Isabel era, desde a morte do irmão D. Diogo, a herdeira da Casa do infante D. João, por ser a filha mais velha. No entanto, como casou fora do reino, com Juan II de Castela, a herança passou para D. Beatriz, numa compra feita por D. Afonso V, que se comprometia a entregar como dote de D. Isabel 100 000 florins de ouro, 40 dos quais no momento do casamento, e os outros 60 000 após a morte de D. Isabel de Barcelos. Nessa altura a herança seria recebida pelo infante D. Fernando, como parte do dote de D. Beatriz. Com efeito, o contrato de casamento entre a infanta D. Beatriz e o infante D. Fernando refere

“morrendo a dita D. Beatriz com filho ou filhos do dito Infante D. Fernando, q a dita herança, depois da morte da dita Infante, e do dito Infante, fique aos ditos filhos sucesive segundo a disposiçaõ, e fallecendo ella sem filhos ou descendentes delles, ou com filhos, e morrendo despois da morte della, q a dita herança fique, e a ajã aquelles que per a dita disposiçaõ he do conde”¹¹⁹.

Assim, D. Isabel de Barcelos geriria o seu próprio património até à sua morte, que passaria depois para D. Beatriz e para o seu marido, o infante D. Fernando, já que D. Isabel abdicara, ou mesmo vendera os seus direitos à herança do bisavô. Este património doado por D. Nuno Álvares Pereira, “o conde”, à neta, seria depois herdado pelos filhos de D. Beatriz e de D. Fernando, de acordo com a ordem de sucessão, após a morte de D. Beatriz. Caso o casal não tivesse filhos, o património deveria regressar aos herdeiros de D. Nuno Álvares Pereira depois da morte da infanta, tal como fora estabelecido no contrato de doação de 1422, isto é, para os irmãos de D. Isabel de Barcelos – primeiro para D. Afonso, conde de Ourém e seus herdeiros, e caso este tivesse morrido sem herdeiros, para D. Fernando, conde de Arraiolos, e seus

¹¹⁸ D. António Caetano de Sousa diz que D. Filipa fora prometida em casamento a seu tio, D. Afonso, conde de Ourém (que era irmão da sua mãe) e que, após a sua morte, em 1460, se recusava a casar. A ter-se realizado, este seria um casamento um pouco tardio para D. Afonso que, à data da sua morte, deveria ter cerca de 60 anos. Cf. *HGCRP*, tomo X, pp. 315-316.

¹¹⁹ Carta de confirmação do contrato de casamento entre a infanta D. Beatriz e o infante D. Fernando dada por D. Manuel I a 13 de Julho de 1496. ANTT, *Místicos*, liv. 1, fl. 47. Publicada em *Provas*, tomo I, liv. III, pp. 283-286.

herdeiros¹²⁰. O infante D. Fernando seria, obviamente, compensado pela perda, com uma soma de 30 000 florins. Na prática, tal significa que Beatriz herdou os bens da mãe após a morte desta e administrou-os até ao fim da sua vida.

As duas irmãs casaram em Alcáçovas, no início de 1447, estando aí presentes D. Afonso V, o regente D. Pedro e D. Isabel de Barcelos. Na cerimónia, não há notícia da presença do infante D. Henrique, pai adoptivo do noivo, nem de membros da Casa de Bragança. Não há também fontes que os coloquem na embaixada que acompanhou a nova rainha de Castela ao seu reino, ainda que haja notícia de que Isabel de Portugal foi acompanhada pela sua mãe nesta viagem¹²¹. Sobre estes casamentos Rui de Pina escreve o seguinte:

“E no começo do ano de mil quatrocentos e quarenta e sete, ho Yfante Dom Pedro se partio com ElRey da Cidade d’Evora pera o lugar das Alcaçovas, honde per concerto veo a Yfante Dona Ysabel Molher do Yfante Dom Joam, e trouxe consygo duas suas Fylhas, que ally ambas juntamente casaram; Dona Ysabel que era mayor com ElRey de Castella, per Garcia Sanchez de Tolledo, que como seu Procurador e Embaaxador a recebeo, e Dona Briatiz com o Yfante Dom Fernando, per elle mesmo. E do casamento que prometeo a ElRey de Castella, que foy cem myl florins d’Aragam, se seguio a este Reyno que era obrygado pagar aa gente do socorro, e da ajuda que ElRey de Portugal le envyou o Condestabre seu Prymo, como atras ja dysse. E no Mayo deste ano, que era o tempo da entrega da Raynha, em que se concertaram ElRey e o Yfante seu Irmaaõ, com todollos senhores e pessoas pryncipaes do Reino, fizeram em Lixboa por honrra da Raynha humas muy grandes festas, acabadas as quaaes o Yfante Dom Pedro acompanhado grandemente levou a Raynha a Coymbra, onde foy festejada, e d’hy aa Vylla de Pinhel que he em Portugal, honde era concordado que ElRey de Castella avya de vir em pessoa, pera lhe ser ally entregue e a levar, e elle nom veo”¹²².

Pouco mais sabemos da vida da infanta D. Beatriz nesta altura. Todavia, chegou até nós a lista do seu enxoval, isto é, dos bens que recebeu da sua mãe, D. Isabel de

¹²⁰ Carta de doação de 4 de Abril de 1422. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 26v.

¹²¹ Rui de PINA, *CDAV*, cap. LXXXVII.

¹²² Idem, *ibidem*, cap. LXXXVII, p. 698.

Barcelos, por altura do seu casamento com o infante D. Fernando¹²³. O enxoval, constituído pelos bens que acompanhariam a duquesa D. Beatriz ao longo da sua vida pública e privada, era uma das poucas componentes do dote da noiva que lhe pertencia por direito. Deste registo, elaborado nas margens do contrato nupcial, consta roupa de corpo e de cama, peças de uso pessoal, mobiliário litúrgico e objectos de mesa ou de cozinha¹²⁴.

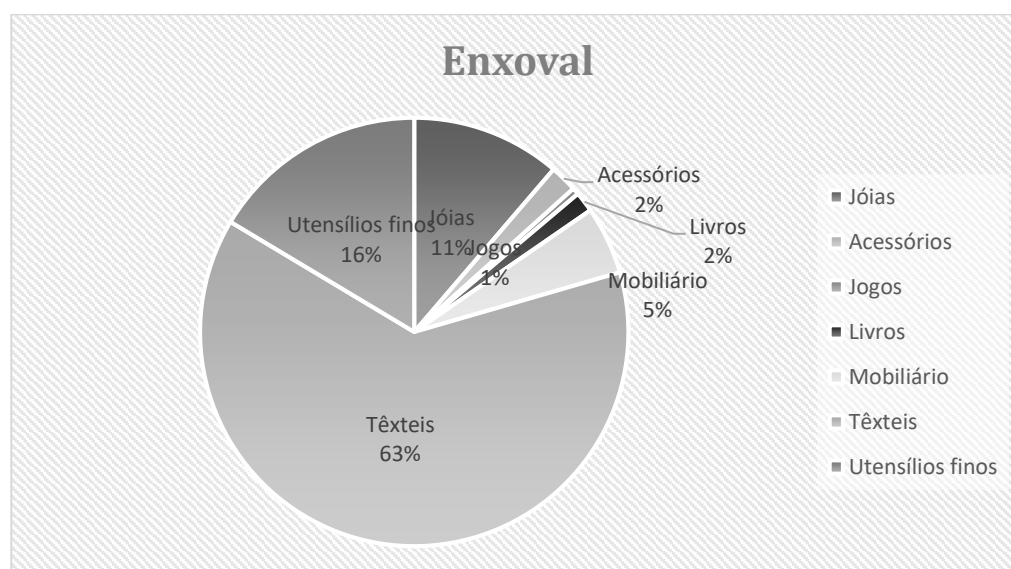


Figura 2 - Objectos da lista do enxoval da infanta D. Beatriz (c. 1447)

No enxoval de D. Beatriz figuram ainda joias; vestuário (com componentes de pedrarias, pérolas e ouro); objectos de câmara; peças de *toilette*, como pentes e espelhos; objectos de mesa (confeiteiras, saleiros); uma capela completa para as suas funções religiosas privadas (que incluía um missal, um breviário, castiçais para o altar, um cálice, uma custódia para o Corpo de Deus, uma cruz de altar, um turíbulo e um porta-paz); paramentos de cama e diversos almofreixes; vários panos de rás para adornar as paredes dos palácios; cercamentos de câmara; reposteiros; almofadas; tapetes e até um tabuleiro de xadrez e de damas. Há ainda roupa branca (de cama, de

¹²³ Publicado *Provas*, tomo I, liv. III, pp. 289-296.

¹²⁴ Sobre enxovais e dotes na corte portuguesa, veja-se Isabel dos Guimarães SÁ, "Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580)", *Revista da Historia da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, tomo 1, 2010, pp. 97-201.

mesa e do corpo); objectos para a cozinha; selas e tábuas de cavalgar e diversos outros objectos e vestuário para as oito damas que a acompanhariam, designadamente uma mesa marchetada, castiçais, saleiros, cotas, opas e crespinas (toucas ou chapéus).

Refira-se que a maioria das peças de vestuário levada por D. Beatriz aquando do seu casamento correspondia a conjuntos de cotas e opas. A cota (o vestido por excelência) podia ser talhada em veludo, seda ou fazenda. Tinha normalmente uma abertura nas costas até à cintura e mangas compridas e estreitas¹²⁵. A opa veio substituir o pelote, sendo nesta altura fechada e com mangas largas ou estreitas. Para as damas que a acompanhavam, D. Beatriz levava oito cotas de cetim aveludado, seis cotas de damasco e oito cotas de “quaternai”. Do enxoval da infanta D. Beatriz constavam também dezoito camisas de lenço de Holanda (uma espécie de cambraia muito fina), três camisas bordadas a ouro e uma camisa grande mourisca. A infanta trazia ainda diversos mantos: um de veludo preto, um mantão de pano da Irlanda, um de pano de Lille e um manto de brocado carmesim.

Em termos de acessórios, do enxoval de D. Beatriz constavam seis pares de chapins (sapatos¹²⁶) dourados; variadíssimas crespinas (chapéus) bordadas a ouro e a prata, com motivos vegetais; diversas toucas; dois pares de touplas (luvas) e vários tipos de emxarafas (bolsas). A riqueza destas peças, a par da sua quantidade, demonstra bem a posição social da infanta D. Beatriz e da sua família.

A lista do enxoval, redigida, ou pelo menos ditada, pela própria infanta é também o primeiro documento por ela emitido de que temos conhecimento¹²⁷. A infanta assina e sela a listagem, testemunho de que nesta altura já possuía selo próprio e, provavelmente, um escrivão. Diz a infanta

“Eu a Infante Dona Beatriz faço saber a quantos esta carta assinada de meu nome e asellada de meu sello virem que eu conheço e cõfesso que recebi e tenho recebido da Infante Dona Izabel minha muito amada e muito prezada Madre por rezam do

¹²⁵ A. H. de Oliveira MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1964, p. 59.

¹²⁶ Apesar de não virem descritos no inventário, há notícia de uma dívida contraída por D. Beatriz na compra de uns sapatos.

¹²⁷ Ainda que tenha chegado aos nossos dias através de uma fonte secundária, por se encontrar transcrito por D. António Caetano de Sousa nas suas *Provas*, tomo I, liv. III, pp. 289-296, e se ter perdido o original que se encontrava no Cartório da Casa de Bragança. Documento sem data.

*tal corregimento e dote de casamento cõ ho muito excellente e poderoso Principe ho Senhor dom Fernando meu Senhor as Joyas e corregimentos que ao diante se seguem*¹²⁸.

Seria interessante poder-se comparar os objectos recebidos por D. Beatriz com os que Isabel de Portugal levou para Castela. Desconhece-se, no entanto, a lista do enxoval da futura rainha de Castela. Sabe-se, sim, que ambas levaram consigo servidores da Casa dos pais, deixando frequentemente famílias divididas entre as duas Casas, como é o caso da família Silva de Meneses, que deteve um papel muito importante quer em Portugal, quer em Castela. A presença de servidores da mesma família nas duas Casas era mais uma forma de aproximação entre as duas irmãs e entre a coroa castelhana e a Casa de Beja¹²⁹.

A criação e organização da Casa da rainha era, em Castela, prerrogativa da própria, e tinha sido, no exemplo de Isabel de Portugal, várias vezes mencionada no seu contrato de casamento. Isabel, cumprindo com os deveres de rainha, ocupou-se da selecção dos seus servidores tendo, numa primeira fase, optado por indivíduos portugueses. Um ano mais tarde, de acordo com o contrato, Isabel, então já mais conhecedora da corte castelhana, deveria começar a substituir estes servidores portugueses por castelhanos. Ainda assim, manteve a maioria das suas damas portuguesas¹³⁰.

Já em relação à infanta D. Beatriz, não sabemos como se processou a escolha dos seus servidores, mas a lista do enxoval dá-nos a indicação de que teria a companhia de oito damas¹³¹. Dez anos depois do casamento, a infanta acordou com o marido o seu contrato de arras. Este contrato, feito a 11 de Março de 1457, em Setúbal, nos paços do duque de Beja, confirmava que durante as negociações do casamento entre D. Fernando e D. Beatriz

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ Sobre a Casa da rainha Isabel de Portugal veja-se Francisco de Paula CAÑAS GALVEZ, “Las casas de Isabel y Juana de Portugal, reinas de Castilla. Organización, dinámica institucional y prosopografía (1447-1496)”, em José Martín Millán e Maria Paula Lourenço (eds.), *Las relaciones discretas entre las monarquías hispánica y portuguesa. Las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*, vol. I, Madrid, Polifemo, 2009, pp. 9-233.

¹³⁰ *Idem, ibidem*.

¹³¹ *Provas*, tomo I, liv. III, pp. 289-296.

“foi acordado que o dito Senhor Infantte desse em arras a dita Senhora Infante sua mulher quinze mil florins douro, do cunho Daragaõ, e nõ fora bem declarado em que cazo ouvessem lugar as ditas arras nem como, nem fora delo tirado carta, porem a ele dito Senhor Infante aprazia e outorgava que morrendo ele primeiro que a dita Infante sua mulher aja Darras quinze mil florins douro, os quaes avera e descontara, ou seus herdeiros dos trinta mil, em que a herança que ade vir a dita Infante segundo dispoziçom do Condestrabre, seu vizavo, per morte de sua madre”¹³².

Nesta altura, D. Fernando e D. Beatriz ainda não tinham filhos e, ainda que as fontes não o mencionem, seria certamente uma situação preocupante depois de dez anos de matrimónio, uma vez que gerar herdeiros era uma das principais funções da mulher nobre. Não havendo referências documentais, não há como explicar os dez anos sem filhos do casal, dada sobretudo a numerosa prole que tiveram depois. A primeira filha da infanta D. Beatriz e do infante D. Fernando, D. Leonor, futura mulher de D. João II, só nasceria em 1458. E, após o nascimento da primogénita, sucederam-se vários filhos, tendo o último, D. Manuel, nascido em 1469, quando D. Beatriz já tinha quarenta anos.

A irmã de Beatriz, a rainha Isabel de Portugal, era mãe de Isabel, nascida em 1451, e futura rainha Isabel a Católica, e de Alfonso, nascido em 1453, o segundo na linha de sucessão do trono, logo a seguir ao seu irmão Enrique IV. Neste sentido, quando Isabel de Portugal ficou viúva, em 1454, era a mãe do herdeiro do trono, pois o seu enteado, agora Enrique IV de Castela, não tinha filhos. No entanto, a rainha padecia de um estado de perturbação, uma eventual depressão pós-parto, agravada após a morte de Juan II, em 1454. Os cronistas descrevem-na como vivendo num estado de constante melancolia.

Tal como aconteceria com D. Beatriz e, como era comum nos reinos peninsulares, Isabel de Portugal foi nomeada tutora dos seus descendentes menores após a morte do marido¹³³. Não sendo rainha-mãe, optou por se retirar da vida cortesã

¹³² Carta de confirmação do contrato de arras celebrado entre o infante D. Fernando e a infanta D. Beatriz, sua mulher, datado de 3 de Abril de 1457. ANTT, *Místicos*, liv. 3, fl. 288v. Publicado em *Provas*, tomo I, livro III, pp. 287- 289.

¹³³ As rainhas de Castela eram, normalmente, nomeadas tutoras e regentes dos seus filhos menores e do herdeiro do trono, regência que exerciam em conjunto com um conselho nomeado pelo rei em

com os filhos, dando assim mais espaço a Enrique IV para construir a sua própria corte. No entanto, a sua depressão agravava-se, o que a certa altura a impediu de continuar a zelar pela educação dos filhos e pela gestão do seu património. Em 1459, a sua mãe, D. Isabel de Barcelos, mudou-se para Castela, de forma a poder prestar-lhe apoio. É interessante notar que se tinham passado cinco anos desde a morte de Juan II à data da ida de D. Isabel de Barcelos para Castela. Este período temporal pode, em nossa opinião, ser justificado por dois motivos: primeiro, nos anos iniciais, Isabel de Portugal tinha conseguido manter as aparências e funções enquanto tutora dos filhos, tendo a sua situação piorado depois¹³⁴; segundo, D. Isabel de Barcelos só foi para Castela após o nascimento da primeira filha da infanta D. Beatriz e de D. Filipa, a sua filha mais nova, ter tomado votos e entrado no convento¹³⁵.

Assim, apesar de terem tido a mesma educação e de Isabel ter, à partida, um papel político mais preponderante, ou, pelo menos, mais oficial, as três irmãs Isabel, Beatriz e Filipa tiveram envolvimento político muito distintos. Se, de início, pelo menos Isabel e Beatriz usufruíam de condições conjecturais para o exercício de poder, tendo inclusivamente recebido uma educação que as preparava para esse tipo de funções, tal não significa que estivessem aptas para o fazer. O facto de D. Isabel de Barcelos ter sido levada a ir viver para Castela para acompanhar a filha e substituí-la nas suas tarefas é prova disso mesmo.

No início da década de 1460 a situação social de Portugal sofreu alterações significativas. A 13 de Novembro de 1460 morreu o infante D. Henrique e, um ano depois, com a morte de D. Afonso, o duque de Bragança, desapareceria o último dos filhos de D. João I. Estas duas mortes significaram também uma enorme concentração

testamento. No caso de Isabel de Portugal, esta teria direito à tutoria dos filhos e também à administração das suas terras, desde que não se voltasse a casar e não regressasse a Portugal.

¹³⁴ Sobre a educação dos infantes castelhanos veja-se o artigo de Cristina SEGURA GRAIÑO, “Influencias de Isabel de Portugal em la educación y formación política de su hija Isabel I de Castilla”, em *Isabel, la Católica y su época. Actas del Congreso Internacional 2004*, ed. de Luís Ribot, Julio Valdeón e Eduardo Maza, Vol. 5, Valladolid, Universidad de Valladolid; e sobre a presença de Isabel de Barcelos em Castela e a sua participação na educação da neta veja-se a obra magistral de Maria Isabel del VAL VALDIVIESO, *Isabel la Católica princesa (1468-1474)*, Valladolid, Instituto de Historia Eclesiástica Isabel la Católica, 1974.

¹³⁵ Embora não haja data precisa da sua entrada no convento, deve tê-lo feito antes da partida da mãe para Castela e, por isso, um ano antes da morte do tio, D. Afonso, o marquês de Valença com quem, segundo D. António Caetano de Sousa, estaria comprometida. Vide nota de rodapé nº 118.

patrimonial em apenas duas Casas, a de Bragança e a de Viseu. D. Afonso, conde de Ourém e marquês de Valença, tinha morrido antes do seu pai, o 1º duque de Bragança. O ducado foi, por isso, herdado pelo seu irmão mais novo, D. Fernando, o conde de Arraiolos e marquês de Vila Viçosa. Em 1460, D. Fernando, o 2º duque de Bragança, concentrava nas suas mãos quase todo o património original do condestável D. Nuno Álvares Pereira, já que tinha agregado na sua Casa a do seu pai, o 1º duque de Bragança, e a do seu irmão, D. Afonso, marquês de Valença.¹³⁶ O infante D. Fernando juntava na Casa de Viseu-Beja o património do ducado de Viseu, o seu legado enquanto duque de Beja e a herança de D. Isabel de Barcelos, a única parte do património de D. Nuno Álvares Pereira que não se encontrava em poder de D. Fernando I, o 2º duque de Bragança. Estas duas Casas concentravam nas suas mãos um património que praticamente ultrapassava o da Coroa.

O infante D. Fernando tinha sido feito duque de Beja em 1453, a que agora juntava o extenso património do ducado de Viseu e da Ordem de Cristo. No entanto, apesar da perfilhação feita pelo infante D. Henrique em 1437, a herança não foi automaticamente confirmada ao infante D. Fernando. As relações entre o infante D. Henrique e o seu filho adoptivo nunca tinham sido muito próximas, mas, nos últimos anos, tinham-se deteriorado bastante. Apesar de algumas doações que o infante fizera a D. Fernando ainda em vida¹³⁷, nas últimas cartas testamentárias o duque de Viseu nomeou D. Afonso V como seu herdeiro universal¹³⁸. O que significa que a confirmação feita a D. Fernando dos bens pertencentes ao infante D. Henrique exigiu, da parte do duque de Beja, grande persistência e pressão política sobre o irmão. A confirmação dos bens pertencentes ao ducado de Viseu e das ilhas atlânticas¹³⁹ não foi

¹³⁶ Sobre a herança do 2º duque de Bragança veja-se Maria Barreto DÁVILA, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança: vida e acção política*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009, sobretudo pp. 112-117.

¹³⁷ Por exemplo, a 22 de Agosto de 1460, o infante D. Henrique doara a D. Fernando as ilhas da Graciosa e da Terceira, que este tinha intenções de povoar. A doação era feita, com a excepção da espiritualidade e da vintena, reservadas à Ordem de Cristo. ANTT, *Colecção Especial*, parte 1, caixa 72. Publicada em *MH*, vol. XIII, doc. 189, pp. 338-342.

¹³⁸ Sobre o testamento henriquino veja-se António Joaquim Dias DINIS, *Estudos Henriquinos*, Coimbra, 1960 e João Silva de SOUSA, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique* cit.

¹³⁹ Carta de D. Afonso V pela qual fez doação ao infante D. Fernando das ilhas de S. Jorge, de Jesus Cristo, da Graciosa, de S. Miguel e de Santa Maria, das ilhas da Madeira, Porto Santo e outras. Datada de 3 de Dezembro de 1460. ANTT, *Místicos*, liv. 3, fl. 58v. Publicada em *HGCV-CD*, vol. I, pp. 15-16.

problemática. Todavia, como exploraremos mais adiante, D. Afonso V vinha preparando há vários anos a sucessão ao infante D. Henrique na empresa dos Descobrimentos, pelo que o infante D. Fernando não obteve o exclusivo das navegações e do comércio a sul do Cabo Bojador, em conjunto com a vila de Lagos, que tinha sido doada ao infante D. Henrique apenas vitaliciamente. Esteve, para mais, a ponto de não ficar com o governo da Ordem de Cristo. A todos estes bens, o infante D. Fernando juntava ainda um assentamento anual de 2 208 561 reais, pago pela Coroa, o mais alto atribuído até então¹⁴⁰.

Com a sua herança, proximidade ao monarca e idade promissora, o infante D. Fernando era, na década de 1460, o nobre mais importante e influente do reino. A preponderância deste infante aumentaria ainda mais com as alianças matrimoniais que negociou para as suas filhas, Leonor e Isabel. No mesmo ano, D. Fernando contratou o casamento de D. Leonor com o príncipe D. João¹⁴¹, herdeiro do trono português, e o de D. Isabel com D. Fernando, conde de Guimarães e herdeiro do ducado de Bragança¹⁴². A este propósito, João Paulo Oliveira e Costa refere que

“ao estabelecer estas alianças matrimoniais, o infante D. Fernando obtinha uma influência política considerável no imediato, e muito mais poderosa a médio prazo. Quando negociava estes casamentos, D. Fernando tinha entre os 35 e os 36 anos, pelo que alimentaria a esperança natural de viver mais alguns anos e poderia perspectivar o que seria o reino caso o seu irmão falecesse antes de si, o que era perfeitamente plausível. Neste caso, D. Fernando, além de ser o nobre

¹⁴⁰ ANTT, *Gavetas*, II, 9-7. Sobre esta questão veja-se Sebastiana LOPES, *O Infante D. Fernando e a Nobreza...* cit., p. 21, sobretudo nota 28.

¹⁴¹ O contrato de casamento data de 16 de Setembro de 1474. ANTT, *Gavetas*, XVII, 4-10.

¹⁴² O contrato de casamento data de 12 de Julho de 1470. ANTT, *Místicos*, liv. 3, fls. 269v-272. A confirmação régia data de 8 de Agosto de 1472. Para a Casa de Bragança este casamento seguia uma lógica parecida com a adoptada pelo conde de Barcelos quando casou a sua filha D. Isabel com o infante D. João. Era uma aproximação à família real e à corte e também uma forma do infante D. Fernando reforçar a sua ligação aos Bragança. O conde de Guimarães era, como vimos, primo coirmão da infanta D. Beatriz e tinham sensivelmente a mesma idade. É a dificuldade de encontrar noivas com a categoria social pretendida que justifica o facto de D. Fernando, nascido em 1430, ter casado com D. Isabel, muito mais nova, e ter aguardado que a noiva tivesse idade suficiente para o casamento se realizar por palavras de presente. O herdeiro da Casa de Bragança era viúvo de D. Leonor de Meneses, filha de D. Pedro de Meneses, o 1º capitão de Ceuta e não tinha descendentes, pelo que uma união se impunha.

mais poderoso do reino seria simultaneamente sogro do rei e do duque de Bragança”¹⁴³.

No entanto, os sonhos de D. Fernando não se concretizaram, pois morreu repentinamente a 18 de Setembro de 1470, com apenas trinta e sete anos. Rui de Pina descreve a sua morte do seguinte modo:

*“E no ano de mil e quatrocentos e setenta, a dezoito dias do mes de Setembro, o dito Ifante Dom Fernando falleceo, e deu sua alma a Deos e Setuvel, em ydade de XXXVII anos, sendo ElRey seu Irmaão e a Ifante sua mulher presentes, por cuja morte fyzeram craros synaaes de grande dor e sentimento, foy seu corpo logo enterrado no Moesteiro de Sam Francisco da observancia, que he junto com a dyta Vylla, e de hy fora despois seus ossos com muyto honrra, e grande sollenydade, treladados ao Moesteiro da Conceiçam de Béeja, honde jazem e sua muy honrrada sepultura, a qual a Senhora Yfante Dona Brytatiz sua mulher como Pryncesa em toda muy virtuosa, juntamente com o dito Moesteiro de novo fundou e edificou com grades suas despesas, e perpetuamente o dotou de muytas rendas e syngulares ornamentos”*¹⁴⁴.

1.2. Tutora dos filhos e governadora do ducado de Viseu-Beja

Apesar de só ter ganho protagonismo político após a morte do marido, em 1470, é muito provável que a infanta D. Beatriz já tivesse alguma experiência na gestão do ducado de Viseu-Beja, designadamente durante as ausências do marido, sobretudo em Marrocos, incluindo a ocorrida durante o ano de 1453 quando o infante D. Fernando abandonou o reino sem autorização régia, em busca de fama e glória. No entanto, não há nenhum registo da actuação da infanta na administração do ducado, nem da sua participação no Conselho ducal. Reitera-se que as mulheres que geriam património, ou que eram tutoras dos filhos menores, não constituíam uma excepção, antes pelo contrário, pelo que raramente são referidas nas fontes. Haver uma mulher à frente de uma Casa senhorial ou uma rainha assumindo a regência do filho era um facto comum. De certo modo, uma mulher a exercer o poder em nome de um homem

¹⁴³ João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I...* cit. p. 59.

¹⁴⁴ Rui de PINA, *CDAV*, cap. CLXI, p. 817.

(quer se tratasse de marido ou de filho) e não em moto-próprio, era menos ameaçador, logo menos digno de referência.

A tutoria da infanta D. Beatriz não surpreende, portanto. É verdade que num passado muito recente a rainha regente D. Leonor de Aragão tinha sido impedida de levar a cabo a sua regência, sendo apresentados motivos relacionados com o género, até pelo infante D. João, o pai de D. Beatriz. Porém, na realidade, estas não terão sido as únicas razões a impedi-lo. O facto de ser estrangeira e membro de uma família que politicamente não era apoiada pelos Avis foram factores decisivos. A infanta D. Beatriz assumiu funções de governadora do ducado no momento político certo. A sua família era uma das mais poderosas do reino e apoiava-a, mas não constituía uma ameaça à Coroa. D. Afonso V, com a morte do irmão, tinha aqui uma oportunidade de adquirir uma liberdade e um protagonismo político diferentes, actuando conjuntamente com D. Beatriz, que era ainda, nesta altura, menos relevante em termos políticos.

O infante deixava, como vimos, cinco filhos, todos eles menores¹⁴⁵. D. João, o 3º duque de Viseu, foi herdeiro do ducado por pouco tempo; sucedeu-lhe o irmão, D. Diogo, o 4º duque de Viseu, em 1472. D. Duarte, e o mais novo, D. Manuel, seria herdeiro do ducado e futuro rei de Portugal. As raparigas eram D. Leonor, prometida ao príncipe D. João, e D. Isabel, a futura duquesa de Bragança.

Após a morte do irmão, D. Afonso V confirmou a D. João, seu sobrinho primogénito, todo o património da Casa de Viseu-Beja, com excepção do governo da Ordem de Cristo, que passou directamente para D. Diogo, filho segundo do infante D. Fernando. O papa Paulo II, por letra de 28 de Março de 1471, dirigida a D. Afonso V, nomeou D. João e D. Diogo para governadores das Ordens de Santiago e de Cristo, respectivamente, confiando ao rei e demais tutores dos infantes o governo

¹⁴⁵ Os duques de Beja tiveram oito filhos no total, mas D. Simão, D. Dinis e D. Catarina morreram na primeira infância, não tendo sobrevivido ao pai.

temporal¹⁴⁶ das mesmas, mas recomendando que a jurisdição, privilégios e isenções das Ordens fossem mantidos¹⁴⁷. O monarca tomou a seu cargo a tutoria de D. Diogo.

D. Beatriz seria a tutora dos outros filhos, confirmada por carta régia datada de 10 de Outubro de 1470, dizendo o autor, D. Afonso V, *“vemdo nom aver hii pessoa que com tamta rrazom amor e afeijam deua nem possa teer carreguo delles e dos feitos e cousas a elles tocantes”*¹⁴⁸. A declaração do monarca parece confirmar uma vontade expressa pelo infante D. Fernando, já que D. Afonso referiu tê-lo feito *“Pollo singullar amor que ao dito meu irmãoo tijnhamos e sua muy estremada obediemçia sogeijam e acatamento que a nos como a seu Rey e señor irmãoo mayor sempre teue”*¹⁴⁹.

Enquanto tutora dos filhos, a infanta D. Beatriz deveria

*“Gouernar e aministrar a elles seus beens e cousas e pessoas e cousas que lhe pertencerem, como milhor ouuer e lhe parecer (...) sem embargo de quaaesquer lex canónicas ciuees grosas e openiões de doutores hordenações façanhas ou costumes de nossos regnos”*¹⁵⁰.

Uma semana depois desta confirmação do monarca, a 18 de Outubro, D. Beatriz, enquanto tutora e curadora do duque de Viseu, mandou tomar posse de todas as suas ilhas e terras¹⁵¹.

A divisão das duas ordens militares da Casa de Viseu-Beja entre os dois filhos mais velhos da infanta D. Beatriz permitia a criação de uma Casa senhorial importante para o filho secundogénito, no seguimento daquilo que o condestável D. Nuno Álvares Pereira já tinha feito com os seus netos, e do que faria também o 2º duque de Bragança, D. Fernando, que criou Casas-satélite da Casa de Bragança, permitindo aos

¹⁴⁶ Foi na nomeação de D. Diogo como governador da Ordem de Cristo, que o pontífice faz pela primeira vez a discriminação entre o poder temporal e o espiritual, já que o nomeia apenas para governador temporal da Ordem. *Letras Dum Regalis*, de 1 de Fevereiro de 1471. AV, *Registum Vaticanum*, vol. 524, fl. 63, publicado em *MH*, vol. XV, doc. 6, pp. 7-9.

¹⁴⁷ *Letras Superioribus diebus*, Archivo di Stato de Veneza, *Luigi Podocataro*, série 1, busta 1, nº 165, em cópia coeva.

¹⁴⁸ ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 21, fl. 29v; *Místicos*, liv. 3, fls. 295-295v.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *VCMF*, p. 15.

seus filhos constituir Casas independentes da do primogénito e, na sua maioria, tituladas.

A ideia de dividir parte do património da Casa parece ter partido de D. Afonso V. Para o rei era também um modo de evitar a concentração excessiva de bens numa só Casa. No entanto, este modelo de divisão do património não seria aplicado após a morte do duque D. João, em 1472. Como veremos no capítulo 3, a morte do duque implicou a perda do mestrado de Santiago, pelo que todo o legado da Casa de Viseu-Beja ficou concentrado nas mãos do novo duque, D. Diogo. Após a morte sucessiva dos irmãos, D. Manuel seria jurado herdeiro do irmão D. Diogo, sem que isso tivesse significado qualquer partilha de património ou de títulos. No entanto, até à morte do duque D. Diogo, em 1484, a infanta insistiria na doação de um mestrado a D. Manuel, quer o de Avis quer o de Santiago, algo que sempre lhe seria recusado¹⁵².

Não é inédito que o monarca tenha tomado a seu cargo a educação de um dos sobrinhos, ainda que por pouco tempo. Era costume em Portugal haver filhos mais novos das famílias nobres criados na corte, o que lhes permitiria depois subir na hierarquia do serviço régio. Sabemos que D. Diogo deverá ter passado os primeiros anos na Casa de D. Afonso V, que ficara com a sua tutoria, embora não haja referências documentais que, de facto, o comprovem. O jovem D. Duarte foi, de acordo com Rui de Pina, recolhido pelo príncipe D. João “*em sua casa com muyta honrra e grande amor como proprio Fylho*”¹⁵³. No inquérito realizado durante o julgamento do duque de Bragança, é várias vezes referida a morte de D. Duarte, sendo que o duque responde que o queria como a um filho e que nada tinha tido a ver com a sua morte¹⁵⁴. Isto poderá também indicar que D. Duarte fora criado com as irmãs, isto é, entre a Casa do príncipe D. João e de D. Leonor, e a Casa do conde de Guimarães e de D. Isabel. Anos mais tarde, D. Manuel, herdeiro do ducado, seria também ele enviado para ser criado na corte¹⁵⁵.

¹⁵² Abordaremos esta questão com maior profundidade no último capítulo da presente tese.

¹⁵³ Rui de PINA, *CDAV*, cap. CLXI, p. 817.

¹⁵⁴ *Provas*, tomo III, p. 786.

¹⁵⁵ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 82, fornece indicações sobre o modo como o jovem Manuel deveria ser tratado enquanto estivesse na corte. D. Manuel devia ficar com o rei dentro

As filhas D. Leonor e D. Isabel deverão ter ficado ao cuidado da própria infanta D. Beatriz. É possível que tal resulte, uma vez mais, da influência do livro de Christine de Pizan e das instruções aí expressas. Obra que, mais tarde, é novamente mandada imprimir, agora pela rainha D. Leonor, numa tradução distinta da encomendada pela rainha D. Isabel de Lencastre, sua sogra. Assim se verifica que circulavam na corte portuguesa manuscritos distintos da mesma obra¹⁵⁶.

Houve, por parte da infanta D. Beatriz, nos primeiros anos da sua tutoria e governo, uma maior aproximação à Casa de Bragança, chefiada pelo seu tio, D. Fernando. Apesar de a documentação disponível não nos permitir retirar ilações mais fundamentadas acerca desta questão, sobretudo devido à inexistência de missivas de carácter mais pessoal por parte da infanta D. Beatriz e do duque de Bragança, a investigação que temos vindo a fazer ao longo dos últimos anos conduz-nos nesse sentido¹⁵⁷.

O infante D. Fernando tivera, ao longo da sua vida, uma importante relação com o 1º duque de Bragança, D. Afonso. Unia-os, para além do parentesco, a inimizade para com o infante D. Pedro¹⁵⁸. Nada nos garante que esta cumplicidade entre o infante D. Fernando e o seu tio D. Afonso se tenha estendido também ao novo duque de Bragança, D. Fernando, que era um homem mais ponderado e menos ambicioso do que o seu pai. No entanto, nos anos de 1470, D. Fernando era o parente mais próximo da infanta D. Beatriz, um homem cuja experiência e influência lhe poderiam ser úteis na defesa dos interesses da Casa de Viseu-Beja.

Contrariamente a D. Beatriz, que só tinha filhos menores de idade, o duque de Bragança tinha filhos adultos e consorciados com a mais alta nobreza do reino, situação que lhe rendia uma inigualável influência política. Ainda que a Casa de Viseu-Beja fosse maior em termos de património e riqueza e, em teoria, tivesse mais poder político

da cortina com almofada, e receber a água das mãos do seu aio para a dar ao rei. Se o seu aio não estivesse presente deveria receber a água de um fidalgo presente (e não de uma pessoa titulada).

¹⁵⁶ A impressão encomendada pela rainha D. Leonor em 1518 encontra-se na BNP, *Reservados*, 404 v.

¹⁵⁷ Seguimos aqui parte da investigação realizada para a nossa Dissertação de Mestrado citada supra.

¹⁵⁸ O infante D. Fernando e D. Afonso, o duque de Bragança, foram os únicos membros da família real a recusar comparecer nas exéquias fúnebres do duque de Coimbra, realizadas em Novembro de 1455, a pedido da rainha D. Isabel de Lencastre. Rui de PINA, *CDAV*, cap. CXXXVII.

devido à sua proximidade com a Casa real, na realidade, eram os Bragança os maiores protagonistas políticos do reino. Prova disso foi a necessidade que D. Afonso V teve de relembrar os *“estados, assentamentos e procedimentos dos duques e senhores Condes e pessoas grandes de seus Rejnos”*¹⁵⁹. Os direitos de precedência na corte seriam então os seguintes: o duque de Viseu prevalecia a toda a nobreza, seguindo-se-lhe os seus irmãos, ainda que não titulados, por serem tão *“chegados a sobcessam do Rejno”*¹⁶⁰; depois, o duque de Bragança e o seu filho, o duque de Guimarães. Os restantes filhos de D. Fernando, ainda que não titulados, tinham direito de precedência sobre todos os condes, excepção feita ao conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses, cunhado do duque. Note-se que, nesta data, excluindo o duque de Guimarães, D. Afonso, conde de Faro, era o único filho titulado do duque de Bragança¹⁶¹, sendo que a ordem entre os irmãos deveria ser a seguinte: D. Fernando, duque de Guimarães¹⁶²; D. Afonso, o único titulado¹⁶³; D. João, futuro marquês de Montemor (ainda que mais velho não podia preceder ao irmão por não ter título)¹⁶⁴ e, por último, D. Álvaro¹⁶⁵.

Não se pretende, com esta argumentação, defender que D. Beatriz não assumiu em pleno o governo da sua Casa ou que não estava em condições de defender os seus interesses por inteiro. Ao longo da presente dissertação analisaremos precisamente o modo sagaz como a infanta geriu a Casa de Viseu-Beja. Contudo, parece-nos que a relação entre a infanta e o seu tio, nos oito anos em que o duque de Bragança sobreviveu ao infante D. Fernando, é fundamental para a compreensão da acção política mais relevante que a infanta desempenharia após a morte do duque, em 1478.

¹⁵⁹ Conselho feito em Coimbra sobre os assentamentos dos senhores durante o reinado de D. Afonso V, em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 138-150. Este documento encontra-se datado na fonte de Agosto de 1482. A data está, no entanto, incorrecta. Supomos que o documento seja, ao invés, do ano de 1472, atendendo a que D. João, filho do duque de Bragança, ainda não tinha sido nomeado marquês de Montemor, o que acontecerá apenas em 1473.

¹⁶⁰ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 138.

¹⁶¹ D. Álvaro, o filho mais novo de D. Fernando, foi, na realidade, o único que não recebeu um título. Contudo, D. Álvaro casou, como já vimos, com a herdeira dos condes de Olivença e previa-se que viesse a herdar o título do sogro.

¹⁶² D. Fernando foi elevado à condição de conde de Guimarães em 1463 e, em 1475, foi-lhe concedido o título de duque.

¹⁶³ D. Afonso era conde de Faro desde 1469 e seria o 2º conde de Odemira depois da morte do sogro, D. Sancho de Noronha, em 1475.

¹⁶⁴ O título de marquês de Montemor-o-Novo foi-lhe concedido em 1478.

¹⁶⁵ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 139.

Supomos que durante estes anos o duque de Bragança tenha assumido um papel de *pater familias*, também em relação à Casa de Viseu-Beja, conduzida pela sua sobrinha. A infanta não era, nesta altura, membro do Conselho régio. Assim, julgamos que a sua voz se fazia ouvir através do seu parente mais próximo, D. Fernando, o duque de Bragança.

Será, como veremos adiante, a partir de 1478 que a infanta adoptará um lugar decisivo na cena política. Este assumir de novas funções não pode, contudo, ser apenas justificado pela morte do duque de Bragança, já que, como analisaremos ao longo dos capítulos 5 e 6, os períodos de guerra – Portugal estava em guerra com Castela nesta altura – são períodos em que as mulheres passavam a assumir maiores responsabilidades e poder, pois as circunstâncias assim o exigiam. Ainda assim, a morte do duque de Bragança deixou um vazio político que o seu filho primogénito não conseguiria preencher. A ambição do novo duque não se coadunava com o papel apaziguador e de conselheiro que o seu pai tinha assumido ao longo de toda a vida. A infanta D. Beatriz vai adoptar, em parte, a posição do tio, apresentando-se como defensora das Casas de Viseu e Bragança junto de D. João II. Tentará, numa primeira fase, aconselhar o monarca acerca das disputas com a alta nobreza, fazendo-lhe chegar, por exemplo, uma missiva redigida pela sua secretária pessoal, D. Isabel de Sousa, acerca da decisão régia de fazer entrar corregedores nas terras dos Grandes¹⁶⁶.

O início da década de Oitenta do século XV representa, para a infanta D. Beatriz, o auge da sua intervenção política. Como analisaremos ao longo desta dissertação, nos anos Oitenta a infanta passa a assumir cargos políticos por sua própria iniciativa e não apenas enquanto tutora dos filhos, tornando-se uma das pessoas mais influentes da corte.

No entanto, estes serão também os anos mais complicados na vida de D. Beatriz, com a execução em praça pública do seu genro e primo coirmão, D. Fernando, o 3º duque de Bragança. No ano seguinte, o seu próprio filho D. Diogo, o titular do ducado de Viseu, seria assassinado por D. João II em Setúbal.

¹⁶⁶ Carta da infanta D. Beatriz a D. João II, datada muito provavelmente de 1481. Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 284-286.

Contrariamente ao que fizera até então, após a morte do duque D. Diogo, a infanta retira-se da vida pública oficial e mais visível, auxiliando, por um lado, o novo duque de Beja, D. Manuel, na manutenção do seu ducado e, por outro, após 1491 - ano da morte do príncipe D. Afonso, herdeiro do trono e neto de D. Beatriz - nas suas pretensões ao trono.

1.3. A infanta “madre d’El Rey”

A partir do momento em que D. Beatriz se tornou a infanta “madre d’El Rey”, em 1495, a construção da sua imagem da própria infanta mudou. O que influenciará, por exemplo, todo o discurso das crónicas. A infanta é representada como uma mulher pia e estóica, capaz de lidar com a morte dos seus familiares com grande dignidade, sobretudo a do duque D. Diogo e a do duque de Bragança, a que se seguiu a morte do neto D. Afonso, tendo depois sido recompensada pela Providência, que colocou o seu filho no trono de Portugal. Após o estudo exaustivo sobre a actuação política da infanta D. Beatriz, esta hipótese gera-nos algumas reservas e merece ser debatida. Ao longo da sua biografia de D. Manuel I, João Paulo Oliveira e Costa menciona várias vezes a habilidade política do monarca e a necessidade que tinha de dissimular certos sentimentos e acções, numa postura política absolutamente pensada e construída. Só assim se explica que tenha conseguido sobreviver até ao final do reinado de D. João II¹⁶⁷. Do mesmo modo, parece-nos que é esse o procedimento da infanta D. Beatriz. Tratava-se de uma mulher inteligente e astuta, que sabia quando operar publicamente e quando agir de forma discreta. Analisaremos, na parte final desta dissertação, a sua actuação após a morte do duque D. Diogo e tentaremos examinar a sua participação política num período em que a infanta está quase sempre silenciosa.

Enquanto mãe do rei, D. Beatriz desempenha funções vitais, mas fá-lo-ia em articulação com a sua filha D. Leonor. Ao mesmo tempo que D. Leonor permanece na corte, cumprindo o seu papel de rainha-velha, para seguirmos a expressão

¹⁶⁷ Para além da biografia de João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I...* cit., de referência para o reinado de D. Manuel, seguimos aqui também a interessante reflexão de Isabel dos Guimarães SÁ, “D. Manuel revisitado: Historiografia recente e novas (re)leituras”, em *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero de Magalhães. Economia, Instituições e Império*, org. de Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 525-539.

quinhentista, e salientando a ligação do irmão ao monarca anterior (note-se que não houve uma quebra dinástica), D. Beatriz vive uma vida mais isolada, de viúva exemplar e pia, mas ainda assim com uma enorme influência política. Basta, para tal, ver a quantidade de nomeações que consegue para os seus criados. Esta será, aliás, uma das suas facetas mais visíveis, a do “agasalho” dos seus servidores.

A infanta D. Beatriz assume o papel de mãe do monarca reinante, quer na sua representação pública de mulher pia e muito devota, seguindo uma “religiosidade com mesclas de aparato”¹⁶⁸, tão em voga entre as mulheres da família de D. Manuel I, quer nos documentos que produz, intitulando-se

*“Infante Dona Briatiz Madre do muyto alto e muito poderoso principe Dom Manoel per graça de Deos Rey de Portugal e dos Alguarves daquém e dalem mar em Africa Señor da Guiné e da conquista e navegação e comercio de Ethiopia Arabia Persia e Imdia”*¹⁶⁹.

Falta fazer-se uma análise mais profunda da actuação colectiva de D. Beatriz e D. Leonor e dos papéis distintos que desempenharam na corte de D. Manuel I. O mecenato de ambas e a protecção dada a inúmeras instituições religiosas contribuíram, no seu conjunto, para uma projecção da imagem de realza de D. Manuel I, completando-a, mas com modalidades muito específicas do género feminino.

Enquanto mãe do rei, a infanta D. Beatriz propunha um modelo de conduta e actuação moral e religiosa, sobretudo para as mulheres da corte, neste caso as mães e viúvas. É muito interessante compreender que mulheres de Avis-Beja procuram, na sua viuvez, um retiro num mosteiro, normalmente de observância franciscana, fundados por elas próprias, não tomando, no entanto, votos. Desde a infanta D. Beatriz, ao exemplo mais óbvio da rainha D. Leonor, terminando, talvez, com D. Joana

¹⁶⁸ Cf. Maria de Lurdes Pereira ROSA, “As Almas Herdeiras”. *Fundação de capelas e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa /Paris, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e à EHESC, 2005, p. 387.

¹⁶⁹ Instituição do tombo do Hospital e gafaria de São Lázaro, datado de 23 de Setembro de 1504. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada, *Tombo e Compromisso da gafaria de São Lázaro de Cacilhas*, liv. 2, fls. 9-13. Disponível em:

<http://www.scma.pt/documents/10184/14381/N.%C2%BA+7+-+Julho+2010.pdf/a7b9a1d3-4291-4b35-ac53-5ecca9a3c9a7> (consultado a 28 de Agosto de 2016).

de Áustria, mãe de D. Sebastião e irmã de Filipe II, que funda em Madrid o Monasterio de las Descalzas Reales. Estas mulheres encontram na vida do mosteiro um retiro apropriado para a sua condição¹⁷⁰.

1.4. A Casa de uma Infanta Septuagenária

Conhecer com rigor a dimensão e composição domésticas das grandes Casas senhoriais quatrocentistas portuguesas é uma tarefa assaz difícil. Desconhece-se quase tudo acerca da contabilidade destes espaços e encontra-se em grande medida por fazer o estudo prosopográfico das clientelas locais e regionais que se movimentavam em redor dos mesmos.

Nas cortes senhoriais existe uma confluência de dois modelos de organização: um primeiro que agrupa os dependentes de acordo com as denominações das categorias nobiliárquicas oficiais à época (fidalgo-cavaleiro, escudeiro-fidalgo e cavaleiro, por exemplo) e um segundo, de natureza doméstica, cujas designações dos foros correspondem a tarefas da casa (cozinheiro, moço de câmara, capelão, reposteiro, etc.)¹⁷¹.

Com a passagem do governo da Casa de Viseu para o duque D. Diogo, quando este atingiu a maioridade, e depois com a passagem desses servidores para a Casa de Beja, com D. Manuel, que depois integrariam a Casa real, a Casa de D. Beatriz perdeu estas ligações aos criados da Casa de Viseu-Beja. Neste sentido, não encontramos, entre os seus servidores, estas designações nobiliárquicas, que eram dadas pelo titular (masculino) da Casa.

No entanto, a infanta continuava a ter uma Casa com inúmeros servidores e muitas damas que, como veremos ao longo desta dissertação, foi casando com os servidores masculinos da Casa de Viseu-Beja. O seu inventário *post mortem*, realizado em 1507, fornece informações úteis sobre o dismantelar da sua Casa e sobre o

¹⁷⁰ Núria Silleras-Fernandez aborda esta questão do desenvolvimento da devoção e piedade femininas a par do crescimento do movimento de observância franciscana na Península Ibérica. Cf. NÚRIA SILLERAS-FERNANDEZ, *Chariots of Ladies. Frances Eixemenis and the Court Culture of Medieval and Early Modern Iberia*, Ithaca, Cornell University Press, 2015.

¹⁷¹ Mafalda Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1560-1640... cit.*, p. 42.

número de dependentes e servidores que dela faziam parte¹⁷². Estas informações, que retomam as designações das formas clássicas da administração doméstica, permitem-nos reconstruir parte do funcionamento da *família*¹⁷³, conhecer os seus oficiais, as suas funções e as relações que nela se estabeleciam com o *pater familias*, referente central da Casa, papel desempenhado, neste caso, pela duquesa. Apesar de os servidores da Casa ducal terem em comum a relação de dependência para com a infanta, há que ter noção da diversidade de condições sociais daqueles, e das diferenças de situações perante a Casa e D. Beatriz. Este modelo de organização doméstica tem uma enorme importância não só na configuração interna da corte senhorial, mas também na fundamentação ideológica das relações.

São estas informações que nos permitem fazer um primeiro esboço do que seria a matriz organizacional do serviço doméstico da infanta D. Beatriz:

Composição e organização doméstica da Casa ducal

- DUQUESA
 - Câmara
 - Escravas da câmara – Marta¹⁷⁴ e Antónia
 - Porteiro – Rui Pais
 - Botica
 - Responsável da botica – Isabel Lopes
 - Boticário – Mestre Lopo¹⁷⁵

¹⁷² Publicado por Anselmo Braancamp FREIRE, “Inventário da infanta D. Beatriz, 1507” cit.

¹⁷³ Este conceito de família envolve toda a hierarquia da criadagem, incluindo os escravos. Seguimos o que sobre o assunto diz Mafalda Soares da CUNHA, *A Casa de Bragança 1560-1640...* cit., p. 65, que considera a família “o conjunto de servidores de um dado senhor, o que englobava um conjunto amplo de pessoas sem relação de consanguinidade com o chefe da Casa, mas que partilhavam o seu serviço em áreas tão díspares como o apoio religioso e administrativo, o serviço pessoal doméstico e a guarda do corpo”.

¹⁷⁴ Escrava branca.

¹⁷⁵ Mestre Lopo era boticário pessoal da infanta que, na escritura de instituição da sua capela, o encarregou de cuidar da assistência na doença às religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja (ANTT, OFM, *Província dos Algarves, Nossa Senhora da Conceição de Beja*, mç. 22, doc. 842). Depois da morte da duquesa, foram-lhe pagos 10 000 reais referentes a mezinhas que tinha elaborado. Como forma de pagamento do montante que lhe era devido, recebeu um almofariz grande com suas mãos, no valor de 1800 reais, um lagar pequeno de tirar óleo, de 150 reais, um graal de pedra, 100 reais,

- Escravos da botica – Pedro¹⁷⁶, Francisca¹⁷⁷
 - Guarda-roupa – Maria Anes
- Capela ducal
 - Deão – Afonso Álvares¹⁷⁸
 - Confessor – Mestre Afonso¹⁷⁹
 - Pregador – Mestre Miguel
- VEDOR¹⁸⁰ – Rodrigo Afonso de Atouguia¹⁸¹
 - Escrivão da Fazenda – Antão de Oliveira
- Serviço de mesa
 - Reposteiros – Luís Godinho, Cunha, Bastião Rodrigues, Grãa, Francisco Rodrigues
- Alimentação
 - Confecção da cozinha
 - Cozinheiro-mor – Frolentim¹⁸²
 - Confeiteiro – Fossem¹⁸³
 - Caldeireiro
 - Despensa-ucharia – Fernão Mendes (despenseiro e comprador)¹⁸⁴

dois bacios de latão que valiam 400 reais, um berneo pardo, de 500 reais, uma colcha de naval, de 1100 reais e um enchimento de almofada de estrado, 150 reais.

¹⁷⁶ D. Beatriz legou-lhe 9000 reais em testamento.

¹⁷⁷ Escrava negra que tinha uma filha.

¹⁷⁸ Afonso Álvares, deão da capela da infanta, entregou a Luís de Atouguia duas mesas de gonços grandes – uma de bordos e outra de vinhático, avaliadas em 1200 reais; um púlpito de madeira que servia na capela, de 300 reais; um arcaz em que estavam os livros da sacristia, que valia 300 reais; duas arcas encouradas de cabelo, de 1200 reais e duas arcas encouradas, pretas, forradas, de 2000 reais; 22 peles de pergaminho, que valiam 220 reais; um martelo de orelhas e duas tesouras velhas de espevitar, 20 reais as três peças.

¹⁷⁹ Frei Afonso era o confessor da duquesa. D. Beatriz deixou-lhe, em testamento, 20 000 reais, 8 côvados de tecido de Ypres e uma peça de pano de veludo branco.

¹⁸⁰ O principal cargo da Casa era o de vedor, equivalente ao de mordomo. Era ele quem superintendia a todo o serviço associado à logística da infanta e à alimentação da Casa. Apesar de não ter todos as parcelas da Casa sob sua directa supervisão é ele quem gere a maioria dos ofícios.

¹⁸¹ Capitão da banda norte da ilha de Santiago. Não surge referenciado no inventário. Foi também escrivão da fazenda da infanta.

¹⁸² Estava aposentado numa casa em Beja que pertenciam à duquesa.

¹⁸³ A infanta legou-lhe em testamento 4000 reais.

- Carniceiro – Pedro Afonso
- Compradores – Rodrigo de Andrade¹⁸⁵, Mestre Francisco¹⁸⁶
- Contabilidade/fiscalização
 - Escrivão da cozinha
 - Escrivão das compras¹⁸⁷
 - Contador das compras – Nuno Velho
 - Tesoureiro – Diogo Leitão
 - Escrivão do tesoureiro – Silvestre Nunes
- Estribeiro – Diogo Leitão¹⁸⁸
 - Moços de estribeira – Fernão Pereira¹⁸⁹, Manuel da Cunha, Lourenço Rodrigues, João Ribeiro, Jorge Rodrigues
 - Escravo – Fernão Pereira¹⁹⁰
- Caçador – Fernão de Álvares

Ofícios Mecânicos:

Alfaiates – Luís Gomes, Francisco Pinel, Gonçalo Nunes, André Lopes

Bordadeiras – Isabel Fernandes, Mourisca

Sirgueiro – Diogo de Guadalajara

Carpinteiros – Rodrigo Anes, André (escravo)¹⁹¹

Serralheiro – Diogo Rodrigues

¹⁸⁴ Recebeu 112 075,5 reais para dar de comer às damas e outras despesas até serem levadas para as casas das rainhas D. Maria e D. Leonor.

¹⁸⁵ Morador em Moura. Foram-lhe pagos 1160 reais por certas romãs, ameixas, laranjas e limões que comprou em Castela e enviou a D. Beatriz.

¹⁸⁶ Morador em Mértola, recebeu 590 reais de marisco que tinha enviado à duquesa.

¹⁸⁷ Despendeu 32 075 reais em compras nos últimos dezasseis meses de vida da infanta D. Beatriz.

¹⁸⁸ Diogo Leitão era estribeiro e tesoureiro da infanta. Recebeu uma mula parda velha, uma sela, umas andilhas, uma funda e almofada de pano preto com suas pertenças e uma arca forrada de couro, objectos que tinham pertencido a D. Beatriz, conforme indicações que a infanta deixara no seu testamento.

¹⁸⁹ D. Beatriz legou-lhe em testamento 3000 reais.

¹⁹⁰ Recebeu 3000 reais em satisfação dos seus serviços.

¹⁹¹ Recebeu 3000 reais em satisfação dos seus serviços.

Ourives – João Afonso¹⁹²

Vedor das obras – João de Soure

Escravos (cujo ofício desconhecemos):

Beatriz Gomes¹⁹³

Catarina¹⁹⁴

Leonor Pereira¹⁹⁵

Guiomar Leitoa¹⁹⁶

Leonor Fernandes¹⁹⁷

Duarte Leitão

Duarte Negro

A Casa ducal constituía um conjunto orgânico-funcional integrado por oficiais da duquesa, escolhidos por ela e a ela vinculados. Seria certamente um conjunto muito mais reduzido de Casa senhorial do que aquele que a infanta supervisionara enquanto tutora da Casa de Viseu-Beja. Aliás, a dimensão da criadagem estava quase sempre correlacionada com o estatuto social e com a importância política do titular da Casa. O que se reflectia também no grau de complexidade organizacional do espaço doméstico. Quando D. Manuel assumiu o ducado, a maior parte dos servidores da Casa terá passado para o seu serviço e, posteriormente, para a Casa real. Deixando de estar à frente dos desígnios da Casa de Viseu-Beja, D. Beatriz perdeu poder de atracção social e de intervenção política, o que se reflectiu na redução da sua *família*.

¹⁹² Em 1498 a infanta tinha outro ourives a seu serviço, Vicente Fernandes, a quem foi aforado um chão no Rossio, em Lisboa. Carta de aforamento datada de 19 de Fevereiro de 1498. AML, *Liv. 3 de aforamentos*, fls. 192v-193.

¹⁹³ Recebeu 6000 reis em satisfação dos seus serviços. Foi enviada para Almeirim para varrer as casas do príncipe.

¹⁹⁴ Recebeu 3000 reis em satisfação dos seus serviços.

¹⁹⁵ Foi enviada para a casa da rainha D. Leonor.

¹⁹⁶ Foi enviada para a casa da rainha D. Leonor.

¹⁹⁷ Foi enviada para a casa da rainha D. Leonor.

A Casa da infanta D. Beatriz assumiria, assim, uma vertente mais doméstica, faceta aliás defendida para as mulheres da sua época, como refere o texto *Jardín de nobles doncellas*: “en el regimento doméstico e casero, los ofícios del varón e de la mujer son repartidos, ca el marido ha de procurar lo de fuera de la casa, e la mujer lo de dentro; ca natural cosa es la mujer siempre en casa”¹⁹⁸.

A lista que acima fornecemos reflecte a organização da Casa senhorial de uma infanta viúva, cada vez mais dedicada à vida religiosa. Não há, por isso, cargos de cariz militar, ou outros vocacionados para a educação dos filhos. Ainda assim, é visível uma complexa organização e hierarquização dos seus oficiais, apesar de, tratando-se da Casa de uma infanta septuagenária, que vivia num paço contíguo a um mosteiro, estarem excluídos os ofícios dedicados ao cerimonial de mesa, de maior aparato, como os manteeiros, por exemplo.

Sendo esta a Casa de uma duquesa o pessoal feminino era mais abundante e não apenas circunscrito aos serviços manuais, como tendia a acontecer nas Casas masculinas. As damas da infanta constituíam um núcleo relativamente vasto de criadas, que serviam D. Beatriz essencialmente no interior da câmara, na guarda-roupa e na botica. A presença masculina fazia-se sentir nos demais cargos. Havia também um grande número de escravos (na sua maioria mulheres) que serviam cargos domésticos na botica, na câmara, nos estúbulos e provavelmente na cozinha.

A corte portuguesa foi uma das primeiras na Europa onde a presença de escravos se tornou comum e onde deter escravos negros, era símbolo de distinção e prestígio social¹⁹⁹. A sociedade portuguesa renascentista preferia mulheres jovens e crianças para os serviços da casa. No entanto, apesar da novidade e prestígio que constituía ter escravos negros, continuavam-se a considerar os escravos brancos (muçulmanos) mais bonitos, logo, mais caros.

¹⁹⁸ Martín de CÓRDOBA, *Tratado que se intitula Jardín de las Nobles doncellas*, BAE, Madrid, Atlas, II, t. 171, p. 90.

¹⁹⁹ Sobre a presença de escravos na corte portuguesa veja-se A.C. SAUNDERS, *A Social History of Black Slaves and Freedman in Portugal, 1441-1555*, Cambrigde, 1982 e Annemarie Jordan GSCHWEND, “Images of Empire: Slaves in the Lisbon Household of Catherine of Austria”, in *Black African in Renaissance Europe*, ed. de T. F. Earle e K. J. P. Lowe, Cambridge University Press, 2005.

Não podemos deixar de mencionar a preocupação de D. Beatriz para com os seus escravos no testamento. Para além de lhes ter legado dinheiro, a infanta deverá ter deixado algumas instruções sobre a sua situação futura: Leonor Pereira, Leonor Fernandes e Guiomar Leitoa foram enviadas para casa da rainha D. Leonor, numa viagem que implicou o aluguer de seis bestas, tendo sido acompanhadas por um regatão, quatro almocreves e uma regueifeira, viagem essa que terá custado cerca de 5000 reais. Duarte Leitão e Duarte Negro, escravos alforriados pela infanta, ficaram ao cuidado do Hospital de Beja, por serem velhos. O recebedor do hospital, Gonçalo Vaz, recebeu 9000 reais para os agasalhar e alimentar.

1.5. O palácio da duquesa em Beja

Para além da organização da Casa enquanto instituição, o inventário²⁰⁰ permite-nos retirar algumas ilações acerca da casa enquanto espaço. Os últimos anos da infanta D. Beatriz não primaram pela itinerância. Há notícia da sua presença junto da corte nalgumas ocasiões, mas os últimos anos foram vividos em Beja, dedicando-se ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição²⁰¹. Desde os anos Setenta de 1400 que havia monjas a viver no mosteiro. Ainda assim, a infanta continuava a habitar no paço ducal, com a sua capela própria, que era contíguo ao mosteiro e cuja ligação se fazia através de um passadiço de que ainda resta uma parte. Note-se que D. Beatriz tinha, entretanto, mandado construir uma casa dentro do mosteiro, entre o coro e o dormitório, ainda por ladrilhar à data da sua morte.

Após a morte da infanta, o paço dos duques de Beja deixará de servir como residência e é totalmente transformado, seguindo indicações deixadas pela própria. Começa aqui o verdadeiro desmantelamento da casa física – as obras de transformação do paço em mosteiro. Para além de tarefas mais triviais, como a limpeza da capela-mor do mosteiro e a guarnição do seu tabuleiro exterior, são feitas obras importantes como a construção de uma cerca – da altura da enfermaria do

²⁰⁰ Publicado por Anselmo Braancamp FREIRE, “Inventário da infanta D. Beatriz, 1507”, cit.

²⁰¹ Sobre a fundação do mosteiro da Nossa Senhora da Conceição de Beja veja-se o artigo de Maria de Lurdes ROSA, “A fundação do mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa Dona Beatriz”, em *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Difel, 1998, pp. 265-270.

mosteiro e para sua defesa, uma vez que só lá ficariam as religiosas –, ou a correcção do quintal, onde estavam as necessárias da infanta. Datam também desta época a construção do refeitório e do dormitório e, finalmente, a campa da infanta.



Figura 3 - Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição – Palácio dos Duques, em Beja

O edifício que chegou aos nossos dias e que é hoje o Museu Regional de Beja – Museu Rainha D. Leonor –, não corresponde de modo exacto ao edifício original. Não só houve alterações, como algumas demolições. Ainda assim, o paço dos duques não era suficiente para albergar todos os oficiais da Casa e isso está patente ao longo de todo o inventário. A infanta tinha várias casas na vila de Beja para alojar os seus servidores. As das suas damas eram normalmente contíguas ao mosteiro, e as dos servidores masculinos repartiam-se pela vila. Todas as casas foram vendidas em pregão depois da morte da infanta, excepção feita à casa de Frolentim, seu cozinheiro-mor.

Todavia, nem todos os servidores viviam em Beja. Sempre que necessário, a infanta alugava casas na vila para que os seus moradores ou visitas aí pudessem permanecer. Refira-se, a título de exemplo, que a própria terá feito questão de

assumir as despesas do aluguer das casas em que tinha ficado o conde de Tentúgal, seu sobrinho, numa das visitas que lhe fizera.

1.6. A vida material da infanta D. Beatriz – o Inventário *Post Mortem*

Felizmente, não só se conservou a lista do enxoval realizada c. 1447, como o inventário *post mortem* da infanta D. Beatriz²⁰², redigido sessenta anos depois da primeira listagem. O confronto entre os dois documentos permite compreender a evolução dos seus hábitos de consumo e descortinar um pouco daquilo que seria a sua vida material nos inícios do século XVI. O inventário permite ainda aventar algumas considerações sobre as suas cláusulas testamentárias, uma vez que o seu testamento não sobreviveu. É talvez um dos documentos de índole mais pessoal da infanta, o que melhor nos permite compreender os últimos anos da sua vida, ainda que não tenha sido redigido por si e mantenha, fundamentalmente, um carácter contabilístico.

O inventário *post mortem* da infanta D. Beatriz, realizado em 1507, é, na realidade, uma amálgama entre inventário de alguns dos bens que ainda estavam nas suas casas e o cumprimento das cláusulas testamentárias, segundo indicações dadas por D. Manuel I, filho e testamenteiro da infanta, a Antão de Oliveira²⁰³. No fundo, este documento junta arrolamento de bens com vendas, pagamento de dívidas, ofertas e até a reutilização de tecidos, pelo que a quantificação de bens não é uma tarefa fácil. Destes, há vários que se repetem, surgindo primeiro no arrolamento dos objectos entregues pelos oficiais da Casa da infanta e, depois, novamente na sua venda ou doação. Apesar da aparente desorganização do inventário, os bens estão tendencialmente organizados por natureza ou tipologia, começando quase sempre pelos mais valiosos. Outro elemento digno de menção, é o facto de a maioria das peças estar avaliada (a avaliação foi feita por Luís de Atouguia e Francisco Rodrigues,

²⁰² Publicado por Anselmo Braancamp FREIRE, “Inventário da infanta D. Beatriz, 1507”, cit. Será esta a fonte em que nos basearemos para todas as observações feitas ao longo das próximas páginas. Sempre que a nossa fonte seja outra, será mencionada em nota de rodapé, caso contrário todas as informações são provenientes deste inventário.

²⁰³ Cavaleiro da Ordem de Cristo e escrivão da fazenda de D. Beatriz e provedor da sua capela.

castelhano) em reais ou em cruzados²⁰⁴, o que nos faculta uma ideia aproximada do custo dos objectos na época.

A maior parte dos itens arrolados neste inventário foi doada, seguindo as ordens da infanta, a instituições religiosas ligadas quer à Casa de Viseu-Beja, quer à Ordem de Cristo²⁰⁵. O maior beneficiário foi indubitavelmente o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, fundado pelos duques de Beja na segunda metade do século XV, a partir de um pequeno retiro de freiras contíguo ao paço dos duques. O mosteiro recebeu inúmeras alaias religiosas, todo o equipamento e ingredientes da botica da duquesa – transferida para o mosteiro na íntegra – e vários objectos de uso doméstico, como grande parte da bateria de cozinha. Recorde-se que esta foi a última morada da infanta e a sua dedicação ao mosteiro reflecte-se, também, nas instruções deixadas no seu testamento acerca das obras de melhoramento que deveriam ser feitas e que D. Manuel encomenda a Rui Pires, vedor das obras da vila de Beja.

Todavia, o leque dos seus beneficiários foi muito vasto, e incluiu o Mosteiro de Santo António, os de São Francisco e de Santa Clara de Beja, as igrejas de São João, de Salvador, de Santa Maria da Feira, de Santiago, de Santa Maria das Neves, todos em Beja; as igrejas de São João de Tarouca, de Santa Maria das Relíquias, em Odemira e a Igreja dos Milagres, em Santarém, como modo de homenagear a sua irmã D. Filipa. Foram também beneficiados inúmeros particulares, entre familiares, criados e escravos, dos quais destacamos D. Joana de Noronha, viúva do condestável D. Afonso²⁰⁶; mestre Miguel, seu confessor e Leonor Pereira, criada da guarda-roupa.

²⁰⁴ Cada cruzado valia 390 reais.

²⁰⁵ Escolha típica dos testamentários do final da Idade Média. “O testamento-tipo destes séculos reveste-se, pois, dum carácter escatológico que se insinua na escolha e hierarquização das entidades a quem se doava, que se elegiam, preferencialmente de entre instituições religiosas”, em Hermínia Vasconcelos VILAR e Maria João Marques da SILVA, “Morrer e testar na Idade Média: alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV”, *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª Série, 4 (1992), pp. 39-59.

²⁰⁶ O condestável D. Afonso era filho natural de D. Diogo, duque de Viseu, e neto da infanta D. Beatriz. Tendo nascido em Castela, de uma mãe que os cronistas identificam como a duquesa de Villahermosa, o condestável foi trazido para Portugal e criado por uns camponeses de Pinhel. Depois da morte de D. João II, a infanta D. Beatriz encarregou-se da educação do neto que era, afinal, um dos parentes mais próximos de D. Manuel I. Sobre o condestável D. Afonso vejam-se os artigos de Isabel dos Guimarães SÁ e Hélder CARVALHAL, “The World of Constable D. Afonso (c. 1480-1504): Glimpses of Portuguese Dynastic Politics, Noble Household and Material Culture”, em *Portuguese Studies Review* 21 (I), 2013, pp. 153-171 e “Knightly Masculinity, Court Games and Material Culture in Late-Medieval Portugal: The Case of Constable Afonso (c.1480–1504)”, *Gender & History*, 28, 2, 2016, pp. 387-400, num interessante exercício acerca da masculinidade na corte portuguesa.

Estiveram presentes em Beja para a execução do testamento da infanta o dito Antão de Oliveira, que encarregou Luís de Atouguia do arrolamento dos bens, D. Álvaro de Costa em representação do rei²⁰⁷ e Aldonça Soares, camareira-mor da rainha D. Maria. A rainha D. Leonor fez-se representar através de D. Manuel I.

Ao longo dos meses seguintes levou-se também a cabo a venda dos bens da infanta escolhidos para esse fim, com o objectivo de reunir verbas para esmolas e assim cumprir as suas ordens testamentárias. Foi Luís de Atouguia quem esteve encarregue desta venda. Os itens vendidos foram sobretudo os objectos de prata. De assinalar são as cinquenta e uma peças de cornos de licorne, cuja receita foi arrematada pela rainha D. Leonor. O licorne era uma criatura do domínio do fantástico, julgava-se que assemelhada a um cavalo branco, com a particularidade de possuir um chifre que, moído, era utilizado como contra-veneno e em inúmeras mezinhas da farmacopeia europeia. Sendo um animal imaginário, qualquer corno branco se prestava a ser vendido para esses fins, devendo tratar-se, muito provavelmente, de cornos de naval.

A venda pública de parte do património do defunto como meio de obtenção de dinheiro para esmolas a fim de assegurar o pagamento devido aos servidores da Casa e cumprir os legados do testamento era algo de muito comum no período. Tal processo levaria à diluição de qualquer ideia de colecção, tão considerada hoje em dia, mas que, no início do século XVI, não teria a mesma importância²⁰⁸.

Os restantes objectos que, pela sua excelência, qualidade ou significado não foram vendidos ou doados conforme os desejos de D. Beatriz, reverteram, na sua grande maioria, para os seus filhos: o rei D. Manuel I, no caso das joias e dos livros mais preciosos, e a rainha-viúva D. Leonor, que ficou com os retábulos da mãe, com uma relíquia, com algumas escravas e com um frontal de veludo preto, feito com o pano que cobrira a sepultura do seu sobrinho, o condestável D. Afonso. Houve ainda alguns objectos destinados à rainha D. Maria, mulher de D. Manuel. Estranhamente,

²⁰⁷ Sobre a figura de D. Álvaro da Costa veja-se a obra colectiva *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: poder, arte e devoção*, coord. de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013.

²⁰⁸ Sobre o conceito de colecção veja-se o artigo de Marina BIANCHI, "Collecting as a paradigm of consumption", *Journal of Cultural Economics*, 21, 1997, pp. 275-289.

não há no inventário qualquer referência a D. Isabel, duquesa de Bragança, filha mais nova da infanta. É, pois, possível que a duquesa de Bragança não tenha recebido nenhum dos bens que haviam constituído a câmara da sua mãe, quer fossem joias, paramentos, objectos de uso decorativo ou até mesmo doméstico.

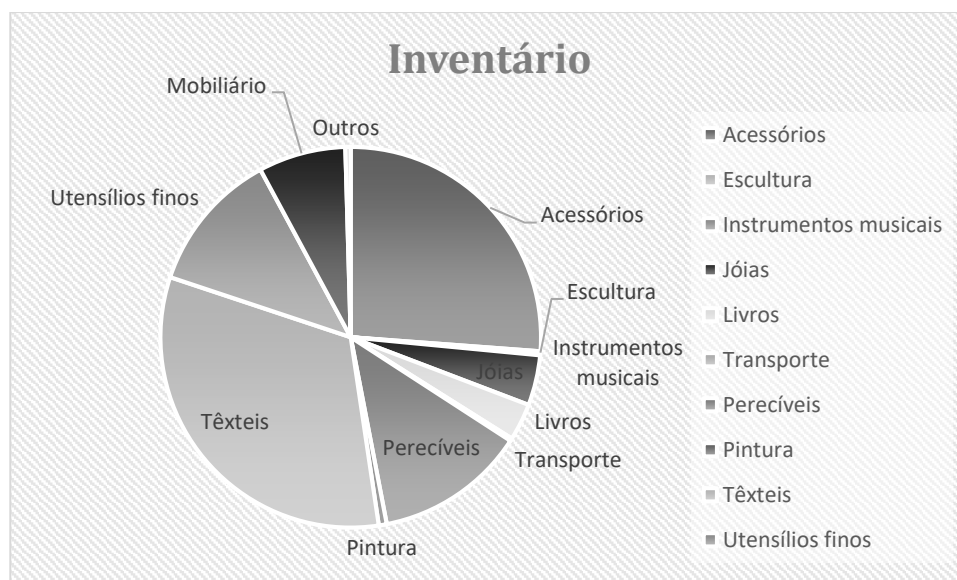


Figura 4 – Objectos descritos no inventário *post mortem* de D. Beatriz (1506)

Através de uma análise do inventário percebemos que a infanta apreciava fundamentalmente objectos preciosos, de fácil transporte, tais como joias e pedras preciosas, artigos de prata, manuscritos iluminados, tapetes, panos de rás, tapeçarias, vidros e têxteis luxuosos. A pintura e a escultura, assim como os instrumentos musicais, ocupam um lugar secundário. Tratando-se de um inventário feminino, não surpreende a ausência de armas, armaduras, itens ligados à caça e instrumentos científicos.

1.7. Luxo e exotismo na corte senhorial

A chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498 permitiu aos portugueses assumir o controlo do comércio das especiarias e teve grandes repercussões tanto a nível económico, como do imaginário do reino, o que se manifestou nos modos de representação da corte manuelina.

O intenso tráfico marítimo do porto lisboeta facilitou também a chegada a Portugal de artigos vindos do Norte da Europa, especialmente da Flandres (onde havia uma feitoria portuguesa), que se incorporavam nas câmaras das cortes reais e senhoriais, tais como tapetes, cofres, peças de vestuário e cortes de tecido.

Os consumos reflectem escolhas e formas de posicionamento social e político dos indivíduos e não é admirar que este ambiente de luxo e exotismo também se tenha feito sentir na Casa da infanta D. Beatriz. No seu inventário estão presentes objectos que se começam a difundir precisamente neste período, objectos que, a breve trecho, se tornariam paradigmáticos dos novos hábitos de consumo, como porcelanas, garfos de prata para uso individual, guardanapos e panos da Índia (de seda).

Até à chegada dos portugueses à Índia, os produtos exóticos disponíveis na corte portuguesa cingiam-se ao ouro, marfim, algumas (poucas) especiarias e animais selvagens, a que acresce a vinda de escravos da costa da Guiné, toda uma circulação representativa dos primeiros anos de exploração da costa ocidental africana. D. Beatriz, cujos servidores comerciavam na costa da Guiné e tratavam com mercadores genoveses e flamengos, estava habituada a deter este género de produtos, que não constituíam novidade na sua Casa. Ainda que, ao atentarmos na lista dos bens do enxoval que a infanta levou consigo quando casou em 1447, possamos verificar que o Atlântico e os seus produtos não estão patentes. É notável perceber o quanto os hábitos de consumo da corte portuguesa se modificaram durante a vida da infanta D. Beatriz, desde os primórdios da exploração da costa africana até à chegada à Índia, em 1498, e à descoberta do Brasil, em 1500.

Mais interessante ainda é compreender como é que nos oito anos que decorrem entre a viagem de Vasco da Gama, em 1498, e a morte de D. Beatriz, em

1506, os produtos orientais adquiriram grande predominância nos hábitos de consumo da corte. Não queremos com isto dizer que a corte se tivesse orientalizado, pois continuava a ser europeia e muito cristã nos seus costumes, mas passa, a partir de então, a ter acesso a produtos exóticos que entraram na vida quotidiana.

Esta situação era, obviamente, mimetizada na corte senhorial da duquesa de Beja. A infanta, sendo mãe de D. Manuel I, tinha um importante papel a cumprir enquanto representante da família real. Quanto mais objectos exóticos circulassem na sua Casa, maior era a propaganda ao poderio do monarca.

Da lista dos bens inventariados da duquesa constavam dois gatos de algália (civeta africana)²⁰⁹, avaliados em 12 cruzados, trazidos da costa da Guiné, um papagaio pardo²¹⁰, avaliado em 1 cruzado e um papagaio vermelho²¹¹, com sua gaiola, avaliado em 600 reais. A posse de animais exóticos era algo habitual entre a elite cortesã, não apenas para entretenimento dos respectivos donos, mas, sobretudo, como símbolo do seu *status*. Segundo os teóricos do Renascimento, domar animais selvagens era um modo dos monarcas exibirem o seu poder e magnificência e a sua posse fazia parte da tradição coleccionista da dinastia de Avis²¹².

As civetas-africanas eram muito apreciadas pelo almíscar, produto de grande luxo, utilizado na confecção de cosméticos e perfumes. Esta é uma área onde a evolução dos hábitos de consumo da infanta D. Beatriz foi notória. Em 1448, D. Beatriz levava no seu enxoval uma soma de beijoim e de perfumes. Em 1507 constavam da sua botica produtos como sândalo branco e vermelho, cálamo aromático, zedoária, mirra e cânfora.

²⁰⁹ Entregues por Rui Pais, porteiro da infanta. Foram doados pela infanta em testamento à condestabresa D. Joana de Noronha.

²¹⁰ Entregue por Isabel Lopes, responsável pela botica de D. Beatriz. Também ele deixado a D. Joana de Noronha.

²¹¹ Entregue por Rui Pais, porteiro de D. Beatriz.

²¹² Cf. Annemarie Jordan GSCHWEND e Almudena PERÉZ TUDELA, "Renaissance Menageries. Exotic Animals as Pets in the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe", em *Early Modern Zoology. The Construction of Animals in Science, Literature and Visual Arts*, ed. Karl A.F. Enenkel e Paul J. Smith, Leiden /Boston, Brill, 2007, pp. 419-447.

Há também inúmeras especiarias, não sabemos se para uso da botica, da cozinha ou de ambas, como anise branco, gengibre, malagueta, noz-moscada, cravo, canela, pimenta, semente preta da Índia, cardamomo, pimenta longa e tamarindo.

Apesar de viver paredes meias com um convento franciscano, D. Beatriz lidava diariamente com produtos de luxo, muitos dos quais deixaria ao dito convento. É o caso das 27 arrobas de açúcar da ilha da Madeira que lega em testamento ao mosteiro, num total de cerca de 405 quilos, e de quase todas as especiarias anteriormente referidas. A impressionante botica da infanta foi doada por inteiro ao mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. Era algo a que dedicava certamente alguma atenção, quer pela variedade das substâncias, quer pela organização da mesma, já que para além de uma responsável pela gestão da botica, Isabel Lopes, D. Beatriz tinha ainda um mestre boticário e dois escravos para apoio.

A maioria das substâncias contidas na botica corresponde a produtos que hoje em dia consideramos apenas como alimentos: há amoras, marmelos, alcaparras, um barril de madeira cheio de atum, cinco queijos de marmelada, diversas conservas de fruta, geleias e compotas e ainda inúmeros xaropes, os mais valiosos feitos com açúcar em vez de mel²¹³. Há ainda óleo de raposa, de tartaruga (supõe-se que vindo de Cabo Verde), de hortelã e água de erva-cidreira.

Lugar de destaque ocupam também as porcelanas recém-chegadas do Oriente, guardadas em arca própria. Há ainda duas gamelas da Índia, vermelhas e douradas. As joias constituem a parte deste inventário com maior valor económico. Para todas as peças temos indicado o seu peso exacto expresso em marcos (230 g), onças, oitavas e grãos (48 mg). Uma exigência para os inventários que quisessem servir propósitos legais. Acerca das peças mais significativas há ainda uma descrição sobre a sua decoração, o seu estilo, ou a técnica com que foram trabalhadas. O considerável valor das peças não se devia ao seu tamanho ou à quantidade de ouro utilizada, mas sim à presença de pedras preciosas ou de pérolas de tamanho assinalável.

Todas as joias de D. Beatriz descritas no inventário foram entregues ao seu filho, D. Manuel I. Entre elas encontravam-se diversos anéis de ouro, dois negros de

²¹³ Um xarope de rosmaninho de mel valia 160 reais e um xarope de rosmaninho de açúcar 200 reais.

ouro que pesavam, um anel sinete e peças com o escudo castelhano (provavelmente ofertas), um escudo dourado com as armas de Portugal, uma peça de ouro que pertencera ao colar do Duque (ou, eventualmente, a D. Diogo, D. João ou até mesmo ao infante D. Fernando), e diversas pedras preciosas soltas, como balaíses, esmeraldas verdes, safiras, rubis, etc.



Figura 5 – Relicário dos Mártires de Marrocos
Museu Nacional de Arte Antiga, Séc. XV

A chegada ao Oriente mudou radicalmente a joalheria europeia, que deixou de usar como recurso o esmaltado para dar cor às suas peças, passando a incluir um grande número de gemas e pérolas para conseguir esse efeito. D. Beatriz possuía, como se verificou, inúmeras pedras soltas, talvez para reciclagem de peças antigas (costume muito em voga), ou mesmo para encomendar joias novas.

Dentro da temática da ourivesaria, não podemos deixar de destacar a baixela de prata da infanta. Inclui objectos de serviço da mesa, de retrete e de toucador, mas de aparato, que foram quase todos alvos de venda pública. Entre estes, contam-se

garfinhos de prata, tigelas, pratéis de mantearia, salsinhas, tigelas de água-às-mãos, colheres e até uma bacia de urinar, avaliada em 6460 reais.

A época manuelina foi pródiga no desenvolvimento da prataria de aparato, quer se tratasse de objectos de mesa, de toucador ou religiosos, utilizada como instrumento de propaganda do poder. Entre as peças de D. Beatriz encontramos várias com as suas divisas²¹⁴, ou com escudos com as suas armas. É o caso de cálices e até de duas toalhas de Holanda finas, avaliadas em 11 000 reais. A prata podia ser de cor natural ou manipulada, normalmente dourada (sobretudo nos objectos de culto).

Do inventário constam também inúmeras peças de ourivesaria religiosa: porta-pazes (de prata dourada), cálices, cruzes processionais ou de altar, hissopes, ostiários, turíbulos, entre outras, quase todas de prata dourada. Acrescem ainda diversos objectos de artes decorativas, muito luxuosos, apesar de ainda não estarem presentes os faustosos tapetes orientais.

Entre os utensílios finos existentes no inventário da infanta D. Beatriz surpreende a sua colecção de vidros, pela diversidade de objectos e pelo número, isto é, quase uma centena e meia. Mais comuns actualmente, as peças de vidro eram na época muito raras devido aos poucos centros de produção existentes. As de D. Beatriz incluem vários púcaros com pé, com asas, jarrinhos, alguidares, escudelas, copas, peças coloridas e diversos itens de vidro cristalino, ou seja, transparente²¹⁵.

Os elementos têxteis constituem, sem dúvida, a maioria dos itens descritos no inventário. O documento faculta dados preciosos sobre os tecidos, sobre as suas cores e sobre os elementos que compunham os diversos tipos de peças, indicando ainda a sua natureza e, nalguns casos, a sua procedência. No início do século XVI, os tecidos continuavam a prevalecer como forma de entesouramento. Muitos dos têxteis foram feitos com panos da Índia, de seda, utilizados, sobretudo, em paramentos: toalhas de altar, vestimentas, cortinas, almofadas. Objectos para exposição, cuja visibilidade

²¹⁴ A divisa dos fechos, como é designada na documentação, integrava a empresa de D. Beatriz. É analisada por João Paulo de Abreu e LIMA, “A heráldica dos primeiros duques de Beja”, *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX Série, tomo XVI, 2014, pp. 235-244.

²¹⁵ Note-se que, para além destes utensílios finos, o inventário da infanta D. Beatriz incluía um trem de cozinha completo, com fogareiros, caldeirões, espetos para assar a carne, panelas, tachos, enfusas, tigelas, alguidares, escudelas, sertãs, grelhas e até um assador de castanhas.

permitia uma maior divulgação das maravilhas do Oriente. Esta seria, aliás, uma das preocupações de D. Manuel I, que mandou que se enviasse mais pano da Índia para as igrejas beneficiadas pela infanta no seu testamento, caso a quantidade que esta detinha não chegasse para todas as obras que deixara encomendadas.

A utilização de tecidos luxuosos foi alvo de regulamento ao longo de todo o século XV português e é possível identificar uma hierarquização dos têxteis conforme as classes sociais. Nos últimos anos de vida, D. Beatriz recebia os seus tecidos através de D. Manuel I. Em 1505, por exemplo, mandou o seu tesoureiro Luís de Góis entregar à infanta 4 côvados de cetim azul²¹⁶ e, em 1506, instruiu o mesmo Luís de Góis para que entregasse a Martim de Lucena 20 côvados de cetim de damasco de cores para a sua mãe²¹⁷.

A convivência entre o ambiente luxuoso e de ostentação do império com um mosteiro mendicante, de observância franciscana, resultava de um equilíbrio algo periclitante e era um dos principais receios das religiosas aquando da fundação desta tipologia de conventos. Se, por um lado, tinham de cumprir a sua observância religiosa com bastante rigor, por outro, havia que conviver com o patrono, neste caso, patrona, que as beneficiava²¹⁸. Sem conhecer o quotidiano da comunidade religiosa torna-se difícil retirar mais ilações acerca da convivência entre estes dois universos. No entanto, a partir de uma breve análise da documentação existente, é possível verificar que para este mosteiro se retiraram fundamentalmente mulheres de famílias da pequena nobreza clientelar da Casa de Viseu-Beja, incluindo uma das filhas de João Gonçalves da Câmara, 2º capitão do Funchal, D. Isabel de Noronha que, anos mais tarde, obteve autorização para sair do mosteiro com mais cinco freiras para fundar o mosteiro de Santa Clara do Funchal²¹⁹.

²¹⁶ Alvará de D. Manuel de 29 de Janeiro de 1505. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, mç. 5, nº 5.

²¹⁷ Alvará de 17 de Julho de 1506. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, mç. 5, nº 106.

²¹⁸ Maria de Lurdes ROSA, “A fundação do mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa Dona Beatriz” cit., pp. 268-269.

²¹⁹ Veja-se Virgínia Glória Abreu do NASCIMENTO, *O Mosteiro de Santa Clara do Funchal, entre e além muros. A musealização de um monumento em funcionamento*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2014, pp. 14-15.

1.8. Uma livraria paradigmática

São 31 as entradas respeitantes a livros descritas neste inventário, que correspondem a cerca de 42 ou 43 volumes, na sua grande maioria livros litúrgicos, auxiliares do serviço religioso da capela privada da infanta D. Beatriz. O modo como estão descritos impossibilita, na maioria das vezes, a sua identificação, pois não são mencionados títulos, autores ou editores. A sua enumeração cinge-se à atribuição de um pequeno título identificativo do tipo de livro, a uma descrição dos materiais utilizados, do estado de conservação e da encadernação, à indicação de se são manuscritos ou impressos e, por vezes, do seu valor fiduciário²²⁰. Neste sentido, não nos é possível aferir os hábitos de leitura da infanta através da sua biblioteca. Sabemos apenas que lia e escrevia e que a maioria dos seus livros era de temática religiosa.

Contrariamente aos restantes objectos descritos no inventário, os livros surgem quase sempre referidos no momento da sua entrega ao destinatário final, o que impossibilita associá-los fisicamente a um espaço específico do paço da infanta. Pela sua tipologia, podemos partir do pressuposto de que a maioria destes volumes integraria a capela pessoal de D. Beatriz, e de que os restantes, pelo seu valor e importância, se encontrariam na sua câmara ou guarda-roupa. Mas temos outros indícios disto: D. Manuel I refere um missal de pena que servia pelas festas na capela de D. Beatriz e que a infanta queria doar ao mosteiro de Nossa Senhora da Conceição e Luís de Atouguia recebeu de Afonso Álvares, deão da capela da infanta, um arcaz em que estavam os livros, o qual se guardava na sacristia, e que valia 300 reais. Claro que os livros mais valiosos estariam na guarda-roupa/câmara da infanta, numa das arcas que continha os objectos da capela. Há, depois, algumas referências a estantes de coro e da capela, mas não à existência de uma livraria ou biblioteca. Como acontecia com quase todos os outros objectos pertencentes à infanta, os livros eram guardados em arcas, normalmente forradas, como a que foi entregue a Nuno Velho, contador das compras da Casa ducal, para que guardasse os seus livros e os desembargos das contas.

²²⁰ Sobre a dificuldade de identificação dos livros descritos de uma biblioteca renascentista e da possível correspondência desses títulos a volumes existentes hoje em dia veja-se a obra de Ana Isabel BUESCU, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, BNP, 2016.

Considerando que todos os livros foram doados, só uma parte foi alvo de avaliação monetária. Esta parte terá correspondido aos mais valiosos, ainda que os valores oscilem muito, dado que vão dos 150 reais a mais de 15 000 reais. Devido à riqueza dos materiais usados, bem como ao intrincado nível do trabalho artesanal, algumas capas dos livros da infanta são também consideradas verdadeiras joias, o que tem evidentes repercussões no montante final que lhes é atribuído. Entre eles está um dos objectos mais valiosos do inventário, só ultrapassado por algumas peças de aparato da infanta. Trata-se de um livro Diurnal, de letra de forma, coberto de veludo preto, com doze chapas de ouro esmaltado de roxo, cré, pardo verde e branco, que foi avaliado em 40 cruzados, isto é, 15 600 reais, metido num guardanapo com lavores de seda nos cabos, e um bolso de veludo preto forrado de cetim encarnado, guarnecido de ouro e preto. Trata-se de uma obra cujo valor ultrapassava o de um relicário que continha um osso de São Brás, que foi vendido à rainha D. Leonor por 4300 reais, ou mesmo o valor das escravas da infanta, avaliadas em 10 000 reais (excepção feita a uma escrava branca que servia na sua câmara, avaliada em 20 000 reais).

Na biblioteca da infanta contam-se quatro missais, entre os quais um manuscrito que pertencera ao infante D. João, pai de D. Beatriz; um impresso, de letra de forma, velho e roto em partes, o que denuncia o seu uso diário; um manuscrito iluminado, forrado de chamalote de seda, com biqueiras de prata, considerado uma verdadeira joia avaliada em 10 000 reais; um breviário em letra de forma, velho; doze livros processionais; seis livros de canto de órgão; um santoral, com anotações musicais; dois livros da *Vita Christi*²²¹, o primeiro e o segundo, em que estão as quatro partes, avaliado em sete mil reais, provavelmente ofertado pela sua filha D. Leonor; o livro diurnal, que já mencionámos; um Breviário, de letra pena, iluminado, com chapas e brochas de prata e ouro postas em tecidos ricos, com uma funda de chamalote azul com toalha de Holanda; um caderno de pergaminho apontado, em que estão certas missas do ofício do anjo; um livro de vésperas de pergaminho apontado; um oficial de missas místico de pergaminho apontado, coberto de couro de veado; um livro da

²²¹ A *Vita Christi* é um dos mais importantes incunábulos impressos em Portugal. Em quatro volumes *in-folio* impressos em Lisboa, em 1495, por ordem e a expensas do rei D. João II e de D. Leonor, é considerado o terceiro incunábulo português. Cf. Aires Augusto do NASCIMENTO, “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia em Português. Percursos da tradução e seu presumível responsável”, *Euphrosyne*, nº 29, 2001, pp. 125-142.

Contemplação de nosso Senhor feito por São João Boaventura de letras de pena, avaliado em 150 reais; um livro de *Geney Alfonse*, avaliado em 400 reais ²²²; um livro da *Vida Angelica*, com valor de mil reais; um livro da *Corte Imperial*²²³; um *Flos Sanctorum*²²⁴; um *Sacramental*, de letra de forma²²⁵; um *Catecismo* de costado²²⁶; um livro das *Penas do inferno e da glória final*; um Breviário de pergaminho de letra de pena, com uns tecidos e brochas de prata com divisas da Infanta, com funda de chamalote aleonado, que foi avaliado em 12 000 reais e um livro de rezar iluminado, coberto com uma funda de chamalote verde e brocha de prata esmaltada de ouro, com cruz de Cristo no meio, avaliado em 4000 reais²²⁷.

Teriam sido estes livros encomendados pela infanta D. Beatriz? Não há documentação que se reporte ao mecenato levado a cabo pela infanta, excepção feita à construção do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja e à constituição da sua capela. Algumas das obras poderão ter sido compradas, já que a infanta tinha na sua Casa compradores que lhe traziam encomendas de feiras ibéricas importantes, como é o caso da feira de Medina del Campo, em Castela. Contudo, há no inventário

²²² Talvez se trate do *General Estorea*, o livro de história universal de Alfonso X, *O Sábio*. Contudo, o mais provável é que seja a obra *Genesi Alfonse*, de Bernardo de Brihuega, um clérigo próximo de Afonso X, que a redigiu de acordo com as instruções do monarca. Cf. Mário MARTINS, *Guia Geral das Horas de el rei D. Duarte*, Lisboa, Edições Brotéria, 1982. Como é hábito na descrição dos livros da infanta D. Beatriz, não há qualquer indicação acerca do idioma, pelo que não sabemos se o livro que a infanta possuía era em castelhano, ou uma tradução portuguesa. Sabe-se que foi doada ao mosteiro de Santo António de Beja e que estava avaliada em 400 reais, o que permite supor que não deveria ser iluminada, nem ter uma encadernação luxuosa.

²²³ Cópia da obra anónima do século XIV, em diálogo, escrita em português e que se integra na chamada literatura de controvérsia religiosa. Um exemplar fazia parte das obras “em linguagem” da livreria do rei D. Duarte, sogro de D. Beatriz, pelo que há uma possibilidade de que se trate do mesmo livro.

²²⁴ O *Flos Sanctorum* é uma tradução portuguesa da *Legenda Áurea*, do dominicano Jacobus de Voragine (c. de 1230-1298), e é um livro de hagiografia muito popular na cultura quatrocentista portuguesa. A sua edição impressa data de 1513, sendo, portanto, posterior à data da morte da infanta D. Beatriz, embora seja precedida por uma vasta tradição manuscrita. Este livro consta, por exemplo, da biblioteca do infante D. Fernando, o Santo, tio de D. Beatriz. Cf. Aires Augusto Nascimento, “As livrerias dos príncipes de Avis”, *Biblos, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro*, 1993, pp. 265-287.

²²⁵ Obra de Clemente Sánchez de Vercial, é o primeiro livro impresso em língua portuguesa, com uma primeira edição em 1488, o que faz dele um dos incunábulo mais importantes da história da imprensa em Portugal.

²²⁶ Talvez se tratasse do *Cathecismo* de Diego de Ortiz, capelão régio, impresso em 1502.

²²⁷ A historiadora de arte Delmira Espada, investigadora do Instituto de Estudos Medievais, sugere que este livro de horas se trate de um exemplar da Biblioteca Pública de Évora que, por ter uma cruz da Ordem de Cristo na encadernação, julgava-se, até agora, pertencer ao infante D. Henrique.

informações que nos indicam que a infanta encomendava obras e que, na sua Casa, havia escrivães e pessoas a tratar das encadernações. A infanta tinha, por exemplo, encomendado a Garcia de Galez, escrivão, um saltério apontado para a sua capela, que lhe custou 3000 reais. E, entre os objectos que foram vendidos, havia biqueiras e pregos de prata para brochas de livros.

Os livros da infanta D. Beatriz têm apenas três destinatários, o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, o mosteiro de Santo António da Vila de Beja e o rei D. Manuel I, que parece ter adquirido os livros mais valiosos da mãe. A doação dos livros seguia instruções específicas deixadas pela própria, como refere D. Manuel I a Antão de Oliveira, dizendo *“dos livros que ficaram da dita senhora fareis entregar à abadessa do dito mosteiro e ao vigário de Santo António da dita vila aqueles que vos sua Senhoria disse antes do seu falecimento, que lhe desseis”*.

Assim, a parte mais significativa do conjunto é doada ao mosteiro da Nossa Senhora da Conceição de Beja, num total de trinta volumes. Parecem-nos ser sobretudo os livros que serviam na capela privada da infanta, dedicados à liturgia. Da primeira doação feita ao mosteiro de Nossa Senhora da Conceição consta um livro missal em letra de pena, de pergaminho que, como acima indicado, tinha pertencido ao infante D. João, pai de D. Beatriz e que poderá ser o missal que constava da lista do enxoval da infanta.

Só numa segunda leva de doações é que chegaram ao mosteiro os dois volumes da *Vita Christi*; um livro da *Contemplação de nosso Senhor* feito por São João Boaventura de letras de pena, avaliado em 150 reais; o missal em pergaminho, de letra de mão, iluminado, que valia 10 000 reais e que deve tratar-se, pelo destaque que lhe é dado e pelo seu valor (já que é a obra mais cara deste conjunto), do dito missal de pena que servia na capela da infanta pelas festas e que esta deixara ao mosteiro.

O outro destinatário foi o Mosteiro de Santo António da vila de Beja. Temos, portanto, um mosteiro feminino e um masculino. E as obras doadas diferem bastante entre os dois. O mosteiro de Santo António recebeu o *Genesi Alfonsi*, um livro da *Vida Angelica*, avaliado em 1000 reais (o livro mais caro que receberiam), um livro de pena, encadernado e coberto de couro roxo, avaliado em 300 reais, o livro da Corte Imperial, o Sacramental, um catecismo de costado, em forma, coberto de baldréu vermelho,

que valia 200 reais e o livro das *Penas do inferno e da glória final*, avaliado em 250 reais. Estes nove livros valiam um total de 3200 reais.

O terceiro destinatário foi o seu filho, o rei D. Manuel I, que ficou com as obras mais valiosas da livraria da sua mãe. O inventário dá a entender que D. Manuel I comprou estas obras, embora elas não constem da lista de itens vendidos. O que sabemos, sim, é que entre as despesas realizadas por Luís de Atouguia incluem-se os 550 reais que despendeu a 6 de Março de 1507 para Afonso Pires levar numa besta duas gamelas da Índia e dois livros ao rei D. Manuel, que se encontrava em Tomar. E gastou mais 155 reais numa arca *“em que foram as ditas gamelas e pano destopa e certos armeos dela, em que tudo foy enviralhado e liado”*.

A temática, de natureza devocional, é uma constante da livraria da infanta D. Beatriz. Nesta altura, esta elite aristocrática portuguesa assume uma relação mais directa com o divino, deixando de ter sempre a igreja como intermediária²²⁸. E no inventário da infanta D. Beatriz isto é visível nos seus livros, mas também nos relicários que possui, transformados em joias para uso pessoal, que se podiam transportar junto ao corpo, exemplo de alguns dos seus relicários adaptados a colares.

A biblioteca de D. Beatriz é paradigmática de todo o seu inventário: as inovações e os novos produtos são bem acolhidos e convivem lado a lado com os objectos mais tradicionais sem, no entanto, os substituir. Há, na biblioteca da infanta, uma convivência plena entre livros manuscritos e novos livros impressos, mantendo a temática religiosa. Como o há entre os produtos oriundos da costa da Guiné, representativos de um primeiro período das Descobertas, e os recém-chegados produtos orientais. Tradição e inovação convivem lado a lado nesta sua livraria.

²²⁸ Ana Isabel BUESCU, *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 39.

1.9. Construção da memória

O processo delicado da subida ao trono português de D. Manuel I, em 1495, não significou um corte decisivo com a dinastia de Avis, como já aqui referimos. Pelo contrário, o novo monarca legitimou a sua ascensão régia alimentando uma ideia de continuidade, integrando-se assim na dinastia reinante, que vinha desde os tempos do seu bisavô, o rei D. João I. A criação desta ideia de continuidade foi feita em simultâneo com a preservação da identidade da sua própria linhagem, a da Casa de Viseu-Beja.

Todavia, o processo de criação de uma identidade dinástica e de uma estratégia de afirmação política do duque de Beja enquanto rei de Portugal só foi possível com o apoio da sua mãe, a infanta D. Beatriz e da sua irmã, D. Leonor, a rainha-velha.

O conceito de identidade dinástica é deveras pertinente e atentar ao modo como as mulheres de uma determinada linhagem contribuem para a sua construção é um aspecto que merece uma atenção específica e aprofundada, com o intuito de compreender se se pode, ou não, falar em diferenças de género nas estratégias por elas utilizadas, tendo em vista a criação de uma identidade dinástica própria. As mulheres de Avis-Beja, que englobam a mãe e as irmãs de D. Manuel I, mas também as suas filhas, são um bom ponto de partida para este tipo de análise dos processos mentais do poder senhorial e a forma como as Casas nobres cultivavam o património simbólico herdado dos antepassados, os valores morais que tinham, a linguagem que utilizavam, a forma como se distinguiam através do vestuário, da heráldica, etc.

No entanto, nesta dissertação, vamos apenas realçar a actuação da infanta D. Beatriz na construção e preservação da memória da Casa de Beja. Voltemos a Rui de Pina que, por ocasião da morte do infante D. Fernando em Setúbal, refere

“foy seu corpo logo enterrado no “Moesteiro de Sam Francisco da observancia, que he junto com a dyta Vylla, e de hy fora depois seus ossos com muyto honrra, e grande sollenydade, treladados ao Moesteiro da Conceiçam de Béeja, honde jazem e sua muy honrrada sepultura, a qual a Senhora Yfante Dona Bryatiz sua molher como Pryncesa em toda muy virtuosa, juntamente com o dito Moesteiro

de novo fundou e edificou com grandes suas despesas, e perpetuamente o dotou de muytas rendas e syngulares ornamentos”²²⁹.

De acordo com o cronista, o infante D. Fernando foi mandado trasladar pela infanta D. Beatriz, com grande pompa e circunstância, para o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, que ambos tinham fundado nos anos de 1450.

Foi precisamente no Mosteiro da Conceição que a infanta se encarregou de mandar construir na capela-mor um monumental túmulo do fundador, do lado do Evangelho, hoje desaparecido. A trasladação dos restos mortais do infante para um primeiro túmulo, mais modesto, terá ocorrido ainda durante o reinado de D. João II. Só depois da morte do duque D. Diogo é que a infanta ordenou a construção de um túmulo de estilo gótico, mais ornamentado e monumental do que o anterior. Não sabemos se se tratava de um conjunto tumular composto por vários sarcófagos, ou se D. João, D. Diogo e os restantes filhos do casal foram enterrados com o pai.

Sabe-se, sim, pelos vestígios que ainda restam, que a arca tumular do infante D. Fernando ocuparia um lugar central e de destaque, e estava ornamentada com os seus elementos heráldicos (dois brasões, o de D. Fernando e o de D. Beatriz que ainda hoje se encontram no Museu Regional de Beja) e, talvez, com uma estátua jacente²³⁰. Embora não haja vestígios de uma suposta estátua jacente, Leonel Borrela, que se dedicou ao estudo dos túmulos da capela-mor do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, afirma que

“na época gótica se iniciou o hábito de adornar o túmulo com estátua jacente que normalmente representava o finado e servia de tampa à arca tumular, adornada, numa ou mais faces, com as insígnias heráldicas, normalmente repetidas, baixos-relevos puramente ornamentais. (...). Admitimos ainda que houvesse estátua jacente no sarcófago do Infante.

²²⁹ Rui de PINA, *CDAV*, cap. CLXI, p. 817. Destaque nosso.

²³⁰ Sobre a tentativa de reconstrução da edícula tumular do infante D. Fernando em Beja veja-se o artigo de Leonel BORRELA, “Beja – Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição”, *Cadernos do Arquivo de Beja*, Beja, vol. II, série 2, 1983, pp. 195-210.

PARTE I

GOVERNAR O ATLÂNTICO

A morte do infante D. Henrique em 1460 trouxe profundas alterações no destino e na gestão da empresa ultramarina portuguesa. Até então, D. Henrique tinha sido o seu grande promotor e beneficiário, naquilo a que alguns autores chamaram uma gestão semi-feudal do Atlântico²³². No ano de 1443 o regente D. Pedro fizera-lhe mercê do exclusivo da navegação a sul do cabo Bojador, que tinha sido finalmente ultrapassado em 1434, após várias tentativas financiadas pelo próprio infante D. Henrique, na viagem capitaneada por Gil Eanes²³³. Com esta doação, o infante D. Pedro, regente do reino, deu um importante passo na afirmação da política portuguesa de *mare clausum*. Era uma doação feita a título vitalício, confirmada mais tarde por D. Afonso V²³⁴, numa das primeiras medidas que tomou depois de ter assumido a governação. Já em Janeiro desse ano, o infante D. Henrique tinha obtido da Santa Sé a bula *Etsi suscepti*²³⁵, que o autorizava a receber o hábito da Ordem de Cristo e a nela professar, podendo, contudo, conservar o património do ducado de Viseu, administrando-o como se não fosse professo, e com a possibilidade de o legar aos seus herdeiros, neste caso, ao infante D. Fernando, como estava acordado. Com esta bula, o papa autorizava-o também a deter ilhas no “mar oceano”, o Atlântico até então conhecido, e a espiritualidade de todas as ilhas que não tivessem já um bispo.

²³² Charles VERLINDEN, “Formes féodales et domaniales de la colonisation Portugaise dans la zone Atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur”, *Revista Portuguesa de História*, vol. IX, Coimbra, 1960, pp. 1-44 e Luís Filipe THOMAZ, “Estruturas quasi-feudais na Expansão Portuguesa”, em *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Governo Regional Madeira, 1989, pp. 80-87.

²³³ Carta de privilégio do exclusivo da navegação a sul do cabo Bojador dada pelo regente D. Pedro ao infante D. Henrique. Todos os que fossem apanhados a navegar naquelas águas sem autorização do infante sofreriam a perda das embarcações e respectivas cargas. Datada de 22 de Outubro de 1443. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 61. Publicada em *DP*, vol. I, doc. 339, pp. 435-436.

²³⁴ Carta de confirmação do exclusivo henriquino de navegação a sul do cabo Bojador, dada por D. Afonso V. Datada de 2 de Setembro de 1448. ANTT, *Místicos*, liv. 2, fl. 26. Publicada em *DP*, vol. 1, doc. 360, p. 458.

²³⁵ Bula de Eugénio IV dada ao infante D. Henrique em resposta às suas súplicas. Datada de 9 de Janeiro de 1443. ANTT, *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 3, fl. 8 V. Publicada em *MH*, vol. VIII, doc. 1, pp. 1-4.

Esta bula constituiu um passo importante para o infante D. Henrique, uma vez que nela era reconhecido pelo papa Eugénio IV o seu senhorio sobre os arquipélagos da Madeira e dos Açores, cuja espiritualidade passava também para o infante, na qualidade de governador da Ordem da Cristo.

O infante D. Henrique tinha o senhorio dos arquipélagos da Madeira e dos Açores desde a década de 1430. As ilhas da Madeira e do Porto Santo, que eram conhecidas pelos europeus desde, pelo menos, o século XIV, tinham sido ocupadas pela Coroa portuguesa no início da década de 1420, tendo começado a ser povoadas em 1425 pelos seus descobridores oficiais Tristão Vaz Teixeira, João Gonçalves Zarco e Bartolomeu Perestrelo. O infante D. Henrique recebeu o seu senhorio já no reinado de D. Duarte, em 1433²³⁶. Relativamente aos Açores, cujas primeiras ilhas deverão ter sido localizadas definitivamente em 1427 por Diogo de Silves e as últimas, Flores e Corvo, do grupo ocidental, em 1452 por Diogo de Teive, morador na ilha da Madeira, o seu senhorio foi doado ao infante em 1439. Contrariamente à Madeira, onde a iniciativa de povoamento coube a D. João I, nos Açores o responsável pela colonização foi o infante D. Henrique²³⁷.

A ocupação das ilhas pela Casa de Viseu seria feita em simultâneo com a exploração da costa ocidental africana pela Coroa, num processo complementar, em que as ilhas adquiriram um enorme valor estratégico.

Nos anos de 1450 chegou o reconhecimento oficial da Santa Sé através das bulas *Romanus Pontifex* de 1455²³⁸ e *Inter Cetera* de 1456²³⁹, que constituíram uma

²³⁶ Carta de doação das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta feita por D. Duarte ao seu irmão, o infante D. Henrique. A doação era feita com todos os direitos e rendas, para além da jurisdição cível e crime, salvo em caso de sentença de morte ou talhamento de membros, reservando o rei também o direito à declaração de guerra e cunhagem de moeda. Datada de 26 de Setembro de 1433. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 19v. Publicada em *DP*, vol. I, doc. 256, pp. 271-272. Carta a autorizar o infante D. Henrique a povoar as sete ilhas dos Açores, onde ele já mandara lançar ovelhas, datada de 2 de Julho de 1439. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 14. Publicada em *MH*, vol. VI, doc. 151, pp. 334-335.

²³⁷ Carta que autoriza o infante D. Henrique a povoar as ilhas dos Açores. Nela é explicado que o infante já mandara lançar ovelhas nas ilhas, a fim de as rentabilizar. Datada de 1 de Junho de 1439. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 19v. Publicada em *DP*, vol. I, doc. 313, pp. 399-400.

²³⁸ Bula concedida por Nicolau V a 8 de Janeiro de 1455. ANTT, *Bulas*, mç. 7, nº 29. Publicada em *DP*, vol. 1, doc. 401, pp. 503-513.

²³⁹ Bula concedida por Calisto III a 13 de Março de 1456. ANTT, *Gavetas*, VII, 13-7. Publicada em *DP*, vol. 1, doc. 420, pp. 535-540.

das grandes conquistas diplomáticas de D. Afonso V para garantir o prosseguimento da expansão portuguesa nos anos seguintes.

A primeira bula, a *Romanus pontifex*, concedia perpetuamente a D. Afonso V, a todos os reis portugueses e ao infante D. Henrique o direito à conquista, ocupação e apropriação de todas as terras, mares, portos e ilhas conquistados ou por conquistar, desde os cabos Bojador e Não até à Guiné. O papa proibia todos os cristãos de navegarem e pescarem nas ditas águas sem autorização prévia do rei de Portugal e do infante D. Henrique, pagando-lhes o respectivo tributo, sob pena de excomunhão. Esta bula surgia também como um corolário da actividade levada a cabo pelo infante D. Henrique até então. Nela é salientado o esforço empreendido pela Ordem de Cristo, de que o infante era governador, na expansão da fé cristã, na colonização de novos espaços, como o caso dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, mas também nas suas tentativas para conquistar as Canárias e converter os seus habitantes ao Cristianismo²⁴⁰.

A bula seguinte, a *Inter caetera*, de 1456, era, no fundo, uma confirmação da anterior, feita pelo papa Calisto III. Introduzia, no entanto, uma novidade importante: concedia à Ordem de Cristo a jurisdição espiritual de todas as terras descobertas pelos portugueses até então, mas também de todas as terras que viessem a descobrir no futuro.

Estas duas bulas, para além de confirmarem o papel preponderante do 1º duque de Viseu na Expansão Portuguesa, asseveram também o interesse de D. Afonso V na exploração do Atlântico²⁴¹. Apesar de o infante D. Henrique ter o exclusivo da navegação, o que na prática significava que passava licenças a privados e armava frotas próprias, D. Afonso V não prescindira de enviar as suas próprias armadas à

²⁴⁰ Sobre o assunto, veja-se Charles R. BOXER, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992, p. 39 e ss.

²⁴¹ Há já vários anos que João Paulo Oliveira e Costa desconstruiu a tese de que D. Afonso V era um rei pouco interessado no prosseguimento dos Descobrimentos Portugueses. Acerca desta questão seguiremos o que escreveu no seu artigo “D. Afonso V e o Atlântico...” cit.

Guiné²⁴². É o caso da armada capitaneada por Cide de Sousa, fidalgo da Casa real, enviada à costa africana em 1453.²⁴³

Para além do envio de frotas custeadas pela Coroa, são vários os indícios de que, durante os anos de 1450-60, D. Afonso V interveio, com frequência, na exploração atlântica, sobretudo através da nomeação de oficiais para o trato da Guiné e no envio de oficiais régios a bordo de embarcações do infante, de modo a que pudessem aprender os “ossos do ofício”. Nesta vertente, as suas acções parecem coordenadas com as do tio, o infante D. Henrique²⁴⁴, que lucrava com o interesse da Coroa pela expansão ultramarina.

Mas não era apenas D. Afonso V que estava empenhado na empresa do Atlântico. O seu irmão, o infante D. Fernando, herdeiro de todo o património do infante D. Henrique, também demonstrava interesse na exploração do oceano e nos lucros que daí poderiam advir. Ainda que pouco documentado, esse mesmo interesse do infante no Atlântico parece surgir já em meados da década de 1450, mais precisamente em 1457, quando D. Afonso V lhe fez a doação de quaisquer ilhas que mandasse descobrir.²⁴⁵ Não é em vão que esta carta surge pouco tempo antes da descoberta, em 1460, das primeiras ilhas do arquipélago de Cabo Verde²⁴⁶, demonstrando que existia por parte de D. Fernando a intenção de armar embarcações de exploração pelo Atlântico, em busca de novas ilhas e, conseqüentemente, de novos senhorios. Isso mesmo refere Juan II de Aragão, quando numa carta diz

²⁴² De acordo com João de Barros foram vários os navios enviados por D. Afonso V à costa ocidental africana, ainda que não sejam muitas as referências documentais de que dispomos para confirmar esta sua afirmação. João de BARROS, *Ásia, Primeira Década*, liv. II, cap. 1, p. 63.

²⁴³ Carta de 27 de Fevereiro de 1453. ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv 3, fl. 20v. Publicado em *DP*, vol. 1, pp. 501-502. Esta armada capitaneada por Cide de Sousa contava com a participação de homens da Casa do infante D. Henrique, como é o caso de Nuno Antunes de Góis, que seria o responsável pelas transações comerciais da armada e pelo resgate dos mouros.

²⁴⁴ Veja-se João Paulo Oliveira e COSTA, “D. Afonso V e o Atlântico...” cit., pp. 47-48.

²⁴⁵ Carta D. Afonso V a doar ao infante D. Fernando e aos seus sucessores quaisquer ilhas que viessem a descobrir, reservando para a Coroa a alçada dos crimes que envolvessem pena de morte ou desmembramento. Datada de 10 de Novembro de 1457. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118v. Publicada em *MH*, vol. XIII, doc. 66, pp. 113-114.

²⁴⁶ Sobre a descoberta do arquipélago cabo-verdiano veja-se Luís de ALBUQUERQUE, “O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde”, em *HGCV*, vol. 1, pp. 23-39.

*“com lo illustre infant dom Ferrando de Portugal, nostre molt car e molt amat nebot, haia uma caravela, de present havent carrech de la capitania de aquella lo amat nostre en Ferran Gonçalez, scuder, que, per ordinació e manament del dit illustre infant ab la dita caravela va e anar deu per les mars en diverses parts”*²⁴⁷.

Um ano depois, em 1460, o infante D. Henrique doava ao sobrinho D. Fernando, e seus herdeiros, as ilhas Terceira e Graciosa, no arquipélago dos Açores, com todas as suas rendas e direitos, reservando, porém, a vintena à Ordem de Cristo, que mantinha o domínio da espiritualidade nas ilhas²⁴⁸. Trata-se de uma doação com relevado interesse, pois na própria carta é referido que o infante D. Fernando tinha, em 1460, um plano para mandar povoar o território. De acordo com o infante D. Henrique

*“o senhor jfante dom Fernamdo, meu muyto prezado e amado filho, me disse que sseu desejo era, com esperança do seruiço que a Deus com ssua graça e a elrrej meu senhor entendia poder fazer e asi mesmo proueito, de mandar pouorar alguas jlhas e que a mym prouuesse das mjnhas que tenho que ora estam por pouorar lhe dar alguas dellas”*²⁴⁹.

Este plano fernandino de melhor aproveitamento das ilhas atlânticas já descobertas pelos portugueses deve ser, em nossa opinião, ligado ao conselho que o infante deu a D. Afonso V nesse mesmo ano. Os conselhos de 1460 sobre a situação política ibérica e a prossecução da guerra em Marrocos dados a D. Afonso V pelo infante D. Fernando, pelo marquês de Vila Viçosa e por D. Pedro, primo de D. Afonso V, estão estudados pelo que não vamos abordar aqui o seu contexto²⁵⁰. Contudo, o

²⁴⁷ Carta do rei Juan II de Aragão às autoridades do seu reino, afirmando que deveriam tratar a caravela do infante D. Fernando de Portugal, seu sobrinho, como se fora sua, sendo que a sua tripulação e mercadorias poderiam circular livremente por todos os portos, praias e mares a ele pertencentes. Datada de 10 de Março de 1459. Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería Real*, Registro 3365, fl. 105. Publicada em *MH*, vol. XIII, doc. 121, pp. 192-193.

²⁴⁸ Carta de doação das ilhas Terceira e Graciosa, nos Açores, feita pelo infante D. Henrique ao seu filho adoptivo, o infante D. Fernando. Datada de 22 de Agosto de 1460. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118. Publicada em *MH*, vol. XIII, doc. 187, pp. 335-337. A confirmação régia data de 2 de Setembro de 1460. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118. Publicada em *MH*, vol. XIII, doc. 188, pp. 337-338.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ Cf. António Gomes da Rocha MADAHIL, *A política de D. Afonso V apreciada em 1460*, sep. de *Biblos*, Coimbra, 1931.

conselho de D. Fernando tem sido visto como a prova de que o infante não apoiava a guerra em Marrocos, o que não é verdade, sobretudo se atendermos ao seu percurso biográfico²⁵¹. Na realidade, o que D. Fernando frisa é que a retirada de D. Afonso V para Ceuta não era aconselhável, sobretudo numa altura em que *“se até aqui tiveram os franceses com vontade de vir às ilhas e outras partes do vosso senhorio, não lhes causará receio, sabendo que estás em África”*²⁵². Esta preocupação com a manutenção portuguesa do senhorio dos arquipélagos lida em conjunto com o seu desejo de encontrar novas ilhas no Atlântico e com o seu projecto para povoar algumas outras pertencentes ao ducado de Viseu demonstra, em nossa opinião, que o infante D. Fernando tinha, desde finais da década de 1450, um programa estratégico para as ilhas atlânticas, que começou a colocar em prática ainda antes da morte do pai adoptivo.

A morte do infante D. Henrique, trouxe, como já afirmámos, profundas alterações no rumo da exploração do Atlântico, já que D. Afonso V aproveitou a situação para tomar as rédeas do processo expansionista português. No entanto, como vimos, esta mudança já estava a ser preparada pelo rei há vários anos, pelo que não deverá ter constituído nenhuma surpresa para o infante D. Fernando.

Após a morte do tio, D. Afonso V confirmou ao seu irmão, o infante D. Fernando, grande parte do património de D. Henrique, de quem era herdeiro, incluindo os arquipélagos da Madeira e Açores (a que se juntava o de Cabo Verde) e, após alguma pressão, o governo da Ordem de Cristo, que o monarca tinha desejado para si próprio²⁵³. No entanto, o rei não lhe outorgou o exclusivo do comércio da Guiné, que passou a depender directamente da Coroa. A Casa de Viseu viu-se assim privada de uma importante fonte de rendimento, passando a sua ligação à costa africana a fazer-se apenas via Ordem de Cristo, que detinha a vintena do comércio da Guiné e a quem D. Henrique deixara todo o espiritual do Atlântico em testamento, como acima referido. Não nos parece, no entanto, que esta situação tenha surpreendido o infante D. Fernando. A gestão do Atlântico passou a ser dividida entre

²⁵¹ Sobre esta questão veja-se João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I...* cit., pp. 37-40.

²⁵² Cf. António Gomes da Rocha MADAHIL, *A política de D. Afonso V...* cit.

²⁵³ Esta questão será mais aprofundada ao longo do capítulo 3 desta tese.

os dois irmãos: D. Fernando com o senhorio dos arquipélagos atlânticos e D. Afonso V com a exploração e rentabilização do litoral africano.

Entre as primeiras acções de D. Afonso V conta-se a transferência da casa da Guiné, antiga feitoria de Arguim, de Lagos para Lisboa, em 1463 - numa clara intenção de controlar directamente esta enorme fonte de lucro - e a edificação da fortaleza de Arguim, entreposto comercial e importante ponto de apoio à navegação para o Atlântico Sul²⁵⁴. Durante estes anos, o rei concedeu licenças a privados para o comércio com a costa africana, mas o avanço do processo expansionista foi lento, não devido a um desinteresse do monarca pelos Descobrimentos, mas sobretudo a dificuldades técnicas.

Em 1468, D. Afonso V arrendou o comércio da Guiné ao mercador lisboeta Fernão Gomes, sendo que, pela primeira vez, a exploração da costa africana era entregue a privados.

Nos dez anos em que esteve à frente dos arquipélagos atlânticos, o infante D. Fernando concentrou-se na sua rentabilização, criando um novo sistema tributário para a ilha da Madeira e focando-se no povoamento das ilhas açorianas e da ilha de Santiago, em Cabo Verde²⁵⁵. Seguindo ainda muito de perto a estratégia do infante D. Henrique, D. Fernando procurou também obter novos senhorios, quer com a procura de outras ilhas, quer através de uma tentativa de conquista de ilhas do arquipélago das Canárias, uma das grandes obsessões do seu tio. Todavia, dez anos não foram suficientes para a concretização de todo este projecto. A partir de 1470 a situação voltou a mudar, tendo a infanta D. Beatriz assumido o governo das ilhas atlânticas em nome do novo duque de Viseu e de Beja.

²⁵⁴ Veja-se João Paulo Oliveira e COSTA, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II” cit., p. 51 e ss.

²⁵⁵ O estudo mais completo sobre a análise do período em que o infante D. Fernando foi donatário dos arquipélagos atlânticos continua a ser o de Charles VERLINDEN, “L’Infant Dom Fernando comme administrateur colonial à Madère, aux Açores et au Cap Vert...” cit., mas há estudos mais localizados sobre este período, como os de Joel SERRÃO, *Temas Históricos Madeirenses* cit., sobretudo no capítulo “O infante D. Fernando e a Madeira (1461-1470) – Elementos para a formulação de um problema”; de José Guilherme Reis LEITE que na sua obra *7 Ensaios sobre o povoamento dos Açores* cit., dedica um capítulo ao infante “O infante D. Fernando e os Açores – Uma intervenção na periferia”, pp. 53-74; mas também de Maria de Lurdes Esteves dos Santos Freitas FERRAZ, *A Madeira no século XV sob o domínio senhorial do infante D. Henrique e seus descendentes*, Funchal, 1986; de Humberto Baquero MORENO, “O infante D. Fernando, donatário da ilha da Madeira” cit., e João Silva de SOUSA, “Os herdeiros do Infante e o governo dos Açores...” cit..

Como veremos ao longo dos próximos capítulos, a infanta parece ter seguido, pelo menos nos primeiros anos, o programa de desenvolvimento das ilhas pensado pelo marido. A forma célere com que resolve uma série de situações pendentes desde o governo de D. Fernando leva-nos a pensar que a infanta estaria, efectivamente, ao corrente dos assuntos da Casa e que teria, em certa medida, colaborado na sua administração e, talvez mesmo, na tomada de decisões.

O governo da infanta D. Beatriz primará por uma maior centralização e por uma crescente burocratização dos processos administrativos. Ao longo das próximas páginas delinearemos a actuação da infanta D. Beatriz nos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e o modo como se adaptou às realidades existentes. No entanto, é necessário fazê-lo em cotejo com a governação atlântica do infante D. Fernando, a fim de compreender algumas linhas de continuidade, mas, sobretudo, de legitimação por parte da infanta que estava a governar os senhorios atlânticos não em seu nome próprio, mas em nome dos seus filhos.

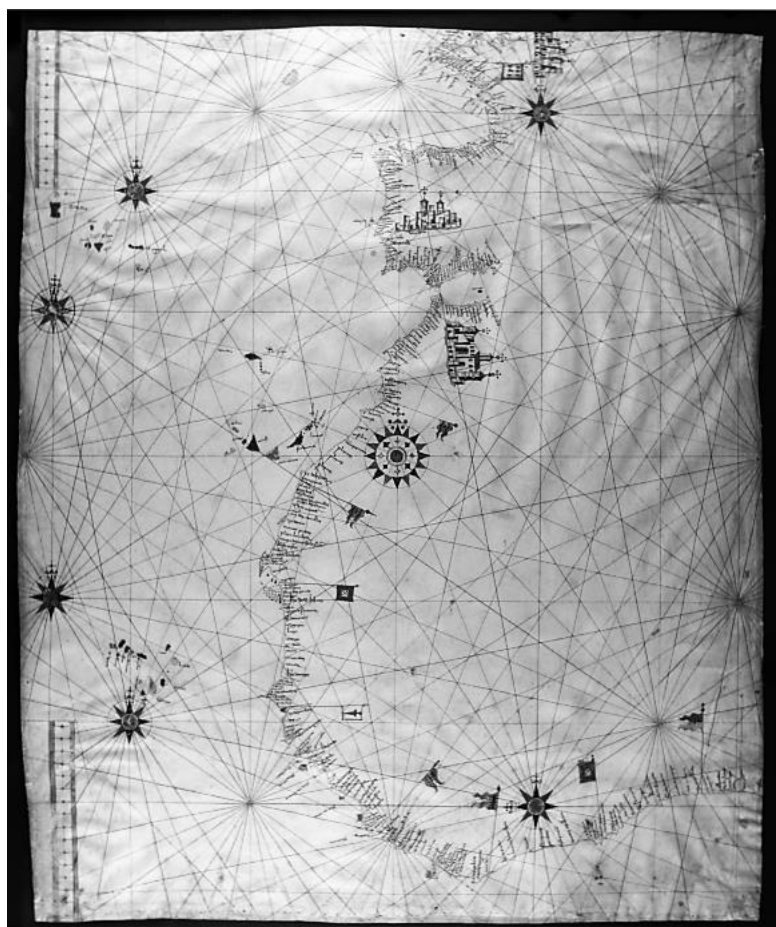


Figura 7 – Mapa dos arquipélagos atlânticos e costa ocidental africana. Anónimo. Biblioteca Estense, Modena, Ms. 1472-1482.

CAPÍTULO 2

O GOVERNO DOS ARQUIPÉLAGOS ATLÂNTICOS:

O processo de colonização dos arquipélagos atlânticos esteve, numa primeira fase, nas mãos da Coroa portuguesa que, posteriormente os doou ao infante D. Henrique²⁵⁶, 1º duque de Viseu, em regime de donataria²⁵⁷. Era uma doação que seguia os princípios da Lei Mental, hereditária e inalienável²⁵⁸. Ao fazê-lo, o monarca evitava um investimento avultado em territórios distantes, cujo aproveitamento das terras era incerto. Competia assim ao donatário a dinamização do povoamento e o desenvolvimento económico destes novos territórios, usufruindo, para isso, de diversos privilégios judiciais e fiscais, reservando a Coroa para si a justiça suprema em matérias capitais, tais como a cunhagem de moeda, a declaração de guerra, a pena de morte e a amputação de membros.

Este processo de colonização das ilhas teve uma natureza marcadamente senhorial e deve ser entendido no seio da dinâmica de crescimento das grandes Casas senhoriais no Portugal quatrocentista. Para a Casa de Viseu, a concessão dos senhorios dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde não aparentava destoar das outras doações de senhorios no reino. As ilhas, tal como os restantes territórios pertencentes ao ducado, integravam o seu senhorio, proporcionavam rendas e direitos, e

²⁵⁶ A carta de D. Duarte que doava vitaliciamente ao infante D. Henrique as ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta data de 6 de Setembro de 1433. A doação incluía todos os direitos, rendas e jurisdição cível e crime, menos em sentença de morte e de mutilação, reservando também ao monarca a alçada, cunhagem e curso da moeda. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 18. Publicada em *MH*, vol. IV, doc. 81, pp. 267-269. A doação feita ao infante D. Henrique era vitalícia, pelo que por sua morte devia reverter para a Coroa. No entanto, após a adopção do infante D. Fernando por D. Henrique, D. Duarte por alvará de 7 de Março de 1436, transformou aquela doação vitalícia em definitiva, ou seja, em bens de juro e herdade, transmissíveis a herdeiros. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118v. Publicado em *MH*, vol. V, doc. 102, pp. 205-207.

²⁵⁷ A donataria era um sistema de cedência de direitos a que o rei recorria para delegar as suas competências, com certas restrições, a um senhor. Os primeiros donatários são todos membros da família real, já que durante um período inicial só receberam donatarias os duques de Beja e de Viseu. Esta situação terminaria com a subida do último grande donatário atlântico, o duque D. Manuel, ao trono de Portugal.

²⁵⁸ Sobre a Lei Mental veja-se o que escrevemos supra na nota 86.

acrescentavam prestígio social e dignidade²⁵⁹. A grande diferença entre a administração destes novos territórios e as terras que o ducado detinha no reino prendia-se, desde logo, com o facto de a Casa aí exercer o seu poder à distância²⁶⁰, o que vai implicar algumas inovações na gestão. Para além disso, a disseminação do território insular suscitou a necessidade de dividir a donataria em unidades administrativas mais pequenas, as capitánias²⁶¹. A administração da terra fazia-se, assim, por intermédio de um aparelho burocrático cuja cúpula era constituída pelo capitão do donatário representante máximo da autoridade donatarial na capitania. Deste modo, o duque donatário podia responsabilizar directamente os detentores da capitania quer pela agilização do povoamento, quer pelo incremento económico das ilhas. Ao longo do século XV, os portugueses puseram em prática nos arquipélagos do Atlântico um modelo de organização administrativa, territorial e de exploração económica que seria posteriormente aplicado a outras áreas do império, mas que, em grande medida, se tinha inspirado nos modelos reinóis²⁶².

Os capitães recebiam as capitánias a título hereditário, por linha directa masculina²⁶³. Tinham também vários privilégios incluindo o monopólio de alguns meios de produção, fornos de pão, moinhos, os réditos da venda e compra de sal, e ainda a redízima de todas as rendas do donatário²⁶⁴.

²⁵⁹ Seguimos, neste ponto, o ensaio de Miguel Jasmins RODRIGUES, “Os descobrimentos portugueses na construção do *Mediterrâneo atlântico...*” cit., em que o autor aborda a importância da Casa de Viseu-Beja e da sua nobreza clientelar no desenvolvimento dos arquipélagos atlânticos, enquadrando esta expansão atlântica no âmbito da expansão senhorial quatrocentista portuguesa.

²⁶⁰ Sobre o exercício de poder à distância veja-se João Maria de Sousa MENDES, “Os ensaios de organização política e os seus resultados: as ilhas como modelo experimental para governo à distância”, em *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LIII, Angra do Heroísmo, 1995.

²⁶¹ Sobre a questão das capitánias seguimos fundamentalmente a obra de António de Vasconcelos SALDANHA, *As Capitánias do Brasil – Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

²⁶² Veja-se, por exemplo, o trabalho de Carmen Margarida Oliveira ALVEAL, *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic Worlds, 16th-18th Century*, Baltimore, Tese de Doutoramento apresentada à John Hopkins University, 2007, sobre a implantação do sistema de sesmarias no Brasil.

²⁶³ Como veremos adiante, houve algumas dispensas ao cumprimento da Lei Mental, caso das cartas de capitania dadas pelo infante D. Henrique a Jácome de Bruges, na Terceira, e pela infanta D. Beatriz a Rui Gonçalves da Câmara, em São Miguel.

²⁶⁴ Era ao donatário que cabia o direito de impor aos moradores dos seus territórios os tributos que estes lhe deviam pagar. Sobre os rendimentos dos capitães veja-se o artigo de Rute GREGÓRIO, “Rendimentos da capitania da Praia, ilha Terceira, 1533-1537”, *Anais de História de Além-Mar*, ed. de

As cartas de doação da capitania seguem, em geral, as cartas dadas aos capitães da ilha da Madeira, ainda que se desconheça a carta de doação da capitania dada ao primeiro capitão do Funchal, João Gonçalves Zarco²⁶⁵. A primeira carta de capitania conhecida é a de Bartolomeu Perestrelo, capitão da ilha do Porto Santo²⁶⁶, a que se seguiu a de Tristão Vaz Teixeira, capitão de Machico, na Madeira, que recebeu carta a 8 de Maio de 1450²⁶⁷.

O povoamento inicial foi feito com base numa economia estruturalmente agrícola. Para estimular a ida de colonos e a subsequente rentabilização económica de um espaço desconhecido, o donatário concedeu terras em regime de sesmaria, seguindo a prática da Coroa de incitação ao aproveitamento da terra²⁶⁸. Foram distribuídas propriedades a todos os que as cultivassem²⁶⁹ num período de tempo pré-estabelecido, sem outro encargo para além do dízimo. Se, após este período, os resultados fossem positivos, a doação pressupunha a posse definitiva dessas terras, um direito perpétuo e inalienável. Este sistema tinha ainda a vantagem de redistribuição da propriedade caso esta não fosse devidamente aproveitada, pelo que existia uma pressão para a rentabilização da produção de cada parcela.

O sistema de doação das terras em regime de sesmaria, e ainda que a obtenção da terra fosse gratuita, só beneficiava aqueles que tivessem meios financeiros suficientes para desenvolver o arroteamento das terras. Era necessário importar alfaias agrícolas, sementes e, principalmente, mão-de-obra, nalguns casos escrava,

João Paulo Oliveira e Costa, vol. 5, Dezembro de 2004, pp. 161-184, ainda que se reporte a um período cronológico posterior ao que abordamos nesta tese.

²⁶⁵ João Gonçalves Zarco é designado numa carta do reinado de D. João I, anterior a 1433, como povoador da ilha da Madeira e distribuidor de terras em nome do rei, ainda intitulado “senhor das ilhas”, exercendo, portanto, funções de capitão, mesmo não sendo feita menção ao cargo. Carta publicada numa confirmação de 1493. ANTT, *Alfândega do Funchal*, Registos, liv. 13, fl. 101. Publicada em *DP*, suplemento ao vol. I, doc. 82, pp. 109-110. No entanto, Zarco refere o “regimento” que recebera do infante D. Henrique, numa declaração feita em 1454 acerca das terras que tomara para si e para os seus herdeiros. Carta datada de 18 de Fevereiro de 1454. ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mç. 1, nº 7.

²⁶⁶ Carta datada de 1 de Novembro de 1446. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 85. Publicada em *MH*, vol. IX, doc. 143, pp. 208-210.

²⁶⁷ ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 21 v. Publicada em *MH*, vol. VII, doc. 71, pp. 98-100.

²⁶⁸ Sobre a Lei das Sesmarias e a sua aplicação no Portugal medievo veja-se a obra de Virgínia RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa, [s.n.], 1946.

²⁶⁹ Entenda-se aqui todos os que tivessem capacidade financeira e braçal para cultivar as terras.

adquirida na costa da Guiné ou no arquipélago das Canárias. Como as dadas de terras eram feitas pelo capitão, os melhores lotes eram distribuídos pela sua rede clientelar, o que posteriormente implicou uma distinção social entre produtores e a criação de elites locais que mimetizavam o comportamento e a estrutura da sociedade reinol.

É interessante notar que a relação das ilhas com a Coroa não é sempre óbvia. O rei surge como figura tutelar, mas a relação dos arquipélagos com o poder central faz-se via Casa de Viseu-Beja. É o donatário quem define o sistema tributário e cobra os impostos, é ele quem nomeia os funcionários, etc. A Coroa não recebe dividendos directos da exploração da ilha, abdicando mesmo, numa primeira fase, dos impostos que poderia cobrar da entrada dos produtos insulares no reino, como medida de incentivo ao povoamento²⁷⁰. A ligação à Coroa fazia-se através do apelo em casos penais que envolvessem amputação ou pena de morte, na cunhagem de moeda e em tempos de guerra. Isto mesmo será alegado por D. Afonso V numa carta escrita à ilha da Madeira acerca da sua participação no pedido extraordinário para o esforço de guerra feito em 1478. Quando a ilha se recusa a pagar, o rei frisa que:

*“vos soees meos E de meos rreygnos E a defensam vossa amj pertence do que por ello spender E poeer totalas mjinhas forças (...) Eu vos rrogo muyto em comendo E mando que todo comsireees como leaees E bõos vassalos naturaees criados E amigos meus”*²⁷¹.

Há necessidade, por parte da Coroa, de frisar aos madeirenses a ligação ao rei, como seus vassalos e as obrigações que daí advinham.

²⁷⁰ Veja-se, por exemplo, as cartas da regência, uma a isentar o infante D. Henrique e os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, durante cinco anos, do pagamento de dízimas e portagens que trouxeram das ditas ilhas aos portos do reino, datada de 1 de Junho de 1439. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 17v. Publicada em *MH*, vol. VI, nº 135, pp. 315-316. E outra, em que, a pedido do infante D. Henrique, concede a Gonçalo Velho, comendador das ilhas dos Açores, e a todos os povoadores do arquipélago, por cinco anos, isenção do pagamento de dízima e de portagem das coisas que das ditas ilhas trouxerem ao reino, desde que não as tragam de outra parte, datada de 3 de Abril de 1443. ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 27, fl. 107v. Publicada em *MH*, vol. VIII, pp. 43-44.

²⁷¹ Carta de D. Afonso V à ilha da Madeira, datada de 18 de Julho de 1479. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 61, pp. 95-96.

2.1. D. Beatriz – Governadora dos Arquipélagos

D. Beatriz assumiu os destinos dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde logo após a morte do infante D. Fernando, em 1470. Pela primeira vez na história portuguesa, um território ultramarino encontrava-se sob a administração de uma mulher. A infanta adaptou-se rapidamente às distintas realidades insulares, adequando, como veremos, as suas acções consoante o nível de desenvolvimento populacional e económico de cada arquipélago. Beatriz nunca se intitulou donatária dos arquipélagos, mas sim sua governadora em nome dos filhos menores, primeiro do duque D. João (1470-1472) e, a partir de 1472, do duque D. Diogo (1472-1484). Depois da morte do duque D. Diogo, assassinado por D. João II, a posse dos arquipélagos, ainda que continuasse a pertencer à Casa de Beja, esteve, durante uns meses, na dependência de D. João II; mas sobre estas questões, relativas aos anos de transição durante o ducado de D. Manuel, ocupar-nos-emos no capítulo 7 da presente tese.

Enquanto governadora dos arquipélagos, a primeira acção de D. Beatriz foi enviar Gonçalo Godinho, cavaleiro da Casa de Viseu, à Madeira para tomar posse do senhorio das ilhas²⁷². Gonçalo Godinho levou consigo não só uma carta da própria infanta, mas também uma carta de D. Afonso V, onde era recomendado aos madeirenses que recebessem por senhor o novo duque e que

“leixees o dicto Gonçalo Godinho tomar em seu nome a dicta pose obedecendo aa dicta mjnha jrmã e comprindo jnteiramente todos seus mandados como comprees os do dicto meu jrmãoo porque nom menos nos praz e queremos que sejam compridos”²⁷³.

Esta apresentação de D. Beatriz feita pelo monarca é assaz pertinente para compreender o modo como levará a cabo o seu governo. Uma mulher à frente dos destinos das ilhas e da Casa de Viseu-Beja constituía, de facto, uma novidade. D. Beatriz e, quiçá, o rei acharam necessária esta apresentação mais formal, tendo sempre como justificação máxima o cumprimento da vontade do falecido duque D. Fernando. Uma justificação muito utilizada por D. Beatriz ao longo da sua

²⁷² Desconhecemos se também terá enviado oficiais aos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde.

²⁷³ Carta de D. Afonso V, dada em Alenquer a 16 de Outubro de 1470 e lida publicamente no Funchal a 21 de Novembro de 1470, transcrita em *VCMF*, p. 15.

correspondência com as ilhas, criando assim uma ideia de seguimento do governo anterior. É difícil, dada a escassez documental, compreender se existiu, realmente, uma continuidade entre o governo de D. Fernando e o de D. Beatriz. Desconhece-se, portanto, se a infanta terá seguido os desígnios do marido – o que nos poderia levar a pensar que talvez pudesse ter participado nos negócios da Casa mesmo antes da morte do duque. Ou se, pelo contrário, a infanta pôs em prática um plano próprio, escudando-se na figura do infante D. Fernando por temer reacções contestatárias das elites insulares que, apesar de expectáveis na interacção com o poder donatário, seriam amplificadas pelo facto de ser mulher. No entanto, como já tivemos oportunidade de referir, o infante D. Fernando tinha um programa atlântico próprio, delineado, em parte, ainda antes da morte do infante D. Henrique. Relativamente à Madeira é mais difícil compreender a existência, ou não, de uma continuidade administrativa mas, nos Açores, como veremos adiante, essa coordenação entre os desígnios do infante e a execução de D. Beatriz é mais clara.

Dois anos depois, após a morte do duque D. João e na tomada de posse do duque D. Diogo, a carta enviada por D. Beatriz à Madeira tinha o mesmo propósito da anterior, mas não seguiu a mesma linha argumentativa. Ou seja, carta que dá “carrego” a Diogo Afonso, contador, para tomar posse da ilha em nome do novo duque é muito similar²⁷⁴; o que difere é a carta de apresentação. Nela, D. Beatriz fala sempre na primeira pessoa e diz que

*“foy neçesario mamdar filhar posse Das Ditas cousas em nome do Dito Snñor por
Se conseruar Seu dereyto E detrimjney De cometer E mandar a dioguo afonso
Comtador Em essa ylha que Em nome do dyto Snñor E com mjnha autoridade
filhase hy posse”*²⁷⁵.

Dois anos depois, a infanta já não sentia necessidade de invocar a memória do duque D. Fernando, uma vez que, neste período, era já a autoridade máxima nos arquipélagos do Atlântico e agia enquanto tal. Desta vez, a carta de D. Beatriz já não foi acompanhada de uma carta régia.

²⁷⁴ Carta da infanta D. Beatriz escrita a 28 de Novembro de 1472. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 35, p. 67.

²⁷⁵ Carta da infanta D. Beatriz, escrita em Beja a 19 de Novembro de 1472. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 34, p. 66.

2.2. Madeira

O arquipélago da Madeira, por ter sido o primeiro a ser colonizado, era o que apresentava um maior nível de desenvolvimento. Se, no início, aos novos colonos foram oferecidos inúmeros privilégios para a sua fixação na ilha, ainda que proporcionais ao seu estatuto, houve à medida em que a ilha se valorizou uma tendência para o decréscimo desses mesmos privilégios. Por exemplo, o prazo para o arroteamento das terras dadas em regime de sesmaria passou de dez²⁷⁶ para cinco anos²⁷⁷ durante a donataria do infante D. Henrique e, por vezes, para apenas três²⁷⁸, sendo que o prazo para aproveitamento das sesmarias era tendencialmente proporcional à quantidade de terra disponível²⁷⁹. Posteriormente, o prazo para aproveitamento dos imóveis foi fixado em cinco anos, como consta das cartas de doação das capitânias seguintes²⁸⁰.

²⁷⁶ Como consta do diploma de D. João I, o primeiro a regulamentar a dada de terras em regime de sesmarias na ilha da Madeira. Nele o monarca dava autoridade a João Gonçalves Zarco para distribuir terras àqueles de maior qualidade e a outros que tivessem posses suficientes para as aproveitarem ou aos que vivessem do seu trabalho enquanto lenhadores ou criadores de gado. Estas terras tinham um prazo de aproveitamento de dez anos. A carta não está datada (encontra-se numa carta de confirmação de 7 de Maio de 1493) mas, sendo do reinado de D. João I, terá de ser anterior a 1433. Carta publicada numa confirmação de 1493. ANTT, *Alfândega do Funchal*, Registos, liv. 13, fl. 101. Publicada em DP, suplemento ao vol. I, doc. 82, pp. 109-110.

²⁷⁷ As cartas de sesmaria que se conhecem, dadas pelo segundo capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara, cumprem este prazo de cinco anos para aproveitamento das terras. Veja-se, por exemplo, as cartas datadas de 23 de Janeiro de 1462 e de 4 de Maio de 1465, ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mç. 1, nº 6 e 8, respectivamente.

²⁷⁸ É o caso de uma carta de sesmaria dada por João Gonçalves Zarco a Gil Gonçalves, relativa a uma propriedade no Funchal, que confrontava terras de Afonso Gil, João Coelho, Cristóvão Gonçalves, com o arrife abaixo da terra de Nicolau Anes, numa zona muito procurada, junto a um ribeiro. Gil Gonçalves tinha, de acordo com a carta, três anos para fazer render a sua terra. Carta de sesmaria dada no Funchal a 3 de Maio de 1447, ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mç. 1, nº 1.

²⁷⁹ E, portanto, "... inversamente proporcional às disponibilidades de trabalho", cf. José Manuel e SILVA, *A Madeira e a construção do mundo Atlântico...* cit., vol. I, p. 186. Veja-se sobre isto o artigo de António Borges COELHO, "A colonização da Madeira no século XV", em *Questionar a História*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983, pp. 121-130, onde o autor salienta esta distinção feita entre os colonos que tinham meios suficientes para explorar a terra e aqueles menos abastados que viveriam da sua força braçal. Esta doação de terras feita não a quem as trabalhasse, mas a quem tinha meios suficientes para as fazer arrotear, levou à célere criação de uma elite latifundiária, ligada, no caso da Madeira, à produção açucareira. Esta elite era, muitas vezes, composta por redes familiares ou clientelares desenvolvidas em torno do capitão, que era também o distribuidor das terras e que tendencialmente favorecia os que lhe eram mais próximos.

²⁸⁰ De acordo com Gaspar Frutuoso se, findo este período, o sesmeiro não tivesse conseguido concluir o arroteamento das terras, mas provasse tê-las aproveitado, ainda que apenas em parte, poderia solicitar a prorrogação do prazo, citado por José Manuel e SILVA, *A Madeira e a construção do mundo Atlântico...* cit., vol. I, p. 186.

A fórmula para a rentabilização comercial na Madeira era simples: para além da exportação de matérias-primas disponíveis em grande quantidade, como foi o caso da madeira, apostou-se numa produção agrícola assente na monocultura de um produto com bastante aceitação no mercado europeu. No início, os madeirenses dedicaram-se fundamentalmente ao cultivo de cereais, mas quando D. Beatriz assumiu a administração da ilha imperava já a cultura sacarina²⁸¹. Durante o governo da infanta a produção cerealífera decaiu consideravelmente, assistindo-se mesmo a um défice cerealífero na ilha²⁸². Numa carta do povo madeirense para D. Beatriz, datada de 24 de Agosto 1479, afirmava-se que *“nesta ylha nam a pam pera se poderem mãteer quatro meses pollo quall anos he neçesareo proueer E buscar maneyras como de fora do Regno alamos trigo”*²⁸³.

Com a distribuição de terras praticamente concluída e o seu aproveitamento no auge da produção sacarina²⁸⁴, D. Beatriz concentrou-se na construção de um sistema de arrecadação de tributos mais eficaz, porque, devido a negligência, se deixava *“perder alguia parte Do que Se Deue Recadar [e isto] Eu nom ey por bem De Se comsemtijr por que Depois fiquariam as Remdas mall aforadas E Seria causa de se Diminuyrem”*²⁸⁵.

Nesta altura, o grande lucro do donatário provinha dos impostos cobrados aos produtores de açúcar, o chamado quarto do açúcar, a quem cabia um quarto de todo o açúcar que se produzisse na ilha, independentemente da sua qualidade e de todos os

²⁸¹ A primeira referência que existe a um engenho de água para transformação da cana-de-açúcar data de 1452, numa carta do infante D. Henrique, onde comunica o contrato que fizera com Diogo de Teive, escudeiro da Casa de Viseu, para que este construísse um engenho de água na ilha da Madeira. Nesta carta refere-se que o almoxarife do infante cobraria a Diogo de Teive um terço de todo o açúcar produzido. Carta datada de 5 de Dezembro de 1452. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 2, pp. 7-8.

²⁸² Sobre a cultura cerealífera na Madeira veja-se Fernando Jasmins PEREIRA, *Estudos Sobre História da Madeira* cit., pp. 63-67.

²⁸³ Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 62, p. 99. É preciso salientar, no entanto, que esta carta foi redigida durante o período da guerra ultramarina entre Portugal e Castela, pelo que o abastecimento de cereal à ilha se fazia com maior dificuldade, dadas as difíceis condições de transporte e a situação de conflito com Castela. Os madeirenses tiveram, portanto, de procurar outras fontes de abastecimento, por sinal mais caras.

²⁸⁴ Existindo mesmo épocas de superabundância de produção, o que se manifestava nos mercados com a consequente queda de preços. Cf. Fernando Jasmins PEREIRA, *Estudos Sobre História...* cit., p. 71.

²⁸⁵ ARM, *Registo Geral, Tombo I*, fls. 241-248v. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 55, p. 90, doc. 52, p. 79.

seus produtos derivados²⁸⁶. Esta cobrança era feita através de um “estimo” do que cada canavial poderia produzir em cada ano²⁸⁷. Devido ao aumento exponencial da produção em 1473, D. Beatriz entendeu haver necessidade de dividir o trabalho de avaliação dos canaviais, determinando que se escolhessem mais homens para o exercício do ofício de estimador, para lá do Campanário. Até então, os estimos eram feitos por uma espécie de comissão constituída pelo almoxarife, pelo escrivão do almoxarifado, por dois homens-bons do concelho e por um terceiro com funções de desempate (estes últimos eleitos por triénio)²⁸⁸. O que a infanta então propunha era que se duplicasse o número destes estimadores, fazendo-se a *“inliçam de seys homes boões (...) doos pera estimadores E hum pera terçeyro”*²⁸⁹.

Não obstante os esforços levados a cabo por D. Beatriz, que incluíram o envio de um contador²⁹⁰ para o arquipélago, continuou a existir uma deficiente arrecadação das rendas donatarias. Em 1477, a infanta afirmava ter sido *“Emformada E çertificada que has Remdas E Dereytos que ho Dito Snñor a deue Aver Em essa Ylha sam mal Recadadas E Se perdem Dellas muytas”*²⁹¹. Assim, em Março do mesmo ano, enviou para a ilha da Madeira os *“apontamentos sobre rendas e direitos”* nos quais procedia à reorganização da estrutura tributária madeirense²⁹². Este regimento é fulcral para a

²⁸⁶ Como vimos, de início, o donatário cobrava um terço de toda a produção de açúcar. Veja-se, por exemplo, o contrato celebrado entre o infante D. Henrique e Diogo de Teive para construção de um engenho de açúcar, antes referido, datado de 5 de Dezembro de 1452. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 2, pp. 7-8. Mas também a carta enviada pelo infante D. Fernando para a ilha da Madeira sobre os direitos do açúcar, datada de 21 de Janeiro de 1462. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 6, pp. 25-26. Contudo, em 1466, no regimento que enviou para a ilha da Madeira, o infante D. Fernando teve em consideração os pedidos dos madeirenses e fixou o imposto em um quarto de toda a produção. Contrato do infante D. Fernando sobre os quartos do açúcar publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 7, pp. 26-29. Sobre esta questão veja-se o que escreve Joel SERRÃO, *Temas Históricos...* cit., sobretudo no capítulo “O infante D. Fernando e a Madeira (1461-1470) – Elementos para a formulação de um problema”.

²⁸⁷ Esta prática de avaliação dos canaviais, introduzida em 1467 pelo duque D. Fernando, permitia fazer-se um cálculo da produção para efeitos de cobrança dos direitos donatarias. Fernando Jasmins PEREIRA, *Estudos Sobre História...* cit., p. 86.

²⁸⁸ Sobre esta questão veja-se Fernando Jasmins PEREIRA, *Estudos Sobre História...* cit., p. 191.

²⁸⁹ Carta de D. Beatriz de 31 de Dezembro de 1473. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 45, p. 74.

²⁹⁰ Primeiro Diogo Afonso, capitão de metade da ilha de Santiago de Cabo Verde e, depois, Luís de Atouguia, cavaleiro da Casa de Viseu.

²⁹¹ Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 52, p. 79.

²⁹² Este regimento de D. Beatriz data de 15 de Março de 1477. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 52, pp. 79-88.

compreensão da actuação de D. Beatriz ao nível da complexificação burocrática e administrativa da ilha. As questões relativas aos estimos do açúcar foram novamente abordadas: quatro anos depois de ter dividido a avaliação dos canaviais, a infanta viu-se obrigada a recuar nesta medida, não porque o trabalho dos novos estimadores já não fosse necessário, mas porque deveria ser feito apenas por homens do Funchal, dado que *“o faram bem E com Resguardo De comçiemçia”*²⁹³, pelo que se supõe que os novos estimadores não tinham merecido a sua confiança. Reduzido o número de oficiais responsáveis pelos estimos, tornou-se necessário criar dois períodos distintos para a avaliação anual dos canaviais: um primeiro no final de Março e um segundo na última quinzena de Maio²⁹⁴. Em Machico a avaliação dos canaviais seria realizada no primeiro dia dos meses de Fevereiro a Agosto, datas em que o contador Luís de Atouguia se deslocaria à capitania para supervisionar os estimos²⁹⁵. Esta avaliação deveria ser feita de forma mais rigorosa: sobre cada canavial estimado era necessário fazer-se um registo no livro criado para o efeito e também no rol do terceiro. Este registo deveria incluir o estimo efectuado, as confrontações e partilhas do canavial, a data da avaliação e os estimadores e oficiais aí presentes. Depois de registada, a avaliação seria comunicada também ao escrivão do almoxarifado²⁹⁶.

Uma das escusas mais utilizadas pelos lavradores para a fuga aos impostos donatarios era a das canas destinadas a plantio, dado que estas não eram taxadas por não se destinarem directamente à produção de açúcar. A fim de terminar de vez com os *“muytos cumluyoos”* existentes sobre esta questão, D. Beatriz decidiu que a partir de então todas as canas fossem contabilizadas e o respectivo tributo cobrado. Só depois de produzido o açúcar, e de avaliadas as canas efectivamente utilizadas para fazer planta, é que os produtores poderiam reclamar junto das entidades respectivas a devolução do imposto que já tinham pago²⁹⁷. A nova política da Casa ducal era colectar o quarto *a priori* e só depois, caso se justificasse, proceder à devolução de parte da

²⁹³ Apontamentos de D. Beatriz sobre as rendas e direitos, de 15 de Março de 1477. Publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 52, p. 79.

²⁹⁴ *Ibidem*.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 81.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 80.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 80.

verba arrecadada. A infanta regulou também as situações de danos nos canaviais, a venda de canas, e outras situações que, de um ponto de vista legal, eram pouco claras. Também interveio na temática das penhoras aos lavradores que se recusavam a pagar o quarto do açúcar, e noutros impostos senhoriais. Até então, as penhoras tendiam a arrastar-se no tempo. Deste modo, ordenou que, uma vez comprovada a recusa de pagamento, se procedesse à execução da penhora num prazo de nove dias para os bens móveis e de vinte e sete dias para os bens de raiz, *“Em tall maneyra que o dito Snñor ou Seus Remdeyros SeJam Emtregues do Seu ao tempo que Deuem”*²⁹⁸.

Foi também no regimento da infanta que foram criadas as alfândegas do Funchal e de Machico e onde se regulou o seu funcionamento²⁹⁹. Pelas alfândegas passaria toda a organização fiscal da ilha; aqui seriam cobrados os impostos sobre as importações e exportações e as restantes rendas donatarias, incluindo o quarto do açúcar³⁰⁰. Para a implantação da alfândega do Funchal, por exemplo, D. Beatriz mandou que se buscassem *“huñas casas no funchall que seJam pertemçemtes pera alfamdegua. E a custa do Dito Snñor as alugares”*³⁰¹. Nessas casas deveria ser colocado *“o peso que he hordenado auer De estar nas Ditas casas E asy Sua mesa E todo ho comçerto que pertemçe”*³⁰². Depois de a alfândega estar em funcionamento, deveria ser apregoado que *“todos os naujos que hij vierem Asy Destes Reygnos como Doutras*

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 87.

²⁹⁹ Relativamente à alfândega do Funchal, para o período em que a infanta D. Beatriz esteve à frente da administração do ducado, só temos acesso ao regimento por ela criado. No entanto, há estudos que se reportam a um período posterior e que tratam do funcionamento da alfândega e da construção do seu novo edifício durante o reinado de D. Manuel I. Veja-se Susana Münch MIRANDA, “O porto do Funchal – Estrutura alfandegária e movimento comercial (1500-1526)”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, s.l., 1990, pp. 67-98 e José Pereira da COSTA, *A construção da Alfândega Nova do Funchal*, Lisboa, IICT, 1978. Separatas do Centro de Estudos de Cartografia Antiga.

³⁰⁰ Não há, nesta altura, uma distinção entre aquilo que eram as rendas senhoriais e as rendas eclesiásticas, pelo que deveriam ser todas cobradas em conjunto, até porque o espiritual das ilhas pertencia à Ordem de Cristo e o governo da Ordem ao duque de Viseu e de Beja. Sobre este conceito alargado de fiscalidade seguimos o que diz Susana Münch MIRANDA. A autora, apesar de tratar um período posterior em que as ilhas são integradas na Coroa, refere que “o estabelecimento deste conceito amplo de fiscalidade tem como ponto de partida o reconhecimento da indistinção de acordo com as concepções em vigor no Antigo Regime, entre poder político e poder patrimonial, de que resulta a indistinção entre tributos ou receitas fiscais (de carácter público) e de rendas (de carácter patrimonial)”. Cf. Susana Münch MIRANDA, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira – segunda metade do século XVI*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar, 1994, p. 20.

³⁰¹ Apontamentos de D. Beatriz sobre as rendas e direitos, de 15 de Março de 1477. Publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 52, p. 81.

³⁰² *Ibidem*.

*quaees quer partes todos Descarreguem na Dita alfamDegua onde pagaram os Dereytos que forem ordenados*³⁰³. Todas as mercadorias que entrassem ou saíssem da ilha tinham de ser comunicadas previamente à alfândega.

Todavia, devido à procura e à existência de outros ancoradouros naquele território, nem só nos portos de Machico e do Funchal se podiam carregar as mercadorias. Nestes casos, D. Beatriz ordenava que os mestres dos navios participassem a sua intenção de carregarem fora dos ditos portos aos oficiais alfandegários, a fim de que estes, ou os rendeiros, mandassem *“hum homem Em que se confiem o quall hira no Dito naujo E nelle estara emquoamto Reçeber alguãa carrega E este teera cuydado de espresuer todo o que aho dito naujo vier*³⁰⁴. Existia apenas uma excepção: em caso de muita chuva ou de temporal que colocasse em perigo a mercadoria, esta poderia ser carregada ou descarregada sem fiscalização. No entanto, o mestre do navio deveria comunicá-lo à alfândega logo que fosse possível, prestando juramento *“E aparte sera Dado per Roll todo ho que asy foy Recolhido ao dito naujo*³⁰⁵. Em caso de incumprimento, toda a mercadoria seria confiscada a favor do duque ou, existindo rendeiros, metade para o donatário e metade para os rendeiros *“se o elles sotelizarem E o quiserem Demandar*³⁰⁶. Depois das embarcações carregadas e devidamente aprestadas para a viagem, o mestre deveria dirigir-se a terra e proceder à verificação de todos os róis feitos³⁰⁷.

A alfândega de Machico funcionaria exactamente do mesmo modo, exceptuando apenas a presença de Luís de Atougua, até aí contador do duque, que foi nomeado juiz das alfândegas e exerceria o seu cargo no Funchal. Para o substituir na capitania de Machico, Luís de Atougua deveria nomear alguém da sua confiança³⁰⁸.

Encontrando-se o arquipélago da Madeira sob a alçada da Casa de Viseu-Beja, os funcionários fiscais (almoxarifes, escrivães, juízes da alfândega, etc.) eram de

³⁰³ *Ibidem*.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 82.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 83.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 84.

nomeação senhorial³⁰⁹ e era ao donatário que cabia a organização tributária. No entanto, a máquina administrativa do ducado não tinha capacidade para assegurar uma cobrança eficaz de todos os direitos senhoriais e eclesiásticos, pelo que estes eram muitas vezes arrendados. Este arrendamento trazia largas vantagens ao donatário: por um lado, isentava-o da cobrança directa de impostos, que se passaria a fazer por intermédio dos arrendatários e dos seus homens; por outro, recebia uma quantia fixa pelo contrato de arrendamento, em moeda, e não em géneros, e que não estava dependente da efectiva, mas mais incerta, cobrança de impostos.

A infanta justificava estes arrendamentos dizendo que

“amte de se arremdarem eu tinha imformaçom que os dereitos que o senhor meu filho em ella ha-d'avver asy dos dizimos como do quarto dos açuquares e dizimas do mar se recadavam muy mall e asy os estimadores tinham tamta afeição aos moradores que o nom faziam como a suas comciencias e serviço do dicto senhor conpriia e ordenava dar a ello provisam como se melhor fizesse e por as rendas se arremdarem cesey dello cuidamdo que os rendeiros recadasem melhor do que faziam os officiaes do dicto senhor e os istimadores se corregesem”³¹⁰.

D. Beatriz tinha arrendado os direitos do arquipélago da Madeira³¹¹, primeiro a Baptista Lomelim, como se depreende de carta sua aos oficiais da câmara do Funchal, datada de 31 de Agosto de 1473, onde lhes faz saber *“que eu tenho feyto hum arremdamento dos dereytos dessa ylha a Bautista Lomelim e ssus parçeyros, com çertas comdições, amtre as quaees he hũa que todo ho trigo que hi ouuer o posa tirar pera fora desa ylha”³¹²*. Em 1477, o arrendatário era Fernão Gomes³¹³, como é referido pela infanta em carta de 1 de Maio desse ano à câmara do Funchal *“creo que sabees como tenho as rrendas desa ylha arremdadas por algũus annos a Fernam Gomez da Mina e a outros seus parçeyros”³¹⁴*. No entanto, Fernão Gomes queria desistir do

³⁰⁹ Veja-se Joel SERRÃO, *Temas Históricos...* cit., p. 79.

³¹⁰ Carta da infanta D. Beatriz, datada de 1 de Maio de 1477. Publicado em “Tombo Primeiro”, pp. 88-89.

³¹¹ Em 1470 o infante D. Fernando também tinha arrendado os direitos dos meles dos açúcares a Pêro Gonçalves, escudeiro da Casa de Viseu e morador em Setúbal, por 35 000 reais brancos/ano. Veja-se “Tombo Primeiro”, doc. 19, pp. 49-50.

³¹² Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 51, p. 78.

³¹³ Arrendatário do comércio da Guiné e também dos direitos da ilha de Santiago, em Cabo Verde.

³¹⁴ Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 53, p. 88.

contrato, dizendo “*todo se pagava tam mall, que elles perdiam tanto no arrendamento, que nom o poderiam manteer*”³¹⁵. Todavia, e porque estes contratos lhe deviam ser bastante mais rentáveis do que a cobrança directa, a infanta tomou medidas para que este contrato se mantivesse. D. Beatriz esperava que, com o auxílio deste regimento, o arrecadamento das rendas fosse mais eficaz e lucrativo para ambas as partes. O arrendamento de direitos é algo utilizado quer pela Coroa, quer pela Casa de Viseu ao longo deste período. O arrendamento feito a Fernão Gomes na Madeira é praticamente contemporâneo do seu arrendamento do comércio da Guiné, um contrato que lhe foi feito por D. Afonso V, e do arrendamento de direitos da capitania de Alcatrazes, na ilha de Santiago de Cabo Verde. Com a passagem do senhorio das ilhas para a Coroa o recurso ao arrendamento de réditos reais continua a ser utilizado, e os contratos são arrematados normalmente por mercadores ou armadores, ou seja, agentes comerciais que já têm uma estrutura implementada nas ilhas³¹⁶.

A ilha da Madeira era a mais desenvolvida das ilhas atlânticas e a mais rentável economicamente. Era, por isso, também a que exercia mais pressão sobre o poder donatário, isto é, sobre a Casa de Viseu-Beja³¹⁷. As elites da ilha da Madeira – compostas sobretudo pelos grandes produtores açucareiros, criados da Casa de Viseu e familiares dos capitães donatários –, eram as que mais peso social tinham, e as que exportariam grande quantidade de secundogénitos em busca de fortuna para as restantes ilhas.

A utilização do conceito de elites³¹⁸ é algo ambígua, e distinguir mais detalhadamente este grupo social dominante local que, no caso dos arquipélagos do

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ É o que acontece em Cabo Verde, por exemplo, durante o reinado de D. Manuel I. Cf. Iva Maria Ataíde V. CABRAL e Maria Manuel TORRÃO, “Ensaio de uma Feitoria Régia no Espaço Económico-Social da Ilha de Santiago” cit., Zelinda COHEN, “Subsídios para a história geral de Cabo Verde. Os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)” cit.

³¹⁷ Veja-se, por exemplo, a diferença da verba exigida aos arquipélagos no pedido extraordinário de guerra em 1478, que abordaremos no capítulo 5, e a pressão que os madeirenses fizeram junto do donatário para que ficassem isentos deste pagamento.

³¹⁸ Cf. Adelaide Millan da COSTA, “Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens”, em *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos: Actas do Colóquio*, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Colibri, CIDEHUS, 2001, pp. 65-66.

Atlântico, obtinha gratuitamente a terra e controlava os poderes locais, não é tarefa fácil.

Os medievalistas vêm, desde há algum tempo, alertando para a necessidade de se falar em elites urbanas e não em elite, pois para além de o seu significado nunca ser pacífico, os seus membros não constituíam uma entidade uniformizada. Na utilização deste conceito, que implica uma intrínseca comparação com a massa que não a integra, importa também compreender a consciência que estes homens tinham de si mesmos e a ideia que a sociedade fazia deles. No fundo, é necessário compreender, através destas questões, se existe uma dicotomia entre a construção historiográfica do grupo e a real existência do mesmo.

Nos arquipélagos da Madeira e dos Açores a produção assentava sobretudo na mão-de-obra livre (embora também houvesse mão-de-obra escrava), num modelo que seguia o praticado na Europa ocidental dessa época, e a riqueza deste grupo advinha da colocação no mercado europeu de um produto com elevada aceitação. Esta dinâmica comercial implicava que houvesse uma ligação do grupo social dominante, esta pequena nobreza ou “nobreza da terra”, ao comércio e ao capital mercantil.

Neste processo de construção das elites dos arquipélagos atlânticos, o concelho desempenhou um papel fundamental, organizando funções jurídico-administrativas e estruturando a vida social³¹⁹. Na Madeira, a criação dos municípios é um reflexo do rápido povoamento iniciado nos anos 20 do século XV e da valorização económica do arquipélago, associada primeiro ao trigo e, mais tarde, ao cultivo do açúcar.

O Funchal é o concelho dos arquipélagos atlânticos, deste período, com mais documentação disponível. Desde logo, é o único com actas de vereação, que assumem, no contexto da documentação medieval portuguesa, um lugar de destaque, devido à quase inexistência de congéneres e ao facto de serem uma fonte particularmente rica para o estudo do mundo urbano, pois contêm as decisões camarárias, permitindo “uma aproximação mais fiel à trama da gestão municipal, à

³¹⁹ Sobre o concelho do Funchal neste período veja-se Alberto VIEIRA e Vítor Gaspar RODRIGUES, *A administração do município do Funchal 1420-1489*, Lisboa, IICT, 1990.

conflitualidade intrínseca, às pressões, desacordos e unanimidades conseguidas”³²⁰. Nelas está espelhada a capacidade de uma elite governar.

Para o nosso estudo, as vereações (bem como o *Livro do Tombo*) assumem uma importância particular pois permitem reconstituir a rede de exercícios de poderes: as relações entre a câmara, capitão, donatário e a Coroa, bem como identificar a elite urbana, os oficiais da Casa de Viseu e delinear redes clientelares e de parentesco.

Não se sabe ao certo em que data foi estabelecida a câmara do Funchal. Supomos, contudo, que o município tenha sido instituído na década de 1450 dado que nos capítulos que o infante D. Fernando envia à câmara do Funchal em 1461 responde a questões relativas ao funcionamento camarário que haviam sido colocadas ainda durante a donataria do infante D. Henrique³²¹. Foi também o infante D. Fernando quem enviou o selo e a bandeira do concelho e que se comprometeu a construir um edifício que o albergasse. No entanto, ao longo da década de 1470 o edifício continua por construir, reunindo-se a vereação às portas da igreja de Santa Maria Maior ou do Calhau, às portas do capitão, etc., fazendo-se as reuniões maioritariamente no exterior, em locais públicos³²².

No início, o concelho dedica uma especial atenção aos assuntos internos, “nomeadamente as necessidades de assegurar o serviço de todos os homens bons e de ter casa onde reunir e estabelecer os serviços”³²³. É à câmara que cabe zelar pelo desenvolvimento do concelho (quer a nível económico, quer a nível social); fiscalizar pesos, medidas e preços das mercadorias; abrir caminhos e ruas; fazer melhorias na construção; intervir nos litígios entre vizinhos; apregoar posturas; aplicar coimas; tratar dos empréstimos à Coroa, etc. No fundo, o concelho era responsável pela manutenção dos foros e costumes e pela representação legítima dos interesses do povo perante o senhor das ilhas.

³²⁰ Adelaide Millan da COSTA, “Uma Fonte, um Universo: Vereações e Mundo Urbano”, *Penélope*, 7, 1992, p. 37.

³²¹ Apontamentos do infante D. Fernando enviados à ilha da Madeira. Datados de 3 de Agosto de 1461. Publicados em “Tombo Primeiro”, doc. 4, p. 11-20.

³²² Cf. *VCMF*, anos de 1470-72.

³²³ Fernando Jasmins PEREIRA, *Estudos sobre História...* cit., p. 53.

Para compreender o concelho do Funchal desta época é necessário analisar também a sua composição, saber quem são os homens que integram a câmara e de que forma se organizava a elite. A documentação deste período dá-nos acesso a três róis de homens bons: um de 1471; outro rol (apurado pelo ouvidor do duque de Viseu Brás Afonso Correia) de 1488 e, finalmente, um rol de 1490. É através destes róis que se elaboram as listas para a eleição dos juízes, vereadores e procurador da câmara, ou seja, há uma alternância de funções entre os homens bons e os responsáveis mais directos pelos órgãos concelhios³²⁴.

A eleição dos oficiais camarários do Funchal era realizada todos os anos no dia de São João. Segundo o que os cavaleiros, escudeiros, juízes, vereadores e homens bons do Funchal tinham pedido ao duque D. Fernando, os oficiais eram escolhidos por eleição conforme se fazia no reino, ou seja, eram escolhidos alguns homens bons para integrarem os róis de juiz, vereador e procurador do concelho. Os nomes eram colocados num saco e, no dia de São João, retirados os nomes: dois para juiz, dois para vereador e um para procurador do concelho. No fundo, mais do que por eleição, os oficiais da câmara eram escolhidos através de um sorteio a partir de uma lista pré-definida³²⁵.

Através das listas de homens bons e das actas das sessões de vereação, podemos classificar a elite do Funchal deste período como um grupo estável, detectando-se longas estadias na administração urbana, em que a participação no rol de homens bons se transmite, muitas vezes, de geração em geração. O grupo é composto por um número reduzido de indivíduos, muitos deles pertencentes à Casa de Viseu, escudeiros, cavaleiros e fidalgos, terratenentes do Funchal, que estão ligados

³²⁴ Sobre os homens bons do concelho do Funchal durante este período vejam-se os artigos de Ernesto GONÇALVES, “Os ‘Homens bons’ Do concelho do Funchal em 1471”, em *Portugal e a Ilha*, Funchal, CEHA, 1992 e Maria Barreto DÁVILA, “‘Coisas de mulher’: relações entre a infanta D. Beatriz e a pequena nobreza dos Arquipélagos Atlânticos”, em *Actas do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, IICT, 2011, edição digital, onde anexámos as listagens dos homens bons e da pequena nobreza funchalenses.

³²⁵ Cf. Alberto VIEIRA e Vítor Gaspar RODRIGUES, *A administração do município...cit.*, p. 28. A eleição dos oficiais é descrita na abertura dos pelouros de cada ano, veja-se *VCMF*.

entre si e, sobretudo, ao capitão (representante do poder senhorial na ilha) por laços de parentesco³²⁶.

Os capítulos que D. Fernando enviou em 1461 ao Funchal permitem-nos compreender parte da sua política relativamente à Madeira³²⁷. A sua administração demonstra uma certa continuidade com a henriquina, sobretudo no que diz respeito à cobrança de impostos, relativamente às dízimas do açúcar, do vinho, da madeira e dos cereais que eram exportados. No entanto, o facto de a população da ilha estar em franco crescimento implicou algumas mudanças, desde logo o aumento do número de capelães, mas também um maior controlo sobre a actuação do capitão do donatário, dando-se mais ênfase ao papel do município e criando laços mais directos de dependência em relação ao poder donatário. De todas as mercês dadas pelo infante à ilha deveriam ser dadas cópias ao concelho, de forma a evitar abusos por parte do capitão que usava o desconhecimento da restante população em benefício próprio. Ainda assim, os monopólios concedidos ao capitão saem reforçados deste regimento. O infante faz, no entanto, uma salvaguarda relativamente aos preços praticados, que deviam ser acessíveis à maioria da população madeirense³²⁸.

Contrariamente ao que se passou nos Açores, onde o processo de povoamento se encontrava muito atrasado, permitindo, como veremos, à Casa de Viseu-Beja criar uma elite composta quase exclusivamente por homens da sua confiança, na Madeira a elite já estava praticamente consolidada e a relação entre os duques, o capitão e a elites locais nem sempre foi fácil, tendo a política fernandina sido alvo de alguma contestação, sobretudo por parte dos produtores açucareiros. Para além das objecções relativamente aos impostos cobrados, que levaram à passagem da cobrança de um terço para um quarto de toda a produção de açúcar, a grande controvérsia é relativa à tentativa de criação de um monopólio para a venda deste produto. O duque justificava esta medida porque estando o preço do açúcar “*em todas as partes muy*

³²⁶ Sobre a composição social na ilha da Madeira e as relações familiares estabelecidas entre as suas elites, veja-se Miguel Jasmins RODRIGUES, *Organização dos Poderes e Estrutura Social...* cit.

³²⁷ Apontamentos do infante D. Fernando enviados à ilha da Madeira. Datados de 3 de Agosto de 1461. Publicados em “Tombo Primeiro”, doc. 4, pp. 11-20.

³²⁸ Acerca do regimento de 1461 veja-se Joel SERRÃO, *Temas Históricos...* cit., sobretudo o capítulo dedicado ao infante D. Fernando.

*baixo (...) a muitos convirá leyxar de o lavrar o que seria causa de se diminuir a poboraçam dessa ylha...*³²⁹. D. Fernando propunha como solução que o seu açúcar e o açúcar dos produtores madeirenses fossem vendidos em simultâneo, para que não houvesse disparidade de preços. O duque fizera com os mercadores de Lisboa um contrato para a venda de todo o açúcar madeirense e enviou à ilha Duarte Amado, escudeiro da Casa de Viseu, para que este convencesse os produtores madeirenses de que este contrato era mais vantajoso³³⁰. Em 1462, a contestação devido aos impostos cobrados, tinha levado o infante a dizer

*“eu quero que todos meos mandados sejam sem contradiçam e tardança cumpridos e se delles se sentirem agravados que mui onestamente me requeiram o que por ser bem ouverem, sempre mostrando de todo estarem às minhas determinações ca doutra guisa poderá ser que das cousas que me requerem nom averem a resposta que desejarem e serey mui ledo de tal maneyra me serem requeridas que sempre lha dê graciosa”*³³¹.

Contrariamente ao que aconteceu durante o governo de D. Fernando, as medidas impostas pela infanta D. Beatriz parecem não ter sido tão contestadas. Supomos que esta situação se deva, sobretudo, às questões relacionadas com o pedido extraordinário que o rei fez em 1478 aos madeirenses, para ajudar ao esforço de guerra, durante o conflito luso-castelhano de 1474-1479. Este pedido de 1 200 000 reais feito à ilha da Madeira uniu os madeirenses na sua decisão de não pagamento, e foi a infanta D. Beatriz quem actuou como intermediária entre a Coroa e a ilha³³². Ou seja, durante o governo da infanta D. Beatriz a relação entre a ilha e o poder donatário foi mais amena porque, acima deste poder donatário que agia, na maioria das vezes, enquanto poder central, sendo ao duque que ia a última apelação, existia ainda o poder central do reino, a Coroa, com quem os madeirenses estavam em conflito. Até

³²⁹ Carta do infante D. Fernando sobre o contrato do açúcar, datada de 19 de Julho de 1469. Publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 17, p. 46-47. A sessão camarária onde este contrato foi discutido está transcrita em VCMF, p. 4 e ss.

³³⁰ Contrato do infante D. Fernando sobre os quartos do açúcar. Publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 7, pp. 26-29.

³³¹ Carta do infante D. Fernando enviada à ilha da Madeira, sobre os direitos do açúcar. Datada de 21 de Janeiro de 1462. Publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 6, pp. 25-26.

³³² Abordaremos esta questão com mais pormenor no capítulo 5.

então, a ilha tinha tido muito pouco contacto com a fiscalidade da Coroa, dado que estavam isentos de pagamento de direitos reais desde o início do povoamento.

Contudo, a infanta teve alguns problemas com os homens bons do concelho do Funchal. O concelho era o órgão da administração donatária que mais próximo se encontrava da vida das populações e que mais directamente lidava com os assuntos quotidianos. Para a elite funchalense estabelecida, habituada a tratar dos seus assuntos directamente com o donatário ou com o capitão e mais preocupada com a sua produção açucareira do que com o governo da ilha, a participação na vida camarária era pouco apelativa. No final do ano de 1471 a câmara do Funchal chegou a um impasse: os seus homens bons não compareciam às sessões camarárias quando convocados e demonstravam um alheamento face ao exercício do poder. Segundo o vereador Pêro Álvares, sobrinho do 1º capitão João Gonçalves Zarco, isto fazia com que o povo se perdesse

“per mjingoa de bom rrigimento que hy nom auia por sse asy do da dicta camara affastarem e nom quererem proueer em as cousas que a dicta camara pertence e elle nom no podia soprir por sser soo e que achaua que a elle era grande carego de conçiencia elle entender algũas cousas que pertencem a proll comũu e nom nas poder comprir por sse asy todos affastarem”³³³.

Para garantir a boa governança da terra era necessário saber que homens bons estavam dispostos a servir na câmara e quem queria abandonar o ofício camarário. O primeiro a manifestar-se a este respeito foi Martim Mendes de Vasconcelos, genro do 2º capitão João Gonçalves da Câmara, que continuaria a dar o seu conselho, mas que estava escusado de servir em qualquer ofício de julgado através de um alvará do infante. Não queria, portanto, quebrar a mercê do infante servindo nos ofícios da câmara. Rui Lopes alegou ter um alvará do infante D. Henrique, pelo que se lançaria da câmara. João Fernandes, procurador do concelho, justificou querer abandonar o seu ofício pelo facto de a sua fazenda se estar a perder. Também Mendo Afonso e João Afonso Milheiro fizeram uso dos seus alvarás para abandonarem as lides camarárias. E

³³³ VCMF, p. 27.

apenas João Gomes, Baltasar Gonçalves e João de Canha mostraram disponibilidade para continuar *“todo bom regimento e ser da câmara”*³³⁴.

Diogo Afonso, contador da infanta na ilha, apelou em sessão camarária ao bom senso dos homens bons do Funchal. Nenhum deles podia, em consciência, abandonar a câmara e ser o motivo de esta se desfazer, não garantido assim o regimento da terra. A câmara chegara a um impasse que teria de ser resolvido pelo donatário. Álvaro Anes, vereador do Funchal e escudeiro da Casa de Viseu, seria o escolhido para apresentar o caso junto da duquesa, no reino. É interessante notar que com excepção de João Afonso Milheiro, todos os que se recusavam a servir na câmara pertenciam à Casa de Viseu³³⁵.

A questão não era nova. Já em 1466 fora solicitado ao infante D. Fernando que ordenasse que nenhum homem bom pudesse ser escusado do serviço camarário, ainda que tivessem alvarás, sob pena de lhes ser aplicada uma sanção. O duque não acedeu a este pedido, alegando que eram poucos os alvarás escusatórios que tinha dado aos homens bons do Funchal³³⁶. Pelo contrário, D. Beatriz respondeu dizendo que a ela lhe aprazia que

“todos os bons da terra andem nos pelouros dos oficiais do concelho e sirvam quando quer que se acertar per seu pelouro posto que alvara do infante meu Senhor que Deus aja ou meu tenham em contrário e eu lhe escrevo sobre este causo e bem creio que por me servirem farão segundo o que lhes escrevo e cessarão de usarem mais dos ditos alvarás porém vós fazei vossa eleição segundo vosso costume não tendo respeito aos ditos alvarás metendo nos pelouros que fizerdes aqueles que mais pertencentes vos pertencerem e quando quer que aqueles vierem per seus pelouros sejam constrangidos que sirvam todos igualmente segundo o giro lhe vier porque assim me praz e o é por bem e serviço

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ Martim Mendes de Vasconcelos era cavaleiro-fidalgo e genro de João Gonçalves Zarco, o primeiro capitão do Funchal; Mendo Afonso era fidalgo e, em 1485, ocupava o cargo de tesoureiro dos dinheiros do rei; João Fernandes, escudeiro, já fora vereador e nesta altura cumpria o seu giro enquanto procurador do concelho, para além de já ter sido representante do povo junto do duque, função que voltaria a desempenhar em 1476 junto da infanta D. Beatriz; Rui Gonçalves da Câmara, cavaleiro-fidalgo, já fora juiz, era filho de Zarco, e seria, no futuro, o capitão de São Miguel; Rui Lopes era escudeiro.

³³⁶ Carta do infante D. Fernando à câmara do Funchal, datada de 7 de Maio de 1466. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 9, pp. 30-32.

*de Deus e do senhor meu filho e bem dessa terra e isto se entenda em todos geralmente salvo Diogo Afonso contador do dito Senhor em essa ilha que me praz que seja escusado por ser oficial do dito senhor e per ordenação o não deve ser*³³⁷.

Para a elite do Funchal servir na câmara já não trazia aumento de prestígio, mas sim prejuízos na administração das suas terras e na produção açucareira. Nesta disputa entre os homens bons que não queriam servir a câmara do Funchal e a Casa de Viseu é, a dada altura, invocada a condição feminina de D. Beatriz. Não é uma situação fora do comum nesta centúria. Tendo como fonte alguns tratados clássicos, e até medievais, acerca da natureza masculina da realeza, as capacidades governativas das mulheres eram muitas vezes postas em causa³³⁸. Os seus contemporâneos³³⁹ questionavam-se se estas mulheres que ocupavam posições de poder possuíam as qualidades necessárias (e varonis, neste caso) para exercerem uma boa governação: virtude, valor e inteligência³⁴⁰. Neste sentido, torna-se interessante analisar a ambiguidade da terminologia associada ao poder. D. Beatriz intitula-se tutor e curador dos filhos menores e surge sempre designada como infante. No caso dos títulos usados pela infanta, aparenta não existir, nesta altura, um termo feminino, optando-se pela utilização da forma masculina do substantivo³⁴¹. A não utilização de substantivos femininos para a designação destes cargos pode também significar que as mulheres só os exerciam em situações excepcionais, o que, como já abordámos relativamente às regências femininas, não é propriamente o caso. No entanto, há exemplos mais tardios

³³⁷ Carta da infanta D. Beatriz enviada à câmara do Funchal acerca do serviço camarário. Datada de 1 de Novembro de 1471. Publicada em *VCMF*, pp. 28-29.

³³⁸ Veja-se sobre esta questão a obra Anne J. CRUZ e Mihoko SUZUKI, *The Rule of Women in Early Modern Europe*, Illinois, University of Illinois Press, 2009.

³³⁹ É o caso de Boccaccio no seu *De mulieribus claris*.

³⁴⁰ É curioso verificar que, no século XVI, com a quantidade de governantes femininas na Europa (casos de Espanha, Inglaterra, Escócia, França e Navarra, em meados do século) a questão que se coloca já não é tanto se as mulheres estão aptas para governar, mas sim a forma como o deveriam fazer. Segundo os autores deveriam fazê-lo imitando a forma de governo dos homens e subordinando o seu poder a uma autoridade masculina, podendo assim comportar-se como “mulheres”. Cf. Anne J. CRUZ e Mihoko SUZUKI, *The Rule of Women...* cit., p. 3.

³⁴¹ Rui de Pina-se refere à rainha D. Joana, viúva de D. Duarte como “in solido testamenteira de sua alma, e titor e curador de seus filhos, e regedor do reino, e herdeira de todo o movei”. Rui de PINA, *CDAV*, cap. III, p. 17.

de governantes femininas que optam por utilizar títulos masculinos, por acharem que estes lhes conferiam uma maior autoridade³⁴².

Assim, e apesar de tudo o que afirmámos na introdução desta tese, não nos espanta que a sua condição feminina tenha sido invocada como motivo suficiente para o não cumprimento das orientações da infanta. Na sessão de vereação de 21 de Janeiro de 1472, após a leitura da carta de D. Beatriz, onde esta solicitava a todos os homens bons que não se escusassem ao serviço camarário, Rui Lopes, escudeiro da Casa de Viseu desde a altura do infante D. Henrique, opôs-se, alegando que a *“carta suso dicta era carta de mulher”*³⁴³. Aliás, Rui Lopes, determinado a não servir na câmara, acusou também Álvaro Anes, que fora enviado como procurador à duquesa, de já não ser seu amigo e de ter como intenção prejudicá-lo. É curioso observar que uns dias depois, o mesmo Rui Lopes confessou à câmara do Funchal não saber ler nem escrever *“polo que nom era pera serujr em nenhũa cousa nem ser[uir] semelhantes carregos nem se attreuja de o saber fazer segundo pertencia e encarregaria sua cunciencia”*³⁴⁴. Concluiu a sua intervenção afirmando que se o constrangessem a servir como oficial *“que elles nom esperasem delle senom maaos serujços e que nunca auia de serujr beem em nenhũa cousa”*³⁴⁵.

Supomos que a opinião de Rui Lopes acerca da infanta D. Beatriz fosse partilhada por mais homens da Casa de Viseu. Apesar de haver paralelos a nível europeu, para o Portugal quatrocentista cremos que não se encontrara outra mulher que tenha tido o mesmo tipo de influência que a infanta D. Beatriz e que tenha estado à frente do governo de uma Casa com a dimensão da de Viseu-Beja. Contudo, o facto de ser mulher não impediu a duquesa de Beja de assumir em pleno as funções de governadora da Casa. Ainda assim, a carta de D. Beatriz suscitou algumas reacções, não só a de Rui Lopes antes mencionada, mas também a de Mendo Afonso, que entretanto fora nomeado pelo capitão João Gonçalves da Câmara para estimador do

³⁴² Cf. por exemplo o artigo de Éva DEAK, “«Princeps nom Principissa». Catherine of Branderburg, elected Prince of Transylvania (1629-1630)”, Anne J. Cruz e Mihoko Suzuki, *The Rule of Women...* cit., p. 88.

³⁴³ VCMF, p. 29.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 30.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 31.

açúcar, e ainda a de Rui Gonçalves da Câmara, que alegou ter de consultar o seu confessor sobre o assunto. No final, a decisão de D. Beatriz foi acatada e os homens bons do Funchal acordaram todos, “*por serviço de Deus e bem do duque e do povo*”, e juraram serem diligentes e vir à câmara sempre que fossem chamados, guardando segredo de tudo o que aí fosse tratado, servindo a câmara com “*amor e acordo*”. Quem se recusasse a participar nas sessões seria multado³⁴⁶.

A inexistência de actas de vereação para o período henriquino e para grande parte do período fernandino impede-nos de comparar as reacções do concelho do Funchal em relação às medidas impostas pelos donatários, pelo que não nos é possível aferir se, durante os governos dos anteriores donatários, houve uma maior complacência dos homens bons do concelho. O que é muito visível é a contestação das elites locais relativamente às novas medidas fiscais, sobretudo no respeitante ao aumento de impostos e regulação do comércio do açúcar.

2.3. Açores

Contrariamente ao que se passava na Madeira, a colonização dos Açores encontrava-se, no início do governo de D. Beatriz, numa fase mais embrionária. Deste modo, a actuação da infanta neste arquipélago foi mais intensa, procedendo a uma ampla reforma administrativa e iniciando uma nova etapa no povoamento do arquipélago³⁴⁷. Esta nova etapa iniciar-se-ia com a oficialização da divisão da ilha da Terceira em duas capitanias, em 1474. A capitania da Praia foi dada a Álvaro Martins Homem³⁴⁸ e a de Angra a João Vaz Corte Real³⁴⁹. A intencionalidade desta medida foi atribuída pela própria D. Beatriz ao seu marido, o infante D. Fernando, afirmando que o seu propósito era “*repartir a dita Ilha per cada hum aver sua capitania a metade della segundo tenção do Iffante meu senhor, que Deus haja hera*”³⁵⁰. Criou dois núcleos

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ Cf. José Guilherme Reis LEITE, 7 *Ensaaios...* cit., pp. 89-105.

³⁴⁸ Carta dada em Évora, de 17 de Fevereiro de 1474, ANTT, *Chancelaria de Filipe I*, Doações, liv. 4, fl. 72. Publicada em AA, série I, vol. IV, pp. 213-215.

³⁴⁹ Carta de 2 de Abril de 1474, ANTT, *Chancelaria de Filipe I*, Doações, liv. 3, f. 246. Publicada em AA, série I, vol. IV, pp. 158-160.

³⁵⁰ ANTT, *Chancelaria de Filipe I*, Doações, liv. 4, fl. 72. Publicada em AA, vol. IV, p. 213.

populacionais distintos, Angra e Praia, para assim incrementar o êxito do processo de povoamento. A decisão de divisão da capitania foi tomada ainda em vida do capitão Jácome de Bruges, homem da Casa do infante D. Henrique, detentor da capitania da ilha Terceira desde os anos de 1450. Como vimos, em 1460, o infante D. Fernando tinha pedido ao seu pai adoptivo o senhorio das ilhas da Terceira e da Graciosa, por crer que estavam mal aproveitadas e por ter em mente um plano para o seu povoamento³⁵¹. Ainda que continuasse a contar com a colaboração do flamengo, que passava então a capitão da Praia, o infante D. Fernando enviou para a ilha um homem da sua confiança, Álvaro Martins Homem³⁵², para a fundação da vila de Angra. A divisão da ilha em duas capitanias, encabeçadas por dois homens, aumentava as possibilidades de povoamento.

D. Beatriz manteve esta divisão, com uma mudança fundamental: trocou o capitão Álvaro Martins Homem de Angra para a Praia³⁵³ e deu a vila de Angra a João Vaz Corte Real, homem da sua confiança, que optou pela capitania mais bem situada, já mais desenvolvida e mais defensável de ataques piratas³⁵⁴. Considerando o sucesso que Martins Homem obtivera no povoamento e desenvolvimento de Angra, seria espectável que obtivesse o mesmo resultado na capitania da Praia, até então menos desenvolvida. Esta medida da infanta só foi possível porque o antigo capitão Jácome de Bruges estava, nesta altura, em parte incerta. É a infanta quem o afirma dizendo que Bruges “*ha muito tempo que alguma nova se não ha, posto que já muitas vezes*

³⁵¹ Carta de doação das ilhas Terceira e Graciosa, nos Açores, feita pelo infante D. Henrique ao seu filho adoptivo, o infante D. Fernando. Datada de 22 de Agosto de 1460. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118. Publicada em *MH*, vol. XIII, doc. 187, pp. 335-337. A confirmação régia data de 2 de Setembro de 1460. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118. Publicada em *MH*, vol. XIII, doc. 188, pp. 337-338.

³⁵² Cf. Ivo Teixeira Lima VEIGA, *Álvaro Martins Homem, A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 75-85.

³⁵³ Álvaro Martins Homem foi ressarcido pela perda dos moinhos que havia construído na capitania de Angra, já que estes ficaram na posse do novo capitão. Como forma de pagamento, João Vaz Corte Real deveria construir a mesma quantidade de moinhos na capitania da Praia ou pagar a Álvaro Martins Homem uma quantia justa pelos mesmos, quantia que deveria ser estipulada pelos homens-bons de Angra. ANTT, *Chancelaria de Filipe I*, Doações, liv. 4, fl. 72. Publicado em *AA*, série I, vol. IV, pp. 213-215.

³⁵⁴ De acordo com a carta de doação da capitania da Praia a Álvaro Martins Homem, foi o próprio João Vaz Corte Real quem escolheu a capitania de Angra, através de “*huma pintura que della foy trazida ao dito meu senhor [o infante D. Fernando] (...) e mandei ao dito João Vaz que escolhesse e elle escolheu a parte de Angra*”. ANTT, *Chancelaria de Filipe I*, Doações, liv. 4, fl. 72. Publicada em *AA*, série I, vol. IV, p. 213.

mandei a sua mulher, que a verdade dello soubesse, e me certificasse, assignando-lhe para isso tempo d'um anno"³⁵⁵. O que significa que a infanta estava a considerar esta medida há mais de um ano, mas que tivera de se certificar do paradeiro do capitão Jácome de Bruges.

Se é verdade que entre 1460 e 1474 o processo de povoamento na Terceira tinha avançado mais do que na década anterior, foi a partir daí que acelerou ao ponto de nos finais do século existir uma ocupação efectiva da ilha³⁵⁶. Durante a governação de D. Beatriz a Terceira conheceu um verdadeiro crescimento comercial à volta da produção e exportação de trigo e as suas estruturas municipais, eclesiásticas e senhoriais complexificaram-se, afirmando-se a vila de Angra como o polo urbano por excelência³⁵⁷.

Confirmada a morte de Bruges, esta troca de capitánias implicou também a anulação da mercê de sucessão por via feminina na capitania da Terceira que o infante D. Henrique fizera ao flamengo nos anos de 1450³⁵⁸. Como a família de Bruges não conseguiu provar que este tivesse um filho varão legítimo, a infanta deu a capitania por devoluta. Esta decisão foi alvo de prolongada disputa em tribunal, pois Jácome de Bruges deixara dois herdeiros que se consideravam preteridos. Um deles era Duarte Paim³⁵⁹, genro do capitão, casado com a sua filha legítima, Antónia Dias de Arce³⁶⁰, que reclamava a anulação da mercê da sucessão por via feminina³⁶¹. O outro era Pêro

³⁵⁵ Carta datada de 2 de Abril de 1474. ANTT, *Chancelaria de Filipe I*, Doações, liv. 3, f. 246. Publicada em AA, série I, vol. IV, pp. 158-160.

³⁵⁶ Sobre o povoamento da ilha Terceira veja-se a obra de Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...* cit., onde a autora faz um levantamento exaustivo dos primeiros habitantes da ilha.

³⁵⁷ Cf. Antonieta Reis LEITE, *Açores, Cidade e Território...* cit.

³⁵⁸ Sobre esta doação veja-se o artigo de José Guilherme Reis LEITE, "Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira", em *Os Reinos Ibéricos da Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 671-676.

³⁵⁹ Duarte Paim era cavaleiro da Ordem de Santiago e, por isso, membro da Casa do infante D. João, pai de D. Beatriz. Parece não ter sido um homem da confiança do infante D. Fernando.

³⁶⁰ Filha do casamento entre Jácome de Bruges e Sancha Rodrigues.

³⁶¹ Não existe sentença do tribunal da Casa de Viseu. É, por isso, provável que Duarte Paim, consciente da fragilidade da sua argumentação, tenha optado por seguir uma via oficiosa, argumentado o seu caso junto da duquesa. Frei Diogo das Chagas refere que D. Beatriz teria ouvido as suas pretensões, estando até inclinada a um acordo que envolvesse a sucessão na capitania da Praia. Contudo, Duarte Paim teria recusado este entendimento alegando que deveria ser herdeiro de toda a ilha e não apenas de uma das

Gonçalves, que reclamava ser filho legítimo do casamento de Bruges com Inês Gonçalves³⁶². Há também que ter em conta que, quando o infante D. Henrique doou a capitania da Terceira a Jácome de Bruges para que a povoasse, o contrato deverá ter mudado. Apesar de o flamengo manter a capitania, agora dividida em duas, fê-lo mediante outras condições, uma vez que tinha falhado na sua primeira tentativa de povoamento. Desconhecemos, contudo, as novas condições impostas pelo infante D. Fernando, porque este donatário não passou as respectivas cartas de capitania, o que daria azo a alguns conflitos na Terceira, sobretudo devido às fronteiras de cada capitania³⁶³.

Apesar de ser mulher, a infanta não facilitou neste caso a sucessão por via feminina e, independentemente das disputas, D. Beatriz manteve a sua decisão, com a promoção de Álvaro Martins Homem e João Vaz de Corte Real, ambos fidalgos da Casa de Viseu-Beja, em detrimento da família de Jácome de Bruges, originário da Casa do infante D. Henrique.

Os arquipélagos desempenharam um importante papel na hierarquização interna da nobreza, proporcionando a promoção dos pequenos nobres da Casa de Viseu-Beja a membros das elites insulares, criando assim importantes laços de dependência entre esta pequena nobreza clientelar da Casa e os próprios duques. Este é, com efeito, um exemplo claro da sua intenção: promoveram os homens da sua Casa e da sua confiança.

Foi também o que aconteceu com Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo de João Gonçalves Zarco, e irmão do capitão do Funchal, João Gonçalves da Câmara. Secundogénito, Rui Gonçalves procurava construir a sua própria Casa, fora da ilha da Madeira. Em 1473 já havia solicitado a mercê da capitania de qualquer ilha que viesse

capitanias. O facto de ter sido um homem da Casa de D. João pode ajudar a justificar a proximidade que conseguiu junto de D. Beatriz e o facto de esta ter considerado dar-lhe a capitania da Praia.

³⁶² O litígio entre Pêro Gonçalves e a Casa de Viseu-Beja durou cerca de dez anos e a sentença, de 1483, pôs fim às pretensões do queixoso. Cópia de um pergaminho original do conde da Praia. Publicado em AA, série I, vol. I, p. 28 e ss.

³⁶³ Sobre esta questão veja-se José Guilherme Reis LEITE, “Os Flamengos na Colonização dos Açores”, em *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXIX, LXX, pp. 57-74.

a descobrir³⁶⁴ e, no ano seguinte, acabou por comprar, com o aval da infanta D. Beatriz, a capitania da ilha de S. Miguel a João Soares³⁶⁵, que detinha a capitania conjunta das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. Enquanto detentor da capitania, João Soares mostrara-se incapaz de fomentar o povoamento, talvez por falta de meios e de conhecimento da realidade insular. A venda da capitania de S. Miguel a Rui Gonçalves da Câmara parece ter sido proposta pela própria infanta, que considerava que a ilha *“he muy mall aproueitada e pouco pouuada e consyrãdo quãoto sera seruiço e proueito do dito sōr (...) a dita Ilha ser melhor aproueitada e pouuada pellas muitas mercadorias q della poderão vir”*³⁶⁶. Não era fácil encontrar alguém com os meios económicos e com o conhecimento necessário para investir no povoamento e exploração de uma ilha da dimensão de S. Miguel. E se Rui Gonçalves da Câmara estava disposto a investir na exploração do Atlântico, mais facilmente poderia canalizar esses meios no desenvolvimento de uma ilha pertencente à Casa de Viseu-Beja³⁶⁷. Rui Gonçalves da Câmara vendeu as suas propriedades na ilha da Madeira³⁶⁸ para conseguir pagar os 800 000 reais e 4000 arrobas de açúcar que custou a capitania de S. Miguel³⁶⁹. Para além de ter autorizado (ou promovido) esta compra, a infanta D. Beatriz isentou Rui Gonçalves da Câmara do cumprimento da Lei Mental na sucessão da capitania³⁷⁰ porque, apesar de ser casado com Maria de Bettencourt, Rui Gonçalves não tinha filhos legítimos. De acordo com as novas regras definidas para a sucessão da

³⁶⁴ Carta de 21 de Junho de 1473. ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 1v-2. Publicada em AA, série I, vol. IV, 437-439.

³⁶⁵ João Soares era sobrinho de Gonçalo Velho, o primeiro detentor da capitania.

³⁶⁶ Carta de 10 de Março de 1474, Arquivo da Alfândega de Ponta Delgada, *Provedoria das ilhas de S. Miguel e Santa Maria*, liv. 1 do Registo, fls. 3-6v. Publicada em AA, série I, vol. I, p. 103.

³⁶⁷ Voltaremos a abordar esta questão no capítulo 4, analisando os motivos que poderiam ter motivado esta solução encontrada pela infanta D. Beatriz.

³⁶⁸ A 28 de Janeiro de 1473 vendeu ou aforou ao flamengo João Esmeraldo, a grande Lombada da Ponta do Sol, na Madeira, por 600 000 reais de contado, com uma renda anual de 150 000 reais, *Boletim do Arquivo Histórico da Madeira*. Funchal, Arquivo Regional da Madeira, vol. III, pp. 55-62. Em 1475, já capitão da ilha de S. Miguel, vendeu ao seu irmão João Gonçalves da Câmara, capitão da ilha da Madeira, terras de sementeira, confrontando com outras de seu irmão, uma junto à Ribeira Seca e outra junto à Abejoaria do Duque e terras de João Gomes, por 18 000 reais brancos, ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mc. 1, nº 15.

³⁶⁹ Desde 1474, que Rui Gonçalves da Câmara também tinha a saboaria preta da ilha da Madeira, ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 6v-8.

³⁷⁰ Esta mercê dada pela infanta D. Beatriz estava sujeita a confirmação régia, que foi dada a 20 de Maio de 1474. ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 17v. Publicada em AA, série I, vol. I, pp. 19-20.

capitania, esta poderia ser herdada pelo seu filho natural³⁷¹, João Rodrigues da Câmara. A infanta aproveita esta mercê para arranjar o casamento de uma das suas damas, D. Inês da Silveira, com o herdeiro da capitania de S. Miguel³⁷².

A carta de doação da capitania de Santa Maria a João Soares formalizou a nova divisão da capitania de S. Miguel/Santa Maria³⁷³ e foi fundamental para o desenvolvimento do grupo oriental do arquipélago açoriano. Também no grupo central, D. Beatriz tentou aplicar soluções semelhantes à encontrada para S. Miguel, fomentando o seu povoamento e desenvolvimento com a atribuição das capitánias a novos capitães do donatário, homens da sua confiança e que reunissem as condições e a experiência necessárias para um empreendimento desta envergadura³⁷⁴.

A capitania da Graciosa, que se encontrava vaga devido a um ataque castelhano, do qual resultara a morte do capitão Duarte Barreto³⁷⁵, foi atribuída a Pêro Correia³⁷⁶, que fora capitão do Porto Santo. No Faial, o povoamento estava a cargo de um grupo de flamengos, liderados por Jos Dutra, ainda durante o governo do infante D. Fernando³⁷⁷. Com provas dadas no Faial, Jos Dutra foi também a escolha de D.

³⁷¹ Carta de 10 de Março de 1474, AA, série I, vol. I, pp. 103-105.

³⁷² João Rodrigues da Câmara casou com D. Inês da Silveira, uma das damas da infanta D. Beatriz. O acordo matrimonial firmado entre D. Beatriz e Rui Gonçalves da Câmara data de 26 de Julho de 1483. Publicada em AA, série I, vol. I, pp. 34-41.

³⁷³ Carta de 12 de Maio de 1474, ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 1. Publicada em AA, série I, vol. I, pp. 15-18.

³⁷⁴ Sobre estas acções que promoveram o desenvolvimento das ilhas do grupo central veja-se o capítulo de Avelino Freitas de MENESES, “O Povoamento”, em *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX cit.*, vol. I, pp. 63-109.

³⁷⁵ O ataque à Graciosa, de que resultou a morte do capitão, tem várias versões, mas todas elas incluem um ataque castelhano à ilha. Veja-se Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, liv. VI, cap. 42.

³⁷⁶ Pêro Correia, que era casado com Iseu Perestrelo, filha de Bartolomeu Perestrelo (pai), comprou, em 1459, a capitania do Porto Santo à viúva do primeiro capitão (a confirmação da compra pelo Infante D. Henrique data de 17 de Agosto de 1459, em ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 36, fl. 216v. Publicada em AA, série I, vol. II, pp. 11-14). No entanto, a compra deu lugar a um litígio com Bartolomeu Perestrelo (filho) e a venda foi considerada nula. Bartolomeu Perestrelo (filho) foi reintegrado na posse da capitania por carta de 15 de Março de 1473, ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 93v-95.

³⁷⁷ A carta de capitania dada a Jos Dutra é a única que se conhece do período fernandino e deverá datar de 1468, de acordo com o que propõe Manuel Monteiro Velho Arruda. Nela o infante dizia que “*paresendome haver aso de sua boa paz e concordia... framengos tenham o mando e governança de Jos dutra, natural de flandes que he tal que será dello merecedor, que o fará como a mim... e proveito de meus direitos e boa governança da terra da dita Ilha E uso dos moradores... faço graça e merce e tenho por bem E o dou por capitão da dita minha ilha do Faial*”, carta de 21 de Fevereiro de [1468], publicada em Manuel Monteiro Velho ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 153.

Beatriz para a capitania do Pico, depois de Álvaro de Ornelas, cavaleiro da Casa do rei e morador da ilha da Madeira, ter desistido do empreendimento devido à dificuldade de exploração da ilha³⁷⁸. Jos Dutra seria capitão do Pico caso a quisesse povoar, da mesma forma que era capitão do Faial. Caso não tivesse condições para proceder ao povoamento de uma segunda ilha deveria reparti-la entre os moradores do Faial para criação de gado, sendo que, neste caso, D. Beatriz salvaguardava o seu direito a encontrar novo capitão que se responsabilizasse pelo povoamento do Pico³⁷⁹.

A capitania da ilha de São Jorge³⁸⁰ foi doada apenas em 1483 a João Vaz Corte Real, que já tinha mostrado o seu valor no desenvolvimento de Angra. A carta foi dada pelo duque D. Diogo que, nesta data, já tinha assumido o governo da sua Casa. Contudo, uma vez que foi passada em Moura, onde D. Beatriz se encontrava em Terceiras, deverá ter contado com o aval da infanta³⁸¹.

Como já referimos, as acções de D. Beatriz nos Açores permitiram-lhe criar uma elite composta quase exclusivamente por homens da sua confiança. Isto não a impediu, todavia, de delimitar cuidadosamente o poder destes homens nas cartas de doação das capitanias. Aqui, estabelece o perfil do capitão, definindo os seus poderes, as regras de sucessão, as compensações que receberia pelo exercício do cargo, os limites de cada capitania, etc. Prova disso é o facto de ter criado um regimento, provavelmente datado de 1474³⁸², de que apenas se conhecem alguns capítulos, onde estabeleceu o modo como os capitães deviam dar as terras em sesmaria. Apesar de as cartas de doação das capitanias concederem aos capitães a faculdade de “dar de sesmaria”, o facto é que os donatários das ilhas não deixaram de intervir directamente nesta questão e de regular juridicamente o sistema de sesmarias sempre que acharam necessário. Neste regimento, D. Beatriz estabeleceu que o capitão só poderia dar

³⁷⁸ Cf. José Guilherme Reis LEITE, 7 *Ensaaios...* cit., pp. 98-99.

³⁷⁹ Carta de 8 de Março de [1481], Manuel Monteiro Velho ARRUDA, *Colecção de documentos...* cit., pp. 154-155.

³⁸⁰ Sobre a ilha de São Jorge veja-se a obra de Avelino Freitas de MENESES, *A ilha de São Jorge. Uma síntese histórica*, Letras Lavadas, 2013.

³⁸¹ Carta de doação da capitania da ilha de S. Jorge a João Vaz Corte Real, datada de 4 de Maio de 1483. ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião*, Confirmações gerais, liv. 3, fl. 172. Publicada em AA, série I, vol. III, pp. 13-15.

³⁸² Conhecido como o Regimento antigo ou Regimento de D. Beatriz, são extractos retirados do *Tombo Pêro Anes do Canto* e estão publicados em AA, série I, vol. XII, pp. 385, 390, 392, 398 e 408 e TPAC.

terras em sesmaria com o almoxarife, na presença do escrivão do almoxarifado³⁸³. Este sistema encontrava-se também implementado na ilha da Madeira, como se pode verificar na carta de doação de João Gonçalves da Câmara, capitão do Funchal e Manuel Afonso, almoxarife, a Martim Mendes de Vasconcelos, redigida por Álvaro Afonso, escrivão do almoxarifado³⁸⁴. A escassa documentação disponível não permite compreender se estas medidas foram implementadas durante o governo de D. Beatriz ou se, pelo contrário, já se encontravam em vigência num período anterior. Todavia, a participação do escrivão do almoxarifado na dada de terras ou, pelo menos, na redacção das respectivas cartas, pode ser comprovada na Madeira desde os anos de 1460³⁸⁵.

Sobre as terras dadas aos capitães, de modo a evitar abusos, D. Beatriz ordenou que os capitães deviam “*primeiro assinar aquella terra que lhes parecer que poderão aproveitar*”, e depois solicitá-la ao almoxarife ou ao contador. Todas as doações teriam depois de ser confirmadas pelo donatário³⁸⁶.

A aparente inexistência de cartas de sesmaria para os Açores anteriores a este regimento da infanta D. Beatriz leva a crer que teria existido, num período inicial da colonização, a prática da tomada de terra, naquilo a que Rute Dias Gregório designa como um “pré-período” de concessão formal das terras, com procedimentos mais fluídos³⁸⁷. Esta tomada de terras implicava a legalização e demarcação das mesmas num momento posterior à sua posse, um pouco à semelhança do que se terá passado na Madeira, como se pode depreender pela declaração feita em 1454 por João Gonçalves Zarco, o 1º capitão do Funchal, acerca das terras que tinha tomado para si e para os seus herdeiros, segundo o regimento do infante D. Henrique³⁸⁸.

³⁸³ AA, série I, vol. XII, pp. 390.

³⁸⁴ Neste caso, a doação era para utilização da água de uma levada aos domingos. A carta foi dada no Funchal, a 2 de Outubro de 1481, ANTT, *Convento de Nossa Clara do Funchal*, mç. 1, nº 19. Esta carta seria confirmada já em tempo do duque D. Diogo, a 25 de Julho de 1483.

³⁸⁵ Vejam-se, por exemplo, as cartas datadas de 23 de Janeiro de 1462 e 4 de Maio de 1465, ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mç. 1, nº 6 e 8, respectivamente, ambas redigidas por Álvaro Afonso, escrivão do almoxarifado.

³⁸⁶ AA, série I, vol. XII, p. 385.

³⁸⁷ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna...* cit., pp. 122-123.

³⁸⁸ Escrita no Funchal a 18 de Agosto de 1454, ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mç. 1, nº 7.

As medidas implementadas por D. Beatriz não conseguiram, só por si, pôr fim às situações de abuso de poder por parte dos capitães na concessão de terras. Em 1487, D. Manuel, o duque donatário, foi obrigado a intervir, dando a conhecer aos capitães a sua intenção de enviar um oficial seu para supervisionar as dadas de terras, já que tinha sido informado do excesso com que alguns eram beneficiados, vedando o acesso à terra de todos os outros. De acordo com o duque, um mais eficaz e justo procedimento na dada de terras estaria na base de um melhor povoamento das ilhas³⁸⁹.

2.4. Cabo Verde

Do que se passava em Cabo Verde durante este período pouco se sabe. O arquipélago era um destino muito menos procurado pelos colonos portugueses quer pela distância do reino, quer pelo clima, sendo ainda um território de elevada mortalidade e pouco favorável à agricultura. Neste arquipélago também tinha sido aplicado o sistema de doação de terras em regime de sesmaria, como se pode depreender pela carta de doação da capitania de metade da ilha de Santiago a Rodrigo Afonso, dada pela infanta D. Beatriz³⁹⁰. No entanto, estas terras tiveram muito menos procura do que as dos Açores e as da Madeira. O incentivo ao povoamento passou, então, pela criação de uma zona exclusiva de comércio com a costa da Guiné³⁹¹ a que podiam aceder todos os moradores de Santiago³⁹², privilégio concedido por D. Afonso V, sob pressão do infante D. Fernando. O infante tinha iniciado o povoamento da ilha

³⁸⁹ Carta de D. Manuel, duque de Beja e donatário das ilhas, dada em Santarém a 13 de Maio de 1487, TPAC, doc. 70, pp. 169-170.

³⁹⁰ Carta esta de que se conhece apenas a confirmação feita por D. Manuel I e que diz “*Item me praz que elle possa dar por suas cartas a terra de sua capitania forra pollo foral da dita ylha a quem lhe prouver com tal comdiçam que aquelles a que a derem aproveitem atee cimquo annos. E nam aproveitamdo que a possam dar a outrem. E depois que aproveitada for se a leixarem por aproveitar atee outros cimquo anhos que isso meesmo a possa dar. E esto nom embargue a mim que se hi ouver terra por aproveitar que nom seja dada que a possa dar a quem me prouver*”, carta de confirmação de doação da metade da capitania de Santiago a Rodrigo Afonso, datada de 29 de Outubro de 1497. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fls. 6-6v. Publicada em HGCV-CD, vol. 1, pp. 51-54.

³⁹¹ Carta régia de 12 de Junho de 1466. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104. Publicada em HGCV-CD, vol. I, pp. 19-22.

³⁹² Estes incentivos ao povoamento, de cariz comercial, não constituíam uma novidade por si, uma vez que os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores gozavam de isenção de dízima e portagem das mercadorias exportadas para o reino. A novidade residia precisamente na criação de uma zona de comércio exclusivo.

de Santiago cerca de quatro anos antes, em 1462, mas por esta ser *“tam alomgada de nossos regnos, a jemte nom quer hyr viuer, senom cõ muy grandes liberdades e framquezas e despesa sua”*³⁹³. Assim apesar do povoamento da ilha de Santiago, a mais apta para o desenvolvimento agrícola e com melhores portos naturais, ter começado quase de imediato, os primeiros anos foram algo incipientes, e as concessões de 1466 vieram dar-lhe um novo impulso. Em 1466, Fra Rogério e Fra Mauro afirmam que a ilha *“era só e destituída de povos, exceptuando alguns genoveses que mais tratavam de colher algodão pelo mato”*³⁹⁴.

Esta concessão de 1466 permitia que os moradores de Santiago pudessem comerciar livremente com a costa da Guiné, excepção feita aos tratos de Arguim, de exclusivo régio, e atendendo a que havia mercadorias defesas (armas, embarcações, apetrechos náuticos) cujo comércio estava proibido. Em troca, a Coroa cobraria, já no regresso à ilha de Santiago, um quarto de tudo o que tivesse resgatado³⁹⁵.

Os moradores de Santiago tinham também, à semelhança do que acontecia com os arquipélagos da Madeira e dos Açores, isenção do pagamento da dízima dos produtos que enviassem para o reino³⁹⁶.

Esta cobrança do quarto devido à Coroa implicou que, ao contrário do que acontecia nos outros arquipélagos, em Cabo Verde a fiscalidade senhorial coexistisse com a fiscalidade régia. Ou seja, para além da criação de um sistema fiscal que permitisse a cobrança das rendas senhorias e eclesiásticas, pertencentes à Ordem de Cristo, a Coroa actuava directamente na ilha, tendo enviado um almoxarife para a cobrança dos quartos. O almoxarife tinha como funções, para além da recollecção

³⁹³ Carta régia de 12 de Junho de 1466, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104. Publicada em HGCV-CD, vol. I, pp. 19-22.

³⁹⁴ Citados por Christiano José de Senna BARCELLOS, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, partes I e II, 2ª ed., Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 29.

³⁹⁵ Sobre as actividades comerciais entre o arquipélago de Cabo Verde e a costa da Guiné seguimos Maria Manuel TORRÃO, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, em HGCV, vol. 1, sobretudo pp. 237-252.

³⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 238.

fiscal, o controlo do tráfico com a costa da Guiné. Dele dependiam vários escravos que deveriam acompanhar as embarcações que fossem comerciar à Guiné³⁹⁷.

Porém, a carta de privilégio de 1466 não incluía a definição dos limites desta zona comércio³⁹⁸, o que em 1472 iria gerar problemas com Fernão Gomes. Arrendatário do comércio da Guiné, Fernão Gomes dirigiu queixas ao rei sobre uma caravela armada na ilha da Madeira e enviada à Guiné pelo capitão de Santiago, violando o seu acordo de arrendamento. D. Afonso V aproveitou a queixa do arrendatário para, já durante a administração de D. Beatriz, inserir alterações ao privilégio concedido aos moradores de Santiago³⁹⁹. Além de definir o limite da zona de resgate até à Serra Leoa, ou seja, à zona costeira descoberta até 1466, data da concessão do privilégio, o rei impôs que Santiago fosse o único local de armação e de partida das caravelas, e que só usufruíssem deste privilégio os moradores da ilha. Para mais, restringiu as mercadorias de troca para o resgate aos produtos originários do arquipélago e decretou que os escravos trazidos da costa apenas pudessem ser usados para tarefas na ilha. Estas limitações impostas pelo monarca ao prolífero comércio dos moradores de Santiago com a costa da Guiné afectaram as redes comerciais entre arquipélagos, já que, na maioria das vezes, as caravelas eram armadas no arquipélago da Madeira ou, pelo menos, com homens e financiamento madeirenses, já que era a ilha mais desenvolvida e, portanto, a que tinha maior capital para investir.

Aumentavam também, nesta altura, a lista de mercadorias defesas e/ou de monopólio régio⁴⁰⁰, como gatos de algália, malagueta, lacre, pedras preciosas, alicórnios mas também, a partir de 1480, conchas⁴⁰¹.

³⁹⁷ Cf. Ângela DOMINGUES, “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento”, em *HGCV*, vol. 1, p. 69.

³⁹⁸ De facto, o único limite imposto era o do trato de Arguim, já que a carta dava licença para que os moradores de Santiago pudessem “*trautar e resgatar em todollos nossos traautos das partes da Guynee, reservando desto o nosso trauto dArguym*”. Carta régia de 12 de Junho de 1466. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104. Publicada em *HGCV-CD*, vol. I, pp. 19-22.

³⁹⁹ Carta de 8 de Fevereiro de 1472. ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 2-4. Publicada em *HGCV-CD*, vol. I, pp. 25-28.

⁴⁰⁰ Maria Manuel TORRÃO, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução” cit., vol. 1, pp. 243-244.

⁴⁰¹ Carta de 24 de Julho de 1480. ANTT, *Gavetas*, XV, 17-42. Publicada em *MMA*, 2ª série, vol. I, p. 482.

Apesar das restrições impostas, parece que estas não influenciaram grandemente o incremento populacional da ilha, pois os habitantes de Santiago não respeitaram as medidas, continuando a comerciar para além da sua zona de exclusividade, levando mercadorias defesas (as mais procuradas) e trazendo com eles produtos de exclusivo régio para a ilha, violações que prejudicam obviamente a cobrança de impostos por parte da Coroa⁴⁰². Simultaneamente, terá sido criado um mercado paralelo de escravos que abastecia os navios que faziam escala no arquipélago⁴⁰³. Ao comércio permitido sobrepunha-se o comércio paralelo. No entanto, os privilégios concedidos em 1466 não deixariam de ser almejados pelos habitantes de Santiago e, em 1510, o procurador dos moradores da ilha voltou a solicitar ao rei a sua reposição, justificando-o com o facto de a ilha ser tão distante do reino e tão cheia de doenças, que se tornava difícil a atracção de novos moradores⁴⁰⁴.

Por outro lado, a carta de 1472 obrigava a um maior desenvolvimento do território, dado que os armadores tinham agora de se estabelecer na ilha e torná-la mais produtiva. Esta elite de mercadores/armadores, que aí se encontravam apenas para tráfico com a costa da Guiné, tornar-se-ia também proprietária rural. Com efeito, quase todo o desenvolvimento da ilha seria feito com base em mão-de-obra escrava⁴⁰⁵. E “os meios de compra de escravos negros (mercadoria altamente apetecida e concorrida) tinham de ser agora os ‘nados e criados’ na própria ilha”⁴⁰⁶.

O algodão tornar-se-ia uma das mais importantes produções da ilha, já que era um dos principais produtos de troca com os rios da Guiné depois de 1472, a par da criação de cavalos. Apesar de também ser cultivado na ilha de Santiago, a produção algodoeira motivou o desenvolvimento da ilha do Fogo, que passou a cultivar algodão em larga escala⁴⁰⁷.

⁴⁰² Maria Manuel TORRÃO, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução” cit., sobretudo as páginas dedicadas ao comércio ilegal praticado.

⁴⁰³ Maria Emília Madeira SANTOS, *As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou «a fresca Serra Leoa»: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*, Série Separatas Verdes, Lisboa, IICT, 1988.

⁴⁰⁴ ANTT, Gaveta, III, 10-8. Publicada em *HGCV-CD*, vol. 1, pp. 187-188.

⁴⁰⁵ Cf. Iva Maria de Ataíde Vilhena CABRAL, *A primeira elite colonial atlântica...* cit., p. 35.

⁴⁰⁶ António Correia e SILVA, “Espaço, ecologia e economia interna”, em *HGCV*, vol. 1, p. 199.

⁴⁰⁷ Cf. Maria Manuel TORRÃO, “O algodão na ilha do Fogo...” cit.

Numa primeira fase, a ilha de Santiago teve apenas uma capitania, que foi dada a António da Noli, genovês, um dos descobridores do arquipélago, que escolheu como local para o primeiro povoamento a zona sul da ilha, na parte da Ribeira Grande. A escolha deveu-se à existência de água potável, boas condições para a criação de um porto e terras férteis que permitiam o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência⁴⁰⁸. Da Noli foi acompanhado pelo irmão e pelo sobrinho, mas também por dois frades franciscanos, Frei Rogério e Frei Jaime⁴⁰⁹. O estímulo encontrado por António da Noli para incentivar o povoamento deverá ter passado quase exclusivamente pelo comércio com a zona costeira da Guiné. Como veremos mais adiante, Da Noli tinha um grande conhecimento do tráfico e das suas rotas, algo que lhe dava vantagem na relação com os demais mercadores e armadores.

Posteriormente, e à semelhança do que fora implementado na Terceira, a ilha foi dividida em duas capitanias, assim possibilitando a criação de dois núcleos populacionais distintos. Isto deverá ter acontecido durante os primeiros anos do governo de D. Beatriz⁴¹⁰, tendo a segunda capitania sido atribuída a Diogo Afonso, cavaleiro da Casa de Viseu⁴¹¹. É provável que este Diogo Afonso seja o mesmo Diogo Afonso que tinha descoberto parte do arquipélago cabo-verdiano.

Apesar de não se terem estabelecido limites definitivos entre as duas capitanias, a Diogo Afonso coube a banda norte da ilha, cuja capitania passou a ser Alcatrazes, um núcleo populacional com uma existência breve, por ter sido instalado numa zona agreste e pouco adequada à exploração agrícola, pelo que grande parte da

⁴⁰⁸ Cf. Ilídio Cabral BALENO, “Povoamento e formação da sociedade”, *HGCV*, vol. 1, sobretudo pp. 133-140.

⁴⁰⁹ Cf. Ângela DOMINGUES, “Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento”, em *HGCV*, vol. 1, p. 120.

⁴¹⁰ A primeira referência que menciona Diogo Afonso e a sua ligação a Santiago é uma carta da infanta D. Beatriz datada de 28 de Junho de 1472, mas onde não se faz nenhuma menção ao facto de ele ser capitão de metade da ilha. Publicados em “Tombo Primeiro”, doc. 32, pp. 61-62.

⁴¹¹ Na carta régia de 8 de Fevereiro de 1472, D. Afonso V refere-se sempre ao “*capitam da dita ylha*” levando-nos a crer que nessa altura só existiria um capitão em Santiago, provavelmente Da Noli. ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 2-4. Publicada em *HGCV-CD*, vol. I, pp. 25-28. No entanto, e dado que a carta refere que o navio de que se queixava Fernão Gomes da Mina tinha sido armado pelo capitão de Santiago na ilha da Madeira, existe também a possibilidade de a carta se referir ao capitão Diogo Afonso, que se encontrava no arquipélago da Madeira a exercer o ofício de contador desde, pelo menos, Janeiro de 1470. Publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 19, pp. 49-50.

actividade da capitania do norte deveria passar pelas relações comerciais com os rios da Guiné⁴¹².

Não obstante Diogo Afonso se ter deslocado a Santiago durante o tempo em que esteve no arquipélago da Madeira como contador da Casa de Viseu – como se pode depreender pelo pedido que fez à infanta D. Beatriz para ser substituído no seu ofício por Gonçalo Anes da Velosa sempre que necessitasse de se deslocar ao reino ou à ilha de Santiago⁴¹³ –, a verdade é que a hierarquia teria aqui de ser necessariamente distinta. Como o capitão vivia noutra arquipélago, também ele exercia o poder à distância. Após a sua morte, que deverá ter ocorrido no início de 1473⁴¹⁴, Diogo Afonso foi sucedido na capitania de metade da ilha de Santiago pelo seu sobrinho, Rodrigo Afonso, escrivão da fazenda da infanta D. Beatriz, considerando que o seu filho João Afonso também tinha morrido entretanto⁴¹⁵. Devido à presença quase constante de Rodrigo Afonso junto da infanta D. Beatriz, é improvável que o novo capitão se tenha deslocado à ilha de Santiago⁴¹⁶. A carta de D. Afonso V, que confirmou a capitania, mencionava esta questão dizendo que Rodrigo Afonso *“posto que per pessoa lá não possa estar pela ocupação continuada que tem em servir o dito meu sobrinho ele*

⁴¹² Cf. Ilídio Cabral BALENO, “Povoamento e formação da sociedade”, em *HGCV*, vol. 1, sobretudo pp. 140-142.

⁴¹³ Carta da infanta D. Beatriz autorizando a substituição de Diogo Afonso por Gonçalo Anes da Velosa sempre que o primeiro se encontrasse ausente do arquipélago da Madeira, datada de 28 de Junho de 1472. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 32, pp. 61-62.

⁴¹⁴ Em Novembro de 1472 Diogo Afonso ainda se encontrava na ilha da Madeira. Cf. Carta de D. Beatriz em que manda Diogo Afonso tomar posse da ilha da Madeira em nome do novo duque de Viseu, datada de 28 de Novembro de 1472. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 35, p. 67. Rodrigo Afonso, o novo capitão, foi nomeado em Abril de 1473 (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 107v) e o novo contador do arquipélago da Madeira, Luís de Atouguia, foi enviado para a ilha em Maio de 1473. Cf. carta de crença da infanta D. Beatriz para Luís de Atouguia, contador na ilha da Madeira, datada de 22 de Maio de 1473. Publicado em “Tombo Primeiro”, doc. 35, pp. 68-69.

⁴¹⁵ Há a possibilidade, aliás, de o dito João Afonso ter sido nomeado capitão antes de Rodrigo Afonso, como se pode ler na carta do duque D. Manuel, onde confirmava a doação da capitania a Rodrigo Afonso: *“Assi e pella guissa que a teue Diogo Affomso, que foy comtador da mjnha ilha da Madeira. E por seu faleçimento, Johane seu filho, já finado. E depois delle ho dito Rodrigo Affomso, por carta da dita Jffamte minha senhora”*. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fls. 5-6v. Publicada em *HGCV-CD*, vol. 1, pp. 51-54.

⁴¹⁶ O capitão gozava, no entanto, do estatuto de morador na ilha de Santiago, tendo direito a todos os seus privilégios e liberdades.

*espera de ter em a dita vila seu feitor e casa mateúda contenuadamente*⁴¹⁷. O capitão, que exercia o poder em nome do donatário, delegava os seus poderes a um feitor, que residia permanentemente na ilha. Apesar desta divisão, os limites das capitanias não foram definidos e, só em 1485, é que a capitania de Rodrigo Afonso surge referida como sendo a da “banda norte”, com a justificação de a ilha “*nom ser de todo acabada de partir, se nom pos entam nem nem aguora aqui as demarcações della, mas despois ao diamte se acabará de partir, como direito for, e se declarará a parte, que cada huũ teuer*”⁴¹⁸.

Não obstante as dificuldades no povoamento, a ilha tinha população suficiente para que, em 1473, D. Beatriz apontasse um dominicano, Frei João, para a vigairaria da capitania de Rodrigo Afonso. Através desta nomeação ficamos também a saber que os direitos da ilha ou, pelo menos, de uma das capitanias, a do norte, estavam arrendados a Fernão Gomes, tal como acontecia na ilha da Madeira. De acordo com o seu contrato de arrendamento, que deveria incluir a cobrança do dízimo devido à Ordem de Cristo, Fernão Gomes era o responsável pelo pagamento do vigário⁴¹⁹. Supomos que os homens que procediam à cobrança tributária fossem pagos por Fernão Gomes e não pela Casa de Viseu. Já o almoxarife e os seus escrivães, que controlavam o comércio com a costa da Guiné, eram de nomeação régia.

A divisão da ilha de Santiago em duas capitanias segue o mesmo modelo aplicado nos Açores, como antes indicado. Tal permitia, por um lado, servir de incentivo ao incremento populacional mas era, por outro, um modo de a infanta D. Beatriz ganhar mais controlo sobre o território. O arquipélago cabo-verdiano estava muito afastado do reino e António da Noli não era um dos homens de confiança da infanta. Aliás, como abordaremos no capítulo 5, dedicado à análise da guerra ultramarina entre Portugal e Castela, António da Noli teve um papel algo dúbio durante este período. Quando os castelhanos atacaram a ilha de Santiago em 1476,

⁴¹⁷ Carta de confirmação da doação da capitania de metade da ilha de Santiago a Rodrigo Afonso, datada de 27 de Outubro de 1496, onde se insere esta carta de D. Afonso V, datada de 9 de Abril de 1473. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 130v. Publicada em HGCV-CD, vol. 1, doc. 11, pp. 39-40.

⁴¹⁸ Carta de confirmação da capitania de metade da ilha de Santiago a Rodrigo Afonso, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fls. 5-6v. Publicada em HGCV-CD, vol. 1, pp. 51-54.

⁴¹⁹ Carta de D. Beatriz, datada de 15 de Outubro de 1473. ANTT, *Convento de Cristo de Tomar*, cód. B-51-52, fl. 22. Publicada em HGCV-CD, vol. 1, p. 43.

António da Noli foi levado para Castela e, quando Fernando o Católico anunciou que tomara a ilha para a sua Coroa, fê-lo informando que aquele se mantinha como capitão, mas agora do lado castelhano⁴²⁰.

Os episódios relacionados com o caso Da Noli serão abordados com maior pormenor ao longo do capítulo 5. No entanto, é importante frisar que, durante um período de tempo, a ilha esteve sem comando de um capitão. Algo que também tinha acontecido na Graciosa, depois da morte do capitão Duarte Barreto. Nessa ocasião, tinha sido o cunhado do capitão Barreto, Vasco Gil Sodré, a assumir o posto de lugar-tenente. Quem é que tinha ficado à frente da capitania de Antonio da Noli durante o período em que o capitão genovês esteve em Castela? Algum dos seus parentes?

Na capitania da banda norte também não havia um capitão *in loco*, que tinha sido substituído na hierarquia administrativa por um feitor. Também desconhecemos quem exercia estas funções e se permaneceu na ilha durante o período da guerra de sucessão de Castela.

Estas mudanças administrativas impostas por D. Beatriz, não reduzindo os poderes jurisdicionais do capitão, tiveram como consequência uma simplificação da sua actuação, sobretudo no que dizia respeito a questões da terra, dando-se mais ênfase ao papel dos oficiais da Casa de Viseu e do concelho, e criando laços mais directos de dependência em relação ao poder central, representado, neste caso, pelo donatário. Nem sempre a sua actuação foi bem recebida pelas elites insulares. Houve alguma contestação no que respeita à troca de capitánias ou ao reconhecimento dos herdeiros das mesmas e houve, obviamente, objecções aos regimentos que regulavam a cobrança de rendas e impostos. Porém, não se pode afirmar que a actuação de D. Beatriz relativamente ao exercício das suas prerrogativas senhoriais nos arquipélagos atlânticos tenha sido diferente por ser mulher⁴²¹. Isto é, não cremos que se possa falar

⁴²⁰ Carta de 6 de Junho de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 2347. Publicada em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 127-129.

⁴²¹ Nem teve complacência, como se viu, para a sucessão das capitánias por via feminina, a não ser quando esta beneficiava servidores da sua confiança.

de uma administração *gendarizada* para este período. O que houve, e isso é evidente em inúmeras ocasiões, foi uma certa relutância das elites locais no cumprimento dos seus regimentos pelo facto de ser mulher.

O governo de D. Beatriz nos arquipélagos atlânticos coincidiu com três importantes acontecimentos para o desenvolvimento da expansão ultramarina portuguesa: o arrendamento do monopólio do comércio da Guiné por parte da Coroa a Fernão Gomes; a entrega dos negócios dos descobrimentos ao príncipe D. João (findado o contrato com Fernão Gomes) e, finalmente, a guerra de sucessão em Castela (em que o Atlântico foi um dos teatros de guerra). As ilhas tinham, portanto, um grande interesse estratégico para a Casa de Viseu e para o seu posicionamento político no reino, quer pelos grandes rendimentos gerados, quer pela posição geográfica estratégica, colocando o ducado de Viseu na linha da frente da expansão portuguesa. A ocupação efectiva das ilhas e a sua rentabilização tinham, por isso, uma importância extrema.

A actuação da infanta D. Beatriz nos arquipélagos pautou-se pela uniformização do modelo de povoamento e pela regularização do processo administrativo. Ao mesmo tempo que estimulou uma maior rentabilidade das ilhas, a infanta criou mecanismos que lhe permitiram obter um maior controlo sobre as mesmas, numa linha que seguia, em grande medida, as acções preconizadas pelos infantes D. Henrique e D. Fernando.

CAPÍTULO 3

A ORDEM DE CRISTO E O ATLÂNTICO

A ligação da Ordem de Cristo aos Descobrimentos Portugueses é inequívoca. A sua cruz é, provavelmente, um dos símbolos que mais relacionamos hoje em dia com este período da história de Portugal. O protagonismo que a Milícia de Cristo alcançou advém, em grande parte, da sua associação à monarquia portuguesa, atingindo o apogeu no reinado de D. Manuel I, na medida em que era a primeira vez que um governador da Ordem ascendia ao trono português. A ligação entre a Ordem de Cristo e a Coroa tinha-se iniciado em 1420, ano em que o cargo de governador passou a ser de selecção régia (não dispensando a nomeação papal), tendo recaído sempre em membros próximos da Casa real. A prática iniciou-se com o infante D. Henrique, a que se seguiram os seus herdeiros, o infante D. Fernando, D. Diogo (que foi nomeado antes de ser duque) e a infanta D. Beatriz, governadora em nome do filho e, por fim, D. Manuel.

O protagonismo da Ordem de Cristo na génese dos Descobrimentos Portugueses justifica-se principalmente através do seu vínculo ao ducado de Viseu e à figura do infante D. Henrique. Geograficamente, o património da Ordem não estava relacionado com o mar, sobretudo quando comparado com o património da Ordem de Santiago, vinculado a importantes portos marítimos e à exportação de sal. Foi a ligação a D. Henrique, precursor dos Descobrimentos, que colocou a Milícia de Cristo numa posição de vanguarda na Expansão Portuguesa, tendo assumido a jurisdição espiritual dos territórios recém-descobertos e das terras por descobrir. De referir ainda que a dimensão cruzadística da Ordem esteve muito patente no movimento expansionista português, designadamente com a conquista de praças em Marrocos, uma vez que estas expedições contaram sempre com a presença dos cavaleiros da milícia de Cristo⁴²², ainda que as ordens militares se tenham recusado a instalarem-se em África.

⁴²² Sobre esta questão veja-se a interessante reflexão de Luís Adão da FONSECA, “As Ordens Militares e a Expansão”, em *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Colóquio Internacional. Actas*, ed. de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM – IICT / CEHCA, 2004, pp. 321-347.

Foi, também, através dos importantes rendimentos da Ordem de Cristo que o infante D. Henrique financiou parte das suas viagens de exploração do oceano Atlântico e da costa ocidental africana. O governo da Ordem dava-lhe acesso aos meios financeiros necessários para uma empresa desta envergadura e uma autonomia religiosa face à Coroa portuguesa. Com efeito, os frades da Ordem de Cristo, sob a orientação do seu governador, participariam numa nova fase da Cruzada peninsular e explorariam territórios desconhecidos ainda sem jurisdição da Santa Sé.

A ligação da Casa de Viseu à Ordem de Cristo granjeava-lhe enorme prestígio internacional e, sobretudo, junto do papa, que beneficiou sucessivamente a Ordem e o infante, não permitindo, na maioria das vezes, destringar entre os direitos de um e de outra. Para a Casa de Viseu a Ordem de Cristo representava não só um enorme poder temporal, com todo o seu património e direitos, mas também espiritual e simbólico, tendo jurisdição espiritual sobre o oceano Atlântico e representando ela mesma a génese dos Descobrimentos e o legado do infante D. Henrique.

3.1. Dona Beatriz:

Uma mulher como governadora da Ordem de Cristo

A 19 de Junho de 1475 o papa Sisto IV entregou à infanta D. Beatriz o governo temporal da Ordem de Cristo através do breve *nuper caríssimo*. A infanta administraria a Ordem como governadora enquanto fosse tutora do seu filho, D. Diogo, o 4º duque de Viseu, ainda menor de idade. Pela primeira vez na história desta ordem militar o governo temporal tinha sido oficialmente atribuído a uma mulher⁴²³.

A nomeação só ocorreu quase cinco anos depois da infanta D. Beatriz ter assumido os desígnios da Casa de Viseu-Beja. Mas porquê? A importância da Ordem de Cristo quer para o património da Casa de Viseu, quer para a prossecução dos

⁴²³ Quando D. Lopo Dias de Sousa, sobrinho da rainha D. Leonor Teles de Meneses, foi nomeado para o mestrado da Ordem de Cristo, com apenas doze anos (contrariando, pela primeira vez, os estatutos da Ordem, que estipulavam que o mestre devia ser escolhido por eleição dos freires), foi a sua mãe, D. Maria Teles, quem assumiu a administração do mestrado por ele, enquanto sua tutora. No entanto, a sua posição não foi oficializada pelo papa e não se conhecem quaisquer documentos relativos à sua administração. Cf. Isabel Morgado de Sousa e SILVA, *A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*, col. «Militarium Ordinum Analecta», nº 1, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1997, pp. 5-126.

Descobrimentos Portugueses é bem visível na necessidade que D. Afonso V sentiu, após a morte do infante D. Fernando, de atribuir o governo da Ordem não ao seu sobrinho primogénito, o duque D. João, mas a D. Diogo, o secundogénito com cuja tutela o monarca tinha ficado. É o próprio D. Afonso V quem o afirma, dizendo

*“[o papa] nos comjtia toda plenarja e livre amjnjsaçam do mestrado de Christos situado em nossos reynos, do quall por sua santidade era proujdo a dom Diego, nosso mujto amado e prezado sobrnho, e esto enquanto o dicto nosso sobrinho nom fosse em jdade conprida pera poder reger e governar o dicto mestrado, segundo que no dicto breue esto mayns compridamente he contheudo, o quall nos, com aquella reuerença que deuemos rreçebemos, e aceytamos o dicto cargo”*⁴²⁴.

Com a divisão das Ordens Militares pertencentes à Casa de Viseu-Beja D. Afonso V detinha, assim, a excessiva concentração de poderes num único titular: D. João, o duque, ficava com o governo da Ordem de Santiago, e D. Diogo, o irmão mais novo com o governo da Ordem de Cristo. Esta poderia ser também uma forma de o monarca garantir uma importante fonte de rendimentos para o secundogénito da Casa de Viseu, criando uma Casa-satélite da Casa ducal, algo muito em voga nas famílias da alta nobreza quatrocentista portuguesa, que assim encontravam forma de contornar a Lei Mental, ainda que carecessem de confirmação régia. Contudo, a mesma preocupação não se verificou durante o ducado de D. Diogo, já que ao seu irmão mais novo, e herdeiro do ducado, D. Manuel, não foi concedida nenhuma mercê do género⁴²⁵.

O papa Paulo II concedeu vitaliciamente o governo da Ordem de Cristo a D. Diogo a 1 de Fevereiro de 1471, através da *Letras Dum regalis*⁴²⁶. Ao nomear D. Diogo como governador temporal da Ordem de Cristo o pontífice fez, pela primeira vez, uma distinção entre o poder temporal e espiritual. Apesar de esta divisão ser novidade numa nomeação papal de um governador da Ordem havia, na realidade, uma divisão entre os poderes temporal e espiritual desde que o governo da Ordem de Cristo

⁴²⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 132v.

⁴²⁵ Embora, como veremos adiante, a infanta D. Beatriz tenha solicitado inúmeras vezes o governo de uma Ordem Militar para o seu filho D. Manuel.

⁴²⁶ *Letras Dum Regalis*, datada de 1 de Fevereiro de 1471. AV, *Registum Vaticanum*, vol. 524, fl. 63. Publicado em MH, vol. XV, doc. 6, pp. 7-9.

passara a ser de apresentação régia⁴²⁷, com a nomeação do infante D. Henrique, sem a obrigação do seu governador tomar votos. O governador e administrador da Ordem tinha plenos poderes temporais mas, no plano espiritual, a sua actuação estava limitada: podia agir apenas em situações que não necessitassem de ordenação clerical⁴²⁸. O que queria dizer que o poder espiritual da Ordem estava entregue ao Prior-mor desde o governo do infante D. Henrique, embora com contornos menos definidos, já que é difícil esclarecer se as concessões régias e papais dessa altura foram dadas à própria Ordem de Cristo ou se tiveram um cariz mais pessoal, tendo sido atribuídas ao próprio infante.

No mês seguinte, em Março de 1471, o papa dirigir-se-ia a D. Afonso V, confirmando que nomeara como governadores das Ordens de Santiago e de Cristo os infantes menores D. João e D. Diogo, respectivamente, confiando ao rei e demais tutores dos infantes o governo temporal das mesmas, mas recomendando que a jurisdição, privilégios e isenções das Ordens fossem mantidos⁴²⁹. No mesmo dia, o papa ordenava a D. Afonso V que pagasse o custo destas Letras aos mercadores creditados junto da Santa Sé que tinham adiantado o dinheiro. Esta verba deveria ser paga com os rendimentos das próprias Ordens⁴³⁰.

A situação modificar-se-ia cerca de dois anos depois, quando D. João, o 3º duque de Viseu, morreu, deixando D. Beatriz a braços com a necessidade de nova sucessão e reconfirmação do património do ducado. D. Diogo, o segundo filho dos duques, sucedeu ao irmão no ducado enquanto 4º duque de Viseu e 3º duque de Beja. A sua tutoria foi assumida por D. Beatriz, que continuava a gerir o ducado.

⁴²⁷ No fundo, era o rei que apresentava, isto é, propunha o governador da Ordem de Cristo, seguindo-se depois a respectiva confirmação papal. Cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, “A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, Normativa e Prática”, col. «*Militarium Ordinum Anacleta*», 2 – As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: A Normativa», Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1998, p. 33.

⁴²⁸ Idem, *ibidem*, p. 36.

⁴²⁹ *Letras Superioribus diebus*, datada de 28 de Março de 1471. Archivo di Stato de Veneza, *Luigi Podocataro*, série 1, busta 1, nº 165, em cópia coeva. Publicada em António Joaquim Dias DINIS, “A prelaria ‘nullius diocesis’ de Tomar e o ultramar português na segunda metade do século XV”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XIV, 105, Portugal, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972, p. 71.

⁴³⁰ *Letras Nuper uacantibus*, do papa Paulo II, datada de 28 de Março de 1471. Archivo Di Stato de Veneza, *Luigi Podocataro*, série 1, busta 1, nº 165. Publicada em António Joaquim Dias DINIS, “A prelaria ‘nullius diocesis’...” cit., p. 72.

A Casa de Viseu-Beja perdeu, nesta altura, o governo da Ordem de Santiago, que estava na família do infante D. João desde 1418, data em que fora investido (é o primeiro dos filhos de D. João I a receber uma ordem militar)⁴³¹. D. Diogo, o irmão de D. Beatriz, substituíra o pai no mestrado⁴³², naquilo que seria a sequência natural dos eventos. No entanto, como D. Diogo morreu apenas alguns meses depois, o mestrado passou para o irmão mais novo de D. Afonso V, o infante D. Fernando⁴³³ que, como sabemos, acabaria depois por casar com a herdeira do infante D. João, mantendo-se a Ordem de Santiago na mesma Casa. Após a morte do infante, a Ordem de Santiago passou para as mãos do seu primogénito, o duque D. João⁴³⁴. Quando este faleceu, o governo da Ordem de Santiago regressou à Coroa, passando para as mãos do príncipe D. João, o herdeiro do trono, que acumularia este cargo com o de governador da Ordem de Avis, cargo que detinha desde a morte do seu primo D. Pedro, o filho primogénito do infante D. Pedro.

Apesar de D. Afonso V ter confirmado D. Diogo como sucessor do irmão, a verdade é que, sempre que possível, o monarca tentou reaver para a Coroa privilégios da Casa de Viseu, tentando assim evitar a sua desmesurada concentração de poder e riqueza. Já o fizera com o exclusivo do comércio da Guiné que, tendo pertencido ao infante D. Henrique a título vitalício, não foi concedido a D. Fernando, seu herdeiro. Fazia-o agora com a perda da Ordem de Santiago, mas também com a perda do cargo de condestável do reino, que foi atribuído a D. João, filho do 2º duque de Bragança,

⁴³¹ Bula *In Apostolice dignitatis*, de Martinho V, de 8 de Outubro de 1418. AV, *Regestum Vaticanum*, em MH, vol. II, doc. 148, pp. 303-305.

⁴³² D. Diogo foi eleito a 24 de Janeiro de 1443. ANTT, *Místicos*, liv. 1, fl. 19v.

⁴³³ Para além de uma preocupação com a confirmação dos privilégios que a Ordem tinha, pouco se sabe acerca da actuação de D. Fernando enquanto governador da Ordem de Santiago. Cf. Maria Cristina Gomes PIMENTA, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 53.

⁴³⁴ Desconhece-se, porém, a data de nomeação como governador da Ordem de Santiago.

futuro marquês de Montemor e primo de D. Beatriz⁴³⁵. A Casa de Viseu via-se, assim, privada de dois importantes cargos de cariz militar⁴³⁶.

Não se pode concluir que a perda da Ordem de Santiago foi facilitada pelo facto de estar à frente da Casa uma mulher que não poderia assumir em pleno a governação de uma milícia, cuja função principal era a guerra de Cruzada. Até porque a Ordem de Santiago estava arredada da guerra de Cruzada. Na realidade, o facto de a Casa de Viseu ter à sua frente a infanta D. Beatriz parece não ter sido a causa mais óbvia para a mudança. As alturas de transição entre titulares de uma Casa eram sempre momentos de maior fragilidade do poder senhorial, que necessitava da benesse régia para a confirmação dos seus bens e mercês. E a Casa de Viseu teve transições pouco comuns, começando pela sucessão no ducado de D. Fernando, filho adoptivo do infante D. Henrique que, em grande parte, tinha sido deserdado, já que D. Henrique tinha legado a maioria do seu património a D. Afonso V, e depois a uma sucessão de irmãos, D. João, D. Diogo e D. Manuel, cuja confirmação do ducado necessitava da mercê régia de dispensa à Lei Mental. Esta foi, aliás, uma das principais preocupações da infanta D. Beatriz, solicitando ao monarca que confirmasse os seus filhos como sucessores do irmão no ducado⁴³⁷.

D. Afonso V já tinha optado por esta não concentração de governos das Ordens Militares nas mãos da Casa de Viseu-Beja quando, após a morte do infante D.

⁴³⁵ O cargo de condestável do reino encontrava-se em disputa pela Casa de Bragança, que se julgava com direito ao cargo, já que eram os legítimos descendentes do condestável D. Nuno Álvares Pereira, desde a morte de D. Diogo. Já nos debruçámos sobre esta questão na nossa Dissertação de Mestrado. Cf. Maria Barreto DÁVILA, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança...*cit.

⁴³⁶ A infanta D. Beatriz tentaria, ao longo dos anos, recuperar a Ordem de Santiago. No entanto, o mesmo não aconteceu com o cargo de condestável, o mais importante cargo militar do reino. Em primeiro lugar, porque o seu filho era menor de idade e não tinha condições para exercer as funções que se esperam de um condestável. Em segundo lugar, o cargo tinha sido concedido a um primo seu, membro da Casa de Bragança, tal como D. Beatriz. Como veremos, as duas Casas agiram sempre em conformidade uma com a outra ao longo de todo o período governativo de D. Beatriz, apoiando-se mutuamente frente à coroa.

⁴³⁷ A carta que confirmava D. Diogo como herdeiro do duque D. João data de 4 de Agosto de 1471. ANTT, *Místicos*, liv. 3, fl. 293v-294. E a carta que confirmava D. Manuel como sucessor do ducado (caso o irmão não tivesse descendência legítima) data de 7 de Agosto de 1476. ANTT, *Místicos*, liv. 3, fls. 19-19v.

Henrique, solicitou ao Papa o mestrado de Cristo para si próprio, apesar de o infante D. Fernando o ter requerido⁴³⁸. Foi o próprio rei quem o afirmou, dizendo

*“Que he verdade que o Ifante, meu Irmãao, me requereo agora, depois do falecimento do Ifante meu tyo, cuja alma Deus aja, que eu lhe desse o mestrado de Christos. Eu eu lhe respondy que, sentindo per o serviço de Deus e meu que entemdia requerer ao Santo Padre que o desse a my ou ao príncipe meu filho, da qual cousa sse elle scandalizou hũu pouco por a rrazom que lhe parecia que nos tinhamos de lhe fazer merçee e por algũa speranza que devia em nos poseramos de lho aver dar”*⁴³⁹.

No entanto, quando chegaram à corte as cartas pontífices que confirmavam a concessão do mestrado da Ordem de Cristo, no início de 1461⁴⁴⁰, D. Afonso V renunciou ao mestrado e solicitou ao papa que este fosse concedido ao irmão⁴⁴¹, sem dúvida por insistência de D. Fernando. O infante já se vinha preparando desde 1456 para herdar o governo da Ordem de Cristo, pedindo ao irmão que suplicasse junto do Papa uma autorização para acumular qualquer outra ordem militar com o governo da Ordem de Santiago da Espada, que tinha, como vimos, desde a morte de D. Diogo⁴⁴².

Aliás, esta sequência de eventos, com a nomeação de D. Afonso V para governador da Ordem de Cristo em nome do sobrinho e a perda da Ordem de Santiago, levou, na maioria das vezes, à construção de um discurso de oposição entre D. Afonso V e a infanta D. Beatriz, assumindo que o monarca procurava controlar as Ordens Militares. Se tal se pode aplicar, com cautela, à Ordem de Santiago – embora o cronista Rui de Pina frise que a mesma foi dada ao príncipe D. João, seu genro, “por

⁴³⁸ Cf. Charles M. de WITTE, *Les Bules Pontificiales et l'Expansion Portugaise au XVe Siècle*, Louvain, 1958.

⁴³⁹ Arquivo do Seminário de Braga, cód. 42, texto editado por Avelino da COSTA, “Relações de D. Afonso V com Castela e Aragão em 1460”, *Revista Cenáculo*, Braga, 1952, p. 29.

⁴⁴⁰ Letras *Dum Tua*, do papa Pio II, dirigidas a D. Afonso V, concedendo-lhe o mestrado da Ordem de Cristo, por morte do infante D. Henrique, datada de 25 de Janeiro de 1461. AV, *Regestum Vaticanum*, vol. 514, fl. 45.

⁴⁴¹ Data de 11 de Julho de 1461, a letras *Repetentes animo*, do papa Pio II, dirigidas ao infante D. Fernando, concedendo-lhe, vitaliciamente, o governo da Ordem de Cristo. AV, *Regestum Vaticanum*, vol. 514, fol. 61v; ANTT, *Bulas*, mç. 68, nº 143. Sobre toda esta questão veja-se António Joaquim Dias DINIS, “A prelaria ‘nullius diocesis’...” cit., pp. 5-93.

⁴⁴² A súplica de D. Afonso V data de 25 de Fevereiro de 1456 (AV, *Regestum Supplicationum*, vol. 489, fl. 164) e a resposta do papa Calisto III, data de 12 de Março de 1456 (AV, *Regestum Vaticanum*, vol. 464, fl. 36, Letras *Divina Supereminens*).

prazer e consentimento da dita Infante”⁴⁴³ –, o mesmo não pode ser comprovado em relação à Ordem de Cristo. Em primeiro lugar, porque, como veremos nas páginas seguintes, a infanta nunca deixou de intervir nos assuntos da Ordem, fazendo-o como administradora da Casa de Viseu. Uma análise mais atenta da documentação disponível para este período faz-nos concluir que a Ordem de Cristo, contrariamente ao que acontecia no reino, tinha alguma dificuldade em estender a sua jurisdição aos territórios de além-mar servindo-se, por isso, da máquina administrativa do ducado de Viseu. Em segundo lugar, porque as cartas de nomeação enviadas pelo papa não deverão ter chegado ao reino antes de 1473, motivo pelo qual D. Afonso V escreveu ao reino notificando que, até à nomeação do seu sobrinho, o duque de Viseu, para governador da Ordem de Cristo, cometera, com anuência da infanta D. Beatriz, o governo ao vigário-geral de Tomar e ao alcaide da vila⁴⁴⁴. Quatro dias mais tarde, a própria infanta D. Beatriz confirmava esta situação, afirmando que solicitara ao rei que escrevesse o alvará anterior:

“Faço saber a uos, oujdos, juizes e justicas do mestrado de Christus e aos caualeiros e pessoas da dicta hordem e a quaeesquer outros a que esto perteençer que, a meu rrequerimento, elrrej meu ssenhor cometeu o rregimento e gouernança do dicto mestrado e hordem ao vigairo de Tomar e ao alcaide moor da dicta villa, esto atee vijrem as letras do santo padre ao ssenhor duque meu filho, segundo se contem na carta que do dicto ssenhor ouueram”⁴⁴⁵.

Em terceiro lugar, o facto de estar uma mulher à frente do governo de uma Ordem Militar não prejudicava a sua participação em cenários de guerra, como pode ser comprovado pela presença da Ordem de Santiago (e da de Cristo) na conquista de Arzila, em 1471. Ainda que sem um governador presente, está atestado o envolvimento de vários comendadores da Ordem de Santiago no campo de batalha⁴⁴⁶.

⁴⁴³ Rui de PINA, *CDAV*, cap. 161, p. 817.

⁴⁴⁴ Alvará de D. Afonso V, datado de 15 de Agosto de 1473. ANTT, *Convento de Cristo de Tomar*, cód. B-51-52, fl. 25v. Publicado em António Joaquim Dias DINIS, «A prelaria “nullius diocesis” cit., pp. 73-74.

⁴⁴⁵ Alvará da infanta D. Beatriz, datado de 19 de Agosto de 1473. ANTT, *Convento de Cristo de Tomar*, cód. B-51-52, fl. 25v. Publicado em António Joaquim Dias DINIS, “A prelaria ‘nullius diocesis’...” cit., pp. 74-75.

⁴⁴⁶ Sobre esta questão veja-se a tese de Paulo DIAS, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História, Especialidade em História Moderna e Descobrimentos

Apesar de até 1475 a infanta D. Beatriz não ter administrado directamente a Ordem de Cristo, este facto não a impediu de salvaguardar os seus interesses e os dos seus filhos, actuando em nome da milícia. Durante os anos de 1470-1472, D. Beatriz deverá ter administrado também a Ordem de Santiago em nome de D. João, que na altura deveria ter cerca de dez/doze anos. Foi neste sentido que, em Março de 1472, D. Beatriz enviou Frei Pedro de Abreu, vigário da Ordem de Cristo, a Badajoz com o objectivo de obter cópias das disposições normativas seguidas em Castela, para poder rever as leis e ordenações das Ordens de Cristo e de Santiago⁴⁴⁷, já que em Portugal se “carescia de algumas leyes e constituciones e ordenanças e la regla de la dicha Ordem...”⁴⁴⁸. No ano seguinte, a infanta solicitou a D. Afonso V o traslado das antigas escrituras que dissessem respeito à Ordem de Cristo e que se encontravam na chancelaria régia⁴⁴⁹. Todavia, só em 1475 é que D. Beatriz foi nomeada como governadora da Ordem de Cristo, através do breve *nuper caríssimo*⁴⁵⁰. Nele o papa Sisto IV dizia

*“inclinados às tuas súplicas e às do próprio Rei, e confiados que tu sobressais na prudência, na honra e em muitas virtudes, por estas letras e pelas disposições e ordenações estabelecidas pelo Apóstolo sobre todos e cada um, Nós te concedemos o governo e a administração das coisas temporais do dito Mestrado, governando com o Duque de ti nascido, até que atinja a idade legal, e até mesmo depois disso, se for do seu acordo e vontade; e permitimos que o possas confiar livremente a outrem, se o entenderes, a precatória do duque, durante o tempo da vagatura do Mestrado, desde que veja ser pessoa idónea”*⁴⁵¹.

Este breve surge na sequência da desistência de D. Afonso V ao cargo. O monarca enviara até Roma um cavaleiro da Ordem de Santiago, como seu porta-voz,

apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 49 e ss. É também relevante a participação da Ordem de Cristo nesta conquista.

⁴⁴⁷ Cf. Maria Cristina Gomes PIMENTA, *As Ordens de Avis e de Santiago...* cit., p. 55.

⁴⁴⁸ ANTT, *Ordem de Santiago*, Códice 135, fl. 10.

⁴⁴⁹ BNP, *Reservados*, cód. 738, *Livro de Escrituras da Ordem de Cristo*, 4ª parte, fls. 3-6.

⁴⁵⁰ Breve *nuper caríssimo*, de 19 de Junho de 1475, nomeava a infanta D. Beatriz administradora no temporal do mestrado da Ordem de Cristo durante a menoridade de D. Diogo, por desistência do rei D. Afonso V. ANTT, *Livro dos Mestrados*, fl. 153; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 118v.

⁴⁵¹ *Ibidem*. Tradução retirada de Fina d'ARMADA, *Heroínas portuguesas* cit., p. 24.

para explicar ao papa os motivos que o impediam de receber o mestrado da Ordem. Alegava D. Afonso V estar *“em taaes fectos ocupado, que aa dicta ministraçam nom podemos asy proueer como nos querjamos e serja neçesario a serviço de Deus e bem da dicta hordem”*⁴⁵². Os negócios a que D. Afonso V se refere dizem obviamente respeito à sua pretensão ao trono castelhano através do casamento com a sua sobrinha, Joana, *a Beltraneja*. A solução pretendida por D. Afonso V passava pela subdelegação de poderes a Frei Pedro de Abreu e Frei Antão Gonçalves, que assumiriam, assim, a responsabilidade do regimento e governo da Ordem embora, como vimos, tal já acontecesse na prática⁴⁵³. Foi neste sentido que, a 15 de Abril de 1475, os nomeou regedores e governadores do Mestrado de Cristo, na menoridade do duque D. Diogo, seu sobrinho⁴⁵⁴. Cerca de uma semana depois, uma carta régia comunicava ao reino, a pedido da infanta D. Beatriz, que, na menoridade de D. Diogo, e segundo as faculdades recebidas de Sisto IV, D. Frei Pedro de Abreu e Frei Antão Gonçalves seriam nomeados regedores e governadores da Ordem de Cristo⁴⁵⁵.

No entanto, o breve de Sisto IV, que nomeava a infanta D. Beatriz como administradora temporal da Ordem de Cristo, comprova que a infanta se soube movimentar nos corredores da Santa Sé, levando a cabo uma campanha diplomática própria, salvaguardando os seus interesses e obtendo um maior controlo sobre a milícia. Atente-se que, já em Maio desse ano, a infanta ordenara que D. Frei Pedro de Abreu viesse para junto do duque, como capelão-mor do seu filho D. Diogo, e que o acompanhasse continuamente, como lhe incumbia. Para isso, Pedro de Abreu deveria entregar os cargos de Tomar a quem os desempenhasse em seu lugar⁴⁵⁶. Não

⁴⁵² Publicada por António Joaquim Dias DINIS, *Estudos Henriquinos*, Coimbra, 1960, pp. 501-502.

⁴⁵³ Como se verifica pelo que escreve o monarca: *“Deliberamos cometer o dicto carregio plenariamente, em gujsa que açerque de nos causa algũa nom fique; a dom Pedro d Abreu, vigario de Tomar e da Ylhas etc. e capellam moor do dicto duque, e a dom Frey Antam Gonçallvez, alcayde moor da dicta villa, ambos jnteiramente, o quall asy tão conpridamente como a nos ha comitjdo a elles cometemos, desencarregando em todo a nossa consciencia e engaregando as suas; porquanto sam da dicta hordem e em ella bem praticos e exercitados, que ho forom bem, a serujço de Deus e da dicta hordem e producto do dicto nosso sobrinho”*, Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 132v.

⁴⁵⁵ Carta de 24 de Abril de 1475. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 122; *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 24.

⁴⁵⁶ ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 32v.

significa isto que a infanta tenha feito uma campanha diplomática à revelia de D. Afonso V, até porque o papa refere que

“O Nosso caríssimo filho em Cristo Afonso, ilustre rei de Portugal e dos Algarves, – a quem confiámos, pelo Nosso Breve, a faculdade do governo e da administração das coisas temporais do Mestrado da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo dos ditos reinos, e a quem conferimos o cargo de Precetor, durante o tempo vago, até que alcance a idade legítima, do seu dileto filho Diogo, Duque de Viseu e de Beja, Administrador daquele Mestrado, e de ti nascido, - recentemente Nos pediu que, não obstante isso, antes concedêssemos a ti tal governo”⁴⁵⁷.

A opção de Sisto IV de nomear D. Beatriz como governadora temporal da Ordem de Cristo foi consciente, beneficiando a posição da duquesa de Beja, porque, na realidade, D. Beatriz fez exactamente o que havia sido proposto por D. Afonso V ao pontífice – apesar de terem sido nomeados governadores temporais da Ordem, certo é que D. Afonso V e D. Beatriz nunca assumiram o cargo em pleno. Nos primeiros tempos fora responsável pelo governo do mestrado Frei Gonçalo de Sousa. Cerca de dois anos depois, na sequência da sua morte, D. Beatriz (enquanto tutora do duque) e D. Afonso V comunicavam que tinham encarregado o governo do mestrado a D. Frei Pedro de Abreu, vigário de Tomar e das ilhas, e a D. Frei Antão Gonçalves, capelão do duque D. Diogo, alcaide-mor e comendador de Tomar⁴⁵⁸. Ou seja, em termos práticos, a administração da Ordem esteve sempre entregue a dois homens que integravam a orgânica interna da milícia, assegurando desta forma um melhor, e mais adequado, funcionamento⁴⁵⁹.

A importância que a infanta D. Beatriz deu ao facto de ser oficialmente nomeada pelo papa como governadora da Ordem de Cristo é relevante para compreender o seu exercício de poder. Como veremos ao longo das próximas páginas,

⁴⁵⁷ Breve *nuper caríssimo*, de 19 de Junho de 1475. ANTT, *Livro dos Mestrados*, fl. 153; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 118v. Tradução retirada de Fina d’ARMADA, *Heroínas portuguesas* cit., p. 24.

⁴⁵⁸ A 19 de Agosto de 1473, D. Beatriz redigiu um alvará dirigido aos membros da Ordem de Cristo, comunicando-lhes que, a seu requerimento, D. Afonso V responsabilizara pelo regimento e governo da Ordem o vigário de Tomar e o alcaide-mor da dita vila, até que chegassem as bulas do duque seu filho, e ordenando que lhes obedecessem, nomeadamente no que dissesse respeito a propriedades e foros. ANTT, *Ordem de Cristo / Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 25v (em pública-forma notarial de 1474).

⁴⁵⁹ Cf. Isabel Morgado de Sousa e SILVA, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, em “*Militarium Ordinum Analecta*”, nº 6, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2002, p. 87.

esta nomeação oficial não modificaria a actuação da infanta, dado que interveio sempre nos assuntos temporais da Ordem, em nome do ducado. Contudo, há uma diferença entre exercer-se um cargo oficioso e ter-se uma nomeação pública para o mesmo. Em termos de representação política, esta nomeação do papa conferia uma maior visibilidade à infanta D. Beatriz. Esta questão, a do exercício do poder político público, isto é, oficial, e privado estará presente ao longo de toda a vida da infanta e será discutido mais vezes ao longo da presente tese. Apesar de a não nomeação para cargos políticos não impedir as mulheres de exercerem poder político efectivo, em termos de visibilidade e de representatividade a nomeação oficial conferia-lhes um outro tipo de estatuto, um a que elas procuravam aceder⁴⁶⁰.



Figura 8 – Regra e definições da Ordem de Cristo

⁴⁶⁰ Acerca desta questão veja-se as reflexões de Lois L. HONEYCUTT, “Queenship Studies Comes of Age”, *Medieval Feminist Forum*, vol. 51, nº 2 (2016), disponível em <http://ir.uiowa.edu/mff/vol51/iss2/3/> e Amy LIVINGSTONE, “Recalculating the Equation: Powerful Woman = Extraordinary”, *MFF*, vol. 51, nº 2 (2016), disponível em <http://ir.uiowa.edu/mff/vol51/iss2/4/>.

3.2. *Nullius Diocesis: A jurisdição espiritual*

A mais importante ligação da Ordem de Cristo aos territórios atlânticos fazia-se através da chancela espiritual que a milícia tinha sobre os mesmos. O espiritual das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta tinha sido atribuído à Ordem de Cristo, a pedido do infante D. Henrique⁴⁶¹. Este privilégio foi depois confirmado pelo papa Eugénio IV quando respondeu positivamente à súplica do infante para que permitisse que todas as igrejas já construídas, ou que viessem a ser edificadas pela Ordem/Infante D. Henrique na ilha da Madeira, fossem anexadas perpetuamente à Ordem de Cristo⁴⁶².

Em 1454, D. Afonso V alargou o poder espiritual da Ordem de Cristo a toda a costa da Guiné⁴⁶³ e, em 1455, Nicolau V, através da bula *Romanus Pontifex*⁴⁶⁴, confirmava todas as doações temporais feitas à Ordem de Cristo, aumentando ainda mais o seu poder espiritual. Esta bula, reconfirmada no ano seguinte pelo papa Calisto III, concedia à Ordem de Cristo não só a jurisdição espiritual sobre as ilhas do Atlântico, mas também sobre as terras adquiridas ou a adquirir, desde os cabos Bojador e Não até terras de Índios⁴⁶⁵.

A doação da jurisdição espiritual dos novos territórios atlânticos à Ordem de Cristo não foi a primeira tentativa do papado de estabelecer a sua autoridade nos arquipélagos recém-descobertos. Em 1351 foi criada a diocese das ilhas Afortunadas, nome pelo qual era conhecido o arquipélago das Canárias, tendo sido enviados

⁴⁶¹ D. Duarte concedeu este privilégio a troco do dízimo do pescado e de outros direitos régios. Carta datada de 26 de Setembro de 1433. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 18. Publicada em *MH*, vol. IV, p. 270. Esta doação foi confirmada pelo regente D. Pedro a 23 de Julho de 1439. ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Cód. 235, parte 3, fls. 6v-7.

⁴⁶² Súplica do Infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, datada de 1 de Abril de 1434. AV, *Regestum Vaticanum*, vol. 295, fl. 199. Publicada em *MH*, vol. IV, doc. 138, pp. 354-355.

⁴⁶³ Carta de doação de D. Afonso V, datada de 7 de Junho de 1454. ANTT, *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 3, fl. 12. Publicada em *DP*, vol. 1, p. 518.

⁴⁶⁴ Bula *Romanus Pontifex*, de Nicolau V, datada de 8 de Janeiro de 1455. ANTT, *Bulas*, mc. 7, nº 29. Publicada em *MH*, vol. XII, doc. 36, pp. 71-79.

⁴⁶⁵ Bula *Inter caetera que nobis*, datada de 13 de Março de 1456. ANTT, *Gavetas*, VII, 13-7. Publicada em *MH*, vol. XII, doc. 137, pp. 286-288. “Perpetuamente decretamos, statuimos e ordenamos que o espiritual, a jurisdição ordinária, omnímota e o domínio do poder, nas ditas ilhas, vilas, portos, terras e lugares adquiridos e a adquirir desde o Cabo Bojador e o Cabo Não, decorrendo por toda a Guiné e por toda a polga meridional até aos indos (...) e pertençam pelos tempos adiante e para sempre à referida ordem militar”, (versão portuguesa de José Saraiva *DP*, vol. I, doc. 421, p. 539).

religiosos com o intuito de evangelizar os nativos guanches. Esta tentativa terminaria em 1393 com a chacina dos clérigos enviados, ao que tudo indica como represália de uma razia feita por bascos e andaluzes em busca de escravos⁴⁶⁶.

Com a doação, o prior da Ordem de Cristo teria as mesmas funções de um bispo, embora não o fosse, e exerceria a jurisdição espiritual das terras do mesmo modo que o fazia em Tomar, a capital da Ordem. Estes novos territórios eram considerados *nullius diocesis*⁴⁶⁷ por não dependerem directamente de um poder episcopal. O vigário de Tomar desempenharia estas funções até à criação da diocese do Funchal em 1514. Tendo a Ordem de Cristo a administração da espiritualidade do Atlântico, as suas principais atribuições passavam, nesta altura, pela defesa dos seus direitos, pela implementação e sagração dos templos e pela vigilância dos comportamentos religiosos neste espaço geográfico. Ao governador da Ordem, enquanto responsável pelo poder temporal, cabia a criação de infra-estruturas (isto é, a construção de capelas e igrejas) e a nomeação de prelados para as ilhas que já estavam povoadas. Nem todos estes prelados seriam, como veremos, freires da Ordem de Cristo. Aliás, o prior da Ordem só enviaria o primeiro visitador em 1487 – D. João Aranha que se deslocou à Terceira⁴⁶⁸. Os primeiros membros do clero a frequentar as ilhas atlânticas, sobretudo na companhia dos navegadores, parecem ter sido os franciscanos, numa altura em que ainda não havia sido concedido o espiritual à Ordem de Cristo. Os cronistas referem a existência de franciscanos como acompanhantes de João Gonçalves Zarco quando este chegou à Madeira, ou de Diogo Gomes, aquando da descoberta do arquipélago de Cabo Verde.

Durante o primeiro período da expansão portuguesa, o envio de prelados da Ordem de Cristo para a costa da Guiné, com a missão de evangelizar os naturais daquelas paragens, parece não ter sido uma prioridade. Diogo Gomes refere que o

⁴⁶⁶ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, 1998, vol. 1, p. 31.

⁴⁶⁷ Dias Dinis diz que esta doação “conferiu poder episcopal, realmente, ao dito vigário-geral ao reconhecer-lhe verdadeira jurisdição episcopal ordinária em todos os seus domínios de aquém e além-mar, embora fosse o vigário simples sacerdote”, em António Joaquim Dias DINIS, “A prelaria ‘nullius dioceses?’” cit., p. 13.

⁴⁶⁸ AA, vol. II, pp. 62-63.

infante D. Henrique enviou um sacerdote para a zona da Gâmbia⁴⁶⁹. No entanto, o envio de clero para África não foi feito de forma sistematizada e passar-se-iam mais de trinta e cinco anos até que fizesse uma nova diligência no sentido de converter à fé cristã um potentado local, já por iniciativa de D. João II⁴⁷⁰. Neste período inicial dos Descobrimentos Portugueses ainda não havia uma noção do espírito missionário, como aquela que seria fomentada a partir do reinado de D. João III, estando ainda muito presente a ideia medieval de Cruzada, tão cara às ordens militares. Tinha-se perdido a noção de conversão pacífica dos povos ao Cristianismo a favor de uma ideal de guerra santa⁴⁷¹. A submissão política dos povos ainda era considerada condição *sine qua non* para a evangelização, isto é, considerava-se que primeiro era preciso conquistar os territórios e dominá-los do ponto de vista político, para se avançar com a conversão religiosa⁴⁷². Na maioria dos casos, os missionários enviados nem sequer pertenciam à Ordem de Cristo, mas sim a Ordens Mendicantes (maioritariamente franciscanos e dominicanos)⁴⁷³.

A tutela espiritual da Ordem de Tomar centrou-se, por isso, muito mais nos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde. Aí, a Ordem de Cristo era responsável pela criação da estrutura eclesiástica, mas também pela construção de infra-estruturas, como se indicou. No seu testamento, o infante D. Henrique refere ter ordenado a construção da igreja de Santa Maria, na ilha da Madeira (Funchal), mas também a das igrejas do Porto Santo e da Ilha Deserta, no arquipélago da Madeira; a das igrejas de São Luís, na ilha de São Luís (Faial); a de São Dinis, na ilha homónima (Pico); a de S. Jorge, em S. Jorge; a de S. Tomás, em S. Tomás (Corvo); a de Santa Iria, na ilha de Santa Iria (Flores); a da igreja de Jesus Cristo, na ilha de mesmo nome

⁴⁶⁹ Relato do primeiro descobrimento da Guiné por Martim Behain segundo relato de Diogo Gomes, publicado em *MNA*, 2ª série, vol. 1, pp. 182-213.

⁴⁷⁰ Luís Filipe THOMAZ, “Descobrimentos e Evangelização. Da Cruzada à missão pacífica”, in *Actas do Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, Fundação Evangelização e Culturas, 1993, p. 115.

⁴⁷¹ João Paulo Oliveira e COSTA, *O Cristianismo no Japão...* cit., p. 31.

⁴⁷² Sobre esta questão veja-se Luís Filipe THOMAZ, “Descobrimentos e Evangelização...” cit., designadamente pp. 84-85.

⁴⁷³ Cf. António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS, “A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média...” cit., p. 28 e Luís Filipe THOMAZ, “Descobrimentos e Evangelização...” cit., pp. 84-85.

(Terceira); uma igreja na Graciosa; a igreja de São Miguel na respectiva ilha e a de Santa Maria, na ilha de Santa Maria, todas estas no arquipélago dos Açores⁴⁷⁴.

É interessante relembrar aqui que, num primeiro período do povoamento dos Açores, o infante D. Henrique optou pela criação de uma comenda, a comenda de Nossa Senhora da Conceição, em vez de capitânias para as ilhas do grupo oriental. A comenda era uma forma específica de atribuição de benefícios eclesiásticos a uma pessoa, que assim podia usufruir livremente dos proveitos de tal mercê.

A comenda conjunta das ilhas de Santa Maria e de São Miguel foi entregue ao Frei Gonçalo Velho Cabral, freire da Ordem de Cristo, membro da Casa do infante e comendador do castelo de Almourol⁴⁷⁵. Homem com experiência na administração de territórios, mas também de navegação (terá sido um dos primeiros homens da Casa do infante D. Henrique a chegar ao arquipélago açoriano) e de guerra, Frei Gonçalo Velho tinha o perfil adequado para proceder ao povoamento e administração de ilhas tão distantes do continente. Enquanto comendador, Frei Gonçalo seria o responsável pela cobrança dos dízimos e pela criação de infra-estruturas religiosas nas ilhas. Foi neste sentido que, em 1443, o regente D. Pedro lhe concedeu, a pedido do infante D. Henrique, a isenção do pagamento da dízima e de portagem dos produtos açorianos que trouxesse ao reino⁴⁷⁶, seguindo uma medida semelhante à que já tinha sido aplicada ao arquipélago madeirense. Desconhecemos se Frei Gonçalo Velho teria outro tipo de direitos, mais parecidos com os cedidos aos capitães do arquipélago da Madeira⁴⁷⁷.

⁴⁷⁴ Carta testamentária do infante D. Henrique, datada de 13 de Outubro de 1460. ANTT, *Manuscritos da Livraria*, cód. 516, fls. 2-6v. Publicada em PMA, vol. I, doc. 29.

⁴⁷⁵ Sobre este personagem veja-se José Damião RODRIGUES, “Cabral, Gonçalo Velho”, em *Enciclopédia Açoriana*, 2002.

Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=429> (consultado a 18 de Junho de 2016).

⁴⁷⁶ Carta do regente D. Pedro, datada de 3 de Abril de 1443. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 107v. Publicada em MH, vol. VIII, pp. 43-44.

⁴⁷⁷ Carta da regência a isentar o infante D. Henrique e os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, durante cinco anos, do pagamento de dízimas e portagens que trouxeram das ditas ilhas aos portos do reino, datada de 1 de Junho de 1439. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 17v. Publicada em MH, vol. VI, doc. 135, pp. 315-316.

Não sabemos porque terá o infante D. Henrique optado por esta solução para as ilhas do grupo oriental do arquipélago dos Açores, nem há notícia de que tenha sido adoptada noutras ilhas. É certo que a nomeação reforçava a tutela da Ordem de Cristo sobre os Açores, mas a falta de documentação disponível para este período tem levado a que esta comenda inicial tenha sido um pouco votada ao esquecimento. Supõe-se que a certa altura a comenda terá passado à condição de capitania, pois Frei Gonçalo aparece referido como capitão das duas ilhas em 1460⁴⁷⁸ e a capitania é passada hereditariamente, como todas as outras⁴⁷⁹. Neste caso, o beneficiário seria o seu sobrinho, João Soares que, como já vimos, venderia depois a capitania da ilha de São Miguel a Rui Gonçalves da Câmara, ficando só com a da ilha de Santa Maria.

Nos primeiros tempos do povoamento, os donatários investem na construção das igrejas principais de cada capitania, quando a evolução populacional assim o justificava. Mais tarde, surgirão inúmeros conventos construídos sob o patrocínio da elite local das ilhas. Multiplicam-se também diversos locais de culto mais pequenos, como capelas, ermidas, etc., erigidos a pedido da população local, normalmente em locais de devoção de grupos de pescadores e lavradores. É o caso da ermida de Santa Maria dos Anos, na ilha da Madeira, cujos terrenos foram desapropriados pela infanta D. Beatriz para esse efeito:

“por alguñs moradores Desa ylha me foy ora feyto Recomtamento como Em Santa maria dos amJos que esta açerqua Da pomta do Soll em terra Dos gallegos Se aqueceram alguñs homees tomaram Deuoçam De fazerem a dita casa pidimdo me por merçee que mamdase que os Ditos gallegos lhe desacupasem a dita terra E visto per mjm Seu Requerimento E alguñas Rezõees que por Srrujço De nosso Senñor me a ello moueram. A mjm praz que Da Dita terra Se tome aquella que

⁴⁷⁸ Carta do infante D. Henrique a Frei Gonçalo Velho, seu capitão nas ilhas de Santa Maria e São Miguel, indicando-lhe como deveria proceder na administração da justiça. Carta datada de 19 de Maio de 1460, copiada por Gaspar Frutuoso. Publicada em *Saudades da Terra*, vol. III, cap. 12, pp. 46-47.

⁴⁷⁹ Sobre esta questão seguimos a opinião de Susana Goulart COSTA, “A Igreja: implantação, prácticas e resultados”, em *História dos Açores...* cit., vol. I, pp. 173-198. A autora refere “Não nos surpreende, pois, que este primeiro comendador tenha encetado esforços para que as ilhas de Santa Maria e São Miguel deixassem de ser uma comenda e passassem a capitânias: o que se perdia em proveitos de dízima, ganhava-se pela ampliação de poderes que as cartas de doação de capitânias outorgavam aos seus usufrutuários, para mais com a garantia da hereditariedade dos bens, o que não sucedia com as comendas”, p. 179. A autora defende que, enquanto comendador, Frei Gonçalo Velho Cabral não teria acesso a outro tipo de direitos cedidos pelo infante D. Henrique aos capitães da Madeira, o que o colocaria numa situação de desvantagem.

*abastar pera ho Asemtamento da ermjda E pera o yrmjtam que hy esteuer se poder governar E fazrr latada E pumar E Seu cercoyto comujnhauell*⁴⁸⁰.

Também a necessidade de clérigos aumentava em função do desenvolvimento populacional das ilhas. O infante D. Henrique explica o processo de nomeação dos prelados na carta de doação das ilhas da Terceira e Graciosa ao infante D. Fernando, em 1460. D. Henrique doava as ilhas ainda em vida ao seu filho adoptivo, mas a espiritualidade mantinha-se na Ordem de Cristo e ele (D. Henrique)

*“e a dita ordem e mestres e governadores que d’ella forem somente termos cargo poer em cada uma das ditas ilhas vigário, que cada um tenha por mim e a dita Ordem cargo de as reger e administrar no espiritual: os quaes vigários por o dito meu filho e seus descendentes serão apresentados a as ditas vigararias e confirmados em ellas por mim e aqueles que depois de mim forem governadores ou mestres da dita Ordem com habito que d’ella receberão*⁴⁸¹.

Nesta carta de doação, o infante decidiu dividir a dízima devida à Ordem de Cristo em duas partes⁴⁸². Metade da quantia, a vintena, seria entregue à Ordem e serviria, entre outras coisas, para pagar o hábito dos prelados enviados para as ilhas. A outra metade da dízima seria *“para o dito meu filho, e seus descendentes, para si e suportamento d’alguns clérigos que lhe prouver e estar nas ditas ilhas alem dos dois vigarios*⁴⁸³.

De acordo com o infante D. Fernando, o infante D. Henrique *“nunca pos mays De hum capellam [no Funchal] por que emtam agemte era pouca*”. Mas, em 1461, já havia população em número suficiente para que os habitantes da capitania do Funchal solicitassem ao infante D. Fernando mais capelães para a vila do Funchal e também para Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Ponta do Arco:

⁴⁸⁰ Carta da infanta D. Beatriz, datada de 20 de Maio de 1474. Publicada em “Tombo Primeiro”, p. 75.

⁴⁸¹ Carta de D. Afonso V, confirmando a doação feita pelo infante D. Henrique ao infante D. Fernando das ilhas da Terceira e Graciosa. A carta de doação do infante data de 22 de Agosto de 1460 e a confirmação régia de 2 de Setembro do mesmo ano. ANTT, *Místicos*, liv. 2, fls. 155v-156. Publicada em AA, vol. I, pp. 10-13.

⁴⁸² O infante D. Henrique procedeu à mesma divisão da dízima na doação das ilhas que fez a D. Afonso V, nas suas cartas testamentárias. Carta testamentária datada de 18 de Setembro de 1460. ANTT, *Colecção Especial*, caixa 72. Publicada em Manuel Monteiro Velho ARRUDA, *Colecção de documentos...* cit., pp. 136-137.

⁴⁸³ Cf. nota anterior.

*"E agora he em mays multiplicação asy que hũ soo capellam nom pode abramger atodollos logares õde comvem serem Ditas mjsas E Dados hos sacramentos (...) vos Respondo que vos Requeraees ao vigário Da ylha que vos prouela Dos Ditos capellãees que vos necessários forem"*⁴⁸⁴.

D. Beatriz levou a sério esta tarefa. A 24 de Maio de 1473, a infanta solicitou a D. Frei Pedro de Abreu que consentisse a permuta de benefícios de Frei Estêvão Vaz, vigário na ilha de S. Miguel, Açores, e Frei Gonçalo Nunes, vigário da Câmara de Lobos, na ilha da Madeira⁴⁸⁵. Em Outubro do mesmo ano, a infanta apresentava o dominicano Frei João para a vigairaria da parte da ilha de Santiago pertencente a Rodrigo Afonso⁴⁸⁶.

Em 1476, D. Beatriz comunicou às autoridades do Funchal ter nomeado Frei Nuno Gonçalves, capelão do duque D. Diogo, para vigário do Funchal⁴⁸⁷. Frei Nuno tinha sido criado do infante D. Fernando e foi enviado para a vigairaria do Funchal como recompensa pelos seus bons serviços. Relembremos que nesta altura a infanta tinha nomeado como novo capelão do duque o vigário-mor de Tomar, D. Frei Pedro de Aguiar. A infanta pediu aos homens-bons e capitão do Funchal que o tratassem com *"toda a homrra e favor e boom gasalhado"*⁴⁸⁸. Apesar de se ter mantido na ilha até 1485, a nomeação de Frei Nuno Gonçalves foi muito contestada no Funchal, havendo queixas constantes. Em 1481, a câmara do Funchal decidiu-se pelo envio de um procurador ao reino, Duarte Pestana⁴⁸⁹, para discutir presencialmente estas questões com a infanta D. Beatriz. Contudo, D. Diogo acabara de assumir o governo do ducado, e estando de partida para Castela, onde ia servir de refém durante parte da duração das Terçarias de Moura, não pôde atender pessoalmente aos pedidos dos

⁴⁸⁴ Publicado em "Tombo Primeiro", pp. 11-12. Capítulos do infante D. Fernando, 3 de Agosto de 1461.

⁴⁸⁵ Carta da infanta D. Beatriz a D. Frei Pedro de Abreu, vigário de Tomar, a solicitar-lhe que confirme Frei Gonçalo Nunes, vigário de Câmara de Lobos, na Madeira, como vigário da ilha de S. Miguel, Açores, pois recebera um instrumento público onde constava ter o Frei Estêvão Vaz trocado a sua vigairaria com o dito Frei Gonçalo Nunes. ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 21v. Publicada em António Joaquim Dias DINIS, "A prelaria 'nullius diocesis'..." cit., p. 73.

⁴⁸⁶ Carta da infanta D. Beatriz ao vigário de Tomar, datada de 15 de Outubro de 1473. ANTT, *Convento de Cristo de Tomar*, cód. B-51-52, fl. 22. Publicada em António Joaquim Dias DINIS, "A prelaria 'nullius diocesis'..." cit., p. 75.

⁴⁸⁷ Carta de 30 de Outubro de 1476. Publicado em "Tombo Primeiro", pp. 77-78.

⁴⁸⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁸⁹ Duarte Pestana era fidalgo da Casa ducal e armador-mor do duque D. Diogo.

madeirenses⁴⁹⁰. Foi a duquesa quem acompanhou a situação. Desconhece-se o teor das queixas, só subsistiram as respostas da infanta D. Beatriz assegurando “quanto ao que me espreveste do vigayro dessa ylha (...) eu proverey em ello e me enformarey de suas culpas e modo de viver e darey em ello aquella provisam que me pareceer seruiço de Deos”⁴⁹¹.

Como vimos, a Ordem de Cristo não investiu no envio de prelados para a costa ocidental africana ao longo deste período, nem há qualquer notícia da participação dos cavaleiros da Ordem de Cristo na defesa dos territórios atlânticos durante a guerra peninsular, que se disputou também no Atlântico, com acções militares nos territórios da Casa de Viseu-Beja, como veremos no capítulo 5.

A não intervenção espiritual da Ordem de Cristo na costa ocidental africana não impediu o papado de procurar ter uma actuação mais interventiva nesta região. E, apesar de a jurisdição espiritual destes territórios pertencer à Ordem de Cristo, houve, durante este período, algumas sobreposições de poderes que levaram os mestres da Ordem a intervir junto da Santa Sé para deferem os direitos da Milícia de Cristo. Foi o que aconteceu quando a 7 de Outubro de 1462, através do breve *Pastor bonus*, o papa Pio II solicitava ao bispo de Rubião, residente na ilha Gran Canária, que averiguasse os motivos da falta de prelados quer no arquipélago das Canárias, quer na costa da Guiné. Desconhecemos a resposta, mas o que se sabe é que a 12 de Dezembro desse mesmo ano o papa encarregava o frade franciscano Afonso de Bolano de formar um grupo de religiosos disposto a ir evangelizar a Guiné⁴⁹².

Embora não seja seguro que Afonso de Bolano tenha estado em África, a nomeação de um prelado aragonês para um território cuja jurisdição pertencia à Ordem de Cristo deu azo a uma contenda diplomática entre o monarca português e a Santa Sé. É difícil perceber se o papa Pio II estava a defender as pretensões castelhanas à costa africana ou se tinha realmente intenção de evangelizar estas tribos africanas.

⁴⁹⁰ Carta do duque D. Diogo à ilha da Madeira, escusando-se por não receber o seu procurador, dado estar de partida para Castela. Datada de 1 de Agosto de 1481. Publicada em “Tombo Primeiro”, pp. 116-117.

⁴⁹¹ Publicado em “Tombo Primeiro”, p. 117.

⁴⁹² João Paulo Oliveira e COSTA, *O Cristianismo no Japão...* cit., vol. 1, pp. 39-40.

D. Afonso V movimentou-se agilmente e, em 1464, conseguiu do novo papa Sisto IV a revogação da medida⁴⁹³.

A jurisdição da Ordem de Cristo foi novamente ameaçada em 1472, após a criação da diocese de Tânger. O recém-nomeado bispo de Tânger pretendia anexar a ilha da Madeira à sua diocese⁴⁹⁴.

Perante esta tentativa de incorporação, a infanta D. Beatriz interveio prontamente⁴⁹⁵, enviando uma carta, datada de 21 de Janeiro de 1472, aos capitães madeirenses, João Gonçalves da Câmara e Tristão Vaz Teixeira, capitães do Funchal e de Machico, respectivamente. Nela dizia

*“a mjm foy ora fecta uma enformaçam em como ho bispo de Tanjere se chama bispo das jlhas e que tinha tençam de hir a esa jlha fazer eixercitar os ofícios episcopaaes e husar de toda a jurdiçam como se a elle dyreitamente pertencese e porque de semelhante cousa elle nem algũu outro se pode nom pode antrremeter sem autoridade do vigairo desta hordem de Cristo a quem quer que o papa dello he somente cometido o carregio per liberdade e em fauor da dicta hordem”*⁴⁹⁶.

Ou seja, D. Beatriz invocava o facto de a espiritualidade das ilhas ter sido concedida à Ordem de Cristo e reconhecida pelo Papa. Ninguém se poderia imiscuir nesta questão a não ser que tivesse obtido autorização da própria Ordem, o que não era o caso. Frei Pedro de Abreu, vigário e comendador-mor da Ordem, escrevera uma carta com o mesmo teor, enviada quatro dias antes⁴⁹⁷. Nela refere que tal Letra só poderia ter sido dada ao bispo de Tânger *“per ymformaçam nam deuyda por que sendo de per putra gujsaa ordem seria defraudada”*⁴⁹⁸. A disputa devia-se, no fundo, a

⁴⁹³ Sobre esta questão seguimos João Paulo Oliveira e COSTA, “D. João II e a cristianização de África”, em *Mare Nostrum, Em busca de honra e riqueza*, Lisboa, Temas e Debates, 2013, pp. 129-144.

⁴⁹⁴ O papa Paulo II nomeara para bispo de Tânger o monge cisterciense Frei Nuno Álvares de Aguiar, a 27 de Fevereiro de 1469, e tinha-lhe confiado a jurisdição espiritual dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde.

⁴⁹⁵ Não se conhecem as reacções do infante D. Fernando a esta nomeação do bispo de Tânger, mas o facto é que no final de 1471, ou no início de 1472, a situação tornara-se mais premente, já que o bispo se dispunha a deslocar-se à Madeira para aí exercer funções episcopais. Cf. António BRÁSIO, “O padroado da Ordem de Cristo na Madeira”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XII (1960-1961), pp. 191-228.

⁴⁹⁶ VCMF, pp. 35-36.

⁴⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁹⁸ Publicado “Tombo Primeiro”, p. 59.

um erro de cálculo, já que o bispo de Tânger vira os limites da sua diocese aumentados cerca de 30 léguas para Ocidente⁴⁹⁹, o que convergia com a área sob jurisdição da Ordem de Cristo⁵⁰⁰.

Apesar de não ser governadora da Ordem de Cristo, a infanta D. Beatriz encontrava-se em Tomar, sede da Ordem, no momento da redacção da carta, numa estratégia concertada com o vigário da Ordem. Em Janeiro de 1472, D. Diogo ainda não era o duque de Viseu, já que o duque D. João só morreria no final desse ano. Mas era D. Diogo o governador da Ordem e a mãe actuou prontamente na defesa dos seus interesses.

Não obstante datarem do mês de Janeiro, as cartas só chegaram à ilha da Madeira em Junho, período em que foram discutidas na reunião da vereação da câmara do Funchal. Na documentação do Funchal não consta nenhuma notícia de que D. Afonso V tenha escrito à ilha sobre o assunto, nem sabemos qual terá sido a sua posição. Contrariamente à situação de 1462, em que os interesses portugueses se encontravam em risco com a nomeação de um frade aragonês, neste caso, tratava-se de uma disputa entre duas entidades nacionais. Porém, em Agosto desse ano, o bispo de Tânger foi agraciado pelo rei, tendo passado a integrar o seu conselho⁵⁰¹.

3.3. O Temporal:

Os rendimentos da Ordem de Cristo no Atlântico: O dízimo e a vintena da Guiné

O governo da Ordem de Cristo representava um enorme rendimento para a Casa de Viseu. Ainda que não seja possível fazer-se uma contabilidade fidedigna daquilo que seriam os seus rendimentos brutos, sabe-se que a soma recebida rondaria os 8000 florins de ouro da câmara, cerca 700 000 reais brancos, anuais, de acordo com

⁴⁹⁹ AV, *Reg. Lat.*, vol. 683, fl. 36. Publicado em *MH*, vol. XIV, p. 353.

⁵⁰⁰ Sobre isto veja-se António BRÁSIO, “O padroado da Ordem de Cristo na Madeira”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XII (1960-1961), pp. 191-228.

⁵⁰¹ Carta de 28 de Agosto de 1475. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 50, fl. 64.

as cartas que nomeavam D. Fernando como governador, em 1461⁵⁰², e as 8000 libras tornezas pequenas, dez anos depois, aquando da nomeação de D. Diogo⁵⁰³.

Era ao governador da Ordem de Cristo que cabia a plena jurisdição sobre o património móvel e imóvel da Ordem, podendo deles dispor livremente, não devendo, contudo, alienar bens de grande valor, nem prejudicar a Ordem em termos de direitos, rendas e privilégios, segundo as indicações dadas pelo papa⁵⁰⁴. A isto acrescia o poder militar da milícia, comprovado pela sua actuação nas praças marroquinas, a zona que mais se adequava à sua ideologia de cruzada⁵⁰⁵.

Os rendimentos da Ordem de Cristo seriam de tal forma avultados, que o infante D. Henrique afirmou ter suportado grande parte dos gastos financeiros dos Descobrimentos através destas rendas. Foi neste sentido que, como forma de compensar a Ordem de Cristo pelo esforço financeiro empreendido, o infante D. Henrique decidiu doar à Ordem a vintena do comércio da Guiné, de que tinha o direito exclusivo em vida. Ou seja, através da doação de D. Henrique, a Ordem de Cristo passava a ter direito à vintena do comércio da Guiné, isto é, a cinco por cento dos rendimentos de todo o trato realizado com a costa africana⁵⁰⁶.

Com a doação, o infante pretendia atribuir perpetuamente à Ordem de Cristo uma parte do que lhe tinha sido doado apenas em vida⁵⁰⁷. O legado justificava-se não só pelo facto de a Ordem de Cristo ter investido homens e rendas na descoberta de terras para lá do cabo Bojador – em busca de outras comunidades cristãs e convertendo, simultaneamente outras populações à fé cristã –, mas também por deter a espiritualidade da costa da Guiné, não podendo aí cobrar a dízima por falta de comunidades evangelizadas. Procurava, pois, compensar a Ordem e seguir os

⁵⁰² *Letras Repetentes animo*. AV, *Regestum Vaticanum*, vol. 514, fol. 61v; ANTT, *Bulas*, maço 68, nº 143. Vide nota 441 do presente capítulo.

⁵⁰³ *Letras Dum Regalis*, de 1 de Fevereiro de 1471. AV, *Registum Vaticanum*, vol. 524, fl. 63. Publicada em *MH*., vol. XV, doc. 6, pp. 7-9.

⁵⁰⁴ Cf. António Joaquim Dias DINIS, *Reflexo político do segundo testamento henriquino*, Braga, 1952.

⁵⁰⁵ Muito mais presente na Ordem de Cristo do que a ideia de evangelização ou de missão, como já foi aqui referido anteriormente. Cf. Luís Filipe THOMAZ, “Descobrimentos e Evangelização...” cit.

⁵⁰⁶ Carta datada de 26 de Dezembro de 1457. ANTT, *Ordem de Cristo*, Cód. 235, fl. 17 e Mestrados, fl. 151. Publicada em *MH*, vol. XIII, pp. 116-118.

⁵⁰⁷ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, *Henrique, o Infante* cit., pp. 353-354.

*“custumes que ha nos direitos que ao espirituall pertenceem que a huuns se pagam a dizema e a outros em outra maneira”*⁵⁰⁸. A vintena surge aqui como substituto da dízima. Tudo indica que a doação foi feita com o aval de D. Afonso V, já que o infante D. Henrique solicitou a sua confirmação ao monarca pedindo-lhe *“por mercee que por guarda e declaraçom deste direito que a dita Hordem asi ha-d'aver por a dita spritualidade lhe praza de me mandar dar sua carta de comfirmaçom e outorgaçom”*, pedido este que lhe foi concedido logo a seguir, em carta datada de 4 de Janeiro de 1458⁵⁰⁹. D. Afonso V manteve esta doação da vintena à Ordem de Cristo depois de 1460.

Os rendimentos vindos do tráfico africano aumentavam proporcionalmente ao desenvolvimento do trato e representavam ganhos extraordinários para a milícia de Cristo. Era da vintena da Guiné que saíam os sete marcos de prata pagos anualmente ao comendador-mor da Ordem de Cristo para que cumprisse as missas que o infante D. Henrique deixara encomendadas no seu testamento⁵¹⁰; e também a tença anual, de 4000 reais brancos, que o infante D. Fernando doara a Frei Pedro de Abreu, pelos encargos que tinha da jurisdição espiritual e temporal dos arquipélagos da Madeira e Açores e das partes da Guiné⁵¹¹. A própria infanta D. Beatriz receberia, a partir de 1485, por ordem do duque D. Manuel, 1 200 000 reais anuais, que lhe deveriam ser pagos com as primeiras receitas da vintena da Guiné⁵¹². Esta doação era válida até um ano após a morte da infanta, para sustento do seu estado, isto é, da sua Casa e dos seus servidores, tendo sido usada maioritariamente para o pagamento de algumas dívidas e das moradias de alguns dos seus criados⁵¹³. Depois da morte de D. Beatriz,

⁵⁰⁸ Carta datada de 26 de Dezembro de 1457. ANTT, *Ordem de Cristo*, Cód. 235, fl. 17 e *Mestrados*, fl. 151. Publicada em *MH*, vol. XIII, pp. 116-118.

⁵⁰⁹ Carta de D. Afonso V, datada de 4 de Janeiro de 1458. ANTT, *Mestrados*, fl. 15; *Ordem de Cristo*, Cód. 235, fl. 17. Publicada em *MH*, vol. XIII, pp. 121-122.

⁵¹⁰ João Paulo Oliveira e COSTA, *D. Manuel I...* cit., p. 53.

⁵¹¹ Carta de D. Fernando de 17 de Janeiro de 1466. ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 17v (em pública-forma notarial de 1474).

⁵¹² Carta de mercê datada de 10 de Setembro de 1484. ANTT, *Místicos*, liv. 1, fls. 51v-52. Publicada em *PMA*, vol. 1, doc. 155.

⁵¹³ Como se pode verificar no inventário *post-mortem* da infanta D. Beatriz, datado de 1506-1507. ANTT, *Núcleo Antigo*, 776. Publicado por Anselmo Braamcamp FREIRE, “Inventário da infanta D. Beatriz, 1507” cit., pp. 64-110.

parte desta verba foi atribuída ao Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, última residência da infanta⁵¹⁴.

A falta de documentação contabilística dificulta a nossa compreensão acerca do modo como a cobrança da vintena do comércio da Guiné era realizada. No entanto, sabe-se que existia o ofício de recebedor da vintena, que era responsável não apenas pela sua cobrança, provavelmente junto da casa da Guiné e através dos registos feitos pelos escrivães régios que iam a bordo das embarcações do trato⁵¹⁵, mas também pela sua distribuição. O detentor do cargo era ainda responsável pelo pagamento de outras mercês concedidas pelo duque de Beja, como por exemplo, de duas arrobas de açúcar da Madeira atribuídas à confraria de Santa Maria da Anunciada de Setúbal⁵¹⁶.

A tença atribuída à infanta D. Beatriz, por exemplo, deveria ser paga logo no início de cada ano, com a chegada das primeiras receitas, o que nos indica que a cobrança da vintena era realizada várias vezes ao longo do ano. Esta tença deveria ter prioridade sobre todas as outras despesas e, caso o montante da vintena da Guiné não chegasse para o pagamento dos 1 200 000 reais brancos devidos à infanta, o resto da verba deveria ser angariado através de outras rendas pertencentes ao ducado de Beja. As várias confirmações da prioridade no pagamento solicitadas pela infanta quer a D. Manuel enquanto era duque, quer depois de ter subido ao trono, indicam que a regra não deverá ter sempre sido cumprida⁵¹⁷. Anos mais tarde, surge na documentação

⁵¹⁴ Recibo de Gonçalo Vaz, almoxarife e provedor da fazenda do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, em como tinha recebido de António do Porto, recebedor da vintena da Guiné, 22 456 reais. Documento datado de 18 de Agosto de 1514. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, mc. 50, nº 173.

⁵¹⁵ Embora não se conheçam muitos pormenores acerca das embarcações armadas para irem comerciar à costa ocidental africana nesta altura, todas levavam a bordo um escrivão régio que apontava as transacções realizadas. O mesmo acontecia com as embarcações do trato armadas no arquipélago de Cabo Verde, nas embarcações enviadas à zona do trato de Arguim, e foi também isso que institucionalizou a Rainha Católica quando, durante a guerra entre Portugal e Castela, passou licenças aos castelhanos para irem comerciar à Guiné, seguindo, em grande medida, o esquema posto em prática por D. Afonso V. Cada escrivão tinha direito, para além do seu soldo e mantimento, a resgatar um escravo para a sua escrivania – “*O quall escrivam avera dello seu mantiimento e soldo e resgatar seu escravo segumdo temos hordenado d’averem os que vaam a Guinee*”. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 46v-47. Publicado em *PMA*, vol. I, doc. 87.

⁵¹⁶ Carta de padrão datada de 6 de Outubro de 1488, inserida na carta de confirmação dada por D. João III a 6 de Junho de 1522. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Doações, liv. 51, fls. 182v-183. Publicada em *PMA*, vol. 1, doc. 216.

⁵¹⁷ Declaração feita a 31 de Março de 1492. Confirmação da declaração anterior feita a 4 de Julho de 1496. ANTT, *Místicos*, liv. 1, fls. 25v-26. Publicada em *PMA*, vol. 2, docs. 44 e 150.

uma distinção entre pagamentos feitos pela ordem de chegada das caravelas, como podemos depreender mais uma vez através tenças atribuídas à infanta D. Beatriz: uma de 22 454 reais que lhe eram devidos pela perda das rendas da mouraria de Loulé, que deveria ser paga com a chegada da primeira caravela da Guiné⁵¹⁸, e uma de 36 000 reais brancos, como compensação da perda do rendimento da judiaria de Serpa, pagos pela segunda caravela de cada ano⁵¹⁹.

O ofício de recebedor da vintena da Guiné foi ocupado durante mais de trinta anos por Pero de Barcelos, cavaleiro da Casa ducal. Fora nomeado pelo infante D. Fernando, mantido pela infanta D. Beatriz e reconfirmado no cargo pelo duque D. Manuel⁵²⁰. Na carta de confirmação, D. Manuel mandava ao vedor da sua Fazenda e solicitava aos do rei que o deixassem servir e usar do dito ofício *“e aver os proees e dereitos que a ele dereitamentemte pertemcem ao quall Pero de Barcelos per esta mamde que receba o que me das ditas vimtenas pertemcer peramte o scprivam de seu oficio”*⁵²¹. Em 1497, era ainda Pero de Barcelos o recebedor da vintena, tendo sido substituído pouco depois por Leonardo Álvares⁵²². Em 1500, parte dos bens de Pero de Barcelos foram embargados e entregues como mercê à rainha D. Leonor, porque o cavaleiro da Casa real ficara a dever à Fazenda Real 430 000 reais, talvez de dinheiro da cobrança da vintena⁵²³.

A cobrança da vintena da Guiné dependia, obviamente, do volume do comércio com a costa africana. Durante os anos em que D. Beatriz esteve à frente da administração da Casa de Viseu-Beja, houve dois acontecimentos que modificaram as

⁵¹⁸ Carta datada de 27 de Março de 1498. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 113 e *Místicos*, liv. 1, fls. 84-84v. Publicada em *PMA*, vol. 2, doc. 210.

⁵¹⁹ Carta datada de 29 de Março de 1498. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl. 120v e *Místicos*, liv. 1, fls. 87-88v. Publicada em *PMA*, vol. 2, doc. 212.

⁵²⁰ Carta de mercê do ofício de recebedor da vintena da Guiné, datada de 6 de Maio de 1485. A confirmação data de 5 de Março de 1497. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fls. 80v-81. Publicada em *PMA*, vol. 1, doc. 160.

⁵²¹ Veja-se nota anterior.

⁵²² Surge mencionado numa carta de quitação datada de 23 de Abril de 1499. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fls. 46-47. Publicado em *PMA*, vol. 2, doc. 240.

⁵²³ Carta datada de 7 de Março de 1500. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 28v; *Místicos*, liv. 2, fls. 252v-253 e *Reis*, liv. 1, fl. 49. Publicada em *PMA*, vol. 3, doc. 16. Nesta carta, Pêro de Barcelos ainda surge designado como sendo recebedor da vintena da Guiné. Supomos que tal se deva ao facto de as dívidas contraídas se poderem reportar ao período em que exercia o dito ofício.

condições em que estas transacções comerciais decorreram: primeiro, o arrendamento do exclusivo do trato com a costa da Guiné a Fernão Gomes; segundo, a guerra da sucessão de Castela, que se disputaria também em águas atlânticas. A guerra no Atlântico será o tema de análise do capítulo 5 desta tese, pelo que nas páginas seguintes nos dedicaremos a examinar o modo como a Casa de Viseu-Beja reagiu ao arrendamento dos direitos do comércio guineense por parte da Coroa, precisando a relação entre gestão "pública" e privada do Atlântico e averiguando a interacção entre a Coroa, os arrendatários do comércio da Guiné e a Casa de Viseu. E, bem assim, salientando a posição da infanta D. Beatriz relativamente a estes arrendamentos quer enquanto donatária das ilhas, quer enquanto detentora do poder temporal da Ordem de Cristo.

Em 1468, ainda em vida do infante D. Fernando, D. Afonso V arrendou por cinco anos o comércio da Guiné ao mercador lisboeta Fernão Gomes⁵²⁴. O contrato, cuja formulação inicial se desconhece, previa o arrendamento do monopólio do comércio da Guiné – com excepção dos tratos de Arguim e da zona de costa fronteira ao arquipélago de Cabo Verde, que era exclusiva dos moradores do arquipélago cabo-verdiano⁵²⁵ –, em troca do pagamento anual à Coroa de 200 000 reais. A Coroa reservava para si o monopólio de alguns produtos⁵²⁶, entre eles o marfim e a malagueta, cujo exclusivo arrendaria posteriormente. O exclusivo do comércio do

⁵²⁴ Seguimos aqui a argumentação de João Paulo Oliveira e COSTA no seu artigo “D. Afonso V e o Atlântico...” cit., pp. 39-71, sobretudo p. 59 e seguintes, onde defende que o contrato de arrendamento do exclusivo do comércio da Guiné data de 1468 e não de 1469, como refere João de Barros. A data de 1468 para o início do contrato tinha também já sido defendida por autores como Dias Dinis e J.B. Ballong-We-Mewuda (vide artigo de João Paulo Oliveira e Costa citado nesta nota, p. 62, nota 99).

⁵²⁵ Carta de privilégio, datada de 12 de Junho de 1466, concedendo aos moradores da ilha de Santiago, em Cabo Verde, autorização para comerciarem na costa da Guiné, exceptuando a zona de Arguim. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104. Publicada em *HGCV-CD*, vol. 1, pp. 19-22.

⁵²⁶ D. Afonso V estabeleceu em 1470 novas regras para os produtos de monopólio régio, que se aplicavam retroactivamente a todos os contratos celebrados com a Coroa. O monopólio englobava produtos como civetas africanas (gatos de algália), malaguetas, especiarias e marfim, neste caso, unicórnios (alicornes). Carta de 19 de Outubro de 1470. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 56v. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 60, pp. 85-86. Como salienta João Paulo Oliveira e Costa, o monarca também reservava para a Coroa o monopólio de produtos que não existiam na costa da Guiné, como pedras preciosas, lacre ou pau-brasil, produtos que chegavam à Europa através do Próximo-Oriente e que, supõe-se, D. Afonso V esperava obter num futuro próximo. Cf. João Paulo Oliveira e COSTA no seu artigo “D. Afonso V e o Atlântico...” cit., p. 64.

marfim estava arrendado ao mercador Martim Anes Boa Viagem⁵²⁷, pelo que Fernão Gomes deveria entregar todos os dentes de elefante adquiridos na costa ocidental africana à Coroa por um preço pré-estabelecido de 1500 reais por quintal, que depois, no reino, os revendia a Boa Viagem com uma certa margem de lucro⁵²⁸.

O próprio Fernão Gomes arrendaria posteriormente o trato da malagueta, pagando por isso mais 100 000 reais por ano à Coroa, e também, o trato de Arguim. Embora se desconheça este último contrato de arrendamento, ele é referido na carta de licença dada a Fernão Teles (membro do Conselho régio) e a João Gonçalves Ribeiro (escudeiro da Casa real) para poderem comerciar com os seus navios entre a Pedra da Galé, onde começava o trato de Arguim, e o cabo Bojador, por um período de cinco anos, a começar no dia de S. João de 1474. Em troca, o rei recebia um sexto de todo o tráfico realizado. Refere a dita carta que o trato de Arguim estava arrendado ao cavaleiro da Casa real Fernão Gomes e aos seus parceiros⁵²⁹.

Em 1473, Fernão Gomes negociou a extensão do seu contrato de arrendamento do exclusivo do comércio com a costa da Guiné por mais um ano. Ao contrário do anterior, este contrato firmado entre D. Afonso V e Fernão Gomes chegou aos nossos dias e fornece pormenores importantes. Nele se confirmam as condições do acordo anterior: o pagamento de 300 000 reais por ano pelo arrendamento do comércio da Guiné e o monopólio do trato da malagueta. Mas menciona-se também o facto de o monarca ter já passado licenças comerciais ao próprio Fernão Gomes e a outro indivíduos que, com a prorrogação do contrato deste, deixavam de ter efeito. As oito licenças atribuídas por D. Afonso V a Fernão Gomes deviam ser usadas ao longo desse sexto ano de prorrogação,

⁵²⁷ Martim Anes Boa Viagem negociava também, como já vimos, o contrato do açúcar na ilha da Madeira. Era lá que o seu irmão e feitor Fernão Anes Boa Viagem residia e, por vezes, participava na vida camarária, podendo até ser o Fernão Anes que consta do rol de homens bons de 1490. *Registo Geral, Tombo I*, fls. 146-146v. Publicado em “Tombo Primeiro”, pp. 51-52. Martim Anes trespassaria parte do contrato do exclusivo do marfim a António Fernandes das Póvoas, no final de 1474, já durante a guerra luso-castelhana. Carta datada de 24 de Dezembro de 1474. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 91v. Publicada em *PMA*, vol. I, doc. 92.

⁵²⁸ João de BARROS, *Da Ásia. Primeira Década*, cit., liv. II, cap. II, p. 66.

⁵²⁹ Licença dada a 2 de Dezembro de 1473. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 46v-47. Publicada em *PMA*, vol. I, doc. 87.

*“e nom viindo ellas no dicto anno que as dictas licenças todas sejam consumidas e mortas e elle em nenhuum tempo possa mays delias ussar nem aver proveito e com condiçam que pera o dicto ano nos nom demos nem mandemos dar lecença a pessoa algüua pera nelle aver de resgatar porque de todo lhe leixamos o dicto trauto isentamente no dicto scisto ano na forma e maneira que o elle dicto Fernam Gomez tem pellos dictos cinque annos com as ssobredictas condiçõeess”*⁵³⁰.

Apesar de o seu contrato de exclusividade ter terminado em Agosto de 1474, o cronista Alonso de Palencia menciona uma expedição portuguesa à costa da Mina, no ano de 1476, que teria sido armada por Fernão Gomes, dizendo que se sabia *“que la numerosa armada reunida en aguas de Lisboa y destinada, según costumbre, à Guinea, al mando del portugués Fernan Gómez, tenía por fin cargar oro”*⁵³¹. Pode, claro, tratar-se de um erro do cronista, ou pode mesmo tratar-se de uma armada enviada por Fernão Gomes à Mina. Não obstante o facto de a guerra luso-castelhana estar em curso, o comércio com a costa ocidental africana continuava a ser muito lucrativo e é provável que Fernão Gomes, homem experiente na actividade, tivesse solicitado ao príncipe D. João, que desde o verão de 1474 se encontrava à frente dos negócios da Guiné⁵³², uma licença (ainda que não exclusiva). Existe ainda a possibilidade de que a licença lhe tenha sido concedida em troca do seu auxílio financeiro no esforço de guerra, como o tinham feito inúmeros mercadores nesta altura⁵³³.

Na prorrogação do contrato de Fernão Gomes em 1473, não se menciona a obrigatoriedade do mercador lisboeta mandar descobrir cem novas léguas de costa

⁵³⁰ Documento datado de 1 de Junho de 1473. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 147v. Publicado em *DP*, vol. III, doc. 97, pp. 129-130.

⁵³¹ Alonso de PALENCIA, *Crónica de Enrique IV*, introd. e notas de A. Paz y Melia, Madrid, Tipografía de la “Revista de Archivos”, 1908, tomo IV, pp. 205-206.

⁵³² O príncipe D. João tinha, desde o início dos anos de 1470, direito às rendas do trato de Arguim, o que não impediu D. Afonso V de conceder as licenças que entendeu. Alguns autores defendem a que partir de então o *Príncipe Perfeito* intervinha nos negócios da Guiné. Contudo, a documentação existente não aponta nesse sentido e só a 31 de Agosto de 1474, findado o contrato da Coroa com Fernão Gomes, é que o herdeiro do trono surge mencionado como *“senhor do trauto”*. ANTT, *Leis*, mç. 1, nº 178. Publicado em *PMA*, vol. I, doc. 90. Vide também João Paulo Oliveira e COSTA, “D. Afonso V e o Atlântico...” cit., p. 67.

⁵³³ É o caso de João Gonçalves Ribeiro, cujo contrato de arrendamento foi prorrogado por quatro anos, em 1475. D. Afonso V refere que para além dos 28 000 reais que João Gonçalves Ribeiro estava obrigado a pagar pelo arrendamento, este tinha emprestado ao monarca 10 000 reais para a sua entrada em Castela. Carta de 17 de Abril de 1475. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 132. Publicada em *PMA*; vol. I, doc. 93.

por ano, como refere João de Barros, dizendo que era “*condiçam [do contrato], que em cada hũ destes cinco annos fosse obrigado descobrir pela costa em diante cem léguas e maneira, que no cabo de seu arrendamento desse quinhentas léguas descubertas*”⁵³⁴. É possível, portanto, que tal cláusula nunca tenha existido⁵³⁵. O mais provável, contudo, é que Fernão Gomes tenha patrocinado a armação das expedições de descoberta, onde participavam, como é sabido, vários membros da Casa do rei. É o caso dos capitães João de Santarém, Pero Escobar Rui de Sequeira, Fernão do Pó e Soeiro da Costa, pelo que tudo indica que D. Afonso V tenha participado na escolha se não da tripulação, pelo menos dos seus oficiais⁵³⁶.

Durante o período de vigência do contrato de arrendamento a Fernão Gomes foi explorada toda a zona costeira do Golfo da Guiné, atravessou-se o Equador pela primeira vez, tendo os portugueses descoberto a zona do rio Prah (no actual Ghana), onde obtiveram grandes quantidades de ouro⁵³⁷. O ouro de S. Jorge da Mina – nomeado a esta zona pelos portugueses – tornar-se-ia um dos principais sustentáculos do processo expansionista português, bem como da política centralizadora da Coroa.

É difícil crer que Fernão Gomes tenha decidido apostar no comércio africano sem qualquer experiência prévia e, portanto, é possível que o arrendatário do comércio da Guiné seja o mesmo Fernão Gomes, “*nosso homem do tesouro*”, que fora nomeado recebedor dos mouros e de mercadorias do resgate da Guiné por D. Afonso V, em 1455⁵³⁸. Todas as mercadorias do resgate da Guiné, e mesmo a verba angariada através da venda dos escravos mouros, deveriam ser entregues “*ao dicto Fernam Gomez (...) e delle as recebam aquellas perssoas que per nosso mamdado ao dicto*

⁵³⁴ João de BARROS, *Da Ásia. Primeira Década* Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, liv. II, cap. II, pp. 65-66.

⁵³⁵ Sobre isto veja-se o que escreveu João Paulo Oliveira e COSTA no seu artigo “D. Afonso V e o Atlântico...” cit., p. 60.

⁵³⁶ Cf. João de BARROS, *Da Ásia. Primeira Década* cit., liv. II, cap. II, p. 66 e seguintes e João Paulo Oliveira e COSTA, “D. Afonso V e o Atlântico...” cit., p. 60.

⁵³⁷ Sobre as viagens de exploração e descoberta da costa ocidental africana realizadas durante o período de vigência do contrato de Fernão Gomes veja-se Luís de ALBUQUERQUE, “As viagens de reconhecimento de Fernão Gomes a Bartolomeu Dias”, em *Portugal no Mundo*, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 68-81 e Damião PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1991.

⁵³⁸ Carta de 12 de Abril de 1455. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 47. Publicada em PMA, vol. I, doc. 17.

*resgate forem todo presente Pedro Afonso contador da nossa Casa que as sobre elle carregara em recepta e despesa*⁵³⁹. Tratando-se da mesma pessoa, este documento identifica-o como sendo oficial da Coroa em 1455. Sobre as origens sociais de Fernão Gomes já muito se escreveu, e não será esse o objectivo principal da nossa abordagem aqui. É impossível, com a documentação existente, descortinar efectivamente de onde provém. O que nos interessa salientar aqui é que, apesar (ou por causa) das suas actividades mercantis, ascendeu a um grau de nobilitação, ainda que seja possível que fosse proveniente de uma pequena nobreza, ligada ao serviço régio e que apostou nas actividades mercantis.

Fernão Gomes tinha participado na conquista de Alcácer Ceguer em 1458, de acordo com João de Barros⁵⁴⁰ e, em 1469⁵⁴¹, é identificado como escudeiro da Casa real. Foi armado cavaleiro durante a conquista de Arzila e Tânger⁵⁴² e recebeu um brasão de armas em 1474, no último ano do seu contrato de arrendamento com o rei, juntamente com o apelido da Mina, em homenagem à importante zona aurífera que descobrira⁵⁴³. Quatro anos depois, em 1478, durante a guerra entre Portugal e Castela, Fernão Gomes foi nomeado membro do Conselho real⁵⁴⁴. O mercador ascendeu

⁵³⁹ Veja-se nota anterior.

⁵⁴⁰ *“No qual tempo ganhou Fernam Gómez muy grossa fazenda, com que depois seruió el rey, assy em Cepta como na tomada de Alcacer, Arzila e Tangere, onde el rey o fez caualeiro”*, João de BARROS, *Da Ásia. Primeira Década* cit., liv. II, cap. II, p. 66.

⁵⁴¹ Licença concedida por D. Afonso V a Fernão Gomes, escudeiro da Casa real e morador em Lisboa, para enviar uma caravela de 30 toneladas a Safim, datada de 4 de Setembro de 1469. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 116. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 47, p. 67. Fernão Gomes volta a ser mencionado como escudeiro da Casa real quando, em 1471, D. Afonso V lhe fez mercê de uma nave das casas das taracenas reais, em Lisboa, durante o período em que fosse arrendatário do comércio da Guiné. Carta datada de 7 de Fevereiro de 1471. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 27v. Publicada em *PMA*, vol. I, doc. 68.

⁵⁴² Surge já mencionado como cavaleiro numa carta de 30 de Maio de 1472, em que D. Afonso V o isentava dos direitos aduaneiros de todos os produtos que trouxesse da Guiné, excepto a malagueta. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 150. Publicada em *PMA*, vol. I, doc. 74.

⁵⁴³ Segundo João de Barros *“no anno de quattro centos setenta e quatro, que foy o derradeiro de seu arrendamento, lhe deu nobreza de novas Armas, hũ escudo timbrado com o campo de prata e tres cabeças de negros, cada hũ com tres arrieis douro nas orelhas, e narizes, e hũ collar douro ao collo, e por seu apellido da Mina, em memória do descobrimento della, e disse lhe passou carta a vinte e nove dagosto do dito anno”*. João de BARROS, *Da Ásia. Primeira Década* cit., liv. II, cap. II, p. 66-67.

⁵⁴⁴ Afirma Barros que *“passados quatro annos o fez do seu conselho: porque já neste tempo era o commercio de Guine e resgate da Mina de tanto proveito, e ajudava tanto em substância ao estado do Reyno, pela boa indústria de Fernam Gomez, que assi por este seruiço, como por outros particulares de sua pessoa merecia toda a honra e merce que lhe fosse feita”*, João de BARROS, *Da Ásia. Primeira Década* cit., liv. II, cap. II, p. 67.

socialmente ao serviço régio, num percurso de nobilitação progressiva muito semelhante ao da família Leme, uma família burguesa proveniente da Flandres⁵⁴⁵. Martim Leme, ou Maarten Lem, o pai, era natural de Bruges e veio para Portugal negociar cortiça. As primeiras referências a ele feitas na documentação portuguesa datam de 1456 e, em 1463, era já designado como “*nosso scudeiro, mercador, morador em esta cidade de Lisboa*”⁵⁴⁶. Martim Leme parece ter chegado a Portugal com um determinado grau de nobilitação, o que não o impediu de exercer actividades mercantis. Repare-se que esta conotação entre “mercador” e “escudeiro” não surge como contraditória na documentação da chancelaria régia. Os seus filhos, nascidos em Portugal, são associados ao comércio com os arquipélagos do Atlântico, residindo maioritariamente na ilha da Madeira, onde se integravam na elite local⁵⁴⁷. Martim Leme e os seus filhos vão também ascendendo socialmente ao serviço do rei; o mercador não só empresta dinheiro ao monarca para as armadas marroquinas⁵⁴⁸, como envia uma urca capitaneada pelo seu filho António para a expedição. Esta participação valeria a António Leme o título de cavaleiro e um lugar na Casa do príncipe D. João⁵⁴⁹. A actividade mercantil e o serviço régio surgiam, assim, como forma de nobilitação destes indivíduos⁵⁵⁰.

⁵⁴⁵ Sobre os Leme seguiremos o artigo de Margarida Ortigão Ramos Paes LEME, “Os Lemes – Um percurso familiar de Bruges a Malaca”, *Sapiens: História, Património e Arqueologia*, nº 0, Dez. 2008, pp. 51-83.

⁵⁴⁶ Margarida Ortigão Ramos Paes LEME, “Os Lemes...” cit., p. 44.

⁵⁴⁷ Os seus nomes surgem com frequência nas actas de vereação da câmara do Funchal no último quartel do século XV. Cf. *VCMF*.

⁵⁴⁸ Carta de quitação de traustos, datada de 27 de Setembro de 1464. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fl. 61.

⁵⁴⁹ Carta de armas dada a António Leme, datada de 12 de Novembro de 1471. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 90. Publicada em Margarida Ortigão Ramos Paes LEME, “Os Lemes...” cit., p. 68.

⁵⁵⁰ Não é de todo inédito haver mercadores associados ao serviço da Coroa. Era uma prática comum durante este período e já tinha acontecido com o infante D. Henrique que integrou diversos mercadores ao serviço da sua Casa e dos Descobrimentos Portugueses. Também a infanta D. Isabel, duquesa da Borgonha, tinha ao serviço da sua Casa alguns portugueses que exerciam importantes actividades mercantis na Flandres, é o caso de João Vasques, seu secretário e *maître d’hôtel*. Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal...* cit. e, mais recentemente, a Tese de Doutoramento de Flávio MIRANDA, *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, Porto, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Também João Cordeiro Pereira já tinha afirmado que, para se conquistar uma posição cimeira na sociedade cortesã afonsina não bastava ter-se meios financeiros, era necessário investir-se no Estado, isto é, servir a Coroa. João Cordeiro PEREIRA, “A estrutura social e o seu devir”, em *Nova História de Portugal*, coord. de A.H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Editorial Presença, 1987, vol. V, p. 289.

Para além da semelhança no percurso de ascensão social, a associação entre Fernão Gomes e a família Leme é inequívoca, já que o mercador português casou com Catarina Leme, uma das filhas de Martim Leme, pai, com Leonor Rodrigues, legitimada em 1464. Era frequente que parceiros comerciais cimentassem as suas relações empresariais através da criação de laços familiares. Fernão Gomes surge, portanto, associado a estes representantes do capital estrangeiro, vindo da Flandres, e deterá diversas parcerias comerciais com eles, como veremos.

O arrendamento dos direitos do comércio da Guiné a Fernão Gomes modernizou, em parte, a exploração comercial do Atlântico que até 1460 fora um exclusivo do foro da Casa de Viseu e que, por isso, tinha tido uma matriz maioritariamente senhorial⁵⁵¹. Quando D. Beatriz assumiu os desígnios da Casa de Viseu, o arrendamento dos direitos comerciais da Guiné era uma realidade já em curso, depois de oito anos de gestão directa da Coroa. De início parece ter existido algum confronto entre o arrendatário do comércio da Guiné, Fernão Gomes e a Casa de Viseu, sobretudo no que dizia respeito aos direitos dos moradores de Santiago, em Cabo Verde. No contrato celebrado entre D. Afonso V e Fernão Gomes estavam excluídas as zonas do trato de Arguim e o litoral em frente ao arquipélago cabo-verdiano, área exclusiva de comércio dos moradores de Santiago. Este privilégio tinha sido concedido aos habitantes de Santiago pelo rei, como medida de incentivo ao povoamento da ilha. Aspecto de importância fulcral para a Coroa, que assim garantia a sua soberania sobre um ponto de apoio fundamental nas viagens para o Atlântico sul⁵⁵².

Acontece que a carta de privilégio de 1466 não incluía a definição dos limites desta zona franca de comércio, o que, em 1472, gerou problemas com Fernão Gomes que se queixou ao rei sobre uma caravela armada na ilha da Madeira e enviada à Guiné pelo capitão de Santiago, numa área que o mercador alegava pertencer à sua zona exclusiva de comércio. D. Afonso V aproveitou a queixa do arrendatário para

⁵⁵¹ Esta ideia de modernidade também já foi expressa por Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, no capítulo “O projecto imperial joanino”, p. 153.

⁵⁵² Carta de privilégio aos moradores da ilha de Santiago, Cabo Verde, datada de 12 de Junho de 1466. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104. Publicado em *DP*, vol. III, doc. 36, p. 55.

inserir alterações ao privilégio, definindo limites das zonas de resgate, impondo que Santiago como único local de armação e restringindo as mercadorias de troca⁵⁵³.

As fontes que se conhecem não nos permitem compreender como reagiu a infanta D. Beatriz a esta limitação dos direitos dos moradores de Santiago. Ainda assim, é possível retirar algumas ilações: em primeiro lugar, o ano de 1472 não foi um ano fácil para a Casa de Viseu, já que a morte do duque D. João implicou a reconfirmação de todos os títulos, propriedades, rendas e direitos da Casa ao duque D. Diogo e esta deverá ter sido a prioridade da infanta D. Beatriz. Em segundo lugar, as novas imposições não foram totalmente cumpridas e continuaria a haver queixas de tráfico ilegal com a costa da Guiné feito pelos moradores de Cabo Verde, pelo que a ilha continuaria a atrair novos moradores em busca de oportunidades e fortuna. Em terceiro lugar, a infanta tomou outras medidas para incrementar o desenvolvimento da ilha, entre elas a divisão oficial de Santiago em duas capitánias. Por fim, em quarto lugar, a infanta D. Beatriz seguiu o exemplo da Coroa e passou a arrendar a cobrança de certas rendas pertencentes ao seu senhorio no Atlântico a diversos mercadores, entre eles Fernão Gomes e seus parceiros, parecendo não ter existido grande conflito de interesses entre o arrendatário do comércio da Guiné e a Casa de Viseu-Beja.

De facto, os nomes dos mercadores que aparecem associados ao arrendamento e cobrança das rendas da Casa de Viseu nos arquipélagos atlânticos surgem também ligados a contratos de exploração da costa africana com a Coroa. Há uma rede de mercadores que se movimenta entre Lisboa, as ilhas e a costa da Guiné. Nomes como Fernão Gomes, a família Leme, Lomellini e Boa Viagem surgem associados a inúmeros contratos de arrendamento no Atlântico. Os principais representantes deste grupo têm os seus próprios feitores nas ilhas. Martim Anes Boa Viagem, o arrendatário do exclusivo do comércio do marfim, era também um dos contratadores do açúcar da ilha da Madeira⁵⁵⁴.

⁵⁵³ Limitação dos privilégios dos moradores da ilha de Santiago, Cabo Verde, datada de 8 de Fevereiro 1472. ANTT, *Ilhas*, fl. 2 v. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 81, pp. 107-109.

⁵⁵⁴ Carta de D. Afonso V aos oficiais da ilha da Madeira a comunicar-lhes que nomeara Martim Anes Boa Viagem, mercador em Lisboa, para o cargo de feitor dos dentes de elefante provenientes da Guiné, datada de 25 de Junho de 1470. ARM, *Registo Geral, Tombo I*, fls. 146-146v. Publicado em “Tombo Primeiro”, pp. 51-52.

Apesar de não existirem muitas provas documentais de companhias de mercadores no Portugal quatrocentista, é preciso salientar a importância que estas redes de parentesco, e a criação de relações de confiança, tinham na gestão das teias comerciais.

O novo processo de arrendamento dos direitos senhoriais tinha vantagens óbvias para a Casa de Viseu, como já foi analisado no capítulo anterior, sobretudo quando a máquina administrativa da Casa não chegava para garantir uma cobrança efectiva das rendas. Deste modo, a Casa de Viseu recebia sempre uma quantia certa pelas suas rendas, sendo que o risco da produção e da cobrança efectiva ficaria do lado do arrendatário. Para além dos direitos senhoriais, são também arrendados alguns direitos da Ordem de Cristo, já que a Ordem era a responsável pela cobrança da dízima nos arquipélagos. Através desta verba, sustentava-se, por exemplo, a cadeira de teologia da Universidade de Lisboa, com doze marcos de prata, que deveriam ser pagos pela renda dos primeiros dízimos cobrados na ilha da Madeira, anualmente, por altura do Natal⁵⁵⁵. Como se desconhecem a maioria dos contratos de arrendamento celebrados neste período, torna-se muito difícil destringir entre o arrendamento de direito senhoriais da Casa e direitos pertencentes à Ordem de Cristo.

Em 1473, D. Beatriz arrendou os direitos da ilha da Madeira⁵⁵⁶ a Baptista Lomelim⁵⁵⁷. E, em 1472 o mesmo Baptista Lomelim, em parceria com Francisco Calvo e Gadelha Palaçano, tinha obtido licença para negociar em terras de mouros, exceptuando mercadorias defesas⁵⁵⁸. Relembremos que as famílias Lomellini e Leme tinham negócios em comum, no contrato da cortiça⁵⁵⁹. Em 1476, as rendas e direitos do ducado de Viseu na ilha da Madeira continuavam arrendados a Baptista Lomelim e

⁵⁵⁵ “Item, ordeno e mando que o leente de thilogia da cadeira prima aja, em cadhũ anno pera sempre, doze marcos de prata, por a primeira rrenda dos dízimos que a ordem de Christos ha na ilha da Madeira, pollo quall fora o princípio do Estudo e dira çertas mjssas e preegações, segundo faz decraraçom na mjnha carta qie lhe dello deixo”, é o que escreve o infante D. Henrique na sua Carta das Capelarias, datada de 13 de Outubro de 1460. Publicada por António Joaquim Dias DINIS, *Estudos Henriquinos* cit., p. 221.

⁵⁵⁶ Não temos informação sobre o que se terá passado no arquipélago dos Açores.

⁵⁵⁷ Publicado em “Tombo Primeiro”, pp. 88-89.

⁵⁵⁸ Carta de 8 de Fevereiro de 1471. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 91. Publicada em Virgínia RAU, *Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1956, pp. 26-27.

⁵⁵⁹ Cf. Virgínia RAU, *Uma família de mercadores italianos...cit.*, p. 14.

foram apresentadas queixas contra ele à duquesa, por ser estrangeiro. D. Beatriz teve necessidade de interferir, escrevendo ao Funchal, recomendando Baptista Lomelim como um homem “*que me teem muyto Serujdo*” e que nas terras ducais devia ser tido “*como natural E criado E Seruydor*”⁵⁶⁰. Contudo, em Maio de 1477, o arrendamento já estava nas mãos de Fernão Gomes da Mina e seus parceiros⁵⁶¹, que não são nomeados. O mercador lisboeta tinha a vantagem de não ser estrangeiro e de, por isso, não sofrer um estigma tão grande junto da população da ilha da Madeira. Para além do arrendamento dos dízimos devidos à Ordem de Cristo, a infanta arrendara o quarto dos açúcares devido ao duque e as dízimas do mar⁵⁶².

A infanta esperava que os rendeiros fossem mais eficazes no arrecadamento das rendas do que até aí o tinham sido os oficiais do duque, pressionando os estimadores do açúcar para que se corrigissem os estimos⁵⁶³. Alguns autores identificam Martim Leme, o moço, como sendo um dos sócios de Fernão Gomes neste arrendamento⁵⁶⁴. É muito provável que assim fosse devido às relações familiares entre os dois mercadores e à presença frequente de Leme no Funchal (o seu nome surge, muitas vezes, associado ao de Baptista Lomelim, devido ao trigo que ambos se tinham comprometido a levar para a ilha)⁵⁶⁵. Contudo, a documentação não nomeia os parceiros de Gomes. É possível que Fernão Gomes representasse esta parceria com mercadores estrangeiros por ser um mercador nacional⁵⁶⁶.

⁵⁶⁰ Carta da infanta D. Beatriz à Câmara do Funchal, datada de 30 de Dezembro de 1476. Publicada em “Tombo Primeiro”, p. 78.

⁵⁶¹ Carta da infanta D. Beatriz, datada de 1 de Maio de 1477. Publicado em “Tombo Primeiro”, pp. 88-89.

⁵⁶² Idem, *ibidem*.

⁵⁶³ Veja-se nota supra.

⁵⁶⁴ Entre eles, Margarida Ortigão Ramos Paes LEME, “Os Lemes...” cit., pp. 51-83.

⁵⁶⁵ Cf. VCMF, sobretudo o livro respeitante aos anos de 1481-1482.

⁵⁶⁶ O problema com a nacionalidade dos mercadores, ou com a sua confissão religiosa, coloca-se ao longo de todo o século XV, havendo até manifestações em Cortes contra a presença de mercadores estrangeiros no comércio Atlântico. Contudo, e como seria previsível, após algumas medidas de restrição da actuação dos mercadores estrangeiros, as queixas das populações insulares mantêm-se, desta feita visando os mercadores portugueses, já que se consideram sempre prejudicados no trato. Por outro lado, esta segunda geração da família Leme já tinha nascido em Portugal e António Leme, que assumiu os negócios com a ilha da Madeira após a morte do irmão Martim Leme, o moço, integraria mesmo os oficiais da vereação do Funchal, fazendo parte da elite local. Sobre isto veja-se os nossos artigos Maria Barreto DÁVILA, “‘Coisas de mulher’: relações entre a infanta D. Beatriz e a pequena nobreza dos Arquipélagos Atlânticos...” cit. e “Visões sobre os estrangeiros nos arquipélagos atlânticos

Não era a primeira vez que Fernão Gomes contratava com a Casa de Viseu. Em 1473, o mercador era rendeiro da ilha de Santiago, em Cabo Verde. Depreendemos que entre os direitos arrendados por Fernão Gomes se encontrava a dízima devida à Ordem de Cristo. Tal deve-se ao facto de D. Beatriz lhe ordenar que pagasse anualmente a Frei João, um frade dominicano que a infanta acabara de nomear para a vigairaria da parte da ilha pertencente a Rodrigo Afonso, aquilo que lhe cabia enquanto vigário e a que ele, Fernão Gomes, estava obrigado de acordo com o seu contrato⁵⁶⁷. Como vimos, era da dízima devida à Ordem de Cristo que deveriam ser pagos os clérigos apontados para as ilhas.

É interessante notar que Fernão Gomes foi, em simultâneo, arrendatário do exclusivo do comércio da Guiné e rendeiro da ilha de Santiago, em Cabo Verde. O conflito que Gomes tivera com os moradores da ilha implicava que estes, para sobreviverem, tivessem de apostar mais no desenvolvimento da produção agrícola da ilha, já que as transacções comerciais com a costa da Guiné se deveriam cingir a produtos produzidos localmente. Ora, isto era também uma vantagem para Fernão Gomes, uma vez que a sua cobrança de direitos senhoriais em Santiago aumentava em função da produção interna da ilha.

Embora desconheçamos de que forma se processou a cobrança da vintena da Guiné nesta altura, assim como os valores implicados, as ligações contratuais entre a Casa de Viseu e Fernão Gomes levam-nos a concluir que estes direitos foram pagos à Ordem de Cristo pelo arrendatário do comércio da Guiné. Para mais, a cobrança da dízima parece ter estado na maioria das vezes arrendada a mercadores com outros interesses no Atlântico, considerando que a Ordem não dispunha de meios próprios para assegurar esta cobrança.

É também interessante concluir que, à semelhança do que se iria passar num futuro próximo, estes mercadores, actuando em parcerias/companhias, tentavam assegurar o maior número de contratos de arrendamento no Atlântico, quer fosse com a Coroa na costa da Guiné ou nos arquipélagos, quer com a Casa de Viseu/Ordem de

(século XV)”, em *Nós e Eles. Como Portugal e a Europa se olharam nos séculos XV e XVI*, ed. de Paulo Lopes, IEM, 2016 (no prelo).

⁵⁶⁷ Alvará de 15 de Outubro de 1473. ANTT, *Ordem de Cristo / Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 22 (em pública-forma notarial de 1474).

Cristo, muito à semelhança do que se iria passar com os contratos de tráficos de escravos entre a costa da Guiné, o arquipélago de Cabo Verde e a América espanhola

568.

⁵⁶⁸ A investigadora Maria Manuel TORRÃO tem dedicado parte do seu trabalho a esta temática que abordou na sua dissertação (provas públicas para a obtenção do grau de investigador auxiliar) *Tráfico de Escravos entre a costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466- 1595)*, Lisboa, que se encontra no prelo. É interessante perceber como estas lógicas de criação de uma hegemonia de algumas companhias de mercadores ao longo do século XVI têm raízes nestas primeiras décadas do tráfico Atlântico no século XV. Veja-se, por exemplo, um artigo seu recente “‘Quando é importante controlar e conservar a informação’. Relações de confiança e casamentos de conveniência: meios de gestão do tráfico negreiro entre as ilhas de Cabo Verde e a América Espanhola na segunda metade do século XVI”, *Pequena Nobreza de Aquém e Além-Mar. Poderes, Patrimónios e Redes*, org. de Miguel Jasmins Rodrigues e Maria Manuel Torrão, Lisboa, IICT/CHAM/DGARQ, 2011, pp. 43-63.

CAPÍTULO 4

À DESCOBERTA DO ATLÂNTICO INTERIOR?

A morte do infante D. Henrique implicou, como vimos no capítulo anterior, mudanças na condução do processo dos Descobrimentos portugueses, dado que o exclusivo da exploração do oceano Atlântico a Sul do cabo Bojador tinha sido doado ao infante a título vitalício⁵⁶⁹ e foi um dos privilégios que não foi concedido ao infante D. Fernando⁵⁷⁰. A tarefa expansionista passava, assim, para as mãos da Coroa, num processo que já vinha sendo preparado por D. Afonso V nos anos que precederam a morte do duque de Viseu⁵⁷¹.

Tendo a Coroa assumido os negócios do trato da Guiné e apostado na exploração da costa africana, mais segura em termos de resultados e mais rentável a curto e médio prazo, restava aos particulares, como a Casa de Viseu, apostar na exploração do Atlântico interior e noroeste, um espaço por descobrir, onde as viagens eram mais perigosas e de retorno económico mais incerto.

As expedições de descoberta do Atlântico interior foram fomentadas pela Coroa através de cartas de doação de ilhas desconhecidas⁵⁷². A Coroa via nestas viagens várias vantagens: desde logo, o facto de possibilitarem a exploração e descoberta de novas partes do oceano Atlântico, sem qualquer investimento ou despesa da sua parte; além disso, o povoamento de novas ilhas podia permitir a exploração de outras rotas atlânticas⁵⁷³ e, finalmente, as viagens asseveravam o

⁵⁶⁹ A carta de doação data de 22 de Outubro de 1443. ANTT, *Chancelaria D. Afonso V*, liv. 24, fl. 61. Publicada em *DP*, vol. I, p. 435.

⁵⁷⁰ Cf. João Silva de SOUSA, *A casa senhorial do Infante D. Henrique* cit., pp. 279-280.

⁵⁷¹ João Paulo Oliveira e COSTA, “D. Afonso V e o Atlântico...” cit., pp. 39-71.

⁵⁷² Sobre estas doações seguiremos, ao longo de todo o capítulo, o artigo de João Paulo Oliveira e COSTA, “Um Oceano a Explorar: A Doação de Ilhas desconhecidas pela Coroa portuguesa no século XV”, *Revista Oceanos*, nº 46, Abril/Junho 2001, pp. 44-52.

⁵⁷³ João Paulo Oliveira e COSTA, “Os Primórdios”, em *História da Expansão e do Império Português*, cit., 2014, p. 70.

domínio/senhorio português do Atlântico, que pressupunha uma exploração sistemática das águas em torno das ilhas num raio cada vez maior⁵⁷⁴.

Conhecem-se algumas dessas tentativas através das cartas de doação de senhorios ou capitânias de ilhas desconhecidas e terra firme feitas pelos monarcas portugueses. Houve, no entanto, dois tipos distintos de doação: a que visava premiar um servidor da Coroa concedendo-lhe uma mercê, e aquela que era atribuída apenas depois de ter sido solicitada ao rei pelo interessado. No segundo caso, as expedições eram sempre realizadas às custas do solicitador, como parece óbvio. Contudo, supomos que no primeiro caso também o fossem, o que poderá ter tido algum carácter inibitório.

As primeiras doações beneficiaram quase exclusivamente a Casa de Viseu-Beja⁵⁷⁵. A primeira carta data de 1457, com a doação feita ao infante D. Fernando, duque de Beja, do senhorio de quaisquer ilhas por achar que o infante fizesse descobrir⁵⁷⁶. Mais uma vez, D. Afonso V interferia com o exclusivo da navegação dado ao infante D. Henrique. Esta carta tem um cariz muito genérico, doando ao infante D. Fernando e seus sucessores todas as ilhas que viessem a descobrir. É provável que se tratasse das ilhas do grupo ocidental do arquipélago de Cabo Verde – onde se inclui a ilha Brava – descobertas por Diogo Afonso, escudeiro do infante D. Fernando⁵⁷⁷. É, pelo menos, o que se pode depreender da carta de D. Afonso V de 1462, onde menciona que o irmão lhe solicitava a doação de uma ilha que fora avistada da *“mesma guisa que lhe temos dadas as outras sete ilhas que diego affonso seu*

⁵⁷⁴ Sobre esta ideia de *dominium* que Portugal exerce sobre o oceano Atlântico veja-se Giuseppe MARCOCCI, *A consciência de um império...* cit., pp. 37-39.

⁵⁷⁵ Excepção feita à doação a João Vogado, em 1462, cavaleiro da Casa real e escrivão da fazenda, a quem D. Afonso V dava autorização para povoar e aproveitar as míticas ilhas de Lono e Caprária que, de acordo com o monarca, se encontravam *“em aquellas partes do mar ouçianno cuja conquista a nos he dada per priuilegio do samto padre”*. A carta refere a possível existência destas ilhas, mas não a sua descoberta (nem sequer tentativa de procura) por João Vogado. A doação foi-lhe feita como recompensa dos muitos serviços prestados à Coroa. Carta de 19 de Fevereiro de 1462. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 13, pp. 21-23. João Vogado morreu afogado em Novembro de 1463, quando seguia com a esquadra real a caminho de Marrocos. Não sabemos se durante o ano e meio que decorreu entre a doação e a sua morte terá organizado alguma expedição. Cf. Rui de PINA, *CDAV*, cap. CXLVIII.

⁵⁷⁶ Carta de 10 de Novembro de 1457. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118 v. Publicada em *DP*, vol. I, pp. 543-544.

⁵⁷⁷ Cf. Luís de ALBUQUERQUE, “O descobrimento das ilhas de Cabo Verde”, em *HGCV*, vol. I, p. 38.

*escudeiro achou atraues do cabo uerde*⁵⁷⁸. As doações seguintes feitas por D. Afonso V à Casa de Viseu são, contudo, mais específicas e foram requeridas pela própria Casa *a posteriori*, isto é, depois de supostos avistamentos de novas ilhas⁵⁷⁹. A primeira destas cartas, a de 1462, é dada por pedido do infante D. Fernando que pretendia mandar procurar uma ilha que fora avistada a noroeste das ilhas da Madeira e Gran Canária por Gonçalo Fernandes, morador em Tavira, quando regressava de uma pescaria no Rio do Ouro⁵⁸⁰. Diz o monarca que o infante D. Fernando, tomando conhecimento do avistamento, mandara buscar a ilha “*por certos sinãães, que lhe della deram e nom lha acharom*”. No entanto, o infante pretendia organizar nova missão de descobrimento da referida ilha e foi nesse sentido que solicitou a mercê do seu senhorio ao irmão.

A segunda carta data de 1473, já depois da morte do infante D. Fernando. A mercê de uma ilha que fora avistada através da ilha de Santiago, Cabo Verde, foi solicitada ao rei pela infanta D. Beatriz. De acordo com o monarca, o infante D. Fernando tinha sido informado da existência de uma ilha que se avistava através da ilha de Santiago e tinha mandado procurá-la algumas vezes, todas em vão. Não querendo perder o senhorio de uma nova ilha do arquipélago cabo-verdiano, era intenção da infanta D. Beatriz mandá-la buscar novamente⁵⁸¹.

Mas as três cartas concedidas à Casa de Viseu não foram as únicas de ilhas desconhecidas passadas pelos monarcas portugueses. Chegaram um total de onze cartas aos nossos dias (ainda que possamos admitir que tivessem sido dadas em maior número). Estas mercês foram doadas entre 1457 e 1500⁵⁸², por D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I.

⁵⁷⁸ Carta de 29 de Outubro de 1462. ANTT, *Místicos*, liv. 2, fl. 155. Publicada em *DP*, vol. III, pp. 34-35.

⁵⁷⁹ João Paulo Oliveira e COSTA, “Um Oceano a Explorar...” cit., p. 48.

⁵⁸⁰ Veja-se nota 578.

⁵⁸¹ Carta de 12 de Janeiro de 1473. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 33 v. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 91, pp. 124-125.

⁵⁸² Com um interregno de dez anos entre 1474 e 1484. Já que não houve cartas passadas durante a guerra ultramarina entre os reinos de Portugal e Castela, decorrente da guerra de sucessão castelhana, tal como não houve nos primeiros anos do reinado de D. João II. Creio que se pode afirmar que, durante este período, todo o esforço português esteve concentrado na guerra e na defesa da rota da Mina e arquipélagos atlânticos, bem como na resolução da crise política dos anos de 1481-1484.

Desde meados do século XV que existem notícias de navegações portuguesas em direcção ao Atlântico interior, à procura de novas ilhas, terra firme ou até de novas zonas de pesca. Se a colonização do arquipélago cabo-verdiano se mostrou essencial para a exploração de terras costeiras mais a sul, o povoamento do arquipélago dos Açores possibilitou a multiplicação das explorações pelo Atlântico dentro, em direcção ao mar dos Sargãos e a zonas mais a norte.

Todavia, abordar as navegações portuguesas para o noroeste do Atlântico durante o século XV implica entrar numa temática assaz ambígua da historiografia portuguesa. Esta ambiguidade, que ainda hoje permeia o discurso acerca das viagens portuguesas à Terra Nova e à Terra de Labrador, é sobretudo fruto de uma prática historiográfica de cariz ideológico, tendencialmente nacionalista e, por vezes, pouco científica, cujo propósito seria provar a prioridade portuguesa da descoberta do continente americano.

Menos estudadas do que as viagens para sul, as viagens portuguesas para o Atlântico Norte estão também muito menos documentadas. A evidente escassez de documentação coeva constitui um obstáculo para o seu estudo. Este obstáculo foi, no passado, foi muitas vezes suprimido através da teoria do sigilo político, em que as lacunas documentais se justificariam através de uma política de secretismo imposta pela Coroa portuguesa, que desta forma visava salvaguardar as suas descobertas. Apesar de ter existido alguma política de sigilo por parte da Coroa portuguesa, como é habitual na maioria dos Estados, a verdade é que, neste caso, “ao invés de ser o testemunho documental a confirmar um dado facto histórico, seria a sua inexistência que suportaria tal afirmação”⁵⁸³. Esta construção historiográfica baseada na teoria do sigilo político atingiu o seu auge nalgumas obras de Jaime Cortesão e do seu irmão, Armando Cortesão⁵⁸⁴, que foram amplamente divulgadas no estrangeiro por altura da

⁵⁸³ Francisco Contente DOMINGUES, “A política de sigilo e as navegações portuguesas no Atlântico”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo 1 (1987), Angra do Heroísmo, 1988, pp. 189-220, p. 199.

⁵⁸⁴ Sobretudo de Armando CORTESÃO, *The Nautical Chart of 1424 and the early discovery and cartographical representation of America*, vol. XIX, Coimbra, University of Coimbra, 1954 e de Jaime CORTESÃO, “Do sigilo nacional sobre os Descobrimentos. Crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas. Alguns dos feitos que se calaram”, *Lusitânia*, Lisboa, vol. I, Janeiro de 1924, pp. 45-81 e “The Pre-Columbian Discovery of America”, *TGJ*, vol. 89, nº 1, Janeiro, 1937.

sua publicação⁵⁸⁵, continuando a ser reproduzidas em Portugal sem grande aparato crítico⁵⁸⁶.

Um dos principais mitos relativos à descoberta portuguesa do continente americano diz respeito a João Vaz Corte Real, pai dos navegadores Gaspar e Miguel Corte Real. Baseados numa frase do cronista Gaspar Frutuoso onde se afirma que “vindo (...) João Vaz Corte Real do descobrimento da Terra Nova dos Bacalhaus, que por mandado de el-rei foi fazer, lhe foi dada a capitania de Angra, da ilha Terceira, e da ilha de São Jorge”⁵⁸⁷, inúmeros historiadores tomaram como certa a descoberta do continente americano por João Vaz Corte Real⁵⁸⁸. Contudo, para além desta afirmação de Gaspar Frutuoso, que escreve cerca de um século depois da suposta descoberta, não há mais nenhum indício desta presumida viagem⁵⁸⁹. Assumindo uma posição de compromisso, Luís de Albuquerque entende que João Vaz Corte Real, em conjunto com Álvaro Martins Homem, possa ter realizado alguma viagem exploratória para o Noroeste do Atlântico, ainda que admita que é muito pouco provável que esta empresa tenha atingido a Terra Nova. Segundo Albuquerque, a viagem poderá ter servido de inspiração para as viagens de Gaspar e Miguel Corte Real, explicando-se assim a sua determinação em encontrar a Terra Nova. A documentação existente não dá qualquer tipo de informação acerca das viagens, não referindo sequer se chegaram a realizar-se. Há uma intenção de procura de novas ilhas, mas é tudo quanto se pode afirmar. Note-se que no tratado de Alcáçovas-Toledo, assinado em 1479 entre Portugal e Castela, Portugal não reivindicou a posse de nenhum espaço no Atlântico Norte. Pelo

⁵⁸⁵ Veja-se Rui Silvestre ANDRADE, *Armando Cortesão (1891-1977): ideologia e nacionalismo na historiografia da cartografia portuguesa dos séculos XV e XVI*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

⁵⁸⁶ Um dos exemplos mais recentes é A. H. de Oliveira MARQUES, “A expansão no Atlântico”, em *A expansão quatrocentista*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, *Nova História da Expansão*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 83-92.

⁵⁸⁷ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, liv. VI p. 33.

⁵⁸⁸ Ainda hoje é possível ver-se na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma estátua de João Vaz Corte Real com a legenda “Descobridor da América”, como frisa o historiador e almirante norte-americano Samuel Eliot Morison. Cf. Samuel Eliot MORISON, *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*, Nova Iorque, Octagon Books, 1965 (edição portuguesa *As viagens portuguesas à America*, Lisboa, Teorema, 1990).

⁵⁸⁹ Cf. Luís de ALBUQUERQUE, “Gaspar Corte Real”, *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses. Séculos XV e XVI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, vol. I, pp. 149-156 e *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1986, p. 70.

contrário, a sua prioridade foi confirmar a posse dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde, bem como o exclusivo de navegação e descoberta de novos territórios a sul do arquipélago das Canárias, como veremos nos próximos capítulos. Relativamente à discussão dos termos do tratado de Tordesilhas de 1494, depois da descoberta das Antilhas por Cristóvão Colombo, a mudança da linha divisória 200 léguas para lá do arquipélago de Cabo Verde tem sido interpretada por muitos como um sinal do conhecimento dos portugueses da existência do Brasil e de terras no Atlântico Norte em que estavam interessados.

As expedições dos irmãos Gaspar e Miguel Corte Real à Terra Nova no início do século XVI são o culminar de inúmeras destas navegações exploratórias realizadas no Atlântico pelos portugueses. A primeira das viagens portuguesas de descobrimento no Atlântico noroeste a obter sucesso na procura de ilhas ou de terra firme aparenta ter sido a de João Fernandes Lavrador e Pero de Barcelos. Apesar de existirem vozes discordantes acerca da data exacta da viagem, sobretudo na tentativa de lhe atribuir uma data anterior às viagens de Giovanni Cabotto, realizadas em 1497 e 1498, esta terá ocorrido depois de Outubro de 1499, período em que João Fernandes, morador na ilha Terceira, solicitou ao rei que lhe desse autorização para ir

*“buscar e descobrir algũas jlhas da nossa comquista aa sua custa e vemdo nos seu bõo desejo e preposito alem de lho termos em seruiço a nos praz e lhe prometemos por esta de lhe darmos como de feito daremos a capitania de quallquer jlha ou jlhas assy pouoadas Como despouoadas que elle descobrir e achar nouamente”*⁵⁹⁰.

Este João Fernandes parece ser o mesmo João Fernandes Lavrador que, anos mais tarde, Pero de Barcelos, escudeiro da Casa real e morador nas Lages, na ilha Terceira, Açores⁵⁹¹, apontou como seu companheiro numa viagem de descobrimento

⁵⁹⁰ Carta de 28 de Outubro de 1499. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 39 v. Publicada em DP, vol. III, doc. 344, pp. 552-553. O conceito de *novamente* significava, no século XV, pela primeira vez, o que implica uma noção de novidade na possível descoberta destas ilhas. Rute Dias Gregório, que se tem dedicado a estas questões, data os descobrimentos realizados por Pero de Barcelos entre 1502 e 1503.

⁵⁹¹ Dionísio DAVID, “Barcelos, Pêro de”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. de Luís de Albuquerque, coord. de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. I, p. 121. Este Pêro de Barcelos talvez fosse o mesmo Pêro de Barcelos, cavaleiro da Casa ducal e, mais tarde, da Casa real, nomeado pelo infante D. Fernando e por D. Beatriz como recebedor da vintena da Guiné, mais tarde ainda confirmado por D. Manuel I. Carta de 6 de Maio de 1485. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 14, fl. 80v. Publicado em PMA, vol. I, doc. 160, e que já abordámos no capítulo anterior.

que terá durado três anos⁵⁹². O navegador não dá mais nenhum pormenor acerca da viagem, referindo apenas que “*ouue um mandado dell rey nosso senhor pera hyr a descobri*” e, no seu testamento, feito nas Lages em 1507, Pero de Barcelos não a voltou a mencionar⁵⁹³. No entanto, em 1509, numa carta de D. Manuel I para Diogo de Barcelos⁵⁹⁴, filho do navegador, o monarca destacou os serviços de Pero de Barcelos “*no descobrimento das partes do Norte*”⁵⁹⁵, referindo-se provavelmente à viagem para noroeste dos Açores em direcção ao continente americano. É possível que esta viagem tenha partido da vontade régia de explorar inteiramente a área que lhe cabia pelo Tratado de Tordesilhas e que teria de ser disputada com Inglaterra.

É provável que durante os três anos de viagens de exploração no Atlântico Norte, Pero de Barcelos e João Afonso Lavrador tenham chegada ao porto de Bristol, Inglaterra. É possível que João Fernandes Lavrador seja o mesmo João Fernandes que surge num documento do rei Henrique VII de Inglaterra, datado de 19 de Março de 1501, onde – em conjunto com os mercadores de Bristol Richard Warde, Thomas Asshehurts e John Thomas –, João Fernandes, Francisco Fernandes e João Gonçalves, escudeiros, nascidos nos Açores (na realidade, na Ilha de Surrys, que seria o mais aproximado aos Açores que o escrivão inglês conseguiu escrever) e súbditos do rei de Portugal, recebem autorização para navegar para todas as partes sob a bandeira do monarca inglês⁵⁹⁶. Para além disso, Henrique VII concedia-lhes o direito ao exclusivo das ilhas ou terra firme que viessem a descobrir durante dez anos. Henrique VII entrava aqui directamente em competição com os reinos de Portugal e de Castela,

⁵⁹² Documento sem data publicado em AA, série I, vol. XII, p. 368 e DP, vol. III, doc. 302, pp. 461-462. Este documento é datado por Silva Marques como sendo posterior a 1495, mas cremos que terá de ser posterior a 1502 e anterior a 1507, data do testamento de Pêro de Barcelos.

⁵⁹³ Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos primórdios da Ilha Terceira (1450-1550)*, 2 vols., Tese de Doutoramento em História, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005, vol. II, pp. 626-627.

⁵⁹⁴ A família Barcelos parece ter estado envolvida na construção naval nos Açores, ou pelo menos é isso que nos dá a entender o testamento de Diogo de Barcelos (publicado por Rute Dias GREGÓRIO, *Terra e Fortuna nos primórdios da Ilha Terceira (1450-1550)*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005, vol. II, pp. 665-666), em que se refere um navio que tinha construído na vila da Praia, ilha Terceira, de que tinha feito toda a parte de carpintaria.

⁵⁹⁵ Carta de 7 de Junho de 1509. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 36, fl. 21.

⁵⁹⁶ Henry Percival BIGGAR, *The Precursors of Jacques Cartier 1497-1534: A Collection of Documents Relating to the Early History of the Dominion of Canada*, Ottawa, Government Printing Bureau, 1911, p. 40 e ss. O original encontra-se em National Archives, *Public Record, Office Chancery, Warrants for Privy Seals*, serie II, nº 216.

desafiando o Tratado de Tordesilhas de 1494, em que ambos os reinos tinham dividido o Atlântico entre si.

A documentação relacionada com esta viagem é demasiado vaga para seja possível retirar muitas conclusões: é estranho que os navegadores tenham sido agraciados por Henrique VII de Inglaterra, quando a documentação portuguesa sugere que estavam ao serviço régio, e o facto é que a designação de “Terra Nova” nunca é utilizada. Contudo, na primeira representação cartográfica da Terra Nova feita no planisfério português anónimo de 1502, mais conhecido como planisfério de Cantino⁵⁹⁷, há uma legenda que diz

“Esta terra he descobrir per mandado do muy escelentissimo principe dom manuel Rey de portugall aquall se cree ser esta a ponta dasia. E os que a descobriram nam chegarõ a terra mas vironla e nam virom senam serras muyto espessas polla quall segum a opinjom dos comosfricos se cree ser a ponta dasia”⁵⁹⁸.

De acordo com a legenda, os navegadores (não mencionados pelo seu nome, contrariamente aos Corte Real em relação à Terra Nova) avistaram terra, mas não chegaram a desembarcar. Os planisférios do século XVI incluem normalmente uma zona cuja toponímia alude ao nome de João Fernandes Lavrador, é o caso da “Terra do Lavrador” do Atlas de Fernão Vaz Dourado de 1575⁵⁹⁹, ou o Atlas Lopo Homem-Reinéis, de autoria de Lopo Homem e Pedro e Jorge Reinel, de 1519, por exemplo⁶⁰⁰. Esta zona, a norte da Terra Nova, continua a ser designada por Labrador até aos dias de hoje. Este cruzamento de informações permite-nos concluir, com uma certa segurança, que Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador deverão ter navegado pelas regiões da Groenlândia e Labrador, quiçá chegando mesmo ao estreito de Davis⁶⁰¹.

⁵⁹⁷ Anónimo, 1502. Biblioteca Estense, Modena.

⁵⁹⁸ Idem.

⁵⁹⁹ Atlas atribuído a Fernão Vaz Dourado, c. de 1475. Códice iluminado da BNP, IL. 171. Cópia digital disponível em <http://purl.pt/400>.

⁶⁰⁰ Biblioteque National de France, CPL GE D-26179 (RES), GE DD-683 (RES) et GE AA-640 (RES).

⁶⁰¹ Luís Jorge Semedo de MATOS, “O Atlântico Noroeste e a Terra Nova (Terras dos Corte Reais)”, *Revista Oceanos*, nº 45, Janeiro/Março 2001, pp. 8-20, p. 12.

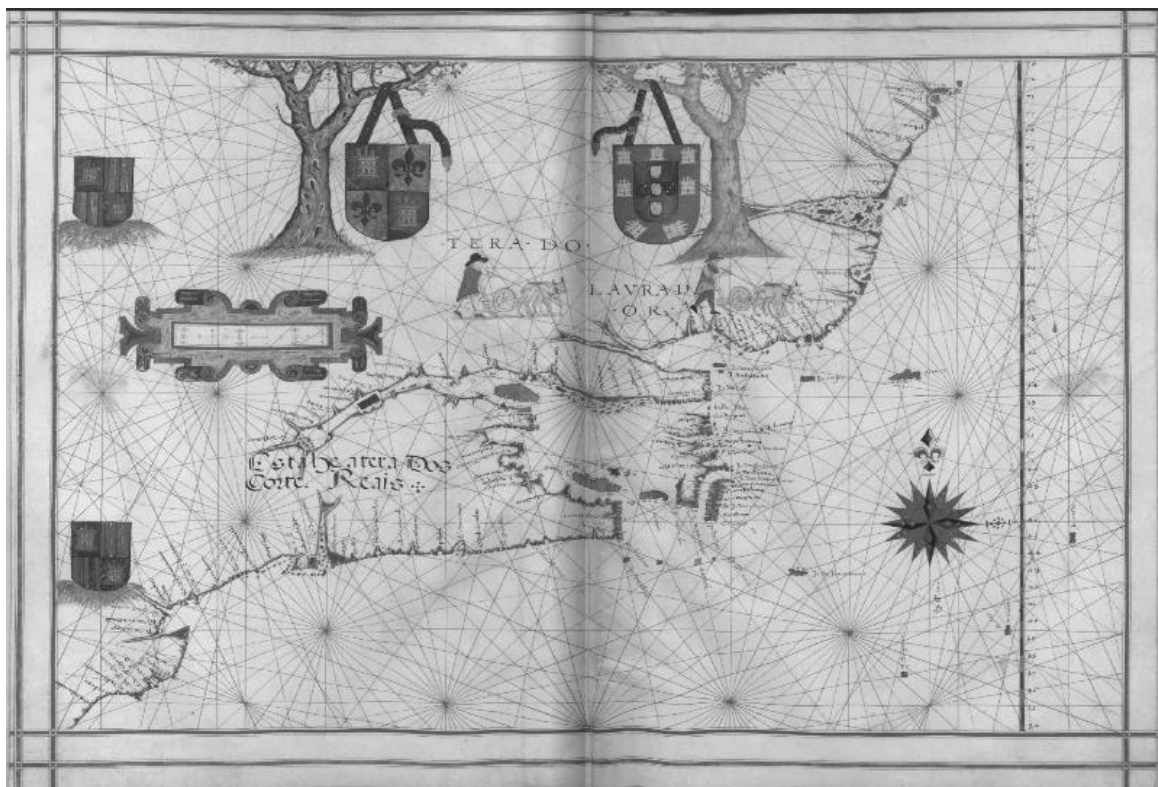


Figura 9 – Atlas de Fernão Vaz Durado

O impressor Valentim Fernandes, no seu prólogo à obra de Marco Polo, datado de 1502, na primeira impressão portuguesa da obra, encomendada pela rainha D. Leonor e dedicada a D. Manuel I também não fala em “Terra Nova”, referindo antes que

“passou vossa senhoria nom digo soomemte toda a linea Equinocçial . mas ajnda aos últimos fims de ocçidente e começo de oriente ate as terras do grã Cham onde já começa de soar vosso poderoso nome . onde jazem as muy nobres pruincias Zenduch Mangy Zangtb e como o principio das quaes segundoo meu pequeno saber achou o muy honrado fidalguo Gaspar corte real”⁶⁰².

Há, no entanto, um documento escrito, datado de 1500, onde o termo “Terra Nova” surge. Nesse ano, André Vaz trespassou as suas casas “*por ora ir por mandado d’el rei à descoberta da Terra Nova*”⁶⁰³. Estaria André Vaz na tripulação da expedição

⁶⁰² Valentim FERNANDES, “Prologo”, Marco Paulo. *Ho liuro de Nycolau Veneto*, Lisboa, Valentim Fernandes, 1502. Disponível em <http://purl.pt/14703>

⁶⁰³ ANTT, *Hospital de S. José*, liv. 1134, fl. 45. Agradecemos à Margarida Leme ter-nos dado conhecimento deste documento inédito.

de João Fernandes Lavrador e Pero de Barcelos? Faria parte da expedição que estava a ser preparada nesta altura por Gaspar Corte Real? São tudo questões ainda por responder.

No ano de 1500, preparava-se, na cidade de Lisboa, a segunda armada portuguesa para a Índia, capitaneada por Pedro Álvares Cabral. Gaspar Corte Real, que também estava em Lisboa, e preparava a sua expedição, só recebeu a mercê régia depois de terem chegado notícias acerca do descobrimento do Brasil. Contrariamente ao que muitas vezes tem sido afirmado, não procurava encontrar um outro caminho para a Índia, já que os portugueses tinham descoberto o caminho marítimo para a Índia em 1498, através da rota do Cabo. Procurava, sim, terra firme ou novas ilhas no Atlântico Norte. Na carta de D. Manuel I, datada de 12 de Maio, que doava a capitania de qualquer ilha ou terra firme que Gaspar Corte Real viesse a descobrir, é evidenciado o facto deste ter trabalhado *“per sy ea a sua custa com nauyos e homes de buscar e descobrir e achar com muyto seu trabalho e despesa de sua fazemda e peryguo de sua pessoa alguuas jlhas e terra firme e pelo consyguymte o quer ajmda agora comthenuar”*⁶⁰⁴. Esta não era, portanto, a sua primeira expedição. Teria participado em expedições com outros navegadores? Parece-nos difícil que, vivendo na mesma ilha que Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador, Gaspar Corte Real não tivesse conhecimento da viagem que estavam a empreender nesta altura (acreditando que iniciaram a viagem depois de 1499).

Gaspar Corte Real era, ao que tudo parece indicar, um navegador experiente. Ao contrário dos irmãos mais velhos, Vasco Anes, vedor da Fazenda, e Miguel, porteiro-mor, que ocupavam importantes cargos na corte portuguesa e acompanhavam o monarca, Gaspar Corte Real parece ter vivido a maior parte do seu tempo no arquipélago dos Açores. Já em 1488 surgia como lugar-tenente do seu pai em Angra, e assumiu também algumas vezes o cargo de capitão em nome do irmão mais velho, Vasco Anes, sucessor do pai nas capitâncias de Angra e S. Jorge⁶⁰⁵. Gaspar Corte Real era, portanto, um homem das ilhas, habituado às lides da navegação e,

⁶⁰⁴ Carta de 12 de Maio de 1500. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl. 26. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 366, pp. 609-610.

⁶⁰⁵ *AA*, série I, vol. IV, p. 404.

como filho terceiro do capitão João Vaz Corte Real, possuía capital para investir e experiência, embora não tivesse uma capitania própria.

Ao que tudo indica, esta viagem de 1500 deve ter sido uma de reconhecimento da nova rota e das suas possibilidades. Gaspar Corte Real deverá ter regressado a Lisboa em finais de 1500, ou inícios de 1501. Assim o dá a entender a carta de D. Manuel I, datada de 27 de Janeiro de 1501, onde faz mercê a João Martins, um dos tripulantes da armada de Corte Real, em função do grande serviço que Gaspar Corte Real lhe fizera no *“descobrimento da terra anunciada”* e por tudo o que *“ao deante esperamos receber”*⁶⁰⁶, antevendo-se uma outra expedição. Esta nova expedição, de 1501, já estava a ser preparada em Abril, como se depreende pela encomenda de biscoito aos fornos de biscoito da Porta da Cruz, em Lisboa⁶⁰⁷.

Gaspar Corte Real não regressaria desta viagem. Ainda assim, dela conhecemos inúmeros pormenores graças às cartas de Alberto Cantino, emissário do duque de Ferrara, Hércules d’Este, e de Pietro de Pasqualigo, embaixador veneziano, que se encontravam em Lisboa quando chegaram duas embarcações que tinham acompanhado Gaspar Corte Real na sua expedição.

Na sua carta, Pasqualigo explica aos irmãos que a armada de Corte Real partira no ano anterior com o objectivo de descobrir terras setentrionais e que tinha achado terra a 2000 milhas de distância, entre noroeste e ponente. Dizia o embaixador

*“correram 600 a 700 milhas, sem lhe acharem o fim; pelo que julgaram que era terra firme em continuação de uma outra terra que o anno passado foi descoberta no Norte, as quaes caravellas não poderam lá chegar por estar o mar gelado e infinita copia de neve”*⁶⁰⁸.

Terra firme, portanto, e povoada, onde as casas eram feitas de madeira e cobertas com peles de peixe. Continua Pasqualigo dizendo que essa terra firme era lugar onde nunca tinha estado outro navio e que lá havia enormes reservas de salmão, arenque e bacalhau, para além de muita madeira, sobretudo grandes pinheiros para

⁶⁰⁶ Carta de 27 de Janeiro de 1501. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 5. Publicada em AA, Série I, vol. III, pp. 195-196.

⁶⁰⁷ Alvará datado de 15 de Abril de 1501. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 3, nº 52.

⁶⁰⁸ Carta de 19 de Outubro de 1501. Publicada em AA, série I, vol. IV, pp. 421- 423

fazer mastros para os navios (matéria de que Portugal carecia e que importava através da Liga Hanseática) e termina dizendo que *“este sereníssimo Rei [D. Manuel I], intenta tirar grandíssima utilidade da dita terra, tanto pelas madeiras de navios de que tinha necessidade, como pelos homens que serão excelentes para as fadigas, e os melhores escravos que se tem até agora visto”*⁶⁰⁹.

Alberto Cantino, na missiva que enviou ao duque, fez um relato daquilo que ouvira o capitão de uma das naus contar. Tinham navegado quatro semanas seguidas em direcção a noroeste e, no início da quinta semana, *“dizem que encontraram grandíssimos montões de neve congelada que iam movidos pelas ondas sobre o mar; da summidade dos quaes com o calor do sol se dissolvia uma agua doce e clara”*, pelo que se puderam abastecer de água doce⁶¹⁰. Continuando a navegar para noroeste avistaram terra, com árvores muito altas, rios e muito peixe. Chegando a este ponto da expedição, Gaspar Corte Real mandou que as duas embarcações regressassem ao reino (embora Cantino se refira apenas a uma caravela) enquanto ele continuaria a fazer o reconhecimento da costa.

Nas caravelas que regressaram a Lisboa, Corte Real enviara cerca de cinquenta indígenas, entre homens, mulheres e crianças que, segundo Cantino,

*“são alguma cousa maiores do que o nosso natural, com membros correspondentes e bem formados, cabellos dos varões são compridos, como nós usamos, e cahem com certas voltas annelladas e tem o semblante marcado com grandes signaes, e os signaes são como os dos Indianos, os seus olhos tiram para o verde, o que, quando os fitam, dá uma grande ferocidade a todo o semblante (...) A mulher tem os peitos pequenos e o corpo muito bello, com o semblante bastante gentil cuja côr se pode dizer é mais branca que outra cousa, mas o homem é muito mais negro. Em suma salvo o terrível olhar do homem, em todas as cousas se parecem eguaes á nossa imagem e similhaça”*⁶¹¹.

De acordo com Pasqualigo eram de aspecto muito semelhantes aos ciganos, tinham pinturas na cara e vestiam peles de diversos animais (sobretudo de lontra), que

⁶⁰⁹ *Ibidem*.

⁶¹⁰ Carta de 17 de Outubro de 1501. Publicada em AA, série I, vol. IV, pp. 425-426.

⁶¹¹ *Ibidem*.

não eram cosidas de forma alguma, mas que eram agarradas ao corpo através de fortes cordas feitas com nervos de peixe⁶¹².

Para além destas cartas, Cantino enviou a Hércules d'Este, em Novembro de 1502, o primeiro planisfério onde se representa a Terra Nova e também a Terra de Labrador, que já aqui mencionámos. Ambas surgem como terras do rei de Portugal e estão mais puxadas para ocidente de forma a ficarem a leste da linha meridiana imposta pelo tratado de Tordesilhas (1494) e, portanto, em zona portuguesa.

A representação da Terra Nova é acompanhada da seguinte legenda:

*“Esta terra he descoberta per mandado do muy alto exçelentissimo príncipe Rey don manuell Rey de portugal a qual descobrio Gaspar corte Real cavalleiro da cassa do dito rey, o quall quãdo a descobrio mandou hũ navjo com çertos omes e molheres que achou na dita terra e elle ficou com outro navjo e nunca mais veo e crese que he perdido e aqui ha muitos mastros”*⁶¹³.

Cinco meses após a chegada das duas caravelas⁶¹⁴, em Janeiro de 1502, Miguel Corte Real solicitava a D. Manuel I que lhe desse autorização para ir à procura do irmão, visto ter já passado o prazo previsto para o seu regresso ao reino. Na carta, D. Manuel faz-lhe doação de toda a terra firme ou ilhas que ele viesse a descobrir nesta sua viagem, para além daquelas que o irmão já tivesse encontrado⁶¹⁵.

Miguel Corte Real também não regressaria da sua viagem e, no ano seguinte, o irmão mais velho dos Corte Real, Vasco Anes, solicitava permissão para ir em busca dos irmãos desaparecidos na Terra Nova. D. Manuel não lhe concedeu autorização, responsabilizando-se ele mesmo por enviar uma expedição de socorro, mas nunca mais se obtiveram notícias dos Corte Real ou dos seus navios.

⁶¹² Veja-se nota 609.

⁶¹³ Anónimo, 1502. Biblioteca Estense, Modena. Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, dir. de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, 1960, vol I, pp. 7-14.

⁶¹⁴ Embora as cartas dos embaixadores italianos estejam datadas de Outubro, tudo parece indicar que as caravelas vindas da Terra Nova tinham chegado a Lisboa em Agosto de 1501.

⁶¹⁵ Carta de 15 de Janeiro de 1502. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 3v.

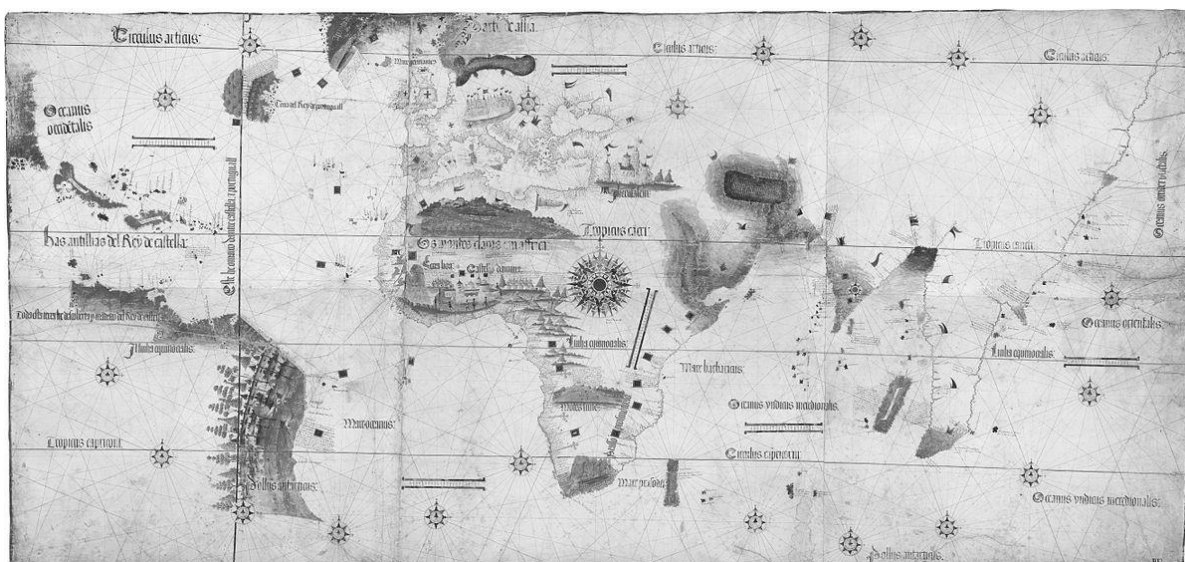


Figura 10 – Planisfério de Cantino

As viagens dos Corte Real e de Pero de Barcelos e João Fernandes são as primeiras a obter sucesso, mas são também o culminar de inúmeras viagens exploratórias realizadas no Atlântico interior por membros da rede clientelar Casa de Viseu-Beja (que passam a ser membros da Casa real depois da subida do duque D. Manuel ao trono). Das onze cartas de doação de ilhas desconhecidas dadas pela Coroa, apenas duas não contemplam a Casa de Viseu-Beja ou criados seus.

Capitanear uma expedição de descoberta no Atlântico interior não estava ao alcance de todos. Estas expedições precisavam de ser comandadas por alguém com noções básicas de navegação (ainda que essa experiência pudesse recair sobre a tripulação contratada), com conhecimento da realidade insular e com capital suficiente. Porque, para além do frete das embarcações, do seu abastecimento, da contratação das tripulações, etc., era preciso garantir que, em caso de sucesso da expedição, se tinha condições para povoar e explorar a ilha descoberta. Só assim a expedição podia ser rentabilizada. Estes exploradores tinham um perfil muito específico: apesar de haver entre eles altos funcionários da Coroa portuguesa, que eram recompensados com estas doações, estes homens eram, na sua maioria, homens dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, grandes terratenentes, que tinham feito a sua fortuna nas ilhas e almejavam maior autonomia de acção e poder. Eram filhos de uma geração de migrantes que tinham vindo do reino para as ilhas em busca de uma

vida melhor. Estas características fazem com que a maioria destes homens, que se propõem partir em busca de novas ilhas, pertencesse à Casa de Viseu-Beja.

O caso de Rui Gonçalves da Câmara é paradigmático neste aspecto. Filho do primeiro capitão do Funchal, na ilha da Madeira, Rui Gonçalves era um dos grandes produtores açucareiros e possuía um vasto conhecimento da realidade insular. Como foi o seu irmão mais velho quem herdou a capitania do Funchal, a Rui Gonçalves da Câmara restava-lhe encontrar uma nova ilha da qual pudesse ser capitão (à semelhança do que faria anos depois Gaspar Corte Real). Foi nesse sentido que, em 1473, notificou D. Afonso V dizendo que o *“seu desejo e voontade era buscar nas partes do mar ouçiano hũũas ylhas per pera as aver de pouorar e aprouejar”*⁶¹⁶. D. Afonso V fez-lhe doação da capitania da ilha que Rui Gonçalves viesse a descobrir e, pela primeira vez, estabeleceu um limite geográfico, a ilha não deveria ser além do Cabo Verde, zona de navegação exclusiva do príncipe D. João, o herdeiro da Coroa portuguesa⁶¹⁷.

A procura de Rui Gonçalves da Câmara pelo mar oceano parece não ter sido muito frutífera (nem se sabe ao certo se este projecto seguiu avante) e, menos de um ano depois, comprou a João Soares a capitania da ilha de S. Miguel, nos Açores. A venda da capitania de S. Miguel a Rui Gonçalves da Câmara parece ter sido proposta pela infanta D. Beatriz, que a considerava *“muy mall aproueitada e pouco pouuada e consyrãdo quãto sera seruiço e proueito do dito sôr (...) a dita Ilha ser melhor aproueitada e pouuada pellas muitas mercadorias q della poderão vir”*⁶¹⁸. Não era fácil encontrar alguém com os meios económicos e conhecimento necessários para investir no povoamento e exploração de uma ilha da dimensão de S. Miguel. Rui Gonçalves da Câmara vendeu as suas propriedades na ilha da Madeira para conseguir pagar os 800 000 reais e 4000 arrobas de açúcar que custou a capitania de S. Miguel. Era uma

⁶¹⁶ Carta de 21 de Junho de 1473. ANTT, *Livro de Ilhas*, fl. 1 v. Publicado em *DP*, doc. 98, vol. III, p. 130.

⁶¹⁷ Esta delimitação geográfica surgiria também na carta passada a Fernão Teles de Meneses, cavaleiro da Casa real, membro do conselho régio e governador da Casa da princesa D. Joana, em 1474, a quem D. Afonso V fizera mercê de quaisquer ilhas que mandasse descobrir, desde que não fossem nas partes da Guiné. Carta de 28 de Janeiro de 1474. ANTT, *Livro de Ilhas*, fl. 5v. Publicado em *DP*, vol. III, doc. 104, pp. 136-138.

⁶¹⁸ Carta datada de 10 de Março de 1474. Arquivo da Alfândega de Ponta Delgada, *Provedoria das ilhas de S. Miguel e Santa Maria*, liv. 1 do Registo, fls. 3-6 v. Publicado em *DP*, vol. III, doc. 108, pp. 143-145.

quantia avultada para a época. Quanto teria custado a expedição de descoberta no Atlântico?

Nem todas as capitanias proporcionam o mesmo tipo de rendimentos. Foi a falta do capital necessário que levou Fernão Dulmo⁶¹⁹, cavaleiro da Casa real e povoador das Quatro Ribeiras na ilha Terceira, beneficiado em 1486 com uma carta de doação⁶²⁰ para descobrir uma grande ilha que se presumia ser a Ilha das Sete Cidades ou terra firme (é a primeira referência à hipótese de se encontrar um continente a Ocidente), a associar-se a João Afonso do Estreito, abastado produtor de açúcar madeirense⁶²¹, do Estreito da Calheta, já que não possuía a capacidade financeira necessária para empreender sozinho uma expedição dessa envergadura. De acordo com Dulmo *“nam estaua em tall disposyçã pera poder fazer a dicta armada e despesas que pera ela pertenciam”*⁶²². Assim, Fernão Dulmo dava, com o aval régio, metade da capitania da ilha ou terra firme que achasse a João Afonso do Estreito. A troco desta doação, João Afonso teria de armar *“duas carauellas boas de todo o mantimento”* com que pagaria o respectivo frete. Fernão Dulmo estava incumbido de escolher os pilotos e restante tripulação (se houvesse apenas dois pilotos disponíveis, Dulmo escolheria o da sua embarcação primeiro; caso fossem mais do que dois, seria João Afonso em primeiro lugar), bem como de pagar-lhes os respectivos soldos. A cada um deles caberia a capitania de uma das caravelas, sendo que Dulmo marcaria o rumo da frota durante os primeiros quarenta dias de viagem. Findado esse período, o comando da expedição ficaria a cargo de João Afonso do Estreito⁶²³. As caravelas deviam ser

⁶¹⁹ Fernão Dulmo, uma versão latina de Ferdinand Van Olmen, de origem francesa ou flamenga. Talvez fizesse parte do grupo de povoadores flamengos levados para a ilha Terceira por Jácome de Bruges, o seu primeiro capitão, na década de 1450.

⁶²⁰ Contrariamente a todas as outras doações, nesta carta era dada a Fernão Dulmo a alçada criminal sobre todos os habitantes da ilha ou terra firme que viesse descobrir, incluindo a pena de morte que normalmente era prerrogativa exclusiva do rei. Carta de 3 de Março de 1486. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 19, fl. 101 v. Publicada em DP, vol. III, doc. 205, pp. 317-318.

⁶²¹ Estima-se que, em 1494, as terras que lhe tinham pertencido na Madeira produzissem cerca de 1400 arrobas de açúcar por ano, Miguel Jasmins RODRIGUES, “Estreito, João Afonso do, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* cit., vol. I, pp. 397-398.

⁶²² Cartas de 12 e 24 de Julho de 1486. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 4, fl. 101v. Publicadas em DP, vol. III, doc.s. 212 e 213, pp. 327-329.

⁶²³ *Ibidem*.

abastecidas para uma viagem de seis meses⁶²⁴. A expedição deveria estar pronta a partir da ilha Terceira, no arquipélago dos Açores, no dia 1 de Março de 1487. Para que todo este processo pudesse ser posto em marcha, João Afonso do Estreito entregou a Fernão Dulmo 6000 reais⁶²⁵, a que se deveria juntar, supomos, soma semelhante de Dulmo, quantia que se encontrava muito longe dos 800 000 reais e 4000 arrobas de açúcar que Rui Gonçalves da Câmara pagou pela capitania da ilha de S. Miguel. A diferença de valor deveria corresponder a todos os outros gastos que Rui Gonçalves da Câmara teria de fazer para povoar uma ilha não-descoberta. Ainda que a preparação deste projecto de busca de ilhas no Atlântico interior esteja bastante bem documentada, ao que tudo indica, a viagem nunca se chegou a realizar⁶²⁶ ou, pelo menos, a procura de novas ilhas não obteve frutos.

Não há, nestas cartas, qualquer prova da intervenção da Casa ducal para que os seus criados obtivessem as referidas mercês. Em nenhuma das cartas os monarcas referem ter concedido mercê a pedido da infanta D. Beatriz ou do duque de Viseu. Não há evidências documentais de que a Casa de Viseu-Beja tenha, de algum modo, fomentado estas explorações.

A maior parte destas cartas de doação parece não beneficiar a Casa de Viseu, já que neste processo a Coroa eliminava a figura do donatário, passando a relação com os capitães das ilhas a fazer-se directamente com o rei. E portanto, ao contrário do que havia feito até então, a Casa de Viseu, sob administração da infanta D. Beatriz, parece estar mais interessada no desenvolvimento económico das ilhas já conhecidas do que na descoberta de novos e hipotéticos arquipélagos.

Ainda que a Casa de Viseu-Beja surja quase sempre ligada a estas viagens exploratórias do Atlântico através da sua rede clientelar, não há nenhum dado que nos permita concluir que a infanta D. Beatriz patrocinou de alguma forma a exploração do Atlântico interior. Pelo contrário, aparenta ter preferido promover a doação de capitánias a homens com condições para as explorar, revertendo assim o capital que

⁶²⁴ Carta de 4 de Agosto de 1486. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 19, fl. 87 v. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 215, p. 332.

⁶²⁵ *Ibidem*.

⁶²⁶ João Luís LISBOA, "Dulmo, Fernão", *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* cit., vol. I, p. 361.

pretendiam investir em explorações atlânticas incertas no desenvolvimento das ilhas já descobertas pertencentes à Casa de Viseu-Beja. Mesmo a viagem exploratória em busca de uma ilha que fora avistada perto da ilha de Santiago em Cabo Verde, que a infanta pretendia financiar, é feita apenas mediante uma condição, pois a infanta diz a D. Afonso V que pretendia mandar buscar esta ilha apenas se o monarca dela fizesse mercê para os seus filhos. Assim, a única notícia de uma viagem patrocinada pela infanta D. Beatriz em busca de uma ilha desconhecida é feita com algumas garantias: por um lado, ainda que desconhecida, a ilha já tinha sido avistada, o que é muito diferente de patrocinar viagens incertas no Atlântico; e, por outro, a viagem só seria realizada depois da obtenção do senhorio.

Para a infanta, o povoamento e maior rentabilização das ilhas conhecidas, cujo senhorio a sua Casa já detinha, era tarefa prioritária. A sua administração é, eventualmente, mais conservadora do que a do infante D. Fernando, e mais ainda do que a do infante D. Henrique. No entanto, deve frisar-se que, contrariamente aos dois primeiros duques de Viseu, a infanta não estava a administrar senhorios próprios, mas fazê-lo em nome dos seus filhos, e tinha territórios por organizar e sociedades por consolidar.

PARTE II

DEFENDER O ATLÂNTICO

Ao longo da primeira parte desta tese, intitulada “Governar o Atlântico”, a questão atlântica foi abordada quase exclusivamente de um ponto de vista da soberania portuguesa sobre este novo espaço geográfico. Foi neste sentido que analisámos não só a acção da Casa de Viseu-Beja na sua relação com o poder central, isto é, com a Coroa, mas também a sua actuação enquanto poder central ela mesma, ou seja, enquanto donatária dos arquipélagos atlânticos. Foi também em função desta linha de reflexão que abordámos a relação entre Portugal e a Casa de Viseu com a Santa Sé.

Contudo, ao longo de todos estes anos, a autoridade portuguesa e o seu exclusivo da navegação a sul do cabo Bojador foram contestados por Castela, num plano de acção que, como veremos, recaiu maioritariamente na acção diplomática e na contestação jurídica junto do papado. Nesta disputa diplomática junto da Santa Sé pela posse do “mar oceano” entre Portugal e Castela, os principais argumentos utilizados foram: do lado português, o da proximidade geográfica e o da prioridade nas navegações e conquistas a sul do cabo Bojador; do lado castelhano, o da tradição histórica da reconquista, enquanto reino herdeiro da monarquia visigótica⁶²⁷. A esta questão sobre o Atlântico sul, juntava-se uma outra mais antiga, a da conquista do arquipélago das Canárias, antiga pretensão do infante D. Henrique e da Casa de Viseu, que abordaremos mais pormenorizadamente no capítulo 6 da presente tese.

Com morte do rei Enrique IV de Castela, em 1474, e a guerra de sucessão ao trono que se lhe seguiu, iniciar-se-ia uma nova fase na contenda pelo Atlântico entre Portugal e Castela. Pela primeira vez, a contestação castelhana sairia do plano teórico e diplomático, avançando para um verdadeiro cenário de guerra.

Será esta necessidade de defesa dos interesses da Casa de Viseu no Atlântico, quer diante das pretensões de expansão castelhanas, quer, num período posterior,

⁶²⁷ Veja-se sobre esta argumentação Paz ROMERO PORTILLA, *Dos monarquías medievales ante la modernidad: relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*, La Coruña, Universidad de La Coruña, 1999, sobretudo p. 87 e ss.

diante das intenções de domínio da Coroa portuguesa, que analisaremos ao longo desta segunda parte da tese, intitulada “Defender o Atlântico”.

Até então tinha prevalecido como que um acordo tácito entre os dois reinos, sustido sobretudo pela necessidade que ambos tinham de manter a paz acordada em Almeirim, em 1431, onde se estabelecera que a Castela cabiam as ilhas das Canárias já ocupadas (Portugal não desistira da conquista das restantes ilhas até 1479) e a Portugal os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Já a ideia do *mare clausum* português, isto é, o seu exclusivo da navegação a sul do cabo Bojador, foi bastante mais disputada, sobretudo durante o reinado de Juan II, por este nunca ter abdicado do direito à conquista da Guiné⁶²⁸. Apesar de a sua Coroa não ter empreendido acções próprias de navegação e exploração comercial a sul do cabo Bojador, o monarca Juan II protegia os armadores castelhanos, maioritariamente andaluzes, que o faziam. Este frequente fluxo comercial de mercadores andaluzes na costa da Guiné era também uma forma de Castela contestar, ainda que não abertamente, a política portuguesa de *mare clausum*.

Contudo, a contestação por parte de Juan II em relação ao exclusivo português da navegação a sul dos cabos Não e Bojador foi-se tornando mais audível, muito graças à actuação do infante D. Henrique no arquipélago das Canárias que, de acordo com Juan II, ia contra os direitos do reino de Castela.

Em 1454, Juan II escreveu a D. Afonso V queixando-se dos piratas portugueses que tinham atacado algumas caravelas andaluzas na sua viagem de retorno ao reino vindos da costa africana, com mercadorias várias e, provavelmente, com escravos. Frisava o rei que os ditos mercadores regressavam “*de la tierra a que llaman Guinea, que es de nuestra conquista*”⁶²⁹, quando foram interceptados junto à costa castelhana, mais precisamente junto a Sevilha e a Cádiz, por uma armada portuguesa, capitaneada por um homem chamado Palenço, que apreendeu a carga e aprisionou a tripulação,

⁶²⁸ A manutenção deste acordo de paz e a disputa pelo oceano entre Castela e Portugal dependiam, também, do equilíbrio com os outros reinos peninsulares. O reino de Portugal só fazia fronteira com Castela e a manutenção da paz permitia-lhe alargar o seu território com segurança para o Norte de África e arquipélagos atlânticos. Já Castela tinha de considerar as relações, nem sempre amistosas, com os reinos de Aragão e Navarra, bem como a guerra de cruzada contra o reino nazarí de Granada.

⁶²⁹ Carta de Juan II a D. Afonso V de 10 de Abril de 1454. Biblioteca Nacional de España, Ms. Reservado nº 21, fls. 48-51v. Publicada em *MH*, vol. XI, doc. 236, pp. 339-345.

levando ambos para Portugal. Juan II frisava na carta que a caravela tinha sido apreendida *“estando en nuestro senhorio e jurisdiccion”*. O monarca castelhano referia também a actuação implacável de D. Afonso V com tráfico. O rei português castigava exemplarmente aqueles que eram apanhados a quebrar o exclusivo português da navegação na costa da Guiné e, neste caso, mandou cortar as mãos a um mercador genovês, estante em Sevilha, que se encontrava a bordo da caravela apreendida⁶³⁰. Juan II solicitava a D. Afonso V que os seus súbditos presos em Portugal regressassem de imediato a Castela e que a mercadoria apreendida lhes fosse restituída.

A carta de Juan II fora enviada a D. Afonso V juntamente com uma missão diplomática à corte portuguesa, encabeçada por um nobre andaluz, Juan de Gúzman⁶³¹, e pelo licenciado Juan Alfonso de Burgos, ouvidor da audiência régia castelhana. O objectivo principal, apesar da presença de um representante da nobreza andaluza, cujos portos eram os mais afectados pela repressão das autoridades portuguesas e pelos ataques dos corsários lusos (muito provavelmente com o aval da Coroa), não era o reclamar de licenças para que os armadores andaluzes pudessem comerciar na costa da Guiné. Era algo de mais complexo, pois Juan II reclamava os direitos da sua Coroa sobre este território e acusava o monarca português de ter mandado deter uma caravela, com súbditos de Castela, em águas castelhanas, o que quebrava os capítulos do tratado de paz de Almeirim, em 1431. A esta situação juntavam-se novas queixas de ataques portugueses (neste caso, de homens da Casa de Viseu), ao arquipélago das Canárias. Juan II acusava D. Afonso V de manter a neutralidade perante as actuações do infante D. Henrique, que atacava sucessivamente território castelhano nas Canárias, e de proteger os súbditos portugueses que investiam contra os naturais de Castela no seu próprio reino, com *“injuria e contumélia nuestra e de la corona real de nuestros reinos e en quebramiento*

⁶³⁰ Episódio referido na carta de Juan II a D. Afonso V de 10 de Abril de 1454. Biblioteca Nacional de España, Ms. Reservado nº 21, fls. 48-51v. Publicada em *MH*, vol. XI, doc. 236, pp. 339-345.

⁶³¹ Este Juan de Gúzman era muito provavelmente o conde Niebla, que depois viria a ser o duque de Medina Sidónia.

*de los capítulos de la dicha paz perpetua, jurada e firmada entre nosotros*⁶³². Segundo o historiador italiano Giuseppe Marcocci,

“o problema da conquista, entendida como uma porção de espaço físico reservada à ocupação e ao eventual exercício de um único poder legítimo (conceito jurídico decorrente das repartições territoriais entre as monarquias cristãs da Península Ibérica no tempo da Reconquista), era agora central nas relações entre as duas coroas que tinham vivido num clima de tensão permanente durante quase todo o século XV”⁶³³.

Desconhece-se a resposta de D. Afonso V a esta missiva de Juan II. Recordemos que, nesta altura, estavam a decorrer as negociações para o casamento da infanta D. Joana, irmã do monarca português, com o príncipe Enrique, herdeiro do trono castelhano, depois de este ter conseguido a anulação do seu primeiro casamento com Blanca de Navarra⁶³⁴.

Devido à oposição de Juan II, não é de espantar que a confirmação papal da hegemonia portuguesa a sul do cabo Bojador e do exclusivo da navegação nessas águas do infante D. Henrique, através da bula *Romanus pontifex*⁶³⁵, só tenha chegado meses após a morte do monarca, que ocorreu a 20 de Julho de 1454. Apesar de não ter conseguido travar a hegemonia portuguesa no Atlântico sul, Juan II conseguira, pelo menos, atrasar o seu reconhecimento internacional⁶³⁶. Quando finalmente foi concedida a bula *Romanus pontifex*, a 8 de Janeiro de 1455, em Castela já reinava Enrique IV.

⁶³² Carta de Juan II a D. Afonso V de 10 de Abril de 1454. Biblioteca Nacional de Espanha, Ms. Reservado nº 21, fls. 48-51v. Publicada em *MH*, vol. XI, doc. 236, p. 344.

⁶³³ Giuseppe MARCOCCI, *A consciência de um Império...* cit., p. 42.

⁶³⁴ As negociações matrimoniais entre a infanta D. Joana e o príncipe Enrique de Castela iniciaram-se em 1453, mas o casamento só ocorreu dois anos depois. O contrato de casamento data de 20 de Dezembro de 1453. AGS, *Patronato Real*, nº 4075. Leg. 49, fl. 36. Cf. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 14-23. Os capítulos matrimoniais datam de Janeiro de 1455. AGS, *Patronato Real*, nº 4078. Leg. 49, fl. 38. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 25-41.

⁶³⁵ Bula *Romanus pontifex*, de Nicolau V, emitida a 8 de Janeiro de 1455. ANTT, *Bulas*, mç. 7, nº 29. Publicada em *MH*, vol. XII, doc. 36, pp. 71-79.

⁶³⁶ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, “Os Primórdios”, em *História da Expansão e do Império Português* cit., pp. 59-61.

O novo monarca castelhano procurava o apoio de Portugal para enfrentar a difícil situação interna de Castela e do bloco-aragonês. Contrariamente ao que acontecera durante o reinado do seu progenitor, Enrique não mostrava qualquer pretensão de disputar o direito de conquista da Guiné a Portugal e, de acordo com o cronista Alonso de Palencia, escrevera a D. Afonso V pedindo-lhe que não castigasse os súbditos castelhanos quando estes fossem comerciar à costa da Guiné, desde que lhe pagassem o devido tributo, neste caso, o quinto de todas as transacções realizadas. Segundo Palencia, Enrique IV

“dió más libertad á los portugueses para sus correrias, arrastrando la vergüenza de pedir permiso al rey de Portugal para que no se molestara á los súbditos de Castilla cuando aportarem á Guinea á traficar com los naturales, sempre que pagasen á D. Alfonso el quinto de las transacciones”⁶³⁷.

Esta aproximação de Enrique IV a Portugal dava a D. Afonso V oportunidade de interferir na política interna do reino vizinho. O reinado de Juan II tinha sido particularmente conturbado, dada a permanente intervenção dos infantes de Aragão e do condestável Álvaro de Luna. Mas o de Enrique IV não lhe ficaria atrás, com a constante intervenção dos Grandes de Castela.

Analisar o alvoroçado reinado de Enrique IV de Castela não é uma tarefa fácil, sobretudo porque os discursos produzidos acerca da sua governação foram alvo de uma intensa campanha de propaganda política, tendo em vista a legitimação da sua sucessora, a rainha Isabel a Católica⁶³⁸. Não nos vamos centrar nesses discursos, que passaram quase sempre pela deslegitimação da princesa Juana, conhecida para a história como *Juana la Beltraneja*⁶³⁹, e pela impotência do rei, para nos focarmos

⁶³⁷ Alonso de PALENCIA, *Crónica de Enrique IV*, introdução e notas de A. Paz y Melia, Madrid, Tipografía de la “Revista de Archivos”, 1908, tomo IV, livro XXV, cap. IV.

⁶³⁸ Tem sido muito prolífera a produção castelhana acerca da construção de discursos propagandísticos, isto é, de poder durante esta época. É incontornável a tese de doutoramento de Ana Isabel CARRASCO MANCHADO, *Discurso político y propaganda en la corte de los Reyes Católicos (1474-1482)*, Madrid, Tese de Doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid, 2000; mas também o livro de Alfonso FRANCO SILVA, *Los discursos políticos de la nobleza castellana en el siglo XV*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2013, e a obra de Óscar VILLAROEEL GONZÁLEZ, *Juana la Beltraneja. La construcción de una ilegitimidade*, Madrid, Sílex, 2014, que se foca numa das personagens mais mencionadas ao longo deste processo, mas também mais ignoradas, a princesa Juana.

⁶³⁹ A alcunha de *Beltraneja* colocada à princesa Juana de Castela surge de rumores cortesãos de que a princesa seria filha de D. Beltrán de la Cueva, um dos nobres mais influentes da corte enriqueína, e não do rei.

apenas alguns factos que ajudarão à compreensão do cenário de guerra peninsular em que Portugal se envolveria.

Segundo o testamento do monarca defunto Juan II, deveria suceder-lhe no trono de Castela o seu filho primogénito, Enrique IV. Caso Enrique morresse sem herdeiros legítimos, deveria suceder-lhe o seu meio-irmão, o príncipe Alfonso, que era filho do segundo casamento de Juan II com Isabel de Portugal, a irmã de D. Beatriz e, portanto, sobrinho da infanta. Caso o próprio Alfonso morresse sem descendência, deveria suceder-lhe a sua irmã mais velha, a infanta Isabel⁶⁴⁰. Quando Juan II morreu, Enrique IV ainda não tinha descendência, apesar de ter estado casado treze anos com Blanca de Navarra. O rei conseguiria a anulação deste casamento para se poder casar com a sua prima, Joana de Portugal.

Do casamento de Enrique IV com a rainha Joana de Portugal acabou por nascer, a 28 de Fevereiro de 1462, uma filha, também chamada Juana, que seria a herdeira legítima do trono castelhano. Em Castela, contrariamente ao que sucedia noutros reinos, como o de Aragão, por exemplo, as mulheres podiam herdar o trono e ser monarcas reinantes de plenos poderes⁶⁴¹.

D. Afonso V já acalentava a ideia de se poder casar com a infanta Isabel desde 1464, data em que se encontrou com o seu cunhado Enrique IV em Gibraltar. Enrique, que procurava o auxílio de Portugal, propôs-lhe que casasse com Isabel e que D. João, o príncipe herdeiro do trono e ainda solteiro, casasse com a sua prima Juana, nascida em 1462 e que era, à data, a herdeira do trono castelhano⁶⁴².

⁶⁴⁰ Maria Isabel del VAL VALDIVIESO, *Isabel la Católica, princesa (1468-1474)*, Valladolid, Instituto “Isabel la Católica” de Historia Eclesiástica, 1974, p. 41.

⁶⁴¹ Note-se que as cláusulas testamentárias de Juan II ordenavam os filhos na sucessão não por idade, mas por sexo. No entanto, e apesar de os varões terem precedência, em nenhuma destas cláusulas se negava o direito sucessório a possíveis descendentes femininos. Maria Isabel del VAL VALDIVIESO, *Isabel la Católica...* cit., p. 41.

⁶⁴² Em 1465 Enrique IV concedia mesmo a Joana de Portugal, sua esposa, poderes para negociar com o irmão D. Afonso V o casamento deste com a infanta Isabel de Castela. Carta datada de 6 de Julho de 1465. AGS, *Patronato Real*, nº 4080. As capitulações acordadas entre os dois irmãos tendo em vista o matrimónio do monarca português com a infanta castelhana datam de 12 de Setembro de 1465 (confirmadas depois por D. Afonso V a 15 do mesmo mês). AGS, *Patronato Real*, nº 4080, Leg. 49, fl. 39. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 43-56.

Mas a situação interna de Castela estava longe de ser pacífica. A alta nobreza castelhana, que havia criado uma Liga nobiliárquica que se manifestava contra o mau governo de Enrique IV, reagiu desfavoravelmente ao encontro entre os dois cunhados. Nesta altura, a Liga já planeava a capitulação do rei. As negociações de Enrique IV com a Liga implicaram que este nomeasse como seu sucessor o infante Alfonso, naquele que ficou conhecido como o Acordo de Medina del Campo, de 16 de Janeiro de 1465. Não foram, neste acordo, dadas muitas justificações acerca da preterição de Juana enquanto herdeira do trono. O rei optara, simplesmente, por nomear um herdeiro varão, mas com a condição de Afonso casar com a sobrinha, Juana, que na altura tinha apenas dois anos⁶⁴³. Alfonso, agora príncipe das Astúrias, seria entregue à Liga.

Todavia, no final, Enrique IV recusou-se a assinar o acordo. Como represália, os membros da Liga decidiram, durante a conhecida farsa de Ávila, proclamar o príncipe Alfonso como seu rei. Castela viveria, então, uma situação de guerra civil encabeçada por dois reis: Enrique IV de pleno poder, e Alfonso, um jovem fantoche nas mãos dos membros da Liga da nobreza⁶⁴⁴.

A relevância da infanta Isabel em toda a situação manifestou-se em Julho de 1468, após a morte do seu irmão Alfonso. A infanta defendia que deveria ocupar o lugar do irmão, não como rainha, mas como princesa e herdeira do trono após a morte de Enrique IV. Isabel contava com inúmeros apoiantes: uns viam na jovem infanta uma oportunidade para mais facilmente manipularem a política castelhana; outros encontravam nesta nova solução uma forma de conseguir tréguas entre as duas partes, pacificando o reino⁶⁴⁵.

Em Setembro de 1468, Enrique IV acordou com a meia-irmã Isabel as condições da sua futura participação política. No tratado de Torres de Guisando negociaram conjuntamente a suspensão da guerra civil e a necessidade de providenciar sucessão legítima para o reino. Isabel, em idade núbil, deveria ser reconhecida como herdeira do trono castelhano e transferida para a corte, sob custódia de Enrique IV, até ao seu

⁶⁴³ Luís SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Isabel I, Rainha de Castela*, Coimbra, Tenacitas, 2008, p. 31.

⁶⁴⁴ Manuel FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, *Isabel la Católica*, Barcelona, Espasa, 2012.

⁶⁴⁵ Maria Isabel del VAL VALDIVIESO, *Isabel la Católica...* cit., p. 60.

casamento⁶⁴⁶. Isabel seria imediatamente reconhecida como princesa e o seu juramento outorgado em cortes. Como sustento, a princesa receberia o principado das Astúrias e outras importantes rendas⁶⁴⁷.

A chave deste acordo era, todavia, a cláusula respeitante ao casamento de Isabel. A princesa comprometia-se a casar com “quem o dito senhor acordasse e determinasse (...) de acordo com a livre vontade da parte da dita senhora infanta e com o acordo e conselho dos ditos arcebispos, mestre e conde, e não com qualquer outra pessoa”⁶⁴⁸. Ou seja, apenas Enrique IV e os seus validos tinham o direito exclusivo de lhe propor marido. Isabel tinha, porém, o direito de o recusar⁶⁴⁹. Isabel, agora princesa e herdeira, tornara-se uma noiva muito ambicionada. O rei de Aragão, Joan II, até aí neutral a esta situação castelhana, entrava agora em jogo, tentando casar a princesa com o seu filho e herdeiro, Fernando de Aragão⁶⁵⁰. Enrique IV tinha em mente uma união com Portugal. Isabel casaria com D. Afonso V e Juana com o príncipe D. João, tornando-se assim a futura rainha de Portugal⁶⁵¹.

No entanto, Isabel recusaria todas as propostas matrimoniais apresentadas pelo seu irmão e, em Outubro de 1469, acabaria por casar-se com Fernando de Aragão, sem o consentimento do seu irmão Enrique IV. O pacto de Torres de Guisando viria a ser invalidado pelo rei que, dois anos depois da sua assinatura, voltava a jurar Juana como sua herdeira.

Entretanto, em Portugal, morria o infante D. Fernando, em 1470. Antes da sua morte, o infante tinha negociado com o irmão o casamento da sua filha D. Leonor com o príncipe D. João. Pelo que, quando em 1472, após a muito divulgada conquista de Arzila, D. Afonso V recebeu nova embaixada de Enrique IV, o monarca castelhano propunha-lhe casamento com Juana, a pequena infanta de 11 anos. Era uma proposta de casamento mais polémica do que a anterior: para além da evidente diferença de

⁶⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁶⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁸ Luís SUÁREZ FERNANDES, *Isabel I...* cit., p. 52.

⁶⁴⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁰ Maria Isabel del VAL VALDIVIESO, *Isabel la Católica...* cit., p. 60

⁶⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 91.

idades, Juana era sobrinha do monarca português. Este projecto não colheu de imediato o aval de D. Afonso V. Apesar de os dois monarcas se terem voltado a encontrar nesse ano para ajustarem pormenores relativos à possível aliança matrimonial, a anuência portuguesa foi dada apenas no verão de 1474⁶⁵². Os eventos precipitaram-se com a morte de Enrique IV, a 12 de Dezembro do mesmo ano. O marquês de Vilhena, testamenteiro do monarca castelhano, escreveu a D. Afonso V incitando-o a casar com Juana e a reclamar o seu direito ao trono de Castela. Simultaneamente, Isabel e o seu marido Fernando de Aragão autoproclamaram-se como os herdeiros legítimos de Enrique IV e, pondo em causa o direito de sucessão de Juana, intitularam-se reis de Castela e Leão⁶⁵³.

Face a esta situação, D. Afonso V considerou a entrada em Castela para apoiar a sobrinha na sua pretensão ao trono. É muito interessante pensar nestas relações políticas sob o signo de uma tentativa de união ibérica, numa perspectiva de longa duração, abarcando todo o século XV⁶⁵⁴. Foram esses os termos em que Jorge Borges de Macedo colocou a questão, dizendo

“Depois de ter falhado a tentativa de unificação da Península Ibérica feita a partir do centro (Castela) para a periferia atlântica (Portugal), foi tentada a unificação, com os infantes de Aragão, passando da periferia mediterrânica (Aragão), para o centro (Castela), que também falhou. Segue-se agora, com D. Afonso V de Portugal, a tentativa de unificação passando da periferia atlântica, fortemente valorizada no século XV, para o centro (Castela), abertamente em busca de «reinos para colaboração»”⁶⁵⁵.

Havia em Portugal vozes discordantes acerca da intervenção de D. Afonso V nos assuntos castelhanos. A principal de entre elas era a do duque de Bragança, D. Fernando, primo de D. Afonso V e tio da infanta D. Beatriz. Já em 1468 o duque se tinha manifestado contra a possibilidade de D. Afonso V se casar com a infanta Isabel

⁶⁵² Saul António GOMES, *D. Afonso V...* cit., p. 202.

⁶⁵³ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁴ Sobre as relações entre Portugal e Castela ao longo do século XV veja-se a obra já mencionada de Paz ROMERO PORTILLA, *Dos monarquías medievales ante la modernidade...* cit.

⁶⁵⁵ Jorge Borges de MACEDO, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, s.l., Instituto da Defesa Nacional, pp. 60-61.

de Castela. O duque de Bragança era contra por não acreditar que este casamento trouxesse grande vantagem ou felicidade a D. Afonso V, já que colocaria Portugal numa perigosa situação de insegurança político-militar⁶⁵⁶. E, em 1474, reunido o conselho régio em Estremoz, D. Fernando manifestou-se mais uma vez contra a intervenção portuguesa em Castela, alegando que *“el-rei em tempos de tanta devisão, e com tamanho pendor contrairo como tinha, não devia entrar em Castella nem aceitar empresa d’ella, e leixala aos naturaes que a quizessem favorecer e soster”*⁶⁵⁷. Desconhecemos a posição da Casa de Viseu sobre as ambições de D. Afonso V, pois D. Beatriz não pertencia ao Conselho régio. Contudo, podemos supor que a sua opinião seria representada pelo seu tio, o velho duque de Bragança que, após a morte do infante D. Fernando, era o nobre mais importante e mais influente do país e que, nestas questões de representação política junto da corte, deverá ter assumido o seu papel de *pater familias* em relação à Casa de Viseu-Beja e à sua sobrinha D. Beatriz⁶⁵⁸.

D. Afonso V optou pela entrada em Castela. A disputa pela sucessão do trono castelhano, que há muito se vinha adivinhando, ganhou contornos peninsulares, quer com o envolvimento português, quer com o de Aragão e, pela primeira vez, o cenário de guerra estender-se-ia ao Atlântico e aos territórios extra-europeus, com ataques aos territórios da Casa de Viseu-Beja.

⁶⁵⁶ Dizia D. Fernando que a *“Necessidade de cazar, pello dalma que no sinto por proveito para nós, nem para prazer, nem para a liberdade, nem para a segurança, e para o Reyno heio por mui grande perda”*, HGCRP, tomo V, p. 89.

⁶⁵⁷ Rui de PINA, CDAV, liv. III, cap. CLXXIII, p. 73.

⁶⁵⁸ Sobre a intervenção política de D. Fernando, duque de Bragança, veja-se Maria Barreto DÁVILA, *D. Fernando I...* cit.

CAPÍTULO 5

A GUERRA NO ATLÂNTICO (1474-1479)

A guerra de sucessão castelhana e o envolvimento português no conflito têm sido alvo de renovados estudos nos últimos anos⁶⁵⁹. Contudo, a dimensão ultramarina da contenda peninsular de 1474-1479 tem suscitado pouca reflexão historiográfica, sobretudo por parte dos historiadores portugueses⁶⁶⁰. Não é fácil estudar o conflito no Atlântico, uma vez que as fontes disponíveis, designadamente sobre a participação portuguesa, são parcas. Este aspecto tem condicionado a criação uma visão de conjunto acerca da primeira guerra ultramarina disputada entre Portugal e Castela⁶⁶¹.

No que à Casa de Viseu-Beja diz respeito, foi no cenário ultramarino que a guerra de sucessão castelhana mais se fez sentir. Sem varões maiores de idade na altura, a Casa de Viseu não participou directamente no conflito em território castelhano. Ainda assim, em 1475, o duque D. Diogo foi nomeado fronteiro-mor das

⁶⁵⁹ É o caso da Tese de Doutoramento de Marcelo Augusto Flores Reis da ENCARNACÃO, *A batalha de Toro*, Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011; da Dissertação de Mestrado de António Carlos Martins COSTA, *A batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

⁶⁶⁰ Do outro lado da fronteira, para além das obras clássicas de Florentino PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla, 1948 e de Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la católica*, vol. I, (1468-1481), Valladolid, Instituto «Isabel la Católica» de Historia Ecclesiastica, 1965, destacam-se os estudos de Paulina RUFO YSERN, sobretudo “La Expansión peninsular por la costa africana. El enfrentamiento entre Portugal y Castilla (1475-1480)”, em *Congreso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. 3 – Economia e Comércio, pp. 59-79 e, mais recentemente, os trabalhos de Eduardo Aznar Vallejo, professor da Universidade de La Laguna, nas Canárias, que se tem dedicado ao estudo da guerra naval em Castela e tem trazido à luz novas fontes, sobretudo de cariz contabilístico, que nos permitem ter noção das contas das armadas castelhanas. Veja-se principalmente Eduardo AZNAR VALLEJO, “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV”, em *La Península Ibérica entre el Mediterraneo y el Atlántico, siglos XIII-XV*, coord. de Manuel González Jiménez, Cádiz, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2006, pp. 323-339 e “La expedición de Charles de Valera a Guinea. Precisiones históricas y técnicas”, *En la España Medieval*, nº 25, 2002, pp. 403-423.

⁶⁶¹ Mesmo as mais importantes sínteses sobre história militar na Península Ibérica não têm explorado este conflito, muito devido à falta de fontes. Luís Miguel DUARTE, “A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África”, em *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. 1, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 289-441 e na *Historia militar de España*, coord. de Hugo O'Donnell e Duque de Estrada, Ediciones del Laberinto – Ministerio da Defesa, 2009. Sobre isto veja-se também Manuel FLORES DÍAZ, “Historia militar y naval española medieval. Un acercamiento al estado de la cuestión”, *eHumanista. Journal of Iberian Studies* [online], vol. 10, 2008.

comarcas do Entre-o-Tejo e Odiana e do reino do Algarve. Enquanto fronteiro-mor cabia-lhe orientar a defesa do referido território, inspeccionar o estado de fortalezas, de castelos e de armazéns de artilharia, realizar alardos, etc. Devido à sua idade, o cargo foi desempenhado por D. Garcia de Meneses, o bispo de Évora⁶⁶², até 1476, data em que o septuagenário duque de Bragança, D. Fernando I, assumiu a incumbência em nome do sobrinho-neto⁶⁶³. Esta nomeação, ainda que enquadrada numa sequência de outras nomeações para fronteiros-mor feita por D. Afonso V em tempo de guerra⁶⁶⁴, deve também ser vista no quadro de recuperação dos cargos de cariz militar levada a cabo pela infanta D. Beatriz que, como vimos no capítulo 3 desta tese, incluiu a recuperação do governo da Ordem de Cristo. A ideia de D. Afonso V era não nomear os fronteiros-mor muito cedo, porque os nobres mais importantes deveriam segui-lo na sua entrada em Castela. No caso do duque de Viseu e de Beja essa questão não se colocava, visto que D. Diogo era demasiado jovem para acompanhar a hoste real. A substituição do bispo de Évora pelo velho duque de Bragança também pode ser justificada por este motivo⁶⁶⁵. Após a morte do duque de Bragança, foi nomeado como fronteiro-mor das comarcas de Entre o Tejo e Odiana D. João, o marquês de Montemor-o-Novo, durante a menoridade do duque de Viseu⁶⁶⁶.

A inexistência de notícias sobre a possível participação de uma comitiva da Casa de Viseu-Beja na guerra não invalida que alguns dos seus criados tenham estado envolvidos, provavelmente integrando as hostes pertencentes à Casa de Bragança. D. Fernando, Duque de Guimarães e genro da infanta D. Beatriz, foi nomeado condestável do exército português, e os seus irmãos, D. João e D. Afonso, capitaneavam hostes⁶⁶⁷. O que se sabe com certeza é que, também no reino, os

⁶⁶² Carta de 27 de Maio de 1475. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 68.

⁶⁶³ Carta de 27 de Agosto de 1476. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 106.

⁶⁶⁴ É o caso das nomeações feitas aos membros da Casa de Bragança, por exemplo. D. Fernando, o duque de Bragança, foi também nomeado fronteiro-mor de todas as suas terras e o seu filho Fernando, duque de Guimarães, recebeu o cargo de adiantado de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Cartas de 9 de Abril de 1476 e de 11 de Agosto de 1476. ACB, MS2166-NG 702R, fls. 104 e 114, respectivamente.

⁶⁶⁵ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 53-54.

⁶⁶⁶ Carta de 15 de Abril de 1478. ANTT, *Extras*, fl. 159.

⁶⁶⁷ Ainda que nesta altura fosse condestável do reino o seu irmão D. João, o marquês de Montemor-o-Novo.

territórios da Casa de Viseu e de Beja foram atacados. Moura é talvez o caso mais conhecido, já que o seu alcaide-mor, Lopo Vaz de Castelo Branco, de alcunha *O Torrão*, se passou para o inimigo, declarando-se conde de Moura. A fortaleza, que serviu de refúgio a muitos fugitivos que tinham trocado de lado, foi reconquistada pelo príncipe D. João em 1478, entregando-a em mãos à infanta D. Beatriz. Do assalto resultou a morte de Lopo Vaz⁶⁶⁸.

Durante este período, a infanta D. Beatriz parece ter tido uma importante posição junto do príncipe D. João, que então exercia as funções de regente, apesar de ter acompanhado o pai em Castela, durante a batalha de Toro. O monarca regressou a Portugal no verão de 1476, antes de empreender a sua viagem a França, numa tentativa de estabelecer uma aliança estratégica com o rei francês Luís XI contra os Reis Católicos. Nesta altura D. Beatriz encontrava-se no Porto com o príncipe D. João e integrou, juntamente com o Príncipe e *“todolos grandes e senhores principais do reino”*, o conselho régio de D. Afonso V onde se decidiu a partida do monarca para França⁶⁶⁹.

Apesar de as rainhas consorte terem um importante papel enquanto conselheiras do rei, não há notícia, durante o século XV, de que outra mulher tenha participado num Conselho régio. Houve infantas que assumiram regências, como já vimos, mas não apontadas para o Conselho. É interessante notar que esta participação da infanta D. Beatriz (não estamos seguros de que se trate de uma nomeação oficial) ocorreu em tempo de guerra e que, na mesma altura, também o mercador Fernão Gomes passou a integrar o Conselho régio. Em períodos de conflito, com a grande maioria da nobreza em combate fora do reino, tornava-se necessário escutar outras vozes, sobretudo aquelas que, pela sua posição política e/ou financeira, poderiam ter opiniões relevantes acerca do futuro do reino.

Numa cópia da *Crónica de D. João II* existente na Biblioteca da Ajuda, que contém alguns acontecimentos do reinado do monarca que não constam na versão final da crónica, é contado um episódio acerca da presença no Conselho da rainha D.

⁶⁶⁸ Rui PINA, *CDAV*, capítulo CCIV e Marcelo Augusto Flores Reis da ENCARNAÇÃO, *A batalha de Toro...* cit., p. 120.

⁶⁶⁹ Rui PINA, *CDAV*, capítulo CXCI.

Leonor, filha da infanta D. Beatriz, que é muito interessante para compreendermos a importância que teve a participação de D. Beatriz neste organismo. O relato refere que tendo a rainha entrado na câmara onde se reunia o Conselho, por estarem a discutir um assunto que muito lhe interessava

*“Elle [o rei] se lleuantou muy prestesmente E com toda a cortessya que lhe devya e era Razam E depois de sua Reuerencia feyta lhe disse elRey Senhora que he Jsto que querees E elle de muyto cõfiada parecemdolhe que poderia ally estar com elles lhe disse Senhor vinha pera ver Jsso que faziees E a maaneyra que no conselho senhor temdes E elRey a tomou polla mão E leuandoa a sua camara lhe foy dizendo senhora **em nenhũu conselho de Reix nem de princepes numqua se costumou nem costuma estarem Raynhas nem princesas nelle nem molher de nenhũa calidade que sseja**”⁶⁷⁰.*

A infanta D. Beatriz adquiriu um maior protagonismo político durante este conflito, como se pode ver pela sua inclusão entre os Grandes do reino no Conselho régio, algo que não tinha acontecido aquando da discussão acerca da legitimidade das pretensões afonsinas relativamente a Castela, sendo que aí a voz que representou o grupo familiar foi a do duque de Bragança⁶⁷¹. Todavia, nesta altura, D. Beatriz era a avó do herdeiro do trono e a sua filha D. Leonor tinha assumido a regência durante alguns períodos de permanência do príncipe D. João em Castela. Para além de ser próxima familiarmente do novo núcleo de decisão política, centrado nos príncipes D. João e D. Leonor, a infanta aproveitou convenientemente o cenário de guerra. Por um lado, estando a maior parte dos nobres portugueses titulados em Castela na campanha militar de D. Afonso V (as poucas excepções eram a própria D. Beatriz e o seu tio D. Fernando, o velho duque de Bragança), às mulheres cabia naturalmente uma maior participação política e administrativa⁶⁷²; por outro, os tempos de guerra eram quase

⁶⁷⁰ Este episódio é descrito num manuscrito da Biblioteca da Ajuda que é uma cópia da crónica de D. João II de Garcia de Resende, onde estão apontados alguns acontecimentos que não constam da versão final da crónica. Biblioteca da Ajuda, 47-XIII-36. Transcritos por Filipe Alves MOREIRA, “Episódios do reinado de D. João II num manuscrito do Palácio da Ajuda (1538)”, *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, vol. 3, 2015, pp. 115-128. O destaque é nosso.

⁶⁷¹ Rui de PINA, CDAV, capítulo CLXXIII.

⁶⁷² Era muito comum as mulheres assumirem o governo das suas Casas durante a ausência dos seus maridos, sobretudo durante os períodos de guerra. A condessa de Faro, por exemplo, tinha recebido o privilégio de, na ausência do marido, gozar dos mesmos privilégios que ele tinha de nomear de oficiais. Carta de 31 de Julho de 1476. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fls. 116-117.

sempre profícuos em doações régias. D. Beatriz aproveitou-o tanto quanto pôde, seguindo aqui a estratégia da Casa de Bragança⁶⁷³.

Esta proximidade familiar ao centro decisório deve ter significado também uma proximidade física, já que há uma forte probabilidade de que a infanta D. Beatriz estivesse a acompanhar a corte ou, pelo menos, a *entourage* da rainha D. Leonor desde a época da sua regência, no início de 1476⁶⁷⁴, ou mesmo desde o nascimento do novo herdeiro, D. Afonso, em Maio de 1475. Ainda que não exista muita documentação emitida pela duquesa durante esta época, a que há permite concluir que, exceptuando alguns períodos de estadia em Beja, a infanta se encontrava muitas vezes na mesma localidade da corte, ou, pelo menos, em locais próximos. Neste seu périplo deveria ser acompanhada pelos seus filhos e, por vezes, pela irmã D. Filipa, como relata um códice da Biblioteca da Ajuda que descreve uma entrada da princesa D. Leonor na cidade de Évora acompanhada pela mãe, pela tia D. Filipa e por três irmãos (provavelmente D. Diogo, o duque de Viseu, D. Duarte e D. Manuel)⁶⁷⁵. Em Fevereiro de 1476, a infanta D. Beatriz encontrava-se em Bragança⁶⁷⁶, terra do seu tio D. Fernando, numa altura em que D. Afonso V estava em Zamora e a princesa D. Leonor em Miranda do Douro. De Bragança a infanta parece ter seguido para o Porto, onde se encontrou com D. Afonso V, como já mencionámos, e depois para Lisboa acompanhando o rei⁶⁷⁷. No ano seguinte, vamos encontrá-la em Évora⁶⁷⁸ e em Santarém⁶⁷⁹ nas mesmas alturas em que a corte aí pousava e, em 1478, quando D. João reconquistou Moura, Rui de Pina afirma “*que o Principe em pessoa logo accodiu e*

⁶⁷³ De acordo com Mafalda Soares da Cunha, este período de quatro anos, desde finais de 1474 até ao regresso de D. Afonso V a Portugal em 1478, foi o segundo de maior concentração de doações por parte da Casa de Bragança. Cf. Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...* cit., p. 87.

⁶⁷⁴ Cf. Isabel dos Guimarães SÁ, *De Princesa a Rainha-velha...* cit., pp. 58-59. Carta de 24 de Janeiro de 1476. ANTT, *Gavetas*, 18, 4-24.

⁶⁷⁵ Biblioteca da Ajuda, Códice MS 51-V-69, fls. 175v-191.

⁶⁷⁶ Carta de 20 de Fevereiro de 1476 de D. Beatriz ao concelho do Funchal. Publicada em “Tombo Primeiro”, p. 76.

⁶⁷⁷ Sobre os itinerários de D. Afonso V e do príncipe regente veja-se Saúl António GOMES, *D. Afonso V...* cit., p. 305 e ss.

⁶⁷⁸ Carta de 1 de Maio de 1477 de D. Beatriz à Ilha da Madeira. Publicada em “Tombo Primeiro”, pp. 88-89.

⁶⁷⁹ Alvará de 10 de Outubro de 1477, doando o ilhéu Bravo a João Gonçalves da Câmara. ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 91-91v.

*toda a côrte após elle, e seguiu a villa e fortaleza, e a entregou á Infante D. Briatiz*⁶⁸⁰, o que nos faz crer que a infanta estivesse com a corte nessa altura.

A proximidade de D. Beatriz à corte e ao príncipe D. João, que tinha nessa altura, como já referimos, os negócios da Guiné, terá sido fulcral, julgamos nós, para a estratégia portuguesa de defesa do Atlântico e da costa da Guiné, de que muito pouco se sabe. O Atlântico não foi encarado como um possível cenário de guerra no início do conflito. Havia, claro, alguns confrontos na orla costeira mas, na realidade, a guerra no mar começou por ser uma sucessão de ataques recíprocos e algumas apreensões de carga entre portugueses e castelhanos⁶⁸¹.

No entanto, a 24 de Maio de 1475, Isabel a Católica encorajou os seus súbditos a fazerem guerra ao rei de Portugal e aos seus partidários *“por mar o por terras, com mano armada o en outra cualquier manera como mejor pudierdes podades fazer e fagades guerra e todo el mal e daño que pudierdes al Rey e Reyno de portogal e a los naturales del”*⁶⁸². No fundo, este apelo da rainha Isabel fomentava, de alguma forma, as acções de corso e pirataria de particulares do seu reino contra marinheiros portugueses, com apreensão de embarcações e tripulações e com roubo de mercadorias. Abria, também, a costa da Guiné aos castelhanos, agora com a justificação da guerra contra Portugal. Em tempo de guerra, os súbditos esperavam quase um fechar de olhos da Coroa a acções mais violentas, sobretudo se estas ajudassem a derrotar o reino inimigo⁶⁸³.

Contudo, a rainha Isabel só reivindicaria para a coroa castelhana o monopólio da conquista de África e da Guiné, incluindo o seu direito ao quinto de todas as presas, a 19 de Agosto de 1475. O que é que tinha mudado desde Maio? A reacção de Isabel surgiu como retaliação pelo facto de D. Afonso V se ter intitulado rei de Castela⁶⁸⁴.

⁶⁸⁰ Rui PINA, CDAV, capítulo CCIV.

⁶⁸¹ Cf. Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la Católica* cit., p. 179.

⁶⁸² Carta de 24 de Maio de 1475. Arquivo Municipal de Sevilha, *Tumbo de los Reyes Católicos*, fl. 19. Publicado em DP, vol. III, doc. 377, pp. 630-631.

⁶⁸³ Cf. Ricardo CÓRDOBA DE LA LLAVE, “Violencia por conflictos comerciales entre Castilla y Portugal (1475-1495)”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. 3 – Economia e Comércio, p. 178.

⁶⁸⁴ D. Afonso V intitulava-se rei de Castela, Leão, Portugal, Toledo, Galiza, Sevilha, Córdoba, Múrcia, Jaén, dos Algarves d’Áquem e d’Além-Mar, de Gibraltar, senhor de Biscaia e de Molina.

Isabel e Fernando intitularam-se, então, reis de Portugal, e assumiram que a conquista da Guiné lhes pertencia. Dizia Isabel I que

*"mis progenitores, de onde yo vengo, siempre tovieron la conquista de las partes de Africa e de Guinea, e llevaron el quinto de las mercaderias que de las dichas partes de Africa e de Guinea se rescatavan, fasta que nuestro adversario de Portugal se entremetyo de entender, como ha entendido e entiende, en la dicha conquista, e lleva el quinto de las dichas mercaderias, por consentimiento del señor rey don Enrique, mi hermano (...). E porque yo entiendo proveer e remediar çerca dello, e de tomar e reduzir la dicha conquista e las partes del dicho adversario de Portugal, e de le fazer e mandar fazer guerra e todo mal e daño, como adversario por quantas vias e maneras se pudieren fazer, e asi mesmo de aplicar el dicho quinto a mis rendas"*⁶⁸⁵.

O discurso propagandístico e de legitimação sucessória de Isabel I também tinha mudado. No primeiro documento, a rainha referia-se ao irmão Enrique IV em tom decoroso dizendo como *"por fallesçimjento del Rey don enrrique de gloriosa memoria mj Señor e hermano cuya Anjma dios Aya Subçedi en estos mjs Regnos e fuy Reçebida e obedescida"*⁶⁸⁶. Na segunda carta, a rainha assume um tom mais peremptório. Isabel já não exaltava o irmão, pelo contrário, seguia os passos dos seus progenitores que tinham tido os interesses castelhanos em conta, contrariamente a Enrique IV, um rei fraco, submetido aos interesses de Portugal, que permitira que este detivesse o exclusivo da navegação nas *"partes de Africa e de Guinea"*, cujo direito de conquista havia sempre pertencido a Castela. Enrique IV era tido como o oposto de um príncipe perfeito, para quem a finalidade última do governo seria o bem comum, algo a que a rainha Isabel I aspirava, seguindo o exemplo dos pais⁶⁸⁷.

⁶⁸⁵ Carta de 19 de Agosto de 1475. AGS, *Registro General del Sello*, tomo 1, nº 638. Publicada em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 93-94.

⁶⁸⁶ Carta de 24 de Maio de 1475. Arquivo Municipal de Sevilha, *Tumbo de los Reyes Católicos*, fl. 19. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 377, pp. 630-631.

⁶⁸⁷ Este período de conflito sucessório em Castela é profícuo para o estudo da construção propagandística dos discursos e representações. Apesar de ser abundante a bibliografia sobre esta temática são incontornáveis a tese de Ana Isabel CARRASCO MANCHADO, *Discurso político y propagada...* cit. e a recente obra de Óscar VILLAROEL GONZÁLEZ, *Juana la Beltraneja...* cit. que oferece uma visão pouco estudada do outro lado da disputa.

Reclamando direitos de soberania sobre a Guiné, Isabel a Católica almejava subverter a hegemonia naval portuguesa e desafiar o seu controlo sobre o comércio africano. Com o avançar da guerra, a necessidade de dinheiro para a manter aumentava e o tráfico com a costa da Guiné poderia trazer grandes rendimentos para as Coroas de Aragão e Castela, sobretudo se conseguissem chegar à Mina, de onde provinha o ouro português. Mas o dinheiro da costa da Guiné não seria suficiente, nem imediato e foi preciso proceder à recolha de prata nas igrejas para custear as campanhas militares⁶⁸⁸. O mesmo aconteceu em Portugal, tendo o príncipe D. João ordenado a colecta de metais preciosos nas igrejas em Dezembro de 1475. Para além desta recolha, que nem sempre terá sido pacífica, as Cortes de Évora concederam pedido e meio a ser recebido durante dois anos para o esforço de guerra⁶⁸⁹.

Para a obtenção de lucro com o comércio africano era necessário que Castela criasse um sistema eficaz de arrecadação de impostos. Isabel seguiu aqui o modelo português, sem introduzir grandes inovações. Para se ir à costa da Guiné era obrigatória a obtenção de uma licença régia e, como à Coroa era devido o quinto dos resgates, todas as embarcações a que fossem dadas licenças tinham que levar a bordo um escrivo, como forma de prevenir a fraude. Para controlar este seu novo monopólio, a rainha nomeou o doutor Antón Rodriguez de Lillo e o recebedor de Ecija, Gonzalo de Coronado. Estes dois homens eram os responsáveis pelas licenças e pela cobrança do quinto da Coroa, podiam dar licença a mercadores ou outras pessoas, de qualquer lei, estado ou condição para que pudessem ir com seus navios às partes de África e da Guiné resgatar ouro, escravos e malagueta e outras mercadorias, e arrendar o quinto a quem quisessem, pelo tempo que entendessem⁶⁹⁰. As penas para os não cumpridores podiam incluir a prisão do mestre e do capitão do navio, bem como a apreensão de toda a carga.

⁶⁸⁸ Cf. Marcelo Augusto Flores Reis da ENCARNACÃO, *A batalha de Toro* cit., p. 107.

⁶⁸⁹ Sobre isto veja-se Iria GONÇALVES, *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, Lisboa, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1964 e Marcelo Augusto Flores Reis da ENCARNACÃO, *A batalha de Toro* cit., p. 107.

⁶⁹⁰ Carta de 19 de Agosto de 1475. AGS, *Registro General del Sello*, t.1, nº 639. Publicada em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 95-97.

Até 1476 não se pode dizer que os Reis Católicos tivessem uma armada de guerra. Aliás, só nesse ano, a 28 de Maio, é que Isabel I e Fernando II proibiram os vizinhos e moradores do arquipélago das Canárias de comerciarem com portugueses⁶⁹¹. A acção de guerra castelhana no Atlântico resumiu-se a investidas particulares de corso, apoiadas e estimuladas pela Coroa. As operações de corso ao longo do ano de 1475 tinham sido muito lucrativas para os castelhanos. A título exemplificativo, refere-se o caso do agente do almirante Alfonso Enríquez, que se encontrava em Sevilha, que estimava que só as duas primeiras campanhas tivessem rendido a Castela cerca de meio milhão de maravedis⁶⁹².

Reivindicar os direitos de navegação em águas a sul do Bojador era distinto de ter efectivamente condições para exercer esses direitos. A Coroa castelhana não tinha o conhecimento necessário do regime de ventos e correntes, o que em parte lhes impossibilitava as viagens de retorno. Para mais, desconheciam as populações locais com quem os portugueses comerciavam. Era necessário recrutar pilotos, sobretudo junto dos marinheiros andaluzes, que tivessem mais experiência nestas viagens, quer através de expedições particulares não autorizadas, quer por que tivessem participado nas expedições portuguesas⁶⁹³. Este processo atrasou a preparação da expedição castelhana até ao inverno de 1475-1476. Fernando, o Católico, esperava conseguir armar em Sevilha cerca de trinta embarcações.

Para além da preparação desta frota, os Reis Católicos promoveram ainda a criação de uma armada que assegurasse a defesa do Estreito de Gibraltar e dos portos andaluzes, ao mesmo tempo que faziam guerra a Portugal pelo mar⁶⁹⁴. Álvaro de Nava foi nomeado capitão dos mares, o que equivalia a ser responsável por esta armada do Estreito⁶⁹⁵. O núcleo principal da frota seria constituído por quatro galeras, duas do

⁶⁹¹ A carta apela a que também fossem expulsos do arquipélago todos os suspeitos. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 1189. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 114-115.

⁶⁹² Cf. Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la católica* cit., p. 181.

⁶⁹³ Idem, *ibidem*, p. 180 e João Paulo Oliveira e COSTA, “Parte I- Os Primórdios” cit., p. 72.

⁶⁹⁴ Ou rio acima, já que Álvaro de Nava chegou através do rio Guadiana a Alcoutim, vila que saqueou a 6 de Outubro de 1475. Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la Católica* cit., p. 180.

⁶⁹⁵ Em 19 de Junho de 1477 a rainha Isabel ordenou ao concelho de Jerez que entregasse mil quintais de biscoito e seiscentas arrobas de vinho a Alvaro de Nava, que fora nomeado capitão das naves, para fazer guerra a Portugal. Contudo, a carta de nomeação do capitão-mor dos mares data de 7 de Julho do

dito Álvaro de Nava⁶⁹⁶ e duas do conde de Prades, a que se deveriam juntar outras embarcações de Sevilha e de Aragão⁶⁹⁷. O frete de embarcações para a defesa do Estreito foi feito a par da contratação para a esquadra da Guiné, não existindo, aliás, uma grande divisão entre as duas frotas, que actuaram em conjunto algumas vezes⁶⁹⁸.

Foi precisamente no Estreito que se deu o primeiro enfrentamento oficial entre a armada castelhana e embarcações portuguesas, na única batalha naval desta guerra de que sobreviveram relatos escritos. Durante a preparação para a Guiné, foi recebida a notícia de que Fernão Gomes preparava, em Lisboa, uma frota de vinte embarcações. Esta expedição partiu de Lisboa no inverno, ao contrário da castelhana que só partiria na estação das chuvas, menos propícia para a viagem⁶⁹⁹. Sublinhe-se aqui a referência a Fernão Gomes feita pelo cronista. É provável que Fernão Gomes continuasse a organizar expedições à costa da Mina, com licença régia, ainda que nesta altura já não tivesse o exclusivo do comércio. Relembremos que Gomes mantinha o arrendamento dos direitos da Casa de Viseu nas ilhas da Madeira e de Santiago, pelo que é muito provável que continuasse a investir nos negócios ultramarinos, mesmo depois do príncipe D. João ter assumido a sua condução. Também é possível que os castelhanos associassem a figura de Fernão Gomes ao comércio da Guiné e partissem do pressuposto de que todas as armadas que lá iam eram organizadas por ele. Contudo, o que nos parece mais certo é que a armada portuguesa tinha um perfil essencialmente comercial⁷⁰⁰.

Os castelhanos apressaram-se, então, a ultimar a preparação da sua frota de trinta caravelas que atacaria a frota de Fernão Gomes. Contudo, durante esta

mesmo ano. AGS, *Registro General del Sello*, tomo 1, nº 2391 e nº 2449. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 129-131.

⁶⁹⁶ Fretar estas duas embarcações, entre Setembro de 1475 e Maio do ano seguinte, custou à Coroa castelhana 1 257 788 maravedis. AGS, *Contaduría Mayor de Cuentas (1ª época)*, leg. 5, publicado em Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., pp. 416-423. Ver também do mesmo autor “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV” cit.

⁶⁹⁷ Cf. Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la Católica* cit., p. 179.

⁶⁹⁸ Cf. Eduardo AZNAR VALLEJO, “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV” cit., p. 327.

⁶⁹⁹ Cf. Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., p. 407.

⁷⁰⁰ Segundo Palencia, “Sabía que la numerosa armada reunida en aguas de Lisboa y destinada, según costumbre, a Guinea, al mando del portugués Fernan Gómez, tenía por fin cargar oro”. Alonso de PALENCIA, *Crónica de Enrique IV* cit., tomo IV, pp. 205-206.

preparação, outra notícia foi recebida em Sevilha, a de que duas grandes carracas genovesas se dirigiam a Portugal pelo Estreito, com uma carga apetecível⁷⁰¹ de arneses de Milão, colchas, brocados e sedas⁷⁰². Trariam estas carracas, para além dos arneses, parte das armas encomendadas por D. Afonso V para a sua entrada em Castela?⁷⁰³ As duas carracas deveriam ser escoltadas para Portugal por Alvar Mendes. Os castelhanos, capitaneados por Charles de Valera, resolveram apresar as embarcações genovesas. Contudo, a presença na armada do temível corsário Alvar Mendes precipitou a batalha naval.

A presença da frota castelhana, pronta para a batalha, intimidou de tal modo os genoveses, que estes acabaram por abandonar uma das carracas com toda a sua mercadoria. A segunda embarcação encontrou refúgio atrás da frota de Alvar Mendes, já em posição de combate⁷⁰⁴. Segundo Alonso de Palencia, a ordem de batalha era a seguinte:

*“se apartaron cinco naos las más gruesas é donde la más gente é más armada venia, é aquellos vinieron á envenstir com la vrca é com vna de las carracas é com la galeaça, que se avian todas tres encadenado; é las otras nueve pelearon com las otras dos carracas, é duró la batalla por espacio de dies é ocho anpolletas syn se poder vencer los vnos á los otros”*⁷⁰⁵.

A batalha terminou pelo fogo, com a vitória castelhana. Os portugueses, tendo já perdido duas caravelas e uma galera, puseram fogo às restantes embarcações em

⁷⁰¹ De acordo com o cronista, *“Como faltava disposición para aprestar por nuestra parte otra, con tripulación andaluza, se nos mandó al Dr. Antonio Rodriguez de Lillo e á mi que con toda diligencia buscásemos los fondos necesarios para el efecto, y que enviásemos á Guinea las embarcaciones suficientes para combatir con el enemigo. (...) Logramos aprestar para Guinea treinta embarcaciones ligeras, pues las grandes son improprias para la navegación de aquellos mares, que las carabelas cruzan”*. Alonso de PALENCIA, *Crónica de Enrique IV* cit., tomo IV, pp. 205-206.

⁷⁰² Mosén Diego de VALERA, *Epístolas y otros vários tratados*, Madrid, La Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1878, p. 70.

⁷⁰³ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 54 e 55.

⁷⁰⁴ Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la Católica* cit., p. 182.

⁷⁰⁵ Diego de VALERA, *Epístolas*, Madrid, Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1878, p. 30.

Alcácer Ceguer⁷⁰⁶, incluindo a *Borralha*, que era considerada uma das melhores do seu tempo, para evitar que mais embarcações fossem aprisionadas pelo inimigo⁷⁰⁷.

5.1. A Expedição de 1476

A primeira frota castelhana começou por ser planeada em finais de Fevereiro de 1476 por Antón Martin Neto, a quem tinha sido dada a capitania e autorização para ocupar a ilha de António (de Santiago, em Cabo Verde), cuja capitania também seria sua, com todos os direitos e privilégios que tinham os capitães da ilha⁷⁰⁸. O arquipélago cabo-verdiano surge aqui já como um dos principais objectivos estratégicos dos castelhanos, que precisavam de uma base de apoio para a exploração da costa da Guiné, sobretudo da zona da Mina.

No entanto, como esta expedição levou meses a preparar, acabou por não se realizar nos moldes em que estava prevista. A armada que efectivamente zarpar em 1476 foi colocada sob o comando de Charles de Valera, filho do cronista Mosén Diego de Valera, o mesmo que já tinha mostrado o seu valor na batalha do Estreito. A Antón Martin Neto foi dada a capitania da nau *Lequeitio*.

A expedição, com funções de guerra e de tráfico, durou cerca de cinco meses, entre Maio⁷⁰⁹ e Setembro de 1476⁷¹⁰. A frota era composta por doze embarcações: três naus biscainhas e nove caravelas andaluzas (ainda que haja fontes que mencionem trinta caravelas nesta frota⁷¹¹), todas com capitães e/ou mestres (a mesma pessoa podia acumular os dois ofícios) andaluzes, que tinham um maior conhecimento da costa africana⁷¹². Todavia, a expedição não foi bem organizada e

⁷⁰⁶ Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., p. 407.

⁷⁰⁷ Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la Católica* cit., p. 182.

⁷⁰⁸ Licença concedida pela rainha Isabel I a 28 de Março de 1476, AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 1005. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 106-107.

⁷⁰⁹ Deverá ter partido entre finais de Maio e inícios de Junho. Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., p. 407.

⁷¹⁰ Numa das suas cartas à rainha Isabel I Mosén Diego de Valera diz que esta frota navegou durante sete meses. Mosén Diego de VALERA, *Epístolas...* cit., p. 71.

⁷¹¹ Idem, *ibidem*.

⁷¹² Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., p. 408.

sofreu vários percalços. Começaram por se dirigir ao Porto Santo, arquipélago da Madeira, onde saquearam a ilha e causaram vários distúrbios. Por causa desses tumultos, o capitão-mor da armada, Charles de Valera, obrigou Pedro del Puerto, capitão da nau *Saviola*, a regressar ao porto da Barrameda. Com ele voltaram também duas naus biscainhas⁷¹³. A situação gerou motins entre as tripulações, mais interessadas na pilhagem imediata do que propriamente na ida à Mina, obrigando assim o capitão a desistir do projecto inicial, que era dirigir-se directamente à Serra Leoa. Os bens do capitão Pedro del Puerto foram confiscados em Março de 1477, já que foi considerado o responsável pelo fracasso da expedição⁷¹⁴.

Diante desta situação, De Valera optou por ir primeiro ao território dos azanegues, na costa do Saara, em busca de escravos⁷¹⁵. A documentação refere, aliás, que por causa do regresso daquelas embarcações a Barrameda, o resto da frota leu mal as estrelas e não conseguiu chegar à Serra Leoa. Este desvio impediu-os de conseguirem interceptar a frota portuguesa de vinte caravelas, provavelmente de Fernão Gomes, que regressava da Mina.

Pelo caminho, a armada de De Valera atacou o arquipélago cabo-verdiano, que era, em termos estratégicos, o mais útil para o apoio às navegações para sul. Charles de Valera saqueou a ilha de Santiago (a única povoada na altura) e aprisionou o seu capitão, o genovês António da Noli. É provável que a tomada de Cabo Verde já fizesse parte dos objectivos desta armada desde o início, considerando que a conquista da ilha de Santiago tinha sido autorizada por Isabel a Católica a Anton Martin Neto, em Março de 1476.

De um ponto de vista económico, a empresa castelhana não teve sucesso. Nem todas as embarcações chegaram à costa africana e a expedição falhou a costa da Mina. É certo que capturaram escravos, mas não cumpriram com o objectivo de se apoderarem da frota de Fernão Gomes que vinha com o ouro da Mina. É possível que

⁷¹³ AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 1985. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 120-121.

⁷¹⁴ A ordem para sequestrar os seus bens dada pelos Reis Católicos data de 3 de Março de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 1985. Publicada em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 120-121.

⁷¹⁵ Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., p. 409.

Fernão Gomes tenha sido avisado da partida da armada castelhana pelo marquês de Cádiz que, de acordo com o cronista Palencia, tinha enviado duas caravelas suas para alertar a frota portuguesa. A participação do marquês de Cádiz e do duque de Medina-Sidónia neste processo não é muito clara. Ao que parece, os dois nobres eram fortes opositores das armadas oficiais da Coroa castelhana, pois enviavam com frequência embarcações suas à costa africana para comerciar. Resta saber se com licença dos portugueses, se em consórcio com mercadores ou arrendatários do comércio, como era o caso de Fernão Gomes, se ao abrigo do apelo da Rainha Católica e com licença dela. Em troca deste aviso, o marquês esperava protecção contra a armada castelhana e uma parte dos lucros obtidos pelos portugueses. O que não aconteceu, já que as suas duas caravelas foram apresadas pelos homens de Charles de Valera, junto com a sua carga de escravos azanegues⁷¹⁶. Dos quatrocentos escravos que a sua expedição trouxe, a Charles de Valera couberam-lhe dezasseis, que o marquês de Cádiz lhe exigiu, como forma de compensação pelas suas perdas⁷¹⁷. Este confronto entre os poderes senhoriais andaluzes e a coroa castelhana resultou na doação da ilha de António (Santiago) a Enrique de Gúzman, duque de Medina-Sidónia⁷¹⁸.

Apesar do seu fracasso, a primeira expedição castelhana abriu uma nova fase da guerra no Atlântico. Durante os três anos seguintes seriam organizadas mais três armadas, num verdadeiro esforço bélico e comercial, que agora contaria com o conhecimento de António da Noli.

5.2. O Caso Da Noli

António da Noli foi preso por Charles de Valera e, de acordo com Mosén Diego de Valera, foi levado para Castela pelo seu filho Charles, que o enviou depois à rainha Isabel a Católica quando esta se encontrava na vila de Madrid⁷¹⁹. Seguindo o itinerário dos Reis Católicos, tal só deverá ter acontecido em Março/Abril de 1477⁷²⁰. A entrega

⁷¹⁶ Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., p. 409.

⁷¹⁷ Mosén Diego de VALERA, *Epistolas...* cit., p. 71.

⁷¹⁸ Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., p. 410.

⁷¹⁹ Mosén Diego de VALERA, *Epistolas...* cit., p. 71.

⁷²⁰ Antonio RUMEAU DE ARMAS, *Itinerario de los Reyes Católicos 1474-1516*, Madrid, CSIC – Instituto Jeronimo Zurita, 1974, p. 61.

voluntária do capitão de Santiago à monarca prejudicou economicamente De Valera, pois tinha recebido uma proposta de resgate de António da Noli feita por um grupo de mercadores genoveses, que se comprometiam a pagar-lhe *“dende en quatro meses mil doblas puestas en el puerto; el qual no las quiso rescebir”*⁷²¹. Seriam estes mercadores genoveses parceiros comerciais de Da Noli? Ou estavam à procura, tal como os Reis Católicos, de um homem com o conhecimento e as ligações necessárias para o desenvolvimento de relações comerciais de sucesso na costa africana?

Charles de Valera entregou à rainha o capitão da ilha de Santiago que ele tomara para a Coroa castelhana, mas com grandes sacrifícios da sua parte. De acordo com o seu pai, Mosén Diego de Valera, para além da perda das 1000 dobras que os mercadores genoveses lhe tinham oferecido por António Da Noli, o seu filho tinha ainda ficado sem os dezasseis escravos que lhe cabiam dos quatrocentos trazidos da costa africana para o marquês de Cádiz, como compensação pelas perdas que lhe tinha causado. Para mais, o duque de Medina-Sidónia exigia-lhe uma indemnização de 50 000 maravedis pelos danos causados à ilha de Santiago, que agora lhe pertencia, bem como a entrega de todo o saque⁷²². Aparentemente, o duque também disputava a entrega do capitão António da Noli.

O que sabemos, de facto, é que Fernando o Católico fez questão de ouvir Da Noli em Medina del Campo e, em Junho de 1477, ordenou que não se fizessem danos à ilha de Santiago em Cabo Verde, já que a tinha tomado para a sua Coroa e colocado António da Noli, o capitão, sob o seu serviço. Não há, neste documento, nenhuma menção ao facto de a ilha ter sido doada a Enrique de Guzmán. Escrevia o monarca que

“yo he tomado para mi e para la serenissima reyna, mi muy amada muger, e para nuestra corona real, la yslla de Cabo Verde, de que es capitan miçer Antonio de Noli, genoves; e mi merçed e voluntad es que por ella e por los vezynos e abitadores della e por el dicho miçer Antonio sea mirado como por vassalos e

⁷²¹ Mosén Diego de VALERA, *Epistolas...* cit., p. 71.

⁷²² Idem, *ibídem*, p. 72.

tierras de mi corona real (...). Porque vos mando (...) que de aqui adelante ayays la dicha ysla de Cabo Verde por mia, e al dicho miçer Antonio por mi capitan della"⁷²³.

Ou seja, o rei acabou por colocar António da Noli sob a sua protecção e manteve-o como capitão da ilha de Santiago. A única diferença é que servia agora um reino diferente e, aparentemente, detinha a capitania de toda a ilha. António da Noli, de origem genovesa, mercador ou, nas palavras de Charles Verlinden, um "‘empresário’ de colonização"⁷²⁴, foi um dos descobridores do arquipélago cabo-verdiano e o primeiro capitão da ilha de Santiago desde a primeira fase, em que a ilha tinha apenas uma capitania. Da Noli foi acompanhado pelo seu irmão e sobrinho e deve ter sido o responsável pela colonização da ilha a mando do infante D. Fernando. No entanto, como foi abordado no capítulo 2, numa fase posterior, à semelhança do que foi feito na ilha Terceira, a ilha foi dividida em duas capitanias, possibilitando a criação de dois núcleos populacionais distintos. Isto deverá ter acontecido durante os primeiros anos do governo de D. Beatriz⁷²⁵, tendo a segunda capitania sido atribuída a Diogo Afonso, cavaleiro da Casa de Viseu⁷²⁶. António da Noli deixou, assim, de ser capitão de toda a ilha, passando a sua capitania a restringir-se a metade do território.

A divisão da ilha de Santiago em duas capitanias que, como já vimos, era uma das estratégias aplicadas por D. Beatriz para incrementar o desenvolvimento do território e fomentar a criação de novos núcleos populacionais, vinha também na sequência da importante restrição imposta por D. Afonso V ao comércio entre Cabo Verde e a costa da Guiné. Uma das pessoas mais prejudicadas por estas alterações deverá ter sido o próprio António da Noli que, ao que tudo parece indicar, geria uma

⁷²³ Carta de 6 de Junho de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 2347. Publicada em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 127-129.

⁷²⁴ Charles VERLINDEN, "Antonio da Noli e a colonização das ilhas de Cabo Verde", *Revista da Faculdade de Letras*, 3ª série, 7, Lisboa, 1963.

⁷²⁵ A primeira referência que menciona Diogo Afonso e a sua ligação a Santiago é uma carta da infanta D. Beatriz datada de 28 de Junho de 1472, mas onde não se faz nenhuma alusão ao facto de ele ser capitão de metade da ilha. Publicada em "Tombo Primeiro", doc. 32, pp. 61-62.

⁷²⁶ Na carta régia de 8 de Fevereiro de 1472, D. Afonso V refere-se sempre ao "capitam da dita ylha" levando-nos a crer que nessa altura só existiria um capitão em Santiago, provavelmente Da Noli. ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 2-4. Publicada em *HGCV-CD*, vol. I, pp. 25-28. No entanto, e dado que a carta refere que o navio de que se queixava Fernão Gomes da Mina tinha sido armado pelo capitão de Santiago na ilha da Madeira, existe também a possibilidade de a carta se referir ao capitão Diogo Afonso, que se encontrava no arquipélago da Madeira a exercer o ofício de contador desde, pelo menos, Janeiro de 1470. Publicada em "Tombo Primeiro", doc. 19, pp. 49-50.

importante rede mercantil, provavelmente em parceria com outros mercadores genoveses, que colocavam os produtos da costa africana no mercado europeu. António da Noli era, portanto, um capitão do donatário e mercador cujos poderes administrativos e rendimentos tinham sido restringidos. Sentia-se prejudicado pelos portugueses, encontrava-se aprisionado pelos castelhanos e foi hábil o suficiente para negociar a manutenção da sua capitania com os Reis Católicos. Teria obtido a totalidade da ilha? Teriam os castelhanos conseguido impor a sua presença também na capitania de Rodrigo Afonso? As lacunas documentais não nos permitem perceber que tipo de condições impôs e lhe foram impostas, mas parece certo que, em parte, Da Noli partilhou o seu conhecimento acerca do tráfico e da navegação na costa africana.

O capitão de Santiago parece ter estado algum tempo em Sevilha, centro nevrálgico do tráfico e local de preparação das armadas castelhanas. A 31 de Julho de 1477, a rainha Isabel I escrevia ao almirante-mor e a outros oficiais da cidade de Sevilha a pedido de Antonio da Noli, capitão por si na ilha de António e de Fernando González, seu armador, solicitando que executassem a sentença dada contra Juan Fernández de la Cueva. Da Noli e Fernando González tinham um pleito contra Juan Fernández de la Cueva, e outros vizinhos da cidade de Sevilha, por causa de algumas mercadorias, entre elas ouro, prata, açúcares e escravos, que eles tinham tomado na ilha de Santiago. Juan Fernández de la Cueva tinha sido condenado a pagar aos queixosos, mas a sentença ainda não tinha sido executada⁷²⁷.

A documentação relativa a Cabo Verde neste período é praticamente inexistente. É, pois, difícil saber se Da Noli regressou pouco depois à ilha para a administrar em nome dos castelhanos, ou se Santiago continuou sob domínio português. O que se sabe é que, em Setembro de 1478, Fernando e Juan de Covasrruvias, mercadores de Burgos, tinham um feitor na ilha de Santiago que receava ter de sair devido à guerra. Fernando o Católico, a pedido dos mercadores, passou uma

⁷²⁷ Carta de 31 de Julho de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, leg. 147707, 328.

carta de seguro ao feitor, dando-lhe licença para que continuasse na ilha, assegurando a sua defesa⁷²⁸.

Depois desta data há um silêncio total relativamente a António da Noli e à ilha de Santiago. O documento seguinte que menciona o capitão de Santiago data já de 1497, após a sua morte. Quase vinte anos depois, D. Manuel I discute a sucessão da capitania da banda sul da ilha de Santiago, da qual Da Noli tinha continuado a ser capitão, primeiro em nome da Casa de Viseu e depois em nome da Coroa portuguesa. E a dúvida principal mantém-se: como é que o capitão genovês tinha conseguido manter a sua capitania depois da guerra e da sua traição à Casa de Viseu? Não havendo, até ao momento, documentação que nos elucide sobre este período, o que podemos fazer é retirar algumas ilações com base nas informações de que dispomos.

Em primeiro lugar, António da Noli manteve-se como capitão de metade da ilha de Santiago e esta é a única certeza que temos. Mas sob que condições? Da Noli tinha ido para Santiago nos inícios da década de 1460 acompanhado do seu irmão e do seu sobrinho, como indicámos, mas levava com ele mais pessoas, um pouco à semelhança do que tinha feito Jácome de Bruges na ilha Terceira. Acontece que as condições das duas ilhas eram muito distintas. Como vimos, a infanta D. Beatriz não teve nenhum pejo na substituição de Jácome de Bruges e dos seus herdeiros na ilha Terceira. Mas para este território, D. Beatriz tinha candidatos a capitão da sua confiança dispostos a deslocarem-se. O mesmo não tinha acontecido em Santiago. Ambos os capitães da banda norte da ilha nomeados pela infanta eram homens da sua inteira confiança, mas indisponíveis, ou sem condições para se mudarem para lá. Foram, até, os primeiros capitães do donatário a exercer o seu cargo à distância. Da Noli, pelo contrário, era o seu primeiro povoador; conhecia a ilha, a costa, o comércio e tinha mais condições do que qualquer outro para exercer o cargo de capitão. Seria António da Noli impossível de substituir? Como é que conseguiu manter-se capitão da Casa de Viseu depois da guerra?

Por outro lado, não parecem ter existido grandes distúrbios na ilha de Santiago pelo que não se pode afirmar que o seu senhorio tenha passado efectivamente da

⁷²⁸ AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 1139. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 173-174.

Casa de Viseu para Castela (ou, pelo menos, a documentação disponível não o refere). Numa análise sucinta da elite da Ribeira Grande dos primeiros anos do século XVI, possível graças à Tese de Doutoramento de Iva Cabral, salta à vista o número de familiares de António da Noli. Identificam-se grandes terratenentes ou armadores como parte da elite branca da ilha⁷²⁹. Teria a aceitação de António da Noli como capitão sido um mal menor para que a Casa de Viseu conseguisse garantir a sua soberania sobre a ilha de Santiago e o restante arquipélago?

E, por último, António da Noli não tinha filhos varões. A sua sucessão na capitania foi feita através da sua filha, Branca de Aguiar, integrando o seu dote. Não quer isto dizer que a excepção feita à Lei Mental tenha beneficiado os Da Noli, já que o futuro detentor da capitania, e marido de D. Branca, foi escolhido por D. Manuel I⁷³⁰. A escolha recaiu em Jorge Correia, fidalgo da sua Casa. Teria sido essa uma das condições impostas ao capitão da parte da Ribeira Grande para que pudesse continuar na ilha no período pós-guerra? Terá António da Noli alguma vez regressado a Cabo Verde? A carta de doação da capitania ao marido de D. Branca de Aguiar não o refere e foi dada após a sua morte.

5.3. Ataques aos Territórios da Casa de Viseu

Para além dos ataques a Cabo Verde e da pilhagem ao Porto Santo, há várias investidas contra os arquipélagos dos Açores e da Madeira perpetradas pelos castelhanos durante este período de guerra ultramarina.

As incursões ao arquipélago da Madeira não constituíam novidade, tendo sobrevivido alguns relatos de ataques ainda nos anos de 1460. Em Setembro de 1469, por exemplo, os moradores da ilha foram atacados por navios castelhanos, tendo a defesa sido organizada por cerca de seiscentos ou setecentos homens que acorreram à chamada do sino, muitos dos quais mercadores⁷³¹. Os portugueses faziam o mesmo no

⁷²⁹ Cf. Iva Maria de Ataíde Vilhena CABRAL, *A primeira elite colonial Atlântica...* cit.

⁷³⁰ A carta de doação da capitania de Santiago da parte da Ribeira (banda sul da ilha) a Branca de Aguiar data de 8 de Abril de 1497, depois da morte de António da Noli. ANTT, *Livro das Ilhas*, fls. 79-79v. Publicada em DP, vol. III, pp. 477-478.

⁷³¹ Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 18, p. 49.

arquipélago das Canárias. Organizavam expedições às ilhas maiores ainda não dominadas pelos castelhanos para obtenção de escravos, mas atacavam também as ilhas cujo senhorio pertencia a Castela, roubando e pilhando os barcos dos mercadores que aí estavam ancorados⁷³².

O ataque às possessões da Casa de Viseu, cujos homens estavam na vanguarda das navegações e do tráfico no oceano Atlântico, não era obviamente accidental. Para além destes entrepostos comerciais serem presas fáceis para a apetecida pilhagem por parte das tripulações das armadas castelhanas, já que quase não tinham defesa nem muralhas, eram também locais oportunos para a obtenção de informações acerca do tráfico e das navegações a sul do cabo Bojador e importantes pontos de apoio à navegação.

Durante a guerra, a ilha da Madeira foi, por diversas vezes, atacada por armadas castelhanas que percorriam toda a costa madeirense para assaltar barcas carregadas de açúcar⁷³³. O projecto da muralha quatrocentista do Funchal, de longe a localidade insular mais rica e desenvolvida nesta altura, é bastante posterior⁷³⁴ a estes episódios, pelo que os moradores das ilhas se queixavam ao donatário com alguma regularidade da falta de segurança e condições para a defesa. Os seus portos eram muito apetecíveis e inúmeras vezes alvo de actos de pirataria. A verdade é que a ilha da Madeira não tinha um sistema defensivo eficaz, como não o tinham as demais ilhas, já que o início da construção de cercas nas vilas dos arquipélagos atlânticos pertencentes à Casa de Viseu só se iniciaria em finais do século XV⁷³⁵. Apesar de haver notícias da existência de, pelo menos, um trabuco no Funchal durante os anos 80, fazia falta um sistema de fortificações que protegesse minimamente a vila. Foi nesse sentido que os madeirenses pediram ao donatário que mandasse construir uma fortaleza ou muros em redor do Funchal. No entanto, a infanta D. Beatriz recusou este pedido alegando que a sua fazenda não dispunha de meios para tal empresa e

⁷³² Abordaremos esta questão com maior profundidade no próximo capítulo.

⁷³³ Carta da ilha da Madeira à infanta D. Beatriz, datada de 24 de Agosto de 1479. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 62, pp. 97-99.

⁷³⁴ Cf. Iria GONÇALVES, “Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal”, em *III Colóquio Internacional de História da Madeira – Actas*, Funchal, SRTC-CEHA, 1993, pp. 253-260.

⁷³⁵ Vide Antonieta Reis LEITE, *Açores, Cidade e Território...* cit., p. 200.

recomendava aos madeirenses *“posto que a dita fortaleza por ora se não faça vos faraaees de guisa que os portos desa ylha tenhaes asy fortallezados que per elles vos seguraes”*⁷³⁶. A despesa com a defesa da ilha da Madeira foi, por isso, imputada aos locais que

*“sem a ajuda desses rregnos nis defendemos E pera qual defensam temos gastado muyto dinheyro em armas E artelharia E todos anos do mūdo gastamos E esperamos gastar como temos determjnado em fazer fortalezas pera nossa defensam”*⁷³⁷.

Ainda assim, parece que a infanta enviou armamento para o arquipélago, havendo notícias da instalação de bombardas em Santa Cruz. Em lugar da construção de estruturas defensivas, a Casa de Viseu apostou na colonização. A infanta D. Beatriz promoveu o povoamento de várias ilhas açorianas, como foi o caso das ilhas de S. Jorge, Pico e Graciosa, por exemplo, incitando depois os seus moradores a defender o que era seu. E nesta sua estratégia foi seguida pela sua sobrinha, a rainha Isabel a Católica, que também apostou na colonização das Canárias, promovendo a conquista da Gran Canária, em 1478. Assim, a guerra ultramarina, feita sobretudo à custa de episódios de saque ou de apresamento de embarcações, tripulações e mercadorias, não levou a grandes investimentos na estrutura defensiva das ilhas por parte da Casa de Viseu.

Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas destacam nas suas obras *Saudades da Terra* e *Espelho Cristalino*, respectivamente, alguns episódios de ataques ao arquipélago dos Açores que demonstram a falta de condições materiais que os habitantes das ilhas tinham para a sua defesa. Frutuoso relata um episódio interessante, passado na Praia, ilha Terceira:

“Ainda neste tempo havia guerras entre Portugal e Castela, donde vinham armadas de castelhanos (...) que foram ter à Praia, e cometendo o lugar e a freiguesia, os freigueses, por não terem armas com que se defender e serem poucos, se esconderam pelo mato; indo então os castelhanos por um

⁷³⁶ Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 48, p. 76.

⁷³⁷ Carta enviada pelos madeirenses à infanta D. Beatriz, datada de 24 de Agosto de 1479. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 62, pp. 98-100.

abobral e meloal, apanhando a eito e pondo as abobras e melões em um monte, antes de chegarem ao lugar, se subiu um dos escondidos sobre uma árvore, pelos ver melhor de mais alto e, em subindo mais, quebrou um ramo, com ele fazendo grande estrondo, o qual ouvindo os castelhanos, cuidando ser tiro de fogo, largaram logo tudo, pondo-se e fugida pera os barcos que os esperavam na areia, o que vendo a atalaia da terra, com que caiu o ramo, e dizendo-o a seus companheiros, saíram todos do mato correndo e gritando ‘mata, mata’, em alcance aos contrários, que, com a pressa, largaram a fruta colhida e as armas, que os portugueses de caminho iam tomando contra eles. O que vendo os seus batéis, fugiram com medo, com o qual também os que pela terra fugiam se deitavam ao mar, onde alguns morriam afogados, e outros foram mortos à borda de água”⁷³⁸.

O núcleo original da vila da Praia ocupava uma zona aberta e desprotegida, obrigando a sua população a refugiar-se no interior da ilha. Este ataque à vila da Praia foi um dos motivos para a fundação *ex-novo* da nova vila. A construção teve lugar assim que terminou a guerra e incluiu, finalmente, um castelo. Segundo Antonieta Reis Leite, esta nova fundação “estaria dependente da capacidade defensiva do novo lugar, pelo que não só a acertada escolha do sítio como também a posterior construção deveriam salvaguardar medidas no sentido da defesa da ilha e, naturalmente, da população”⁷³⁹. Também Frei Diogo das Chagas atribui esta nova fundação à guerra com Castela:

“E perguntando eu polla rezão de irem pouoar tam longe do mar, e fora de sua uista, me responderão alguns antigos, que fora por amor dos Castelhanos, com quem entam tinhamos guerra, como agora, e como erão poucos punhão se em parte, aonde não aparecessem as cazas do mar, por que os não destruissem”⁷⁴⁰.

Frei Diogo das Chagas menciona uma carta da infanta D. Beatriz,

⁷³⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, livro IV, p. 6.

⁷³⁹ Antonieta Reis LEITE, *Açores, Cidade e Território...* cit., p. 185.

⁷⁴⁰ Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino*, p. 218.

*“em a qual se continham entre outras couzas, que por bem dos fins de Castella, não andarem bem assentados com Portugal, e pollos nauios de Castella ja começarem de fazer alguns Danos nestas Ilhas, que ella auia por seruiço do Duque seu filho, e bem da terra e // segurança dos moradores da dita Ilha, de fazerem pouoação junto da ditta parte da Praya, aonde elle ditto Capitão, e moradores uirem que he melhor, e mais defensauel, pera cada hum aproueitar sua fazenda”*⁷⁴¹.

Segundo a carta transcrita por Frei Diogo das Chagas, a sugestão de uma nova fundação da vila da Praia partira da infanta D. Beatriz, ou era, pelo menos, algo que a infanta vinha discutindo com o capitão da Praia, Álvaro Martins Homem. Ou seja, tendo presente a difícil defesa da vila da Praia e a multiplicação de ataques castelhanos durante a guerra, a donatária, o capitão e a população acordaram uma nova fundação da vila, num local mais interior e mais defensável⁷⁴². O relato segue, dizendo que após a recepção desta carta da infanta D. Beatriz, *“todos forão juntos com o ditto Capitão, e acordarão, que não auia outro lugar pera se fazer a ditta pouoação, que tam bom fosse, e tam defensauel como na terra de Sancha Rodriguez”*⁷⁴³.

A ilha da Terceira era uma das mais desenvolvidas dos Açores, ainda que Gaspar Frutuoso afirmasse que *“eram tão poucos os moradores em toda a ilha naquele tempo, que um quarto de azeite abastava um ano a toda a gente dela”*⁷⁴⁴. Não espanta, por isso, que fosse, no arquipélago açoriano, a mais atacada pelos castelhanos, que investiram não só contra a vila da Praia, mas também contra a

⁷⁴¹ “Artigo 9º. Em que se contém o requerimento que se fez a Duarte Payim acerca de lhe tomarem a terra pera a Villa da Praya se fazer”, Frei Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino*, pp. 650-651. Datado entre 1474-1482, mas muito provavelmente posterior a 1476, ano da primeira expedição castelhana no Atlântico, como temos vindo a argumentar até aqui.

⁷⁴² Recordemos que João Vaz Corte Real quando lhe foi dada a escolher a sua capitania na ilha Terceira, e depois de ter visto uma pintura que representava a ilha, escolheu ficar com a parte de Angra, obrigando a uma troca de capitania por parte de Álvaro Martins Homem, o que já poderia significar que Angra tinha melhores condições e era mais defensável.

⁷⁴³ Duarte Paim, cavaleiro da Ordem de Santiago, e herdeiro das terras de Sancha Rodrigues, seria, por isso, desalojado, pelo que a infanta D. Beatriz lhe requereu *“que elle diga, e declare logo, onde quer que lhe seia feita outra tanta terra, quanta lhe assim he tomada pera a dita pouoação”*. Duarte Paim era o genro de Jácome de Bruges, a quem D. Beatriz tinha recusado a capitania da ilha, quebrando assim o acordo de uma capitania hereditária por via feminina feito entre Bruges e o infante D. Henrique. Veja-se nota 741.

⁷⁴⁴ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, liv. IV, p. 5.

capitania de Angra. Frutuoso relata que quando os castelhanos “*apareciam à vila, escondia cada um as suas pobreza por antre o mato e as searas do trigo*”. Diz ainda

*“uma vez escondeu um homem, que vendia, um quarto de azeite, soterrando-o em uma cova defronte da porta, e, entrando os castelhanos, a que não havia resistência dos poucos moradores, e saqueando a terra e roubando-a, foram ter à casa deste vendeiro; ali, vendo a terra fresca diante da porta, cavaram com as chuças, partezanas e lanças que levavam, armas daquele tempo, em que não havia senão algum tiro de fogo por maravilha, e, quebrando com as mesmas armas o quarto e roubando a pobreza que acharam na terra, se embarcaram e foram ter à Praia”*⁷⁴⁵.

A vila de Angra era a única das vilas atlânticas a deter um castelo, de acordo com o que relata Manuel Luís Maldonado, na sua *Fénix Angrense*, referindo que Álvaro Martins Homem “*deu principio a obra do Castello do Moinhos, cujo nome lhe foi imposto em rezação dos moinhos que a Ribeira da Cidade havia já fabricado*”⁷⁴⁶, quando ainda era capitão de Angra, portanto, antes de 1473. Apesar desta afirmação, os relatos acerca da construção do castelo são contraditórios e, nas cartas de doação da capitania de Angra a João Vaz Corte Real, só se mencionam os moinhos, construções pelas quais o novo capitão de Angra deveria indemnizar o capitão anterior. Claro que, como os moinhos eram uma das prerrogativas dos capitães, é provável que estes equipamentos tenham sido mencionados por esse motivo, sem referir o castelo. Contudo, seguimos aqui a investigação de Antonieta Reis Leite que afirma

*“o que em concreto se sabe sobre o castelo é que as obras de edificação terão terminado antes de 1495. (...) Ainda assim, é razoável aceitar que aquele lugar estrategicamente privilegiado tenha sido desde cedo eleito como espaço de abrigo e vigia, aproveitando as características defensivas intrínsecas do sítio e que surgem de modo natural pela configuração geográfica e locativa que assume o outeiro onde o castelo se construiu”*⁷⁴⁷.

⁷⁴⁵ Idem, *ibidem*, pp. 5-6.

⁷⁴⁶ Manuel Luís MALDONADO, *Fénix Angrense*, p. 100.

⁷⁴⁷ Sobre a questão da construção do castelo da vila de Angra, veja-se Antonieta Reis LEITE, *Açores, Cidade e Território...* cit., p. 65.

Gaspar Frutuoso relata um episódio relativo à ilha de Santa Maria onde a vida pessoal de João Soares de Albergaria e a guerra com Castela se mesclam:

“E, estando algum tempo na ilha, contam alguns que, andando um dia passeando à sua porta, veio uma nau de castelhanos onde vinha um seu cunhado [de João Soares de Albergaria], outros dizem que seu genro, que o queria matar; e saíram em terra com quarenta homens armados que, sem serem sentidos, deram de súbito com ele a horas de meio dia, e, tirando alguns tiros com seus arcabuzes, sem lhe empecerem, nem acertarem, acudiu um mancebo, que se chamava António Fernandes, com um montante, e tão valorosamente o fizeram o Capitão João Soares e ele e outros poucos da terra, que levaram os imigos até à rocha da Conceção, deitando dois deles pela rocha abaixo, que logo morreram, acolhendo-se os mais aos barcos e neles à sua nau”⁷⁴⁸.

Continua Frutuoso dizendo que este relato que ouvira podia muito bem ter acontecido já que outros na ilha afirmavam que

*“estando o dito Capitão João Soares, no tempo em que havia guerras antre Portugal e Castela, veio aí ter um navio de castelhanos, que quiseram entrar, e o dito Capitão se defendeu deles por espaço de dois ou três dias com um negro e quatro ou cinco homens, que somente tinha consigo, e, como eram tão poucos, **o cativaram por fim os castelhanos, depois de muito desvelado e cansado de pelejar, e o levaram a Castela, levando com ele o negro; e dos mais que tinha em sua companhia não se sabe, se vendo a coisa mal parada e sem remédio, se acolheram à serra e ficaram na ilha, ou se foram também cativos com o seu Capitão, que lá em Castela se resgatou; e, depois de ter pago o resgate e estar livre, daí a oito dias se fizeram as pazes com Portugal**”⁷⁴⁹.*

É muito difícil, claro está, comprovar a veracidade destes relatos, sobretudo quando não existem outras provas documentais que os corroborem. No entanto, a ser

⁷⁴⁸ Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da Terra*, Livro III, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2011, p. 51.

⁷⁴⁹ Idem, *ibidem*. Destacado nosso.

verdade, quer isto dizer que João Soares de Albergaria, o capitão da ilha de Santa Maria, foi feito prisioneiro por uma das armadas castelhanas que assolou a ilha, e levado para Castela como refém. Contrariamente ao episódio de António da Noli, muito comentado pela historiografia, e de que existem outro tipo de provas documentais (ainda que muito parcas em informações, como vimos), este relato da prisão do capitão de Santa Maria tem sido quase sempre ignorado. Durante quanto tempo esteve João Soares de Albergaria em Castela e com que fito, são questões a que este relato não responde.

O que os relatos revelam, no seu conjunto, é o modo como estes ataques aos arquipélagos atlânticos eram perpetrados. As armadas castelhanas e, muito provavelmente, as portuguesas, não estavam, na sua maioria, preparadas para confrontos navais. O que faziam era aportar numa ilha e saqueá-la de seguida. Não há diferenças entre estes relatos ocorridos durante a guerra ultramarina e os dos ataques de piratas, que iam simplesmente pilhar tudo aquilo que conseguissem.

Os atacantes estavam mal armados, com algumas lanças e, por vezes, até arcabuzes, mas não o suficiente para ganharem o combate com facilidade. Ganhavam, a maioria das vezes, pelo número superior de homens que tinham. As populações atacadas estavam muito isoladas e mal protegidas, sem estruturas defensivas. Assim, evitavam a maioria dos ataques procurando refúgio na zona mais interior das ilhas. No entanto, exceção feita ao Funchal, não parece haver uma defesa organizada das localidades atlânticas. Tirando alguns ataques esporádicos de pirataria, as ilhas nunca tinham sido atacadas, não havia exércitos que pudessem entrar pela terra adentro, como nas zonas de fronteira no reino, pelo que ainda não se tinha sentido a necessidade de investir em povoações fortificadas e numa estratégia defensiva concertada, com postos de vigia e artilharia capaz de atacar as embarcações que aportassem ao largo das ilhas.

Foi, contudo, feito algum investimento na defesa costeira do reino e no auxílio aos *“luguares d alem”*, como se pode depreender pelo desejo de D. Afonso V de comprar na Biscaia uma nau *“grossa e boa”* e dois barinéis especiais, para defesa da costa, bem como a necessidade de se ter sempre 500 moios de trigo para biscoito,

necessários para armadas ou para socorro das praças portuguesas⁷⁵⁰. É também possível que existisse uma armada portuguesa a defender às ilhas, ainda que a documentação não seja muito clara acerca deste ponto. Sabemos, no entanto, que os madeirenses participaram numa das armadas portuguesas que faziam a defesa contra os castelhanos. Podia tratar-se de uma armada específica para defesa dos arquipélagos, ou de umas das enviadas para deter a presença castelhana na costa da Guiné durante este período de guerra. O príncipe D. João escreve à ilha da Madeira agradecendo precisamente a participação nesta armada:

“Caualleyros fidalgos escudeyros E pouo nos ho príncipe vos enviamos muyto saudar. Fazemos vos saber que Joham gonçalves Capitã dessa ylha nos envio dizer as diligências E muyto boas vontades com que todos Junta mente E cada hum per sy vos desposestes anos serujr em essa armada que enviamos contra armada de castella E çerto nos avemos dello muyto prazer por obrardes ho que deues como leaaes E boos vassallos E seruydores E vollo agradeceremos E temos muyto em serujço E sempre por ello E pollaas boas vontades que pera noso seruyço de vos conhecemos achares em nos honrra merçee E fauor cada hum segundo sua quantidade nas cousas que nos rrequerdes esprita em evora bij dias de agosto xptouam de bayros a fez”⁷⁵¹.

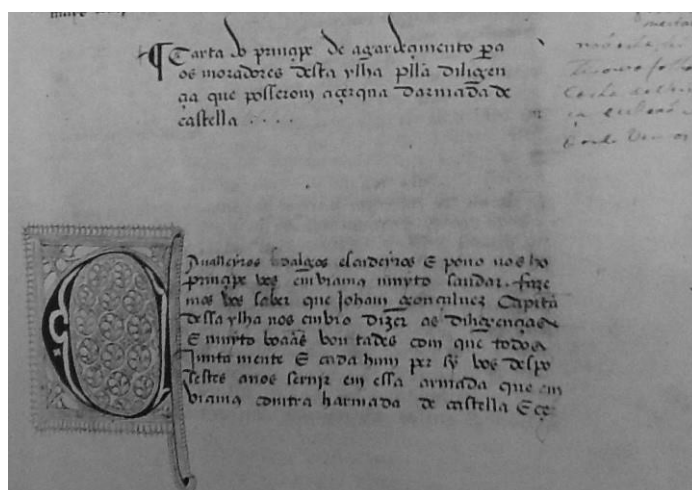


Figura 11 – Carta do príncipe D. João à ilha da Madeira

ARM, Tombo Primeiro, fls. 12-12v

⁷⁵⁰ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 60.

⁷⁵¹ Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 43, p. 73, datada erradamente de 1473, mas que deve ser coeva dos anos do conflito luso-castelhano.

5.4. As Armadas de 1477 e 1478

No ano de 1477 foi organizada uma nova expedição sobre a qual se sabe muito pouco, considerando que só existem dados sobre o frete de duas embarcações, a nau *Salazar* e a caravela *Santa Maria Magdalena*, que pertencia a Iñigo Ibañez de Artieta e, ao que parece, era capitaneada por Antón Martínez Neto⁷⁵². A organização desta armada talvez tenha estado a cargo do Doutor Lillo.

Na mesma altura, dois mercadores Francisco Bonaguisi, florentino, e Berenguer Granel, catalão, procederam à contratação de fustas e caravelas para irem à Guiné e Mina de Ouro e fazerem resgate de escravos na costa africana⁷⁵³. Não há qualquer referência ao arquipélago cabo-verdiano. É difícil dizer se tal terá sido feito no âmbito de preparação da armada de 1477, ou se se tratava de uma expedição distinta. O que se sabe com mais certeza é que os dois mercadores participam da armada seguinte, cuja frota seria composta por trinta e cinco caravelas, sob o comando do catalão Juan Boscán. Esta expedição de 1478 talvez seja a mais bem documentada, sendo possível identificar muitos dos oficiais que nela tomaram parte⁷⁵⁴. A própria nomeação de Juan Boscán, cavaleiro da Casa dos Reis Católicos, é mais específica, atribuindo-se ao capitão várias prerrogativas, entre as quais a captura de navios castelhanos ou estrangeiros que estivessem em incumprimento do exclusivo régio de navegação para a Guiné, o que nos leva a crer que os particulares estivessem a aproveitar o período de guerra para realizar expedições à costa da Guiné sem licença de nenhuma das Coroas.

A logística da expedição estava a ser preparada desde o início do ano. Apesar de a nomeação oficial do capitão datar de 6 de Fevereiro de 1478⁷⁵⁵, a 28 de Janeiro desse ano, Fernando o Católico já tinha ordenado a todas as autoridades de portos de

⁷⁵² Eduardo AZNAR VALLEJO, “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV” cit., p. 327.

⁷⁵³ A carta dos Reis Católicos a todas as autoridades dos seus portos para que permitam a Francisco Bonaguia e a Berenguer Granel armar fustas em número conveniente e a preço razoável, data de 17 de Maio de 1477. A licença para armarem as embarcações data do mesmo dia. AGS, *Registro General del Sello*, nº 2260 e nº 2264. *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 125-127.

⁷⁵⁴ O aguacil-mor, por exemplo, é Diego de Torre, camareiro dos Reis Católicos. A nomeação é de 5 de Fevereiro de 1478. AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 241. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 141-143.

⁷⁵⁵ AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 271. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 144-145.

mar que facilitassem os apetrechos e mantimentos que fossem necessários a Mosén Juan Boscán, nomeado capitão-mor da frota que se organizava para ir à Guiné⁷⁵⁶. Em Fevereiro, os Reis Católicos comissionam a Rodrigo Manrique, vizinho de Sevilha, o fabrico de biscoito nos fornos existentes em Corral de Jerez para fornecer as armadas contra os adversários⁷⁵⁷ e, em Março, a rainha Isabel I concedia um salvo-conduto a todas as pessoas que embarcassem na armada preparada por Boscán para ir à Guiné e à Mina de Ouro⁷⁵⁸. Os dois mercadores, Bonaguise e Granel, seriam os responsáveis pelas questões comerciais e de resgate.

Ainda que estas armadas tenham sido constituídas maioritariamente por embarcações contratadas (o que isentava a Coroa do elevado custo da sua manutenção), os monarcas tinham reservado para si as nomeações dos oficiais, mantendo assim o máximo de controlo sobre as mesmas. As tripulações das frotas eram recrutadas pelo armador de cada capitão e recebiam salário, que nem sempre era pago atempadamente, como se depreende pela queixa feita por Iñigo Ibañez, vizinho de Lequitio, contra Alfonso de Lugo, vizinho de Sanlúcar, para que respondesse pelos salários que este lhe devia por serviços prestados na frota que foi à Guiné⁷⁵⁹. Através destas nomeações podemos aferir que a expedição teria um carácter mais comercial do que a de Charles de Valera, em 1476.

Esta armada foi preparada em simultâneo com a armada castelhana que iria conquistar a Gran Canária. Segundo o cronista Alonso de Palencia, a coincidência das datas tinha o propósito de confundir os inimigos portugueses⁷⁶⁰. Mas não só, já que a Gran Canária lhes serviria de ponto de apoio para as expedições à Guiné, que aí se poderiam abastecer de conchas para as transacções comerciais na costa africana⁷⁶¹. Todavia, seriam as próprias trocas comerciais a prejudicar o sucesso da armada,

⁷⁵⁶ AGS, *Registro General del Sello*, t. 2 nº 183.

⁷⁵⁷ A comissão data de 3 de Fevereiro de 1478. AGS, *Registro General del Sello*, t. 2 nº 226.

⁷⁵⁸ AGS, *Registro General del Sello*, t. 2 nº 369.

⁷⁵⁹ Processo data de 28 de Janeiro de 1478. AGS, *Registro General del Sello*, t. 2 nº 175.

⁷⁶⁰ Alonso de PALENCIA, *Cuarta Década...* cit., vol. II, cap. IX, pp. 35-36.

⁷⁶¹ Ordem dos Reis Católicos para que Diego García Herrera e sua esposa, senhores das Canárias, autorizem a que Francisco Bonaguise e Berenguel Graner procurem conchas para enviar para a Guiné, datada de 26 de Maio de 1478. AGS, *Registro General del Sello*, t. 2 nº 625. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 157-158.

ficando mais de sessenta dias na costa africana, muito graças à ganância de Berenguer Granel, que pretendia obter o maior número de escravos possível no cabo das Três Pontas para posterior comercialização na Mina. A demora permitiu a chegada da frota portuguesa que arrestou as embarcações e aprisionou as tripulações⁷⁶². Esta frota portuguesa tinha antes atacado o arquipélago das Canárias, pilhando o possível para as transacções na zona da Mina. Contudo, não conseguiu evitar o desembarque dos castelhanos na Gran Canária. Após o regresso da Mina, houve casos de caravelas portuguesas apreendidas nas Canárias que aí tinham aportado em busca de mantimentos⁷⁶³.

Alguns autores, baseados na crónica de Hernando del Pulgar⁷⁶⁴, referem a existência de uma segunda expedição castelhana no ano de 1478, cujo capitão seria Pedro de Covides⁷⁶⁵. No entanto, Eduardo Aznar Vallejo, historiador que tem dedicado grande parte da sua investigação a esta temática, e cuja opinião seguimos aqui, defende que, com excepção do nome do capitão, a expedição descrita por Pulgar em tudo se assemelha à expedição de Boscán, não existindo referências documentais que comprovem a existência de duas expedições distintas⁷⁶⁶.

Simultaneamente, foram dadas diversas licenças aos membros da alta nobreza castelhana, normalmente com dispensa de pagamento do quinto das presas à Coroa. É o caso da licença dada a D. Garcia Alvares de Toledo, duque de Alba, para que pudesse

⁷⁶² A 13 de Setembro de 1478, por exemplo, os Reis Católicos dão ordem para que todos os capitães do mar entregassem a Pedro de Ortiz de Bolívar, vizinho da Biscaia, todos os portugueses que capturassem, para assim poderem resgatar os dezasseis homens que tinham sido tomados de uma caravela. AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 1060. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 171-172.

⁷⁶³ Carta dos Reis Católicos de 10 de Agosto de 1478 dando poder a Alfonso González de Guadalajara, seu tesoureiro, para cobrar o quinto de uma caravela portuguesa apreendida nas Canárias. AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 912. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 165-167.

⁷⁶⁴ Vide Hernando del PULGAR, *Crónica de los Reyes Católicos*, edición y estudio de Juan de Mata Carriazo, Madrid, Espasa-Calpe, 1943, cap. XCV, p. 333.

⁷⁶⁵ Entre eles Hipólito SANCHO DE SOPRANIS, “Charles de Valera”, *Hispania*, XLIV (1951), p. 457; Florentino PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa...* cit., p. 209; Paulina RUFO YSERN, “La Expansión peninsular por la costa africana. El enfrentamiento entre Portugal y Castilla (1475-1480)”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. 3, p. 73.

⁷⁶⁶ Sobre isto veja-se Eduardo AZNAR VALLEJO, “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV” cit., p. 329.

enviar uma caravela à Guiné com até 45 toneladas de capacidade⁷⁶⁷, ou daquela dada a D. Rodrigo Alonso Pimentel, conde de Benavente, que poderia enviar uma caravela com até 45 toneladas à Mina de Ouro, ou onde quisesse⁷⁶⁸, dispensado do pagamento do quinto⁷⁶⁹, mercê que também foi concedida a Beatriz de Bobadilla, dama da Casa da rainha Isabel desde a infância, casada com Andrés Cabrera, seu mordomo-mor⁷⁷⁰.

5.5. 1479: O Derradeiro Esforço

Em 1479, foi organizada nova frota contra Portugal. Desta vez, os Reis Católicos já não tinham meios para a financiar e o frete das vinte caravelas que a constituía foi pago com novos impostos e sisas sobre a pesca e sobre o comércio do arcebispado de Sevilha⁷⁷¹. Todos os interessados em participar nos resgates da costa da Guiné tinham obrigatoriamente de fazer parte desta armada, por motivos de segurança. Como estímulo à participação, os Reis Católicos deliberaram que *“todos los que armarem á su costa para hacer guerra y daño á los contrarios han de ser libres é francos de pagar quinto, salvo del oro y de los cautivos que tomaren á los que vienen de la Mina”*⁷⁷². Mais uma vez, a rainha Isabel parece seguir a estratégia portuguesa relativamente aos quintos (neste caso à isenção de pagamento dos quintos), já que no ano anterior também o príncipe D. João tinha concedido a mercê do quinto de todas as coisas e presas tomadas, enquanto andarem de armadas a todos (incluindo marinheiros e pescadores) que quisessem armar navios ou caravelas⁷⁷³.

As fontes castelhanas dizem pouco acerca desta armada e há autores que duvidam até que se tenha realizado. Neste sentido, é importante destacar que terá

⁷⁶⁷ A licença data de 4 de Janeiro de 1478. AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 12.

⁷⁶⁸ A licença data de 20 de Janeiro de 1478 - AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 110.

⁷⁶⁹ Mercê data de 24 de Janeiro de 1478 - AGS, *Registro General del Sello*, t. 2, nº 148.

⁷⁷⁰ Mercê concedida a 13 de Maio de 1478 - AGS, *Registro General del Sello*, t. 2 nº 563.

⁷⁷¹ Eduardo AZNAR VALLEJO, “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV” cit., p. 329, sobretudo a nota 46.

⁷⁷² Carta de 7 de Maio de 1479, publicada em Martin FERNANDEZ DE NAVARRETE, *Coleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, Madrid, Imprenta Nacional, 1858, vol. I, p. 565.

⁷⁷³ Carta de mercê de 20 de Junho de 1478. ANTT, *Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, liv. 1, fl. 175. Publicado em DP, vol. III, doc. 135, p. 176.

sido preparada ao mesmo tempo que Isabel a Católica já discutia as condições do tratado de paz com Portugal⁷⁷⁴.

No entanto, há notícia de uma armada castelhana que atacou a ilha da Madeira em Agosto de 1479. Reclamavam os moradores da ilha terem sido atacados por *“navios de castella darmada e barcos longuos nesta ylha foi feyto os quaes andaron por toda esta costa tomando barcas carregadas de açúquar e hua caravella do Algarve carregada de mercadoria”*⁷⁷⁵. Para além deste ataque à ilha da Madeira, *“no Porto de Santa Cruz foram pelejar com duas naos pollo que nos foy necesareo armarmos sobre elles as nossas custas”*⁷⁷⁶. Podem, claro, ter-se tratado de embarcações particulares. O que se sabe é que, em Julho desse ano, a dita armada ainda não tinha partido, como se pode depreender da carta de seguro passada a Alfonso de Salvatierra, que armaria um carracão e duas caravelas para a guerra contra Portugal, onde a rainha Isabel afirmava que Alfonso de Salvatierra se deveria juntar à *“armada que yo mando faser [caso esta] fuere en la mar”*⁷⁷⁷. Já aqui relatámos também o episódio em que se descreve a prisão do capitão de Santa Maria, João Soares de Albergaria. A ter ocorrido, supõe-se que tenha sido no ano de 1479, dado que Gaspar Frutuoso refere que o capitão foi depois resgatado em Castela oito dias antes da assinatura final do tratado. Não havendo mais documentação que corrobore esta versão, é difícil datar o episódio, embora seja provável que tenha ocorrido na fase final da guerra, onde as licenças a privados eram concedidas mais facilmente.

Até à assinatura final do tratado tudo era válido. Só em Dezembro de 1479 é que os Reis Católicos ordenaram aos capitães e patrões das caravelas que foram à

⁷⁷⁴ Aznar Vallejo afirma que o silenciamento sobre esta armada pode dever-se a uma minoração intencional deste projecto, após a assinatura do tratado de paz. Eduardo AZNAR VALLEJO, “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV” cit., p. 329.

⁷⁷⁵ Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 62, pp. 98-99.

⁷⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷⁷ A carta data de 7 de Julho de 1479. AGS, *Registro General del Sello*, t. II, nº 1654. Publicada em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 212.

Guiné e Mina de Ouro antes de se publicarem as pazes com Portugal, que pagassem ao rei português o quinto de tudo o que tinham trazido⁷⁷⁸.

As quatro expedições descritas constituíram fracassos para os castelhanos que não conseguiram acabar com o monopólio das navegações portuguesas a sul do cabo Bojador. Perante esta circunstância, os Reis Católicos continuaram a passar licenças a particulares, mas não voltariam a organizar uma expedição régia.

Do lado português há menos informações, mas como já referimos, o príncipe D. João apelara à participação dos privados na guerra, esclarecendo que “*emquanto asy amdarem da armada*” não pagariam o quinto⁷⁷⁹. Não era, como no caso castelhano, uma abertura do comércio da Guiné a privados, mas sim um apelo ao corso. O príncipe necessitava de gente que combatesse as esquadras castelhanas.

5.6. Perdas e Ganhos

Não obstante o pouco sucesso obtido pelas armadas régias de Castela, os resgates da Guiné tiveram uma enorme importância durante a guerra luso-castelhana. A Sevilha chegavam escravos, ouro e especiarias da Guiné, muito procurados pelos mercados nacionais e internacionais, e que terão beneficiado sobretudo os particulares que enviaram embarcações a expensas próprias.

Não há dados que nos permitam capitalizar os ganhos castelhanos e as perdas portuguesas nesta altura, mas foram certamente muito elevadas quer para a Coroa, quer para a Casa de Viseu, que recebia a vintena de todo o comércio com a Guiné. Há, ao longo de toda a guerra, notícia de embarcações portuguesas apreendidas pelos castelhanos, sobretudo nas ilhas Canárias. Foi o caso de uma caravela portuguesa capturada em Lanzarote no final de 1476/início de 1477, por Diego de Herrera e Fernando Pereza, seu filho, cujo quinto deveria ser entregue a Gonzalo Coronado,

⁷⁷⁸ AGS, *Registro del Sello*, t. II, nº 2187. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 14-16.

⁷⁷⁹ Carta de mercê do príncipe D. João do quinto de todas as coisas e presas tomadas pelas pessoas que quisessem armar navios ou caravelas. Datada de 20 de Junho de 1478. ANTT, *Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, liv. 1, fl. 175. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 135, p. 176.

recebedor da Guiné⁷⁸⁰. Ou de caravelas portuguesas apresadas por alguns vizinhos da vila de Palos que, segundo a rainha Isabel a Católica, vinham da Guiné, “*que trayen oro de la Mina e esclauos e otras mercaderias, las quaes auian ydo contra mis defendimientos e liçençia (...). Las quales dichas carauelas de portogueses e todo lo que ellas trayan es mio e me pertesçe*”⁷⁸¹. Talvez sejam as mesmas caravelas tomadas nas Canárias por Juan de la Guerra e Juan Alfonso Izquierdo, vizinhos do porto de Palos de Moguer que, em Novembro de 1477, ainda não tinham devolvido o quinto devido à Coroa⁷⁸². A preocupação dos Reis Católicos com a cobrança do quinto dos ganhos das caravelas justifica-se, também, pelo valor das mercadorias que trazem. O quinto da caravela *Boavista* tomada aos portugueses em 1477, ascendia a 11 200 maravedis, por exemplo⁷⁸³.

Verificam-se, neste período, diversas tentativas por parte da população em armar embarcações para ir à costa africana sem licença, como se pode depreender pela carta dos Reis Católicos que dava poderes a Francisco Suera, vizinho do Puerto de Santa Maria, para que impedisse de ir a África todos aqueles que não tivessem licença régia⁷⁸⁴. Apesar da guerra, havia sempre marinheiros e mercadores dispostos a tentar a sua sorte.

Certo é que mercadores dispostos a um investimento maior procuraram obter salvos-condutos ou cartas de seguro, a fim de garantir a livre-circulação entre reinos. A troca de mercadorias continuava a existir, mesmo depois da proibição de comércio dos canários com os portugueses. É o caso do salvo-conduto que os Reis Católicos

⁷⁸⁰ A sentença dos Reis Católicos data de 9 de Março de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 2012-2013. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 122-125.

⁷⁸¹ Carta de 13 de Setembro de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 2685. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 135-136.

⁷⁸² A carta de Fernando o Católico data de 2 de Novembro de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 2987. O valor do quinto destas presas devia ser considerável porque, quinze dias depois, Fernando o Católico voltava a insistir no seu pagamento. Carta de 18 de Novembro de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 3078. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 137-138.

⁷⁸³ Carta dos Reis Católicos ao concelho da vila de Palos de Moguer ordenando o pagamento do quinto da caravela *Boavista*, datada de 6 de Novembro de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 3035.

⁷⁸⁴ A carta data de 5 de Novembro de 1477. AGS, *Registro General del Sello*, t. 1, nº 3014.

concederam a Nuno Cayado, mercador português que desde, *"mas tiempo de quinze años a esta parte vos avedes venido e entrado en los nuestros reynos de Castilla por mar e por tierra, com vuestras mercadurias que trayades de las yslas de la Madera e Canarias e otras partes"*⁷⁸⁵, para que pudesse voltar a entrar em Castela com os seus navios, ao mesmo o tempo que lhe perdoavam *"qualesquier robos"* que nas guerras passadas pudesse ter cometido.

5.7. O Pedido Extraordinário aos Arquipélagos

A documentação sobre o dia-a-dia dos arquipélagos atlânticos durante o período de guerra ultramarina é, como já vimos, muito parca. Contudo, houve um assunto que gerou uma intensa troca de correspondência entre a Coroa, a Casa de Viseu e os arquipélagos: o pedido extraordinário para pagamento do esforço de guerra, aprovado em Cortes, e que foi muitíssimo contestado pelos habitantes das ilhas. Aspecto que não pode deixar de ser considerado quando se analisam os ganhos e as perdas da guerra ultramarina entre Portugal e Castela⁷⁸⁶.

A documentação disponível acerca da contestação das ilhas a este pedido extraordinário é toda respeitante à ilha da Madeira. Todavia, podemos supor que se estendesse às ilhas dos Açores, ainda que os valores diferissem bastante e o seu peso político e económico fosse, por isso, menor. O arquipélago cabo-verdiano que, como vimos, sofreu um ataque castelhano durante o período em causa, sofrendo certamente bastantes danos materiais, estava isento de participar neste pedido. O arquipélago cabo-verdiano era também, nesta altura, o que menos lucros gerava; a ter contribuído, deverá ter sido com uma quantia muito inferior à dos outros dois arquipélagos.

Como referimos, a solicitação extraordinária para ajudar no esforço de guerra foi decidida em Cortes, no ano de 1478. Foi, então, aprovado um pedido de 80 milhões de reais, distribuídos da seguinte forma: 60 000 000 pagos pelo povo; 10 000 000 pelos Grandes do reino e por fidalgos e os 10 000 000 que restavam *"pllos clerigos quatro*

⁷⁸⁵ Salvo-conduto de 30 de Novembro de 1477. AGS, Registro General del Sello, t. 1, nº 3144.

⁷⁸⁶ Sobre esta questão veja-se o artigo de Fernando Jasmins PEREIRA, "Participação da Madeira no Pedido e Empréstimo de 1478", em *Estudos sobre História...* cit., pp. 297-321.

*milhõees e meyo e pllos judeos quatro mjlhõees e cem mjll E per esa ylha da madeyra hum mjllhom e Duçemtós mjll E per essas outras ylhas nom comtamdo cabo verde Duçemtós mjll*⁷⁸⁷.

Esta carta de D. Afonso V enviada à Madeira em Agosto de 1478 não era, aparentemente, a primeira que o monarca emitia, embora seja a única que subsiste no Tombo Primeiro da Câmara do Funchal. Nela, D. Afonso V estabelecia também a forma como a cobrança deveria ser feita: *“Fazaees tres taxadores em legidos per vos outros que Repartam ho Dito mjllham E Duçemtós mjll rrs per todos soldo alibre e Segundo suas fazendas o quall ha De seer paguo ametade Em este presemte anno E a metade nestrouto que vem*⁷⁸⁸. Ou seja, o rei ordenava que o povo da ilha da Madeira elegeisse três pessoas responsáveis por cobrarem a taxa extraordinária, que deveria ser dividida por todos os contribuintes. O valor de 1 200 000 reais deveria ser pago em duas prestações, uma a saldar em 1478 e a outra no ano seguinte. O rei equacionava ainda a hipótese de que parte da verba pudesse ser paga pelos produtores de açúcar madeirenses em género. Este açúcar deveria ser comprado pelos mercadores indicados pela coroa a 400 reais/arroba.

Ao que tudo indica, os madeirenses recusaram o pedido régio. Assim, em 1479, D. Afonso viu-se na necessidade de escrever novamente à ilha, insistindo no pagamento. Nesta carta, datada de 18 de Julho de 1479, o monarca alude à missiva que lhe tinha sido enviada pelos madeirenses, onde estes argumentavam que já tinham despendido grande fortuna no povoamento da ilha e também na sua defesa durante o período de guerra. Ora, o rei, apesar de reconhecer o esforço dos madeirenses, contra-argumenta com os privilégios que os moradores da ilha detinham, sobretudo quando comparado com os demais súbditos do reino. D. Afonso V conclui explicando

“vos soees meos E de meos rreygnos E a defensam vossa amj pertence do que por ello spender E poeer totalas mjnhas forças E destes meos rregnos asi soes vos tiudos do fazer polla defemsam destes meos rregnos E pollo que tanto toqua aa

⁷⁸⁷ Carta de D. Afonso V à ilha da Madeira acerca do pedido extraordinário de guerra. Datada de 17 de Agosto de 1478. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 55, p. 90.

⁷⁸⁸ Idem, p. 91.

*mjnha honrra e estado E de vees de saber que pera defensam do rregno de que cada hum he solecto E naturall todos som theudos pagar seruyr E contribuir*⁷⁸⁹.

Queria com isto dizer que a defesa das ilhas cabia ao rei, ainda que, como vimos, não tivesse sido o poder central, isto é, a Coroa e/ou a Casa de Viseu a investir na defesa das ilhas. Em todo o caso, o rei só poderia defender o seu reino se todos os seus súbditos contribuíssem para essa despesa.

Da mesma forma que escreveram ao rei, os capitães da ilha da Madeira devem ter escrito ao donatário acerca da contribuição para o pedido extraordinário, que consideravam injusto, principalmente devido às condições adversas em que viviam, tão afastados do reino, e às despesas que tinham empreendido para a defesa da ilha dos ataques das armadas castelhanas.

A primeira carta (conhecida) da infanta D. Beatriz à ilha da Madeira sobre este assunto foi escrita cerca de uma semana depois da carta do rei. Na missiva, a infanta admitiu ter tentado junto do monarca que a ilha fosse escusada do pagamento. No entanto, refere *“posto que eu ho requeresse E alegasse por parte de vos outros todo ho que me pareço que pera vossa liberdade E escussa de tal tributo se deuya alegar E rrequerer ho dito senñor determjna averdes de pagar a dita soma”*⁷⁹⁰. D. Beatriz explicava também que a fazenda régia, devendo certa quantia ao duque de Viseu, tinha proposto, em troca, dar-lhe o montante da dívida da Madeira, que o duque deveria depois fazer cobrar. A infanta não tinha ainda optado por esta solução por não saber a opinião dos madeirenses. Ou seja, perante a dificuldade de cobrança no terreno da quantia pedida à ilha da Madeira e face à sua recusa em realizar o pagamento, o rei passava a cobrança da dívida para as mãos, isto é, para a máquina administrativa da Casa de Viseu-Beja. Caso aceitassem este acordo, a infanta e o duque de Viseu comprometiam-se a solicitar a D. Afonso V que isentasse a ilha da Madeira de todos os pedidos futuros.

⁷⁸⁹ Carta de D. Afonso V à ilha da Madeira, datada de 18 de Julho de 1479. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 61, pp. 95-96.

⁷⁹⁰ Carta da infanta D. Beatriz à ilha da Madeira, datada de 25 de Julho de 1479. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 61, pp. 96-97.

A resposta da ilha da Madeira não se fez tardar. Para além dos muitos elogios e agradecimentos à actuação da infanta D. Beatriz nesta questão, as capitánias do Funchal e de Machico frisavam que já tinham contribuído com 4000 arrobas de açúcar para o esforço de guerra e, por isso, não compreendiam porque é que a eles os tratavam com *“mais agrauo que aa mays pequena villa destes regnos”* e, ignorando a sua honra, os obrigavam a pagar como se fossem *“Judeus peiteyros”*. E mais ainda, não compreendiam a quantia que lhes era exigida quando eles estavam tão afastados do reino *“E sempre sem seu socorro dos ymigos perseguidos, como vosa senñoria sabe”*. Relatam ainda diversos episódios, entre os quais um bem recente, de 14 de Agosto de 1479, em que

*“per naujos de castella d’Armada E barcos longuos nesta ylha foy feyto os quaaes andaron por toda a costa tomando barcas carregadas daçuquar E hũa carauella do algarue carregada de mercadaria pera esta ylha em que vynham tam bem quantos pera a ygreja E luando homens catiuos atreuendo se atanto que no porto de santa cruz foram pelegar com duas naos pollo qual nos foy necesareo armarmos sobre eles as nossas custas”*⁷⁹¹.

Explicam também os madeirenses que

*“sem a ajuda desses rregnos nos defendemos E pera qual defensam temos gastado muyto dinheyro em armas E artelharia E todos anos do mūdo gastamos E esperamos gastar como temos determynado em fazer fortalezas pera nossa defensam E tam terra oque nam somente nos deue rreleuar de taes pedidos pagarmos”*⁷⁹².

A esta argumentação juntava-se ainda o facto de a ilha sofrer uma carência de trigo, que devia ser importado de fora do reino, aspecto que aumentava certamente o custo de vida. À infanta caberia apresentar todas estas questões ao monarca, para que este compreendesse o motivo da recusa em pagar o pedido extraordinário de guerra. Finalmente, davam conta de mais um aspecto em relação ao qual a duquesa de Beja não poderia ser indiferente: *“por que se pam a esta terra nam vem nam sera njhum*

⁷⁹¹ Carta enviada pelos madeirenses à infanta D. Beatriz, datada de 24 de Agosto de 1479. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 62, pp. 98-100.

⁷⁹² *Ibidem*.

que açuquar posa fazer” e isso significaria uma grande perda *“das reendas do duque nosso senñor”*⁷⁹³.

Na sua carta de resposta a infanta voltou a frisar a boa vontade com que apresentou os argumentos madeirenses ao rei que, no entanto, conclui *“em nenhum causso este dinheyro ñ poderia soltar”*⁷⁹⁴. Na carta, a infanta elenca diversas soluções, explicando que parte do dinheiro poderia ficar na ilha para pagamento de dívidas que a Coroa tinha de açúcar ainda não pago, etc. E conclui a missiva dizendo que lhe voltassem a escrever com a sua decisão *“e trabalharey njso com muy booa vontade E farey todo ho que me mj for por vos njsto”*⁷⁹⁵.

O assunto continuaria a arrastar-se, sucedendo-se a troca de missivas entre a Coroa, a ilha e a Casa de Viseu. Foram, também, enviados escudeiros régios à Madeira, Diogo Afonso e João Dias, para a cobrança de 1 200 000 reais, que a ilha se recusava a pagar. No entanto, os dois escudeiros acabaram por não arrecadar o dinheiro, pois os madeirenses alegavam ter enviado um procurador à infanta D. Beatriz para poder negociar a troca desta verba. Trocar-se-ia o pedido régio pelas dívidas da coroa à ilha que totalizavam duas mil arrobas de açúcar. Os primeiros procuradores enviados ao reino a fim de discutirem presencialmente a questão com a duquesa, Duarte Pestana e Diogo Cabral, sofreram, entretanto, um percalço: tendo partido no mês de Maio de 1480, tinham tornado *“do mar com naujo aberto E dispois estando prestes pera partir em outra caruella vieram nouas do algarue que per todos hos lugares da costa deste rreygnos morriam”*⁷⁹⁶. E, por isso, os madeirenses voltavam a escrever à infanta, solicitando-lhe que negociasse com o rei o não pagamento do pedido, em troca de saldarem a dívida da coroa de 2000 arrobas de açúcar, ao preço de 400 reais/arroba,

⁷⁹³ *Ibidem*.

⁷⁹⁴ Carta enviada pela infanta D. Beatriz à ilha da Madeira, datada de 15 de Outubro de 1479. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 63, pp. 100-101.

⁷⁹⁵ *Ibidem*.

⁷⁹⁶ Carta da ilha da Madeira à infanta D. Beatriz, datada de 6 de Junho de 1480. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 67, pp. 103-104.

soma que daria 800 000 reais⁷⁹⁷. Sendo que a ilha deveria ser poupada de pagar o remanescente devido às despesas de guerra e abastecimento que tivera de enfrentar.

Em 1481, depois de ter ouvido o procurador Pero Lourenço, a infanta urge à ilha da Madeira que pague a verba solicitada pelo rei, dizendo

*“me parecee que esta cousa nom tem Ja outro Remedio Se nam pagar por que no tempo que Se podera Remediar vossos vagaraes a danaram E agora querendo mais emsistir Em não pagar poderia ho Dito Snñor Sair com hũa Detrimjnaçam pior de correger”*⁷⁹⁸.

A contenda com a ilha da Madeira terminaria no verão de 1481. Contudo, o monarca não aceitaria os argumentos apresentados pela ilha, pois não pagavam qualquer tipo de impostos à Coroa. É certo que tinham investido na defesa do território, mas isso também o fizeram diversas vilas de fronteira do reino. E, sobre o empréstimo das 2000 arrobas de açúcar, o rei indica que havia sido decidido em Conselho régio que as dívidas contraídas para pagamento do esforço de guerra não fossem pagas pela Coroa, pois todo o reino tinha obrigação de contribuir para a sua defesa. Ainda assim, D. Beatriz conseguiu negociar com o príncipe um abatimento no valor do pedido extraordinário que passaria a 800 000 reais, 600 000 pagos imediatamente⁷⁹⁹ e os outros 200 000 dependendo do montante de dívidas da Coroa aos produtores de açúcar⁸⁰⁰.

⁷⁹⁷ Carta da ilha da Madeira a D. Afonso V, datada de 6 de Junho de 1480. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 68, pp. 104-105.

⁷⁹⁸ Carta da infanta D. Beatriz enviada à ilha da Madeira a 25 de Abril de 1481. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 69, p. 108.

⁷⁹⁹ A forma como a cobrança deveria ser feita já tinha sido estabelecida pela infanta D. Beatriz no ano anterior. A ilha da Madeira deveria eleger quatro homens, dois da câmara e dois dos mestres, que avaliariam as fazendas de toda a gente, de forma a estabelecer o valor que cada um pagaria. Carta da infanta D. Beatriz enviada à ilha da Madeira em 24 de Agosto de 1480. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 69, p. 106. A 1 de Julho de 1481, o rei voltava a escrever à ilha da Madeira solicitando que concentrassem os 600 000 reais nas mãos de um só homem, de forma a que quando Diogo Afonso, escudeiro régio, fosse à ilha arrecadar o dinheiro, a sua entrega fosse mais expedita. Carta de D. Afonso V à ilha da Madeira. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 76, p. 115.

⁸⁰⁰ Carta do rei à ilha da Madeira, de 12 de Junho de 1481. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 73, pp. 110-111.

Apesar de haver muito poucos dados sobre a guerra ultramarina com Castela, sobretudo do lado português, cuja estratégia, como vimos, devia estar alinhada com a da infanta D. Beatriz, cremos que se podem, ainda assim, retirar algumas conclusões. A primeira diz respeito ao facto de as frotas de guerra castelhanas terem, quase sempre, além do propósito militar, uma missão comercial. O seu objectivo é não só comerciar na costa da Mina, mas também atacar as armadas portuguesas que continuassem a dirigir-se a este território. Desconhecemos se terá havido uma ou mais viagens portuguesas por ano nesta altura, e se houve um reforço de carácter bélico ou não. Mas continua a haver circulação de mercadores, portugueses e estrangeiros, a sul do Cabo Bojador. E o príncipe D. João continuou a promover, dentro do possível, a descoberta de terras a sul, como se depreende pela carta em que se refere o seu criado João Roiz *“morador no termo de symtra que vay por capitam de huua caruella de descobrir aas partes da guinea”*⁸⁰¹. Para além das missões comerciais, continuavam a existir expedições de descoberta, mais uma prova de que a hegemonia portuguesa a sul do Bojador não estava ameaçada. O conhecimento nesta altura vale, quase literalmente, o seu peso em ouro. Veja-se a carta de alforria dada a João Garrido, natural da Guiné e escravo de Gonçalo Toscano, morador em Lagos. Esta alforria era-lhe dada em atenção aos serviços que, como língua, prestara e poderia prestar na Guiné⁸⁰². E é também essa a importância de António da Noli, homem com um conhecimento acerca da navegação das ilhas e do comércio com a costa tropical africana que o tornava insubstituível.

Ainda assim, é difícil compreender a actuação portuguesa através das fontes disponíveis. O que sabemos é que não houve um reforço na estrutura defensiva das ilhas levado a cabo pelo poder central, quer ele fosse a Coroa ou a Casa donatária, ainda que tenha havido envio de armamento mais moderno. Com excepção do arquipélago de Cabo Verde, o mais estratégico para os castelhanos e o menos povoado nesta altura, logo de conquista mais fácil, os restantes arquipélagos cujo senhorio

⁸⁰¹ Carta de 3 de Dezembro de 1478. ANTT, *Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, liv. 1, fl. 172v. Publicada em *DP*, III, p. 178, doc. 139.

⁸⁰² Carta de 18 de Agosto de 1477. ANTT, *Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, liv. 1, fl. 64. Publicada em *DP*, III, doc. 132, pp. 173-174.

pertencia à Casa de Viseu parecem não ter sido alvo de tentativas de conquista, mas sim de pirataria.

É também claro que os portugueses tentaram impedir a tomada da Gran Canária interceptando, sempre que possível, as frotas castelhanas (muitas vezes com informação privilegiada recebida da nobreza de Castela, que colabora activamente no comércio da Guiné).

Continuamos sem saber nada sobre os encontros navais entre as armadas portuguesas e castelhanas. Terão existido combates ou somente apreensão de embarcações? Sobre o armamento a bordo sabemos apenas que as embarcações castelhanas estavam apetrechadas de pólvora, e há algumas notícias sobre a existência de bombardas⁸⁰³. Vimos, também, que os castelhanos que abordavam as ilhas para as saquear estavam, na sua maioria, armados com lanças.

Mesmo antes do final oficial da contenda, nas negociações de paz entre Portugal e Castela, que decorreram em Alcántara – Castela, isto é, entre a rainha Isabel a Católica e a infanta D. Beatriz, sua tia, a devolução dos quintos das presas foi uma das questões mais discutidas, já que Castela reconheceu, logo no início das conversações, a hegemonia portuguesa a sul do cabo Bojador, como veremos no capítulo seguinte.

⁸⁰³ Cf. Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedición de Charles de Valera a Guinea...” cit., pp. 403-423.

CAPÍTULO 6

NEGOCIAR O ATLÂNTICO: O TRATADO DE ALCÁÇOVAS-TOLEDO

O caminho para a resolução da guerra luso-castelhana iniciou-se com as conferências de Alcántara entre a rainha Isabel I de Castela e a infanta D. Beatriz, em representação do reino de Portugal. Deste encontro saíam os primeiros esboços daquilo que viria a ser o tratado de paz de Alcáçovas-Toledo. Ao longo de uma semana, as duas mulheres debateram os êxitos fundamentais do tratado que, para além da criação de novas fronteiras no Atlântico, resolveria a questão dinástica castelhana através do tratado das terçarias de Moura. Em ambos, a infanta D. Beatriz teria um papel político fundamental.

6.1. A Paz das Mulheres

A presença de mulheres em contextos diplomáticos era comum durante a Idade Média. Estas eram frequentemente escolhidas como interlocutoras nos processos de paz, já que a mediação era tida como uma das principais esferas da acção política feminina. A própria hagiografia faz muitas vezes uma associação entre as mulheres e a paz, salientando a sua natureza mais propícia à concórdia e à piedade. Nestas obras são também dados inúmeros exemplos da participação das mulheres em processos de regulação de conflitos tidos, nesta altura, como paradigmáticos⁸⁰⁴. Como vimos ao longo do capítulo anterior, os cenários de guerra proporcionavam mais oportunidades de intervenção política das mulheres, substituindo os homens quando estes estavam ausentes. Mas a intervenção feminina nos processos de mediação de conflitos era algo mais usual e, principalmente, mais consensual. O poder de mediação

⁸⁰⁴ A revista *E-Spania* dedicou recentemente um número às questões relacionadas com as mulheres e a paz, com um dossier temático intitulado *La Paix des dames. Femmes, paix et pacification en péninsule ibérique au moyen âge (Xe-XVe siècle)*, sob a direcção de Monica Güell e Georges Martin, que é um bom ponto de partida e reflexão para esta temática. *E-Spania*, nº 20, Février 2015, disponível em: <https://e-spania.revues.org/24072> (consultado a 26 de Junho de 2016).

era uma das prerrogativas mais importantes do papel das rainhas-consorte, por exemplo⁸⁰⁵.

A participação feminina na mediação de conflitos ao longo da Idade Média manifesta-se, sobretudo, em dois planos de acção. O primeiro, e o mais óbvio para a época e temática que estamos a trabalhar, diz respeito à prática matrimonial, isto é, à intervenção das mulheres como garantia do cumprimento dos tratados de paz, ou da execução de outros acordos entre nações. Mais adiante daremos um exemplo concreto, levado a cabo durante as negociações de paz entre Portugal e Castela. O segundo plano é o agencial, ou seja, o da intervenção das mulheres, mães, irmãs, esposas, etc., em diversas modalidades de conflitos, normalmente de origem familiar⁸⁰⁶.

Os casamentos entre infantas e reis de diferentes reinos da Península Ibérica durante a época medieval potenciaram enormemente a intervenção das mulheres da família real nos rituais femininos de paz, para utilizar a expressão de Nicolas Offenstadt, um dos primeiros autores a debruçar-se sobre a temática das mulheres e da paz na Idade Média⁸⁰⁷. No fundo, cada infanta casada num reino estrangeiro tinha o potencial de ser um agente diplomático do seu reino de origem e actuar na gestão de conflitos entre a sua parentela, portanto, entre a sua família e a do seu marido. Esta rede de relações pessoais criada entre reinos era uma das mais importantes máquinas da diplomacia medieval e a sua rentabilidade política era normalmente bastante efectiva. Não nos esqueçamos de que estas práticas funcionavam porque se sustentavam numa sociedade política que tinha como um dos seus pilares a família e as relações de parentesco⁸⁰⁸.

⁸⁰⁵ Veja-se o artigo de María Jesus FUENTE, “¿Espejos de Esther? La intercesión como tarea política de la reina (León-Castilla, siglos xi-xiii)”, *E-Spania*, nº 20, Février 2015. Disponível em: <https://e-spania.revues.org/24112>

⁸⁰⁶ Cf. o artigo de Ángela MUÑOZ FERNÁNDEZ, “La mediación femenina como forma de acción política. Tiempos, contextos y transformaciones de un rol político (Castilla, siglos XIV-XV)”, *E-Spania*, nº 20, Février 2015. Disponível em: <https://e-spania.revues.org/24146> (consultado a 26 de Junho de 2016).

⁸⁰⁷ Cf. Nicolas OFFENSTADT, “Les femmes et la paix à la fin du Moyen Âge: genre, discours, vîtes”, in *Le règlement des conflits au Moyen Âge*, Publications de la Sorbonne, 2001, pp. 317-333. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/shmes_1261-9078_2001_act_31_1_1797 (consultado a 26 de Junho de 2016).

⁸⁰⁸ Ángela MUÑOZ FERNÁNDEZ, “La mediación femenina como forma de acción política...” cit..

O tratado de Alcáçovas-Toledo é um dos melhores exemplos da intervenção feminina na política luso-castelhana. A infanta D. Beatriz era, efectivamente, a figura melhor posicionada para discutir o tratado com a rainha Isabel I. Sendo familiar próxima de ambas as partes – recordemos que era tia da rainha de Castela, cunhada do monarca português e tia e sogra do príncipe D. João –, a infanta tinha também um grande conhecimento das questões em causa, estando a sua própria Casa envolvida na guerra, sobretudo no Atlântico, como já vimos. Ao longo das últimas décadas, Portugal tinha colocado duas infantas no trono castelhano: Isabel de Portugal, a irmã de D. Beatriz, casada com Juan II, e Joana de Portugal, irmã de D. Afonso V, casada com Enrique IV e mãe da rainha Juana, a Beltraneja. Para além disso, D. Isabel de Barcelos, mãe de D. Beatriz, viúva do infante D. João e filha de D. Afonso, o 1º duque de Bragança, tinha ido para Castela para poder ajudar a sua filha Isabel de Portugal na criação dos infantes Alfonso e Isabel. Mas Isabel de Barcelos tinha morrido em Arévalo, em 1465, e a rainha Joana de Portugal morrera em 1475, durante a guerra luso-castelhana⁸⁰⁹.

De qualquer forma, a rainha Joana de Portugal representava apenas os interesses do seu irmão D. Afonso V e da sua filha, Juana. Sobrava Isabel de Portugal, rainha-viúva e mãe de Isabel a Católica. Mas a rainha-mãe estava retirada nas suas terras de Arévalo há vários anos, devido à sua loucura, de acordo com algumas fontes. Louca ou não, a verdade é que Isabel de Portugal estava mentalmente incapacitada, o que a impedia de cuidar dos seus senhorios sozinha, pelo que também não se encontrava em condições de auxiliar a filha no seu acesso ao trono e de comandar as negociações de paz com Portugal.

A infanta D. Beatriz era, por isso, neste contexto, a melhor aposta para as negociações de paz. Estava muito próxima da Coroa portuguesa; não só era avó do futuro herdeiro do trono, o príncipe D. Afonso, mas também, juntamente com a sua irmã D. Filipa, a familiar mais próxima da rainha Isabel I, que tinha sido criada pela sua avó materna, que falava português e que tinha uma grande ligação à família da mãe⁸¹⁰.

⁸⁰⁹ Joana de Portugal e Enrique IV tinham-se separado vários anos antes e a rainha teve uma outra relação, da qual nasceriam dois filhos.

⁸¹⁰ A educação “portuguesa” da rainha Isabel I de Castela tem sido alvo de alguns estudos e é frequentemente salientada pelos autores castelhanos. Os trabalhos mais citados recentemente são, por

Esta ligação de Isabel a Católica à família materna, representada pelas Casas de Viseu e de Bragança, será muito visível durante o início dos anos de 1480 com o suporte da rainha aos seus primos na conspiração contra D. João II, e com o apoio durante o seu exílio em Castela, permitindo a sobrevivência da Casa de Bragança. Mas destes temas falaremos mais adiante. A escolha de D. Beatriz, que tinha uma agenda política própria, como veremos, em detrimento da sua irmã mais nova, D. Filipa, demonstra que para discutir este tratado as relações familiares eram importantes, mas não determinantes. Era necessário ter-se um conhecimento político das questões em causa e ter-se poder negocial. O envolvimento de D. Beatriz na resolução deste conflito já se podia adivinhar desde a sua participação no conselho régio, em 1476⁸¹¹.

Nos rituais femininos de paz, era habitual que as mulheres que actuavam como mediadoras o fizessem dirigindo-se a um parente varão, utilizando não só a linguagem dos afectos, mas também as regras de débito entre parentes. Neste caso, D. Beatriz dirigia-se a outra mulher, Isabel, que, no entanto, não ocupava uma posição comum para as mulheres nesta época.

A rainha Isabel I vinha de um longo processo de pacificação do seu reino. Enquanto Fernando II de Aragão comandara as operações militares, Isabel tinha permanecido na retaguarda, numa tentativa de remendar as suas relações com os mais importantes membros da nobreza castelhana. A rainha sabia que, depois da guerra, aqueles continuariam a ser os Grandes de Castela e a sua fidelidade à Coroa era essencial à sua manutenção no trono. De acordo com María del Pilar Tábade Obradó, “en lugar de lágrimas, Isabel parece mejor dispuesta al uso de palabras y argumento, acercándose, así, a la propuesta de Cristina de Pizan para las reinas que

exemplo, os de Carmen Alicia MORALES CASTRO, por exemplo, “Isabel de Barcelos: su contribución a la educación de su nieta y su vida en Arévalo”, *Cuadernos de Cultura y Patrimonio*, nº XIV, Abril de 2012. Esta temática da educação de Isabel a Católica e a sua ligação sentimental à família materna é também recorrente na sua Tese de Doutoramento *Isabel de Castilla: una PsicoBiografía*, Valladolid, Tese de Doutoramento apresentada à Universidad de Valladolid, 2009 (entretanto publicada sob o mesmo título na Editorial Adoquín, 2013). No entanto, os trabalhos da autora deverão ser utilizados com algum cuidado, dada a existência de erros relativos à História de Portugal que levam, na nossa opinião, a interpretações excessivas e, por vezes, erróneas.

⁸¹¹ Saul António GOMES é também desta opinião. Cf. *D. Afonso V...* cit., pp. 215-216.

actúan como impulsadoras de la paz”⁸¹². A manutenção da paz entre reinos cristãos será, aliás, uma das principais preocupações de Isabel I ao longo de todo o seu reinado, nem sempre bem-sucedida.

Frei Martín de Córdoba, autor do *Jardín de Virtuosas Docellas*, o livro redigido a pensar na educação da infanta Isabel, também defendia esta propensão das mulheres para a paz e para a reconciliação, sendo mesmo um dos seus principais deveres logo a seguir à concepção de herdeiros: “*La otra utilidad es la reconciliación de paz, e esto es especial entre los reyes. Acaesce que han contienda los grandes señores sobre partimientos de tierras e de lugarees e con una hija hacen paz o traban parentesco*”⁸¹³. Claro que a visão do agostinho Martín de Córdoba se aplicaria, idealmente, ao papel de rainha-consorte, a que infanta Isabel parecia estar destinada na infância.

Isabel I não assumiu o papel de rainha-consorte, antes governando efectivamente o seu reino. A infanta D. Beatriz ia, portanto, encontrar-se não com uma mulher da Casa real castelhana, mas com a sua monarca, com poder decisório efectivo. Mas seriam as mulheres sujeitos passivos, ainda que imprescindíveis, destes tratados de paz? Os relatos cronísticos do encontro de Alcántara entre Isabel e Beatriz permitem-nos compreender um pouco acerca do modo como o exercício do poder político no feminino era visto pelos seus contemporâneos. As crónicas não falam em vencidos nem vencedores, mas salientam sempre a superioridade moral (cristã, neste caso) de cada um dos lados em relação ao outro. Importava destacar a prioridade de cada reino pela busca da paz. Os cronistas portugueses defendem sempre que o primeiro passo para a paz foi dado pelo seu reino, isto é, pelo rei D. Afonso V e pelo seu filho, o príncipe D. João, com o auxílio da infanta D. Beatriz. Já os castelhanos advogam que a iniciativa da paz havia partido dos castelhanos com o auxílio da infanta D. Beatriz.

⁸¹² María del Pilar TÁBADE OBRADÓ, “Uma reina en la rectaguardia: las intervenciones pacificadoras de Isabel la Católica en la guerra de sucesión”, *e-Espania*, nº 20, Février 2015. Disponível em: <https://e-espania.revues.org/24164> (consultado a 26 de Junho de 2016).

⁸¹³ Martín de CÓRDOBA, *Jardín de las Nobles Donzellas*, edição de 1513, parte 1, cap. V. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=sOM8AAAAAAAJ&pg=PT66&dq=martin+de+cordova+jardin+de+virtuosas&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjDqLm5usbNAhXGnRoKHxVFDrl4ChDoAQhLMAQ#v=onepage&q&f=false> (consultado a 26 de Junho de 2016).

Do lado português, Rui de Pina, por exemplo, refere

*“A Rainha Dona Ysabel per concerto se veo a Vylla d'Alcantara em Castella, onde a **Yfante Dona Briatiz de Portugal sua Tia, per prazer d'ElRei Dom Afonso, e do Pryncepe Dom Joam**, se foi ver com ella, e ally ambas tomaram assento de as pazes todavia se fazerem e concordarem neste Reyno de Portugal; porque assy se ouve por mais favor e moor honra d'ElRei e de seus Reinos, aos quaaes **a Yfante com esta detriminada concrusam se tornou, pera execuçam da qual o Pryncipe a que o negocio e cargo dos tratos e assentos das ditas pazes, per prazer d'ElREy seu Padre foy em todo cometydo**”*⁸¹⁴.

Do lado castelhano, Hernando del Pulgar diz

*“La Infanta Doña Beatriz de Portugal que había seydo casada con el Infante Don Fernando Duque de Viseo hermano del Rey de Portugal, era una señora discreta, é conocia bien la calidad desta empresa que el **Rey de Portugal había tomado, é los infortunios que en la prosecucion della le acaeciéron. É como agora por consejo de algunos Castellanos, tornaba á la continar, pesábale dello, porque amaba mucho al Rey de Portugal é al Principe su fijo, que era su yerno, é ansimesmo á la Reyna de Castilla que era su sobrina fija de su hermana: é deseaba quitar á ellos de quistion, é á sus reynos de guerras. É fabló con el Rey de Portugal algunas veces, atrayéndole á la paz con el Rey e la Reyna, é dábale razones porque lo debía facer, é dexar esta conquista de Castilla, la qual ni habia sucedido segun complia á servicio de Dios ni suyo, é mucho ménos á us honra: antes lo acaecido fasta aquel tiempo habia seydo en gran pérdida de su Reyno, é peligro é muertes de sus súbditos é naturales. Á este voto de la Infanta estaba allegando el Principe su yerno, á quien ansimesmo pasaba del propósito que su padre tornaba á tomar, é ayudaba á la Infanta su suegra en las razones que decia al Rey su padre**”*⁸¹⁵.

Apesar da importância destas negociações, e a comprová-lo está o facto de serem mencionadas por todas as crónicas, a verdade é que cada cronista apresenta a “versão” que mais lhe interessa, nunca explicitando os motivos políticos de cada uma destas mulheres.

⁸¹⁴ Rui de PINA, CDAV, pp. 130-131. Destaques nossos.

⁸¹⁵ Hernando del PULGAR, *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*, capítulo LXXXV, "Del trato de paz que movió la Infanta de Portugal, é como el Papa revocó la dispensación que había dado al Rey de Portugal", Valencia, Imprenta de Benito Monfort, 1780, p. 150. Destaque nosso.

Os relatos estão de acordo num aspecto, D. Beatriz agiu sempre com o aval do príncipe D. João, que era quem estava à frente dos negócios do reino, o que confirma a argumentação de Luís Adão da Fonseca, que declara que “desde Toro, é D. João quem manda”⁸¹⁶. Também Saul António Gomes refere que durante estas negociações, “D. Afonso V é um mero espectador”⁸¹⁷. Mas, para além disso, os cronistas consideram que só existem duas partes em negociações, Portugal e Castela, e que a actuação da infanta D. Beatriz é altruísta, na medida em que a infanta se moveria, apenas, pelo desejo de reconciliar a sua família. No entanto, e como veremos, há quatro partes nestas negociações: Portugal e Castela, evidentemente, mas estão também em causa os interesses de Aragão e os da Casa de Viseu, sobretudo na discussão sobre a nova fronteira atlântica.

Não deixa de ser relevante notar que, apesar de ser quase impossível ignorar a participação da infanta D. Beatriz nestas negociações de paz, devido à quantidade de fontes disponíveis para a análise do encontro de Alcántara, a maioria dos autores que se dedica ao estudo da diplomacia portuguesa desta época, opta por apenas mencionar o encontro entre a duquesa e a rainha de Castela, salientando depois a conclusão do tratado por homens da diplomacia afonsina, como D. João da Silveira⁸¹⁸. O papel da infanta enquanto agente diplomático da Coroa portuguesa nunca é analisado e a função das mulheres na diplomacia medieval é praticamente ignorada. Há excepções, claro, mas não deixa de ser relevante que, mesmo quando visível na documentação, o papel político das mulheres seja remetido para segundo plano⁸¹⁹.

⁸¹⁶ Luís Adão da FONSECA, *D. João II* cit.,. 66.

⁸¹⁷ Saul António GOMES, *D. Afonso V...* cit., p. 232. A 15 de Abril de 1479, o rei passava a assumir o cargo de protector da Universidade e demitia-se de todos os seus outros cargos, deixando-os ao príncipe D. João: “*posto que todos outros nossos cargos a vós leixamos*”. Carta de 15 de Abril de 1479, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972-1981, vol. VII, doc. 2800.

⁸¹⁸ Excepção feita a João Paulo Oliveira e COSTA, *D, Manuel I...* cit., que dedica um capítulo a estas “negociações no feminino”.

⁸¹⁹ Veja-se, por exemplo, a recentemente defendida Tese de Doutoramento de Douglas Mota Xavier de LIMA, *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*, Niterói, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2016, onde as referências a D. Beatriz são escassas e, apesar do seu papel na discussão do tratado, não há uma análise à sua actuação diplomática. No artigo “La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el período Trastámara (1369-1504)”, *La España Medieval*, vol. 35, 2012, David NOGALES RINCÓN refere “No deja, cuanto menos, de ser llamativo el papel que pudieron tener las relaciones entre doña Felipa, mujer de Juan I de Portugal, y su hermana, doña Catalina de Lancaster, o entre Isabel I de Castilla y su tía, doña Beatriz, en una más fácil consecución del acuerdo por su probablemente más favorable posición hacia la paz y sus

Paz Romero Portilla, por seu lado, salienta o facto de ter sido escolhido para estas negociações um membro da Casa de Bragança, uma Casa que se tinha manifestado contra a campanha de D. Afonso V em Castela⁸²⁰. Como já tivemos oportunidade de referir, D. Fernando I, 2º duque de Bragança, tinha-se manifestado contra a intervenção de D. Afonso V na política interna castelhana. Apesar desta opinião manifestada no Conselho régio, a sua linhagem participou activamente nas campanhas militares em terras castelhanas, comandadas pelo seu filho primogénito, D. Fernando, duque de Guimarães. Pese embora o facto de existir na bibliografia castelhana uma grande confusão entre as Casas de Viseu e de Bragança – D. Beatriz é inúmeras vezes denominada de duquesa de Bragança, sendo a designação das Casas trocada com frequência –, tal não acontece com Paz Romero Portilla⁸²¹. Ainda assim, a autora optou por salientar o papel da Casa de Bragança neste processo, em detrimento da Casa de Viseu, dizendo mesmo que convém ter em conta o protagonismo que aquela atingiu nas negociações com Castela⁸²². O papel da Casa de Viseu e, principalmente, a sua agenda política são completamente silenciados.

Voltaremos a abordar esta questão, sobretudo a da ligação entre as Casas de Viseu e de Bragança neste período que se seguiu à morte do duque D. Fernando I, que ocorreu em 1478, em plena guerra luso-castelhana. Contudo, não queremos deixar de sublinhar o referido silenciamento a que é votada a Casa de Viseu que, com um duque menor de idade e uma mulher à frente dos seus assuntos, não tinha, de acordo com a maioria da historiografia, qualquer peso político.

A realidade é bem distinta. Se a Casa de Viseu e a infanta D. Beatriz já tinham assumido um grande protagonismo durante a guerra luso-castelhana, as negociações

vínculos familiares”, pp. 143-144, não entrando em mais nenhum pormenor acerca da actuação destas mulheres ou da importância da sua acção diplomática.

⁸²⁰ Segundo a autora, “Es muy significativo que fuese un miembro de la Casa de Bragança quien propusiese las vistas; no podemos olvidar que este linaje fue de los que no estuvieron de acuerdo en el reino de Portugal en comenzar la guerra contra Castilla y, además, Isabel la Católica pertenecía por línea materna a dicho linaje”, Paz ROMERO PORTILLA, *Dos monarquías medievales ante la modernidad... cit.*, p. 152.

⁸²¹ Esta confusão advém, supomos, da ligação familiar muito salientada nos anos de 1480 entre a Casa de Bragança e Isabel I de Castela. Sendo verdade que, pela linhagem materna, quer Isabel de Portugal, mãe da Rainha Católica, quer D. Beatriz, fossem membros da Casa de Bragança.

⁸²² Paz ROMERO PORTILLA, *Dos monarquías medievales ante la modernidad... cit.*, p. 159.

de paz e os tratados de Alcáçovas-Toledo e das Terçarias de Moura, vão permitir à infanta D. Beatriz assumir um papel extremamente relevante nas relações políticas da Península Ibérica. Neste período de finais dos anos de 1470 e inícios de 1480, a infanta D. Beatriz atingiria o auge da sua intervenção política pública, isto é, oficial.

6.2. A Conferência de Alcántara

O encontro de Beatriz e Isabel aconteceu durante a Páscoa de 1479, que nesse ano foi em meados do mês de Março. A infanta chegou a Alcántara, pequena vila na fronteira da Extremadura castelhana, junto a Cáceres, a 18 de Março, uma quinta-feira, e deverá aí ter permanecido até à terça ou quarta-feira seguintes. Apesar da sua pequena dimensão, a vila de Alcántara era atravessada por uma das principais redes viárias da Península Ibérica, possuindo uma ponte romana monumental que permitia a travessia do rio Tejo e que continua a ser utilizada até aos nossos dias.

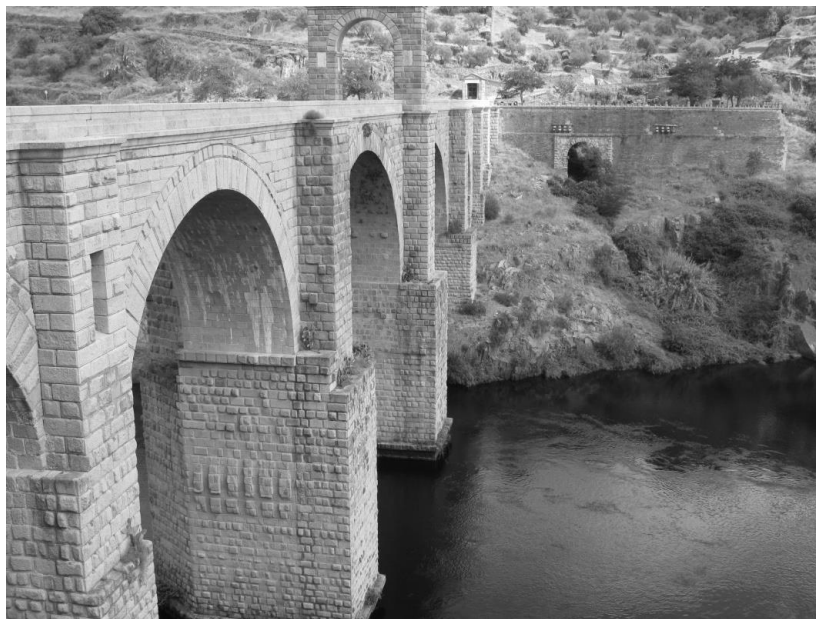


Figura 12 – Ponte romana de Alcántara

A chegada da infanta tinha sido demorada; o encontro tinha começado a ser preparado em Fevereiro desse ano, tendo a infanta sugerido a Isabel que se fosse

acercando “*más aquella frontera de Portugal*”⁸²³. O que Isabel fez, deslocando-se para Alcántara logo no início do mês de Março. Fernando acompanhara-a até Cáceres e, depois, a rainha seguiu sozinha até Alcántara onde permaneceu à espera da tia. Juan Mateu, diplomata de Barcelona que estava a acompanhar estas negociações, dá-nos, numa das cartas dirigidas aos *consellers* de Barcelona, informações precisas sobre o atraso de D. Beatriz⁸²⁴. Escreve Mateu que Isabel aguardava em Alcántara e que “*fasta agora no ha hecho nada*”. Beatriz estava doente e precisou de viajar em andas, pelo que a viagem demorou mais do que o previsto inicialmente⁸²⁵. A infanta chegou numa quinta-feira pela tarde, muito provavelmente vinda das suas terras na fronteira alentejana, e passou o dia seguinte, sexta-feira santa, a recuperar da viagem. Isabel e Beatriz parecem só se ter encontrado no sábado, dia 20 de Março, primeiro para uma conversa mais informal sobre assuntos genéricos, passando às verdadeiras negociações da parte da tarde. Supomos que durante a primeira parte do encontro ambas tenham aproveitado para abordar questões familiares. Infelizmente, o escrivão ou o secretário de Isabel que tomou nota desta reunião só menciona que “*aunque pasaron cosas generales e particulares en fabla, pero no se tomo manera de apuntamento*”⁸²⁶.

Ainda assim, as negociações estão bastante bem documentadas para o lado castelhano e há, sobre estes acordos, muita da documentação preparatória, pelo que nalguns casos é possível compreender as exigências iniciais e os compromissos assumidos de parte a parte. É através desta documentação que sabemos que as negociações se centraram fundamentalmente em quatro pontos apresentados pela infanta D. Beatriz e colocados por escrito a pedido da rainha Isabel I, para que se pudesse resumir de forma mais concreta a discussão⁸²⁷. Eram eles:

⁸²³ Hernando del PULGAR, *Crónica de los Señores Reyes Católicos...* cit., p. 150.

⁸²⁴ Tarsicio de AZCONA, *Isabel la Católica*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1954, p. 294.

⁸²⁵ Josep María MADURELL MARIMÓN, “Legaciones barcelonesas en la Corte de los Reyes Católicos”, *Hispania: Revista española de historia*, nº 67, 1957, pp. 173-181.

⁸²⁶ Relatório das questões tratadas em Alcántara entre a rainha Isabel I de Castela e a infanta D. Beatriz. Datado provavelmente de 23 de Março de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4130, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 179-183.

⁸²⁷ Relatório das questões tratadas em Alcántara entre a rainha Isabel I de Castela e a infanta D. Beatriz. Datado provavelmente de 23 de Março de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4130, leg. 49, fl. 99. Publicado

1. O destino de Juana de Trastámara, do qual dependia também a legitimidade ao trono de Isabel. Nesta fase, discutia-se a possibilidade do casamento entre Juana, denominada como *“la hija de la reyna”* e o príncipe Juan, herdeiro dos Reis Católicos. A própria titulação de Juana é motivo de discórdia, já que Isabel não lhe pretendia reconhecer nenhum título real que lhe permitisse disputar o trono. A infanta D. Beatriz propôs então que, por uma questão de honra, Juana pudesse tomar o título de princesa, já que ficaria comprometida com o príncipe Juan.
2. As relações de amizade entre Portugal e Castela, que deveriam ser cimentadas através do casamento da infanta Isabel, filha primogénita de Isabel e Fernando, com D. Afonso, o filho do príncipe D. João.
3. Os custos da guerra.
4. O perdão e restituição dos bens e ofícios aos castelhanos.

Para garantir o cumprimento destes quatro pontos propunha-se que a infanta Isabel de Castela e Juana de Trastámara fossem entregues à guarda da infanta D. Beatriz, e com ela permanecessem numa vila fronteiriça fortificada. Nesta altura, ainda se propunha que a dita vila pudesse ser em território castelhano. No fundo, Juana e Isabel seriam entregues como reféns para garantir o cumprimento das cláusulas de paz⁸²⁸.

Relativamente a esta proposta, Isabel a Católica pretendia que Juana fizesse votos religiosos e continuasse a viver em Castela, como monja. Caso insistisse em casar-se, o casamento deveria ocorrer em Castela, com alguém escolhido pela própria rainha. A infanta D. Beatriz mostrou-se desfavorável à contraproposta de Isabel, e terá sido de tal forma peremptória que o escrivão registou que *“si en ello mas se ynsistiera, no paresçe que ouuiera logar de hablar mas en la concordia”*⁸²⁹. Ou seja, a infanta nunca tinha colocado a hipótese de Juana de Trastámara poder ser entregue a Castela. A rainha foi, portanto, obrigada a abordar a proposta de casamento entre Juana e

em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 180.

⁸²⁸ *Ibidem*.

⁸²⁹ *Ibidem*.

Juan, mas insistiu que Juana não tivesse nenhum título, nem de princesa, nem de rainha, até que o casamento se fizesse por palavras de presente e que, mesmo nessa altura, se intitulasse apenas Dona Juana⁸³⁰.

O destino de Juana de Trastâmara era, claramente, a questão mais sensível da discussão, porque com Juana em Portugal a intitular-se rainha, a legitimidade ao trono de Isabel I de Castela estaria sempre ameaçada. Se, do lado português, havia a necessidade de dar um futuro condigno a Juana, que tinha sido obrigada a casar com o seu tio, D. Afonso V, por força das circunstâncias e sem a necessária dispensa papal, do lado castelhano era necessário garantir que aquela não ocuparia nenhum papel político relevante, nem teria nenhum título que pudesse legitimar a sua pretensão ao trono. Nesta questão, Isabel não cederia.

Sobre o casamento entre a infanta Isabel e o infante D. Afonso, herdeiro do trono português, Isabel a Católica tinha também algumas dúvidas, sobretudo porque havia já um acordo com o rei de Nápoles, crucial para a política internacional aragonesa⁸³¹.

A discussão acerca das custas de guerra revela-se bastante interessante para compreender o papel central da Casa de Viseu nesta discussão. Isabel começou por argumentar que os Portugueses não deveriam, sequer, colocar a questão das despesas, dado que a guerra se tinha disputado em território castelhano, que sofrera muitos danos. Porém, acrescenta a Rainha Católica, as despesas relacionadas com a guerra deveriam ficar ela por ela a bem da paz. Isto é, a cada reino caberia assumir as suas custas com as campanhas e reparar os seus próprios danos. E, conhecendo bem a sua interlocutora, Isabel rematou dizendo

⁸³⁰ Refira-se que era grande a diferença de idades que separava Juana, nascida em 1462 e o príncipe Juan, nascido a 30 de Junho de 1478. Juana, que já tinha dezassete anos nesta altura, deveria aguardar que Juan, um bebé de poucos meses, atingisse a idade de sete anos para que pudessem casar-se por palavras de futuro. Depois da assinatura deste compromisso teria ainda de esperar que o príncipe atingisse a idade núbil de 14 anos para poderem casar por palavras de presente.

⁸³¹ Relatório das questões tratadas em Alcântara entre a rainha Isabel I de Castela e a infanta D. Beatriz. Datado provavelmente de 23 de Março de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4130, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 181.

*“E se alguna cosa en ello se oviese de fazer, seria por la misma infante, por los daños que ha resçibido en su ysla e en Mora e en los otros lugares suyos de la frontera, pero no por outra persona alguna; lo qual la infante nego e non quiso açeptar”*⁸³².

Ou seja, a rainha Isabel declarava que os territórios mais fustigados pelos castelhanos tinham sido, precisamente, os da Casa de Viseu. Deu o exemplo de Moura e de outras localidades da fronteira luso-castelhana que, como já vimos, foram alvo de ataque, e o da ilha de D. Beatriz, referindo-se à ilha de Santiago, em Cabo Verde. Não fica claro, através destas palavras da Rainha Católica, se a ilha de Santiago tinha sido retornada à Casa de Viseu pelos castelhanos ou se tinha sido reconquistada pelos portugueses. A documentação nem sequer nos permite afirmar que a ilha tenha estado sob domínio castelhano. O documento permite, sim, concluir que a ilha tinha sido atacada e que, nesta altura, estava já nas mãos de D. Beatriz.

A infanta podia ter aproveitado a ocasião para obter uma indemnização de guerra para a sua Casa. Mas *“la infante nego e non quiso açeptar”*⁸³³. Beatriz estava em Castela a negociar com Isabel em nome de Portugal que, para todos os efeitos, tinha saído perdedor da guerra de sucessão castelhana. Se a infanta aceitasse uma indemnização de guerra isso teria implicações nas restantes negociações acerca das despesas e dos prejuízos que a campanha militar tinha acarretado para os dois lados da fronteira. Por outro lado, o interesse principal da Casa de Viseu nesta altura era, julgamos, a demarcação de uma nova fronteira atlântica que salvaguardasse os seus territórios de novos ataques e pretensões castelhanas. Durante a guerra, a Casa de Viseu tinha ficado com algumas das suas possessões e direitos em risco, desde logo a posse dos arquipélagos atlânticos, sobretudo o de Cabo Verde, mas também os direitos espirituais e comerciais da Ordem de Cristo. Porém, as questões de fronteira ficaram para uma segunda fase das negociações, como veremos.

Sobre o quarto ponto proposto por Beatriz, o do perdão e restituição de bens e ofícios aos partidários castelhanos de D. Afonso V, a resposta da rainha foi ainda mais

⁸³² *Ibidem*.

⁸³³ *Ibidem*.

vaga, dizendo que só se pronunciaria quando lhe fornecessem uma listagem dessas pessoas⁸³⁴.

O encontro de sábado terminou com a insistência de Isabel para que a jovem Juana, já que não seria entregue a Castela, ficasse sob custódia da infanta D. Beatriz, num lugar próximo⁸³⁵.

Isabel e Beatriz voltaram a reunir-se no domingo para discutir mais pormenorizadamente as despesas de guerra, a situação de Juana e o casamento dos infantes. Escreve o redactor deste relato que temos vindo a seguir que, sobre a questão do título de Juana de Trastâmara, desta vez *“la infante lo pasava mas blandamente que de antes”*⁸³⁶. Concordou, também, em ficar com a custódia de Juana até que o príncipe das Astúrias estivesse em idade núbil. A rainha evitou discutir o lugar deste cativo imposto a Juana porque

*“la reyna conoçio en la infante que querria estar en Castilla en fortaleza de çibdad e villa de la frontera, que le sea entregada, asy para la tener como por rehen, por muchos ynconvenientes que desto podrian nasçer, paso dissimuladamente en ello por aver lugar de mas lo platicar”*⁸³⁷.

D. Beatriz voltou a insistir na temática do casamento dos infantes. A proposta de Isabel, que estava grávida nesta altura, era que se tivesse uma rapariga pudesse ser ela a casar com o infante português. Não queria comprometer a sua filha primogénita que era a segunda na linha do trono, a seguir ao príncipe Juan, enquanto não nascessem mais infantes masculinos (o que nunca viria a acontecer). Isabel, a primogénita dos Reis Católicos, era uma importante peça neste xadrez diplomático e as negociações do seu futuro casamento podiam trazer importantes aliados à Rainha Católica, cuja posição no trono castelhano era ainda algo frágil e necessitava de apoio internacional.

A rainha desculpou-se com o acordo feito com o rei de Nápoles e também com a diferença de idades dos infantes. Afonso nascera em 1475 e Isabel em 1470. A

⁸³⁴ *Ibidem*.

⁸³⁵ *Ibidem*.

⁸³⁶ *Ibidem*.

⁸³⁷ *Ibidem*.

infanta voltou a insistir e Isabel terminou afirmando que não queria entregar a sua filha como refém. O que o redactor deste informe refere é que Isabel ficou com a sensação de que a sua tia tinha compreendido esta questão, dizendo mesmo que *“la infante lo tomo bien”*⁸³⁸. Contudo, como sabemos, não seria esse o desfecho final do acordo. A intenção de Isabel era que só ficasse refém a filha da rainha, Juana de Trastâmara, até ao seu casamento. Beatriz voltou a insistir, explicando à rainha que ambas as partes necessitavam de dar mais garantias para o cumprimento da paz. E foi então que voltou à questão das despesas de guerra. Trata-se de um momento-chave nas negociações, dado que D. Beatriz resolve de uma só vez dois pontos negociais: as custas e o casamento dos infantes: *“haziendose el casamento de los infantes como esta dicho, que allí se podria fazer alguna satisfacion, cresciendo el dote de la infante, y asy no yria por nombre de costas”*⁸³⁹.

É necessário frisar que o conceito de refém na Idade Média diferia substancialmente do entendimento actual. Como tão bem já o demonstrou Adam J. Kosto⁸⁴⁰ na sua obra *Hostages in the Middle Ages*, o refém não era alguém vítima de sequestro, usado pelo seu sequestrador como moeda de troca, nem a instituição tinha o carácter violento que lhe associamos presentemente. Pelo contrário, deve ser visto como uma forma de garantia, já que os reféns eram, na maioria das vezes, usados como garante do cumprimento de um acordo, sobretudo em situações de rendição ou de tratados de paz. Ser-se refém era uma condição distinta de se ser prisioneiro de guerra⁸⁴¹. O seu papel era contratual, ou seja, não se era feito refém contra a própria vontade⁸⁴². Devido ao seu estatuto, os reféns eram normalmente recebidos como hóspedes e deviam ser tratados de acordo com o respectivo estatuto social. Ainda assim, a situação implicava alguns riscos, sobretudo quando as cláusulas dos acordos não eram cumpridas, já que as condições dos hóspedes podiam ir piorando ao longo

⁸³⁸ Relatório das questões tratadas em Alcântara entre a rainha Isabel I de Castela e a infanta D. Beatriz. Datado provavelmente de 23 de Março de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4130, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 182.

⁸³⁹ *Ibidem*.

⁸⁴⁰ Adam J. KOSTO, *Hostages in the Middle Ages*, Oxford, Oxford University Press, 2012.

⁸⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 9.

⁸⁴² Idem, *ibidem*, p. 11.

do tempo como forma de pressão sobre a família⁸⁴³. Houve, inclusivamente, casos de reféns cujas condições de captividade se deterioraram a ponto de terminarem assassinados pelos seus captores⁸⁴⁴.

O encontro de domingo terminou já bem entrada a noite e foi retomado na segunda-feira. Ao longo desse dia, Beatriz e Isabel tiraram as conclusões possíveis para que a infanta pudesse apresentá-las posteriormente ao rei de Portugal. Sem o aval régio, nada poderia ser assentado⁸⁴⁵.

De acordo com o relator, a rainha expôs os pontos de discussão e a sua evolução ao condestável do reino que achou “*que la reyna avia muy bien negociado*”⁸⁴⁶ e congratulou-a sobretudo pelo desfecho relativamente à custódia de Juana. Pois o facto de poder ficar em Portugal, numa vila de fronteira fortificada pertencente à Casa de Viseu, implicava que não seria Castela a sustentar a manutenção da sua Casa e a sua guarda.

Na segunda-feira à noite, D. Beatriz tinha mais algumas exigências, a saber: que o dote da infanta Isabel fosse de quantia igual ao dote mais alto alguma vez pago por Castela; que os infantes de Portugal e Castela, isto é, Afonso e Isabel, lhe fossem entregues como reféns até ao casamento como garantia da paz e que a fortaleza escolhida para esse efeito fosse em território castelhano (Badajoz, Ciudad Rodrigo ou Albuquerque) e, por último que Juana de Trastâmara, já que não poderia ser tratada nem por princesa, nem por rainha, tivesse o título de infanta, “*y en esto ynsiste mucho*”⁸⁴⁷. Isabel voltou a recusar alegando que “*dandole titulo de infante, es confessar que es hija de rey e de reyna*”⁸⁴⁸.

⁸⁴³ Idem, *ibidem*, p. 35.

⁸⁴⁴ Em Portugal existia um exemplo recente, isto é, a execução do infante D. Fernando, conhecido como o *Infante Santo*, em Fez, às mãos dos muçulmanos, depois de os portugueses se terem recusado a devolver Ceuta.

⁸⁴⁵ *Ibidem*.

⁸⁴⁶ *Ibidem*.

⁸⁴⁷ Relatório das questões tratadas em Alcântara entre a rainha Isabel I de Castela e a infanta D. Beatriz. Datado provavelmente de 23 de Março de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4130, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 183.

⁸⁴⁸ *Ibidem*.

A infanta D. Beatriz deverá ter regressado a Portugal na terça ou quarta-feira seguintes, mas o corripio de correspondência e envio de procuradores continuou. Ainda que já não se encontrasse no centro das negociações, agora assumido pelo príncipe D. João, a infanta D. Beatriz continuou a participar nelas: uma semana depois encontrava-se em Avis, com o príncipe D. João, continuando muito perto da fronteira, de modo a permitir que os embaixadores de um lado e do outro pudessem circular facilmente entre as duas cortes.

Isabel a Católica permaneceu em Cáceres, aguardando notícias do lado português, tal como lhe havia solicitado a sua tia⁸⁴⁹. Houve, no entanto, algum atraso no envio de novidades por parte da infanta. Tal deveu-se, por um lado, ao estado das ribeiras, estando muito cheias não permitiram a passagem dos seus enviados e, por outro, ao facto de se ter sentido mal na sua viagem de regresso ao reino, retardando a sua chegada a Avis. A Rui Gomes, enviado da infanta D. Beatriz, a rainha castelhana explicou compreender por experiência própria que estas justificações não passavam de dilações por parte da Coroa portuguesa, “*y vista semejante forma de negociar, yo me pudiera com mucha razon escusar de hablar en estas cosas*”⁸⁵⁰. Todavia, e porque a rainha entendia que devia prosseguir com as negociações por serviço de Deus e “*por le complazer a ella* [a infanta D. Beatriz], *pues com tan sana voluntad y buena yntençion y deseo se ha movido a trabalhar en esto*”, deixaria passar este atraso⁸⁵¹.

Os tratados finais foram finalmente assinados em Alcáçovas, nas casas da infanta D. Beatriz a 4 de Setembro de 1479⁸⁵², sendo posteriormente ratificados pelos Reis Católicos em Toledo a 6 de Março de 1480⁸⁵³. Foram vários os tratados assinados nesta altura, uns mais circunstanciais, que punham fim à guerra luso-castelhana, e

⁸⁴⁹ Antonio RUMEU DE ARMAS, *Itinerario de los Reyes Católicos...* cit., ano de 1479.

⁸⁵⁰ Respostas da rainha Isabel I a Rui Gomes, enviado da infanta D. Beatriz. Datadas de Abril ou Maio de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4170, leg. 49, fl. 44. Publicadas em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 184.

⁸⁵¹ *Ibidem*.

⁸⁵² Tratado de pazes entre Portugal e Castela – Alcáçovas. Datado de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4089, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 245-284.

⁸⁵³ Apesar de a rainha Isabel I ter confirmado o tratado em Trujillo a 27 de Setembro de 1479, ele foi depois ratificado pelos Reis Católicos nas cortes de Toledo de 1480 e é essa confirmação que ainda hoje se encontra na Torre do Tombo. ANTT, *Gavetas*, XVII, 6-16.

outros de carácter mais permanente, que resolviam todas as questões diplomáticas pendentes entre os dois reinos. São eles:

a) O tratado de paz entre Portugal e Castela, que segue literalmente o tratado de paz de Almeirim de 1431, assinado entre D. João I de Portugal e Juan II de Castela, ao qual se juntavam novas cláusulas respeitantes à fronteira atlântica, que abordaremos em seguida⁸⁵⁴.

b) O tratado das Terçarias de Moura, que incluía todas as cláusulas relativas ao futuro de Juana de Trastâmara e todas as garantias necessárias ao cumprimento do tratado de paz, incluindo a entrega da guarda dos infantes D. Afonso de Portugal e Isabel de Castela à infanta D. Beatriz, que actuaria enquanto terceira e que se deveria desnaturalizar do seu reino⁸⁵⁵.

c) O acordo matrimonial entre as Coroas portuguesa e castelhana, com o casamento do infante D. Afonso, herdeiro da Coroa portuguesa e da infanta Isabel de Castela, filha primogénita dos Reis Católicos⁸⁵⁶.

d) O tratado acerca das garantias a dar para a conservação da paz, confiando estas questões à infanta D. Beatriz, com a anuência da própria⁸⁵⁷.

e) O acordo acerca do modo de entrar em Terçarias da infanta Isabel⁸⁵⁸.

⁸⁵⁴ Tratado de pazes entre Portugal e Castela – Alcáçovas. Datado de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4089, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 245-284.

⁸⁵⁵ Tratado das Terçarias de Moura – Alcáçovas. Datado de 4 de Setembro de 1479. ANTT, *Gavetas*, XVIII, 8-16. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 284-327.

⁸⁵⁶ Capitulações entre Portugal e Castela para o casamento dos infantes – Alcáçovas. Datado de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4088, leg. 49, fl. 43. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 327-354. A versão portuguesa encontra-se em AGS, *Patronato Real*, nº 4087, leg. 49, fl. 49. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 355-356 (publicação de excertos).

⁸⁵⁷ Garantias para a paz – Alcáçovas. Datadas de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4095, leg. 49, fl. 71. Publicadas em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 356-360. De salientar que o documento refere que “la dicha señora ynfante [D. Beatriz], oyda la dicha escriptura, dixo que, por servicio de Dios e de los dichos señores, e porque las pases entre ellos fuesen mejor guardadas, le plasia e plugo de aceptar, como de fecho luego azepto, el dicho judgado, para aver de ordenar e determinar, entre los dichos señores reyes e reyna e príncipe, las dichas penas e seguridades, que por ello se deuen dar en los casos en la dicha escriptura contenidos”.

f) Os acordos respeitantes ao perdão concedido aos castelhanos que tinham apoiado o partido português durante a guerra de sucessão castelhana, entre eles a condessa de Mendellín, Alonso de Monrroy e Alonso de Portocarrero⁸⁵⁹.

g) O acordo acerca da restituição de fortalezas de ambos os lados⁸⁶⁰.

A Casa de Viseu teve um papel fundamental na aplicação destes tratados e a infanta D. Beatriz actuaria como terceira, garantindo o seu cumprimento. Abordaremos esta questão das terçarias de Moura e das garantias que a própria infanta teve de dar ao reino de Castela no próximo capítulo. Contudo, é importante mencionar-se aqui que, para além da documentação oficial conservada no Archivo General de Simancas, que temos vindo a citar, existia toda uma correspondência não oficial a circular quer entre a rainha Isabel e a infanta D. Beatriz, entre o duque de Bragança e a sua sogra, mas também entre o duque e a rainha castelhana. Chegaram até nós algumas cópias destas missivas, conservadas no Códice Manizola da Biblioteca Pública de Évora e num outro códice com cartas do século XVI. Através destas cartas, compreende-se que as Casas de Viseu e de Bragança estavam em negociações paralelas com a Isabel a Católica, a quem o duque de Bragança até pretendia visitar. Ambas as Casas tentaram tirar o maior proveito possível desta situação, estando mesmo a planear-se o casamento de D. Diogo, o duque de Viseu, com uma das filhas naturais do rei Fernando o Católico⁸⁶¹.

⁸⁵⁸ Datado de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4091, leg. 49, fl. 50. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 361-364.

⁸⁵⁹ Datados de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4090, leg. 49, fl. 48. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 364-371.

⁸⁶⁰ Assinado em Alcáçovas, datado de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4094, leg. 49, fl. 60. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 371-378.

⁸⁶¹ Carta do 3º duque de Bragança à sua sogra, a infanta D. Beatriz, datada de 28 de Agosto de 1480. BPE, CIII/2-20. Abordaremos o possível casamento do duque D. Diogo com mais detalhe no capítulo 7.

A infanta D. Beatriz enviou, como já referimos, oficiais seus para negociar algumas questões pendentes com a sua sobrinha, normalmente com dois tipos de instruções, uma oficial, que poderia ser entregue em Castela, e uma oficiosa, e

“semdo necessario mostrar a instrução que em nenhum modo não fique em sua mão nem o treslado dela nem lhe mostrareis este regimento que levais por vossa lembrança e avisamento mas avendo ser mostrado seja outro a que chamamos estrução”⁸⁶².

Quer isto dizer que a infanta tinha enviado um oficial da sua Casa, Pero Botelho, a Castela para discutir algumas questões com Isabel a Católica, sendo que este levava consigo uma carta da infanta e instruções oficiais que deveriam ter sido discutidas com o príncipe D. João. Contudo, antes de abordar tais questões, Pero Botelho deveria sondar as intenções da rainha Isabel de Castela. De acordo com a infanta D. Beatriz

“Primeiramemte vos trabalhareis de Saber da señora Rainha minha sobrinha ho mais que puderdes da sua tenção e parecer açerqa das cousas que lhe aueis de dizer e apomtar E vos não a larguareis no que lhe asy aueis de dizer mais do que na Instrução e neste Regimento levais peroo dir-lhe-eis que estas cousas que lhe asy apomtastes praticastes comigo e este he meu parecer e asy em suma saluo auer de ter e criar os senhores meu neto e sua filha, que lhe não direis que eu ho apontei senão que a Vos ho parecer asy segumdo adiante estaa escrito e tambem ho mandar laa de meu filho e iso mesmo direis das Rendas que se deuem dar aa senora Rainha dona Joana e não que eu vo lo dise”⁸⁶³.

E continuava afirmando que *“não queremdo a señora Rainha minha Sobrinha apomtar nestas cousas, vos todavia as apontareis segumdo vão escritas e em modo que não fiquem por falar e entemder”⁸⁶⁴.*

⁸⁶² Instruções dadas pela infanta D. Beatriz a Pêro Botelho acerca da sua ida a Castela, c. 1479. BPE, *Códice Manizola*, fls. 37v-38v.

⁸⁶³ *Ibidem*.

⁸⁶⁴ *Ibidem*.

6.3. A Divisão do Atlântico

Para além do tratado das terçarias de Moura, que teve um papel fundamental na ascensão política da infanta D. Beatriz, e que será abordado no próximo capítulo, o tratado de Alcáçovas-Toledo é sobretudo conhecido pelas cláusulas acrescentadas ao tratado de 1431 e que dizem respeito a uma divisão do oceano Atlântico entre Portugal e Castela, que antecedeu em quinze anos o tratado de Tordesilhas.

No início das negociações, entre os diversos esboços que circularam nas cartas para o rei Fernando o Católico, nas respostas de Isabel aos seus embaixadores junto da infanta D. Beatriz, nas primeiras versões do tratado, etc., as questões relacionadas com temáticas fronteiriças nunca são abordadas. Relembremos que estavam em discussão as fronteiras terrestre e atlântica, já que Isabel a Católica tinha encorajado os seus súbditos a fazerem guerra ao rei de Portugal e seus partidários *“por mar o por terras, com mano armada o en outra cualquier manera como mejor pudierdes”*⁸⁶⁵ e reivindicara para a Coroa castelhana o monopólio da conquista de África e da Guiné, tendo-se estendido a guerra, pela primeira vez, a um cenário atlântico.

É fácil compreender porque é que não se abordaram as questões relacionadas com as fronteiras terrestres: neste ponto o novo tratado seguiria *ipsis verbis* o tratado de Almeirim, negociado em 1431. Mas e a questão atlântica? Pode depreender-se que tinha ficado tratada logo em Alcântara? É um facto que a rainha Isabel a Católica parece ter reconhecido a hegemonia portuguesa a sul dos cabos Não e Bojador, mas também no norte de África, desde o início das negociações de paz. É também um facto que a infanta D. Beatriz era, a seguir ao rei e ao príncipe D. João, a pessoa mais indicada para discutir a criação de uma fronteira atlântica e, sobretudo, para defender os territórios atlânticos da sua Casa. Todavia, o relato que existe do encontro não menciona, em nenhuma fase, a discussão desta questão. A única referência feita aos territórios ultramarinos é à ilha de Santiago que, durante as conversações entre a infanta e a rainha Isabel, já surgia designada como pertencendo à Casa de Viseu-Beja. Nesta fase, parece-nos que ainda existia uma cumplicidade política entre a Casa de Viseu e o príncipe D. João, sobretudo no que respeitava aos negócios atlânticos. A

⁸⁶⁵ Carta de 24 de Maio de 1475. Archivo Municipal de Sevilha, *Tumbo de los Reyes Católicos*, fl. 19. Publicado em *DP*, vol. III, doc. 377, pp. 630-631.

prioridade de ambos era a protecção da rota da costa africana e a manutenção dos territórios já conquistados.

Como se processou, então, a discussão acerca da criação de uma fronteira no Atlântico? A primeira referência a algo semelhante às cláusulas finais do tratado relativas ao Atlântico é feita num esboço do tratado, muito riscado e pleno em apontamentos da parte castelhana em que se diz

“es concordado que los dichos señores rey e reyna de Castilla ayan de dexar e dexen libremente a los dichos señores rey e príncipe de Portugal, e a sus subçessores e a sus súbditos e naturales e a las otras personas que ellos quesieren, el trato de la Guinea e de la Mina de Oro e de la conquista de todas las otras yslas, paresçidas e no paresçidas, en la Guinea e en la Mina del oro, eçcepto las yslas de Canaria, ganadas e por ganar, que son e quedan para los dichos regnos de Castilla”⁸⁶⁶.

Ou seja, já desde o início se assumia que no final da guerra cabia a Portugal a costa ocidental africana, com a zona da Mina, e as ilhas que já ocupava, e a Castela o arquipélago das Canárias, com as ilhas que já tinha conquistado e todas as que ficavam por conquistar.

Numa outra resposta aos embaixadores portugueses enviados pela infanta D. Beatriz a Castela, os Reis Católicos colocavam esta discussão em dois patamares distintos: por um lado, as matérias relativas à paz entre os dois reinos, no fundo, a gestão mais corrente dos assuntos derivados da guerra, isto é, a devolução de fortalezas, libertação de prisioneiros e o restaurar de fronteiras [terrestres]; por outro lado, há o que é designado por *“cousas allende de la paz”*, portanto as cláusulas necessárias para o bom convívio e a amizade entre os dois reinos. A facção portuguesa, diziam os castelhanos, insistia no casamento entre os infantes e na questão da Mina. A castelhana, insistia no destino a dar a Juana de Trastâmara. Os portugueses não estavam satisfeitos com esta situação, dizendo que *“a esto respondimos que lo de la Mina devia entrar en el primero partido de la paz, pues antes de la guerra estavamos*

⁸⁶⁶ Rascunho, muito corrigido, contendo os pontos a negociar com Portugal. Datado provavelmente de Abril ou Maio de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4112, leg. 49, fl. 69. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 185-205. A citação é das pp. 196-197.

*en posesion della e la paz se avia de assentar restituyendo a cada una de las partes lo que tenia antes de la guerra*⁸⁶⁷. Isto implicava, segundo os castelhanos, que se aplicasse o mesmo a Juana de Trastâmara, ou seja, que voltasse à situação em que se encontrava antes da guerra: sem trono, sem título e sob “protecção” da nobreza castelhana. No entanto, o destino da *Excelente Senhora*, título com o qual Juana ficaria conhecida na história de Portugal, era uma das principais preocupações de D. Afonso V. O matrimónio entre Juana e o rei nunca tinha obtido as obrigatórias dispensas papais e, nesta altura, já praticamente se ignorava que tivesse acontecido. Ainda assim, o rei queria dar um destino condigno à sua sobrinha e um dos motivos pelos quais se justificava o atraso nas negociações do lado português era precisamente pela necessidade de obtenção do aval de Juana, sem o qual D. Afonso V se recusava a avançar⁸⁶⁸.

Neste tratado, pela primeira vez, os reinos de Portugal e Castela discutiram e definiram os seus direitos aos territórios ultramarinos, ou seja, os reis de Castela e Aragão comprometiam-se a não interferir

“en todos los trattos tierras rescates de Guinea com sus minas de oro e qualesquier otras yslas de la Madera Puerto Santo e Desierta e todas las yslas de los Açores e yslas de las Flores e las yslas de Cabo Verde e todas las yslas que agora tiene descubiertas. E qualesquier otras yslas que se fallaren o conquirieren de las yslas de Canaria para baxo contra Guinea porque todo lo que es fallado e se fallar e conquirir o descubrir en los dichos terminos allende de lo que es fallado ocupado descubierto finca a los dichos rey e principe de Portugal e sus reynos tirando solamente las yslas de Canaria a saber Lançarote Palma Fuerte Ventura la Gomera

⁸⁶⁷ Respostas dos Reis Católicos a uns embaixadores enviados pela infanta D. Beatriz, propondo alterações aos assuntos discutidos em Alcântara. Datadas provavelmente de Maio de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4111, leg. 49, fl. 68. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 203-205.

⁸⁶⁸ É, aliás, um modo de actuação que não compraz aos Reis Católicos, que afirmam mesmo *“la forma quel rey tuvo en fazer saber a su sobrina todo lo pasado con la Ynfante para tomar su voluntad y consentymiento para la conclusion dello (...) les paresçio esta forma de negoçiaçion averr seydo mas para conplir que no para concluyr”*. AGS, *Patronato Real*, nº 4111, leg. 49, fl. 68. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 203-205.

*el Fierro la Graciosa la Grant Canaria Tenerife e todas las otras yslas de Canaria
gañadas o por gañar las quales fincan a los reynos de Castilla*⁸⁶⁹.

Estes capítulos “*que nuevamente fueron fechos E añadidos e acrescentado a este tratado de las pazes*” estabelecem jurisdição sobre as águas atlânticas e os novos territórios conquistados em três pontos fundamentais⁸⁷⁰:

1. Reconhecimento castelhano do exclusivo português da navegação a sul do cabo Bojador, e da posse dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde, bem como da exploração da costa da Guiné e zona da Mina de Ouro e de todas as terras ou ilhas que vierem a descobrir a sul do arquipélago das Canárias. Ou seja, Castela não assume direitos no Oceano, até porque há um vazio acerca da jurisdição das águas a norte das Canárias que, como vimos, foram exploradas pelos portugueses.
2. Reconhecimento castelhano do direito português à conquista de Fez.
3. Renúncia portuguesa ao arquipélago das Canárias.

A historiografia tem insistido muito na ideia de que Castela abdicou da conquista da Guiné a favor de Portugal porque Isabel I estava muito focada na necessidade de paz, ficando apenas com o arquipélago das Canárias de que Portugal, por sua vez, desistira⁸⁷¹. Todavia, como vimos no capítulo anterior, as armadas castelhanas que se dirigiram à zona da Mina e restante costa ocidental africana tinham tido pouco sucesso militar e comercial, sendo, na sua maioria, interceptadas pelas

⁸⁶⁹ Tratado de pazes entre Portugal e Castela – Alcáçovas. Datado de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4089, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, pp. 245-284.

⁸⁷⁰ Cf. Carmen M. RADULET, “Os descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas”, em *Portugal e o Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol. II, Lisboa, Alfa, 1989, p. 23.

⁸⁷¹ Autores como Florentino PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla, 1948, Antonio RUMEAU DE ARMAS, *España en el Africa Atlántica*, Madrid, CSIC, 1956 e Luis SUARÉZ FERNÁNDEZ, *Política Internacional de Isabel la Católica...cit.*, por exemplo. Esta linha de pensamento é também seguida por Paz ROMERO PORTILLA, que afirma mesmo “que se trataba de una gran renuncia por parte del reino castellano, ya que eram derechos por cuya defensa había pleiteado durante años con el reino lusitano (...). Ahora decidió entregar su legitimidad reconocida en la conquista Africana y en la navegación de la zona Atlántica para conseguir la paz con Portugal. Parece un precio muy alto sabiendo además que en la contienda bélica Castilla no estaba perdiendo, y por lo contrario, al avanzar el enfrentamiento había ido reforzando la unidade interior de su Reino”, em *Dos monarquias medievales ante la modernidad... cit.*, p. 160.

frotas portuguesas, com a captura das embarcações e respectivas tripulações. Mesmo a primeira armada, enviada em 1476, que tinha saqueado a ilha de Santiago, em Cabo Verde, e aprisionando o capitão Ant3nio da Noli, n3o tinha tido sucesso comercial, nem qualquer tipo de lucro depois de deduzidas as despesas com a tripula33o e o frete das embarca33es. A isto somar-se-iam as indemniza33es cobradas pelos nobres andaluze⁸⁷². A dificuldade de armar novas embarca33es, dado o pouco sucesso financeiro obtido e o imenso esfor3o de guerra feito por Castela, levaram os Reis Cat3licos a optar, na fase final da guerra, por interromper o envio de armadas r3gias, promovendo apenas a ida de privados a suas pr3prias expensas. Chegar 33o almejada Mina de Ouro n3o era o mesmo que ter condi33es para a3 comercial. O 3mago da quest3o 3 que os castelhanos n3o tinham conseguido acabar com a primazia portuguesa na costa ocidental africana. O tratado de Alc3covas-Toledo exprimia esta situa33o: um regresso 3s posses33es que cada reino tinha antes da guerra, mas tamb3m um assumir das limita33es que cada um tinha enfrentado. A 3nica opera33o de sucesso que os castelhanos conseguiram no espa3o atl3ntico durante a guerra peninsular tinha sido a conquista da Gr3-Can3ria, cimentando a sua posse do arquip3lago. Os portugueses tinham tentado impedir esta conquista, mas sem sucesso. Neste sentido, e seguindo a mesma l3gica, n3o se pode dizer que Portugal tenha abdicado do arquip3lago das Can3rias, porque, em boa verdade, nunca o chegara a conquistar.

6.4. Tentativas de Conquista das Can3rias por Parte da Casa de Viseu

A conquista do arquip3lago das Can3rias tinha sido um dos objectivos da Coroa desde os prim3rdios da Expans3o Portuguesa – j3 no s3culo XIV havia registo das viagens dos portugueses ao arquip3lago. D. Afonso IV patrocinara, em meados deste s3culo, uma viagem 3s Can3rias capitaneada pelo almirante Manuel Pessanha. Ap3s a viagem, o monarca reivindicou junto do papa o seu direito 3 conquista do

⁸⁷²As contas da armada foram analisadas e transcritas por Eduardo AZNAR VALLEJO, “La expedici3n de Charles de Valera a Guinea...” cit.

arquipélago⁸⁷³. Esta conquista foi, também, uma das grandes obsessões do Infante D. Henrique ao longo de toda a sua vida⁸⁷⁴. Contrariamente aos restantes arquipélagos atlânticos ocupados pelos europeus nesta altura, o arquipélago das Canárias estava povoado, o que aumentava a dificuldade da sua conquista, embora tornasse as suas ilhas mais apetecíveis aos olhos dos traficantes de escravos.

As ilhas mais pequenas deste arquipélago, Lançarote, Forteventura e Ferro, haviam sido ocupadas no início do século XV pelo francês Jean de Bettencourt, que posteriormente prestou vassalagem ao rei de Castela, Juan II (nesta altura ainda menor de idade). As ilhas tornaram-se, assim, pertença de Castela, ainda que à semelhança do que acontecia com os arquipélagos portugueses, estivessem sob domínio senhorial. Juan de Bettencourt acabaria por se retirar para território castelhano, deixando à frente do arquipélago o seu sobrinho, Maciot de Bettencourt.

Foram várias as tentativas portuguesas de conquista das ilhas Canárias ao longo do século XV, empresas quase sempre comandadas pela Casa de Viseu, ou seja, pelo infante D. Henrique, mas também pelo infante D. Fernando, o seu herdeiro. Quer fosse através de tentativas de conquista, de operações de saque, da compra de direitos sobre as ilhas, a Casa de Viseu surgia sempre ligada às Canárias. Esta obsessão henriquina foi muitas vezes secundada pela Coroa, sem que, no entanto, o seu apoio fosse explícito. Era uma forma de Portugal contestar a posse das Canárias por parte dos castelhanos, sem se envolver directamente, sob pena de colocar em risco as pazes assinadas com Castela em 1411 e, depois, em 1431. No entanto, D. Henrique era, como se sabe, um homem algo impulsivo que, por diversas vezes, causou alguns embaraços à diplomacia portuguesa. Foi o que aconteceu quando o infante atacou Gibraltar ou quando solicitou a Juan II que lhe cedesse o senhorio de algumas ilhas das Canárias. Ao fazê-lo, D. Henrique acabava por reconhecer a jurisdição castelhana do arquipélago, colocando novos problemas à campanha diplomática portuguesa junto da

⁸⁷³ Cf. Isabel L. Morgado de S. e SILVA, “Perspectiva global das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa. Uma questão adiada até Alcáçovas-Toledo (1479-80)”, *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, pp. 97-98.

⁸⁷⁴ Assim o denomina o historiador britânico Peter RUSSELL que na sua obra *Prince Henry, “the Navigator”. A Life*, New Haven, Yale University Press, 2001, dedica um capítulo inteiro a esta obsessão henriquina, “A Henrican Obsession: the Canary Islands”, pp. 264-290, que seguiremos ao longo das próximas páginas.

cúria romana⁸⁷⁵. Isto mesmo acabaria por argumentar Alonso de Cartagena, bispo de Burgos, no concílio de Basileia, onde tinha ido representar os interesses do seu reino⁸⁷⁶. As inúmeras tentativas henriquinas de conquista das Canárias não se situam no âmbito cronológico desta tese, pelo que não as abordaremos extensivamente. Contudo, referiremos algumas delas, já que estes exemplos nos auxiliarão a compreender, num horizonte temporal mais alargado, a importância que o arquipélago das Canárias tinha para a Casa de Viseu.

Para além dos escravos (como vimos anteriormente, era frequente que da ilha da Madeira partissem expedições às Canárias para captura de escravos)⁸⁷⁷, as Canárias eram um importante ponto de apoio para a exploração da costa africana, pois situavam-se entre Marrocos e a Guiné. Como estavam habitadas e mais desenvolvidas, as ilhas constituíam um importante local de abastecimento e apoio logístico das navegações henriquinas. Por outro lado, dominando este arquipélago, a Casa de Viseu ficaria com o senhorio de todas as ilhas da Macaronésia, o que equivale a dizer de todo o Atlântico sul até então conhecido pelos europeus. Portugal asseguraria, também, um melhor acesso e controlo sobre a costa norte-africana, cujas praças tinha expectativa de conquistar⁸⁷⁸.

A primeira tentativa de conquista e evangelização das ilhas Canárias, não ocupadas por Castela, levada a cabo pelo infante D. Henrique, ocorreu entre os anos de 1415 e 1416. O infante, que tinha uma armada só dedicada ao corso, enviou ao arquipélago D. João de Castro e Gonçalo Velho, futuro comendador e capitão das ilhas de São Miguel e Santa Maria, nos Açores⁸⁷⁹. Em 1424, D. Henrique fez nova investida,

⁸⁷⁵ Peter RUSSELL, *Prince Henry, "the Navigator"...* cit., p. 270.

⁸⁷⁶ Alegações de Alonso de Cartagena. Publicadas em *DP*, vol. I, pp. 291-320. Cf. Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte...* cit., pp. 194-195, Julieta ARAÚJO, *Portugal e Castela na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 96-102 e, sobretudo, Luís SUÁREZ FERNÁNDEZ, "La cuestión de derechos castellanos a la conquista de Canarias y el Concílio de Basileia", *Anuário de Estudos Atlânticos*, nº 9 (1983), pp. 11-21.

⁸⁷⁷ Sobre os raids e comércio de escravos das ilhas Canárias veja-se John THORNTON, *Africa and African in the making of the Atlantic Worlds, 1400-1680*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, sobretudo p. 28 e ss.

⁸⁷⁸ Até 1458, data da conquista de Alcácer Ceguer, Portugal tinha apenas o domínio da praça de Ceuta, conquistada em 1415, durante o reinado de D. João I.

⁸⁷⁹ Sobre esta expedição veja-se o relato de Diogo Gomes, feito no *Manuscrito Valentim Fernandes*, em *MH*, vol. II, doc. 113, p. 235 – Expedições portuguesas às ilhas Canárias e para além do arquipélago, ordenadas pelo infante D. Henrique. A versão portuguesa pode ser lida em Diogo GOMES, *As relações*

agora sob o comando do governador da sua Casa, D. Fernando de Castro. O alvo desta expedição era a apetecida ilha da Grã-Canária, a maior de todo o arquipélago e a que também tinha mais potencial de exploração económica. Esta expedição, que contava com cerca de 2500 homens de pé e 120 cavaleiros tinha tudo para singrar⁸⁸⁰, mas não teve sucesso. Como não o teriam todas as expedições seguintes organizadas pela Casa de Viseu.

Em finais dos anos de 1440, o infante mudou de estratégia e decidiu comprar o senhorio da ilha de Lançarote a Maciot de Bettencourt. A compra deverá ter ocorrido por volta do ano de 1448. Em troca de uma tença anual, que deveria ser paga ao longo de toda a sua vida, Maciot de Bettencourt cedia ao infante D. Henrique *“toda a sua rremda e senhorio que elle avia e poderia aver em a sua jlha de Lamçarote, que he em Canaria”*⁸⁸¹. A tença, de 20 000 reais brancos, que seria paga com rendas da ilha da Madeira, deveria continuar a ser dada mesmo no caso de Lançarote *“per força ou per direito, [fosse] tomada de castellãaos ou framçeses ou algũuas outras gementes”*⁸⁸².

Em conflito há vários anos com o monarca castelhano, Maciot Bettencourt acabou mesmo por vender as restantes ilhas que tinha e retirar-se com a sua mulher Lerida de Guardateme, de origem guanche, para a ilha da Madeira⁸⁸³. Dada a sua origem nobre, não é surpreendente que, chegado à ilha da Madeira, Bettencourt tenha integrado a elite local, tendo a sua filha Maria de Bettencourt casado com o filho secundogénito de João Gonçalves Zarco, Rui Gonçalves da Câmara, o futuro capitão da ilha de S. Miguel, no arquipélago dos Açores⁸⁸⁴. Maciot de Bettencourt seria mais tarde

dos Descobrimentos da Guiné e as ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, tradução de Gabriel Pereira, Separata do *Boletim da Sociedade Portuguesa de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1905.

⁸⁸⁰ Cf. Isabel L. Morgado de S. e SILVA, “Perspectiva global das viagens dos portugueses às Canárias...” cit., pp. 99 e 100.

⁸⁸¹ Carta de tença dada pelo infante D. Henrique a Maciot de Bettencourt, datada de 9 de Março de 1448. ANTT, *Místicos*, liv. 3, fl. 241v. Publicada em *MH*, vol. IX, doc. 174, pp. 273-275.

⁸⁸² *Ibidem*.

⁸⁸³ Lerida de Guardateme, ou Luísa de Bettencourt, como é conhecida na maioria das fontes, era sobrinha do rei Guardateme.

⁸⁸⁴ Sobre a família Bettencourt na ilha da Madeira veja-se Miguel Jasmins RODRIGUES, *Organização dos Poderes e Estrutura Social...* cit., pp. 300-303.

julgado pela Coroa castelhana por causa destas vendas, que não tinham tido aval régio⁸⁸⁵.

O infante D. Henrique enviou para a ilha de Lançarote como capitão Antão Gonçalves, cavaleiro, guarda-roupa do infante e experimentado navegador, muito envolvido na captura de escravos na costa ocidental africana⁸⁸⁶. Sobre esta questão diz o cronista Zurara que

*“Antão Gonçalves, o qual em seu nome foi tomar a posse da dita ilha, onde esteve por alguns tempos, animando os seus moradores a serviço e obediência de seu senhor, com tanta benignidade e doçura que em mui breve tempo foi reconhecida a sua virtude”*⁸⁸⁷.

No entanto, a verdade é que Antão Gonçalves não foi bem recebido pelos ilhéus e terminou sendo expulso da ilha que capitaneava, cerca de dois anos depois⁸⁸⁸.

Governar uma ilha povoada e com mecanismos próprios de gestão não era o mesmo que desenvolver o povoamento nos arquipélagos da Madeira, ou dos Açores, que nesta altura começava a ser povoado. Estas ilhas não estavam habitadas e facilmente seguiriam o modelo administrativo imposto pelo donatário. Em Lançarote, ilha habitada por nativos e cristãos castelhanos e franceses, não foi assim que sucedeu⁸⁸⁹.

Ainda assim, o infante não desistiu da sua abordagem às Canárias, pelo que Juan II de Castela, em carta de 1452 enviada a D. Afonso V, se queixa dos ataques

⁸⁸⁵ Sobre todo este processo complicado de venda não autorizada e de passagem das ilhas para o conde de Niebla e posterior venda a Hernán Peraza, pai de Inés Peraza, senhora das ilhas Canárias, veja-se a documentação transcrita por Gregorio CHIL y NARANJO *Estudios Históricos, climatológicos y patológicos de las Islas Canarias*, Primeira Parte, História, tomo II, Las Palmas de Gran-Canaria, Imp. La Atlántida, 1880, sobretudo p. 543 e ss.

⁸⁸⁶ Sobre Antão Gonçalves veja-se o que escreve o cronista Gomes Eanes da ZURARA, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Livraria Civilização, 1973 (nova edição), sobretudo os capítulos XII, XIII, XIV, XVI, XXI, XXIX, XXXII, XXXV e sobre a sua ida para Lançarote o capítulo XCV.

⁸⁸⁷ Idem, *ibidem*, cap. XCV, p. 404.

⁸⁸⁸ Julieta ARAÚJO, *Portugal e Castela na Idade Média* cit., p. 110 e Peter RUSSELL, *Prince Henry, “the Navigator”*... cit., p. 280.

⁸⁸⁹ Acerca do processo de colonização das Canárias, veja-se o artigo de Eduardo AZNAR VALLEJO, “La colonización de las Islas Canarias en el siglo XV”, *En la España Medieval*, tomo V, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1986, pp. 195-217.

henriquinos ao arquipélago. A carta é muito rica quanto às informações diplomáticas que faculta, Juan II refere ter escrito anteriormente ao monarca português, pois temia um ataque do infante D. Henrique às Canárias. Respondera-lhe D. Afonso V dizendo que nem o infante, nem nenhum súbdito do rei de Portugal armaria navios contra as ilhas Canárias sem o seu consentimento. Ora, o infante tinha armado uma expedição contra as Canárias composta por oito caravelas e uma fusta, no ano de 1450. Um ano depois era organizada uma nova expedição, com vizinhos de Lagos, Lisboa e da ilha da Madeira, entre os quais se encontrava Rui Gonçalves, filho do capitão e genro de Maciot Bettencourt. Estes homens, que saquearam as ilhas pertencentes a Castela, pilharam e roubaram os seus portos, incluindo as embarcações de mercadores aí estantes, eram todos criados da Casa de Viseu⁸⁹⁰. Neste sentido, há duas hipóteses, ou o infante tinha agido com o aval do monarca português e ambos tinham quebrado o tratado de paz de Almeirim, assinado em 1431, ou o infante tinha actuado contra a vontade da sua Coroa, traindo assim o seu rei, pelo que deveria ser punido.

Estes episódios abririam uma nova fase na disputa atlântica, que culminaria na carta de 1454 de Juan II a D. Afonso V, por nós já mencionada diversas vezes, em que o monarca castelhano afirmava que a conquista da Guiné pertencia ao seu reino⁸⁹¹, agudizando-se os argumentos de parte a parte. Todavia, com a morte de Juan II nesse mesmo ano de 1454, a discussão mudou de tom, pois Enrique IV apoiava-se na aliança com Portugal e no seu casamento com D. Joana para cimentar o seu poder. Esta nova situação política, mais favorável aos Portugueses, permitia ao infante D. Henrique tentar mais uma vez obter o senhorio das Canárias. O cronista João de Barros faz, nas suas *Décadas*, referência a um episódio curioso:

“em tempo del rey dom Henrique, o quarto deste nome em Castella, quando casou com a reynha domna Ioanna, filha del rey dom Duarte de Portugal, dom Martinho de taide conde da Touguia, que a levou a Castella, ouve del rey dom Henrique estas ilhas das canareas, por doação que lhe dellas fez”. E o conde de Atouguia “as vendeo despois ao marquez dom Pedro de Meneses o primeiro deste nome”. (...) “e

⁸⁹⁰ Carta de Juan II de Castela a D. Afonso V, datada de 25 de Maio de 1452. Biblioteca Nacional de España, Ms. Reservados, nº 21, fls. 48-50v. Publicada em *MH*, vol. XI, doc. 138, pp. 172-179.

⁸⁹¹ Carta de Juan II a D. Afonso V de 10 de Abril de 1454. Biblioteca Nacional de España, Ms. Reservado nº 21, fls. 48-51v. Publicada em *MH*, vol. XI, doc. 236, pp. 339-345.

*o marquez as vendeo ao infante dom Fernando, irmão del rey dom Affonso. O quel infante folgou de as comprar, porque como era filho adoptivo do infante dom Henrique, seu tio, que já tivera o senhorio destas ilhas, parecialhe que as não comprava, mas que as herdava delle*⁸⁹².

Os cronistas castelhanos desta altura silenciam esta doação do monarca castelhano ao nobre português e a posterior venda das mesmas. Há, no entanto, um documento posterior de Enrique IV a desfazer a doação. Relembre-se que Castela vivia, nesta altura, uma situação interna complicada. Enrique IV que, de início, procurou agradar aos portugueses, foi depois obrigado a recuar perante os protestos de Diego de Herrera e Inés Peraza, senhores das Canárias. Na carta de revogação desta mercê, de 1468, Enrique IV refere

*“a subjección e gran ynportunidad del conde de la Tuguia, don Martín Gonçálvez de Castro, e de don Pedro de Castro, conde de Villareal, vassalos naturales del reyno de Portugal, e de otras personas por su parte, seyendo sobre ello mucho molestado; e por la gran división e discordia que por entoneces hera en estos mis regnos, yo fiz a cada uno de los dichos condes, por sy, merced de las yslas de Grand Canaria e de Tenerife e de la ysla de La palma, situadas en las mis mares de España*⁸⁹³.

Pouco mais se sabe acerca desta doação e seguintes transacções e, como já referimos, as crónicas da conquista das Canárias não referem este facto. No entanto, supomos que a doação deverá ter ocorrido entre meados dos anos de 1450 e meados dos anos de 1460, mais precisamente, entre 1455, ano do casamento entre Enrique IV e D. Joana de Portugal, e 1464, ano do encontro em Gibraltar entre D. Afonso V e Enrique IV de Castela. O historiador Antonio Rumeu de Armas defende que a doação terá ocorrido no ano de 1464, única data que em que, comprovadamente, estes personagens se encontram todos no mesmo local. Este encontro entre os monarcas aconteceu a meio da campanha portuguesa em Marrocos de 1463-1464. Apesar de o

⁸⁹² João de BARROS, *Ásia. Primeira Década* cit., liv. I, pp. 48-49.

⁸⁹³ Carta de revogação da mercê feita aos condes de Vila Real e Atouguia, datada de 6 de Abril de 1468. Biblioteca del Monasterio del Escorial, Información de Cabitos, signatura: ij-X-26/est. 16.2 Manuscrito II, 2660. Publicada em Gregorio CHIL y NARANJO *Estudios Históricos, climatológicos y patológicos de las Islas Canarias*, Primeira Parte, História, tomo II, Las Palmas de Gran-Canaria, Imp. La Atlántida, 1880, pp. 592-595.

infante D. Fernando ter acompanhado o rei nesta empresa marroquina, não há notícias de que tenha assistido o irmão no seu encontro com Enrique IV. Pelo contrário, D. Fernando parece ter permanecido em Ceuta, praça onde mais tarde se juntaria D. Afonso V⁸⁹⁴.

Se, por um lado, esta data explica o motivo pelo qual o infante D. Henrique não se envolveu de imediato na compra destes direitos, por outro, a ter ocorrido em 1464, a doação não tem ligação à expedição de 1461 organizada pela Casa de Viseu às Canárias, que abordaremos adiante.

João de Barros escreveu cem anos depois destes acontecimentos e baseou-se no relato de Rui de Pina, que coloca o conde de Atouguia na embaixada que acompanhou D. Joana de Portugal a Castela⁸⁹⁵. A ter sido feita em 1455, supomos que esta doação tenha sido forçada pelo interesse demonstrado pelos nobres portugueses no arquipélago, muito possivelmente mandatados pelo infante D. Henrique, que vira na celebração do casamento de Enrique e Joana a altura ideal para a voltar às investidas⁸⁹⁶. O que o infante não deverá ter previsto é que a doação fosse feita ao conde de Atouguia. As transacções seguintes deverão ter ocorrido depois da morte do infante D. Henrique. Recorde-se que, durante este intervalo, o reino de Portugal tinha estado envolvido na preparação da conquista de Alcácer Ceguer, em Marrocos, em 1458, campanha em que o infante D. Henrique ainda participou. Seguindo o argumento que data a doação de Enrique IV no ano de 1455, cremos que o infante D. Fernando deverá ter comprado os direitos das ilhas logo a seguir à morte do seu pai adoptivo, organizando depois uma grande campanha militar para a sua conquista. Esta expedição deverá ter acontecido no ano de 1461, sob o comando de Diogo da Silva de Meneses, criado do duque. Rumeu de Armas situa esta armada no ano de 1459, ainda em vida do infante D. Henrique, numa acção conjunta com o infante D. Fernando, o que nos parece pouco plausível, sobretudo se consideramos o afastamento que existia

⁸⁹⁴ Rui de PINA, *CDAV*, cap. CLIV.

⁸⁹⁵ Rui de PINA, *CDAV*, cap. CXXXVI.

⁸⁹⁶ Peter RUSSELL, *Prince Henry, "the Navigator"...* cit., p. 286.

entre D. Henrique e o seu filho adoptivo⁸⁹⁷. Inclínamo-nos, portanto, para as hipóteses de 1455 para a doação, e de 1461 para a expedição da Casa de Viseu.

Embora não haja nas crónicas da conquista das Canárias qualquer menção a uma expedição e tentativa de conquista por parte de D. Fernando, Diogo da Silva de Meneses⁸⁹⁸ ocupa um papel central⁸⁹⁹. Isto é, todas as crónicas mencionam o auxílio prestado por Diogo da Silva de Meneses e pelos seus cerca de 200 homens a Diego de Herrera, o novo senhor das ilhas de Lançarote, Forteventura e Ferro. É difícil, através destas crónicas, compreender o papel da Casa de Viseu nesta expedição, mas o facto é que aparenta ter sido uma acção conjunta entre a família Herrera-Peraza e Diogo da Silva de Meneses, representando a Casa de Viseu. Nenhuma crónica refere Diogo da Silva, denominação dada pelos castelhanos, como fazendo parte do séquito de Diego de Herrera, nem como tendo acompanhado o novo senhor das Canárias para o arquipélago. Diogo da Silva de Meneses já lá estava e foi em auxílio dos castelhanos, em guerra com os Canários. Diogo da Silva é descrito como *“fidalgo y português, muy hombre por su persona y de mucho gouierno”*⁹⁰⁰ que, com a sua astúcia e o seu discurso, conseguiu convencer o rei Guadarteme a negociar uma trégua e até mesmo a baptizar-se, sendo o próprio Silva de Meneses o seu padrinho⁹⁰¹. Quando regressou a Portugal, Diogo da Silva de Meneses trazia como sua mulher Maria de Peraza, uma das filhas dos senhores das Canárias. Desconhecemos o papel do infante D. Fernando ao longo de todo este processo. Como existe a possibilidade da doação ter sido feita, como defende Rumeu de Armas, no encontro de 1464, isto significa que a expedição de 1461 levada a cabo pela Casa de Viseu tinha sido uma primeira tentativa de obtenção das Canárias por parte do infante D. Fernando, a que se seguiria

⁸⁹⁷ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, *Henrique, o Infante* cit., p. 375.

⁸⁹⁸ Sobre Diogo da Silva de Meneses, primeiro conde de Portalegre, veja-se Silvina SILVÉRIO e Marisa Pires MARQUES, “Diogo da Silva de Meneses e a política régia ultramarina”, em *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, ed. de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 239-256, embora as autoras não tenham dado destaque à sua participação na conquista das ilhas Canárias.

⁸⁹⁹ Sobre as crónicas de conquista do arquipélago das Canárias consulte-se *Canárias: Crónicas de su conquista*, transcripción, estudio y notas de Francisco Morales Padrón, Las Palmas de Gran Canaria, Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1993.

⁹⁰⁰ *Crónica Lacunense*, transcrita em *Canárias: Crónicas...* cit., p. 192

⁹⁰¹ *Ibidem*, p. 194.

posteriormente a compra do senhorio das ilhas a D. Pedro de Meneses e Noronha, capitão de Ceuta e 3º conde de Vila Real. É, portanto, difícil datar esta doação de Enrique IV ao conde de Atouguia, e as posteriores vendas ao conde de Vila Real e ao infante D. Fernando. No entanto, fica confirmado o interesse que o herdeiro do infante D. Henrique tinha no arquipélago das Canárias. Após a tentativa frustrada de 1461, e depois da revogação dos direitos das ilhas dados aos Portugueses por parte de Enrique IV em 1468, não parece ter havido mais tentativas de conquista das Canárias por parte da Casa de Viseu até ao período da guerra de sucessão castelhana⁹⁰².

Como vimos no capítulo anterior, em 1478 os Portugueses tentaram impedir a conquista da Grã-Canária por parte de Castela, numa acção que aparenta ter sido concertada com a Coroa portuguesa, isto é, o príncipe D. João, e Diogo da Silva de Meneses, com o auxílio da família Herrera-Peraza. O cronista Alonso de Palencia refere que a tentativa castelhana de conquista da Grã-Canária teve oposição de Inés de Peraza, senhora das Canárias, que esperava a chegada de uma armada portuguesa capitaneada pelo seu genro, D. Diogo da Silva de Meneses, criado da Casa de Viseu e vedor de D. Manuel, filho da infanta D. Beatriz. A armada portuguesa era constituída por sete caravelas e, de acordo com os relatos cronísticos, foi bem recebida na Grã-Canária, pois os canários viam na chegada dos portugueses o auxílio no combate aos castelhanos, principalmente devido à presença de Diogo da Silva de Meneses, com quem já tinham negociado anteriormente. Mas a intervenção portuguesa não conseguiu evitar a conquista da Grã-Canária por parte da Coroa castelhana que, entretanto, tomaria para si o senhorio das quatro maiores ilhas do arquipélago, conquistadas num processo que duraria cerca de quinze anos. A última ilha a ser dominada pelos castelhanos foi a de Tenerife, em 1495.

Terá a Casa de Viseu tido um papel activo nesta intervenção portuguesa? Haveria uma espécie de pacto entre a Casa de Viseu e os Herrera-Peraza, senhores das Canárias? A família Herrera-Peraza estava há muito em conflito com a Coroa castelhana, tendo mesmo havido uma devassa levada a cabo pelos Reis Católicos na

⁹⁰² Segundo Peter Russell, o infante D. Fernando, contrariamente ao que acontecera com o infante D. Henrique, não se deixou distrair pelo sonho das Canárias, focando-se mais seriamente no desenvolvimento dos restantes arquipélagos atlânticos. Cf. Peter RUSSELL, *Prince Henry, "the Navigator"...* cit., p. 287.

ilha de Lançarote sobre os abusos dos senhores das ilhas. Ou seja, para além de um conflito latente com a coroa castelhana, os Herrera-Peraza estavam a braços com uma revolta anti-senhorial nas ilhas.

A juntar a isto houve, também, a intervenção do bispo de Rubicão Juan de Frías. Em 1477, por exemplo, o bispo negociou o comércio escravagista de Hernán de Peraza, o filho de Diego Herrera e Inés Peraza, e cunhado de Diogo da Silva de Meneses, obrigando-o a devolver 98 escravos da Gomera à sua ilha, já que estavam sob a protecção da diocese. O bispo de Rubicão tinha muito a ganhar com a conquista das restantes ilhas da sua diocese e foi mesmo quem financiou e, aparentemente, comandou a conquista da Grã-Canária em 1478. Como referimos no capítulo anterior, um dos principais problemas dos castelhanos durante a guerra com Portugal tinha sido a falta de verbas para financiar o seu exército e as campanhas militares, algo que a Coroa castelhana procurou colmatar com o ouro da Guiné. No entanto, as armadas castelhanas enviadas à costa da Guiné não obtiveram os resultados esperados, pelo que no último ano do conflito os Reis Católicos promoveram a ida de privados, mas não financiaram novas armadas. A conquista da Grã-Canária exigia um grande investimento, todo ele feito por D. Juan de Frías, que pediu dinheiro emprestado para custear a campanha. Os Reis Católicos participaram com o envio de vinte lanças. Como forma de compensar o bispo de Rubicão pelo seu esforço e pelos seus gastos, os monarcas concederam-lhe o exclusivo do comércio da urzela⁹⁰³.

É difícil, através das fontes disponíveis, compreender o papel da infanta D. Beatriz ao longo da presente tese, a infanta tinha uma actuação de carácter tendencialmente proteccionista no que respeitava à administração do património da Casa de Viseu. A sua política passava mais por rentabilizar o que a Casa já tinha, em lugar de investir na exploração ou conquista de novos territórios.

É também preciso ter presente que, apesar da insistência da Casa de Viseu na conquista do arquipélago das Canárias, nesta altura, com a descoberta da zona de S. Jorge da Mina e o espoletar de novas possibilidades mais a sul, juntamente com o

⁹⁰³ Cf. *Canárias: Crónicas de su conquista...* cit., p. 23.

povoamento do arquipélago cabo-verdiano, as Canárias tinham perdido grande parte do seu atractivo, quer para a Casa de Viseu, quer para a Coroa portuguesa.

6.5. Criar uma Fronteira Atlântica?

Finalmente, não se pode descurar a vontade genuína em terminar com a guerra peninsular, quer por parte dos Reis Católicos – Isabel precisava de garantir a sua legitimidade ao trono e Fernando, então já rei de Aragão, via-se obrigado a centrar-se mais a fundo na política mediterrânica, e na guerra com França –, quer por parte do príncipe D. João, a quem não interessava alimentar conflitos, particularmente depois de ter assumido a exploração da costa da Guiné. D. João tinha um plano de Descobrimentos para colocar em prática e a guerra retardava os seus objectivos⁹⁰⁴. Havia, neste período, uma enorme disparidade política entre os projectos futuros de ambos os reinos. Isabel a Católica optava por assegurar o seu trono e garantir o direito a uma coisa palpável, e de todos conhecida, o arquipélago das Canárias, com as suas ilhas “*ganadas o por ganar*”, sem sequer tentar impedir o acesso dos Portugueses ao território. A sua principal preocupação era garantir o seu direito à conquista e evitar mais ataques armados, como os que tinham sido conduzidos na época do infante D. Henrique⁹⁰⁵. A formulação do tratado refere isto mesmo “*que nom vayam nym envien a las dichas yslas de canarias gañadas e por ganar njm alguna dellas a las danificar rrobar njm conquistar e tomar njm ocupar njm fazer outro mal njm daño alguno en ellas njm en los que el ellas estouieren*”⁹⁰⁶.

Contrariamente ao que tinha acontecido com os portugueses nas Canárias, onde ainda podiam circular, a Coroa portuguesa optou por ser implacável com os mercadores castelhanos ou aragoneses que tentassem circular em águas guineenses. Castela, tendo reconhecido o exclusivo português de navegação nos mares da Guiné,

⁹⁰⁴ Sobre o plano joanino, veja-se Luís Filipe THOMAZ, “O Projecto Imperial Joanino (*tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II*)”, em *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 149-168.

⁹⁰⁵ Carmen M. RADULET, “Os descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas” cit., p. 25.

⁹⁰⁶ Tratado de pazes entre Portugal e Castela – Alcáçovas. Datado de 4 de Setembro de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4089, leg. 49, fl. 99. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 279.

tinha abdicado da possibilidade de os seus súbditos navegarem e comerciarem naquelas águas, algo que iria condicionar a política atlântica dos Reis Católicos⁹⁰⁷. Até à assinatura do tratado houve algumas licenças passadas pelos Reis Católicos a privados dos seus reinos para que pudessem ir à costa da Guiné e à zona de Mina. Os monarcas ainda tentaram que estas licenças continuassem em vigor, desde que o quinto devido à Coroa fosse pago a D. Afonso V. Em Dezembro de 1479 emitiram, aliás, uma ordem a todos os capitães e armadores de caravelas que tivessem ido à costa da Guiné e Mina de Ouro antes da publicação do tratado de paz, para que pagassem ao rei de Portugal o quinto de todas as mercadorias que tivessem trazido⁹⁰⁸. Fernando e Isabel alegavam que

*“al tiempo que se fezieron e asentaron las dichas pazes, fue assentado e concordado que la dicha Mina de Oro e rescate de la Guinea quedase con los dichos rey e prinçipe de Portugal; e porque entonces non se supo de la partida de vosotros para la dicha Mina, nom se capitulo nin asento cosa alguna para la seguritat vuestra nin a quien aviades de acudir con el quinto de lo que de la dicha Mina truxiesedes (...) nos escribimos a los dichos rey e prinçipe de Portugal rogandoles que vos dyesen sus cartas de seguro para que libremente pudiesedes venir con vuestras fustas e bienes e mercaderías”*⁹⁰⁹.

Contudo, numa carta de Abril de 1480, D. Afonso V, muito provavelmente a pedido do príncipe D. João que estava à frente dos negócios da Guiné, autorizava que os capitães enviados à costa da Guiné pelo Príncipe

“achamdo quaaesquer carauellas ou naujos de qualquer maneira que seja, aallem, das marcas que pello ascemto da capitollaçom das pazes fectas amtre os dictos nossos regnos e os de Castella sã apomtadas e decraradas, as quaaes marcas e termos sam das Canárias pera baixo e adjante contra Guinea, que tanto que os

⁹⁰⁷ Carmen M. RADULET, “Os descobrimentos portugueses e o Tratado de Alcáçovas” cit., p. 25.

⁹⁰⁸ Datado de 18 de Setembro de 1479. AGS, *Registro General del Sello*, tomo II, nº 2187. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 14-16.

⁹⁰⁹ Carta dos Reis Católicos de 18 de Dezembro de 1479. AGS, *Registro General del Sello*, leg. 12, fl. 54. Publicada em *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, doc. 196, pp. 14-16.

*taees forem tornados, sem outra majs ordem nem fegura de juízo, possam logo todos ser e seja deytados a mar, pera que mourã logo naturalmente*⁹¹⁰.

Ou seja, as tripulações de todas as embarcações encontradas a navegar em águas portuguesas sem autorização, deveriam ser lançadas ao mar para morrerem, sem qualquer tipo de julgamento. O seguro real dado aos castelhanos tinha sido de pouca dura.

Para além de diferentes situações internas nos respectivos reinos, Portugal e Castela tinham também visões expansionistas muito distintas. Enquanto Castela defende acima de tudo o conhecido, isto é, o seu reino e o arquipélago das Canárias, Portugal aposta em defender o desconhecido e o seu acesso a novos territórios. Ou seja, por outras palavras, por parte de Castela a negociação deste tratado é feita tendo em conta o presente e, por parte de Portugal, considerando o futuro, ainda que no imediato garantisse também a posse dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e o acesso exclusivo à costa da Guiné.

Todavia, no tratado de Alcáçovas-Toledo, o Atlântico ainda não surge como um objecto em si, não é sequer mencionado enquanto espaço propriamente dito; não se fala de mar, fala-se de possíveis ilhas a descobrir. Este tratado foi inovador na medida em que espelha o abandono progressivo de uma noção medieval de lugar, a favor de uma noção mais moderna de espaço, aquilo a que Luís Adão da Fonseca se refere como a dialéctica do espaço marítimo, que será utilizada no tratado de Tordesilhas, quinze anos mais tarde⁹¹¹. Há, no tratado de Alcáçovas, uma grande evolução desde os primeiros anos dos Descobrimentos em que o oceano atlântico era considerado como “mar oceano”, uma espécie de Mediterrâneo exterior. Com o avançar da descoberta da costa africana a noção medieval de Atlântico teve de ser repensada. E isto está patente no tratado de Alcáçovas, a noção de que para além do Atlântico conhecido há mais mar, de que há, para além da Guiné, um Atlântico por descobrir. Mas a

⁹¹⁰ Carta régia de 4 de Abril de 1480. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 63. Publicada em MMA, vol. I, doc. 74, pp. 480-481.

⁹¹¹ Luís Adão da FONSECA, “De Tordesilhas a Saragoça, do Atlântico ao Pacífico, 500 anos depois”, em *Corpus Documental de Tratado de Tordesillas*, coord. de Luís Adão da Fonseca e José Manuel Ruiz Ascencio, Valladolid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994, p. 12.

formulação usada prende-se sempre com a costa da Guiné. Aliás, a expressão a que se recorre é “*de las yslas de Canaria para baxo contra Guinea*”.

A divisão acordada criou alguns conflitos sobre a zona exacta de divisão, as ditas marcas referidas por D. Afonso V, “*as quaaes marcas e termos sam das Canárias pera baixo e adjante contra Guinea*”⁹¹². Isto é, ainda que não se possa falar de uma linha de fronteira, há uma divisão que demarca sobretudo o início da zona exclusiva de navegação dos portugueses. Esta divisão tem, no entanto, contornos pouco definidos, o que geraria alguns incidentes diplomáticos acerca das zonas de pescaria. E tem também dado azo a diferentes interpretações por parte dos historiadores⁹¹³. Todavia, só com a viagem de Cristóvão Colombo é que o consenso encontrado em Alcáçovas seria perturbado. Luís Adão da Fonseca refere inclusivamente que “num espaço atlântico orientado para sul a partir da Guiné, a aventura do genovês introduziu (deu nova força) à dinâmica tradicional da horizontalidade oceânica”⁹¹⁴. A relação entre o tratado de Alcáçovas-Toledo e a viagem de Cristóvão Colombo tem dado azo a diversas interpretações, no entanto, das Canárias para baixo, em direcção à Guiné, o exclusivo era português. E isto é referido pelos Reis Católicos em documentação diversa, incluindo nas instruções dadas a Colombo, onde se proibia a ida à Mina e à costa da Guiné. Depois da viagem colombina, Castela tinha novos motivos para discutir uma fronteira atlântica.

Retirar conclusões *a posteriori* e interpretar a documentação à luz de acontecimentos cujo desfecho já se conhece é mais simples, sobretudo depois de se saber o resultado das viagens de Bartolomeu Dias, Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. O tratado de Alcáçovas-Toledo representou uma primeira divisão do espaço ultramarino, criando zonas de influência, disso não temos dúvidas. Por outro lado, gerou condições para o projecto expansionista de D. João II, ligado ao Atlântico Meridional, ao mesmo tempo que confirmava a posse dos senhorios atlânticos da Casa de Viseu. Contudo, na realidade, o tratado só menciona a costa

⁹¹² Carta régia de 4 de Abril de 1480. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 63. Publicada em MMA, vol. I, doc. 74, pp. 480-481.

⁹¹³ Sobre esta questão veja-se Paulino CASTAÑEDA, *El Tratado de Alcaçobas y su interpretación*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973.

⁹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 15.

africana, não há referências ao Atlântico para Ocidente, ao Atlântico interior tão apetecido pelos servidores da Casa de Viseu que, autorizados pela Coroa, andavam em busca de novas ilhas⁹¹⁵. Saliente-se que as cartas régias autorizando a procura de novas ilhas não fazem menção à necessidade de estes exploradores navegarem apenas por águas a sul das Canárias.

Ou seja, no tratado de Alcáçovas, é criada uma zona de navegação exclusiva portuguesa a sul das ilhas Canárias, o que não quer dizer que os portugueses não pudessem navegar nas águas a norte. Este tratado seria depois confirmado pelo papado em 1481, através da bula *Aeterni regis*⁹¹⁶, onde era também reconfirmada à Ordem de Cristo a espiritualidade de todas as terras na costa africana, descobertas e por descobrir, e onde se destaca o papel da Ordem e do Infante D. Henrique nos Descobrimentos portugueses. D. Beatriz, numa acção conjunta com o príncipe D. João, tinha conseguido salvaguardar os direitos da sua Casa.

⁹¹⁵ Veja-se o que sobre isto dissemos no capítulo 4.

⁹¹⁶ Bula *Aeterni regis*, do papa Sixto IV, datada de 21 de Junho de 1481. ANTT, *Bulas*, mç. 26, nº 10. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 153, pp. 222-229.

CAPÍTULO 7

OS ANOS DE TRANSIÇÃO

As pazes de Alcáçovas-Toledo, celebradas entre Portugal e Castela em 1479, continham cláusulas que resolviam a questão dinástica castelhana a favor de Isabel a Católica. Como garantia do cumprimento destas mesmas cláusulas, a infanta Isabel de Castela, filha mais velha dos Reis Católicos, e o infante D. Afonso de Portugal, filho do príncipe D. João, foram dados como reféns, isto é, postos em “terçarias”, sob a guarda da infanta D. Beatriz, em Moura.

Ao longo de cerca de três anos D. Beatriz teve sob a sua guarda D. Afonso, herdeiro do trono de Portugal, de cinco anos, e Isabel, a sua futura esposa, de onze. Apesar de a sua escolha como terceira ter sido consensual, a verdade é que a sua ligação familiar aos dois reinos levantava desconfianças de parte a parte. É interessante notar como, na documentação entre as três partes, a infanta D. Beatriz, embora tia de Isabel a Católica, surja mais conotada com o lado português. Isto implicaria que, como garantia da segurança da infanta castelhana e do cumprimento das cláusulas respeitantes ao futuro de D. Joana, a *Excelente Senhora*, D. Beatriz tenha sido obrigada a enviar como refém para o reino vizinho o seu filho primogénito, D. Diogo. Do lado português não foi feita nenhuma exigência do género, mas é preciso notar-se que a infanta tinha tido sempre um dos filhos na corte ou na Casa do príncipe D. João, primeiro D. Duarte e, após a morte deste em ano incerto, D. Manuel.

Vimos, nos capítulos anteriores, que a infanta D. Beatriz ganhou poder político com a guerra e a consequente negociação de paz. No entanto, será no início da década de 1480 que a infanta atingirá o seu auge de influência. Enquanto terceira em Moura, a infanta desempenharia pela primeira vez um cargo político para o qual havia sido nomeada, não em nome dos filhos menores ou do duque de Viseu, mas em nome próprio.

É claro que, como temos vindo a frisar, a maioria das mulheres que durante a Baixa Idade Média exerce poder político fá-lo, normalmente, através das suas redes de parentesco e por causa dessas mesmas redes. Quer isto dizer que a nomeação da

infanta dependia não apenas da sua actuação e dimensão política na Península Ibérica, mas, e talvez sobretudo, das suas relações familiares. Com a morte do 2º duque de Bragança, D. Fernando, em 1478, que até então tinha desempenhado o papel de *pater familias*, a infanta vai ocupar uma nova posição, a de matrona das duas Casas, a de Viseu e a de Bragança. Apesar de ser da mesma geração do 3º duque de Bragança, D. Fernando II, D. Beatriz era sua sogra, o que a colocava na posição de *mater familias*, lugar que assumiu muito na senda do 2º duque de Bragança, como a voz conselheira e conciliadora, como aquela que representava as Casas e aconselhava o rei nos mais diversos assuntos. Por esta altura, D. Beatriz solicitou a maioridade do duque D. Diogo, para que este pudesse assumir plenamente o governo da Casa de Viseu. Com a influência política da duquesa, um duque maior de idade e em pleno poder da sua Casa, juntamente com a solidariedade da Casa de Bragança, a família de D. Beatriz estava em condições de dominar grande parte da política portuguesa.

7.1 - Terçarias em Moura e Reféns em Castela

O protocolo do tratado previa uma entrega quase simultânea dos três jovens: o príncipe D. Afonso e a infanta Isabel a D. Beatriz, e de D. Diogo, duque de Viseu e de Beja, aos embaixadores castelhanos. A infanta Isabel deveria permanecer a uma distância de dezoito léguas de Moura e só entraria nas terçarias quando se cumprissem todas as condições impostas pela rainha Isabel, *a Católica*, que acompanhou atenciosa e minuciosamente todo este processo. As condições impostas pela rainha eram:

1 – Que Juana fizesse profissão de fé, até 15 de Novembro de 1480⁹¹⁷. Caso não o fizesse, o rei e o príncipe de Portugal tinham vinte dias, até 5 de Dezembro, para a colocar nas terçarias, em poder de D. Beatriz.

2 – Que o infante D. Afonso já se encontrasse nas terçarias, em poder de D. Beatriz.

⁹¹⁷ A cerimónia de entrada no convento foi pública, a pedido dos Reis Católicos, que enviaram emissários para o efeito. No entanto, ao longo de toda a duração das terçarias de Moura houve dúvidas sobre o cumprimento dos votos por parte de Juana. A infanta D. Beatriz enviava constantemente informações sobre este assunto nas suas cartas para Castela, de modo a tranquilizar a rainha Isabel I.

3 – Que D. Beatriz entregasse o duque de Viseu assim que recebesse a infanta D. Isabel, para que este ficasse em Castela durante um ano, a contar desde o dia da sua entrega.

4 – Que as pessoas que estivessem na fortaleza com D. Beatriz se desnaturalizassem do reino de origem⁹¹⁸.

A entrega dos reféns não ocorreu de imediato já que D. Beatriz notificou Castela de que o seu filho primogénito, D. Diogo, não estava em condições de viajar⁹¹⁹. O duque tinha nesta altura cerca de dezasseis anos⁹²⁰ e, apesar de a sua mãe ainda assegurar em grande medida a administração da Casa de Viseu-Beja, enquanto sua tutora, D. Diogo começava então a assumir os negócios do ducado de que era titular. A sua ida para o reino vizinho como refém foi protelada ao máximo. A infanta justificava a sua impossibilidade de ir por motivo de doença, dizendo que viagem colocava em perigo a sua vida e que o duque não poderia cavalgar durante os quatro meses seguintes. Nesta sequência de eventos, acabou por propor que em lugar de D. Diogo fosse o seu filho mais novo, D. Manuel, de onze anos. Castela não concordou de imediato com esta troca, porque a importância do refém media-se não apenas pela sua relação (normalmente familiar) com a pessoa que devia dar as garantias, mas principalmente pelo seu estatuto político. Para que os Reis Católicos aceitassem a troca foi necessário que o rei assegurasse que D. Manuel era o herdeiro de D. Diogo⁹²¹, salientando as garantias que este oferecia como refém. Após muitas diligências e de ter até enviado o seu físico para avaliar a estado de saúde do duque de Viseu⁹²², a

⁹¹⁸ Instruções para que a infanta D. Isabel entre nas terçarias. AGS, Patronato Real, 4113, leg. 49, fl. 72. Publicadas em *Documentos Referentes a las Relaciones com Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 100-108.

⁹¹⁹ AGS, *Patronato Real*, nº 4122, leg. 50-38. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 112-116.

⁹²⁰ Com excepção das datas de nascimento da primogénita, D. Leonor, em 1458, e do filho mais novo, D. Manuel, em 1469, desconhecem-se as datas de nascimento dos filhos da infanta D. Beatriz e do infante D. Fernando.

⁹²¹ De acordo com a legislação portuguesa, os títulos e as propriedades dadas pela Coroa eram inalienáveis e só poderiam ser transmitidos ao primogénito varão. Para que D. Manuel fosse considerado herdeiro do irmão foi preciso que o monarca concedesse à Casa de Viseu uma mercê de excepção à Lei Mental.

⁹²² O licenciado de Lucena deveria avisar secretamente a infanta Isabel e o prior do Prado do verdadeiro estado do duque, a fim de que os Reis Católicos pudessem negociar melhor. AGS, *Patronato Real*, 4113,

rainha Isabel concordou com a troca dos irmãos, aceitando a ida de D. Manuel para Castela enquanto D. Diogo não estivesse apto para viajar⁹²³, mas exigindo também que lhe enviassem o filho mais velho do duque de Bragança, D. Filipe⁹²⁴, algo que já havia sido discutido anteriormente, mas que nunca chegou a ser cumprido. Ainda assim, a escolha dos reféns é representativa não só da importância da infanta D. Beatriz e da sua família nestas negociações de paz entre os dois reinos, mas também da nobreza portuguesa mais próxima dos novos monarcas castelhanos.

Na altura em que foi enviado para Castela, D. Manuel, de onze anos, era apenas o herdeiro do ducado do seu irmão mais velho, estatuto que deveria perder quando o irmão casasse e tivesse filhos. Apesar de ser próximo da família real portuguesa e de pertencer a uma das maiores Casas ducais do país, a vida de Manuel não teria à partida grande importância política. Não tinha sequer um título; era tratado por Senhor D. Manuel dada a sua proximidade com a Casa real. No entanto, o assassinato do irmão em 1484, e a morte do príncipe herdeiro em 1491, fariam com que D. Manuel herdasse não só o ducado, como ascendesse também ao trono de Portugal, tornando-se no rei D. Manuel I.

A rainha Isabel I aproveitou este impedimento inicial para tentar trocar D. Isabel, a sua primogénita, pela recém-nascida Juana⁹²⁵, uma vez que a recusa de enviar o duque de Viseu a libertava, ainda que temporariamente, do compromisso das terçarias. A rainha pediu a D. Beatriz que fizesse pressão junto do seu rei para aceitar a troca das infantas⁹²⁶, solicitação a que o rei de Portugal e o príncipe D. João se

leg. 49, fl. 72. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 100-108.

⁹²³ Escritura da entrega da infanta de Castela D. Isabel à sua tia D. Beatriz, a quem cabia entregar à rainha de Castela o seu filho D. Manuel por certo tempo, enquanto não se efectuasse a paz, em lugar de seu irmão, D. Diogo, duque de Viseu, datada de 11 de Janeiro de 1481. ANTT, *Corpo Cronológico*, 2/1/36.

⁹²⁴ Instruções que se enviam ao prior do Prado e ao Doutor Afonso Manuel sobre o que devem fazer à luz das notícias sobre a doença do duque de Viseu, datadas de 4 de Novembro de 1480. AGS, *Patronato Real*, 4124, leg. 49, fl. 73. Publicadas em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 120-123.

⁹²⁵ Futura rainha de Castela Juana I, conhecida como *a Louca*.

⁹²⁶ Instruções de Isabel a Católica a Rodrigo Mansilla, reposteiro de camas, que tinha enviado à duquesa D. Beatriz para averiguar sobre a doença do duque de Viseu, datadas de Novembro de 1480. AGS, *Patronato Real*, 4125, leg. 49, fl. 77. Publicadas em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 118-119.

opuseram terminantemente. A troca da infanta Isabel pela recém-nascida Juana protelava o casamento alguns anos, já que seria necessário esperar que Juana atingisse a idade núbil. Outro dos motivos apontados pela rainha Isabel era a diferença de idades entre Isabel, de onze anos, e Afonso, de cinco. Com mais seis anos do que o seu futuro marido, Isabel teria de aguardar que este atingisse a maioridade, numa altura em que a infanta já teria vinte anos.

Do lado português, o cronista Garcia de Resende diz que o príncipe D. João forçou os Reis Católicos a tomarem uma decisão:

"o príncipe agastado de suas importunações, e delongas, parecendolhe que não queria cumprir com o que era determinado, e assentando nas capitulações das pazes, presumindo que isto poderia doutrem vir, mandou aos embaixadores dous escriptos, com duas sós palavras escriptas de sua mão, e em hum dizia paz e no outro guerra"⁹²⁷,

Depois de resolvidas estas questões, a infanta Isabel ainda esperou algumas semanas do outro lado da fronteira, devido ao mau tempo que tornara o Guadiana intransitável. Só a 11 de Janeiro é que a infanta seria recebida em Moura⁹²⁸. Durante este tempo, a rainha permaneceu em Medina del Campo, de onde só partiu após a filha ter entrado em terçarias⁹²⁹. O seu séquito era chefiado por Alonso de Cárdenas, mestre da Ordem de Santiago, e incluía três bispos, o de Palencia, Iñigo López de Mendonza, o de Ávila, Alfonso de Fonseca e o de Coria, Frei Juan de Ortega⁹³⁰.

Num capítulo adicional do acordo das terçarias, ficava estabelecido que a fortaleza de Moura teria a defendê-la uma guarnição de 80 lanças, 45 peões e 20 homens para guardar portas. Para além disso, tinha um alcaide, um capitão da vila, e

⁹²⁷ Garcia de RESENDE, *Crónica De Dom João II e Miscelânea*, Lisboa, INCM, 1973, p. 25.

⁹²⁸ Escreve o cronista que "A onze dias do mes de Janeiro de myl e quatrocentos e oitenta e hum, a que a Yfante Dona Bryatiz com toda a frol e gintilleza de Portugal, que ally [Moura] foy junta sahio, e a huma legoa de Moura Junto com a quyntaã que dizem da Coroada, e no meo de hum rybeiro que ally corre, das maaõs dos ditos senhores e Embaaxadores de Castella recebeo a dita Ifante Dona Ysabel. E entregou a elles ho senhor Dom Manuel seu Fylho, que com a gente que aa sua honrra e Estado compria, levaram aa corte dos Reis de Castella em lugar do Duque Dom Diogo seu Irmaão, que por contrato das terçarias ouvera prymeiro de ser entregue, mas, por a este tempo o Duque ser doente, fycou por entam até ser saaõ...", Rui de PINA, CDAV, cap. CCIX, p. 876.

⁹²⁹ Antonio RUMEU DE ARMAS, *Itinerario de los Reyes Católicos...* cit., p. 93.

⁹³⁰ Alonso de PALENCIA, *Cuarta Década...* cit., p. 235.

dois homens principais, um ao serviço da infanta D. Isabel e outro ao serviço do infante D. Afonso, que deveria também servir Juana de Trastâmara⁹³¹ caso esta escolhesse entrar nas terçarias. O número de lanças tinha sido discutido entre os Reis Católicos, D. Afonso V e o príncipe D. João e não podia, em caso algum, ser diminuído pela infanta D. Beatriz, a não ser que houvesse sobre isso acordo entre Castela e Portugal.

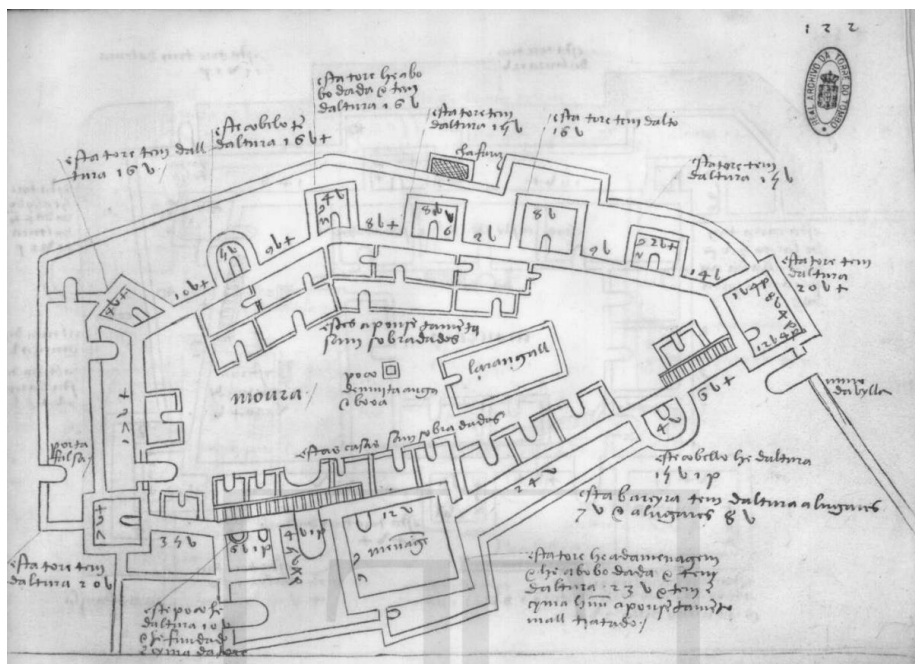


Figura 13 – Fortaleza de Beja
Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 9

Partimos do pressuposto de que a maioria dos homens que compunham a guarnição defensiva de Moura procedesse da Casa de Viseu. É o que se depreende da documentação, onde se refere que todos os alcaides das fortalezas da infanta D. Beatriz, e todos os seus criados, e todas as pessoas naturais do reino de Portugal que com ela, ou a seu mando, estivessem de guarda na dita terçaria, estavam obrigados à desnaturalização, ao juramento de pleito e homenagem⁹³². Não há nenhum registo

⁹³¹ O que nunca chegou a acontecer, já que Juana preferiu professar os votos e permanecer num convento de Clarissas. Sobre a vida de D. Joana em Portugal veja-se Paulo Drumond BRAGA, “A ‘Excelente Senhora’ D. Joana em Portugal (1479-1530). Dados para um estudo”, *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Universidade Portucalense, 1989, vol. IV, pp. 247-254.

⁹³² Rascunho, muito corrigido, contendo todos os pontos a tratar com Portugal, datado de Abril ou Maio de 1479. AGS, Patronato Real, nº 4112, leg. 49, fol. 69. Publicado em *Documentos referentes a las*

destas desnaturalizações, apenas uma licença que o príncipe D. João, enquanto administrador da Ordem de Santiago, concedeu aos comendadores e cavaleiros desta ordem, que se estivessem ao serviço da Casa de Viseu, para se desnaturalizarem, com o objectivo de assim cumprir o acordo das terçarias. O mesmo deverá ter acontecido na Ordem de Cristo, administrada pela própria infanta D. Beatriz. Acerca desta questão, note-se que a rainha Isabel impôs que a comitiva que acompanhava a sua filha fosse avisada antecipadamente sobre quem seria o alcaide da fortaleza de Moura e sobre quantas pessoas estariam na fortaleza e na vila de Moura⁹³³, exigindo ainda saber se já estariam desnaturalizadas, para que pudesse dar o seu aval para a entrega da infanta.

As despesas com a defesa do castelo de Moura eram repartidas entre Portugal e Castela⁹³⁴: cada uma das 80 lanças ganhava 25 maravedis de soldo por dia, 720 000 maravedis por ano. Os peões tinham direito a 8 varas de velas diárias, o que por ano dava 129 600 maravedis. Já os vinte porteiros ganhavam 13 maravedis por dia cada um, o que aportava a 93 600 maravedis por ano.

Cada uma das "*quatro pessoas principais da fortaleza*", o alcaide, o capitão, e os responsáveis pelo serviço da infanta D. Isabel e do príncipe D. Afonso, receberiam 151 000 maravedis por ano. Para além destas verbas, ambas as partes tinham ainda de pagar os serviços da infanta D. Beatriz, que cobraria 200 000 maravedis por ano pela aposentadoria da vila de Moura e para "*fazer casa en que los dichos señores ayan de posar*"⁹³⁵. A duquesa de Beja já tinha cobrado anteriormente 6000 maravedis de cada

relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos, vol. I, p. 190. Este acordo pressupunha "*todos los alcaydes de las fortalezas de la dicha ynfante doña Beatriz, e todos sus criados e otras personas naturales del dicho reino de Portugal que con ella o por su mandado ovieren de estar en la guarda de la dicha tercería; todos los quales Alan de fazer e fagan juramento e pleito e omenaje de ayudar a guardar la dicha tercería*".

⁹³³ Instruções para que a infanta Isabel entre nas terçarias. AGS, *Patronato Real*, 4113, leg. 49, fl. 72. Publicadas em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 100-108. Diz o documento que "*avisados los que van con su señoría que vean y sepan quienes o ha de ser el alcayde de la fortaleza de Mora por la dicha ynfante doña Beatris, e qua les e quantas personas han de estar en la dicha fortaleza e en la Villa*".

⁹³⁴ Memorial sobre as garantias de paz e outras questões relacionadas com os casamentos, datado de Agosto de 1479. AGS, *Patronato Real*, nº 4174, leg. 49, fol. 8. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 232.

⁹³⁵ Tratado das terçarias de Moura, datado de 6 de Março de 1480. ANTT, *Gavetas*, XVIII,8-16. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 325.

parte para preparar a fortaleza, a fim de receber convenientemente D. Afonso e D. Isabel. As despesas com as Casas dos reféns eram asseguradas pelos seus respectivos reinos⁹³⁶.

D. Beatriz, enquanto responsável pelas terçarias, não só escolheria a guarnição defensiva da fortaleza, como tinha, também, uma palavra a dizer na selecção dos séquitos que acompanhariam os reféns. Apesar de, do lado português, a documentação ser mais escassa, existe correspondência trocada entre a infanta D. Beatriz e o seu genro D. João II, onde estes acordam a composição do séquito de D. Afonso. Os servidores do príncipe seriam cinquenta e sete: trinta e oito nomeados por D. João e dezanove escolhidos pela infanta D. Beatriz. Neste caso foram escolhidas pelo rei, com o acordo da infanta: uma covilheira; uma moça da câmara; dois capelães e dois moços de capela; um vedor; um guarda; um mestre para ensinar o príncipe; um escrivão da cozinha e oito moços de câmara. Os oficiais apontados pelo rei D. João II e de que este poderia dispor livremente eram: seis moços fidalgos; um cozinheiro-mor; um assador; um cozinheiro pequeno; um alenteiro; um porteiro da cozinha; quatro moços de estrebaria; um alfaiate; um sapateiro; um gibeteiro; um barbeiro e um boticário. D. Beatriz escolheu com o aval régio: um copeiro-mor; um servidor do cutelo; um manteeiro⁹³⁷; dois servidores da toalha; um uchão; um copeiro; dois porteiros; um despenseiro; um homem da copa; um homem da mantearia; um homem da ucharia; dois homens da dispensa e quatro reposteiros⁹³⁸. Basta uma breve análise para compreender que D. Beatriz só pôde escolher os servidores relacionados com o serviço da mesa e do abastecimento da despesa.

A infanta Isabel teria a servi-la “*vna dueña e algunas niñas e moças de câmara*”. Para além destas mulheres, acompanhariam a infanta um perceptor; o licenciado de Lucena; uma aia; um mestre-sala; um trinchante; dois servidores da toalha; dois

⁹³⁶ Memorial sobre as garantias de paz e outras questões relacionadas com os casamentos, datado de Agosto de 1479. AGS, PR, nº 4174, leg. 49, fol. 8. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, p. 232.

⁹³⁷ O cargo de manteeiro era equivalente ao de reposteiro-mor. Trava-se de um verdadeiro mestre-de-cerimónias, dirigindo todo o serviço da mesa.

⁹³⁸ *Acordo que D. João II fez com a infanta D. Beatriz sobre os oficiais e pessoas que o príncipe D. Afonso tinha em Moura nas Terçarias*, datado de 13 de Março de 1483. Publicado em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 78-80.

capelães; um sacristão; um moço da capela; três moços de câmara; dois reposteiros de cama; um de estrados e um da prata; um cozinheiro; um moço de cozinha (cuja função era auxiliar o cozinheiro); um despenseiro, com três ajudantes; um boticário e uma lavadeira. Para A “Relação dos maravedis que se hão-de dar em cada ano à infanta D. Beatriz para custear as pessoas que tem consigo nas terçarias”, enviada por Isabel a Católica a D. Beatriz, dá-nos também uma ideia dos géneros que deveriam constar do prato diário da infanta e dos seus custos⁹³⁹.

A questão das despesas e dos livros de apontamentos dos gastos é recorrente ao longo das missivas trocadas entre D. Beatriz e a rainha castelhana. A infanta chegou a sugerir que Isabel I enviasse um escrivão seu para assentar e descrever todas as despesas feitas pelo comprador. A isto respondeu a rainha que a tia podia escolher quem melhor lhe parecesse. A infanta afirmou estar satisfeita com o trabalho do homem que já lá estava e que o enviaria a Castela com os livros das despesas que se faziam em serviço da infanta Isabel. Os Reis Católicos queixavam-se da despesa excessiva das terçarias e D. Beatriz, numa das cartas enviada a Diogo Silva de Meneses, aio de D. Manuel, que estava na corte castelhana, fez um extenso rol de pedidos que deviam ser apresentados à rainha Isabel⁹⁴⁰, sendo que a questão do abastecimento era a mais premente. D. Beatriz falava da necessidade da fortaleza ser abastecida para os seis meses seguintes e que, assim que Castela avançasse com a metade do pagamento que lhe cabia, ela pediria o mesmo ao rei e príncipe de Portugal, o que leva a crer que estes também não estivessem muito satisfeitos com as avultadas despesas. É uma

⁹³⁹ *Relação dos maravedis que se hão-de dar em cada ano à infanta D. Beatriz para custear as pessoas que tem consigo nas terçarias*, datado de Outubro de 1482. AGS, *Casa real*, leg. 2, 2^o, fl. 4. Publicado em *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 155-159. Refira-se que, por dia, o prato da infanta Isabel, que alimentava vinte e quatro pessoas, deveria conter seis galinhas, a 25 maravedis cada; uma peça de toucinho, a vinte maravedis; carneiro e vaca até 260 maravedis; quatro perdizes, a 26 maravedis; dois pares de coelhos ou um cabrito, a 20 maravedis; dois potes de legumes (potajes), um para a manhã e outro para a noite, a 90 maravedis; 100 maravedis para fruta; 15 maravedis para sal, vinagre e todas as miudezas da cozinha; para pão, 140 maravedis e, finalmente, para lenha e água, 40 maravedis. Isto dava um total de 871 maravedis por dia, num custo anual total de 318 786 maravedis. Nestas contas, não entrava o vinho, que não era consumido na casa da infanta Isabel (o que também nos dá conta da dimensão maioritariamente feminina da sua Casa) sendo a única excepção feita ao cozinheiro e três homens seus, que tinham direito a 15 maravedis por dia em vinho, já que comiam da despesa.

⁹⁴⁰ Instruções da infanta D. Beatriz a Diogo da Silva de Meneses, com propostas e reclamações à rainha Isabel, relacionadas com a estadia da infanta D. Isabel nas terçarias de Moura, datadas provavelmente de Maio de 1481. AGS, *Patronato Real*, nº 4102, leg. 49, fl. 51. Publicado *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 167-174.

questão delicada e o que a documentação deixa transparecer é que há relutância da parte castelhana em pagar os elevados custos de manutenção da fortaleza. D. Beatriz pediu, por isso, a confirmação das despesas autorizadas, e chegou ao ponto de solicitar à rainha que definisse quanto se deveria gastar em azemelhas e bestas.

O duque D. Diogo, finalmente apto para viajar, foi recebido em Castela em Agosto de 1481⁹⁴¹. Nessa altura, não obstante os dezassete anos, tinha já assumido parte da administração da sua Casa⁹⁴². Datam também deste período as primeiras cartas escritas por D. Diogo aos seus senhorios. É o caso da carta escrita aos moradores da ilha da Madeira, cujos procuradores não conseguiu receber no reino devido à sua partida repentina para Castela. Nesta carta datada de 1 de Agosto de 1481, o duque refere

*“Duarte pestana fidalguo da mjnha casa E meu armador moor veeo a Jmfante mjnha Senhora com vosa procuração pera Requerer alguñas cousas O qual chegou a tempo De eu estar pera castella E por que as cousas que trazia eram De sustamçia peras Sua Snñoria Desembragauar comiguo ouue per bem que ho Dito Duarte pestana Se tornase por emtãto que Deos querendo Eu tornar poderees Emviar aRequerer as Ditas cousas”*⁹⁴³.

Na mesma data, numa carta de D. Beatriz à ilha da Madeira, a infanta faz referência à partida do duque para Castela e explica que, apesar de agora ficar *“fora dalguñs negócios”*, dada a ida do duque para o reino vizinho, continuaria a informar-se dos assuntos quotidianos da ilha e a dar *“proujsam que me parecer Serujço de deos E bem De vos outros e Dese pouoo”*⁹⁴⁴.

Mesmo antes da partida de D. Diogo para Castela, D. Beatriz tinha solicitado a D. Afonso V a confirmação dos mais importantes senhorios do ducado em nome do

⁹⁴¹ Acta da recepção do duque de Viseu, refém em virtude das capitulações de paz entre Portugal e Castela, por D. Afonso de Cárdenas, mestre de Santiago, datada de 22 de Agosto de 1481. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 2, mç. 1, nº 38.

⁹⁴² Vejam-se as suas primeiras cartas enviadas à ilha da Madeira. Publicadas em “Tombo Primeiro”, doc. 78, pp. 116-117 e doc. 79, p. 117.

⁹⁴³ Carta do duque D. Diogo à ilha da Madeira, escrita em Moura a 1 de Agosto de 1481. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 79, pp. 116-117.

⁹⁴⁴ Carta da infanta D. Beatriz à ilha da Madeira, escrita em Moura a 1 de Agosto de 1481. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 79, pp. 117-118.

filho e tudo leva a crer que também se preparasse para solicitar a sua emancipação. A infanta justificava estes pedidos “*por quanto ella ora nom achaua as dictas doaçoões nem Sabja omde nem como se lhe perderom com allguuas outras cartas nos pedja por merçe que nos quisessemos trazer aa nossa lembrança o que no dicto casso tijnhamos feito*”⁹⁴⁵. No entanto, a morte de D. Afonso V no final desse mês de Agosto, e a partida do duque para Castela, impediram a concretização do pedido. A carta de regimento, isto é, de emancipação do duque de Viseu-Beja, só lhe foi concedida em 1482, não sabemos se antes, se depois do seu regresso de Castela.⁹⁴⁶ A idade para assumir plenamente as funções de administração de uma Casa era a de vinte e cinco anos. Ainda assim, a infanta entendia que D. Diogo estava apto a governar as suas terras, senhorios e fazenda, dado possuir “*desposição, siso, entender, descrição*”. Neste sentido, D. João II autorizou que o duque assumisse a administração da Casa como se fosse maior de idade, concedendo-lhe uma carta de emancipação e habilitação⁹⁴⁷. Cremos, ainda assim, que o duque deverá ter contado com o apoio da infanta D. Beatriz durante os primeiros tempos de governo. Com excepção de uma carta passada em Sintra em 1482⁹⁴⁸, as restantes enviadas pelo duque durante o período das terçarias são dadas em Moura, o local onde se encontrava a infanta D. Beatriz⁹⁴⁹. O ano de 1482 foi um ano de transição entre administradores do ducado. O duque D. Diogo passou parte do ano em Castela e D. Beatriz continuou a assegurar os negócios da Casa. Data deste período a carta de capitania da ilha do Pico dada pela infanta a Jos

⁹⁴⁵ Carta dos senhorios da vila de Beja e da ilha da Madeira a D. Diogo, de juro e herdade, datada de 10 de Agosto de 1481. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 136 v. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 156, pp. 240-241. A carta foi também assinada pelo príncipe D. João.

⁹⁴⁶ O mais provável é que lhe tenha sido concedida após o seu regresso a Portugal, ou seja, depois de Agosto de 1482.

⁹⁴⁷ A carta original não chegou aos nossos dias, mas temos acesso ao texto através do rascunho feito pelo secretário de D. João II, ainda que este documento não possua data. Veja-se nota supra. Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 281-283.

⁹⁴⁸ Carta do duque D. Diogo para Luís de Atouguia, contador na ilha da Madeira, acerca da dízima da farinha, datada de 1 de Outubro de 1482. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 81, pp. 118-119. É provável que o duque se encontrasse em Belas, na quinta pertencente ao ducado.

⁹⁴⁹ Por exemplo, sentença do duque D. Diogo, por apelação do feito já julgado no Funchal por Frei Nuno Gonçalves, vigário, na questão entre a igreja de Santa Maria do Calhau e Afonso Anes, carpinteiro, sobre a posse de um chão contíguo àquela igreja, o qual dizia pertencer-lhe, onde o réu Afonso Anes tinha construído uma terra, datada de 6 de Fevereiro de 1483. ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mc. 1, nº 20. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 169, pp. 254-256. E também carta do duque à ilha da Madeira em que pede que relevem uma pena a Martim Leme, datada de 22 de Maio de 1483. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 84, pp. 121-122.

Dutra, o capitão do Faial⁹⁵⁰, comprovando que, apesar de o duque ter assumido parte da administração do ducado, D. Beatriz continuava a assisti-lo.

A estadia dos dois irmãos, D. Diogo e D. Manuel, em Castela deverá ter coincidido durante alguns meses, já que só há notícia do regresso de D. Manuel a Portugal em Abril de 1482, altura em que foi recebido pelo novo rei a quem ainda não tinha prestado homenagem presencialmente. A homenagem em cortes ao novo rei foi feita pelo duque de Bragança, D. Fernando II, em nome da infanta D. Beatriz, do duque de Viseu e de D. Manuel⁹⁵¹. É interessante notar como, ao longo das cortes, a infanta é sempre a primeira pessoa da nobreza do reino a ser nomeada, seguida do duque de Viseu, do seu irmão e herdeiro D. Manuel e só depois o duque de Bragança e os seus irmãos⁹⁵².

O regresso de D. Manuel causou algum alarido no protocolo régio. Por vir de fora do reino, e por ser irmão da rainha e primo coirmão do rei, D. Manuel deveria ser recebido de acordo com o seu estatuto, quase comparável ao de um infante. No entanto, e apesar da sua posição, D. Manuel não passava de um menino sem título. Decidiu-se, então, que o rei se dirigiria em sua direcção para o receber até uma certa distância nas aforas da vila onde se encontrava a corte, distância essa não muito grande, e que D. Manuel não desceria do cavalo para cumprimentar o rei, que assim

⁹⁵⁰ A carta de capitania da ilha do Pico a Jos Dutra, datada de 29 de Dezembro de 1482, foi copiada por António Ferreira de SERPA, *Os Flamengos na ilha do Faial. A família Utra (Hurtere)*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1929, e está publicada em *DP*, vol. III, doc. 168, pp. 253-254. Por ser do final do ano, existe a possibilidade de que a datação corresponda a 1481, em vez de 1482, pois o ano iniciava-se no Natal. Como se desconhece o documento original não é possível descortinar esta questão. No entanto, a ser de 1481 e não de 1482, a carta data do período em que D. Diogo estava em Castela e, por isso, era D. Beatriz quem estava à frente do ducado.

⁹⁵¹ Foi acordado “que o Duque de Bragança per a Ifante Dona Beatriz per filho Duque de Uiseu e por sj nomeadamente e por todos os outros grandes, e fidalgos faça iuramento, e elle beijará a mão a El Rej por a dita Ifante e Duque de Uiseu e per si e os outros grandes e fidalguos cada hum per si hirá beijar a mão e porque a este tempo o Duque de Uiseu era em Castella pela tercejria da pazes, e a Ifante Dona Beatriz sua madre estaua em Euora [sic] com o Principe Dom Afonso e com a Ifante Dona Isabel de Castella, fez o Duque de Bragança juramente per elles, e por o senhor Dom Manuel que também era em Castella, o qual pera elle mostrou suas procurações abastantes”, Juramento de obediência e menagem feito em Cortes, em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 112.

⁹⁵² Veja-se o juramento em Cortes prestado pelo duque de Bragança, descrito por Álvaro Lopes de CHAVES: “loguo com muita reuerencia e humildade, liure querer e uontade, posto em joelhos o senhor Dom Fernando Duque de Bragança em nome da jlustre Senhora Ifante Dona Beatriz e do senhor Dom Diogo Duque de Uiseu e do senhor Dom Manuel em seu nome delle dito Duque de Bragança per uirtude das procurações e poderes que pera esto offereção fazendo per sj e pelos ditos senhores cujas uozes representaua em nome de Dom João Marques de Monte Moor o Nouo e de Dom Afonso Comde de Faram e de todos os condes destes Rejnos”, em *Livro de Apontamentos*, p. 120.

não se veria obrigado a desmontar também⁹⁵³. No entanto, quando o duque de Viseu regressou de Castela no ano seguinte, teve direito a uma grande recepção em Évora onde, chegando ao paço, desceu do cavalo para beijar a mão do rei, que também desmontou em reverência ao duque⁹⁵⁴.

Ainda que protelada durante alguns meses, a partida do duque de Viseu para Castela aparenta ter sido repentina, visto D. Diogo ter deixado vários negócios da sua Casa pendentes e ter tentado chegar à fala com o (ainda) príncipe D. João, sem grande sucesso. O duque tinha algumas dúvidas relativas à sua apresentação em terras castelhanas, pois ia em nome da sua Casa, mas principalmente em representação da Coroa portuguesa. A documentação diz mesmo que o duque estava com pressa e não tinha tido tempo de escrever pessoalmente a D. João, assim enviando Fernão da Silveira, seu aio, para que indagasse acerca das insígnias que deveria levar⁹⁵⁵.

D. Diogo aproveitou a correspondência trocada com o novo rei para lhe solicitar a Ordem de Santiago que já havia pertencido à Casa de Viseu e que depois passara a ser administrada pelo príncipe herdeiro⁹⁵⁶. Em simultâneo, a infanta D. Beatriz fazia pressão junto de D. João II para que este concedesse a Ordem de Avis a D. Manuel. Esta estratégia concertada entre D. Diogo e a sua mãe D. Beatriz de recuperação dos principais cargos militares para a Casa de Viseu-Beja, não surtiu efeito junto de D. João II. Contudo, a infanta insistiu o mais que pôde, fazendo mesmo notar ao rei o seu descontentamento. D. João II justificou-se sempre com a situação financeira em que o seu pai havia deixado o reino, que não lhe permitia “*aportar semelhante couza ao presente*”⁹⁵⁷, afirmando, no entanto, que se encarregaria de D. Manuel fazendo por ele “*o que elle merece*”⁹⁵⁸. D. João II explicou à infanta que era seu propósito ficar com os dois mestrados por algum tempo, até conseguir saldar as dívidas de D. Afonso V e que,

⁹⁵³ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 152-153.

⁹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 153.

⁹⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp. 263-264

⁹⁵⁶ Respostas de D. João II ao duque D. Diogo acerca do pedido do mestrado de Santiago. Publicadas em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 295-296.

⁹⁵⁷ Resposta de D. João II à infanta D. Beatriz sobre o mestrado de Avis, datada de 1481. Publicada em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 265-266.

⁹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 266.

posteriormente, gostaria de entregar a Ordem de Santiago ao príncipe D. Afonso e a de Avis a D. Manuel⁹⁵⁹.

D. Diogo, refém em Castela, pediu a D. João II autorização para participar na guerra contra Granada, com um batalhão de 300 lanceiros. Para além disso, solicitou, através da sua mãe, autorização para que os seus homens se pudessem juntar a ele em Castela com o objectivo de participarem nesta expedição. Sendo o duque o governador da Ordem de Cristo tinha um considerável poder de recrutamento no reino. D. João II também recusou este pedido, lembrando a D. Diogo que se encontrava em Castela na qualidade de refém dos Reis Católicos e não de seu hóspede. Além do mais, o rei temia que só com 300 lanceiros e sem a capitania de um batalhão, D. Diogo não representasse devidamente a importância da sua Casa. Por outro lado, caso a guerra piorasse, D. João II não teria forma de o socorrer. O duque de Viseu ficava assim limitado a participar apenas se o rei Fernando, o Católico, o solicitasse veementemente à Coroa portuguesa e ele próprio fizesse parte da expedição. Esta possível participação do duque D. Diogo na guerra granadina, que seria a sua estreia no teatro de guerra, gerou uma importante troca de correspondência entre o duque, o rei e a infanta D. Beatriz. A infanta, como era de seu apanágio, usou a situação para, mais uma vez, tirar proveitos financeiros para a sua Casa. D. Beatriz alegava que, apesar de compreender a posição de D. João II, a insistência por parte da rainha Isabel I era tal que temia que o duque não se pudesse escusar de participar na guerra. Continuava a duquesa dizendo que a participação do duque de Viseu acarretaria grandes despesas que a sua Casa não podia sustentar, tendo de contar com a generosidade do monarca. Conclui referindo *“pois ora Deus prouue de Guine lhe trazer tanto queira vossa Alteza a meu filho d’algũ fazer merçe para com elle”*⁹⁶⁰.

Ao longo da correspondência trocada entre D. Beatriz e os progenitores dos reféns, é muito evidente o modo como a infanta usou da sua condição de terceira em benefício próprio. Aproveitou para colocar servidores seus ao serviço da infanta Isabel, que seria a futura rainha de Portugal, colocando-se numa posição vantajosa de futuro

⁹⁵⁹ Outra resposta de D. João II à infanta D. Beatriz sobre o seu requerimento do mestrado de Avis para o seu filho D. Manuel, sem data. Publicada em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 306.

⁹⁶⁰ Carta da infanta D. Beatriz a D. João II, sem data. Publicada em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 298-299.

e até poupando dinheiro com o soldo dos seus criados. Um exemplo disto é o caso de Vasco de Sousa, nomeado pela infanta como vedor da infanta D. Isabel. Ao que parece, Isabel a Católica não tinha concordado com a escolha de Vasco de Sousa, apontado por D. Beatriz para o lugar, e recomendava que o cargo fosse dado a Álvaro de Almeida. Caso este não quisesse o cargo, deveria nomear um escudeiro seu. D. Beatriz afirmava ter ficado muito surpreendida com a atitude da rainha, uma vez que tal significaria prestar à infanta Isabel um serviço de baixa condição, que a envergonhava. Deu, por isso, ordens para que esta posição da rainha não fosse divulgada publicamente antes de ela a conseguir esclarecer devidamente. Para além de não cumprir o que fora recomendado, D. Beatriz solicitava que Vasco de Sousa, escolha sua, fosse recompensado pela rainha castelhana com uma moradia. Este servidor, que se encontrava noutra fortaleza pertencente à Casa de Viseu, tinha sido chamado por D. Beatriz e fora casado com uma das suas criadas. Afirmava a duquesa de Beja que Vasco e os seus irmãos eram todos da criação do duque seu filho, homens de boa linhagem, de respeito e da sua mais inteira confiança. Também Isabel de Sousa, a secretária de confiança de D. Beatriz, foi colocada ao serviço da infanta Isabel de Castela, tendo-a acompanhado no regresso ao seu reino.

Para além da questão da guerra granadina, a estadia de D. Diogo em Castela teve outros percalços. O duque era um jovem irrequieto a quem a condição de refém não se adequava, sobretudo desde que fora impedido de participar na guerra de Granada, onde se poderia ter estreado nas lides militares. A inquietude do duque levou mesmo os Reis Católicos a solicitarem que firmasse um documento onde se comprometia a não abandonar a corte castelhana, de acordo com o estipulado nas capitulações⁹⁶¹. No entanto, o maior escândalo que preconizou foi a sua ligação amorosa à duquesa de Villahermosa, Leonor de Sotomayor y Portugal, de quem teria uma criança, D. Afonso, futuro condestável de Portugal⁹⁶². D. Leonor era casada com o

⁹⁶¹ O documento data de 19 de Março de 1482, cinco meses antes do regresso de D. Diogo a Portugal. AGS, Patronato Real, leg. 49, doc. 96.

⁹⁶² Cf. Isabel dos Guimarães Sá e Hélder CARVALHAL, "The World of Constable D. Afonso (c. 1480-1504)..." cit., pp. 153-171.

duque de Villahermosa, meio-irmão de Fernando o Católico⁹⁶³, pelo que a ligação de ambos causou problemas na corte castelhana.

A ligação de D. Diogo a Leonor de Sottomayor deve também ter impedido a prossecução dos planos de matrimónio que a infanta D. Beatriz tinha para o seu filho primogénito em Castela. No ano de 1480 D. Beatriz discutia com o genro D. Fernando o possível casamento de D. Diogo com uma filha de Fernando o Católico⁹⁶⁴. A discussão foi feita em grande sigilo, não tendo o duque de Bragança confiado noutros emissários que não Aires Pinto ou Fernão da Costa, atrasando-se, por isso, no envio de resposta. Tratava-se de um casamento entre o mais importante titular português e a filha natural do monarca de Aragão (não sabemos qual).

Esta discussão já tinha sido tida antes da troca de refém das terçarias de Moura e, por isso mesmo, o duque D. Fernando aconselhava a sogra a esperar pela ida de D. Diogo para Castela. Tal permitiria negociar melhor os termos do contrato de casamento e veicular a ideia de que as negociações só se haviam iniciado depois da ida de D. Diogo para o reino vizinho. Tratando-se de uma filha natural do rei de Aragão, que não era filha da rainha de Castela, o duque de Bragança defendia que as negociações tinham de se basear no património que D. Diogo receberia. Ou seja, o duque defendia que D. Diogo daria à sua futura mulher um lugar de maior respeito na corte, contribuindo com a reputação e importância da sua Casa para lhe dar um maior destaque. Em contrapartida, a noiva deveria trazer consigo um património considerável que recompensasse o duque de Viseu por casar com uma filha ilegítima de Fernando II de Aragão e não com uma mulher membro de uma Casa titulada. O duque de Bragança aconselhava a infanta D. Beatriz a pedir

“boa somma de dinheiro, e alem disso villas, ou rendas em Castella no extremo, e promessas do Mestrado de S. Thiago, que ao Snr. Infante D. Fernando, seu pae, se prometteu, quanto mais a elle, que fica filho para o servir, e ajudar, ou noutro

⁹⁶³ O duque de Villahermosa era filho bastardo de Juan II, rei de Aragão.

⁹⁶⁴ Carta do 3º duque de Bragança à infanta D. Beatriz acerca do casamento do duque D. Diogo com uma filha de Fernando II de Aragão, datada de 28 de Agosto de 1480. BPE, CIII / 2-20.

*Mestrado, se primeiro vagar. A somma de dinheiro há de pedir como se ella fosse lidima*⁹⁶⁵.

Para além da discussão respeitante ao possível enlace de D. Diogo, esta carta do duque de Bragança revela também a estreita ligação que ambas as Casas tinham com os monarcas castelhanos. D. Fernando menciona mesmo a sua intenção em visitar a prima Isabel a Católica, numa localidade perto da fronteira, como Zamora, por exemplo. O duque solicita à sogra que o mantenha a par destas negociações,

*“porque eu espero de lá ir em fim d’Outubro a caza destes Snrs.; e então devem de ser as justas, e me escrevaeis de como estão, e o que vos parece de mim, se me requererão para ellas, e eu devo de ir, porque d’huma parte dezejo muito de ver a Snr^a rainha, e assim a V. S^a, e d’outra, não queria que segundo seu costume desses Snrs., que falassem cousas, que de mim escondessem*⁹⁶⁶.

Há, portanto, um clima conspirativo que se vai adensando com a intervenção das Casas de Viseu e de Bragança junto dos Reis Católicos. Ambas as Casas procuravam novos privilégios e senhorios quer em Portugal, quer em Castela, beneficiando da estreita ligação familiar que tinham com a rainha Isabel I.

No reino, crescia a oposição a D. João II, sobretudo depois das cortes de 1482, em que o monarca atentou contra os privilégios dos Grandes, afirmando que os seus corregedores passariam a entrar nas suas terras. A duquesa D. Beatriz surge nesta altura como intercessora entre a Casa de Bragança e os restantes membros da alta nobreza e o monarca. O papel que até 1478 tinha pertencido a D. Fernando I, duque de Bragança e tio de D. Beatriz, era agora assumido pela infanta. D. Beatriz surgia como uma voz conciliadora que defendia a paz do reino e aconselhava o monarca, ao mesmo tempo que salvaguardava os direitos da sua família.

Numa primeira carta dirigida a D. João II a infanta começa por dizer que apesar de ser avisado não dar conselhos a quem não os pediu, *“o amor de vosso serviço e a obriguação que lhe tenho me faz parecer que a nom devo com Vossa Senhorja de guardar, mas antes averiam por erro calar nhua cousa que seu serviço me*

⁹⁶⁵*Ibidem*. Destaque nosso.

⁹⁶⁶ *Ibidem*.

*parecesse*⁹⁶⁷. A argumentação aqui empregue pela infanta D. Beatriz recorda a utilizada por D. Fernando I, ainda marquês de Vila Viçosa, em 1460, quando escreveu a D. Afonso V falando-lhe dos *“açoutes dos amigos”*⁹⁶⁸, que mesmo não pedidos eram necessários, sobretudo se vindos de alguém com mais experiência e que tudo fazia pelo amor ao rei⁹⁶⁹.

D. Beatriz dizia ao rei que *“a mi senhor parece que vossa senhoria nom devia de bolir com estas cousas porque sera mui grande escândalo”* e lembra *“que estes sam os principaes de Vosso Rejno e que por rezão e serviços Vossa Senhoria mais deue”*, acrescentando que tudo isto *“me muito pesa e eu queria que sua senhoria de todos fosse amado e servido especialmente daqueles que mais devido com Sua Alteza tem e que o mais grandemente o podem servir”*⁹⁷⁰.

D. João II acabou por recuar nesta medida. Numa minuta de uma carta dirigida ao seu corregedor das comarcas da Beira e Ribacoa, diz haver *“por bem que vos nom entreis a fazer correjção nas terras, uillas, lugares da Ifante minha madre e do Duque meu Primo e do Duque de Bragança e o marques de Montemor e o Conde de Farão e de Dom Alvaro e do Conde de Villa Real”*⁹⁷¹. No entanto, a desconfiança entre D. João II e as Casas de Bragança e de Viseu continuou em crescendo.

D. João II foi, por isso, mais cuidadoso na preparação da segunda ida de D. Manuel para o reino vizinho como refém, em substituição do irmão⁹⁷². A sua intenção parece ter sido regular o cerimonial de corte, ao mesmo tempo que impedia um excesso de convívio entre D. Manuel, os Grandes de Castela e os Reis Católicos, seus

⁹⁶⁷ Carta de D. Beatriz enviada a D. João II acerca da entrada dos corregedores régios nas terras dos Grandes. Publicada em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 284.

⁹⁶⁸ Conselho do 2º duque de Bragança a D. Afonso V, datado de 17 de Julho de 1460. Publicado em António Rocha MADAHIL, “A política de D. Afonso V...” cit.

⁹⁶⁹ Cf. Maria Barreto DÁVILA, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança...cit.*, pp. 108-110.

⁹⁷⁰ Carta de D. Beatriz enviada a D. João II acerca da entrada dos corregedores régios nas terras dos Grandes. Publicada em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 285.

⁹⁷¹ Minuta da declaração de D. João II acerca dos senhores em cujas terras não deveriam entrar corregedores, sem data. Publicada em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 166-167.

⁹⁷² Poderes dados por Isabel, a Católica, ao bispo de Calahorra, para que recebesse em seu nome a D. Manuel, que ficaria em Castela como refém em virtude da capitulação de pazes. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, mç. 1, nº 30.

primos. Desta forma, o rei tentava evitar possíveis alianças entre os Reis Católicos e a alta nobreza portuguesa.

A justificação dada por D. João II para tais instruções era o grande amor e afeição que tinha a D. Manuel e o desejo de todo o seu bem, honra e acrescentamento⁹⁷³. O texto inicia-se com uma série de conselhos gerais a propósito do comportamento que D. Manuel deveria ter. De acordo com o monarca, o jovem devia agir sempre com muita temperança e seguir o conselho do seu aio, D. Diogo da Silva de Meneses, para que a sua actuação nunca pudesse ser repreendida⁹⁷⁴. Para além de seguir estas instruções, o aio de D. Manuel devia enviar relatos semestrais a D. João II sobre tudo o que ocorresse na corte castelhana⁹⁷⁵.

À parte as indicações de carácter mais geral, D. João II criou um regimento sobre o modo como o aio de D. Manuel deveria governar a sua Casa e as coisas a ele pertencentes⁹⁷⁶. Da primeira vez que tinha estado em Castela, D. Manuel tinha comido do prato da rainha, ou seja, estava incluído no rol de pessoas cuja alimentação Isabel I financiava. Ainda que fosse novamente convidado pela rainha Isabel para tomar parte do seu prato, D. João II não consentia que a situação se voltasse a repetir. Ou seja, teria de ser o próprio D. Manuel a sustentar o seu prato e o do seu séquito. Tal situação podia dever-se ao facto de cada uma das Coroas estar obrigada a suportar o prato dos seus séquitos nas terçarias de Moura. Aliás, D. Manuel só poderia aceitar convites para cear com os monarcas castelhanos depois de perceber de que forma seria integrado no cerimonial da mesa. Só poderia aceitar o convite se fosse tratado do mesmo modo que era tratado em Portugal. Nos meses que passou em Portugal, entre as estadias em Castela, D. Manuel morou na corte, junto a D. João II. O monarca esperava que o jovem D. Manuel fosse alvo do mesmo tipo de distinção na corte vizinha. Todavia, esta distinção só poderia ocorrer ao nível do cerimonial de corte, já que D. Manuel não podia aceitar presentes de substância por parte dos Reis Católicos,

⁹⁷³ Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 156.

⁹⁷⁴ *Ibidem*, p. 156.

⁹⁷⁵ *Ibidem*, p. 160.

⁹⁷⁶ Regimento que foi determinado e feito em Évora para Diogo da Silva de Meneses, aio do senhor D. Manuel, quando fosse a segunda vez a Castela, datado de 1483. Publicado em Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 157-160.

apenas joias e outros agrados de pouca monta. Dos Grandes de Castela ou de outras pessoas, D. Manuel só poderia receber galgos ou falcões que servissem para o entreter no seu dia-a-dia. D. Manuel não podia, também, aceitar convites feitos pelos Grandes de Castela, nem tão pouco recebê-los. O mesmo deveria acontecer com os ministros e aposentadores do rei ou da rainha. D. Diogo da Silva de Meneses deveria ter *“manejra como a sua casa vam os menos e as mais poucas uezes que ser possa”*. D. Manuel não tinha condições para os receber por ser muito jovem e influenciável, pelo que só estava autorizado a conviver com o tipo pessoas que o seu aio soubesse que lhe *“guardará e acatará o que a elle pertença e for rezam”*. D. Manuel deveria ainda estar sempre acompanhado e com ele deveriam dormir o seu camareiro e o irmão deste, alguns moços fidalgos, o seu guarda e alguns moços da cama, bem como o seu aio, sempre que este pudesse. Os moços fidalgos eram obrigados a servi-lo de acordo com os costumes portugueses, só seguindo a *“maneira de Castela”* só quando não fosse possível evitá-lo.

O regimento trata, também, de questões financeiras, especialmente respeitantes aos soldos dos servidores de D. Manuel e a outras pequenas despesas. Dizia D. João II que caso faltasse dinheiro para este tipo de custos, D. Diogo da Silva de Meneses poderia proceder a algumas vendas, incluindo de pratos e outras joias, desde que com discrição. Também não deveria ter pejo em pedir mais dinheiro ao duque D. Diogo ou à infanta D. Beatriz, mas sem deixar que os Reis Católicos se apercebessem destas dificuldades financeiras. Vimos anteriormente que a infanta D. Beatriz tinha pedido dinheiro a D. João II aquando da estadia do duque de Viseu em Castela, para suportar custos de guerra e de representação. Desconhecemos a resposta do monarca, mas através desta recomendação feita a D. Diogo da Silva de Meneses parece-nos claro que D. João II não contribuiu com nenhuma verba para o sustento em Castela quer do duque D. Diogo, quer de D. Manuel. Apesar destas instruções tão exaustivas, D. Manuel nunca chegou a regressar à corte castelhana. Na data da sua suposta segunda ida para o reino vizinho já D. João II tentava negociar com Castela o fim das terçarias de Moura, o que viria a acontecer no primeiro trimestre de 1483.

Para D. João II era prioritário terminar com a vantagem que as terçarias de Moura davam a D. Beatriz. Era seu desejo cessar este tratado com Castela o mais

brevemente possível. A morte do pai dava-lhe o ensejo, já que retirava aos castelhanos *“toda a suspeita dos feitos passados”*⁹⁷⁷. No entanto, para isso, D. João II precisava de aferir onde se posicionava Castela, quer nas conspirações dos duques de Bragança e Viseu, ambos familiares de Isabel a Católica, quer em relação às terçarias. Foi neste sentido que enviou o barão do Alvito a Castela, com Rui de Pina como secretário, com o pretexto de requerer algumas restituições aos castelhanos e o perdão de certas pessoas que tinham apoiado D. Afonso V. No entanto, o principal motivo da ida destes embaixadores portugueses era

*“sobre as mudanças das terçarias de Moura para a corte, ou para outra parte do reyno, em lugar sadio, forte e seguro, onde tudo de comprisse, ou se desfizessem as ditas terçarias pollo perigo em que o príncipe e a infanta dona Isabel estavam, polla villa de Moura ser muito doentia nos verões”*⁹⁷⁸.

Contudo, esta não foi a única razão apresentada. Alegava o rei português que, apesar de *“bem tractados et acatados e servidos”* na casa da infanta D. Beatriz, D. Afonso e D. Isabel se deviam encontrar enfadados e agastados de estarem sempre no mesmo local, *“rethenidos et sam liberdade de sayr de fora daquella fortaleza, que he causa tam contrayra aa natureza humana”*⁹⁷⁹. Entre as inúmeras diligências que fez para cessar as terçarias, D. João II chegou mesmo a evocar a educação dos príncipes, que deveriam suceder naqueles reinos de Portugal. Era, pois, *“neçessario e lhes convem muito serem despegados et desenvoltos, que para ello compra seerem criados em corte del Rey, onde vejam gente et conheçam os grandes do reyno”*⁹⁸⁰.

Numa primeira fase, os Reis Católicos parecem ter protelado a sua decisão em relação às terçarias respondendo a todas as outras questões colocadas por D. João II,

⁹⁷⁷ Notificações feitas a Isabel a Católica pelo barão do Alvito, embaixador de Portugal, em nome do novo monarca D. João II, datadas de Outubro de 1481. AGS, *Patronato Real*, nº 4106, leg. 49, fl. 63. Publicado em *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 203-208.

⁹⁷⁸ Garcia de RESENDE, *Crónica De Dom João II...* cit., p. 43.

⁹⁷⁹ Notificações feitas a Isabel a Católica pelo barão do Alvito, embaixador de Portugal, em nome do novo monarca D. João II, datadas de Outubro de 1481. AGS, *Patronato Real*, nº 4106, leg. 49, fl. 63. Publicado em *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 203-208.

⁹⁸⁰ *Ibidem*.

mas ignorando tudo o que dissesse respeito a Moura⁹⁸¹. Finalmente, em Agosto de 1482, deram poderes ao bispo de Coria, Juan de Ortega, para negociar com Portugal o final das terçarias⁹⁸².

A infanta Isabel foi devolvida ao seu reino de origem, mas regressaria a Portugal em 1490 para se casar com o príncipe D. Afonso. D. Diogo, o duque de Viseu, e o seu irmão D. Manuel, acompanharam a mãe na sua viagem de Moura a Évora, onde se encontrava a corte portuguesa, para devolver em mãos o príncipe D. Afonso aos seus progenitores. Dois dias depois, o seu primo, D. Fernando II, o duque de Bragança, seria preso por traição⁹⁸³. Os Bragança estavam acusados de atentar conjuntamente com os Reis Católicos contra D. João II. O principal acusado era D. João, o marquês de Montemor-o-Novo, mas D. Fernando foi preso por ser o chefe da linhagem e representar todos os membros das Casas-satélite da sua e ter elementos incriminatórios consigo, incluindo diversa documentação. Os restantes membros da família foram avisados atempadamente e encontraram refúgio em Castela. Deste modo, só D. Fernando, o 3º duque de Bragança, foi submetido a julgamento e, posteriormente, executado em praça pública⁹⁸⁴. A Casa de Bragança foi extinta e só seria restaurada no reinado de D. Manuel I.

⁹⁸¹ Resposta dos Reis Católicos a algumas das petições feitas pelo barão do Alvito em nome de D. João II, datada de Outubro de 1481. AGS, *Patronato Real*, 4107, leg. 49, fl. 63. Publicada em *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 208-210.

⁹⁸² Os Reis Católicos outorgam poderes ao bispo de Cória e a Lope de la Tuguia para tratar com Portugal o armazenamento das terçarias e o matrimónio da infanta D. Joana com o príncipe Afonso, Agosto de 1482. AGS, *Patronato Real*, 4140, leg. 50, fl. 5. Publicado em *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 230-132.

⁹⁸³ Segundo o secretário Álvaro Lopes de Chaves, “*vejo a Ifante com os Duques de Uiseu, o qual leuou a Ifante de Castella ao estremo a entregar aos que por ella uinhão e com o Duque de Bragança e trouuerão o Principe e a Ifante da sua mão o entregou a El Rey em Euora a hũa terça feira antes de dia do Corpo de Deos, e a quinta foj o Principe uer os touros que corriam na praça com os ditos três, e el Rey ficou com o Prior do Prado atta cerqua da noite que ouuio as vésperas na see, e a sexta foj loguo a prisom do Duque de Bragança neste desfazer das tercejrias, teue El Rey grande sagacidade pera cobrar o Principe a seu poder*”. Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 101.

⁹⁸⁴ Sobre o julgamento do duque de Bragança veja-se Humberto Baquero MORENO, “A conspiração contra D. João II: o julgamento do Duque de Bragança”, em *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 179-233. Álvaro Lopes de CHAVES escreveu que “*durou sua prizam [do duque de Bragança] tres semanas e morreo degolado na praça dEuora segundo foj julgado por letrados e pessoas do Conselho que todos eram uinte e leuado a enterrar a Sam Domingos da dita cidade por proues homens e algumas tochas leuadas por pedintes desacompanhado de criados que a tal tempo nom pareciam e de pessoas nobres por o caso ser tal*”, em *Livro de Apontamentos*, p. 181.

A duquesa de Bragança, D. Isabel, filha da infanta D. Beatriz, conseguiu enviar os seus filhos para o exílio em Castela, onde foram recebidos na corte de Isabel a Católica. No entanto, a duquesa permaneceu no reino com a sua filha Margarida, que morreria pouco tempo depois. D. João II enviou a Vila Viçosa D. Álvaro de Ataíde para notificar D. Isabel e solicitar-lhe que fosse a Évora, onde se encontrava a corte, entregar as fortalezas do duque⁹⁸⁵. D. Isabel de Bragança foi a única das mulheres da Casa de Bragança (englobando aqui as Casas dos irmãos do duque D. Fernando II) que permaneceu em Portugal. As restantes acompanharam os maridos e os filhos no seu exílio. Isabel pôde permanecer no reino porque tinha o apoio da sua família, que lhe garantia forma de subsistência. Os seus filhos foram recebidos e sustentados pela Casa da rainha Isabel I de Castela e os gastos realizados com eles estão todos descritos no livro de contas do tesoureiro da rainha⁹⁸⁶. Deve notar-se que o destino das mulheres dos “traidores” foi discutido em Conselho régio, opinando-se que deveriam juntar-se aos seus respectivos maridos

“por ellas e eles nom peccarem com outros que deuem ser mandadas pera elles com seus filhos se os tem porque ainda que as molheres nom deuão d auer pena de desterro pelas culpas dos maridos, Castella he tam vesinha a estes Reynos que se nom d entender mandarem as laa per pena”⁹⁸⁷.

D. Diogo, o duque de Viseu, que muito provavelmente havia sido o elo de ligação a Castela, aproveitando os seus conhecimentos do tempo em que lá tinha estado como refém, foi chamado para uma conversa com D. João II, em que a rainha D. Leonor esteve presente, e avisado acerca dos perigos deste tipo de comportamento.

D. João II tinha motivos para querer regulamentar ao máximo a estadia destes reféns em Castela, que tinham aproveitado a vantagem política adquirida nas terçarias de Moura e a sua proximidade familiar e geográfica à corte castelhana para preparar um golpe contra o rei. A sua condição de reféns no reino vizinho tinha sido utilizada para solidificar a posição política da Casa de Viseu-Beja no contexto da Península

⁹⁸⁵ Cf. Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de apontamentos*, p. 184.

⁹⁸⁶ Cf. *Cuentas de Gonzalo Baeza, tesorero de Isabel la Católica*, ed. de Antonio de la Torre, 2 vols., Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1955.

⁹⁸⁷ Conselho dado sobre as mulheres dos traidores que estavam exilados em Castela, em 1487. Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de apontamentos*, p. 251.

Ibérica. Como vimos, o duque e o seu irmão foram recebidos como hóspedes dos Reis Católicos e não tinham sentido propriamente falta de liberdade.

Foi durante o período das terçarias de Moura que as Casas de Bragança e Viseu atingiram o seu auge político, com o duque de Bragança a liderar a oposição a D. João II no reino e a duquesa D. Beatriz a afirmar-se como a grande *mater familias* da alta nobreza, surgindo como conselheira e defensora da paz social. As Casas de Viseu e de Bragança estavam em posse do príncipe herdeiro, tinham fortes laços familiares com o reino vizinho, importantes cargos militares e uma fortuna que, em conjunto, ultrapassava a do rei⁹⁸⁸. Neste sentido, dominavam a política do reino e influenciavam a do reino vizinho. A ambição destas Casas não se coadunava com a ideia de centralização defendida por D. João II. O aviso feito a D. Diogo não surtiu grande efeito. Num primeiro momento, temos notícia de que o duque D. Diogo acompanhou a corte, onde também se encontrava o seu irmão D. Manuel, dando a impressão de que a Casa de Viseu, infanta D. Beatriz incluída, tinha acatado a actuação de D. João II e apoiava a Coroa.

Todavia, passado este primeiro episódio, o duque manteve-se em Tomar, sede da Ordem de Cristo, deixando D. Manuel na corte. Os cronistas associam o momento em que o duque abandonou a corte ao recrudescer das conspirações contra D. João II. Contudo, deve também colocar-se a hipótese de que o duque, que tinha recentemente tomado conta da administração da sua Casa, tivesse necessidade de organizar os seus negócios e de estar presente nas suas terras. Durante estes meses, D. Diogo interveio activamente na gestão do ducado, preparando uma série de novas respostas sobre os direitos donatarios para a ilha da Madeira, por exemplo⁹⁸⁹. Mas actuou ainda ao nível da justiça senhorial e confirmou algumas doações dos capitães do donatário⁹⁹⁰.

⁹⁸⁸ Sobre estes cálculos veja-se o artigo de Manuela MENDONÇA, “Problemática das conspirações contra D. João II”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 1ª série, vol. 5, 1984/1985, pp. 29-54.

⁹⁸⁹ Carta do duque D. Diogo de resposta a alguns apontamentos sobre direitos, datada de 12 de Novembro de 1483. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 85, pp. 122-134.

⁹⁹⁰ Confirmação do duque D. Diogo de uma carta de doação de João Gonçalves da Câmara, capitão do Funchal e Manuel Afonso, almoxarife, a Martim Mendes de Vasconcelos, da água, aos domingos, de uma levada no estreito, datada de 25 de Julho de 1483. ANTT, *Convento de Santa Clara do Funchal*, mc. 1, nº 19.

No entanto, o clima na corte manteve-se muito instável e os rumores de que D. Diogo tinha assumido a chefia das conspirações contra D. João II e preparava um atentado contra a sua vida, aumentavam de dia para dia. Sobre D. Beatriz e a sua actuação neste período pouco ou nada se sabe. Talvez tivesse acompanhado D. Diogo em Tomar. Todavia, não sendo já a responsável pela chancelaria da Casa ducal, torna-se impossível estabelecer o itinerário da infanta ao longo deste período. Depois de uma demorada estadia em Tomar, o séquito do duque de Viseu parece acompanhar a corte, pousando em localidades distintas, mas próximas. Finalmente, a 28 de Agosto de 1484, o rei chamou o duque D. Diogo, que se encontrava em Palmela, Setúbal, onde pousava a corte, e apunhalou-o na sua guarda-roupa⁹⁹¹, onde D. Diogo tinha entrado desacompanhado. O duque foi enterrado no dia seguinte, *“asj uestido como foy morto, e o lançarão na sancrestia e alj jouue lançado ataa tarde com o rostro descuberto pera que o uisem todos, e dalj a dita tarde foj leuado a enterrar ao moestejro da ditta uilla”*⁹⁹².

De imediato, foi chamado à corte D. Manuel, acompanhado pelo seu aio, D. Diogo da Silva de Meneses. O rei explicou-lhe os motivos que tinham levado a matar D. Diogo, assegurando-lhe que lhe faria doação do património do irmão, porque o *“amava como a próprio filho”*⁹⁹³, pelo que a sua Casa não seria extinta como tinha acontecido com a de Bragança.

*“E isto d’hũa parte, e da outra foy dicto, e ouvido com muito espanto, e nam sem muitas lagrimas, e door, e com louvada acusação que ElRey de sy mesmo fez; atribuindo tamanhas desaventuras em algũa maneira a seus pecados. E o Senhor Dom Manuel, pos os gíolhos em terra, e sem longa resposta lhe beijou as mãos”*⁹⁹⁴.

⁹⁹¹ Sobre esta conjura contra D. João II, veja-se Luís Adão da FONSECA, *D. João II* cit., sobretudo pp. 78-106.

⁹⁹² Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, pp. 153-154.

⁹⁹³ Rui de PINA, *CDJII*, cap. XVII, p. 930.

⁹⁹⁴ *Ibidem*.

7.2. - D. Manuel, o Novo Duque de Beja

A infanta D. Beatriz estava em Palmela quando se deu a morte de D. Diogo. Parece claro que a infanta acompanhava o séquito do seu filho. Contrariamente a D. Manuel, a infanta não foi convocada a Setúbal. Em vez disso, D. João II enviou o Doutor Nuno Gonçalves e Gil Fernandes para a notificarem do sucedido

“e mostrar as causas, e culpas do caso, e assi a Doaçam que ao Senhor Dom Manuel seu filho tynha fecta; pedindo-lhe por merçee, que se confortasse. E ella ouvio tudo com muitas lagrimas, e door; e lhe respondeo com palavras, que pareciam de Princesa muy triste, mas muito mais sofrida, e virtuosa”⁹⁹⁵.

A notícia chegou cedo a Castela, ainda que com contornos pouco definidos. O cronista Hernando del Pulgar diz que:

“Estando el Rey é la Reyna en aquella cibdad, les vino nueva como el Rey de Portugal había muerto por su mano al Duque de Viseo su primo, hermano de la Reyna su mujer, é fijo del Infante Don Fernando su tio, hermano del Rey su padre, é de la Infanta Doña Beatriz tia de la Reyna. Este Duque de Viseo era mozo de veinte años, é como esta nueva vino dubdosa, porque unos decían que era muerto, otros que era preso; el Rey é la Reyna, por el debdo de sangre que con ellos tenía, acordaron de embiar á Dom Iñigo Lopez Manrique, Obispo de Leon é á Mosen Gaspar Fabra un caballero de Aragon por embaxadores al Rey de Portugal, á le rogar con gran afición, que si no era muerto el Duque, no procediese contra él á la muerte, fasta con mayor piedad mirase la causa de su prisión; é si era muerto, de su parte consolasen á la Infanta Doña Beatriz su madre”⁹⁹⁶.

Os embaixadores castelhanos souberam, durante a viagem, que o duque tinha sido assassinado, pelo que foram de imediato ao encontro de D. Beatriz

“á decir á la Infanta la gran turbación que el Rey é la Reyna ovieron de aquel caso acrecido al Duque su fijo, é á le consolar según les fue mandado. Esta Infanta era mujer discreta, é como quiera que era tierno el dolor que sintió por la muerte del Duque su fijo, especialmente porque se añadió á la muerte del Duque

⁹⁹⁵ Rui de PINA, *CDJII* cap. XVII, p. 932.

⁹⁹⁶ Hernando del PULGAR, “Crónica de los Reyes Católicos”, em *Crónicas de los Reyes de Castilla*, Madrid, M. Rivadeneyra Editor, 1878, vol. III, cap. XXV, p. 406.

*de Guimaranes su yerno, á quien el Rey de Portugal el año pasado había fecho degollar por justicia; pero mostró tener aquella consolacion que persona discreta debía mostrar en tiempo de tal turbación, y embió á regradescer al Rey e á la Reyna su buena consolacion*⁹⁹⁷.

Rui de Pina não recorda os eventos do mesmo modo, dizendo que os embaixadores dos Reis Católicos se tinham encontrado com D. João II e que a sua missão estava sobretudo relacionada com a restituição dos bens dos filhos do duque de Bragança, refugiados em Castela. Segundo o cronista português, no momento da sua partida, ainda não tinha chegado a Castela a novidade acerca do duque de Viseu. Contudo, a situação dos filhos do duque de Bragança foi um assunto que o monarca não quis abordar, preferindo concentrar-se no futuro casamento do príncipe D. Afonso com uma das infantas castelhanas⁹⁹⁸. Diante do facto consumado, os Reis Católicos não insistiriam mais no caso, limitando-se a continuar a apoiar materialmente os exilados em Castela, afastando-se, portanto, de qualquer participação na conjura contra D. João II.

O encontro entre os embaixadores castelhanos e o monarca português ocorreu em Castelo Branco, vila onde D. João II foi obrigado a permanecer durante algum tempo, impedido de viajar, por estar doente. Dadas as circunstâncias políticas e de conspiração da corte portuguesa, começaram a circular rumores de “*peçonha*”, isto é, de uma tentativa de envenenamento do rei, por parte dos partidários do duque de Viseu⁹⁹⁹. Depois de Castelo Branco, D. João II regressou a terras alentejanas, passando por Montemor-o-Novo, Reguengos, Estremoz e, finalmente, Beja, vila pertencente ao duque D. Manuel. Supomos que, de regresso às suas terras, D. Manuel tenha pousado no palácio dos duques, residência principal de D. Beatriz.

Estaria a infanta aí presente? Quem é que assumiu os desígnios da Casa de Beja neste período? Um dos objectivos da investigação levada a cabo para a presente dissertação foi a análise da acção governativa da infanta D. Beatriz durante a menoridade de D. Manuel e a reconstituição cronológica da passagem do ducado.

⁹⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁹⁹⁸ Rui de PINA, *CDJII*, cap. XVII, p. 932.

⁹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

Contudo, a acção governativa de D. Beatriz depois de 1484 continua obscura. Há um silêncio total das fontes, o que não nos permite avançar muito mais no conhecimento deste período. Ainda assim, cremos ser possível extrapolar algumas reflexões através da (pouca) documentação disponível.

Depois de assassinar o duque D. Diogo, D. João II chamou à sua presença o jovem D. Manuel, de quinze anos, para lhe assegurar a confirmação de todos os bens do irmão, excepção feita ao título de duque de Viseu – D. Manuel passaria agora a ser duque de Beja e senhor de Viseu. O monarca salientou também que, na linha de sucessão ao trono, a seguir ao príncipe D. Afonso e aos outros filhos que D. João II ainda esperava ter, estava, precisamente, D. Manuel¹⁰⁰⁰. De acordo com Rui de Pina, há ainda um outro pormenor importante: a ilha da Madeira ser-lhe-ia confirmada, mas a doação seria apenas vitalícia. Regressaria, depois, à Coroa, o que se justificava por ser tão grande a sua riqueza.

Contudo, como já dissemos, D. Manuel tinha apenas quinze anos e não estava, seguramente, ao corrente da gestão administrativa da Casa de Beja. Nos meses antes da sua morte, D. Diogo tinha assumido a plenitude do governo da Casa, ainda que com o eventual auxílio de D. Beatriz. Nada fazia prever a morte do duque de Viseu, sendo D. Manuel muito jovem e tendo vivido maioritariamente na corte, não estaria certamente preparado para assumir esta tarefa. Queremos com isto dizer que, nos primeiros tempos, o duque de Beja foi certamente auxiliado por alguém na gestão do ducado. Há três indivíduos em quem esta tarefa poderia ter recaído: o seu aio, D. Diogo da Silva de Meneses, membro do conselho régio, que acompanhou D. Manuel na sua audiência com D. João II; a infanta D. Beatriz, que era a autoridade máxima no ducado depois da morte de D. Diogo, apesar de ser D. Manuel o novo duque e o próprio D. João II.

¹⁰⁰⁰ Segundo o cronista “*ElRei trocou o titulo do Duque de Viseu, porque não se intitolasse como seu irmão, e ouve por melhor que se intitolasse Duque de Beja, e Senhor de Viseuu, como d’hi em diante fez. E logo em esta mesma falla, ElRey tocou ao Duque em querer per sy as Villas de Serpa, e Moura, mas que por ellas lhe daria dentro do Regno muy equivalente satisfaçam; e assy apontou nas Saboarias do Regno que tynha, em que por ventura averia mudança (...). E assi lhe disse mais que a Ilha da Madeira, no que pertencia a sua Coroa, elle Duque a teeria em sua vida inteiramente, mas que per seu falecimento, quando Deos ordenasse, era razam que por sua grandeza se tornasse aa dicta Coroa (...).*”, Rui de PINA, CDJII, cap. XVII, p. 930.

Rui de Pina refere que logo na noite da morte do duque D. Diogo, D. João II *“fez, e mandou fazer as diligencias que compriam pera aver, como logo se ouveram e cobraram sem algũa duvida, nem resistênciã todalas fortalezas do Duque”*¹⁰⁰¹. No entanto, consta do livro de apontamentos de Álvaro de Chaves, o secretário de D. João II, uma carta da infanta D. Beatriz para o alcaide da fortaleza de Moura, Lisuarte Gil, para que entregasse a fortaleza a Álvaro de Almeida, membro do Conselho régio, que ia recebê-la em nome do rei. A infanta D. Beatriz justifica a escolha de Álvaro de Almeida pelo monarca por

*“ser pessoa da criação desta Casa e a mj e a meus filhos tam acepta que loguo sem mais detenção nem cautela nem sobresse llo a sua Alteza escreuerdes nem mandardes recado nem ao Duque Dom Manuel meu filho lha entregueis liure e dezembarguadamente”*¹⁰⁰².

Esta carta comprova, em nossa opinião, que, num primeiro momento, a infanta D. Beatriz assumiu a liderança da Casa, ainda que a sua actuação tenha sido coagida pelo monarca. É plausível que a infanta tenha apenas executado aquilo que lhe foi ordenado por D. João II, temendo que nova desobediência pusesse em causa a existência da sua Casa e o futuro dos seus filhos. Esta carta, não se tratando de um documento original, mas sim de um rascunho ou cópia existente no caderno do secretário do rei, pode muito bem ter sido redigida juntamente com, ou mesmo por D. João II, e por livre iniciativa da infanta D. Beatriz. No ano anterior, quando D. João II mandou que as fortalezas pertencentes ao duque de Bragança fossem entregues à Coroa, tinha havido alcaides a recusarem-se a fazê-lo sem ordem expressa do duque D. Fernando¹⁰⁰³. É provável que desta vez o monarca tenha tentado evitar uma situação análoga, tratando-se, mais a mais, de fortalezas de fronteira.

¹⁰⁰¹ Rui de PINA, *CDIII*, cap. XVIII, p. 982.

¹⁰⁰² Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos*, p. 183. Carta da infanta D. Beatriz ao alcaide de Moura, c. 1484.

¹⁰⁰³ Este episódio é descrito no manuscrito da Biblioteca da Ajuda onde, como antes se referiu, estão apontados alguns acontecimentos que não constam da versão final da crónica de D. João II de Garcia de Resende. Biblioteca da Ajuda, 47-XIII- 36. Transcritos por Filipe Alves MOREIRA, “Episódios do reinado de D. João II num manuscrito do Palácio da Ajuda (1538)”, *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, vol. 3, 2015, pp. 115-128.

A carta de 1484 é o último documento que conhecemos produzido pela infanta D. Beatriz durante o reinado de D. João II. Cronologicamente, a nossa tese poderia ter terminado aqui. Contudo, para se compreender a transição do ducado para D. Manuel, convém analisar os meses seguintes à morte do duque de Viseu, até porque a ausência da infanta D. Beatriz é de tal modo evidente que se torna, por isso mesmo, muito significativa.

Durante o ducado de D. Manuel há três períodos cronológicos distintos:

- Um primeiro imediatamente a seguir à morte do duque D. Diogo, em que D. João II precisava de assegurar a fidelidade dos homens da Casa de Viseu e garantir que não avançavam para uma insurreição contra a Coroa, pelo que solicitou a acção da infanta D. Beatriz. Conhecemos apenas a carta enviada a Moura, mas esta poderá ter sido um esboço das restantes cartas enviadas pela duquesa aos oficiais da Casa.
- Um segundo período em que o duque de Beja, ainda menor e acompanhando sempre o rei e a corte, assumiu, aparentemente, a administração do ducado.
- Um terceiro período, a partir de 1489, em que D. Manuel, já com vinte anos, foi “entronizado” no ducado e viu, finalmente, os seus senhorios confirmados pelo rei, tendo uma maior liberdade de actuação¹⁰⁰⁴.

Apesar de ter chamado D. Manuel para lhe confirmar o novo título, D. João II não lhe deu cartas que certificassem os seus senhorios. Ou seja, D. Manuel, de quinze anos, foi chamado para junto do rei, que lhe deu novo título, mas que, oficialmente, não lhe atribuiu os novos senhorios. Esta “entronização” só aconteceria em Maio de 1489, no ano em que D. Manuel cumpriu vinte anos e assumiu o governo da sua Casa em pleno. Na documentação D. João II nunca surge nomeado como tutor ou curador de D. Manuel, mas há indícios de que é ele quem decide.

A infanta D. Beatriz perdeu, nesse momento, toda a autoridade que tinha sobre o filho. Durante estes primeiros meses, D. João II deverá ter tido a colaboração da

¹⁰⁰⁴ A doação da ilha da Madeira data de 30 de Maio de 1489. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fl. 18v. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 234, pp. 350-351.

infanta D. Beatriz (ainda que esta colaboração deva ter sido forçada), que era a pessoa mais apta para dirigir a Casa. Mas, passado o primeiro impacto, D. Manuel permaneceu na corte, longe da mãe, deixando D. Beatriz isolada. Mesmo em momentos importantes, em que a sua presença na corte seria óbvia, a infanta não consta dos relatos cronísticos. É o caso, por exemplo, das cerimónias de casamento do príncipe D. Afonso com a infanta Isabel de Castela (que regressou a Portugal acompanhada de D. Isabel de Sousa, antiga secretária de D. Beatriz)¹⁰⁰⁵, e das exéquias fúnebres do príncipe, em 1491. Aqui, a ausência da infanta está bem patente. É D. Isabel, a duquesa de Bragança, quem vai consolar a irmã:

*“A esta pressa, e necessidade em que não avia remedio, nem socorro, socorreo com muita trigança, a Senhora Dona Isabel Duquesa de Bragança, que a estas tristes mudanças logo acodio: e não buscando de desaventuras, e perseguições emxemplos emprestados, nem alheos, mas com seus próprios, e com muitas bondades, e vertudes que nella avia, esforçava, e confortava sempre com muito cuidado a ElRey, e aa Raynha, e Princesa”*¹⁰⁰⁶.

E D. Manuel, o duque de Beja, vem imediatamente de Tomar, onde se encontrava, muito transtornado, por ter sido criado com o sobrinho, de quem era muito próximo¹⁰⁰⁷.

Durante o enterro do Príncipe, querendo D. João II poupar a rainha D. Leonor e a Princesa D. Isabel de tamanho sofrimento, as duas mulheres foram substituídas no cortejo que se dirigia ao Mosteiro da Batalha por D. Filipa, irmã da infanta D. Beatriz, e pela duquesa de Bragança. Da infanta, avó do príncipe D. Afonso, nem uma palavra.

Através da leitura da crónica de D. João II de Rui de Pina é possível perceber que a rainha D. Leonor e o duque D. Manuel estão, na maioria das vezes, acompanhados pela irmã, a duquesa de Bragança, que tinha permanecido no reino, apesar do exílio dos filhos. A presença da corte em Beja levanta outras questões. Estaria a infanta D. Beatriz em Beja? Acompanharia a corte? Ou teria sido exilada da vida cortesã por estar

¹⁰⁰⁵ Rui de PINA, *CDIII*, cap. XLV, p. 974.

¹⁰⁰⁶ Idem, *ibidem*, cap. L, p. 987.

¹⁰⁰⁷ Cf. Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, cap. CLXII.

envolvida nas conspirações encabeçadas por D. Diogo? O silêncio que envolve a infanta D. Beatriz nesta altura é muito significativo e talvez possa ser justificado pela implicação da infanta nas conspirações contra o rei. Apesar de não existirem fontes que o comprovem, o total isolamento a que D. Beatriz aparenta ter sido votada pode ser prova disto mesmo. Afinal, vimos em situações anteriores que a infanta enviava agentes seus aos Reis Católicos com instruções secretas, como as dadas a Pero Botelho que foi avisado que *“semdo neçesario mostrar a Instrução que em nenhũ modo não fique em sua mão nem o trelado dela, nem lhe mostrareis este Regimento”*¹⁰⁰⁸. Ou seja, havia assuntos e opiniões da infanta a que ninguém deveria ter acesso e, durante todo este período, a par da correspondência oficial, a infanta fez circular documentação secreta e até inventada, para que pudesse servir de substituição. É difícil crer que dado o seu envolvimento político e familiar, D. Beatriz não estivesse a par ou mesmo envolvida na oposição a D. João II.

Mesmo em momentos de doença da filha D. Leonor, que de acordo com Garcia de Resende, esteve por duas vezes muito doente, praticamente à beira da morte, a infanta é referida¹⁰⁰⁹. A doença da rainha D. Leonor era suficientemente séria para ser referida num relato escrito por dois religiosos, que tinham vindo à corte portuguesa como embaixadores de Isabel a Católica, solicitar ao rei D. João II que não legitimasse o seu filho D. Jorge. Isabel dos Guimarães Sá crê que um dos embaixadores possa ser Frei Hernando de la Talavera, confessor da rainha Isabel, e profundo conhecedor da política portuguesa¹⁰¹⁰. É interessante notar que os embaixadores foram impedidos de ver a rainha enferma, apesar dos seus pedidos insistentes. D. João II alegava motivos de saúde, mas podia estar a tentar impedir a rainha D. Leonor de conversar a sós com os frades castelhanos, que eram muito próximos da rainha Isabel I.

¹⁰⁰⁸ Instruções dadas pela infanta D. Beatriz a Pêro Botelho acerca da sua ida a Castela, c. 1479. BPE, *Códice Manizola*, fls. 37v-38v.

¹⁰⁰⁹ Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II* cit., cap. CLXII, p. 238.

¹⁰¹⁰ Relação de uma embaixada ao rei de Portugal, para solicitar em nome dos Reis Católicos, que não designasse herdeiro do trono ao seu filho bastardo, D. Jorge. Datada de Maio de 1494. AGS, *Patronato Real*, nº 4163, leg. 49, fl. 58. Publicada em *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 158-159. Sobre este episódio veja-se o que escreve Isabel dos Guimarães SÁ, *Rainhas-Consortes de D. Manuel I: Isabel de Castela. Maria de Castela. Leonor de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 76-78.

A infanta D. Beatriz só volta a ser referida na crónica de Rui de Pina já no final da vida de D. João II, quando a rainha D. Leonor, em conflito com o rei, se recusou a ir passar o inverno com a corte a Santarém, juntando-se à sua irmã e mãe em Viana do Alentejo e recusando-se a receber D. Jorge, o filho bastardo de D. João II. Este silêncio de D. Beatriz não significava inação, pois parece muito evidente que as três mulheres da Casa, Beatriz e as filhas D. Leonor e D. Isabel, preparavam a sucessão do reino e auxiliavam D. Manuel na sua subida ao trono, marcando muito claramente uma distância em relação ao rei e ao seu filho natural, D. Jorge. A embaixada enviada pela rainha Isabel a Católica para tentar dissuadir D. João II de nomear como seu herdeiro o filho D. Jorge pode ser um indicativo de que a actuação de D. Manuel e da sua mãe e irmãs era apoiada por Castela¹⁰¹¹. Aliás, na carta trazida pelos embaixadores castelhanos a D. João II, os Reis Católicos afirmavam que legitimar D. Jorge e torna-lo sucessor do trono português era

“cosa muy fea e injusta y de grand pecado e muy escandalosa e de mal exemplo, como por la mucha virtud e grand justicia y buena consciencia de vuestra real persona, jamas lo han podido creer ni creen; e ansy señor, fuese verdad que Vuestra Alteza tal touiese deliberado o consigo deliberase, seguirse hian grandissimos inconnuenientes, lo uno a todos los reyes y prinçipes christianos”¹⁰¹².

Relativamente ao Atlântico, a ausência de D. Beatriz é total. Logo no dia da morte de D. Diogo, D. João endereçou uma carta à ilha da Madeira, aquela com maior peso económico e político, relatando os acontecimentos que tinham levado à morte do duque de Viseu por traição à Coroa. Dizia o rei:

“nos Soubemos muy certo que ho duque que foy de viseu tinha hordenado com algũs outros q presos sam hũa extrema E muy gramde trayçam q toquaua a nossa propea pessoa em nos querer matar e vymdo nos De nossa uylha dalcaçer

¹⁰¹¹ Veja-se nota anterior.

¹⁰¹² Relação de uma embaixada ao rei de Portugal, para solicitar em nome dos Reis Católicos, que não designasse herdeiro do trono ao seu filho bastardo, D. Jorge. Datada de Maio de 1494. AGS, *Patronato Real*, nº 4163, leg. 49, fl. 58. Publicada em *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, vol. II, pp. 158-159.

*do sal lhe de feyto o qujsera poeer em obra E emxucutar mas nos Snñor ho Remediou Damdo lhe a morte*¹⁰¹³.

A acompanhar esta carta, D. João II enviou à ilha Gil Eanes, cavaleiro da Casa real, que iria explicar aos madeirenses os eventos ocorridos no reino. D. João II estava preocupado com a manutenção do senhorio da ilha, prevendo talvez uma intervenção dos partidários do duque de Viseu ou, eventualmente, de Castela. Na carta dá-se destaque à lealdade da ilha para com a Coroa:

*“Porem comfiamdo nos de uos cada hum Em Seu graao he maneyra como De boõs leaees he fíees vassalos que conhecemos serdes muy afeçoados aa conseruaçam de nossa vida E estado homrra proueyto Da coroa de nossos Reynos he que has taees cousas maas E abomjnauees vos parecia dinas De tal he aynda may áspera penna vos Encomendamos Rogamos E mamdamos que açerqua da defemsam E goarda Desa ylha tenhaees E ponhaees tal coyddado deligemçia E avisamento que nom Reçeba pessoa alguã Della Dapno nem Se faça cousa alguã q Seja contra nosso Serujço Como de vos todos E de cada hum Somos muy certo Em ho que allem De fazerdes ho que por deujna lealdade nos Sooes obrigados nos vollo agradeceremos muyto he teremos Em symgullar E estremado Serujço E por ello Sempre De nos Reçeberes homrra E merçee he acreçemtamento como aleaees vassalos he amadores Do Serujço do Seu Rey e Senñor*¹⁰¹⁴.

D. Manuel escreveu pela primeira vez à ilha da Madeira uns dias depois, intitulado-se Duque de Beja e Senhor de Viseu. Nesta carta, D. Manuel afirmava ter sido informado que, durante o período em que a sua mãe regera a ilha e depois, durante o governo de D. Diogo, *“vierom qua muytos apūtamentos dos quaaes creo que muytos deles seriam em pouco proueyto do bem E liberdade da dita ylha E de vos mesmos*¹⁰¹⁵.

Com esta afirmação o novo duque colocava em causa as medidas tomadas pelos anteriores donatários. Com efeito, na carta está bem patente a influência que D.

¹⁰¹³ Carta de D. João II à ilha da Madeira sobre as traições ocorridas no reino e a defesa da ilha da Madeira, datada de 28 de Agosto de 1484. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 89, pp. 138-139.

¹⁰¹⁴ *Ibidem*.

¹⁰¹⁵ Carta do duque D. Manuel à ilha da Madeira datada de 13 de Setembro de 1484. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 90, pp. 139-140.

João II exerceu na sua redacção. D. Manuel frisa que levaria em conta as sugestões enviadas pelos madeirenses, pedindo *“por merçee al Rey meu senñor que aja de fazer”*¹⁰¹⁶.

Contudo, só em Novembro desse ano é que D. João II pediu aos madeirenses que obedecessem ao novo duque de Beja. Os madeirenses mostravam-se preocupados com a manutenção dos direitos já adquiridos e com a situação do ducado. Rogava-lhes o rei que *“em esto vos conformees Com nossa voomtade E Daquj Em Diamte Repousees vosos corações E vomtades Serujndo ho Dito Duque”*¹⁰¹⁷.

Em Janeiro de 1485, numa outra carta enviada por D. Manuel ao Funchal, acerca da concessão de água da Ribeira de Santa Luzia, a intervenção de D. João II na administração das ilhas é mais óbvia. Nesta carta, D. Manuel refere que *“el Rey meu Senhor que esta cousa foy falada ho ouue assy por bem e mandou que se cumprisse”*¹⁰¹⁸.

Estas medidas tomadas para a ilha da Madeira e o envio de novos capítulos contradizem a actuação de D. Manuel nos restantes arquipélagos¹⁰¹⁹: em 1485, o duque confirmou várias cartas passadas pela infanta D. Beatriz, nomeadamente, a da capitania da banda norte da ilha de Santiago a Rodrigo Afonso, vedor da infanta e a de recebedor da vintena da Guiné a Pero de Barcelos¹⁰²⁰. Não houve uma substituição da elite insular promovida pela duquesa, embora haja, durante este período, uma maior intervenção régia.

No entanto, seria o Atlântico que continuaria a sustentar a infanta D. Beatriz, pois em 1492, sendo já duque de Beja de plenos poderes, D. Manuel fez mercê à sua mãe de uma tença anual de 1 200 000 reais pagos pela vintena do comércio da Guiné, atribuídos até um ano depois da sua morte, para *“soportamento de seu estado”*. Esta

¹⁰¹⁶ *Ibidem*.

¹⁰¹⁷ Carta de D. João II à ilha da Madeira, datada de 26 de Novembro de 1484. Publicada em “Tombo Primeiro”, doc. 91, pp. 140-141.

¹⁰¹⁸ Carta do duque D. Manuel enviada à capitania do Funchal acerca da concessão de água na Ribeira de Santa Luzia, datada de 26 de Janeiro de 1485. ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 51. Publicada em *DP*, vol. III, doc. 190, pp. 284-285.

¹⁰¹⁹ Apontamentos do duque D. Manuel para a ilha da Madeira. Datados de 23 de Março de 1485. Publicados em “Tombo Primeiro”, doc. 95, pp. 147-156.

¹⁰²⁰ Carta datada de 6 de Maio de 1485. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 14, fl. 80v.

tença devia ser dada logo com a primeira caravela vinda da Guiné, pois a infanta tinha prioridade sobre todas as outras pessoas¹⁰²¹.



Figura 14 – Infanta D. Beatriz
Museu Regional de Beja, 1678

¹⁰²¹ Carta de D. Manuel, duque de Beja, confirmando que a doação feita à infanta D. Beatriz de 1 200 00 reais pagos pela vintena da Guiné tinha prioridade sobre todos os outros pagamentos, datada de 31 de Março de 1492. ANTT, *Místicos*, liv. 1, fls. 25v-26. Publicada em *PMA*, vol. II, doc. 44.

CONCLUSÃO

Esta tese teve como objectivo principal compreender a política ultramarina da Casa de Viseu-Beja durante os anos de 1470-1485, período em que a Casa foi gerida pela infanta D. Beatriz.

Membro da alta nobreza portuguesa e nascida no seio da família real, as suas ligações familiares colocavam-na no patamar cimeiro da elite portuguesa de Quatrocentos. No entanto, foi a morte prematura do infante D. Fernando, seu marido, que a catapultou para a vida política activa. Viúva e mãe do novo duque de Viseu e de Beja, então menor de idade, a infanta D. Beatriz ficou com a tutoria dos filhos e a administração dos senhorios do ducado. Ou seja, em 1470 D. Beatriz assumiu a administração de uma das maiores Casas senhoriais do Reino, algo que não era inédito a nível europeu, mas que foi singular no Portugal do século XV. A iniciativa de estudar os contornos da sua governação fundamentou-se precisamente por esta ter sido paradigmática e simultaneamente constituir uma excepção de governo feminino ao nível das grandes Casas senhoriais portuguesas quatrocentistas.

Chegados ao final da investigação, resta-nos tecer algumas considerações finais, apresentando as principais linhas de força que fomos delineando ao longo da tese.

O período em que a infanta D. Beatriz esteve à frente da gestão dos ducados de Viseu e de Beja, apesar de curto, foi muito relevante para a projecção da sua Casa. Com a morte do infante D. Fernando, a Casa de Viseu e de Beja, perdeu parte da sua relevância política para a Casa de Bragança, de onde a infanta D. Beatriz era oriunda. Contudo, a sua proximidade ao rei e, mormente, os seus territórios insulares, colocaram a Casa de Viseu-Beja no centro decisório, sobretudo no que respeitava às questões atlânticas, num período especialmente conturbado da política ibérica. A infanta D. Beatriz aproveitou esta situação para projectar a sua Casa e defender os interesses da sua família.

Durante este período houve três eventos que mudaram o rumo dado à política atlântica portuguesa e que, também, influenciaram a intervenção da infanta D. Beatriz

neste espaço: primeiro, o arrendamento do monopólio do comércio da Guiné ao mercador Fernão Gomes; depois a entrega da gestão ultramarina ao príncipe D. João e, por último, o período da guerra de sucessão de Castela, que teve o Atlântico como um dos teatros de guerra. Ao longo desta tese fomos abordando a estratégia administrativa da infanta D. Beatriz para o Atlântico e a forma como a infanta se posicionou perante estes acontecimentos, numa perspectiva económica, administrativa e político-diplomática.

Num primeiro momento delineamos a actuação da duquesa de Beja nos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e a forma como se adaptou às diversas realidades existentes. As evidências da sua acção naquele espaço são múltiplas, tendo sido responsável pela intensificação do povoamento nos Açores e em Cabo Verde (criando novas capitânias, na Terceira e em Santiago) e pelo incremento económico madeirense. Como vimos, a actuação da infanta nos arquipélagos caracterizou-se pela estandardização do modelo de povoamento e regularização do processo administrativo. Desta forma, D. Beatriz pôde estimular a rentabilidade económica das ilhas, ao mesmo tempo que aperfeiçoava os mecanismos administrativos que optimizavam o controlo donatário sobre as mesmas. Vimos que as ilhas tinham um enorme interesse estratégico para a Casa de Viseu-Beja e para o seu posicionamento no reino, logo a sua rentabilização e ocupação efectiva eram fulcrais para a infanta D. Beatriz.

No seguimento deste vector surge outro que se prende com a forma como durante estes anos a Casa de Viseu reagiu ao arrendamento dos direitos do comércio guineense por parte da Coroa. Ao analisarmos a relação entre gestão “pública” e privada do Atlântico no capítulo 3 desta tese, e ao averiguarmos a interacção entre a Coroa, os arrendatários do comércio da Guiné e a Casa de Viseu, foi-nos possível compreender que não houve uma oposição da infanta D. Beatriz a esta política régia. De facto, a infanta também utilizou este sistema de arrendamento de direitos nos arquipélagos atlânticos, como forma de garantir rendimentos em locais onde a máquina administrativa da Casa de Viseu-Beja não conseguia chegar ou não chegava com a eficácia pretendida.

Ao longo do capítulo 3, vimos também que, apesar de poder exercer poder de uma forma oficiosa, para a infanta D. Beatriz (e supomos que para as mulheres da sua posição social) era importante o reconhecimento oficial do exercício de certos cargos públicos, como o de governador da Ordem de Cristo, cargo para que foi nomeada pelo papa no ano de 1475, depois de inúmeras diligências. Apesar de a sua nomeação não ter implicado mudanças na hierarquia da Ordem, a verdade é que para a infanta esta designação oficial acarretava uma maior *auctoritas*, pelo que actuou diplomaticamente junto do papado para que atingir este objectivo.

É interessante constatar que a governação da infanta D. Beatriz parece ter um carácter mais conservador que as dos dois donatários anteriores, os infantes D. Henrique e D. Fernando. Este facto é bastante evidente ao longo do capítulo 4, dedicado à exploração do Atlântico interior. Todavia, é de notar que a infanta não estava a gerir o ducado em nome próprio, mas sim em nome dos seus filhos, o que pode, em certa medida, ter influenciado a sua actuação.

Contrariamente ao que considerávamos, a infanta D. Beatriz não patrocinou qualquer tipo de exploração do atlântico interior, apesar de as viagens exploratórias conhecidas terem sido quase sempre levadas a cabo por homens ligados à Casa de Viseu e às elites insulares. Estas viagens de descoberta de novas ilhas no Atlântico não beneficiavam directamente a Casa, pelo que, aparentemente, a infanta não promoveu a sua realização, apostando em vez disso, no desenvolvimento e povoamento das ilhas que o ducado já detinha. Esta política da infanta está bem patente no episódio ocorrido com Rui Gonçalves da Câmara, que estava disposto a ir em busca de uma ilha desconhecida, mas que acabou como capitão de São Miguel, investindo a sua fortuna e conhecimento no desenvolvimento dessa ilha.

Com o espoletar da primeira guerra ultramarina resultante da intromissão de D. Afonso V na sucessão castelhana (1475-79) surgiu uma outra linha de reflexão. Os efeitos deste conflito foram sentidos pela Casa de Viseu, particularmente nos seus domínios atlânticos quer pelo ataque directo aos arquipélagos, quer através da diminuição dos rendimentos da Ordem de Cristo, que recebia a vintena do comércio da Guiné. A rainha Isabel a Católica, reclamando direitos de soberania sobre a Guiné, almejando subverter a hegemonia naval e desafiar o controlo de Portugal sobre o

comércio africano, aproveitou este momento para desencadear uma ofensiva contra as possessões ultramarinas portuguesas. Fernando o Católico afirmou mesmo ter tomado a ilha de Santiago, em Cabo Verde, para a sua Coroa. Ao longo do capítulo 5 analisámos a reacção de D. Beatriz perante o ataque directo aos seus domínios, mas também a actuação do capitão António da Noli quer no relacionamento com a infanta, quer numa possível colaboração com Castela.

Foi-nos possível retirar algumas conclusões acerca desta guerra ultramarina, até aqui pouco estudada. A primeira conclusão é a de que, apesar da guerra, as expedições portuguesas de carácter comercial (e até de descoberta) continuaram a fazer-se. Mesmo as armadas castelhanas com objectivos militares tiveram sempre um objectivo comercial por detrás. O ouro da Mina era fulcral para ambos os reinos, principalmente durante a guerra, com o esforço monetário que isso acarretava. Aliás, com excepção do ataque castelhano a Santiago e da tentativa portuguesa de conquista da Gran Canária, os outros ataques às ilhas foram, mais do que tentativas de conquista, esporádicos episódios de corso. Apesar dos ataques às ilhas, não parece ter havido um reforço da sua estrutura defensiva por parte do poder central, isto é, por parte da Coroa ou da Casa de Viseu.

Os contextos de guerra eram propícios à ascensão política das mulheres, que assumiam cargos em nome dos seus parentes, ausentes na guerra. Foi precisamente o que aconteceu com a infanta D. Beatriz que, durante este período assumiu um papel mais importante junto da Coroa, participando no Conselho régio e actuando em consonância com o príncipe D. João.

No âmbito das negociações de paz entre Castela e Portugal a mediação de D. Beatriz foi crucial. Escolhida como interlocutora portuguesa junto de Isabel, *a Católica*, detinha uma posição privilegiada para desempenhar este papel, sendo cunhada e prima coirmã de D. Afonso V, sogra e tia do príncipe herdeiro, D. João, e tia de Isabel. A infanta aproveitou a sua mediação para acautelar os interesses da Casa de Viseu durante o debate que gerou o tratado de Alcáçovas-Toledo. Este além de demarcar as zonas de influência ultramarinas confirmou a posse portuguesa dos arquipélagos atlânticos, beneficiando a Casa de Viseu.

Vimos também, ao longo do capítulo 6, a forma como a infanta D. Beatriz, em colaboração com o duque de Bragança, seu genro, utilizou o pretexto das negociações com a rainha Isabel I para entrar num jogo diplomático com a Coroa castelhana. D. Beatriz actuou verdadeiramente como um agente duplo, representando Portugal, mas negociando secretamente com Castela tendo, no entanto, sempre como objectivo primordial a obtenção de benesses para a sua Casa.

O tratado de Alcáçovas-Toledo resolveu igualmente a questão dinástica castelhana através do tratado das Terçarias de Moura, onde a importância da Casa de Viseu está patente, D. Beatriz a escolhida para guardiã dos infantes D. Afonso de Portugal e Isabel de Castela, em Moura, e foram os seus filhos, D. Diogo e D. Manuel, os reféns enviados para Castela como garante do cumprimento do tratado. Foi durante este período que D. Beatriz atingiu o seu auge político. Pela primeira vez, a infanta exercia um cargo em nome próprio e não enquanto tutora dos seus filhos. D. Beatriz aproveitou a sua posição enquanto terceira em seu benefício e na defesa dos interesses das Casas de Viseu e de Bragança. Durante esta altura, a infanta assumiu-se como conselheira régia e porta-voz das Casas de Viseu e de Bragança, em litígio com o monarca.

Todavia, o fim das Terçarias de Moura significou também o final da preponderância política destas duas Casas, pois para além da execução do duque de Bragança e extinção da sua Casa, em 1484 D. João II assassinou o duque D. Diogo, colocando a Casa de Viseu-Beja numa posição muito frágil.

Ainda que a infanta D. Beatriz não tenha sido implicada na conjura contra D. João II, o seu isolamento político a partir de 1484 é significativo. Embora tenha deixado de exercer qualquer tipo de poder oficial, é pouco provável que a infanta tenha deixado de exercer influência política, sobretudo entre as suas redes de parentesco e clientelares. No entanto, a escassez documental não nos permitiu descortinar a sua actuação durante os primeiros anos de governação de D. Manuel, o novo duque de Beja. Como já referimos, relativamente à periodização proposta, 1470-1485, se a data inicial não nos colocou incertezas (mesmo considerando a década anterior, período em que a Casa de Viseu esteve sob o governo do infante D. Fernando), tínhamos alguma hesitação relativamente à data final. O duque D. Diogo assumiu o governo da Casa de

Viseu em meados de 1481-82. A acção governativa de D. Beatriz entre os anos de 1482-1484 permanece obscura, bem como a sua actuação após o assassinato do filho às mãos de D. João II, em 1484. D. Manuel tinha apenas 15 anos quando ascendeu ao ducado de Beja. Num período inicial, a infanta deverá ter sido forçada pelo monarca a facilitar a transição de poder, isto é, de controlo sob o ducado. No entanto, é pouco provável que tenha sido ela a gerir os assuntos da Casa num período posterior a 1485. Contudo, o duque só foi “entronizado” em 1489, o que nos leva a concluir que D. João II tenha desempenhado uma função vital na manutenção e administração da Casa de Beja.

O isolamento da corte não deverá ter significado a cessação da actividade política da infanta D. Beatriz. Prova disso é a posição que assume após a subida ao trono do seu filho D. Manuel. No entanto, os poderes oficiosos e a influência exercida sobre as suas redes de parentesco e clientelares são mais difíceis de comprovar, sobretudo quando a documentação disponível não trata estes assuntos. A infanta D. Beatriz, e a maioria das mulheres da sua condição social, são mais visíveis quando exercem cargos oficiais.

A análise do período em que D. Beatriz encabeçou a Casa de Viseu sob uma perspectiva atlântica permitiu compreender não só a intervenção daquela neste espaço, como precisar o conhecimento da sua rede clientelar, além de contribuir para a definição do papel de mulheres que se destacaram em posições de poder. cremos que a nossa incursão pela actividade política e administrativa da infanta D. Beatriz permitiu desmontar muitos dos preconceitos que ainda hoje vigoram na academia, no que concerne à relação das mulheres e do poder durante a Baixa Idade Média.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas

Espanha

Archivo General de Simancas

Contaduría Mayor de Cuentas;

Patronato Real;

Registro General del Sello

Archivo Municipal de Sevilla

Tumbo de los Reyes Católicos

Biblioteca Nacional de España

Reservados: Manuscritos nº 21 e nº 11515

Inglaterra

National Archives

Public Record, Office Chancery, Warrants for Privy Seals

Itália

Archivo di Stato di Venezia

Luigi Podocataro

Archivio Segreto Vaticano

Registum Vaticanum;

Regestum Supplicationum

Portugal

Arquivo da Casa de Bragança

MS2166-NG 702R

Arquivo Municipal de Lisboa

Liv. 3 de Aforamentos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Bulas;

Chancelarias Régias: D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. Filipe I, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião;

Colecção Especial;

Convento de Santa Clara do Funchal;

Corpo Cronológico;

Extras;

Gavetas;

Hospital de São José;

Leitura Nova; Livro de Ilhas; Místicos; Livro dos Mestrados;

Núcleo Antigo;

Ordem de Cristo / Convento de Tomar;

Ordem de Santiago / Convento de Palmela;

Ordem dos Frades Menores, Província dos Algarves - Conceição de Beja

Arquivo Regional da Madeira

Registo Geral – Tombo I, Câmara Municipal do Funchal,

Vereações;

Fragmentos

Biblioteca da Ajuda

Códice Ms. 51-V-69

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Reservados, COD. 885

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Reservados, Códice Manizola

Fontes Impressas

ARMAS, Duarte de, *Livros das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, ANTT/Inapa, 2006.

Arquivo dos Açores (AA), 1ª série, 15 vols., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-1984.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

BARROS, João de, *Da Ásia. Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

Canárias: Crónicas de su conquista, transcripción, estudio y notas de Francisco Morales Padrón, Las Palmas de Gran Canária, Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canária, 1993.

CHAGAS, Diogo das (Frei), *Espelho cristalino em jardim de várias flores* (dir. e prefácio de Artur Teodoro de Matos), s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1989.

Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972-1981.

CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, edição e transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, IC/CM, 1983.

CÓRDOBA, Frei Martín de, *Tratado que se intitula Jardín de las Nobles doncellas*, BAE, Madrid, Atlas, II, t. 171.

Corpus Documental de Tratado de Tordesillas, coord. de Luís Adão da Fonseca e José Manuel Ruiz Ascencio, Valladolid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994.

Cuentas de Gonzalo Baeza, tesorero de Isabel la Católica, ed. de Antonio de la Torre, 2 vols., Madrid, CSIC, 1955.

Descobrimentos Portugueses (DP), ed. de João Martins da Silva Marques, Lisboa, INIC, 1988 (reprodução fac-similada da edição de 1971).

Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos, ed. de Antonio de La Torre e Luís Suarez Fernandez, 3 vols., Valhadolid, CSIC, 1958-1963.

FOSSE, Eustache de la, *Crónica de uma viagem à Costa da Mina no ano de 1480*, Lisboa, Vega, 1992.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Os sessenta milhões outorgados em 1478”, em *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, Typ. Calçada do Cabra, vol. IV, 1906, pp. 425-438.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Inventário da infanta D. Beatriz, 1507”, em *Arquivo Historico Portuguez*, Lisboa, Typ. Calçada do Cabra, vol. IX, 1914.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, revisão de Jerónimo Cabral, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005.

Gavetas (As) da Torre do Tombo, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, ed. digital de Miguel Jasmins Rodrigues, Lisboa, IIICT, 2009.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel da gloriosa memória*, 4 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949-1955.

GOMES, Diogo, *As relações dos Descobrimentos da Guiné e as ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, tradução de Gabriel Pereira, Separata do *Boletim da Sociedade Portuguesa de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1905.

História Geral de Cabo Verde – O Corpo Documental, dir. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, 2 vols., Lisboa – Praia, IICT – Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988-1990 (vol. 1).

Livro do tombo da câmara da vila da Praia (1450-1666), ed. de José Guilherme Reis Leite, José Sintra Martinheira e Manuel Augusto de Faria, Praia da Vitória, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2005.

MALDONADO, Luís Manuel (Pe.), *Fénix Angrense*, transcrição e notas de Hélder Fernando Parreira de Sousa Lima, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989-1997.

Marco Paulo. *Ho liuro de Nycolau Veneto*, Lisboa, Valentim Fernandes, 1502.
Disponível em <http://purl.pt/14703>

Monumenta Henricina (MH), ed. de António Joaquim Dias Dinis, 15 vols., ed. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960/1974.

Monumenta Missionária Africana (MMA), coligida e anotada por António Brásio, Lisboa, Agência Geral do Ultramar e Academia Portuguesa da História, v.a.

PALENCIA, Alonso de, *Crónica de Enrique IV*, introdução e notas de A. Paz y Melia, Madrid, Tipografía de la “Revista de Archivos”, 1908.

PALENCIA, Alonso de, *Cuarta Década de Alonso de Palencia*, estudo, texto e tradução de José López de Toro, 2 vols. Madrid, Real Academia de la Historia, 1970.

PINA, Rui de, *Crónicas*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977.

PIZAN, Christine de, *O Livro das Tres Vertudes ou a Insinança das Damas*, ed. de Maria de Lurdes Crispim, Lisboa, Caminho, 2002.

Portugaliae Monumenta Africana (PMA), dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, 4 vols., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993-2002 (ed. digital org. por Miguel Jasmins Rodrigues, Lisboa, IICT, 2010).

Portugaliae Monumenta Cartographica (PMC), dir. de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987 (reprodução fac-similada da edição de 1960).

PULGAR, Hernando del, *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*, Valencia, Imprenta de Benito Monfort, 1780.

Regra e definições do mestrado da Ordem de Cristo, Lisboa, Valentim Fernandes, 1504. Disponível em: <http://purl.pt/15153>

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e miscelâneas*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 15 tomos, Coimbra, Atlântida, 1946.

SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa real Portuguesa*, 12 volumes, Coimbra, Atlântida, 1946-1954.

“Tombo Primeiro do Registo Geral da Câmara do Funchal”, transcrição e notas de Luís de Sousa Melo, em *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, vol. XV, Funchal, 1972.

VALERA, Diego de, *Epístolas*, Madrid, Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1878.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV, transcrição e notas José Pereira da Costa, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

ZURARA, Gomes Eanes da, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Livraria Civilização, 1973 (nova edição).

Estudos

A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Colóquio Internacional. Actas, ed. de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM, IICT/CEHCA, 2004.

A Colonização Atlântica, coord. de Artur Teodoro de Matos, vols. III e IV da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, Editorial Estampa, 2005.

A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800, dir. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Edições 70, 2010.

A Expansão Quatrocentista, coord. de A. H. de Oliveira Marques, vol. I da *Nova História da Expansão*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000.

ABREU-FERREIRA, Darlene, *Women, Crime and Forgiveness in Early Modern Portugal*, Farhan, Ashgate, 2015.

ABREU-FERREIRA, Darlene, "Terra Nova through the Iberian Looking Glass: The Portuguese-Newfoundland Cod Fishery in the Sixteenth Century", *The Canadian Historical Review*, vol. 79, number 1, March 1998, pp. 100-115.

AFONSO, João, *Notas Históricas. O Hospital de Angra nos séculos XV e XVI. Compromissos, estatutos e outros documentos inéditos*, Angra do Heroísmo, Santa Casa da Misericórdia, 1970.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses. Séculos XV e XVI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1986.

ALBUQUERQUE, Luís de, "Contribution des Portugais à la découverte de l'Amérique du Nord", *Estudos de História*, Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. V, 1977, pp. 109-134.

ALBUQUERQUE, Luís e VIEIRA, Alberto, *O arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, Região Autónoma da Madeira e Centro de História do Atlântico, 1987.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *Ensaio sobre a experiência luso-americana*, Lisboa, ICS, 2010.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente, "María, infanta de Aragón y reina de Castilla", em *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Universidade do Porto, 2006, vol. 4, pp. 349-370.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel, "Las relaciones castellano-portuguesas en el panorama político internacional", em *Jornadas de Cultura Hispano Portuguesa*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira, *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic Worlds, 16th-18th Century*, Baltimore, Tese de Doutoramento apresentada à John Hopkins University, 2007.

ANDRADE, Rui Silvestre, *Armando Cortesão (1891-1977): Ideologia e nacionalismo na historiografia da cartografia portuguesa dos séculos XV e XVI*, Lisboa,

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

ANTUNES, Ana Paula Jerónimo, *De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha. D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

ARAM, Bethany, *Juana the Mad: Sovereignty and Dynasty in Renaissance Europe*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press, 2005.

ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2009.

Aristocratic Women in Medieval France, ed. de Theodore Evergates, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1999.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, “Comenda de Santa Maria da Assunção da Ilha de Santa Maria. Os Comendadores (subsídios para a sua história)”, *Insulana*, vol. I, n.º 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1944, pp. 1-177.

AZCONA, Tarsicio de, *Isabel la Católica*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1954.

AZNAR VALLEJO, Eduardo, “La organización de la flota real de Castilla en el siglo XV”, em *La Península Ibérica entre el Mediterraneo y el Atlántico, siglos XIII-XV*, coord. de Manuel González Jiménez, Cádiz, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2006, pp. 323-339.

AZNAR VALLEJO, Eduardo “La expedición de Charles de Valera a Guinea. Precisiones históricas y técnicas”, *En la España Medieval*, nº 25, 2002, pp. 403-423.

AZNAR VALLEJO, Eduardo, “La colonización de las Islas Canarias en el siglo XV”, em *En la España Medieval*, tomo v, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1986, pp. 195-217.

BAILYN, Bernard, *Atlantic History. Concept and Contours*, Cambridge, Harvard University Press, 2005.

BECEIRO PITA, Isabel, “Poder Regio y Mecenazgo en el Occidente Peninsular”, *Anuario de Estudios Medievales*, 46/1, enero-junio 2016, pp. 329-360. DOI: 10.3989/aem.2016.46.1.10

BENITO RUANO, Eloy, *Los infantes de Aragón*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2002.

BIANCHI, Marina, “Collecting as a paradigm of consumption”, *Journal of Cultural Economics*, 21, 1997, pp. 275-289.

BIGGAR, Henry Percival, *The Precursors of Jacques Cartier 1497-1534: A Collection of Documents Relating to the Early History of the Dominion of Canada*, Ottawa, Government Printing Bureau, 1911.

BIGGAR, Henry Percival, “The Voyages of the Cabots and the Corte-Reais to North America and Greenland 1497-1503”, *Extrait de la Revue Hispanique*, Paris, tome X, 1903.

BOUSMAR, Eric, “La noblesse, une affaire d’homme? L’appart du féminisme à un examen des représentations de la noblesse dans les milieux bourguignons”, en *Images et représentations princières et nobiliaires dans les Pays-Bas Bourguignons et quelques régions voisines (XIV^e-XV^e siècles)*, dir. De J. M. Cauchies, Neuchâtel, Publications du Centre Européen d’Études Bourguignonnes XIV e-XV^e Siècles, 37, 1997, pp. 147-155.

BORRELA, Leonel, “Beja – Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição”, *Cadernos do Arquivo de Beja*, Beja, vol. II, série 2, 1983, pp. 195-210.

BOXER, Charles R., *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1992.

BOXER, Charles R., *As Mulheres na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

BRAGA, Paulo Drumond, *O príncipe D. Afonso, filho de D. João II: uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, Colibri, 2008.

BRAGA, Paulo Drumond, “A ‘Excelente Senhora’ D. Joana em Portugal (1479-1530). Dados para um estudo”, *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Universidade Portucalense, 1989, vol. IV, pp. 247-254.

BRASÃO, Eduardo, *Os Descobrimentos Portugueses nas histórias do Canadá*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969.

BRÁSIO, António, “Descobrimentos/povoamento/evangelização do Arquipélago de Cabo Verde”, *Stvdia*, 10, Lisboa, CEHU, 1962, pp. 49-97.

BRÁSIO, António, “O padroado da Ordem de Cristo na Madeira”, Separata do *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XII, 1960-196.

BUESCU, Ana Isabel, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, BNP, 2016.

BUESCU, Ana Isabel, *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Lisboa, Edições Colibri, 2010

CABRAL, Iva Maria de Ataíde V., *A primeira elite colonial Atlântica. Dos “homens honrados brancos de Santiago” à “Nobreza da terra” (finais do século XV – início do século XVII)*, Praia, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Cabo Verde, 2013.

CABRAL, Iva Maria Ataíde V., “A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande”, *Stvdia*, 51, Lisboa, CEHCA, 1992, pp. 177-189.

CABRAL, Iva Maria Ataíde V. e TORRÃO, Maria Manuel, “Ensaio de uma Feitoria Régia no Espaço Económico-Social da Ilha de Santiago”, em *Stvdia*, 54-55, Lisboa, CEHCA, 1994, pp. 33-49.

CALDERÓN ORTEGA, José Manuel, *Álvaro de Luna: riqueza y poder en la Castilla del siglo XV*, Madrid, Editorial Dykinson, 1998.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri, Évora, CIDEHUS, 2005

CAÑAS GALVEZ, Francisco de Paula, “Las casas de Isabel y Juana de Portugal, reinas de Castilla. Organización, dinámica institucional y prosopografía (1447-1496)”,

em *Las relaciones discretas entre las monarquias hispánica y portuguesa. Las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*, ed de José Martínez Millán e Maria Paula Lourenço, Madrid, Polifemo, 2009, vol. I, pp. 9-233.

CARDIM, Pedro, *O Poder dos Afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

CARITA, Rui, “A Igreja da Madeira na Expansão Portuguesa”, em *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1989, vol. I, pp. 325-340.

CARITA, Rui, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e Produção Açucareira*, Funchal, Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, Região Autónoma da Madeira, 1989.

CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel, *Discurso político y propaganda en la corte de los Reyes Católicos*, Madrid, Tese de Doutoramento apresentada à Universidad Complutense de Madrid, 2000.

CASTAÑEDA, Paulino, *El Tratado de Alcaçobas y su interpretación*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1973.

CHIL y NARANJO, Gregorio, *Estudios Históricos, climatológicos y patológicos de las Islas Canarias*, Primeira Parte, História, tomo II, Las Palmas de Gran-Canaria, Imp. La Atlántida, 1880.

CIORANESCU, Alejandro, *Juan de Bethencourt*, Tenerife, act – Aula de Cultura de Tenerife, 1982.

COELHO, António Borges, “A colonização da Madeira no século XV”, *Questionar a História*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983, pp. 121-130.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “O Portugal quatrocentista – Um reino de onde partiram povoadores para os Açores”, *Revista Portuguesa de História*, 31, 1996, pp. 99-130.

COHEN, Zelinda, “Subsídios para a história geral de Cabo Verde. Os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)”, *Stvdia*, 53, Lisboa, CEHCA, 1994, pp. 317-364.

CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo, “Violencia por conflictos comerciales entre Castilla y Portugal (1475-1495)”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. 3 – Economia e Comércio, pp. 177-195.

CÓRDOVA MIRALLES, Álvaro Fernandez de, *La Corte de Isabel I. Ritos y Cerimonias de una Reina (1474-1504)*, Madrid, Editorial Dykinson, 2002.

CORREIA, Licínia Trindade, *A Insinuação das Damas – Formas de Poder no Feminino no Século XV (o caso de Isabel de Lencastre)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

CORTESÃO, Armando, *The Nautical Chart of 1424 and the early discovery and cartographical representation of America*, vol. XIX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1954.

CORTESÃO, Jaime, “The Pre-Columbian Discovery of America”, *The Geographical Journal*, vol. 89, nº1 Janeiro, 1937, pp. 29-42.

CORTESÃO, Jaime, “Do sigilo nacional sobre os Descobrimentos. Crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas. Alguns dos feitos que se calaram”, *Lusitânia*, Lisboa, vol. I, Janeiro de 1924, pp. 45-81.

COSME, João dos Santos Ramalho e MANSO, Maria de Deus Brites, “D. Manuel, duque de Beja, e a Expansão portuguesa (1484-1495)”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. I, pp. 359-376.

COSTA, Adelaide Milan da, “Uma fonte, um universo: vereações e mundo urbano”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 7, Lisboa, 1992, pp. 35-47.

COSTA, António Carlos Martins, *A batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

COSTA, Avelino da, “Relações de D. Afonso V com Castela e Aragão em 1460”, Separa da *Revista Cenáculo*, Braga, 1952.

COSTA, Bruno Abreu da, “Ordem de Cristo na Madeira: o provimento de benefícios eclesiásticos (séculos XV e XVI)”, Comunicação apresentada no *III Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*, Évora, Maio de 2013. Disponível em https://www.dropbox.com/s/cwpiv4y82eyi8at/Bruno%20Costa%20A%20Ordem%20de%20Cristo%20na%20Madeira_P19.pdf (consultado a 20 de Setembro de 2013).

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Mare Nostrum, Em busca de honra e riqueza*, Lisboa, Temas e Debates, 2013.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o Infante*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I, Um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Um Oceano a Explorar: A Doação de Ilhas desconhecidas pela Coroa portuguesa no século XV”, *Revista Oceanos*, nº 46, Abril/Junho 2001, pp. 44-52.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II”, *Mare Liberum*, 17, 1999, pp. 39-71.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade d Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, 1998.

COSTA, José Pereira da, *A construção da Alfândega Nova do Funchal*, Separatas do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, IICT, 1978.

COSTA, Manuel Fernandes da, *As navegações atlânticas no século XV*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões”, *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, 29, 2003, pp. 31-46.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1433)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da, e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família em Portugal nos séculos XV-XVIII”, em *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma história comparativa / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica. Elementos para una Historia Comparada*, Lisboa, Edições Colibri / CIDEHUS, 2010, pp. 47-75.

D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: poder, arte e devoção, coord. de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2013.

D. Duarte e a sua época. Arte, cultura, poder e espiritualidade, coord. de Catarina Fernandes Barreira e Miguel Metelo de Seixas, Lisboa, IEM/CLEGH, 2014.

D’ARMADA, Fina, *Beatriz, A Mulher que Liderou os Descobrimentos*, Lisboa, Ésquilo, 2012.

D’ARMADA, Fina, *Heroínas portuguesas. Mulheres que enganaram o poder e a história*, Lisboa, Ésquilo, 2012.

DÁVILA, Maria Barreto, Visões sobre os estrangeiros nos arquipélagos atlânticos (século XV)”, em *Nós e Eles. Como Portugal e a Europa se olharam nos séculos XV e XVI*, ed. de Paulo Lopes, IEM, 2016 (no prelo).

DÁVILA, Maria Barreto, "Quotidiano e jogos de poder nas Terçarias de Moura", em *Reinas e Infantas en los Reinos Medievales Ibéricos. Contribuciones para su estudio*, coord. de Silvia Cernadas Martínez e Miguel García-Fernández, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2015, pp. 345-360.

DÁVILA, Maria Barreto, “‘Coisas de mulher’: relações entre a infanta D. Beatriz e a pequena nobreza dos Arquipélagos Atlânticos”, em *Actas do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, IICT, 2011, edição digital.

DÁVILA, Maria Barreto, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança: vida e acção política*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

DIAS, Paulo, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História – Especialidade em História Moderna e Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

DINIS, António Joaquim Dias, “A prelaria ‘nullius diocesis’ de Tomar e o ultramar português na segunda metade do século XV”, Separata do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XIV, 105, Portugal, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.

DINIS, António Joaquim Dias, *Estudos Henriquinos*, Coimbra, 1960.

DINIS, António Joaquim Dias, *Reflexo político do segundo testamento henriquino*, Braga, 1952.

DIONÍSIO, David, “Barcelos, Pero de”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, direcção de Luís de Albuquerque, coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. I, p. 121.

DIONÍSIO, David, “Lavrador, João Fernandes”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, direcção de Luís de Albuquerque, coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. II, pp. 589-590.

DISNEY, A. R., *História de Portugal e do Império*, Lisboa, Guerra e Paz, 2011, vol. 2.

DOMINGUES, Francisco Contente, “A política de sigilo e as navegações portuguesas no Atlântico”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, tomo 1 (1987), Angra do Heroísmo, 1988, pp. 189-220.

DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte. Requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, Luís Miguel, “A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África”, em *Nova História Militar de Portugal*, Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. 1, coord. de José Mattoso. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 289-441.

EARENIGHT, Theresa, *The King's Other Body; Maria of Castile and the Crown of Aragon*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2010.

EARENFIGHT, Theresa, “Highly Visible, Often Obscured: The Difficulty of Seeing Queens and Noble Women”, *Medieval Feminist Forum*, 44:1, 2008, pp. 86-90.

ELBL, Ivana, “Status and Agency: Royal Grants to Portuguese Noblewomen, 1438-1481”, *Portuguese Studies Review*, vol. 13 (2005), pp. 61-114.

Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos: actas do colóquio, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Colibri, CIDHEUS, 2001.

ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da, *A batalha de Toro*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

EVEREART, John G., “Os barões flamengos do açúcar na Madeira”, em *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*, ed. de John G. Evereart e E. Stols, Lisboa, 1991, pp. 99-117.

EVEREART, John G., “Marchands Flamands à Lisbonne et l’Exportation du Sucre de Madère (1480-1530)”, em *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, 1989, pp. 442-477.

Femmes de pouvoir, femmes politiques durant les dernières siècles du Moyen Âge et au cours de la première Renaissance, ed. de É. Bousmar, J. Dumont, A. Merchandise e B. Schnerb, Bruxelas, De Boeck Université, 2012.

FERNÁNDEZ ALVAREZ, Manuel, *Isabel la Católica*, Barcelona, Espasa, 2012.

FERNANDEZ DE NAVARRETE, Martin, *Coleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, Madrid, Imprenta Nacional, 1858.

FERRAZ, Maria de Lurdes Esteves dos Santos Freitas, *A Madeira no século XV sob o domínio senhorial do infante D. Henrique e seus descendentes*, Funchal, 1986.

FERRAZ, Maria de Lurdes Esteves dos Santos Freitas, *A ilha da Madeira na época quatrocentista (elementos para o seu estudo)*, Lisboa, 1962.

FLORES DÍAZ, Manuel, “Historia militar y naval española medieval. Un acercamiento al estado de la cuestión”, *eHumanista. Journal of Iberian Studies* [online], vol. 10, 2008, pp. 244-273.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.

FORJAZ, Jorge Pamplona, “Cartas de ‘dadas’ do século XV na ilha Terceira”, em *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLII, Angra do Heroísmo, 1984.

FRANCO SILVA, Alfonso, *Los discursos políticos de la nobleza castellana en el siglo XV*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2013.

FRIGO, Daniela, “*Disciplina rei familiariae*: A economia como modelo administrativo de Ancien Regime”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 6, 1991, pp. 47-62.

FUENTE, María Jesús, “¿Espejos de Esther? La intercesión como tarea política de la reina (León-Castilla, siglos XI-XIII)”, *E-Spania* nº 20, Février 2015. Disponível em: <https://e-spania.revues.org/24112>

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008 (reedição de obra editada com outro título – *A Economia nos Descobrimentos Henriquinos*, em 1962).

GOMES, Saul António, *D. Afonso V: o africano*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.

GONÇALVES, Ernesto, *Portugal e a Ilha*, Funchal, CEHA, 1992.

GONÇALVES, Iria, “Um projecto adiado: a muralha quatrocentista do Funchal”, *III Colóquio Internacional de História da Madeira – Actas*, Funchal, SRTC-CEHA, 1993, pp. 253-260.

GOMES, Rita Costa, *The Making of a Court Society. Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

GONÇALVES, Iria, *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*, Lisboa, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1964.

GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada, CHAM, 2007.

GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e Fortuna nos primórdios da Ilha Terceira (1450-1550)*, 2 vols., Ponta Delgada, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade dos Açores, 2005.

GREGÓRIO, Rute Dias, “Rendimentos da capitania da Praia, ilha Terceira, 1533-1537”, *Anais de História de Além-Mar*, ed. de João Paulo Oliveira e Costa, vol. 5, Dezembro de 2004, pp. 161-184.

GREGÓRIO, Rute Dias, *Pêro Anes do Canto (1482-1515)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2002. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XL.

GSCHWEND, Annemarie Jordan e PERÉZ TUDELA, Almudena, “Renaissance Menageries. Exotic Animals as Pets in the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe”, em *Early Modern Zoology. The Construction of Animals in Science, Literature and Visual Arts*, ed. Karl A.F. Enenkel e Paul J. Smith, Leiden /Boston, Brill, 2007, pp. 419-447.

GSCHWEND, Annemarie Jordan, “Images of Empire: Slaves in the Lisbon Household of Catherine of Austria”, em *Black African in Renaissance Europe*, ed. de T. F. Earle e K. J. P. Lowe, Cambridge University Press, 2005.

HERA, Alberto de la, “La primera divison del océano entre Portugal y Castilla”, em *El Tratado de Tordesillas y su época*, Madeid, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1995, tomo II, pp. 1051-1071.

História da Expansão e do Império Português, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.

História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média, coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Temas & Debates, 2011.

História dos Açores. Do descobrimento ao século XX, dir. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, 2 vols.

História Geral de Cabo Verde, dir. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, 3 vols., Lisboa – Praia, IICT, 1991 (vol. 1).

HONEYCUTT, Lois L., “Queenship Studies Comes of Age”, *MFF*, vol. 51, nº 2 (2016), disponível em <http://ir.uiowa.edu/mff/vol51/iss2/3/>

HUMBLE, Susannah Charlton, *From Royal Household to Royal Court: A Comparison of the Development of the Courts of Henry VII of England and D. Manuel of Portugal*, Baltimore, Dissertação de Doutoramento apresentada à John Hopkins University, 2003.

JAEGER REQUEJO, Rafael, “Los reyes católicos y la transferencia jurídica de los descubrimientos geográficos”, em *Visión del reinado de Isabel la Católica: desde los cronistas coetáneos hasta el presente: ponencias presentadas al IV Simposio sobre el reinado de Isabel la Católica*, coord. de Julio Valdeón Baroque, Valladolid, Ámbito, 2004, pp. 355-363.

JONES, Michael K. e UNDERWOOD, Malcolm G., *The King’s Mother: Lady Margaret Beaufort, Countess of Richmond and Derby*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

JORDAN, Erin L., *Women, Power and Religious Patronage in the Middle Ages*, New York, Palgrave MacMillan, 2006.

KOSTO, Adam J., *Hostages in the Middle Ages*, Oxford, Oxford University Press, 2012.

La ville médiévale en débat, ed. de Amélia Aguiar Andrade e Adelaide Millán da Costa, Lisboa, IEM, 2013.

LEITE, Antonieta Reis, *Açores, Cidade e Território. Quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2014.

LEITE, José Guilherme Reis, “Os Flamengos na Colonização dos Açores”, em *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LXIX, LXX, pp. 57-74.

LEITE, José Guilherme Reis, *7 Ensaio sobre o povoamento dos Açores*. Praia da Vitória, Blu, 2012.

LEITE, José Guilherme Reis, “Uma floresta de enganos. A primeira tentativa de povoamento da ilha Terceira”, em *Os Reinos Ibéricos da Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 671-676.

LEITE, José Guilherme Reis, “A honra, o serviço e o proveito: os capitães da Praia”, *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. VI, 2002, pp. 11-31.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes, “Os Lemes – Um percurso familiar de Bruges a Malaca”, *Sapiens: História, Património e Arqueologia*, nº 0, Dez. 2008, pp. 51-83.

LIMA, Douglas Mota Xavier de, *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*, Niterói, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2016.

LIMA, João Paulo de Abreu e, “A heráldica dos primeiros duques de Beja”, *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX Série, tomo XVI, 2014, pp. 235-244.

LISBOA, João Luís, “Dulmo, Fernão”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, direcção de Luís de Albuquerque, coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. I, p. 361.

LIVINGSTONE, Amy, “Recalculating the Equation: Powerful Woman = Extraordinary”, *Medieval Feminist Forum*, vol. 51, nº 2 (2016), disponível em <http://ir.uiowa.edu/mff/vol51/iss2/4/>.

LOPES, Sebastiana, *O Infante D. Fernando e a Nobreza Fundiária de Serpa e Moura*, Beja, Câmara Municipal de Beja, 2003.

LOPRETE, Kimberley A., *Adela of Blois: Countess and Lord (c. 1067-1137)*, Dublin, Four Courts, 2007.

LOPRETE, Kimberley A., “The Gender of Lordly Women: The Case of Adela of Blois.” em *Studies on Medieval and Early Modern Women: Pawns or Players?*, ed. De C. Lawless e C. Meek, Portland, Four Court Press, 2003, pp. 90–110.

MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, s.l., Instituto da Defesa Nacional.

MADAHIL, António Gomes da Rocha, “A política de D. Afonso V apreciada em 1460”, Separata da *Revista Biblos*, Coimbra, 1931.

MADURELL MARIMÓN, Josep María, “Legaciones barcelonesas en la Corte de los Reyes Católicos”, *Hispania: Revista española de historia*, nº 67, 1957, pp. 163-254.

MARCOCCI, Giuseppe, *A consciência de um Império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1964.

MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Brites, Mulher de Ferro*, Lisboa, QuidNovi, 2011.

MARTINS, Maria Odete Sequeira, *Poder e Sociedade. A Duquesa de Beja*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

MARTINS, Maria Odete Sequeira, *Dona Brites, Uma Mulher da Casa de Avis*, Lisboa, QuidNovi, 2009.

MARTINS, Mário, *Guia Geral das Horas de el rei D. Duarte*, Lisboa, Edições Brotéria, 1982.

MATARASSO, Pauline, *Queen's Mate: Three Women of Power in France on the Eve of the Renaissance*, Burlington, Ashgate, 2001.

MATOS, Luís Jorge Semedo de, “O Atlântico Noroeste e a Terra Nova (Terras dos Corte Reais)”, *Revista Oceanos*, nº 45, Janeiro/Março 2001, pp. 8-20.

MEDEIROS, Carlos Alberto, “Porto Santo e Corvo: aspectos da ocupação humana em espaços insulares restritos”, *Islenha*, nº 3, Julho-Dezembro 1988, pp. 7-18.

MEDEIROS, Carlos Alberto, *A ilha do Corvo*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, *O Infante D. João (1400-1442) (Subsídios para uma biografia)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

MENDES, João Maria de Sousa, “Os ensaios de organização política e os seus resultados: as ilhas como modelo experimental para governo à distância”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LIII, Angra do Heroísmo, 1995.

MENESES, Avelino Freitas de, *A ilha de São Jorge. Uma síntese histórica*, Letras Lavadas, 2013.

MÊREA, Paulo, “Génese da ‘Lei Mental’ (algumas notas)”, em *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937, pp. 61-74.

MIRANDA, Flávio, *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, Porto, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

MIRANDA, Susana Münch, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira – segunda metade do século XVI*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar, 1994.

MIRANDA, Susana Münch, “O porto do Funchal – Estrutura alfandegária e movimento comercial (1500-1526)”, em *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, s.l., 1990, pp. 67-98.

MONTEIRO, João Gouveia, “As orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (A literatura dos príncipes de Avis)”, *Vértice*, 2ª série, Agosto de 1988, pp. 89-103.

MORALES CASTRO, Carmen Alicia, “Isabel de Barcelos: su contribución a la educación de su nieta y su vida en Arévalo”, *Cuadernos de Cultura y Patrimonio*, nº XIV, Abril de 2012, disponível em: <http://www.lallanura.es/CUADERNOS/CDN14.pdf>

MORALES CASTRO, Carmen Alicia, *Isabel de Castilla: una PsicoBiografia*, Valladolid, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidad de Valladolid, 2009.

MORENO, Humberto Baquero, *A corte de D. Afonso V – o tempo e os homens*, Gijón, Ediciones Trea, 2006.

MORENO, Humberto Baquero, “O infante D. Fernando, donatário da ilha da Madeira”, *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, pp. 239-252.

MORENO, Humberto Baquero, “A conspiração contra D. João II: o julgamento do Duque de Bragança”, em *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 179-233.

MORISON, Samuel Eliot, *The European Discovery of America: The Northern Voyages A.D. 500-1600*, New York, Oxford University Press, 1971.

MORISON, Samuel Eliot, *Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*, New York, Octagon Books, 1965.

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela, “La mediación femenina como forma de acción política. Tiempos, contextos y transformaciones de un rol político (Castilla, siglos XIV-XV)”, *E-Spania* nº 20, Février 2015. Disponível em: <https://e-spania.revues.org/24146>.

NASCIMENTO, Aires Augusto do, “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia em Português. Percursos da tradução e seu presumível responsável”, *Euphrosyne*, nº 29, 2001, pp. 125-142.

NASCIMENTO, Aires Augusto, “As livrarias dos príncipes de Avis”, *Biblos, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro*, 1993, pp. 265-287.

NASCIMENTO, Virgínia Glória Abreu do, *O Mosteiro de Santa Clara do Funchal, entre e além muros. A musealização de um monumento em funcionamento*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2014.

NIETO SORIA, José Manuel, “Ser reina. Un sujeto de reflexión en el entorno historiográfico de Isabel la Católica”, in *e-Spania*, nº 1, - Junho 2006. Disponível em: <http://e-spania.revues.org/327>

NOGALES RINCÓN, David, “La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el período Trastámara (1369-1504)”, *La España Medieval*, vol. 35, 2012, pp. 121-144.

OFFENSTADT, Nicolas, “Les femmes et la paix à la fin du Moyen Âge: genre, discours, vîtes”, in *Le règlement des conflits au Moyen Âge*, Publications de la Sorbonne, 2001, pp. 317-333. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/shmes_1261-9078_2001_act_31_1_1797

O rosto feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional. Actas., Lisboa, Comissão Nacional para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

OLIVEIRA, Luís Filipe, “Em torno das casas senhoriais nos finais da Idade Média”, em *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, Media Aetas, Ponta Delgada, nº 3/4, 2000/2001, pp. 87-102.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

OLIVERA SERRANO, César, *Beatriz de Portugal; La Pugna Dinastica Avís-Trastámara*, Santiago de Compostela, CSIC – Xunta de Galicia, 2005.

PAVIOT, Jacques, “Les flamands au Portugal au XV^e siècle (Lisbonne, Madère, Açores)”, *Anais de História de Além-Mar*, ed. de João Paulo Oliveira e Costa, vol. 7, Dezembro 2006, pp. 7-40.

PAVIOT, Jacques, *Portugal et Bourgogne au XV^e Siècle*, Lisboa – Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

PELAZ FLORES, Diana, “*Reynante(s) en vno*”. *Poder y Representación de la Reina en la Corona de Castilla durante el siglo XV*”, Valladolid, Tese de doutoramento em História apresentada à Universidad de Valladolid, 2015.

PELAZ FLORES, Diana, “María de Aragón e Isabel de Portugal a través de las Crónicas”, em *La participación de las mujeres en lo político. Mediación, representación y toma de decisiones*, ed. de María Isabel del Val Valdivieso e Cristina Segura Graíño, Madrid, Al-Mudayna, 2011, pp. 33-48.

PELAZ FLORES, Diana e VAL VALDIVIESO, Isabel del, “La historia de las mujeres en el siglo XXI a través del estudio de la reginalidad medieval”, *Revista de Historiografía*, 22, 2015, pp. 101-127.

Pequena Nobreza de Aquém e de Além-Mar, organização de Miguel Jasmins Rodrigues e Maria Manuel Torrão, Lisboa, IICT, CHAM, DGARQ, 2010.

PEREIRA, António dos Santos, *A ilha de São Jorge (séculos XV-XVII). Contribuição para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

PEREIRA, Fernando Jasmins, *Estudos Sobre História da Madeira*, org., estudo introdutório e índices de Miguel Jasmins Rodrigues, Região Autónoma da Madeira, SRTCE/CEHA, 1991.

PEREIRA, João Cordeiro, “A estrutura social e o seu devir”, em *Nova História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO e de A.H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal. Do Renascimento à Crise Dinástica*, direcção de João Alves DIAS, Lisboa, 1998, pp. 283-298.

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1991.

PÉREZ EMBID, Florentino, *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispanoamericanos de Sevilla, 1948.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2002.

PINTO, Carla Alferes, *A infanta D. Maria de Portugal (1521-1577). O mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.

Portugal e o Mundo, dir. de Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, 1989.

Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain, ed. de Theresa Earenfight, London, Ashgate, 2005.

Queenship in the Mediterranean. Negotiating the Role of Queen in the Medieval and Early Modern Eras, ed. de Elena Woodacre, Palgrave MacMillan, 2013.

RANGLES, W.G.L., “La représentation de l’Atlantique dans la conscience européenne au Moyen Age et la Renaissance”, *Islenha*, nº 4, Funchal, 1989, pp. 163-182.

RAU, Virgínia, *Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1956.

RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, [s.n.], 1946.

RODRIGUES, Ana Maria S.A., “Las regencias femininas en los reinos ibéricos medievales: ¿Fue el caso portugués una singularidad?”, *Anuario de Estudios Medievales*, 46/1, enero-julio de 2016, pp. 301-328, doi: 10.3989/aem.2016.46.1.89

RODRIGUES, Ana Maria S.A., *As Tristes Rainhas. Leonor de Aragão e Isabel de Coimbra*, Lisboa, Temas & Debates, 2013.

RODRIGUES, Ana Maria S.A., “The Queen Consort in Late Medieval Portugal”, em *Aspects of Power and Authority in the Middle Ages*, ed. de Brenda Bolton and Christine Meek, Turnhout, Brepols, 2007, pp. 131-146.

RODRIGUES, José Damião, “Sociogénese das elites locais: a casa ducal de Viseu/Beja e os Açores”, *Media Aetas. Cadernos de Estudos Medievais*, II série, vol. 4, 2009-2010, pp. 35-46.

RODRIGUES, José Damião, “Cabral, Gonçalo Velho”, em *Enciclopédia Açoriana*, 2002. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=429> (consultado a 18 de Junho de 2016).

RODRIGUES, José Damião, *Histórias Atlânticas. Os Açores na primeira modernidade*, Ponta Delgada, CHAM, 2012.

RODRIGUES, *Nobreza e poderes: da Baixa Idade Média ao Império*, Cascais, Patrimonia Historica, 2005.

RODRIGUES, Miguel Jasmins, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Madeira: 1460-1521*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

RODRIGUES, Miguel Jasmins, “Estreito, João Afonso do, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, direcção de Luís de Albuquerque, coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. I, pp. 397-398.

RODRIGUES, Miguel Jasmins e OLIVEIRA, Luís Filipe, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação da 2ª dinastia”, *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril, 1988, pp. 77-114.

ROMERO PORTILLA, Paz, *Dos monarquias medievales ante la modernidad: relaciones entre Portugal y Castilla (1431-1479)*, La Coruña, Universidad de La Coruña, 1999.

ROSA, Maria de Lurdes Pereira, “*As Almas Herdeiras*”. *Fundação de capelas e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Lisboa /Paris, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH – Universidade Nova de Lisboa e à EHESC, 2005.

ROSA, Maria de Lurdes “A fundação do mosteiro da Conceição de Beja pela duquesa Dona Beatriz”, em *O Tempo de Vasco da Gama*, dir. de Diogo Ramada Curto Lisboa, Difel, 1998, pp. 265-270.

ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e formas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Estampa, 1995

RUFO YSERN, Paulina, “La Expansión peninsular por la costa africana. El enfrentamiento entre Portugal y Castilla (1475-1480)”, em *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. 3 – Economia e Comércio, pp. 59-79.

RUMEU DE ARMAS, Antonio, *Itinerario de los Reyes Católicos 1474-1516*, Madrid, CSIC – Instituto Jeronimo Zurita, 1974

RUMEU DE ARMAS, Antonio, *España en el Africa Atlántica*, Madrid, CSIC, 1956.

RUSSELL, Peter, *Prince Henry, “the Navigator”. A Life*, New Haven, Yale University Press, 2001.

SÁ, Isabel dos Guimarães e CARVALHAL, Hélder, Knightly Masculinity, Court Games and Material Culture in Late-medieval Portugal: The Case of Constable Afonso (c.1480–1504)”, *Gender & History*, 28, 2:, 2016, pp. 387 – 400.

SÁ, Isabel dos Guimarães e CARVALHAL, Hélder, “The World of Constable D. Afonso (c. 1480-1504): Glimpses of Portuguese Dynastic Politics, Noble Household and Material Culture”, *Portuguese Studies Review* 21 (I), 2013, pp. 153-171.

SÁ, Isabel dos Guimarães e COMBET, Michel, *Rainhas-Consortes de D. Manuel I Isabel de Castela. Maria de Castela. Leonor de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “D. Manuel revisitado: Historiografia recente e novas (re)leituras”, em *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero de Magalhães. Economia, Instituições e Império*, org. de Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 525-539.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *De Princesa a Rainha-velha. Leonor de Lencastre*, Círculo de Leitores, 2011.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580)”, *Revista da História da Sociedade e da Cultura*, vol. 10, tomo 1, 2010, pp. 97-201.

SALDANHA, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALGADO, Anastácia Mestrinho e SALGADO, Abílio José, *O Testamento da Infanta D. Beatriz (Duquesa de Beja)*, s.l., s.n., 1988.

SAN JUAN, Rose Marie, “The Court Lady’s Dilemma: Isabelle d’Este and Art Collecting in the Renaissance”, *Oxford Art Journal*, nº 1 (1991), pp. 67-78.

SANCHO DE SOPRANIS, H., “Charles de Valera”, *Hispania*, XLIV (1951).

SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, 2 vols., Direcção Regional dos Assuntos Culturais da Universidade dos Açores, 1989.

SANTOS, Maria Emília Madeira e CABRAL, Iva, “O primeiro centro urbano colonial, séculos XV-XVII”, *Anais de História de Além-Mar*, ed. de João Paulo Oliveira e Costa, vol. 7, Dezembro de 2006, pp. 55-64.

SANTOS, Maria Emília Madeira, *As estratégicas ilhas de Cabo Verde ou «a fresca Serra Leoa»: uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico*, Série Separatas Verdes, Lisboa, IICT, 1988.

SAUNDERS, A.C., *A Social History of Black Slaves and Freedman in Portugal, 1441-1555*, Cambrigde, 1982.

SCOTT, Joan, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", *American Historical Review*, vol. 91, nº 5 (1986), pp. 1053-1075.

SEGURA GRAIÑO, Cristina, "La educación de las mujeres en el tránsito de la Edad Media a la Modernidad", *Historia de la Educación: Revista Interuniversitária*, 26, 2007, pp. 66-75.

SEGURA GRAIÑO, Cristina, "Influencias de Isabel de Portugal em la educación y formación política de su hija Isabel I de Castilla", *Isabel, la Católica y su época. Actas del Congreso Internacional*, ed. de Luis Ribot, Julio Valdeón e Eduardo Maza, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 319-334.

SEGURA GRAIÑO, Cristina, "Participación de las mujeres en el poder político", *Anuario de Estudios Medievales*, 25, no. 2 (1995), pp. 449-462.

SERPA, António Ferreira de, "As doações das Ilhas do Faial e Pico ao flamengo Josse de Hurtere (Jós de Utra)", em *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*, 2ª edição, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 149-151.

SERPA, Ferreira de, *Os Flamengos na ilha do Faial. A família Utra (Hurtere)*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1929.

SERRÃO, Joel, *Temas Históricos Madeirenses*, Funchal, CEHA, 1992.

SHADIS, Miriam, *Berenguela of Castile (1180-1241) and Political Women in the High Middle Ages*, New York, Palgrave MacMillan, 2009.

SILLERAS-FERNÁNDEZ, Nuria, *Chariots of Ladies. Frances Eixemenis and the Court Culture of Medieval and Early Modern Iberia*, Ithaca, Cornell University Press, 2015.

SILLERAS-FERNÁNDEZ, Nuria, *Power, Piety and Patronage in Late Medieval Queenship: Maria de Luna*, New York, Palgrave MacMillan, 2008.

SILLERAS-FERNÁNDEZ, Núria, “*Queenship* en la corona de Aragón en la Baja Edad Média: estudio y propuesta terminológica”, *La Corónica*, 32, 2003, pp. 119-133.

SILVA, Isabel L. Morgado de S. e, “Perspectiva global das viagens dos portugueses às Canárias no âmbito dos descobrimentos e expansão portuguesa. Uma questão adiada até Alcáçovas-Toledo (1479-80)”, *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, pp. 93-106.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, col. «*Militarium Ordinum Analecta*», nº 6, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2002.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa*, col. «*Militarium Ordinum Analecta*», nº 1, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1997, pp. 5-126.

SILVA, José Manuel e, *A Madeira e a construção do mundo Atlântico (séculos XV-XVIII)*, Funchal, SRTC /CEHA, 1995.

SILVA, José Manuel Azevedo e, “A Importância dos Espaços Insulares no Contexto do mundo Atlântico”, em *História das Ilhas Atlânticas*, vol. I, Funchal, 1997, pp. 125-161.

SILVA, Manuela Santos, “Phillipa of Lancaster, Queen of Portugal (1360-1415): educator and reformer”, em *Rituals and Rhetorics of Queenship (Medieval to Early Modern)*, ed. de Louise Oakley-Brown e Louise J. Wilkinson, Dublin, Four Courts Press, 2009, pp. 37-46.

SOMME, Monique, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au Xve siècle*, Lille, Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

SOUSA, Armindo de, *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., Porto, INIC-CHUP, 1990.

SOUSA, Ivo Carneiro de, *A rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SOUSA, João Silva de, “O ducado de Viseu no século XV”, *Anais de História de Além-Mar*, ed. de Artur Teodoro de Matos, vol. 2, Dezembro de 2001, pp. 139-156.

SOUSA, João Silva de, “Os herdeiros do Infante e o governo dos Açores (1460-1485)”, *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. IV, nº 2, 2000, pp. 13-28.

SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros do Horizonte, 1991.

STERLING, Jutta, “Women’s Property Rights in Portugal Under Dom João I (1385-1433): A Comparison with Renaissance Italy”, *Portuguese Studies Review*, vol. 13 (2205), pp. 27-60.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Isabel I, Rainha de Castela*, Coimbra, Tenacitas, 2008.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Los Reyes Católicos: la conquista del trono*, Madrid, Ediciones Rialp, 1989.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, “La cuestión de derechos castellanos a la conquista de Canarias y el Concílio de Basileia”, em *Anuário de Estudos Atlânticos*, nº 9 (1983), pp. 11-21.

SUARÉZ FERNÁNDEZ, Luis, *Política Internacional de Isabel la Católica*, vol. I, (1468-1481), Valladolid, Instituto «Isabel la Católica» de Historia Ecclesiastica, 1965.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Henrique 1393-1460*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Nobleza y Monarquía*, s.l., La Esfera de los Libros, 2003.

TÁBADE OBRADÓ, María del Pilar, “Uma reina en la rectaguardia: las intervenciones pacificadoras de Isabel la Católica en la guerra de sucesión”, e-*Spania*, nº 20, Février 2015. Disponível em: <https://e-spania.revues.org/24164> (consultado a 26 de Junho de 2016).

TARDIEU, Jean-Pierre, “La ‘Mina de Oro’: Du conflit luso-castillan aux traités d’Alcaçovas (1479) et de Tordesillas (1494)”, *Bulletin Hispanique*, tome 96, nº 1, 1994, pp. 117-131.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “As doações de D. Manuel, duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo”, em *Do Tempo e da História*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, vol. IV, 1971, pp. 153-172.

TEIXEIRA, André, *A ilha de S. Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, CHAM, 2004.

The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010, dir. de José Mattoso, Lisboa, IEM, 2011.

The Rule of Women in Early Modern Europe, ed. de Anne J. Cruz e Mihoko Suzuki, Illinois, University of Illinois Press, 2009.

THEBAUD, Françoise, *Écrire l'histoire des femmes*, Paris, ENS Editions, 1997.

THOMAS, Hugh, *The Slave Trade. The History of the Atlantic Slave Trade, 1440-1870*, London, Simon and Schuster, 1997.

THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

THOMAZ, Luís Filipe, “Descobrimentos e Evangelização. Da Cruzada à missão pacífica”, in *Actas do Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, Fundação Evangelização e Culturas, 1993.

THOMAZ, Luís Filipe, “Estruturas quási-feudais na Expansão Portuguesa”, em *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Governo Regional Madeira, 1989, pp. 80-87.

THORNTON, John, *Africa and African in the making of the Atlantic Worlds, 1400-1680*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

TORRÃO, Maria Manuel, *Tráfico de Escravos entre a costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466- 1595)*, Lisboa (no prelo).

TORRÃO, Maria Manuel “O algodão na ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana”, *Stvdia*, Lisboa, nº 50, 1991, pp. 157-176.

TORRE, Antonio de la, “D. Manuel de Portugal y las Terceiras de Moura”, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1951, vol. 5, pp. 411-417.

VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del, *Isabel la Católica princesa (1468-1474)*, Valladolid, Instituto de Historia Eclesiástica Isabel la Católica, 1974.

VARELA, Consuelo, “O Controlo das Rotas do Bacalhau nos séculos XV e XVI”, *Revista Oceanos*, nº 45, Janeiro/Março 2001, pp. 22-30.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, Normativa e Prática*, col. «*Militarium Ordinum Anacleta*», vol. 2 – *As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: A Normativa*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1998.

VERLINDEN, Charles, “A Madeira e a Expansão Atlântica no século XV. Uma interpretação”, em *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 1993, pp. 221-227.

VERLINDEN, Charles, “Petite propriété et grande entreprise à Madère à la fin du XV^{ème} siècle”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, s.l., 1990, pp. 7-21.

VERLINDEN, Charles, “La position de la Madère dans l'ensemble des possessions portugaises sous l'infant Dom Fernando (1460-1470)”, em *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, 1989, pp. 53-63.

VERLINDEN, Charles, *L'Infant Dom Fernando comme administrateur colonial à Madère, aux Açores et au Cap Vert (1460-1470)*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, 1984.

VERLINDEN, Charles, “Henri le Navigateur songea-t-il à créer un “État” insulaire? ”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XII, Coimbra, 1969, pp. 218-292.

VERLINDEN, Charles, “António da Noli e a colonização das ilhas de Cabo Verde”, *Revista da Faculdade de Letras*, 3ª série, 7, Lisboa, UL, 1963, pp. 28-45.

VERLINDEN, Charles, “Formes féodales et domaniales de la colonisation Portugaise dans la zone Atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur”, *Revista Portuguesa de História*, vol. IX, Coimbra, 1960, pp. 1-44.

VIEIRA, Alberto, *A Madeira na rota dos Descobrimentos e Expansão Atlântica*, Lisboa, IICT, 1988.

VIEIRA, Alberto, *O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI: Madeira, Açores e Canárias (alguns elementos para o seu estudo)*, Funchal, Região Autónoma da Madeira – Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1987.

VIEIRA, Alberto e RODRIGUES, Vítor Gaspar, *A administração do município do Funchal 1420-1489*, Lisboa, IICT, 1990.

VILAR, Hermínia Vasconcelos e SILVA, Maria João Marques da, “Morrer e testar na Idade Média: alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV”, *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2^a S. 4 (1992), pp. 39-59.

VILLAROEEL GONZÁLEZ, Óscar, *Juana la Beltraneja. La construcción de una ilegitimidad*, Madrid, Sílex, 2014.

WEISSBURGER, Barbara F., *Isabel Rules: Constructing Queenship, Wielding Power*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004.

WILKINSON, Louise J., *Eleanor of Monfort: A Rebel Countess in Medieval England*, London, Continuum, 2012.

WITTE, Charles M., “Les Bulles d’érection de la province ecclésiastique de Funchal”, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIII, Funchal, 1962-63, pp. 79-136.

WITTE, Charles M. de, *Les Bules Pontificiales et l’Expansion Portugaise au XVe Siècle*, Louvain, 1958.

WOODACRE, Elena, *The Queens Regnant of Navarre. Succession, Politics and Partnership, 1274-1512*, New York, Palgrave MacMillan, 2013.

Women of the Iberian Atlantic, ed. de Sarah E. Owens e Jane E. Mangan, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2012.

YALOM, Marilyn, *Birth of the Chess Queen: a History*, Harper Collins, 2004.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Infanta D. Beatriz	19
Figura 2 - Objectos da lista do enxoval da infanta D. Beatriz (c. 1447)	35
Figura 3 - Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição – Palácio dos Duques, em Beja... 58	
Figura 4 – Objectos descritos no inventário <i>post mortem</i> de D. Beatriz (1506)	62
Figura 5 – Relicário dos Mártires de Marrocos	66
Figura 6 - Campa da infanta D. Beatriz no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Beja	76
Figura 7 – Mapa dos arquipélagos atlânticos e costa ocidental africana	84
Figura 8 – Regra e definições da Ordem de Cristo	136
Figura 9 – Atlas de Fernão Vaz Durado	171
Figura 10 – Planisfério de Cantino	176
Figura 11 – Carta do príncipe D. João à ilha da Madeira	217
Figura 12 – Ponte romana de Alcántara	241
Figura 13 – Fortaleza de Beja	278
Figura 14 – Infanta D. Beatriz	308

ANEXO 1

Árvore Genealógica da Infanta D. Beatriz

